

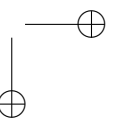
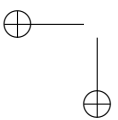
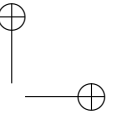
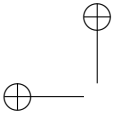
Lia Seixas

Redefinindo os gêneros jornalísticos

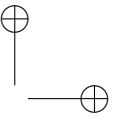
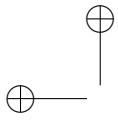
Proposta de novos critérios de classificação

LabCom 2009







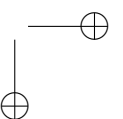
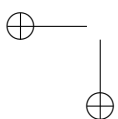


Lia Seixas

Redefinindo os gêneros jornalísticos

Proposta de novos critérios de classificação

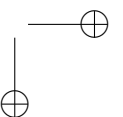
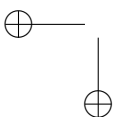
LabCom Books 2009

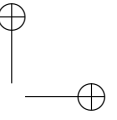
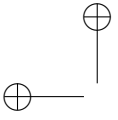




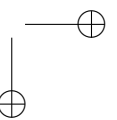
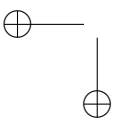
Livros LabCom
www.livroslabcom.ubi.pt
Série: Estudos em Comunicação
Direcção: António Fidalgo
Design da Capa: Madalena Sena
Paginação: Marco Oliveira
Covilhã, 2009

Depósito Legal: 302233/09
ISBN: 978-989-654-028-9





Aos meus pais.







Agradecimentos

Aos meus pais, Maria do Socorro e Alfredo Elycio, minha família, pelo cuidado, segurança e carinho.

Ao meu companheiro de todas as horas, Marcos Rodrigues, pelo respeito, pelo equilíbrio e pela força até o último segundo.

Ao professor Dr. Jean-Michel Utard, pela acolhida sem igual, orientação acadêmica profícua, paciência e respeito.

Ao professor Dr. Giovandro Ferreira, pela paciência, firmeza, e sempre presteza.

À professora Dr^a Zélia Leal, pela confiança estimulante e delicada atenção.

Ao professor Dr. Marcos Palácios, pela troca frutífera e pelos estímulos durante todo o percurso da pesquisa.

Ao professor Dr. Javier Díaz Noci, pelo diálogo acadêmico, sempre respeitoso e amigo.

Ao professor Dr. Wilson Gomes pela eterna solidez com a pesquisa acadêmica.

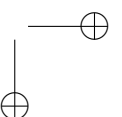
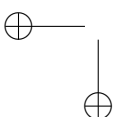
Ao Brasil e à Capes por me proporcionar esse percurso de crescimento profissional.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação pela paciência e confiança.

Aos jornalistas do grupo Folha pelos braços abertos e recebimento profissional.

À amiga Sylvie Debs, meu anjo da guarda.

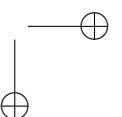
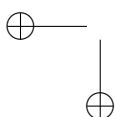
Aos amigos do peito: Suzana Barbosa, Nisia Rizzo, Rita Lima, Luciana Moherdauí, Leila Nogueira, Jan Alyne, Mônica Celestino, Edson Dalmonte, Graciela Natansohn, Beatriz Ribas, Elton Antunes, e aos grandes colegas da Facom, Annamaria Palácios, José Mamede. Obrigada!





Índice

1	Introdução	1
1.1	Porque se ocupar dos gêneros	1
1.2	Objetivo principal da tese	3
1.3	Hipóteses	5
1.4	Referencial teórico e metodologia de pesquisa	6
1.5	Delimitação do objeto e <i>corpus</i> de análise	9
1.6	Estrutura da tese	12
I	A noção de gênero	15
1	Da essência à forma: o olhar da literatura	17
1.1	Essencialismo	17
1.2	A estética dos gêneros	21
1.3	A genealogia dos gêneros	23
1.4	Gênero: elemento de um sistema	25
2	Dos estudos linguísticos à chegada na comunicação	29
2.1	Conceitos-chave para o estudo de gênero	29
2.2	Bakhtin: a noção de gênero chega na comunicação	40
3	O domínio do funcionalismo: das funções no jornalismo impresso às propriedades da mídia no jornalismo digital	45
3.1	Recorte histórico no campo jornalístico	47





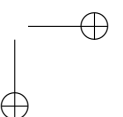
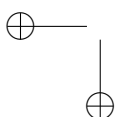
3.2	10 anos de cibergêneros	59
3.3	Função/finalidade: 'o' critério	63
3.4	Funções da mídia	83

II Quadro Teórico 95

1	Intersecções: pragmática da comunicação e análise do discurso 97
1.1	A instituição extralinguística como condição constitutiva 99
1.2	A dialética do evento e da significação 101
1.3	O gesto da interpretação 104
2	O ato comunicativo: da pragmática à análise do discurso 109
2.1	Equivalência: propósito e finalidade ou propósito e visadas? 118
2.2	Dispositivo, parte do mídiun 138
2.3	Domínio do saber: jornalismo de atualidade 148
2.4	A formação discursiva jornalística 160
3	A pragmática integrada e a teoria dos <i>topoi</i> 169

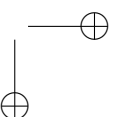
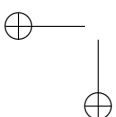
III Critérios de definição de gênero jornalístico 177

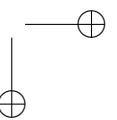
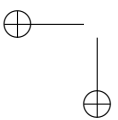
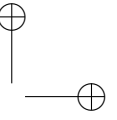
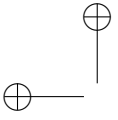
1	As lógicas enunciativas da FDJ 179
1.1	Implicação das finalidades 179
1.2	Os elementos da lógica enunciativa 180
1.3	<i>Corpus</i> e metodologia 189
1.4	A lógica enunciativa 202
2	A equação da interpretação e sua força argumentativa 253
3	Jogos da identidade discursiva na FDJ 279





4	Potencialidades do mídiu	301
IV	Conclusões	313
	Por uma outra classificação	315
1.1	Lógica enunciativa	317
1.2	Força Argumentativa	325
1.3	Identidade Discursiva	328
1.4	Potencialidades do Mídiu	333
	Referências bibliográficas	337
	Anexos	357
A	Exemplos	359
B	Entrevistas	369







Capítulo 1

Introdução

1.1 Porque se ocupar dos gêneros ¹

Aprender a fazer jornalismo é aprender a produzir **gêneros jornalísticos**². O conhecimento mais profundo dos elementos que constituem os tipos mais frequentes de composições discursivas da atividade jornalística pode implicar em maior conhecimento sobre a própria prática. Isso significa conhecimento sobre as competências empregadas para a realização da atividade, desde a produção à publicação do pro-

1. Este título homenageia Irene Machado por se inspirar em artigo onde sistematiza criativa e claramente o momento que vivem os estudos de gêneros no campo da comunicação e, em especial, na semiótica. Machado, Irene. **Por que se ocupar dos gêneros?** In: Revista Symposium, Ano 5, Nº 1, janeiro-junho de 2001, p. 5-13.

2. O termo “gênero”, incorporado pela comunidade acadêmica, adquiriu um sentido clássico ao longo do tempo. Nós teremos que utilizar o mesmo termo ao longo da tese para poder haver uma compreensão do que falamos. Entretanto, como reivindicamos para “gênero” um conceito mais aprofundado, toda vez que for necessário destacar, utilizaremos “gênero discursivo jornalístico” para diferenciar de “gênero jornalístico” ou de “gênero”, o termo comum. Em alguns momentos trataremos notícias, reportagens, editoriais e outros como composições discursivas. Os gêneros do discurso jornalístico devem ser compreendidos através da sua dimensão discursiva, por elementos lingüísticos e extralingüísticos.



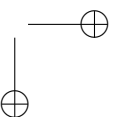
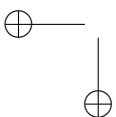


duto.

Com as novas mídias, surgem novos formatos, se hibridizam, se embaralham os gêneros. A noção de gênero entra, mais uma vez, em cheque. Por isso mesmo passa a ser vista com mais atenção. Alguns gêneros podem acabar, outros podem aparecer. Alguns se transformam, outros se mantêm. Com as novas mídias, as práticas discursivas passam a experimentar e produzir novos formatos, que podem se instituir ou não em novos gêneros. Mas será que isso já ocorre para produtos da prática jornalística?

Outro motivo para se ocupar de gêneros é que os estudos dos gêneros jornalísticos, realizados até então, são produzidos separadamente por mídia (impressa, radiofônica, televisiva, digital). No Brasil trabalha-se por domínio, por mídia ou por fundamento teórico, mas não se trabalha por mídia e domínio ao mesmo tempo. Enquanto a mídia é considerada um critério de genericidade, o domínio é colocado em segundo plano. Se acreditarmos que a diferença entre as mídias é, igualmente, uma diferença de gênero (como o crêem os sócio-semiótica), não será possível falar em gêneros jornalísticos ou gêneros do domínio do jornalismo. Só podem existir gêneros jornalísticos se o domínio for determinante para a genericidade de tipos discursivos. As características da mídia devem ser relacionadas às condições de realização da ação comunicativa para que se possa dizer, por exemplo, que a entrevista veiculada no impresso e no site jornalístico da rede é um mesmo gênero da indústria jornalística. Uma prova desta realidade são as diferentes nomenclaturas no mercado de gêneros no Brasil. O campo do jornalismo trata de 'gêneros jornalísticos', 'gêneros televisuais', 'gêneros radiofônicos' e 'gêneros digitais'. O campo jornalístico nem sequer discute a relação entre gênero e mídia.

O estudo separado por mídia gerou uma fatal ausência de diálogo sobre os estudos de gêneros e, conseqüentemente, um ínfimo avanço na pesquisa desta noção. Fatal simplesmente porque, no caso dos gêneros, instituiu, sem prévia discussão, as características das mídias como critério para a definição da noção de gênero. Os grupos de pesquisa





brasileiros, compostos por aqueles que estudam o impresso, aqueles que estudam a televisão ou aqueles que estudam o rádio, revelam uma imposição das diferentes gramáticas das mídias analógicas.

Um último motivo, não menos importante, é a estagnação dos estudos de gênero na década de 80. No jornalismo brasileiro, exceto por alguns artigos realizados na década de 90 e o recente trabalho de Manuel Chaparro (2008), os estudos sobre esta noção pararam na década de 80, quando Marques de Melo publicou *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985). Entretanto, ao mesmo tempo em que a classificação de Marques de Melo é citada pela totalidade dos pesquisadores do jornalismo, em geral, não é aceita por seus critérios de classificação. Assim, a cada novo artigo, a cada novo trabalho, uma nova classificação, sugerida.

1.2 Objetivo principal da tese

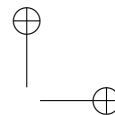
O objetivo principal desta tese é sugerir um conjunto de critérios de definição de gênero jornalístico. É analisar, a partir da pragmática da comunicação e da análise do discurso, quais são as condições constitutivas de um ato comunicativo relativamente estável da prática discursiva jornalística. Compreender se existe uma hierarquia destas condições, ordenando-as segundo sua força de influência na configuração do gênero.

Dentre os objetivos específicos:

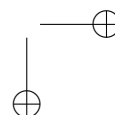
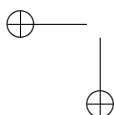
1. Pretende-se demonstrar a necessidade de classificação de critérios e não classificação de gêneros. As taxonomias são uma necessidade prática, a parte verbalizada de um sistema que funciona efetivamente, e, além de tudo, uma teoria implícita (Foucault). O objeto de uma taxonomia não é classificar coisas, mas definir os critérios de classificação. O princípio de classificação deve ter uma relação com a definição dos objetos classificados. Por isso, os critérios exprimem a epistemologia empregada na classificação (GOIMARD, 2004, p. 43).

Livros LabCom





2. A classificação das práticas discursivas representa uma compreensão produtiva da prática jornalística, dos seus objetos de realidade, das suas lógicas enunciativas, das suas competências. Objetiva-se, assim, através das condições de realização sugeridas pela pragmática e pela análise do discurso e do conceito de “formação discursiva” de Foucault, se compreender as regularidades dos atos comunicativos que se institucionalizam em gêneros. Que tipos de objetos de realidade são mais frequentes. Como se configuram as lógicas enunciativas em função de dadas finalidades reconhecidas. Que jogos se desenrolam com as dimensões do estatuto numa composição discursiva. Quais as competências mais frequentemente empregadas em determinadas composições discursivas. Enfim, como se revela a prática jornalística por sua dimensão discursiva.
3. Tem-se o propósito de saber até que ponto se deve dividir os gêneros do discurso de uma prática social pela mídia em que é gestado e produzido. Entender, assim, qual o lugar da mídia na constituição do gênero de discurso na prática discursiva jornalística. Com isso, um objetivo pressuposto é analisar o próprio conceito de mídia, sobre o qual não se há consenso. Nos estudos dos gêneros, principalmente, se fala em suporte, dispositivo (noção complexa), tecnologia ou ambiente. Por isso, nosso *corpus* de análise é formado por produtos da mídia tradicional impressa e da mídia digital.
4. Não se objetiva aqui sugerir nomenclaturas de gêneros, reordenar os tipos existentes ou identificar gêneros emergentes. Ao invés disso, pretende-se comparar composições discursivas sem, num primeiro momento, ter em conta qual gênero seriam, para se operar um conhecimento das condições de realização destes atos comunicativos. É importante ressaltar que o foco é a noção de gênero e seus critérios de definição.
5. Proporcionar um crescimento no diálogo entre os grupos que estudam o gênero jornalístico por mídia, demonstrando que o co-





nhcimento acadêmico de conceitos é mais produtivo se for feito por domínio (jornalístico). Objetiva-se, ainda, com uma ferramenta complementar (um blog), estreitar o diálogo com uma das áreas mais dedicadas ao gênero no Brasil, a linguística, que inclusive foi a primeira a estudar os cibergêneros.

6. Por fim, tentar contribuir para o campo de pesquisa em jornalismo com a investigação de uma noção: cara à prática jornalística – reveladora desta prática e artigo de necessidade mercadológica –, importante para o ensino do jornalismo e, enfim, acreditamos, uma 'ferramenta' que pode auxiliar da compreensão do jornalismo enquanto uma forma de conhecimento da realidade.

1.3 Hipóteses

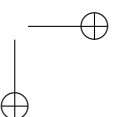
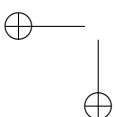
Principal

Os principais critérios de definição de gênero jornalístico são condições extralinguísticas constitutivas do processo comunicativo. Embora a organização do discurso (modo discursivo) seja uma condição de realização, como aspecto interno tem menor força na definição do gênero do que outras condições como finalidade reconhecida, estatuto dos participantes, lugar e tempo legítimos e mídia (suporte material). O gênero jornalístico é uma ato de comunicação relativamente estável, ao invés de enunciados relativamente estáveis.

Secundárias

1. O gênero jornalístico perpassa as mídias. A noção é uma noção transmidiática porque trata de composição discursiva de uma prática social;
2. Compreender gênero é compreender a prática jornalística, porque o gênero encarna o processo de comunicação;

Livros LabCom





3. Classificações não implicam compreensão de gênero, por isso sempre há uma nova classificação a cada novo artigo. Apenas a classificação de critérios de classificação propicia um conhecimento sobre a definição da noção de gênero;
4. O paradigma informação x opinião paralisou a discussão. Este paradigma é um falso paradigma;
5. Determinadas ocorrências geram determinados gêneros discursivos jornalísticos.

1.4 Referencial teórico e metodologia de pesquisa

Trabalhamos com a intersecção de duas principais teorias: Pragmática da Comunicação e Análise do Discurso de linha francesa. Da Pragmática da Comunicação, a Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1970; e Searle, 1995) e da Análise do Discurso, o conceito de “formação discursiva” de Michel Foucault (1969), o conceito de contrato de comunicação de Patrick Charaudeau (1995) e a obra de Dominique Maingueneau, em especial, sua sistematização sobre as condições de realização de gênero do discurso (2002).

Buscamos a teoria dos atos de fala, já analisada na nossa dissertação de mestrado, para compreender, pelos atos de linguagem realizados nas composições discursivas jornalísticas, os elementos-chave da chamada “finalidade reconhecida”, uma das condições de realização do contrato de comunicação (Charaudeau, 1995-2005). Ao invés de partirmos da finalidade, o objetivo era chegar à finalidade. Portanto, partimos da análise dos compromissos linguísticos assumidos.

Ainda que soubéssemos das diferentes bases sobre a concepção filosófica da linguagem, investigamos as duas teorias para compreender como tangenciavam (intersecções investigadas no capítulo 2), já que as tratavam das mesmas condições de realização, criadas como condições de êxito pela teoria dos atos de fala (Austin, 1970). As condições extra-





linguísticas desenvolvidas por Searle foram reincorporadas pela análise do discurso a fim de compreender os contratos de comunicação. Maingueneau (2002), além disso, partindo da concepção de gênero do discurso de Bakhtin, considerava os gêneros como atividades sociais que, por isso mesmo, estariam submetidas a um critério de êxito.

Fizemos, assim, num primeiro momento, uma comparação entre os elementos apontados por Maingueneau – finalidade reconhecida, estatuto dos parceiros legítimos, o lugar e momento legítimos, suporte material e organização textual – com as condições de realização do contrato de comunicação, sugeridas por Charaudeau em 1995 – dados externos (finalidade, identidade, domínio do saber e dispositivo) e dados internos (lugar de intervenção do sujeito, que deve satisfazer a condições de legitimidade, credibilidade e captação).

Era necessário, além disso, aprofundar o conhecimento da prática discursiva, o que nos levou a Foucault (1969). Em que medida se deveria falar de campo jornalístico ou de formação discursiva jornalística e o que era essa formação discursiva jornalística, enunciada por autores franceses que estudam o gênero jornalístico (Utard e Ringoot). Os elementos regulares que fundamentam o conceito de formação discursiva foram também comparados com as condições de realização, no sentido de observar se havia algum ponto de encontro entre eles, como no caso do estatuto dos participantes e das modalidades enunciativas.

Para compreender como se dá a interpretação do ato comunicativo na prática jornalística, trazemos, além de estudos de pesquisadores brasileiros sobre o jornalismo como forma de conhecimento (Meditich, 1992) e a interpretação da notícia (Guerra, 2003), a teoria da argumentação da Pragmática Integrada, de Anscombe e Ducrot (1983-1995). A força argumentativa e teoria dos *topoi* fundamentam a análise do caráter argumentativo das composições discursivas jornalísticas.

Metodologia: fases da pesquisa

1. Nos primeiros anos do doutorado, fizemos o levantamento bibli-

Livros LabCom



- ográfico sobre os estudos de gêneros na literatura, na comunicação e no jornalismo, quando elaboramos um quadro de autores por categorias, de forma a guiar a análise do estado da arte;
2. No primeiro semestre do terceiro ano, submetemos projeto e pesquisa exploratória ao exame de qualificação, quando: 1) defendemos que os gêneros seriam enunciações relativamente estáveis e a proposta era, então, com o estudo de campo, analisar quais os elementos fundamentais destas enunciações e a força deles na configuração de um gênero jornalístico; 2) houve uma mudança de *corpus* de análise com a inclusão do El Mundo e El Mundo digital.
 3. No terceiro ano, decidimos criar um blog da tese (www.generos-jornalisticos.blogspot.com) para permitir trocas que o percurso solitário de um doutorado não possibilita e para dialogar com os pares, testando algumas decisões teóricas ao longo do período de análise.
 4. Fizemos o estágio doutoral na Université Robert Schuman com Jean-Michel Utard, um dos pesquisadores franceses que estudam o gênero jornalístico a partir da teoria de Foucault. Quando pudemos realizar: a) observação empírica sistemática; b) revisão de bibliografia e adquirir livros indispensáveis para a compreensão do gênero; d) uma discussão atual sobre as mutações dos gêneros da prática jornalística (quando compreendemos a importância do gênero na compreensão do jornalismo).
 5. Seguimos a fase descritiva do objeto (iniciada antes do estágio doutoral, mas aprofundada durante), com reconhecimento dos produtos e formatos. Com o objetivo de não partir das concepções já formadas de gêneros, decidimos escolher as composições a serem analisadas a partir da natureza da ocorrência, como fica claro no próximo item. Ao mesmo tempo em que escolhíamos as ocorrências para a análise, segundo o grau de hierarquia e cobertura de todos os veículos, analisávamos cada composição discursiva de acordo com as condições de realização dos atos comu-



nicativos. Com isso, fomos, aos poucos, afinando os grupos de ocorrências.

Depois do trabalho descritivo, fizemos a investigação por dimensão constitutiva da realização do ato comunicativo, começando pela mais importante: a finalidade. O objetivo era compreender como a finalidade operava nas composições. Numa aproximação com a Pragmática, esta análise foi elaborada através da seleção de períodos para se conhecer os atos de linguagem realizados na composição. Com esta análise, o modo discursivo se revelou uma condição dentro da lógica enunciativa. Em seguida, partimos para a condição estatuto dos participantes, analisada segundo marcas discursivas e depois para a mídia.

6. Realizamos entrevistas com jornalistas da Folha Online e Folha de S.Paulo (por telefone e ao vivo na redação), inclusive os autores de matérias e textos já analisados, o que nos permitiu melhor compreensão entre a composição e a prática jornalística, os lugares que os jornalistas ocupam, e a própria compreensão dos jornalistas quanto à sua função e quanto aos gêneros. Muitas das informações sobre a rotina já faziam parte de estudos realizados e manuais de redação. Foi com este material que procuramos preencher algumas lacunas pela falta de entrevistas como jornalistas franceses e espanhóis. A própria distância entre academia e mercado (existente nos três países), aliada à cultura francesa e, no caso da Espanha, à distância geográfica, dificultou esta fase.
7. Por fim, a redação e revisão final da tese.

1.5 Delimitação do objeto e *corpus* de análise

O objeto de estudo desta tese é o conceito de gênero jornalístico, especificamente, quais critérios devem ser tomados como constitutivos de um gênero discursivo do jornalismo de atualidade (o jornalismo da chamada imprensa tradicional que trata dos acontecimentos da atuali-

Livros LabCom



dade e do cotidiano). O foco não está nas classificações de gêneros, mas na noção de gênero discursivo e seus critérios de definição.

O principal critério da escolha do *corpus* foram os eventos, as ocorrências, ou seja, os objetos de realidade. E os critérios de escolha da amostra dos eventos são um conjunto de critérios de noticiabilidade de seleção, sistematizados por Traquina (2005), que trabalha com autores referência, quando se trata de valores-notícia (Galtung e Ruge, Tuchman e Wolf). Presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, desde a seleção à construção da notícia, os valores-notícia, embora tenham graus diferentes constituídos espaço-temporalmente especificados, têm similares parâmetros de relevância³. Os critérios de seleção estão subdivididos em dois grupos: 1) substantivos: notoriedade, proximidade, relevância, tempo, notabilidade, inesperado, conflito e infração; e 2) contextuais, ou seja, aqueles que dizem respeito ao contexto de produção: disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso. De forma tangencial, nos pautamos pela tipificação temporal da socióloga norte-americana Gaye Tuchman: megacontecimento (que provoca alteração completa na rotina), *hard news* (não programados e relevantes), *developing news* (não programado, mas ainda em desenvolvimento) e *continuing news* (acontecimentos em continuação, definidos como acontecimentos intencionais e pré-anunciados que se estendem ao longo de um tempo em momentos específico).

Ao principal critério de escolha da amostra de análise, se somam outros quatro: 1) veículos jornalísticos; 2) mídia; 3) editorias e 4) período. Os veículos jornalísticos foram selecionados por: praticarem o “jornalismo de atualidade” e constituírem empresas tradicionais e de grande audiência nos mercados em que atuam. Foram selecionados seis veículos de três organizações jornalísticas de três países: Brasil (onde

3. “[...] A avaliação de relevância se processo a partir de um conjunto de três parâmetros: 1) a expectativa da audiência; 2) a importância relativa do fato no interior da área temática; e 3) o interesse público ou a função social a que a atividade jornalística deve cumprir. [...]” (GUERRA, 2003, p. 137).



os estudos de gêneros jornalísticos não avançaram desde a década de 80), Espanha (onde estão as maiores referências de estudos dos gêneros jornalísticos par ao Brasil) e França (onde os gêneros acompanharam uma história de jornalismo marcada por suas ligações com a literatura e a política). As organizações são as tradicionais Le Monde S.A, Folha da Manhã S.A e El Mundo, que tratam da “grande atualidade” e produzem, dentre outros, um cotidiano impresso e um web jornal.

O período de análise corresponde a três meses do ano de 2007: março, abril e maio. O objetivo de um período aleatório para o estudo de gêneros obedece à pressuposição de que os gêneros se institucionalizam na prática social, portanto, se reafirmam no dia-a-dia. Assim, recortes no tempo têm menos sentido do que recortes por objetos de realidade. Esses três meses do início do ano constituem três dos seis meses de estágio de doutorado realizado na França, onde pudemos realizar uma observação sistemática dos produtos franceses e espanhóis.

Uma vez explicitados os critérios, apresentamos os grupos de ocorrências: 1) a eleição presidencial da França de 2007; 2) o massacre no campus de *Virginia Tech*, nos Estados Unidos; 3) incidentes nos metrô de Paris, São Paulo e Madrid; e 4) exposições de artes plástica. Os grupos incluem ocorrências de diferentes tipos, se inscrevem em diferentes editoriais e deram origem à produção de diferentes gêneros jornalísticos. A eleição presidencial começou oficialmente em 09 de abril de 2007 e terminou em 06 de maio, quando ocorreu o segundo turno. O massacre no campus do Instituto Politécnico de Virginia, EUA, ocorreu em 17 de abril e esteve na agenda por uma semana. Os incidentes nos metrô ocorreram em momentos diferentes, pois que são frequentes na Espanha e no Brasil. Na França, o incidente é um acontecimento de caráter social e político. Enquanto os incidentes escolhidos na Espanha e Brasil são resultado de problemas técnicos das próprias máquinas ou de paralisações por greves. O grupo de composições sobre exposições tem também ocorrência variada, inclusive, com o objetivo de mostrar a força representativa de um 'modelo exemplar' (exemplo que pode representar o todo) de crítica ou resenha.

Livros LabCom





1.6 Estrutura da tese

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, além da introdução e conclusões:

1º) A noção de gênero

O primeiro capítulo é dedicado à noção de gênero. Iniciamos com a história da noção dentro da literatura até a introdução da linguística (década de 60). Depois apresentamos os principais autores e teorias da linguística que se dedicaram ao conhecimento do gênero do discurso até a introdução na comunicação com Bakhtin. Detalhamos o estudo de Bakhtin, principal referência quando se trata de conceito de gênero discursivo. Na terceira parte deste capítulo, a mais importante, desenvolvemos o estado da arte dos estudos de gêneros jornalísticos e demonstramos que o principal critério de definição de gênero para o campo do jornalismo é o critério da função (finalidade). Um critério que passa a ser relacionado com as propriedades da mídia pelos estudos sobre cibergêneros jornalísticos.

2º) Quadro teórico

No capítulo 2, o objetivo foi apresentar e analisar todo o referencial teórico desta pesquisa. A primeira seção objetiva mostrar as intersecções dos fundamentos de base da pragmática da comunicação e da análise do discurso. Uma vez cumprida esta tarefa, comparamos as condições de êxito como apresentadas pela pragmática e as condições de realização como sistematizadas pela análise do discurso a fim de se chegar a condições principais de análise. Na terceira parte, apresentamos o conceito de formação discursiva (FOUCAULT, 1969), o conceito de formação discursiva jornalística (RINGOOT; UTARD, 2005) e o conceito de paradigma jornalístico (CHARRON; DE BONVILLE, 2004), analisando comparativamente os dois últimos como o objetivo de compreender a importância das regularidades em nível de





estabilidade. Para completar o quadro teórico, destrinchamos a teoria da argumentação, a fim de compreender a diferença entre objetivo argumentativo e força argumentativa, destacando o conceito dos *topoi*, examinado pela nova retórica (PERELMAN, 1996), para esta teoria e para a nossa tese.

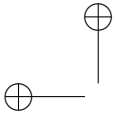
3º) Critérios de definição do gênero jornalístico

Este é o capítulo em que, através da análise do *corpus*, sugerimos as principais condições de definição do gênero jornalístico. A primeira seção se dedica à análise da lógica enunciativa. O objetivo é mostrar como o compromisso se dá pela relação entre objeto de realidade e enunciado, medida por tópicos universais que originam tópicos jornalísticos. **A equação da interpretação e sua força argumentativa** investiga os níveis argumentativos das composições discursivas jornalísticas, tendo como principal parâmetro o tratado da argumentação (PERELMAN, 1996). Em seguida, nos dedicamos aos jogos da identidade discursiva para compreender como se comportam status, lugares institucionais e relação entre sujeito comunicante, locutor e enunciador enquanto elementos das composições discursivas jornalísticas. Para finalizar, investigamos as forças das potencialidades do mídiu digital na configuração dos gêneros.

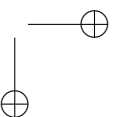
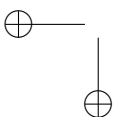
Em **Por uma outra classificação**, sintetizamos nossas conclusões e apresentamos nossa proposta de tese: os principais critérios de definição de gênero jornalístico se constituem nas complexas relações entre esses elementos condicionantes e influentes na sua realização: 1) a lógica enunciativa, que se dá na relação entre objetos de realidade, compromissos realizados e tópicos jornalísticos em função de finalidades reconhecidas da instituição jornalística; 2) a força argumentativa, que se dá na relação entre o grau de verossimilhança dos enunciados e o nível de evidência dos objetos, medida pelos tópicos jornalísticos; 3) a identidade discursiva efetiva do ato comunicativo, que se dá na relação entre sujeito comunicante, locutor e enunciador no ato mesmo

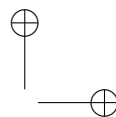
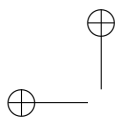
Livros LabCom





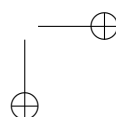
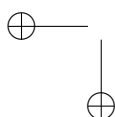
da “leitura”; 4) as potencialidades do mídiu, dentre condicionantes e influentes.

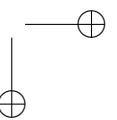
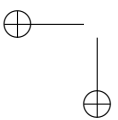
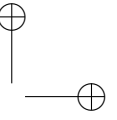
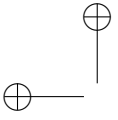




Parte II

A noção de gênero







Capítulo 1

Da essência à forma: o olhar da literatura

1.1 Essencialismo

A noção de gênero nasceu na Grécia Antiga, quando Platão, no livro II da República, criou uma divisão de poesia (mimética ou dramática, não mimética ou lírica e mista ou épica). Entretanto, foi Aristóteles que desenvolveu a primeira reflexão aprofundada sobre a existência de gêneros. Embora Aristóteles tenha desenvolvido, no livro I da Arte Retórica (335-323 a.C.), uma análise dos gêneros retóricos, foi a reflexão sobre os gêneros literários, na Poética, que se transformou na principal referência para todas as teorias genéricas da literatura e, conseqüentemente, para qualquer classificação ou sistematização de gêneros, seja na lingüística ou na mais recente análise do discurso.

Aristóteles criou duas básicas distinções: 1) entre real e ficcional; e 2) entre objetos representados, modalidades de representação e meios utilizados (CANVAT, 1999, p.42). A arte de imitar (*mimese*) era, para Aristóteles, uma tendência instintiva no homem. Pela imitação, dizia, o homem adquire conhecimentos. Pela imitação, o homem sente prazer. Da mesma forma, o homem sentiria prazer pela harmonia e pelo ritmo.



Desta natureza teria surgido a poesia, uma espécie de representação que diferiria segundo três características: meios, objetos e modos de imitar.

[...] 3. Contudo há entre estes gêneros três diferenças: seus **meios** não são os mesmos, nem os **objetos** que imitam, nem a **maneira** de os imitar. 4. Do mesmo modo que alguns fazem imitações segundo um modelo com cores e atitudes, - uns com arte, outros levados pela rotina, outros enfim com a voz; assim também nas artes acima indicadas, a imitação é produzida por meio do **ritmo**, da **linguagem** e da **harmonia**, empregados separadamente ou em conjunto. [...] (ARISTÓTELES, 1959, p. 269) (grifo nosso)

Os meios constituiriam voz, ritmo, metro, verso, linguagem ou harmonia. Os objetos compreenderiam os ‘tipos de homens’ dos quais tratava a obra, se nobres ou ignóbeis, virtuosos ou não virtuosos, melhores ou piores do que a média humana. E os modos estariam divididos em dois tipos principais: modo dramático e modo narrativo.

Através do cruzamento dos modos de enunciação com os objetos representados, Aristóteles obteve um quadro, amplamente citado, com quatro gêneros:

QUADRO 1 - GÊNEROS PARA ARISTÓTELES

OBJETO/MODO	DRAMÁTICO	NARRATIVO
SUPERIOR	tragédia	epopéia
INFERIOR	comédia	paródia

Os meios, então, tratavam do que veio a ser compreendido como meio de comunicação e dos aspectos formais do texto, desenvolvidos pela lingüística (séc. XIX). O objeto é da ordem da semântica, do que se chama de conteúdo ou temática. Ao passo que modo ou maneira está na dimensão da composição textual, entendida como: as relações entre aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais e relações lógicas pelos lingüistas; modo discursivo relacionado à finalidade pelos analistas do discurso; e como ações verbais pelos pragmáticos.



[...] Aristóteles, com efeito, concede uma cuidadosa atenção às distinções que é possível determinar no domínio da poesia, estudando esta na sua diversidade empírica e evitando considerá-la como pura e abstrata unidade (a poesia entendida como puro *raptus*, divino furor, etc. constituiria um domínio indiscriminável). [...] (AGUIAR E SILVA, 1979, p. 204)

Pode-se dizer, portanto, que Aristóteles operou uma divisão de critérios por três dimensões seguidas por diferentes correntes teóricas ao longo desses 25 séculos. A estas dimensões se somam mais três outras responsáveis pela divisão dos gêneros retóricos, a saber: a pessoa que fala, a pessoa a quem se fala e a finalidade. Como as preocupações se direcionavam para discursos oratórios, os elementos tratam de situações de fala. Emissor (falante), receptor (leitor) e finalidade são categorias trabalhadas ao longo da história e por diferentes correntes na literatura e na comunicação. Aprofundadas, repensadas ou analisadas, estas categorias não seguiram como critérios de diferenciação de gêneros, mas como elementos do sistema comunicativo.

Na teoria da literatura, no entanto, se cristalizaram os elementos descritos na Poética. Preocupado com os elementos formais, Aristóteles chega a dividir a elocução em letra, sílaba, nome, verbo, artigo, flexão e proposição. Diferencia a epopéia e a tragédia pela extensão (apreensibilidade do conjunto, princípio a fim da composição) e métrica (gravidade, amplitude do verso, raridade do vocábulo e altitude metafórica).

[...] Assinale-se, todavia, que na mente do Estagirita estes elementos formais se relacionam estreitamente com a própria substância da respectiva composição poética: o hexâmetro dactílico, por exemplo, é o metro mais afastado da fala vulgar, o que admite mais palavras raras e mais metáforas e por isso mesmo é o verso ideal para traduzir a grandeza e a solenidade da acção épica. (AGUIAR E SILVA, 1979, p. 206)

Cada 'espécie' teria sua finalidade própria, ou seja, cada um seguiria sua essência. A pureza formal dos gêneros se cristaliza, como se exis-



tisse uma lei natural que o regia. É o que se chama de **essencialismo**.

A esta tradição também se dedica o outro autor clássico da teoria dos gêneros literários: Horácio. Principal difusor da disciplina aristotélica na França, Horácio define o gênero mediante o metro e um conteúdo específico¹. Horácio acreditava que os poetas deveriam escolher as modalidades métricas conforme os assuntos a tratar, o que situou o gênero como entidade correspondente aos movimentos psicológicos do autor, desincentivando qualquer hibridismo. A teoria dos gêneros tornou-se prescritiva e normativa (CANVAT, 1999, p. 46).

São Aristóteles e Horácio as referências do movimento de teorização literária que tomou conta do século XVII, apogeu do Classicismo, era do rigor, do equilíbrio e da racionalidade.

[...] A idade clássica confere à história um sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis. [...] Os documentos dessa história nova não são outras palavras, texto ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins; [...]" (FOUCAULT, 1992, p. 145)

As ciências naturais e humanas evidenciaram a necessidade prática da classificação. Ordenar para preservar e manipular. A mesma ordem que se pretendia estabelecer para os seres vivos, se buscava na observação dos dados concretos visíveis dos textos.

[...] O gênero é concebido como uma espécie de essência eterna, fixa e imutável, governada por regras específicas e igualmente imutáveis. A regra da unidade de tom é cuidadosamente observada, mantendo-se uma distinção nítida entre os diferentes gêneros: cada um possuía os seus assuntos próprios, o seu estilo e os seus objectivos peculiares, devendo o poeta esforçar-se por respeitar estes elementos em toda a sua pureza. Os gêneros híbridos, resultantes

1. "Aristóteles e Horácio são os textos clássicos da teoria dos gêneros. Com base neles, encaramos a tragédia e a épica como espécies características (e, também, como as espécies maiores). [...]". (WELLEK; WARREN, 1971, p. 287).



da miscigenação de gêneros diferentes, como a tragicomédia, são rigidamente proscritos. Em França, o triunfo dos princípios clássicos foi acompanhado por um notório declínio da tragicomédia. (AGUIAR E SILVA, 1979, p. 209)

Assim como as classificações das coisas e dos seres vivos, os gêneros literários tinham divisões e subdivisões. A ambição era subdividir e hierarquizar. As regras eram seguidas como valores absolutos, ou seja, não eram pensadas enquanto critério de definição. Enquanto valores absolutos, teriam sido como que encontradas, ao invés de criadas (Wellek e Warren, 1962, p. 290-291).

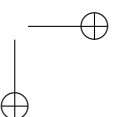
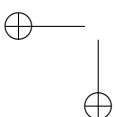
Independente de polêmicas geradas durante o século XVII, dentre as quais a mais tempestuosa foi entre antigos e modernos², na primeira metade do século XVIII, surgem as correntes neoclassicistas, que retomam a doutrina classicista francesa, mas sofrem uma crise de valores, característico do século em que é gestado o romantismo. Princípios como a crença no progresso do saber e das realizações do homem (iluminismo), espírito modernista e relativização dos valores estéticos afetam a teoria clássica dos gêneros. Voltaire, por exemplo, experimenta vários gêneros: tragédia (*A Morte de César*), poesia (*Discurso sobre o Homem*), contos fantásticos (*Zadig*) e romance de fundo moral (*Cândido*)³.

1.2 A estética dos gêneros

É no século XVII (1605) que surge a obra lançadora do romance

2. Os antigos consideravam as obras como modelos imutáveis, enquanto os modernos reconheciam a existência de uma evolução, defendendo a legitimidade de novas formas literárias. “[...] Entre as polêmicas que, na segunda metade do século XVI, em Itália, opuseram antigos e modernos e colocaram em discussão o conceito de gênero literário, merecem ser referidas a polêmica acerca do *Pastor fido* de Guarini e a polêmica acerca da natureza e da estrutura do poema épico, centrada em especial sobre Ariosto e Tasso.” (AGUIAR E SILVA, 1979, p. 211).

3. WIKIPÉDIA, Enciclopédia aberta. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Neoclassicismo>. Acesso em junho de 2006.





moderno, Dom Quixote. Produto da literatura espanhola, centro de resistência aos preceitos clássicos, Dom Quixote marca, também, a separação entre as semelhanças e os signos. A linguagem deixa ter uma relação direta com as coisas, como se o visível fosse legível, ordenável e classificável. Da relação das palavras com o mundo, nasce a relação das marcas verbais de si para si mesmas.

Dom Quixote é a primeira das obras modernas, pois que aí se vê a razão cruel das identidades e das diferenças desdenhar infinitamente dos signos e das similitudes: pois que aí a linguagem rompe seu velho parentesco com as coisas, para entrar nessa soberania solitária donde só reaparecerá, em seu ser absoluto, tornada literatura; pois que aí a semelhança entra numa idade que é, para ela, a de desrazão e da imaginação. [...] (FOUCAULT, 1992, p. 63-64)

Imaginação, emoção, sensação e aptidão são palavras-chave do **romantismo**. É a chamada estética do gênio⁴. Dos gêneros literários narrativos, o romance passa a ser o preferido. A visão de mundo nacionalista, que coloca o subjetivo em primeiro lugar, traz consigo a importância da invenção como valor estético. As formas rígidas são renegadas, como os versos de métrica. As propriedades formais e objetivas deveriam levar em conta a expressão subjetiva do eu. O hibridismo é respeitado e incentivado, de cujo texto mais famoso é o prefácio de *Cromwell* (1827) de Victor Hugo⁵.

A 'triáde' dialética objetivo, subjetivo e síntese (objetivo-subjetivo) é um dos mais importantes critérios de Hegel (*Cours d'Esthétique*) na definição de três gêneros: poesia épica, poesia lírica e poesia dra-

4. O gênio era uma qualidade nata do criador, uma aptidão. Importava a força da imaginação, o entusiasmo, as sensações. A teoria do gênio reivindica a voz das paixões e não obedece regras.

5. “[...] Nessas páginas agressivas e tumultuosas, Hugo condena a regra da unidade de tom e a pureza dos gêneros literários em nome da própria vida, de que a arte deve ser a expressão: a vida é uma amálgama de belo e de feio, de riso e de dor, de sublime e de grotesco, e uma estética que isole e apreenda somente um destes aspectos, fragmenta necessariamente a totalidade da vida e trai a realidade. [...]” (AGUIAR E SILVA, 1979, p. 214).





mática. A poesia épica seria objetiva porque representa o mundo e os acontecimentos, a lírica estaria voltada à subjetividade, ao eu individual, e a dramática, mais completa, seria por vezes subjetiva, por vezes objetiva. Uma teoria essencialista, fiel a Aristóteles, mas também historicista, pois ele defendia que o movimento dialético de um gênero a outro estava ligado à história.

O romantismo funda filosoficamente (por oposição ontológica do subjetivo e do objetivo) a tríade clássica. Ele mantém, por consequência, a tríade retórica, mas a justifica por uma estética histórica. Ele pesquisa a síntese e a transformação em um gênero englobante, seguindo uma ambição contraditória ao seu projeto de classificação histórica. O tema da mistura dos gêneros é onipresente, englobando gêneros históricos, modos, verso e prosa, estilos. [...] (COMPAGNON, 2001) (tradução e grifo nosso)⁶

1.3 A genealogia dos gêneros

Este historicismo foi herdado por Ferdinand Brunetière (1847 – 1916), crítico e professor universitário francês que propõe para os gêneros literários o mesmo que a biologia de Charles Darwin (A Origem das Espécies, 1859) para as espécies animais: uma taxonomia evolutiva, em que operam as linhas genealógicas das espécies.

[...] Deste modo, Brunetière apresenta o gênero literário como um organismo que nasce, se desenvolve, envelhece e morre, ou se transforma. [...] Tal como algumas espécies biológicas desaparecem,

6. «Le romantisme fonde philosophiquement (par l'opposition ontologique du subjectif et de l'objectif) la triade classique. Il maintient par conséquent la triade rhétorique, mais la justifie par une esthétique historique. Il recherche la synthèse et le dépassement dans un genre enveloppant, suivant une ambition contradictoire avec son projet de classification historique. Le thème du mélange des genres est omniprésent, englobant genres historiques, modes, vers et prose, styles. [...]» COMPAGNON, A. **Théorie de la littérature: la notion de genre.** Université de Paris IV – Sorbonne, Fábula, 17 de fevereiro a 25 de maio de 2001. Disponível em <http://www.fabula.org/compagnon/genre7.php>. Acesso em fevereiro de 2008.



vencidas por outras mais fortes e mais bem apetrechadas, assim alguns gêneros literários morreriam, dominados por outros mais vigorosos. A tragédia clássica teria sucumbido ante o drama romântico, exactamente, como, no domínio biológico, uma espécie enfraquecida sucumbe perante uma espécie mais forte. Outros gêneros, porém, através de um mais ou menos longo processo evolutivo, transformar-se-iam em gêneros novos, tal como algumas espécies diferentes: assim, segundo Brunetière, a eloquência sagrada do século XVII ter-se-ia transformado na poesia do período romântico. (AGUIAR E SILVA, 1979, p. 216)

Na teoria de Brunetière, o gênero teria uma essência, cuja evolução seria igual em todo lugar numa mesma linha temporal; teria vida própria e não seria apenas uma etiqueta; se diferenciava como as espécies (biológicas); teria uma permanência histórica como um ser vivo, com infância, maturidade e decadência; poderiam se modificar e se transformar segundo relações entre eles e uma lei de seleção natural.

A força que permite a um gênero viver mais do que outro estaria determinada por uma série de elementos sociais e históricos, a exemplo da própria imprensa. As mudanças progressivas do gêneros ocorreriam através da história das lutas de uns contra outros. A noção de gênero muda.

Parece, todavia, preferível dizer que a concepção do gênero se modifica no século XIX, porquanto ela não desaparece, e menos ainda a prática de escrever dentro de gêneros. Com o vasto **alargamento do público** no século passado, passou a haver mais gêneros; e, com a mais **veloz difusão proporcionada pelo embaratecimento do custo da impressão, a vida deles é mais curta ou conhecem transições mais rápidas**. O “gênero”, no século XIX e no actual [séc. XX], sofre da mesma dificuldade que o conceito de “época”; apercebemo-nos das rápidas modificações da moda literária – surge uma geração literária nova em cada década, e não em cada novo século, como anteriormente; assim, por exemplo, na moderna poesia americana, temos a era do *vers libre*, a era de Eliot, a era de Auden. [...] (WELLEK E WARREN, 1962, p. 293-294) (grifo nosso)



Embora Brunetière tenha revolucionado a teoria literária por ter introduzido a perspectiva histórica nos estudos de gêneros literários, ele é acusado de desconsiderar a dimensão individual da obra e de transferir de modo simplista o conceito de evolução da biologia para a literatura, alimentando uma confusão entre as concepções de gênero e espécie.

1.4 Gênero: elemento de um sistema

A evolução dos gêneros literários no Formalismo Russo (anos 20) abandona a linha 'genética', defendendo a observação empírica das obras. O Formalismo Russo propõe compreender o gênero segundo seu caráter evolutivo, mas como uma evolução dada historicamente, e não como um fator interno ao gênero, independentemente do seu ambiente e tempo (TODOROV, 1981). Esta corrente, influenciada pelo estruturalismo (Saussure), introduz as noções de sistema, dominante e funções da linguagem (Jakobson), que se tornam as bases fundamentais dos critérios de classificação dos gêneros jornalísticos.

A primeira aproximação ao formalismo é de Benedetto Croce, esteta italiano contrário ao idealismo do conceito de gênero e preocupado com a singularidade expressiva da obra. Para Croce, a obra poética revela-se como intuição-expressão; toda obra suscitava uma reação intuitiva que levava à reação lógica⁷. Uma classificação genérica, portanto, violentaria a individualidade da obra. O filósofo negava qualquer possibilidade de fundamentar o gênero literário na obra, mas o situ-

7. « Croce est celui qui a exprimé la plus forte hostilité au genre, et son influence a été grande. Il opposait *intuition* et *logique*. À ses yeux, les catégories génériques pervertissent les réactions du lecteur qui tente de les appliquer à une oeuvre particulière ; elles le font passer d'une réaction intuitive à une réaction logique. De ce point de vue anti-théorique, une classification générique de la littérature est un déni de la nature même de la littérature et fait violence à la sensibilité du critique et à l'individualité de l'objet. [...] » COMPAGNON, A. **Neuvième leçon : Approches formalistes des genres**. Cours de Théorie de la littérature: la notion de genre, Paris IV, Sorbonne, 27 de abril de 2001, 2º parágrafo. Disponível em <http://www.fabula.org/compagnon/genre9.php>. Acesso em janeiro de 2006.





ava como instrumento útil na história literária, cultural e social. Toda obra pertenceria a um gênero, entendido como horizonte de expectativas (Jauss), quer dizer, um conjunto de regras pré-existentes às obras que orientam a percepção (COMPAGNON, 2001).

A historicidade dos gêneros dependeria dos sistemas literários nos quais estavam inscritos. Em um sistema, a mudança de um elemento implica na mudança de outros. Portanto, um gênero novo ou transformado, significaria uma transformação interna ao sistema. Esta concepção estava em sintonia com a de linguagem, definida por Ferdinand de Saussure, criador do termo ‘estruturalismo’ em *Cours de linguistique générale* (1916). Ele procurou entender a estrutura da linguagem por uma visão sincrônica, ou seja, como um sistema em funcionamento em um dado ponto do tempo. Para o estruturalismo, a estrutura (conjunto de equivalências e oposição) era a propriedade de definição do objeto. A diferença entre língua e fala, sugerida por Saussure, mostrou uma dimensão ordinária até então escusa.

Os elementos de um sistema cumpririam diversas funções. Era preciso compreender a relação entre as funções destes elementos com o sistema. Daí surgem as preocupações com a diferenciação entre tipos e gêneros, o conceito de dominante (Jakobson), de onde se origina a teoria das funções da linguagem, teoria esta que deu origem ao principal fundamento de classificação de gênero no jornalismo: a finalidade.

Num primeiro momento, dominante era o elemento focal de uma obra, que governa, determina ou transforma os outros elementos. Ou seja, estava circunscrito ao sistema estruturante do texto. Ainda que fundamentasse a concepção formalista de evolução literária, o dominante pressupunha a idéia de sistema hierárquico de valores internos. Mais tarde, entretanto, a noção de dominante vai ser pensada em relação às funções da linguagem: emotiva, referencial, poética, fática, metalingüística e conativa. Assim como os elementos internos, as funções seguiam um sistema hierárquico. Cada função, determinada por um elemento do ato de comunicação (emissor, contexto, mensagem, contato, código, destinatário), predominaria sobre as outras. As funções





vão colocar em pauta, além de dimensões lingüísticas como mensagem e código, dimensões extralingüísticas como emissor, contexto, contato e destinatário. Jakobson, em 1960, no influente artigo *Linguistique et poétique*, chegou a ligar a tríade romântica às funções da linguagem, construindo um quadro: o lírico teria função emotiva e conativa; o épico teria a função referencial e o drama a função conativa⁸.

Ao longo da história, os parâmetros de definição de gênero pertenceram a diferentes **paradigmas**. Na época racionalista do **classicismo**, o gênero foi compreendido como valor absoluto, com lei natural que o regia. No **romantismo**, a noção, combatida, não importava e sim sua diversidade e hibridismo. Com o **darwinismo**, volta a substancialidade do gênero, que ditava a gênese do ser. Com o **formalismo** e a **semiologia** estrutural, as dimensões histórica, espacial e discursiva mudam o paradigma de compreensão do texto. O **estruturalismo** e o **formalismo** russo foram o que seria o último paradigma conceitual da literatura até os dias atuais.

Atualmente, entretanto, vivemos um momento de reivindicações da análise processual, da dinâmica, das interfaces, do hibridismo. Essas reivindicações começam com Bakhtin, que passa a requerer uma linguística que não exclua a situação da enunciação como a linguística de Saussure. Hoje, a maioria das correntes lingüísticas, influenciadas pela retórica e pela pragmática (inglesas), exigem a inclusão da noção “sócio”. Os fundamentos das teorias de gêneros no jornalismo, natu-

8. « Les formalistes étudient les fonctions des éléments et leurs relations au système. C'est dans ce cadre qu'ils s'intéressent aux genres et types. Suivant eux, la différence entre langue littéraire et langue ordinaire (la « littéarité ») tient à la *défamiliarisation* comme procédé (voir Chklovski, « L'art comme procédé », 1917). L'art renouvelle la perception automatisée de la langue par des procédés qui défamiliarisent. Les genres sont ainsi conçus comme des « groupements constants de procédés » (p. 302) ; ils varient suivant l'organisation et la hiérarchie des procédés qu'ils mettent en jeu. Jakobson appellera *dominante* le ou les procédés auquel les autres sont soumis. Le concept de *dominante* décrit l'élément d'un type, par exemple la prosodie, qui caractérise la forme et détermine les autres éléments. » COMPAGNON, A. **Approches formaliste des genres**. Disponível em <http://www.fabula.org/compagnon/genre9.php>. Acesso em agosto de 2006.



QUADRO 2 - PARADIGMAS E GÊNERO NA LITERATURA

PARADIGMAS	GÊNERO
X – XVI Essencialismo Classicismo /Neoclacissismo (Aristóteles / Horácio)	Espécie de essência imutável Valor absoluto
XVIII Romantismo (Hegel)	Imaginação
XIX Naturalismo/Darwinismo (1859) Brunetière (1906)	Substancialidade
1910-1930 Formalismo Russo (Tomashevsk/Bakhtin/Todorov)	Elemento de um sistema
1916 Ferdinand de Saussure 1929 Roman Jakobson	Elemento de sistemas dominantes Funções da linguagem

ralmente advindas da linguística, foram gestados no formalismo e estruturalismo, mas, hoje, há um movimento reivindicativo da dimensão social e pragmática na constituição dos gêneros discursivos.



Capítulo 2

Dos estudos linguísticos à chegada na comunicação

2.1 Conceitos-chave para o estudo de gênero

No século 20, com a linguística e a teoria formalista da literatura, surgiram os fundamentos hoje ainda válidos e discutidos quando se trata da noção de gênero, textual ou discursivo: “funções da linguagem” de **Roman Jakobson** (1929), “propriedades discursivas” de **Tzvetan Todorov** (1978), “dialogismo”, “endereçamento” e “gênero do discurso” de **Mikhail Bakhtin** (e o seu círculo, 1963), que trabalhou com o “horizonte de expectativas” de **Hans Robert Jauss** (1972), intertextualidade de **Julia Kristeva** (1969, semiologia), enunciado e enunciação (**Benveniste e Dubois**, 1970) e a narratologia de **Gérard Genette** (1972). Hoje, um consenso dos campo de investigação sobre a noção de gênero é a importância do aspecto “social” na sua construção, ou seja, da instituição, da situação, dos elementos que compõem a troca comunicativa.

[...] É somente nessa situação social de interação que se podem apreender a constituição e o funcionamento dos gêneros. O que constitui um gênero é a sua ligação com uma situação social de





interação, e não as suas propriedades formais [como pensava a linguística aplicada]. (RODRIGUES, 2005, p. 164)

Assim sintetiza uma das pesquisadoras do recente livro “Gêneros: teorias, métodos, debates”, uma das mais detalhadas obras brasileiras sobre metodologias de estudo de gênero (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005). As linhas atuais mais importantes têm sido chamadas de “sócio-semiótica” (HASAN, MARTIN, FOWLER, KRESS, FAIRCLOUGH), “sócio-retórica” (SWALES, MILLER, BAZERMAN) e “sócio-discursivas” (BAKHTIN, ADAM, BRONCKART, MAINGUENEAU). Ou seja, a ênfase está no prefixo “sócio”. O objeto muda de produto para processo. A estrutura textual, semântica e sintática do texto vai perdendo força para elementos da troca comunicativa. A noção de gênero deixa, aos poucos o estruturalismo e se torna cada vez mais funcionalista – o paradigma ainda atual. Os vestígios deixados na epiderme do texto passam a segundo plano em relação às funções do ato comunicativo e estatuto dos participantes da comunicação, por exemplo. Mais ainda, dos vestígios do processo comunicativo deixado na epiderme do texto, passa-se à institucionalização do processo como motivo para a composição do produto.

Com efeito, os gêneros não são outra coisa senão uma escolha entre os possíveis do discurso, tornado convencional pela sociedade. Por exemplo, o soneto é um tipo de discurso que se caracteriza por constrangimentos suplementares no metro e nas rimas. Mas não há nenhuma razão para limitar esta noção de gênero à literatura: fora dela a situação não é diferente. [...] Vê-se que o gênero do discurso deve tanto à matéria linguística, como à ideologia historicamente circunscrita na sociedade. (TODOROV, 1981, p. 24)

O reconhecimento de Todorov quanto à importância da “ideologia historicamente circunscrita na sociedade” representa um primeiro movimento no que vem a ser consolidado por Bakhtin. A dimensão da matéria linguística vai ficando em segundo plano em relação à dimensão histórica e social da linguagem.



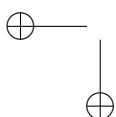


A linguística estruturalista (SAUSSURE, 1917), a antropologia estrutural (PROPP, 1928 e LÉVI-STRAUSS), a análise do discurso (PÊCHEUX, 1969), a pragmática da comunicação (AUSTIN, 1970) e a etnometodologia (GARFINKEL, 1967) trouxeram as questões do sujeito, da materialidade histórica, da intersubjetividade, produção de sentido, das trocas cotidianas e sistemas culturais para a compreensão do ato comunicativo. O conceito de ‘ato de fala’ buscava a compreensão do fazer ao falar a partir de suas dimensões extralingüísticas. A linguística estruturalista, embora considerasse a fala como fenômeno individual, os elementos lingüísticos desprovidos de envolvimento ideológico e a linguagem como um sistema imutável de elementos lingüísticos, a colocou como fator preponderante da interação social. A análise do discurso deslocou o sujeito, problematizou a interpretação, considerou as condições de produção na formação do sentido. As análises dos mitos e relatos folclóricos de Propp e Lévi-Strauss mostraram a importância da linguagem para as ciências humanas. Além da etnometodologia, que se centrou na interação cotidiana, principalmente na fala informal, ou seja, na conversação.

Dentre os autores que se dedicaram mais especificamente à noção de gênero no campo da literatura estão Todorov, Bakhtin (formalistas) e Genette. Este último se debruçou sobre o gênero narrativo, clássico, desenvolvendo um método de análise das obras literárias (narratologia), enquanto Todorov e, mais propriamente Bakhtin, pensaram os gêneros da prática discursiva prosaica, introduzindo fundamentos como a concepção sócio-histórica e ideológica da linguagem e a pragmática.

Dentre as categorias decisivas para a noção de gênero, estão: **enunciado e enunciação; dialogismo e endereçamento** de Bakhtin; as **condições de produção** (contexto) sugeridas pela AD; a releitura de Genette sobre **intertextualidade**, dividindo-a em cinco categorias (arquitextualidade, paratextualidade, hipertextualidade, metatextualidade e transtextualidade) e a diferenciação de **gênero, tipo e modo; o horizonte de expectativas** (Jauss) e certamente as **funções da linguagem** (Jakobson).

Livros LabCom





A oposição entre enunciado e enunciação aparece com a análise linguística europeia. A enunciação é apresentada com o surgimento do sujeito no enunciado e a relação deste sujeito-locutor com o interlocutor através do texto.

Qual pode ser então a oposição entre enunciação e enunciado numa tal perspectiva? Pode-se descobrir daí muitos aspectos. Define-se enunciação como o engendramento de um texto por um sujeito falante que se vê submetido às regras da estrutura, ou melhor das estruturas sucessivas. O sujeito é dominado pela estrutura do texto que ele não pode nem mesmo emitir. Dos dois termos da oposição, o enunciado é valorizado; ele é o reflexo do processo de enunciação na sua totalidade. [...] (DUBOIS, 1969, p. 102) (tradução nossa)¹

O dialogismo é como um princípio constitutivo da linguagem, em cuja cadeia todo discurso está inserido. O discurso tem o caráter de diálogo sem conclusão. O enunciado é visto como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo. A conclusibilidade do enunciado está no fato de ser a “real unidade da comunicação discursiva”, pois o discurso só pode existir na forma de enunciados².

1. « Que peut être alors l'opposition de l'énonciation et de l'énoncé dans une telle perspective? On peut en découvrir plusieurs aspects. On définit énonciation comme l'engendrement d'un texte par un sujet parlant qui se voit imposer les règles de la structure, ou plutôt des structures successives. Le sujet est dominé par la structure d'un texte qu'il ne peut pas ne pas émettre ainsi. Des deux termes de l'opposition, l'énoncé est valorisé; il est le reflet du procès d'énonciation dans sa totalité. [...] » (DUBOIS, 1969, p. 102).

2. O enunciado concreto, ao longo de várias obras de Bakhtin (e diferentes traduções), pode substituir palavra, texto e, até, enunciação. Em “Problemas da poética de Dostoiévski” (1997 [1929]), a língua é vista como discurso, pois não pode, para o autor, ser dissociada de seus falantes e de seus atos, das esferas sociais, dos valores ideológicos. Diferentemente da linguística textual e da semântica argumentativa (Ducrot, 1987), para a teoria bakhtiniana, o texto não corresponde à essência de um enunciado, porque este se constitui de elementos extralingüísticos e está vinculado a outros enunciados. O enunciado seria uma unidade mais complexa que transcenderia o próprio texto. RODRIGUES, Rosângela. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin in: MEURER, J.L., BONINI, Adair,



São as mesmas propriedades pragmáticas encontradas no trabalho do grande admirador e um dos maiores promotores da obra de Bakhtin, Tzvetan Todorov (1981):

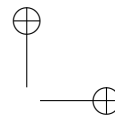
‘Propriedade discursiva’ é uma expressão que eu tomo em sentido inclusivo. Todos sabem que, mesmo que consideremos apenas os gêneros literários, qualquer aspecto do discurso pode ser tornado obrigatório. [...] Poderíamos servir, para reagrupar estas diferentes espécies de propriedades [...], da terminologia do semiótico Charles Morris, adoptando-a aos nossos objetivos: essas propriedades revelam tanto do aspecto **semântico** do texto, como do aspecto **sintático** (a relação das partes entre si), tanto da **pragmática** (relação entre utentes), como finalmente do **verbal** (termo ausente em Morris, que nos poderia servir para englobar tudo o que diz respeito à materialidade dos signos). (TODOROV, 1981, p.51) (grifo nosso)

Embora, neste trecho, Todorov destaque apenas os ‘utentes’ (participantes) dentre as outras condições extralingüísticas, ele se afirmava, neste trabalho, muito mais intrigado com os constrangimentos³ que dizem respeito ao aspecto pragmático do texto, do que com a sua estrutura semântica, sintática ou verbal. O ato de fala que determinaria a identidade de um gênero seria circunscrito em “horizonte de espera” (Jauss) e “contrato ficcional” (estabelecido por especialistas do campo literário). Ou seja, o gênero é produzido ou compreendido por um sistema sócio-cultural institucionalizado. A idéia de que os enunciados constituem uma cadeia dialógica está calcada num conjunto de concepções definidoras dessa perspectiva discursiva: enunciado, enunciação e discurso em relação a texto, ideologia, o caráter sócio-histórico

MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros : teorias, métodos, debates**. São Paulo, Parábola Editorial, 2005, p. 157.

3. A palavra ‘constrangimentos’, utilizada por Todorov, é, atualmente, trabalhada por muitos autores da Análise do Discurso, como se verá mais à frente. “[...] Tudo o que se pode dizer é que certas propriedades discursivas são mais importantes do que outras; estou pessoalmente muito mais intrigado com os constrangimentos que dizem respeito ao aspecto pragmático do texto, do que com a sua estrutura fonológica”. (negrito nosso) (TODOROV, 1981, p. 52).

Livros LabCom



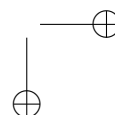
da linguagem, interação verbal (endereçamento) e atividade humana.

Todorov, assim como Bakhtin, ocupava-se em compreender as transformações que os atos de fala sofriam para produzir gêneros, principalmente, literários. Sua escolha girava em torno das questões sociais e históricas:

A necessidade de institucionalização permite responder a uma outra questão que se tentou colocar: admitindo mesmo que todos os gêneros provêm de actos de fala, como explicar que todos os actos de fala não produzam géneros literários? A resposta é: uma sociedade escolhe e codifica ao actos que correspondem de modo mais significativo à sua ideologia; é por isso que existem determinados géneros numa sociedade e a sua ausência numa outra é reveladora dessa ideologia, e permite-nos diagnosticá-la com uma maior segurança. [...] (TODOROV, 1981, p. 53)

De fato, Bakhtin uniu conhecimentos da Pragmática da Comunicação à sua formação marxista. O autor descola o foco da estrutura interna dos textos (estruturalismo e lingüística) para compreender o discurso por suas dimensões extralingüísticas. Mas não como a Pragmática, para a qual a situação de fala pode ser analisada pelo contexto do momento. Bakhtin situa as dimensões de ‘lugar dos participantes’, de conteúdo e de composições verbais histórica e socialmente. As circunstâncias institucionais, para o formalista russo, deveriam ser compreendidas não apenas como situação contextual, mas sim como institucional, no que uma instituição significa enquanto campo, sociedade, história e ideologia.

Essa divisão afirma a importância do campo social, sua dinâmica, cultura, pois trabalha com o que há de estável e, normativo até, das instituições sociais. A noção de gênero como tipo relativamente estável considera que, às situações de interação verbal típicas, corresponderiam unidades discursivas típicas. Dentro de uma dada esfera social e por um determinado período, as dimensões extralingüísticas – finalidades discursivas, as concepções de emissor (autor) e receptor (destinatário), papéis, responsabilidades – se estabilizam.





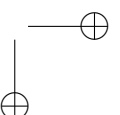
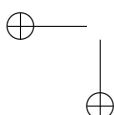
Cada esfera, com sua função socio-ideológica particular (estética, educacional, jurídica, religiosa, cotidiana, etc.) e suas condições concretas específicas (organização socioeconômica, relações sociais entre os participantes da interação, desenvolvimento tecnológico etc.), historicamente formula na/para a interação verbal gêneros discursivos que lhe são próprios. Os gêneros se constituem e se estabilizam historicamente a partir de novas situações de interação verbal (ou outro material semiótico) da vida social que vão se estabilizando, no interior dessas esferas. (RODRIGUES, 2005, p. 153)

Embora com fundamentos teóricos diferentes, tanto Jakobson quanto Todorov e Bakhtin trabalhavam com o ‘ato de comunicação’. Portanto, em dimensões que transcendiam o linguístico. Jakobson, entretanto, entendia como funções de um sistema mais amplo, enquanto Todorov e Bakhtin situavam, social, histórico e institucionalmente, as dimensões do ato comunicativo. Para estes não se tratava de função, mas de elementos constitutivos do enunciado. Não se falava em hierarquia destes elementos, mas no fato de o destinatário, por exemplo, fazer parte de todo e qualquer enunciado; característica que batizou de “endereçamento”.

Portanto, o direcionamento, o **endereçamento**, do enunciado é sua peculiaridade constitutiva, sem a qual não há nem pode haver enunciado. As várias formas típicas de tal direcionamento e as diferentes concepções típicas de destinatários são peculiaridades **constitutivas e determinantes dos diferentes gêneros do discurso**. (BAKHTIN, 2003, p. 305) (grifo nosso)

O endereçamento é um traço do processo de interação discursiva. Na prática social, importa o direcionamento do enunciado, isto é, campo em que se fala e para o qual se fala, além dos contextos culturais. A dialogia entre ouvinte e falante, então, era compreendida como um processo de interação ‘ativa’, em que produção e compreensão constituiriam uma atividade. A análise do endereçamento pelos vestígios dos enunciados deveria levar em conta esta natureza ‘responsiva’ da recepção.

Livros LabCom





A noção de vestígios, que vem a se tornar fundamental para a teoria da Recepção, para os Estudos Culturais e correntes da análise do discurso, fundamentava a concepção, hoje consolidada, de que as dimensões extralingüísticas poderiam ser reveladas pelas pegadas deixadas na epiderme do texto. Não só a dimensão de conteúdo (semântica) ou da composição, como defendia a linguística, mas do contexto institucional, de emissor e de destinatário. Nessa perspectiva, a dimensão de interlocução ganha um destaque decisivo. As formas típicas de direcionamento são consideradas por Bakhtin, não apenas características “constitutivas”, mas, além disso, “determinantes” dos gêneros do discurso.

Na verdade, nos parece que, para Bakhtin, as concepções de constitutivo e determinante querem dizer a mesma coisa. Se o endereçamento é um elemento constitutivo do enunciado e este, quando freqüente e estável, configura um gênero, então, de certa forma, o determina.

Passemos ao elemento terceiro e mais importante para nós – as formas estáveis *de gênero* do enunciado. A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*. Essa escolha é **determinada** pela especificidade de um **dado campo da comunicação discursiva**, por **considerações semântico-objetais** (temáticas), pela **situação concreta da comunicação discursiva**, pela **composição pessoal dos seus participantes**, etc. A intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero. [...] (BAKHTIN, 2003, p. 282) (grifo nosso)

Mas, então, surge a questão: como se dá a relação entre os aspectos que determinam a escolha de um gênero? Num ato comunicativo, todos os aspectos são implicados. Não haveria uma hierarquia do grau de importância dos elementos? Não parece razoável que a dimensão dos participantes seja um elemento mais forte na caracterização do gênero do que o tema?

O endereçamento, por exemplo, é um processo que considera o ‘destinatário’ constitutivo do enunciado. Mas, essa dimensão extra-



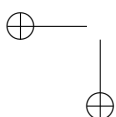


lingüística, que, para Bakhtin, deveria ser examinada no interior do enunciado, inclui também aspectos de configuração do enunciado com facetas imperceptíveis como vestígios do discurso: por exemplo, o contexto situacional no processo de produção do discurso (inclusive em se tratando de jornalismo) e horizonte de expectativas (Robert Jauss). O horizonte de expectativas é entendido como uma disposição específica do público que o conduz a determinadas posturas e desperta neste a lembrança do já lido. Há um sistema de referências formado pelas expectativas que, no momento histórico do aparecimento da obra, resultam do conhecimento prévio do gênero, da forma e da temática de obras já conhecidas, como também da oposição entre a linguagem poética e a linguagem prática.

[...]: em primeiro lugar, a partir das **normas conhecidas** ou da poética imanente ao **gênero**; em segundo, da **relação implícita** com **obras** conhecidas do **contexto histórico-literário**; e, em terceiro lugar, da **oposição** entre **ficção e realidade**, entre função poética e a função prática da linguagem, oposição esta que o leitor que reflete, faz-se sempre presente durante a leitura, como possibilidade de comparação. Esse terceiro fator inclui ainda a possibilidade de o leitor perceber uma nova obra tanto a partir do horizonte mais restrito de sua expectativa, quanto do horizonte mais amplo de sua experiência de vida. [...] (JAUSS, 1994, p. 29)

A noção de horizonte de expectativas está na face receptiva da moda da interlocução, mas invoca um elemento cultural e social das ‘normas conhecidas’, em outras palavras, a coordenada de tempo-espço, sem a qual não se pode pensar em gênero. Na verdade, tanto falante como ouvinte, autor ou leitor, produtor ou usuário, operam relações discursivas orientadas pelos saberes sociais, do qual fazem parte normas, verdades reconhecidas, paradigmas ou noções culturais. São esses conhecimentos comuns, social e historicamente determinados, que fundamentam a noção de intertextualidade de Kristeva (1969), herdeira da noção de dialogismo, e as relações transtextuais sistematizadas por Genette (1982).

Livros LabCom



A partir da nomenclatura de Kristeva e em diálogo com sua obra, Genette sugere cinco tipos de relações transtextuais: intertextualidade, arquitextualidade, hipertextualidade, paratextualidade e metatextualidade. A intertextualidade, mais estrita para o autor, é uma relação de copresença entre dois ou mais textos, como por exemplo as citações. A paratextualidade é a relação que, no conjunto de uma obra, o texto mantém com paratextos como o título, o subtítulo, prefácio, etc. A metatextualidade é a relação que une um texto a outro texto do qual ele fala sem necessariamente o citar ou nomar. A arquitextualidade se trata de uma relação que não articula senão uma menção paratextual, como a classificação de narrativas e de gêneros. E a hipertextualidade, categoria à qual se dedica em *Palimpsestes*, é toda relação pela qual um texto se une a um texto anterior, no qual ele se enxerta de maneira que não é aquela do comentário (GENETTE, 1982, p. 7-13).

A noção de arquitextualidade é a mais influente na compreensão do gênero. Os arquitextos se configurariam como tais num espaço e tempo, transformando-se em clássicos de uma dada tradição. Mas não significa que escapariam totalmente da historicidade. Os ‘arqui’ devem sustentar e conter uma série de gêneros empíricos, como um romance contém o romance policial, o qual pode ser dividido em policial realistas, policialesco. Todo gênero poderia conter sempre vários outros gêneros. Os gêneros seriam apenas as categorias propriamente literárias (próprias ao nível estético da literatura). Os modos seriam as categorias provenientes da linguística ou mais exatamente de “uma antropologia da expressão verbal”. E os tipos seriam os ideais, os tipos ideais, classes mais vastas e menos específicas, como o tipo épico.

O estudo dos gêneros, originado da literatura, se abre a outros campos sociais com Mikhail Bakhtin, na década de 70, quando o formalista russo (e seu círculo) tem vários artigos e livros publicados e até revelados⁴. Apenas quatro anos depois de sua morte, em 1979, *Estética da*

4. Em 1963, o pensamento de umas das mais importantes referências no conhecimento atual sobre gênero discursivo chama a atenção do público com *Problèmes de la poésie de Dostoievski*. “Em 1973, um lance teatral: várias fontes autorizadas



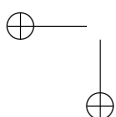
Criação Verbal é publicada⁵, tornando-se obra referência, ainda hoje, para os estudos do gênero discursivo. Esse livro, uma coletânea de primeiros e últimos artigos de Bakhtin, mostra a influência de disciplinas que haviam surgido no final da década de 60 e início de 70 e que influenciaram, junto com outras teorias, na formação da Análise do Discurso.

É nesse quadro que Bakhtin, de certa forma antecipando concepções da lingüística moderna, defende a língua como ato social, fundada nas condições do ato comunicativo, portanto, dotada de ideologia e situada historicamente. Trata-se de uma nova ciência, em que o discurso representa a interação social, cuja unidade é o enunciado. O enunciado é a peça fundamental na teoria de Bakhtin, embora o situe no dialogismo e o defina segundo o endereçamento. Como já dito acima, a noção de gênero discursivo como tipo relativamente estável considera que, às situações de interação verbal típicas, corresponderiam unidades discursivas típicas. Esta afirmação munuiu toda uma tradição dos estudos de gênero, no campo da comunicação, pelos enunciados e não pela enunciação.

(soviéticas) revelam que Bakhtin é o autor, ou em todo caso o co-autor principal, de três livros e de vários artigos, publicados sob outros nomes na URSS, no final dos anos 20 [...]. Porém, esse enriquecimento da bibliografia bakhtiniana só podia aumentar a perplexidade dos leitores que já haviam tido dificuldade em compreender a relação entre seu Dostoiévski e seu Rabelais, pois os textos dos anos 20 faziam ouvir o temo de voz ainda mais diferentes: o de uma crítica violenta, de inspiração sociológica e marxista, da psicanálise, da lingüística (estrutural ou não) e da poética, tal como a praticavam os formalistas russos.” TODOROV, T. Prefácio à edição francesa in: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003, pg. XIV.

5. “Enfim, último fato imprevisto (até agora): em 1979, é publicado um novo volume de inéditos, preparado por seus editores; é esse livro que se encontra traduzido aqui. Comporta, no essencial, os primeiros e os últimos escritos de Bakhtin: uma grande obra anterior ao período sociológico, e notas e fragmentos datados dos últimos vinte anos de sua vida. [...]” TODOROV, T. Prefácio à edição francesa in: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. XV.

Livros LabCom





2.2 Bakhtin: a noção de gênero chega na comunicação

I. A proisificação da cultura

Embora a noção de gênero adotada pela comunicação tenha sido fortemente influenciada pela teoria das funções da linguagem de Jakobson e pelos critérios linguísticos da classificação de Émile Benveniste (1902 – 1976), foi a noção de gênero de discurso do formalista russo Mikhail Bakhtin⁶ que entrou e se estabilizou no campo de comunicação. São dois os principais motivos: 1) Bakhtin estudava e defendia a proisificação da cultura; e 2) seu modelo pragmático focava na ação de comunicação propriamente dita.

Num momento em que os formalistas reintroduziam uma visão processual e dinâmica dos gêneros, em que surgiam os gêneros prosaicos, Bakhtin foi responsável por introduzir a prosa nos estudos literários. Bakhtin trouxe a discussão de gêneros, restrita à literatura, para outras áreas. O pesquisador russo aproveitou o que representava o romance no seu nascimento e o trouxe como objeto principal de seus estudos.

[...] A valorização do romance nos estudos de Bakhtin não se deve ao fato de ele ser o gênero maior da cultura letrada. Na verdade, o romance só lhe interessou porque nele Bakhtin encontrou a representação da voz na figura dos homens que falam, discutem idéias, procuram posicionar-se no mundo. Isso para não dizer que, no romance, a própria cultura letrada se deixa conduzir pelas diversas

6. Os textos de Bakhtin, produzidos no Círculo de Bakhtin (denominação dada a um grupo de intelectuais e poetas russos que se reunia de 1919 a 1974, composto entre outros, por Bakhtin, Voloshinov, Medvedev), são do início da década de 20, mas só começam a ser publicados na década de 60. A publicação feita sem critério cronológico tem manuscritos inacabados dentre os quais alguns atribuídos a Bakhtin parecem ter sido escritos por Voloshinov e Medvedev. Rodrigues, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin, in: MEURER, J.L., BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros : teorias, métodos, debates**. São Paulo, Parábola Editorial, 2005, p.152.





formas discursivas da oralidade contra as quais ela se insurgia. [...] (MACHADO, 2005, p. 153)

Seu conceito de *dialogismo*, ao colocar o berço dos gêneros na esfera prosaica da linguagem, seduziu todos aqueles que queriam trabalhar com o discurso cotidiano, precisavam compreender a esfera do reconhecimento, ou ainda, analisar o hibridismo e a pluralidade. Os mais diversos gêneros da comunicação cotidiana, além da comunicação cultural organizada, ganham o estatuto de gêneros da linguagem, tipos que mecerem ser analisados. Ao invés de analisar o impacto da cultura letrada na tradição oral, Bakhtin reivindica o exame das influências de uma sobre a outra. Este é o processo dialógico, princípio constitutivo da linguagem, em cuja cadeia todo discurso está inserido.

[...] O estatuto dos gêneros literários se consolidou e nada teria abalado seus domínios se o imperativo típico da época de Aristóteles tivesse se perpetuado, quer dizer, se não houvesse surgido a prosa comunicativa. De modo geral, a emergência da prosa passou a reivindicar outros parâmetros de análise das formas interativas que se realizam pelo discurso. Os estudos que Mikhail Bakhtin desenvolveu sobre os gêneros discursivos considerando não a classificação das espécies, mas o dialogismo do processo comunicativo, estão inseridos no campo dessa emergência. [...] (MACHADO, 2005, p. 152)

No princípio dialógico, um texto é constituído de enunciados de outros textos, de qualquer esfera de uso da linguagem. Por isso a diferenciação entre gêneros primários (da comunicação cotidiana) e gêneros secundários (da comunicação cultural organizada). Bakhtin divide os gêneros discursivos exatamente por esferas de uso da linguagem, pela simplicidade ou complexidade das condições do convívio cultural. Os primários seriam aqueles da vida cotidiana e os secundários, os gêneros discursivos dos campos sociais mais desenvolvidos e organizados, como artístico, científico e sóciopolítico (BAKHTIN, 2003, p. 263). Os secundários, portanto, são formações mais complexas porque produtos da comunicação organizada em sistemas específicos. Exemplos

Livros LabCom





de secundários seriam romances, artigos científicos, petições, ensaios filosóficos ou gêneros jornalísticos.

A divisão em primários e secundários abriu o horizonte para as práticas discursivas prosaicas e situou os enunciados sócia, histórica e institucionalmente, mas o fez de forma tão extensa que não produziu uma diferenciação clara dos gêneros, principalmente, de uma mesma esfera organizada (como o jornalístico). É uma divisão antropológica e não dá conta das diferenças entre os gêneros de uma determinada instituição social. Dentro das condições de interação institucionalizadas existem muitas diferenças de acordo com a instituição; de acordo, inclusive, com suas condições de produção. O ponto-chave está no valor que as dimensões discursivas (extra e intralinguísticas) têm na definição de um gênero, nas possibilidades de relacionar estas dimensões, na hierarquização destas e ainda das possíveis subdivisões no interior destas dimensões.

II. Modelo pragmático

A situação concreta, os participantes e seus lugares sociais são compreendidos na relação com o campo onde se realiza a comunicação e as implicações do tema na própria configuração e dinâmica do campo. Está em jogo a materialidade histórica do enunciado. As circunstâncias, que para a Pragmática da Comunicação se formam pelo momento de interlocução, constituem-se, no pensamento do marxista Bakhtin, de ideologia, poder e história.

O fato de Bakhtin focar na situação de interação (condições extralinguísticas) para explicar os gêneros discursivos, seduziu o campo da comunicação, que precisava explicar o problema do “aparelho da enunciação” no momento em que surgia a cultura de massa com os meios de comunicação de massa. Noções como endereçamento se tornaram fundamentais para estudos de meios de massa como a televisão e o rádio, o que se refletiu nas análises do discurso jornalístico, parte destas mídias.





III. 'O' conceito de gênero

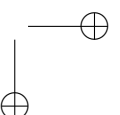
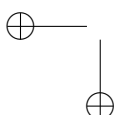
Por esses dois grande motivos, portanto, o conceito de gênero aceito pela grande maioria dos pesquisadores brasileiros de comunicação (semiótica, estudos culturais, análise dos discurso, jornalismo) é aquele desenvolvido por Bakhtin: tipos relativamente estáveis de enunciados.

[...] O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 1981, p. 262-263)

Mikhail Bakhtin é sem dúvida, o autor mais citado pelos pesquisadores brasileiros que estudam gêneros, sejam estes de comunicação, linguística ou semiótica. Dentre os linguistas que estudam os gêneros, a noção de “tipos relativamente estáveis de enunciados” dialoga com as correntes sócio-semióticas, sócio-retóricas e sócio-discursivas, que denominam a discussão atualmente. No último Simpósio Internacional de Estudo dos Gêneros Textuais (Siget), Bakhtin foi citado, pelo menos uma vez, em 91 dos 184⁷ trabalhos apresentados por pesquisadores brasileiros, o que equivale a 49%⁸.

7. Esse número vem dos trabalhos que aparecem nos Anais do IV Simpósio Internacional de Estudo dos Gêneros Textuais Siget. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/index1.htm>. Acesso em fevereiro de 2008.

8. Para mais detalhes: SEIXAS, Lia. **Zoom no Siget**, agosto de 2007. Disponível





A definição de *tipos relativamente estáveis de enunciados* põe, pela primeira vez, o foco na situação de social de interação, ou seja, em condições extralinguísticas como finalidade discursiva, 'autor' e destinatário. Estas condições, constitutivas do enunciado, seriam reveladas através dos vestígios deixados na própria *unidade real da comunicação discursiva* (enunciado). Este método convence e se estabelece nos estudos discursivos da área de comunicação. Hoje, no entanto, vê-se um movimento de análise do gênero discursivo através das condições sociais-extralinguísticas independentes dos vestígios, destacando-se os aspectos da dimensão social da esfera em que o gênero discursivo se realiza predominantemente.

em <http://www.generos-jornalisticos.blogspot.com>. Acesso em julho de 2008.

www.livroslabcom.ubi.pt



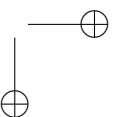
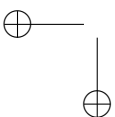


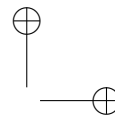
Capítulo 3

O domínio do funcionalismo: das funções no jornalismo impresso às propriedades da mídia no jornalismo digital

Com o nascimento da linguística de Saussure (1916) e particularmente com as funções da linguagem de Jakobson (1963), firma-se o funcionalismo, o paradigma reinante na comunicação (LOPES, 2005, p. 51-53) e, conseqüentemente, na noção de gênero jornalístico. Os critérios teóricos começaram a seguir as linhas estruturalista e funcionalista, mas foram se firmando nos fundamentos do funcionalismo, decisivamente influenciados pelo formalismo russo. Hoje, nos campos da comunicação e da linguística, há um consenso quanto à importância do funcionamento da linguagem, da situação de troca enunciativa e suas condições de realização para o conhecimento da noção de gênero, posta em cheque, mais uma vez, com o surgimento das mídias digitais e a conseqüente proliferação de novos formatos nas mais diversas formações discursivas.

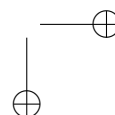
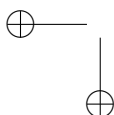
Ainda que haja uma forte influência do modelo semiótico-informacional,





da perspectiva dos *cultural studies*, das análises discursivas nos estudos de gêneros jornalísticos, predomina, na área de comunicação e ciências da informação, a teoria funcionalista (desde a década de 60). Nas primeiras pesquisas (final dos anos 50), os critérios fundamentais de análise do gênero jornalístico são função e aspectos formais. Atualmente, com as novas mídias digitais, os campos das ciências da informação e da comunicação investigam os tipos da produção jornalística através da 'funcionalidade' das chamadas propriedades da mídia. Embora Bakhtin seja a principal referência para a linguística, analistas do discurso e a área dos estudos culturais (que analisa o telejornalismo) no Brasil, o mais importante para os pesquisadores do jornalismo não tem sido a perspectiva pragmática (dos constrangimentos, do dialogismo, do reconhecimento), mas sim a finalidade das composições discursivas da produção jornalística (se informativa, se opinativa, se interpretativa). No campo do jornalismo, os estudos existentes sobre gêneros são, preponderantemente, classificatórios. Os mais influentes no Brasil são os espanhóis. Enquanto os norte-americanos sempre estiveram interessados no trabalho de apuração, verificação e reportagem através de pesquisas empíricas, na Europa, de uma forma geral, a análise das noções de gêneros textuais e, depois, gêneros discursivos foi produzida pela linguística. O jornalismo, por necessidades de mercado e de ensino, trabalhou na classificação de gêneros. O Brasil, seguindo o rastro do jornalismo norte-americano, preocupado em delimitar o espaço da informação e da opinião, foi influenciado pelas análises espanholas, as quais dividiram os gêneros pelos principais critérios de função e forma.

Neste item, faremos um breve recorte histórico dos estudos no campo jornalístico (impresso e digital), destacando os principais autores e, em seguida, pelo fio do critério de função na divisão de gêneros, demonstraremos como a teoria funcionalista predomina nas pesquisas feitas por pesquisadores do jornalismo, tanto aquelas sobre impresso, como as pesquisas sobre veículos digitais.





3.1 Recorte histórico no campo jornalístico

No campo de pesquisa do jornalismo, os estudos sobre gêneros jornalísticos começam a existir, de fato, na primeira metade do século XX, influenciados pelas mudanças na industrialização da atividade (final do século XVIII), quando surgem as noções de pirâmide invertida e lead; quando a separação entre *news and comments*, feita pelo *Daily Courant* no século XVIII, amadurece, imprimindo, cada vez mais, um lugar de autoridade à atividade jornalística, já que o jornalista, agora, decidia quais os elementos mais importantes do acontecimento (competências de seleção e hierarquização) e que mereceriam figurar no *lead*.

A produção teórica em gêneros se desenvolve mais detalhadamente a partir de 1950. A teoria classificatória dos gêneros jornalísticos surge como método para a análise sociológica quantitativa das mensagens da imprensa, no fio da teoria funcionalista da *communication research*, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com isso, passa a ser utilizada como método seguro para a organização pedagógica e de mercado do jornalismo. Os manuais institucionalizam o hábito e facilitam o trabalho coletivo.

Os gêneros facilitam o trabalho em comum. Quanto mais se prescrevam as convenções próprias do gênero – nascidas de uma peculiar relação entre o conteúdo e a forma – mais homogêneo resultará o trabalho da redação e mais confiança adquirirá o receptor na mensagem que chega.

Daí também a utilidade dos gêneros jornalísticos no ensino. Os gêneros **representam a sedimentação da experiência do trabalho coletivo em diversos meios de informação**, o domínio técnico que distingue o profissional do jornalismo de quem o é, a possibilidade de fazer chegar ao receptor a mensagem, com relativa rapidez e segurança. Os gêneros são formas assimiladas pelo **hábito**, formas que podem ensinar-se e aprender-se. (GOMIS, 1991, p. 44) (tradução nossa) (grifo nosso)¹

1. “Los géneros **facilitan el trabajo em común**. Cuanto más se reseten las con-



No começo de 1959, surge uma disciplina chamada “Os gêneros jornalísticos” na Universidade de Navarra, um dos primeiros centros de investigação ocidentais a pesquisar os gêneros da prática jornalística. O encarregado da matéria foi, nos primeiros anos, o professor Martínez Albertos (PARRAT, 2001), que se torna uma das maiores referências da área. Em 1968, quando as discussões tomavam corpo, surgem propostas de gêneros informativos, explicativos, opinativos e diversionais. Nesse mesmo período, o pesquisador catalão Hector Borrat sugere a divisão em textos narrativos, descritivos e argumentativos, trabalhada também por Martínez Albertos (desde 1974). No final da década de 70, Gonçalo Martin Vivaldi, também pioneiro nesta discussão, adianta as dificuldades de se delinear campos e precisar gêneros. Os estudos de gêneros jornalísticos desenvolvem tradição na Espanha com Martínez Albertos, Lorenzo Gomis, Bernal y Chillión (década de 80), Núñez Ladevèze, Sánchez e López Pan (década de 90).

Como veremos ainda neste capítulo, as classificações espanholas são organizadas segundo: 1) os tipos que ocupam a mídia impressa, ou seja, pelo suporte; 2) a estrutura textual, se descritiva, narrativa ou argumentativa; e 3) a finalidade. Exceto Gomis, os pesquisadores seguem a separação entre informação e opinião, situando os 'interpretativos' separadamente. Na mais atual classificação, de Sánchez e López Pan, surge um novo critério, da autoria, que merecerá desenvolvimento. As próprias sistematizações dos espanhóis revelam que os critérios são muito diferentes dos trabalhos empírico-descritivos norte-americanos.

Na América do Norte, berço das transformações na atividade jor-

venciones propias del género – nacidas de una peculiar relación entre el contenido y la forma – más homogéneo resultará el trabajo de redacción y más confianza adquirirá el receptor en el mensaje que le llega.

De ahí también la utilidad de los géneros periodísticos en la enseñanza. Los géneros **representan la sedimentación de la experiencia del trabajo colectivo** en diversos medios de información, el dominio técnico que distingue al profesional del periodismo de quien no lo es, la posibilidad de hacer llegar al receptor el mensaje, con relativa rapidez y seguridad. Los géneros son formas asimiladas por el **hábito**, formas que pueden enseñarse y aprenderse.” (GOMIS, 1991, p.44).

QUADRO 3 - PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES ESPANHOLAS

Albertos, Martínez (1962, 1974, 1983)	Bernal y Chillón (1985)	Gomis, Lorenzo (1989)	Núñez Lavèze (1991, 1995)	Sánchez e López Pan (1998)
Informação (tem <i>lead</i> ; não se repete, estilo sóbrio, escrito por repórter)	Informativo convencional (descritivos e narrativos)	Interpretação informativa	De informação	Gêneros de reportagem
Reportagem (explicação de fatos atuais; estilo literário; escrito por repórter)	Interpretativo (argumentativos)	Interpretação Opinativa	Interpretativo	Gêneros de autor
Artigo ou comentário (exposição de idéias sobre fatos recentes; pode ter periodicidade; estilo literário livre)	Informativo de criação (descritivos, narrativos e explicativos)		De opinião	Gêneros de jornalismo especializado

nalística industrializada, o objetivo das pesquisas era diferenciar os tipos jornalísticos pelos processos produtivos e competências próprias da atividade jornalística.

Revisando a bibliografia do jornalismo, torna-se evidente que esse tipo de resposta é buscada quase exclusivamente pelos estudiosos europeus e mais recentemente pelos latino-americanos. A literatura norte-americana sobre jornalismo demonstra reduzida atenção a essas questões epistemológicas ou taxionômicas, revelando interesse mais pragmático pela descrição e interpretação dos processos jornalísticos ou buscando apreender suas tendências concretas. (MARCOS DE MELO, 1994, p. 38-39)

Na segunda metade do século XX, dentre as poucas tipologias criadas por pesquisadores do jornalismo destaca-se o trabalho de Fraser Bond (1959), professor da *New York University*. O objetivo do livro de

Livros LabCom

Bond não era classificar, mas mapear o tipo de noticiário e a composição das páginas editoriais dos jornais impressos norte-americanos. Isso fica claro na citação que se pode fazer a partir dos capítulos XII e XIII de “Introdução do Jornalismo”.

Se analisarmos o jornal de hoje veremos que pelo menos cinco tipos de noticiários predominam. São eles: a entrevista, a cobertura de um discurso, a história de interesse humano, o necrológico e os acontecimentos esportivos. [...] (BOND, 1959, p. 177)

A palavra reportagem aparece no item “História de interesse humano” e no capítulo XI, quando trata de *lead* e pirâmide invertida. No capítulo XIII, “O editorial e a página editorial”, em meio à discussão sobre ética e editorialismo, Bond vai nomeando os tipos que aparecem nestas páginas: carta do leitor, editorial, caricatura editorial, “colunas” (aspas do autor). Ele conta, inclusive, de quem foi o mérito de criar a página especial de opinião.

Antigamente, os jornais não tinham página editorial separada. Opinião tinham, mas tomava a forma de observações, acrescentadas no final das notícias, ou, mais usualmente, de cartas ao editor assinadas por algum pseudônimo. Cabe a Noah Webster o mérito de colocar, pela primeira vez, seus editoriais em página especial. (BOND, 1959, p. 195)

Em seguida, vieram os trabalhos sobre o fazer jornalístico, a competência da apuração, da seleção, da organização e hierarquização dos fatos, da configuração do *lead*, do conceito de investigação na reportagem, com a preocupação de analisar o sistema de produção desta nova indústria e do aspecto deontológico desta atividade social, cuja principal função seria a de informar. Sobressaem-se as obras de Curtis MacDougall (*Northwestern University*, 1960, com *Interpretative Reporting*) – primeiro a registrar, em livro, a nomenclatura ‘interpretativo’ –, John Hohenberg (*Columbia University*, 1960, *The Professional Journalist*), James Aronson (*Columbia University and Harvard College*, 1971) e Philip Meyer (*Harvard University*, 1971, com o *precision journalism*). Dois anos depois, é publicado o livro de Tom Wolfe



(1973) (*The New Journalism*), colocando em pauta o chamado ‘novo jornalismo’, do qual os maiores representantes foram Gay Talese e Truman Capote.

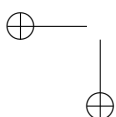
Na França, país onde foi mais lento o processo de institucionalização de uma identidade profissional de jornalistas, os primeiros estudos em que aparecem os gêneros têm como objetivo descrever e mapear os jornais impressos. Distinguem-se os livros dos jornalistas Joseph Folliet (1961) e Jacques Kayser (1963). Enquanto a classificação de Folliet inclui todo o material publicado nas páginas de um jornal, Kayser reparte as unidades redacionais, como nomeia, segundo o gênero, sugerindo curiosamente os ‘combinados de informação-artigo’ (os quais destrincharemos mais à frente):

Nós distinguimos os gêneros seguintes:

1. informações
2. artigos e ilustrações não informativas
3. combinados “informações-artigos”
4. boletins de imprensa e de emissões radiofônicas
5. folhetins, contos e novelas, quadrinhos e fotonovelas
6. carta de leitores
7. seções de serviço

A maior parte da espaço redacional dos jornais é ocupado pelos três primeiros gêneros. Nós os examinaremos em conjunto a fim de caracterizá-los uns em relação aos outros. (KAYSER, 1963, p. 110)² (grifo nosso) (tradução nossa)

2. « Nous distinguons les genres suivants: 1. informations. 2. articles et illustrations non informatives. 3. combinats « informations-articles ». 4. extraits de presse et d’émissions radiophoniques. 5. romans-feuilletons, contes et nouvelles, bandes dessinées et feuilletons-photos. 6. correspondance des lecteurs. 7. rubriques de servitude. La plus grande partie de la surface rédactionnelle des quotidiens est occupé par les trois premiers genres. Nous les examinerons ensemble afin de bien les caractériser les un par rapport aux autres. » (KAYSER, 1960, p. 110).



Os “combinados” sugeridos por Kayser representam a compreensão geral que a academia francesa tem sobre o jornalismo: a função de informação do jornalismo é fundamentalmente interpretativa e inclui a subjetividade em sua produção discursiva sobre o mundo real. O texto de Pierre Albert, especialista em história da imprensa nos séculos XIX e XX, é explicativo.

A primeira função da imprensa é a informação, ou seja, antes de tudo a transmissão, a explicação e o comentário das notícias da grande atualidade política, econômica, social e cultural, nacional e internacional, mas também da pequena atualidade, dos *fait divers*, notícias locais ou informações esportivas colocam em jogo os indivíduos e os pequenos grupos. Essa função de informação, que visa por sua vez de fazer conhecer os fatos e exprimir opiniões, a expor e a explicar, tem evidentemente implicações políticas, já que ela, esclarecendo os indivíduos, chega a ajudar os cidadãos nas suas escolhas eleitorais. (ALBERT, 2004, p. 34) (tradução nossa)³

Essa compreensão se revelará na compreensão que os estudiosos franceses têm atualmente sobre a noção de gênero, a ponto de se perguntarem em que medida esta noção é válida e pode ser uma categoria da atividade social do jornalismo. Um dos principais motivos é, então, o que se chama de *mélange de genres* ou como sistematiza Jean-Michel Utard (2003, p. 65-82), “embaralhamento de gêneros”⁴. Um reflexo

3. « La première fonction de la presse est l'information, c'est-à-dire d'abord la transmission, l'explication et le commentaire des nouvelles de la grande actualité politique, économique, sociale et culturelle, nationale et internationale, mais aussi de la petite actualité, des fait divers, nouvelles locales ou informations sportives mettant en jeu des individus ou des petits groupes. Cette fonction d'information, qui vise à la fois à faire connaître des faits et exprimer des opinions, à exposer et à expliquer, a évidemment des implications politiques, puisqu'elle aboutit, en éclairant les individus, à aider les citoyens dans leurs choix électoraux. » (ALBERT, 2004, p. 34).

4. Jean-Michel Utard é um dos 26 pesquisadores que compõem o Grupo de Pesquisa Internacional sobre Gêneros Midiáticos (Universidade de Brasília, Universidade de Laval/Québec, Universidade da Ilha da Reunião e as seis universidades francesas: Paris 4, Rennes 1, Lyon 2, Strasbourg, Nice e Aix-Marseille). UTARD, Jean-Michel. O embaralhamento dos gêneros midiáticos. Gêneros de discurso como con-

das novas mídias digitais, a 'interferência' de gêneros em outros gerou para os pesquisadores franceses a necessidade de se analisar a pertinência da noção para uma prática social como o jornalismo.

Como em toda cultura ocidental, o gênero textual e/ou discursivo foi analisado pela Linguística Aplicada e teorias advindas desta, como a Pragmática (Inglaterra e EUA) e a Análise do Discurso (França). Os trabalhos classificatórios, no entanto, foram e continuam sendo feitos por experientes jornalistas. A referência francesa atual para as escolas de jornalismo é o manual de Yves Agnès (2002). Ex-editor do jornal *Le Monde* e criador da editoria de mídia, Agnès escreveu um manual de jornalismo, no qual destrincha 27 gêneros jornalísticos da imprensa francesa, divididos em cinco categorias: artigos de informação estrita, as narrativas, os estudos, as opiniões exteriores e os comentários.

Apenas pela listagem dos gêneros fica claro como o jornalismo francês tem um leque maior do que o jornalismo brasileiro e espanhol. Pequenas variações, que não são levadas em conta no Brasil ou na Espanha, deram origem a outro gênero na França, como por exemplo *le filet*. No Brasil, *le filet*, *la brève* e *l'écho* é uma nota. Na França, *le filet* é igual a *la brève*, exceto pelo desenvolvimento do “como” e do “porque”, inexistente na nota e *l'écho*, também curta e com o mesmo formato da nota, trata, ao invés de material informativo, de uma anedota, livre de indiscrição, portanto, se aproximaria do que aqui se entende por boato.

Outros gêneros como *les bonnes feuilles*, sem termo equivalente em português, dossiê ou enquête, são de outros domínios, considerados pelos franceses como um gênero jornalístico. A enquête é o resultado de uma “pesquisa de opinião”, metódica, que envolve documentos e depoimentos. Vinda de outros campos sociais, como a política, a sociologia, a enquête no Brasil é mais fluida e não considera a metodologia como numa pesquisa. Atualmente, as enquetes são produzidas pelos

ceito interdisciplinar para o estudo das transformações da informação midiática. In: **Comunicação e Espaço Público**, Universidade de Brasília, Ano VI, Nº 1 e 2, 2003, p. 65-82.

Livros LabCom

QUADRO 4 - CLASSIFICAÇÃO DE YVES AGNÈS⁵

Artigos de informação estrita	Narrativas (Les récits)	Estudos (Les études)	Opiniões exteriores	Comentários
Notícia	Reportagem	Análise	Entrevista	Editorial
Nota (la brève)	Perfil (le portrait)	Enquete	Mesa redonda	Comentário (le billet)
Síntese (la synthèse)	Necrologia	Dossiê	<i>Le micro-trottoir</i>	Crítica
<i>L'écho</i>	<i>Le compte rendu</i>	Resumo de documento	Tribuna livre	Crônica
<i>Le filet</i>	Artigo histórico		Comunicado	Caricatura (le dessin de presse)
Revista de imprensa (la revue de presse)			Correio	
Infografia			<i>Les bonnes feuilles</i>	
Boletins de agências (les dépêches d'agence)				

sites noticiosos, enquanto os impressos produzem o que se chama nas redações de “fala povo”, que seria para o francês *le micro-trottoir*. Um dossiê pode ser um conjunto de enquetes como variados ângulos para a compreensão completa do assunto, mas também pode ser um conjunto de artigos sobre um mesmo assunto. *Les bonnes feuilles*, considerada opinião exterior como a entrevista e a carta, seriam trechos significativos de um livro que está sendo lançado.

Assim que aparece um livro tratando de um tema quente da atualidade, apresentando o trabalho de investigação sobre um negócio (ou um personagem), ou uma abordagem particular interessante de um assunto, o jornal pode obter antecipadamente a autorização de publicar “*bonnes feuilles*”, quer dizer extratos significativos. [...]



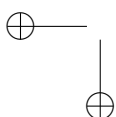
(AGNÈS, 2002, p. 197) (tradução nossa)⁶

Há uma divisão mais severa entre os tipos de composições publicados na imprensa francesa. As classificações ainda partem da mídia impressa, de forma que o termo “gêneros jornalísticos” é utilizado quase que exclusivamente para o mais tradicional dos meios jornalísticos. Nas clássicas tipologias, portanto, o dispositivo nem mesmo é considerado como um possível critério de definição de gênero. No Brasil, como ficará claro mais adiante, é exatamente por não convencerem quanto aos critérios de divisão, que as classificações não são aceitas e a cada novo artigo, a cada nova pesquisa, surge, ainda hoje, uma nova divisão da própria mídia impressa.

Esta realidade pode ser representada por um texto do professor boliviano Raul Peñaranda U. (2002), publicado no *Sala de Prensa*. O pesquisador elenca 13 classificações por autores: Maria Julia Sierra, John Honhenberg, Martin Vivaldi, Jose Luis Martínez Albertos, Armando de Miguel, Esteban Moran, Johnson y Harris, Siegfried Mandel, Luiz Beltrão, Jose Benitez, Juan Gargurevich, Marques de Melo, Erick Torrico e John Muller. No final deste artigo, Peñaranda também não resiste em fechar uma classificação, muito próxima das anteriores: gêneros informativos, opinativos, interpretativos e de “entretenimento” (aspas do autor). E, novamente, não aprofunda a compreensão de critérios.

Qual o motivo deste movimento? Marques de Melo tem uma resposta: “*Porque, na verdade, não há muita preocupação em acumulação. Muitas vezes, as pessoas estão interessadas, muitas vezes, em “fincar sua bandeira”. Não sou eu quem diz isso. Quando a pessoa fala da minha classificação...eu não tenho classificação, minha classificação é cumulativa. Eu dou um passo adiante. Basicamente, a minha classificação é do Luiz Beltrão, com algumas adaptações. Não tenho*

6. « Lorsque paraît un livre traitant d'une actualité chaude, présentant un travail d'investigation sur une affaire (ou une personnalité), ou une approche particulièrement intéressant d'un sujet, le journal peut obtenir par avance de l'éditeur l'autorisation d'en publier des « bonnes feuilles », c'est-à-dire des extraits significatifs. [...] (AGNÈS, 2002, p. 197).



classificação minha.”⁷

Em 1985, José Marques de Melo fez um mapeamento dos estudos dos gêneros jornalísticos e sugeriu uma classificação que veio a se tornar a grande referência bibliográfica brasileira. Conforme reafirma, o pesquisador partiu do trabalho do professor Luiz Beltrão (1976), primeiro doutor em jornalismo no Brasil. Beltrão defendia a divisão entre jornalismo informativo, opinativo e interpretativo, seguindo o critério funcionalista. Marques de Melo retira o interpretativo.

QUADRO 5 - PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES BRASILEIRAS

Classificação	Beltrão, Luiz (1969 – 1976)	Marques de Melo, José (1985)
Informativo	História de interesse humano	Nota
	Notícia	Notícia
	Reportagem	Reportagem
	Informação pela imagem	Entrevista
Opinativo	Editorial	Editorial
	Artigo	Artigo
	Fotografia e ilustração	Resenha
	Crônica	Crônica
	Charge/caricatura	Caricatura
	Colaboração do leitor	Carta
		Comentário
	Coluna	
Interpretativo	Reportagem em profundidade	

Podemos observar que Marques de Melo não acreditava nos “gêneros interpretativos”. Atualmente, Marques de Melo, entretanto, defende a existência de cinco gêneros autônomos, dentre eles, o interpretativo: “*Cinco gêneros: o gênero informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Nos anos 80, a pesquisa que fiz só me*

7. SEIXAS, L. **O que é jornalismo? É possível entender através dos gêneros.** Entrevista realizada com o professor José Marques de Melo em Gêneros Jornalísticos, 26 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.generos-jornalisticos.blogspot.com>. Acesso em 20/07/2008.

indicou a predominância de informativo e opinativo. A maioria do pessoal lia, dizendo que eu acho que só existem dois gêneros. Não é isso, eu identifiquei somente dois gêneros na imprensa diária. De lá pra cá, eu venho pesquisando a cada cinco anos e fui encontrando evidências de que outros gêneros foram surgindo. O gênero interpretativo, que teve uma vigência muito forte nos anos 60 e 70, desapareceu nos anos 80, voltou nos 90 e agora está se desenvolvendo muito”⁸. É importante destacar, no entanto, que Marques de Melo reivindica o sentido original inglês da palavra interpretação, como explicação e educação, ao invés do sentido brasileiro em que interpretação e opinião são similares (certamente neste campo de discussão).

A primeira separação de informativos e opinativos segue dois critérios: a intencionalidade determinante dos relatos e a natureza estrutural dos relatos observáveis. Embora a divisão de Marques de Melo seja a mais citada no Brasil, apenas um dos parâmetros de divisão é adotado pelos pesquisadores. A noção de intencionalidade aparece sempre como propósito institucional, ou seja, finalidade. O outro parâmetro, natureza do acontecimento, fora esquecido. Polêmicos e nem sempre aceitos, os critérios de classificação de Marques de Melo são, no entanto, citados em 100% dos mais importantes trabalhos realizados no país.

QUADRO 6 - REFERÊNCIAS DE PESQUISADORES BRASILEIROS DE GÊNEROS JORNALÍSTICOS

PESQUISA- DORES DE RELEVÂNCIA	Aristóteles	Bakhtin, Mikhail (1979)	Martin- -Barbero (1997)	Albertos, Martinez (1991)	Gomis, Lorenzo (1991)	Beltrão, Luiz (1976)	Marques de Melo (1985)
Chaparro, M.				x	x		x
Rezende, G.							x
Aronchi de Souza, J.	x		x			x	x
Barbosa Filho, A.		x	x	x		x	x
Pereira, W.						x	x

8. Ibidem.

José Marques de Melo não só é citado por todos os pesquisadores, como a sua divisão de gêneros jornalísticos é seguida. Ainda que existam questionamentos sobre os critérios, apenas um trabalho propõe um outro conjunto diferente. Acreditamos que isso se deve ao objetivo de cada pesquisador. Enquanto os pesquisadores Guilherme Rezende, José Carlos Aronchi de Souza e André Barbosa Filho se preocuparam em classificar gêneros da televisão e do rádio, Wellington Pereira trabalhou especificamente a crônica. Manuel Chaparro é o autor que mais tem reclamado o posicionamento da interpretação na produção discursiva jornalística, portanto, na divisão de gêneros.

A partir da teoria literária (TODOROV) e da análise do discurso de Van Dijk, Chaparro sugere que: existem vários tipos de texto que são variações de Relato e outro grupo que são variações do Comentário; e o discurso jornalístico tem duas grandes classes de textos: a dos esquemas narrativos e a dos esquemas argumentativos.

Em decorrência, propomos que são dois os gêneros do discurso jornalísticos: o gênero do Comentário e o gênero do Relato. E que cada um deles se organiza em dois agrupamentos de espécies: as *Espécies Argumentativas* e as *Espécies Gráfico-Artísticas*, formas de Comentário; as *Espécies Narrativas* e as *Espécies Práticas*, formas do Relato. (CHAPARRO, 2008, p.178)

Na verdade, Chaparro se fundamenta no mesmo critério de finalidade para a divisão e nos esquemas retóricos, como fazem os linguistas com as “sequências textuais” (ADAM), para a subdivisão, em espécies. Aliás, os estudos de gêneros têm se desenvolvido muito na área da linguística brasileira.

De 1995 para cá, a área de linguística tem dedicado grande atenção às teorias de gênero. Isso se deve, em parte, como explica Roxane Rojo (2005), aos referenciais de ensino de línguas (chamados PCNs), que indicam os gêneros como objeto de ensino na leitura e na produção de textos. Esse movimento tem influenciado também os estudos de gêneros das mídias digitais. Assim, a Linguística Aplicada (LA), com o objetivo de classificar novos gêneros digitais e compreender esses



gêneros para o ensino, tem trazido para a discussão de cibergêneros sua tradição de referenciais teóricos.

A semiótica, por sua vez, instigada pela multimídia, ou melhor, pelo hibridismo dos sistemas comunicacionais, passou a defender e investigar a noção de gênero num ambiente que parecia anacrônico a tal noção. De 2001 a 2006, Irene Machado publicou artigos e produziu simpósios sobre o tema⁹. A investigação não se desenvolveu tanto quanto a defesa da noção ganhou força. Um de seus artigos tinha como título “Por que se ocupar dos gêneros?” (MACHADO, 2001, p. 5-13). A semioticista chamou a atenção para pesquisadores norte-americanos das Ciências da Computação e da Informação, como Thomas Erickson (também citado pela linguística), um dos autores mais citados pelos estudiosos dos cibergêneros.

3.2 10 anos de cibergêneros

As pesquisas sobre cibergêneros são realizadas por diversos campos de pesquisa, dentre os quais se destacam a linguística e, no campo da comunicação, as Ciências da Informação e da Computação e Ciências Sociais e de Comunicação. Estudam-se os gêneros digitais (*digital genres*), os gêneros emergentes, os *CMC genres* (gêneros de comunicação mediada por computador) ou os cibergêneros (*cybergenres*).

Os canadenses Michael Shepherd e Carolyn Watters das Ciências da Computação, foram os primeiros a estudar os gêneros digitais e cunharam a nomenclatura *cybergenre*, em 1997. Daí surge um grupo de pesquisadores das Ciências da Computação que se reúnem principalmente nos encontros da *Hawaii International Conference on System Sciences*. Dentre estes, estão Carina Ihlstrom (Suécia), Crowston, K. and Williams, M. (1999, EUA), Ryan et all (2002, Reino Unido) e Thomas Erickson (*designer* de interação e pesquisador do Social

9. No primeiro semestre de 2000, a professora Irene Machado ministrou o seminário “Gêneros na comunicação impressa, audiovisual e eletrônico-digital” no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP.



Computing Group na IBM's Watson Lab). Nos *Information Studies* e *Social Sciences*, os pesquisadores mais citados são Orlikowski e Yates (1994, Reino Unido), Crowston e Williams (1997, EUA), Toms e Campbell (1999, Canadá), Crowston e Kwasnik (2004, EUA), Schmid-Isler (2000, Suíça) e Yates e Summer (1997, Reino Unido).

Shepherd e Watters dividiram os cibergêneros em duas classes: a classe *extant*, em que os subgêneros são baseados na existência em outra mídia e a classe *novel*, em que os subgêneros se desenvolveram nesta nova mídia, digital. A primeira classe é composta de cibergêneros replicados (reproduções de gêneros como apareciam na sua mídia fonte) e cibergêneros variantes (baseado em gêneros existentes, mas que evoluíram explorando as capacidades oferecidas pela nova mídia). A segunda classe seria constituída de gêneros emergentes (gêneros que têm evoluído na mesma mídia onde se originaram) e gêneros espontâneos (gêneros que não têm contrapartida em outras mídias) (SHEPHERD e WATTERS, 1998, p. 2-3).

Assim como nos EUA, no Reino Unido, Países Baixos e Europa, tem-se a forte influência da linguística (retórica, acadêmicos e ensino da língua) nos estudos de gêneros, principalmente da chamada *Genre Theory*, com Carolyn Miller, Charles Bazerman, Carol Berkenkotter, Devitt, Huckin, Freedman e Medway – da *The North American Genre School* (NAGS) –, John Swales (EUA) e Vijay Bhatia (Hong Kong). Mas é na Espanha, que os estudos de cibergêneros jornalísticos, mais especificamente, começaram. Os pesquisadores Javier Díaz Noci (País Basco) e Ramón Salaverría (Navarra), organizadores do primeiro Manual de Redação Ciberjornalística (2003), se dedicaram, no primeiro momento, em detectar os tipos novos da produção jornalística na *web*.

No segundo momento, especialmente Díaz Noci trabalha sobre os critérios de divisão de gêneros. Até o momento, seu trabalho mais importante é o artigo “Los géneros periodísticos: un aproximación teórica a los cibertextos, sus elementos y su tipología”, apresentado no II Congresso Iberoamericano em Periodismo Digital, em 2004.

No Brasil, o trabalho mais importante sobre cibergêneros é o livro

QUADRO 7 – CLASSIFICAÇÕES DE CIBERGÊNEROS
JORNALÍSTICOS (DÍAZ NOCI E SALAVERRÍA)

Díaz Noci, J. (2003)	Salaverría, R. (2005)
Notícia	Notícia
Reportagem	Reportagem
Crônica	Crônica
Relato infográfico	Infografia
<i>Chat</i>	<i>Chat</i>
Entrevista	Entrevista
Fórum	Fórum
Enquête	Enquête
Vinheta (charge)	Vinheta e tira cômica
Artigo	
Editorial	Editorial
	Coluna
	Suelto
	Crítica e resenha
	Carta ao diretor

organizado pelos linguistas Luiz Antônio Marcuschi e Antônio Carlos Xavier (2004), embora muitas das pesquisas apresentadas ainda estejam numa primeira fase reconhecidamente descritiva¹⁰. Entretanto, ainda em 2008, os estudos sobre cibergêneros no jornalismo é bastante incipiente. Os gêneros da mídia digital no campo jornalístico carecem de pesquisas aplicadas. Exceto por um artigo do Grupo de Jornalismo

10. Em seu ensaio, o próprio Marcuschi destaca: “[...] uma proposta descritiva ainda incipiente e merecedora de maior sistematização. Para sua validação, as categorias devem ser detidamente testadas nos casos que tentam modelizar. Além disso, é necessária uma definição dos traços de cada parâmetro de acordo com o conjunto de postulados teóricos de onde provém. [...]” (MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L.A e XAVIER, A.C. **Hipertexto e gêneros digitais**, Rio de Janeiro, Lucerna, 2004, p. 32.

Online (2003) e a tese de Thaís Mendonça (2007) sobre a webnotícia, não existem estudos sobre cibergêneros no jornalismo.

Nos trabalhos conjuntos entre as Ciências da Computação e as Ciências da Informação o objetivo do estudo de cibergênero é a organização da base de dados e, por isso, o objeto mais visível é a mídia, suas propriedades, funcionalidades. Nas Ciências Sociais e da comunicação, os gêneros aparecem como produtos de atividade social com funções. Na atual linguística, na retórica, nos estudos de gêneros acadêmicos e nos estudos do ensino da língua, é influente a concepção de gênero como ação social (MILLER, 1984). O campo jornalístico hispano-americano, assim como o brasileiro, toma o gênero como tipos produzidos pela atividade social do jornalismo com a preocupação de dividi-los segundo as funções que pode ter a atividade.

Na área do jornalismo, os principais métodos de investigação são a pragmática da comunicação, a análise do discurso (AD, CHARAUDEAU e MAINGUENEAU), a análise crítica do discurso (ACD, VAN DIJK), os estudos culturais, a teoria da interação (GOFFMAN) e as teorias classificatórias (BELTRÃO, ALBERTOS). Na Linguística, as metodologias mais trabalhadas são a linguística de texto, a análise conversacional, a sócio-discursiva (BAKHTIN, ADAM, BRONCKART), a sócio-semiótica para os estudos de gêneros textuais/discursivos, a sócio-retórica (MILLER, BAZERMAN e SWALES) também para os gêneros digitais e a AD, pelo grupo da UFMG liderado por Ida Lúcia Machado.

As diferentes nomenclaturas constituem uma interessante marca dos artigos acadêmicos para se entender como a pesquisa de gêneros está configurada no Brasil. A semiótica trabalha com 'gêneros midiáticos' e 'gêneros digitais', a linguística com 'gêneros textuais', 'gêneros digitais' e agora 'gêneros discursivos', a comunicação e o jornalismo tratam de 'gêneros digitais', 'gêneros jornalísticos', 'gêneros televisuais' e 'gêneros radiofônicos'. De similar, apenas a denominação 'gêneros digitais'. Para a Semiótica, mais do que um fundamento, é ponto de honra a afirmação de que a relação entre gêneros e espécies se trans-



forma pela combinatória de diferentes códigos culturais. A linguística, por outro lado, ao trabalhar com diversos domínios e mídias, debate em que nível o suporte influencia no gênero e vice-versa. O campo jornalístico nem sequer discute a relação entre gênero e mídia. A funcionalidade, nos estudos feitos por pesquisadores de jornalismo digital, é deslocada da atividade social para a mídia. Nas mídias tradicionais, a supremacia do funcionalismo ocorre a partir das categorias de função e finalidade como critérios de divisão do gênero jornalístico.

3.3 Função/finalidade: 'o' critério

Nesses pouco mais de 50 anos de estudo, os gêneros jornalísticos estiveram divididos por um critério-chave: função ou finalidade, compreendidos como sinônimos. Na escola mais tradicional, em Navarra, cinco dos principais autores empregam os termos função, finalidade, fim comunicativo ou atitude como principais critérios; além de traços estilísticos.

Nas escolas norte-americanas, por influências da Sociologia da Comunicação e da Retórica da Comunicação (na década de 70, com AUSTIN e SEARLE), os parâmetros giraram em torno de propósito (*purpose*), definido como intenção em Austin e burilado para intencionalidade em Searle, embora as pesquisas sejam caracterizadas pelo conhecimento empírico de cada unidade discursiva ou técnicas de redação e apuração.

No Brasil, Luiz Beltrão falava de função, enquanto José Marques de Melo classificou os textos produzidos pela indústria jornalística por “intencionalidade dos relatos” e “natureza estrutural dos relatos”.

Os estudos de gênero jornalístico refletem as preocupações das teorias do jornalismo. A teoria do espelho e as teorias construcionistas da década de 70 focam na notícia, ou seja, na relação entre discurso e realidade (reflete X constrói a realidade). As teorias macrosociológicas – teoria da ação política e estruturalista – têm o propósito de analisar o nível de autonomia do jornalista. Os critérios função e finalidade

Livros LabCom



QUADRO 8 – CRITÉRIOS DE TIPOLOGIAS DE GÊNEROS JORNALÍSTICOS (ESPANHA E BRASIL)

Martínez Albertos (1962, 1974)	Gomis, Lorenzo (1989)	Núñez Ladevèze (1991, 1995)	Sánchez e López Pan (1998)	Beltrão, Luiz (1976)	Marques de Melo (1985)
Estilístico (informativo, editoria-lizante e ameno)	Função (inter-pretação opinativa e inter-pretação informa-tiva)	Fim comu-nicativo (informar, ajudar a compreender o que ocorre e convencer)	Finalidade	Função (informar, orientar e divertir)	Intencionalidade deter-minante dos relatos: a) reprodução do real; b) leitura do real
Atitude (relatar, analisar e persuadir)		Traços esti-lísticos cor-respondentes	Estatuto	Natureza (do tema) Tratamento dado ao tema Morfologia Topicalidade Estilo Conteúdo Caráter	Natureza dos relatos ob-serváveis (relação entre os acontecimentos, expressão jornalística e apreensão pela coletividade): informativos: a partir de referencial exterior à insti-tuição; opinativos: estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela insti-tuição jornalística (autoria e angulação)

pontuam exatamente o elemento de definição de cada unidade discursiva produzida pela indústria jornalística, problematizando, conseqüentemente, o nível de autoridade, responsabilidade e, portanto, autonomia desse sujeito.

A grande diferença que existe entre as noções de função, finalidade, fim comunicativo, atitude e propósito é o grau de coletividade e cultura profissional embutida na ação discursiva do jornalista. Enquanto as linhas sociológicas vêem a função como organizacional, as linhas mais próximas da Retórica trabalham com a noção de intencionalidade reconhecida intersubjetivamente. As tradições inglesa e norte-americana dirigem sua atenção para a distinção entre o que é intencionalmente informativo e o que é explicitamente opinativo.

Todos defendem, com pequenas diferenças, o critério de função para a diferenciação de gêneros. As funções giram em torno de relatar ou informar, comentar ou opinar, orientar, divertir e variam muito quanto à concepção do lugar da interpretação (entendida na tradição norte-americana como procedimento explicativo, sentido reivindicado por Marques de Melo).

QUADRO 9 – FINALIDADES DO JORNALISMO PARA ESTUDIOSOS DO CAMPO (ESPANHA, BRASIL, EUA)

Martinez Albertos (1962, 1974)	Gomis Lorenzo (1989)	Núñez La-devèze (1991, 1995)	Beltrão Luiz (1976)	Marques de Melo, J. (2006)	Bond, Fraser (1959)	Macdougall Curtis (1963)	Meyer, Phillip (1991)
Relatar	Interpretação informativa	Informar	Informar	Informar	Informar	Transmitir informação	
	Interpretação opinativa	Ajudar a compreender o que ocorre	Orientar	Opinar	Orientar		
Analisar				Jornalismo Interpretativo	Interpretar	Interpretar	Interpretação com método
			Divertir	Jornalismo diversio-nal	Entreter		
				Jornalismo Utilitário			Jornalismo Público
Persuadir		Convencer					

Informar é, para as teorias do jornalismo, uma finalidade indiscutível, exceto pelo nível ‘interpretativo’ do fazer jornalístico, sempre em debate. Seja função, finalidade ou atitude, relatar não é, essencialmente, diferente de informar. Tanto relatar, quanto informar pressupõem um conhecimento da realidade limitado pela objetividade de fatos, acontecimentos ou eventos. Em verdade, o que está em questão é uma definição de jornalismo, a noção de objetividade e, portanto, do

caráter ‘interpretativo’ do fazer jornalístico.

A maioria dos autores trabalha com a diferenciação entre informação e interpretação, com seleção crítica de recolhimento de dados, contextualizando-os, aprofundando, explicando e ensinando até, como acreditava Beltrão: “Essa análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, e transformá-los em matéria para a divulgação é a interpretação jornalística. [...]” (BELTRÃO, 1980, p. 47)

Defende-se que a atividade jornalística interpretativa tem três particularidades: 1) o fato é tratado como acontecimento, ou seja, gera uma discussão sobre a realidade contextual; 2) as técnicas produtivas são particulares, como sugere Beltrão – identificação do objeto, que deve ter valor absoluto de notícia; decomposição da ocorrência em elementos básicos e investigação dos valores essenciais para estruturação da informação; redação do texto de forma que o leitor seja capaz de, por si próprio, interpretar a ocorrência; e 3) a unidade interpretativa permitiria uma dose maior de análise crítica do autor-jornalista, incluindo adjetivos, advérbios e abolição do *lead*. A finalidade (interpretar) vem, assim, associada à qualidade do objeto, ao modo discursivo (narração, dissertação, descrição, argumentação), ao grau de interferência do autor e às técnicas de apuração e produção.

A qualidade do objeto é o que se entende como natureza do tema ou grau de vinculação com a notícia. A natureza do tema está ligada ao valor-notícia da ocorrência. Defendeu-se tanto o valor absoluto da ocorrência como o inverso, a não necessidade de ter valor-notícia para se fazer jornalismo interpretativo. Beltrão acreditava que o jornalismo interpretativo deveria saber identificar as notícias que despertam interesse e importam a todos os seus leitores, com uma gradação medida por alguns aspectos: proximidade no tempo, proximidade no espaço, número e qualidade das pessoas envolvidas e valor material e/ou ideológico. Martinez Albertos entretanto, entendia que a reportagem interpretativa (para ele, o gênero interpretativo por excelência) seria a explicação de fatos atuais que já não seriam notícia. A notícia seria factual, estruturada segundo o *lead*, limitada a responder o que, quem, como,



quando, onde e porque, e a reportagem, tipo característico do jornalismo interpretativo, não precisaria tratar, necessariamente, de algo que eclodiu na realidade.

Confundido com estilo, os modos discursivos do jornalismo interpretativo poderiam ser narrativos, descritivos e explicativos em grau muito maior do que para o jornalismo informativo. A afirmação mais clássica desta compreensão dizia: a reportagem não segue a lógica do *lead* e pode criar imagens, impressões e invocar sentimentos. No foco, portanto, o grau de subjetividade do enunciador-jornalista, pois sua ação de interpretar permite comparar, explicar, transmitir segundo sentimentos e exige aprofundar e investigar.

É exatamente uma necessidade de ir além da transmissão de fatos que cria as condições para o nascimento do jornalismo interpretativo entre as duas grandes guerras.

A necessidade do chamado “*interpretative reporting*” se sentiu entre as duas guerras mundiais. Curtis MacDougall (1968) intitulou *Interpretative Reporting* as sucessivas edições que haviam começado, chamando-se, em 1932, *Reporting for Beginners*. É uma ilustração de uma evolução que explica o mesmo. A primeira guerra mundial pegou os americanos de surpresa. Nada os havia anunciado que algo assim iria ocorrer e muito menos os havia explicado porque. A culpa se lançou aos periódicos e especialmente às agências. Haviam-se limitado a transmitir fatos, mas isso não bastava. Acusou-se a *Associated Press* de não querer interpretações, mas só a pura transmissão factual do óbvio”. (GOMIS, 1991, p. 109)

A polêmica chegou, já depois da Segunda Guerra, em Londres e Paris, onde a prática foi reconhecida pelo produto, *grand reportage*, e não com uma denominação genérica. O também chamado jornalismo de explicação (hispânicos) e jornalismo de profundidade, desenvolvido, basicamente no impresso, era, ainda, uma demanda criada pelas mídias eletrônicas: o rádio e a TV, surgidos nas décadas de 20 e 30. Havia uma necessidade de saber mais sobre os assuntos que a televisão noticiava, inclusive com o ‘ao vivo’.

Livros LabCom



[...] Um dos efeitos inesperados da TV sobre a imprensa foi o grande aumento de popularidade das revistas *Time* e *Newsweek*. De maneira inexplicável para elas próprias e sem maior esforço de granjear assinaturas, suas **circulações mais do que dobraram desde o advento da TV**. Antes de mais nada, essas revistas noticiosas apresentam, sob forma em mosaico, imagens corporativas da sociedade em ação – e não simplesmente janelas para o mundo, como as velhas revistas ilustradas. Enquanto o espectador de uma revista ilustrada é passivo, o leitor de uma revista noticiosa se envolve na formação de significados para a imagem corporativa da sociedade. Assim o **hábito televisivo de envolver-se em imagens em mosaico aumentou enormemente o apelo dessas revistas noticiosas**, ao mesmo tempo em que fazia diminuir a atração pelas velas revistas de temas ilustradas.” (MC LUHAN, 1964, p. 231) (grifo nosso)

A revista, consolidada como o produto de reportagens, era o meio onde mais se experimentava a contextualização, o aprofundamento, os dados comparativos, técnicas que, em princípio, não eram diferentes daquelas utilizadas para produção de uma notícia, como diziam os próprios autores defensores da *interpretative reporting*.

O que o chamado jornalismo “interpretativo” faz com as informações é ampliar a margem de interpretação. Captar uma notícia no mais típico jornalismo de “fatos” era já, e segue sendo, interpretar a realidade social, mas o “interpretative reporting” amplia a margem de interpretação para servir melhor ao leitor e dar-lhe mais elementos de juízo para que, por sua vez, ele interprete a atualidade que o serve. (GOMIS, 1991, p. 111)

O professor catalão Lorenzo Gomis, um dos importantes defensores do jornalismo como método de interpretação da realidade social, acreditava, então, que a diferença entre notícia e reportagem, por exemplo, estava apenas no grau de interpretação, já que o juízo interpretativo era o mesmo. Independentemente da função, informativa ou opinativa, interpretação era parte das duas.

No jornalismo, como método de interpretação sucessiva da realidade social, corresponde aos gêneros jornalísticos cumprir distintas

funções para responder também a diversas necessidades sociais e satisfazê-las. A informação e o comentário são duas necessidades sociais distintas. (...) (GOMIS, 1991, p. 44) (Tradução nossa)¹¹

Em outras palavras, as técnicas de apuração, seleção das informações, comparação, hierarquização seriam as mesmas. Mais do que isso, para o *precision journalism* (Meyer, 1971), a interpretação jornalística do jornalismo informativo deveria ser um método, com a conversão de números em porcentagens, o dimensionamento de grandezas, de tendências baseadas em dados comparados, uso de índices e dados padronizados, entre outras técnicas. Métodos científicos ofereceriam o caminho para o sucesso daquilo que se chamou objetividade.

Apesar dos problemas, a nova notificação permanece um esforço interessante em lidar com a complexidade da informação e encontrar uma modo de comunicar a verdade essencial. Ela empurra o jornalismo em direção à arte. O problema é que o jornalismo requer disciplina, e a disciplina da arte pode não ser a mais adequada. Uma melhor solução seria levar o jornalismo em direção a ciência, integrando tanto o poder do levantamento de dados quanto as ferramentas de análise da ciência e a sua procura disciplinada por uma verdade verificável. (Meyer, 1991) (tradução nossa)¹²

Meyer defendia uma aproximação com métodos científicos para a mais objetiva e fiel compreensão da realidade; uma das cinco principais competências da atividade profissional jornalística: a capacidade

11. “En el periodismo como método de interpretación sucesiva de la realidad social corresponde a los géneros periodísticos cumplir distintas funciones para responder también a diversas necesidades sociales y satisfacerlas. La información y el comentario son dos necesidades sociales distintas. (...)” (GOMIS, 1991, p.44).

12. “Despite the problems, the new notification remains an interesting effort at coping with information complexity and finding a way to communicate essential truth. It pushes journalism toward art. Its problem is that journalism requires discipline, and the discipline of art may not be the most appropriate kind. A better solution is to push journalism toward science, incorporating both the powerful data-gathering and analysis tools of science and its disciplined search for verifiable truth.” MEYER, Philip. **The new precision journalism**. 1971. Disponível em: <http://www.unc.edu/%7Epmeyer/book/>. Acesso em 28/07/2008.



de dominar o tempo, a capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos com valor-notícia, o saber relativo à apuração (identificação e verificação dos fatos), o conhecimento de regras acerca das fontes de notícias e, finalmente, o “saber da narração”, compilar informações e saber formatá-las num discurso noticioso aceito socialmente (TRAQUINA, 2005, p. 40-43).

São os saberes especializados, ao lado do *habitus*¹³, as normas e controles de realização de funções, a legitimação e o tipo de relação que mantém com os outros campos, suas formações discursivas e paradigmas, que formam o campo. Um dos consensos sobre os gêneros jornalísticos é exatamente o fato de cumprirem funções sociais no campo.

Chegados neste ponto e antes de adentrarmos no estudo das distintas classificações propostas pelos autores espanhóis, poderíamos resumir o que já foi escrito:

- (1) o jornalista escreve inevitavelmente em gêneros,
- (2) os gêneros funcionam para o jornalista como balizas/modelos de expressão que facilitam sua tarefa,
- (3) os gêneros cumprem determinadas funções sociais,
- (4) os gêneros são instituições vivas que evoluem para ajustar-se às funções próprias da atividade a que servem. Eles não só evoluem, também desaparecem e surgem outros novos,
- (5) a classificação dos gêneros importa, e muito, na medida em que reflete os valores da profissão e seus pressupostos epistemológicos. (SÁNCHEZ e LÓPEZ PAN, 1998, p.18) (tradução nossa)¹⁴

13. “[...] – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural – [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 61).

14. “Llegados a este punto, y antes de adentrarnos en el estudio de las distintas clasificaciones propuestas por los autores españoles, poderíamos resumir así cuanto llevamos escrito:

- (1) el periodista escribe inevitablemente em géneros,
- (2) los géneros funcionan para el periodista como cauces/modelos de expresión que facilitan su tarea,





A questão-chave está aí. Os gêneros exercem funções, não só informar e opinar, mas divertir, convencer, entreter, também seriam funções da atividade jornalística? Ou, talvez, a diferenciação entre instituição jornalística e organização jornalística ajude a compreender as finalidades reconhecidas em relação aos compromissos efetivamente realizados nas composições discursivas produzidas na organização jornalística.

Essa diferenciação pode contribuir, ainda, para esclarecer outra concepção firmada nos estudos dos gêneros, não só no Brasil, onde se trabalha por domínio, por mídia e/ou por fundamento teórico, mas não se trabalha por mídia e domínio ao mesmo tempo. Ou melhor, enquanto a mídia é considerada um critério de genericidade, o domínio é colocado em segundo plano. Se “a diferença entre as mídias é, igualmente, uma diferença de gêneros” (MACHADO, 2001, p.12), como acreditam a sócio-semiótica e setores do campo da comunicação, não será possível falar em gêneros jornalísticos. Só podem existir gêneros jornalísticos, se o domínio for determinante para a genericidade de tipos discursivos. As características da mídia devem ser relacionadas às condições de realização da ação comunicativa para que se possa dizer, por exemplo, que a entrevista veiculada no impresso e no site jornalístico da rede é um mesmo gênero da indústria jornalística.

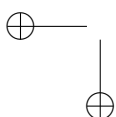
Essa separação por mídia gerou uma ausência de diálogo entre pesquisadores do mesmo campo, influenciados pela adoção de metodologias que melhor explicassem as características da mídia analisada. Os estudos sobre gêneros televisuais têm hoje como metodologias a semi-

(3) los géneros cumplen determinadas funciones sociales,

(4) los géneros son instituciones vivas que evolucionan para ajustarse a las funciones propias de la actividad a la que sirven. Eles no solo evolucionan, también desaparecen e surgen otros nuevos,

(5) la clasificación de los géneros importa, y mucho, em la medida en la que refleja los valores de la profesión y sus presupuestos epistemológicos.” SÁNCHEZ, J. F. e LÓPEZ PAN, F. Tipologías de géneros periodísticos en España. Hacia un nuevo paradigma. In: **Comunicación y Estudios Universitarios**, Revista de Ciències de la Informació, nº 8, CEU San Pablo, Valencia, 1998, p.18.

Livros LabCom



ologia estruturalista (Stuart Hall), os Estudos Culturais e as teorias da interação (Erving Goffman). Já os estudos sobre gêneros jornalísticos, preocupados em desatar o nó “opinião X informação”, ainda seguem as teorias classificatórias, embora levem em conta a ACD e a AD.

Com a necessidade de resolver o problema da recepção e as exigências dos mercados acadêmico e profissional, era preciso compreender como os produtos televisuais eram determinados pela lógica da televisão, entendida como tecnologia e forma cultural. Neste campo, entende-se gênero apenas como estratégia de interação, estratégia de comunicabilidade ou modo de endereçamento, na medida em que endereçamento constitui o fato de o destinatário fazer parte de todo e qualquer enunciado, propriedade 'constitutiva e determinante' do gênero do discurso – nas palavras de Bakhtin. Os fundamentos nos estudos dos gêneros televisuais incluem as concepções de que: o processo comunicativo deve ser analisado como uma estrutura em dominância, articulada por produção, circulação, distribuição/consumo e reprodução; há um sentido preferencial da mensagem construído na codificação, mas os sujeitos da recepção são ativos, a partir de sua competência cultural (Martín Barbero). Os modos em que se reconhece e se organizam as competências culturais são exatamente os gêneros (GOMES, 2002).

As pesquisas sobre os chamados gêneros televisuais diferenciam, em geral, formato de gênero, ao mesmo tempo em que focam em dois aspectos: os regimes do dispositivo televisivo e os reconhecimentos do 'receptor' (herança de Bakhtin). Diferentemente das análises dos gêneros de produtos jornalísticos impressos, preocupados com funções e estilos, as análises dos gêneros televisuais investem na compreensão da gramática televisiva e da diferença entre formato e gênero. Entretanto, toma-se as definições dadas aos estudos dos impressos (MARQUES DE MELO) como as noções de gêneros informativos e gêneros opinativos para os gêneros jornalísticos, sem explicar, no entanto, a diferença de dimensões, já que o campo jornalístico é apenas um dos muitos campos que operam com a televisão.

Para os últimos estudos brasileiros (ARONCHI DE SOUZA, 2004;



REZENDE, 2000), os formatos estão dentro do conjunto de gêneros, que, por sua vez, estariam dentro de categorias (ARONCHI DE SOUZA, 2004). Dentre os gêneros informativos estariam os telejornais, debate, documentário e a entrevista. Dentro dos telejornais alguns formatos como nota, notícia e reportagem, por exemplo. A noção de formato, embora corrente no campo televisivo, é discutida enquanto termo para conceptualizar a produção discursiva.

[...] Enquanto designação do dimensionamento físico de um produto de comunicação (dimensões de um livro, de formas gráficas, de fitas magnéticas para o registro da captação audiovisual, etc.), formato é um termo indicador de atributos. Todavia, quando passa a conceptualizar a produção discursiva que, em princípio, não tem nada a ver com dimensão, mas com a organização de informações e interações dispersas num ambiente, graças ao desenvolvimento de ferramentas que tornam possíveis a construção de discursos, surge um problema a ser investigado. (MACHADO, 2005, p. 4)

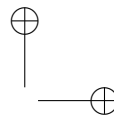
Irene Machado entende que as pesquisas sobre gêneros televisivos têm se limitado ao termo formato, além de guardarem resquícios do pensamento Aristotélico, para quem (como vimos) o gênero era uma unidade imutável, natural. O termo formato parece estar diretamente ligado à lógica do dispositivo, enquanto gênero trata do discurso.

[...] Fora do ambiente semiótico da codificação tecnológica, o formato simplesmente não pode ser concebido. **Os gêneros**, ao serem redesenhados no contexto da mediação tecnológica, **revelam a face metalingüística do formato**: para criar linguagem é preciso processar linguagens e gêneros. Logo, **o formato é uma noção que leva em conta todo um ambiente ecológico: a mídia (o sistema), os códigos (as linguagens) e as interações possíveis (as semioses)**. Fora dessas disponibilidades de caráter ecológico, o formato não existe. (MACHADO, 2006, p. 16) (grifo nosso)

O foco está na compreensão da ‘gramática televisiva’ - programação, necessidade de velocidade, (instantaneidade), unidades temporais – onde o gênero seria uma ‘chave de análise’.

Livros LabCom





Nessa perspectiva, um gênero seria, antes de tudo, uma estratégia de comunicabilidade, e é como marca dessa comunicabilidade que se faz presente e analisável no texto. Os gêneros são então fatos culturais e sua redução a receitas de fabricação ou a etiquetas de classificação têm impedido a compreensão de sua verdadeira função e de sua pertinência metodológica: a de operar como chave de análise dos textos televisivos. (DUARTE, 2003, p. 10)

Além disso, os estudos procuram analisar os produtos principalmente pelo reconhecimento (BAKHTIN, 1992) e, conseqüentemente, os gêneros como estratégias de interação, sem olhar mais atentamente para as regularidades de situações do campo jornalístico, de produção, portanto, e de composição da unidade discursiva.

Se o formato está na dimensão do dispositivo, como sugere Irene Machado, está subentendido que um gênero discursivo pode ter mais de um formato. Mesmo que mudem a mídia, os códigos e as interações possíveis, isso não implica, necessariamente, em outro gênero, por que o gênero é da ordem das situações comunicativas recorrentes.

Nesse sentido, os gêneros são momentos de uma *negociação*. No caso da recepção televisiva, por exemplo, os gêneros permitem relacionar as formas televisivas com a elaboração cultural e discursiva do sentido.

Aquilo que aparece nesses autores como *estratégias de comunicabilidade* ou *estratégias de interação*, ou seja, os modos como a emissão televisiva já ativa, ela mesma, as competências culturais dos receptores, parece se aproximar de noções que permitem uma visada do ponto de vista de uma pragmática da comunicação. Pensar o processo comunicativo nesta perspectiva significa pensar tanto o modo como o campo da emissão ativa as competências dos receptores, quanto também o modo como os receptores constroem suas competências para negociar o sentido. Isso significa pensar as *condições de uso da comunicação*, os *contextos*, as *intenções dos falantes*, as *circunstâncias nas quais o sentido é produzido*, sem privilegiar um dos pólos, mas a partir de uma análise do *processo comunicativo* que, acreditamos, deva, ele sim, ser colocado no lugar





do sujeito da comunicação. (GOMES, 2002, p. 11-28) (grifo nosso)

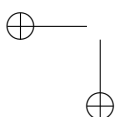
Uma situação comunicativa é compreendida por condições de realização, extralingüísticas – finalidade, identidade (estatuto) dos participantes, domínio do saber (campo, em que se institucionaliza a rotina produtiva) e dispositivo – e intralingüísticas – modo do discurso. A consequente dedução seria: se o conjunto de condições se repete (princípio da regularidade), então, tem-se o mesmo gênero. Mas esta dedução é simplista. Pelo menos, por um motivo: seria pressupor que todas as condições de realização têm o mesmo nível de importância na configuração do gênero.

Se formato leva em conta mídia, códigos e interações possíveis, deve levar em conta também uma categoria como “modo do discurso”. E se, nem todas as condições da situação comunicativa se repetem, não seria razoável considerarmos estar diante de outro gênero discursivo? Se não, quais as condições de realização definidoras de gênero discursivo? O mapa de hierarquia dessas condições? Alguma condição está aí esquecida?

Um dos elementos que parece ter sido esquecido é a natureza do objeto temático, como sugeriu Beltrão e reafirmou Marques de Melo. A ‘natureza do tema’ ou ‘natureza dos relatos observáveis’ foi definida como a relação entre os acontecimentos, expressão jornalística e apreensão pela coletividade. Esta relação teria duas perspectivas: a partir do referencial exterior à instituição (informativo) ou co-determinada por variáveis controladas pela instituição (opinativa). É como se a ‘natureza do objeto’, renomeando, fosse determinada pela realidade ou pela instituição. O aspecto-chave aqui é o grau de interpretação (como colocou Gomis) e, portanto, o grau de interferência do sujeito no discurso. O que ficou esquecido foi a importância do objeto na configuração do gênero discursivo.

Estamos falando daquela recorrente frase das redações jornalísticas: “Esse acontecimento gera uma reportagem” ou “Esse fato não gera mais do que uma nota”. Essa decisão parece ser orientada pela relação do objeto com aquilo que o gênero pode ‘configurar’. De certa forma,

Livros LabCom



faz parte da competência em se reconhecer os valores-notícia do fenômeno. Entendemos que, embora Marques de Melo tenha apontado um aspecto importante para a definição do gênero, deteve-se no que este significa enquanto interpretação e autoridade.

Esta é outra condição extralingüística condicionante dos gêneros: o estatuto, sua autoridade implicada e lugar de fala na organização. O jornalista-repórter tem autoridades limitadas aos fatos, acontecimentos, dados verificáveis e comprováveis, ao passo que o colunista tem outro tipo de limitação. Apenas alguns têm autorização e autoridade para ações com juízo de valor pessoal como comentar, avaliar, definir, sugerir, defender, prever ou criticar. Nas unidades informativas do fazer jornalístico, a autoria é do veículo, antes de ser do jornalista.

O *ethos* do autor aparece, pela primeira vez, em artigo de Sánchez e López Pan (1998), onde sugerem, ao lado de gêneros de reportagem/noticiosos e gêneros do jornalismo especializado, os gêneros de autor.

Com esta palavra, ‘autor’, pretendemos marcar que o que está em jogo neste tipo de textos não é a transmissão da realidade – insistimos, sempre interpretativo, sempre de caráter retórico – segundo algumas condições estabelecidas pela profissão, mas o *ethos*, “*el latante*” de um autor. [...] Quando alguém lê uma coluna de Manuel Alcântara quer saber vê as coisas Manuel Alcântara, que coisas vê, em quais se fixa mais. [...] ¹⁵ (tradução nossa)

O gênero de autor existiria, não por modos de fazer estabelecidos pela atividade jornalística, mas sim pelo que o autor quer empregar. Em

15. “Con esta palabra, ‘autor’, pretendemos remarcar que lo que está en juego en este tipo de textos no es la transmisión de la realidad – insistimos, siempre interpretativos siempre de carácter retórico – según unas condiciones establecidas por la profesión sino el *ethos*, el *talante* de un autor. [...] Cuando alguien le una columna de Manuel Alcântara quisiera saber cómo ve las cosas Manuel Alcântara, qué cosas ve, en cuáles se fija más. [...]” Sánchez, J.L. e López Pan, F. Tipologías de géneros periodísticos en España. Hacia un nuevo paradigma, in: **Comunicación y Estudios Universitarios**, Revista de Ciències de la Informació, nº 8, CEU San Pablo, Valencia, 1998, p. 34.



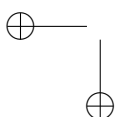
outras palavras, Sánchez e López Pan defendem que o gênero existe apenas por um critério: o estatuto de um dos participantes, o autor-emissor. Seria dizer que se pode definir um gênero por uma condição. Mais ainda, que uma condição apenas pode definir um gênero. Num primeiro momento, não acreditamos nesta afirmação, pois há limites no modo de discurso e limites temáticos configurados segundo práticas, formações discursivas, paradigmas do campo. No entanto, a sugestão ‘gênero de autor’ mostra que as condições extralingüísticas são importantes na concepção dos gêneros.

Os gêneros de reportagem/noticiosos e os gêneros do jornalismo especializado são definidos segundo suas funções: informar, para os primeiros, e aconselhar ou desaconselhar, para os segundos. Sánchez e López Pan defendem que não há diferença entre reportagem, notícia e entrevista, já que teriam a mesma função:

Da mesma maneira, as reportagens, enquanto gênero, não são nem mais interpretativos nem menos, nem mais informativos nem menos que, por exemplo, a notícia: são outro tipo de informação e outro tipo de interpretação. Melhor dito, são quase só uma variação temática da notícia. As entrevistas também são uma mera variação temática com respeito aos demais gêneros: o tema é uma pessoa e seu modo de se ver, de ver o mundo, de ver seu trabalho ou de ver uma parcela concreta da realidade ou um fato isolado. Todos esses aspectos juntos ou só um deles. (SANCHEZ E LÓPEZ PAN, 1998, p. 34)¹⁶ (tradução nossa)

Não questionam, inclusive, os papéis dos participantes, visto por outros autores como os critérios de definição de entrevista, por exemplo. Considerada como gênero dialógico, a entrevista colocaria em des-

16. “De la misma manera, los reportajes, em cuanto género, no son más interpretativo ni menos, ni más informativos ni menos que, por ejemplo, la noticia: son otro tip de inforación y outro tipo de interpretación. Mejor dicho, son casi solo una variación temática de na noticia. Lãs entrevistas también son una mera variación temática com respecto a los demás géneros: el tema es una persona y su modo de verse, de ver el mundo, de ver su trabajo o de ver una parcela concreta de la realidad o um hecho aislado. Todos esos aspectos juntos o solo uno de ellos”. Idem, ibidem.



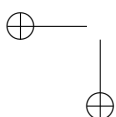


taque o que, no jornalismo digital, se compreende como interatividade. A capacidade de trocar o papel de emissor e receptor marca unidades discursivas como o *chat* e o fórum. Para Sánchez e López Pan, se a finalidade é a mesma, então é o mesmo gênero. A função de aconselhar, nunca antes vista como função do jornalismo, é definida pelos autores como função da crítica, crônica e *comparativos* (sic).

Tão pouco incluímos a crítica, porque não reúne os requisitos imprescindíveis para encaixar nesse grupo ou, ao menos, não os reúne sempre. E porque devemos adicionar ainda um terceiro grupo de macrogêneros, caracterizado pela especificidade de seus destinatários que definem, por sua vez, a especificidade de seus autores: os gêneros do jornalismo especializado. Se diferenciam dos outros dois grupos por sua função, que é o critério que temos mantido. E dão lugar a um tipo de textos que requerem alguns conhecimentos artísticos, históricos e técnicos que obrigam a buscar especialistas, muito frequentemente, em âmbitos alheios ao jornalismo profissional. Sua função última, além disso, se afasta da dos demais gêneros jornalísticos, pois é de caráter basicamente prescritivo: aconselhar ou desaconselhar determinados produtos, culturais ou não.¹⁷ (tradução nossa)

As teorias funcionalistas sobre os gêneros se fundamentam, na verdade, no que se chama de “paradigma da mediação” – para o qual o trabalho jornalístico seria mediador entre a audiência e a realidade. Os gêneros informativos se estruturariam a partir do real, como se fosse

17. “Tampoco hemos incluido la crítica, porque no reúne los requisitos imprescindibles para encajar en esse grupo o, al menos, no los reúne siempre. Y porque debemos añadir aún un tercer grupo de macrogêneros, caracterizado por la especificidad de sus destinatários que define, a su vez, la especificidad de sus autores: los géneros del periodismo especializado. Se diferencian de los otros dos grupos por su función, que es el critério que hemos mantenido. Y dan lugar a un tipo de textos que requieren unos conocimientos artísticos, históricos y técnicos que obligan a buscar especialistas, muy frecuentemente, en [âmbitos ajenos al periodismo profesional. Su función última, además, se ajeja de la de los demás géneros periodísticos, pues es de carácter basicamente prescriptivo: aconsejan o desaconsejan determinados productos, culturales o no.” Idem, p. 35.





possível a mediação objetiva sem interpretação. Os gêneros opinativos seriam co-determinados por variáveis controladas pela instituição jornalística.

O campo da pesquisa jornalística se empenha, ainda hoje, em resolver um paradigma da atividade jornalística brasileira: o limite entre informação e opinião. A oposição informação X opinião, considerada um falso paradigma por Manuel Chaparro, é a causa do pequeno progresso na definição de gêneros jornalísticos.

Assim, o paradigma Opinião x Informação tem condicionado e balizado, há décadas, a discussão sobre gêneros jornalísticos, impondo-se como critério classificatório e modelo de análise para a maioria dos autores que tratam do assunto. [...]

Trata-se de um falso paradigma, uma fraude teórica, porque o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões. Além de falso, o paradigma está enrugado pela velhice de três séculos. (CHAPARRO, 1998)

No Brasil, desde a década de 80, quando a discussão de gêneros foi sistematizada pelo professor José Marques de Melo, a separação entre gêneros informativos e gêneros opinativos se manteve como norte para o ensino e para a pesquisa. Para avançar, é preciso constatar que essa divisão tem motivos para ter se firmado, embora contestada a cada novo artigo durante, pelo menos, a última década. É o que defende Marques de Melo: *“Chaparro fala mas não demonstra. Chaparro, como vários outros estudiosos de comunicação, confundem opinião com ideologia. Ideologia perpassa tudo. [...] Ideologia perpassa tudo! Não tem jornalismo imparcial, neutro. O jornalismo como qualquer ação comunicativa, está empenhada de um ponto de vista...vamos dizer, de uma opinião nesse sentido genérico. Quando estou falando de opinião e informação, opinião é um juízo de valor, que tem que ser necessariamente criterioso. Todas as notícias são editorializadas. [...] Então, acho que o falso paradigma é esse. [...] É um paradigma verdadeiro. Se tem a diferença entre informação e opinião. Vai escrever na Folha [Folha de S.Paulo] uma notícia em que estabeleça um parâmetro do*

Livros LabCom



*governo Lula sem ver o outro lado”*¹⁸.

A força da separação entre informação e opinião, que sustenta a classificação de gêneros como informativos e opinativos, provém de seis fenômenos: 1) do “jornalismo de informação”, em que figura a concepção moderna de jornalismo, hoje hegemônica; 2) da forte tradição norte-americana da instituição jornalística brasileira; 3) da frouxa noção de opinião na pesquisa acadêmica sobre jornalismo; 4) da pressão do mercado empresarial jornalístico, que precisa de formatos para sobreviver, na academia científica; 5) da separação da função enquanto principal critério de definição de gênero jornalístico.

O jornalismo de informação é, em última instância, o que se considera na teoria americana o paradigma da objetividade, caracterizado pela separação entre fato e opinião.

O jornalismo de informação é a forma específica de jornalismo de uma sociedade na qual a produção industrial constitui a principal fonte de acumulação do capital (sociedade industrial). [...] (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 104)¹⁹ (tradução nossa)

O jornalismo de informação é caracterizado: pela “notícia”, pela idéia da descrição fiel da realidade ou, como escreveu Marques de Melo, descrição dos fatos; pela departamentalização da empresa jornalística; pelo jornalista empregado assalariado; pela diversificação de fontes de informação; pelo anúncio publicitário como critério de sobrevivência financeira da empresa; pela vida urbana (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p.104-105). O elemento fundamental é que a separação entre informação e opinião, entendida igualmente como uma

18. SEIXAS, L. **O que é jornalismo? É possível entender através dos gêneros.** Entrevista realizada com o professor José Marques de Melo em Gêneros Jornalísticos, 26 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.generos-jornalisticos.blogspot.com>. Acesso em julho de 2008.

19. « Le journalisme d'information est la forme spécifique de journalisme d'une société urbanisée dans laquelle la production industrielle constitue la principale source d'accumulation du capital (société industrielle) » (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 104).



separação entre fato e opinião, constituiu-se como uma competência essencial para o jornalismo profissional (GUERRA, 2003, p. 39).

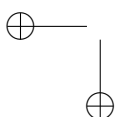
A competência de reportar os fatos, sem interferência do jornalista-sujeito, começa a ser construída exatamente quando o relato cronológico dá lugar ao *lead*, no século XIX Estados Unidos. O jornalista, que deveria agora decidir (escolher e hierarquizar) quais os elementos mais importantes dos acontecimentos, tem cada vez mais autoridade como profissional da informação.

As notícias sobre o “Discurso à Nação” tomaram três formatos básicos: o registro estenográfico do discurso, de 1790 até 1850; uma cronologia e comentário sobre o acontecimento, de 1850 até 1900; e a reportagem da mensagem, com utilização da “pirâmide invertida”, a partir de 1900. O relato estritamente cronológico deu lugar a um relato em que a utilização de um *lead* se tornou uma prática corrente no jornalismo norte-americano, demonstrando o crescente sentimento de autoridade por parte dos jornalistas, a decidir quais são os elementos do acontecimento mais importante e que merecem figurar no *lead*. A utilização da pirâmide invertida reconheceu implicitamente o jornalista como “perito”. [...] (TRAQUINA, 2004, p. 60)

A objetividade do jornalista representa a neutralidade da empresa, que se revela, então, o capital da empresa jornalística, já que se torna a medida da credibilidade.

Um conseqüente problema, fundamental para a discussão de informação e opinião, é a pressuposição de que o jornalismo trata apenas de fatos, como se a realidade não fosse feita também de acontecimentos em processo, possíveis, previsíveis (ou seja, de conjuntura, contextuais), dados estatísticos, objetos abstratos, “sistemas de verdades”, comportamentos e sentimentos de atores sociais ou ainda de objetos que se constituem pela relação entre dois ou mais objetos. Esta pressuposição equivocada está diretamente relacionada à outra: a de que a realidade pode ser verificada. Isso não é verdade. Não se quer dizer aqui que as técnicas de apuração, busca da exatidão e precisão não tenham sido

Livros LabCom



conquistas fundamentais, mas a matéria-prima do jornalismo (a realidade) não é composta apenas daquilo que é verificável, pelo contrário, muitos objetos de coberturas diárias, mesmo os mais factuais, são impossíveis de serem verificados. Um claro exemplo são os acidentes (inesperados), cujos motivos, em geral, necessitam de conhecimento especializado para serem revelados.

A tarefa de apurar para representar fielmente a realidade estabelece um jornalista profissional cada vez menos sujeito-autor, cuja assinatura é suplantada pela assinatura do veículo empresarial jornalístico. No mercado do jornalismo de informação, quem não é sujeito na empresa não pode emitir opinião, pois opinar é poder. Embora fundamental para a definição de gêneros jornalísticos, a noção de “opinião” ficou restrita a premissas que se constituíram em lugar comum sobre o jornalismo: 1) opinião implica sujeito; 2) opinião é “juízo de valor” e 3) opinião é igual a opinativo. São premissas que parecem óbvias, mas que não foram investigadas pela academia, o que resultou numa noção frouxa de opinião e, portanto, de gênero opinativo.

Há uma relação complexa entre objeto, tópico jornalístico (lugar comum, saber social) e ato de comunicação jornalístico, que institui o comprometimento do enunciador. Para um ato de comunicação jornalístico se configurar como ato opinativo, é necessário que o compromisso do enunciador seja com a crença (subjetividade) na adequação da proposição à realidade. Além disso, ato opinativo não é igual a gênero opinativo, já que este último requer um modo de discurso argumentativo, diferentemente dos ditos gêneros informativos.

O modo discursivo é comumente confundido com finalidade, o critério consensual de classificação de gêneros jornalísticos. Os formatos de modo argumentativo seriam gêneros argumentativos, aqueles de formato informativos seriam gêneros informativos, o que se revela um equívoco quando se fala de gêneros interpretativos, porque estes não têm formatos institucionalizados para justificá-los com gêneros. Ou seja, modo de discurso, formato, objetivo e visada, muitas vezes, são analisados como parte da finalidade. Finalidade é objetivo, mas modo



do discurso, formato e visada são outros elementos. Por isso não se pode dizer que se a finalidade do gênero é opinar, todos os atos de comunicação que compõem o gênero são atos opinativos e vice-versa.

O objetivo principal está em sugerir um referencial teórico de análise sobre esse que é considerado o principal critério de definição do gênero jornalístico nas teorias do jornalismo: a finalidade. Com isso, pretendemos propor uma terceira via para a separação entre informação e opinião. O limite tênue entre informação e opinião é medido por uma relação complexa entre objeto, tópicos jornalísticos (saber social compartilhado) e ato de comunicação jornalístico.

3.4 Funções da mídia

Atualmente, os estudos sobre cibergêneros seguem duas grandes linhas, funcionalistas, de fundamentação teórica: 1) os principais critérios de definição dos gêneros da *web* são as propriedades das mídias digitais; e 2) o cibergênero, assim como qualquer gênero, estabiliza práticas sociais-linguísticas. A primeira linha tem mais representantes nos Estados Unidos, Canadá, Espanha e países baixos (Dinamarca e Suécia). A segunda linha é mais forte no Reino Unido e França. Melhor, a primeira linha está nas áreas de Ciências da Computação e da Informação e a segunda nas áreas de Linguística e Retórica. De forma resumida, as Ciências da Computação e da Informação analisam os cibergêneros pelos critérios de forma, conteúdo, propósito e funcionalidade, enquanto a linguística se preocupa com o caráter de fixação e estabilidade que o gênero impõe aos tipos discursivos.

As pesquisas dedicadas a cibergêneros jornalísticos têm se fundamentado na análise das propriedades da mídia digital, principalmente, hipertextualidade, multimídia e interatividade. Enquanto a interatividade dispõe sobre a troca, a hipertextualidade é da ordem do modo discurso e a multimídia parece ser da ordem do dispositivo. A midialidade até então não fora investigada como critério para compreensão de gênero no campo jornalístico. Não só porque a possibilidade



de escolha das mídias analógicas é restrita, mas também porque as linguagens estão diretamente ligadas ao dispositivo midiático (impresso, rádio, televisão). O paradoxal é que o dispositivo, até então, foi um elemento desconsiderado na configuração do gênero, pois que tem sido ‘o’ elemento de partida das análises. Como vimos, estudam-se os gêneros televisivos, os gêneros radiofônicos, os gêneros digitais como se a mídia fosse o critério de definição do gênero de um campo. Duvidamos desta concepção.

Em sua tese de doutorado, Ihlström faz uma sistematização das características de gêneros sugeridas pelas principais referências da *Genre Theory* e das Ciências da Informação e da Computação, que reproduzimos abaixo (IHLSTRÖM, 2004, p. 17).

CARACTERÍSTICAS DE GÊNEROS	AUTORES
Forma e conteúdo	Berkenkotter e Hukin (1995)
Forma e propósito	Swales (1990); Orlikowski & Yates (1994); Crownston & Williams (1997); Yates <i>et al.</i> (1997)
Conteúdo, forma e funcionalidade	Shepherd & Watters (1998, 1999); Ryan et al. (2002); Crownston & Kwasnik (2004)
Propósito, forma e funcionalidade	Toms & Campbell (1999); Schmid-Isler (2000)

Depois de apresentar sinteticamente a sugestão de cada autor, a pesquisadora escolhe adotar a definição de gênero de Erickson - “Um gênero é um modelo de comunicação criado pela combinação de forças individual (cognitiva), social e técnica implícita em situações de comunicação recorrentes. [...]” (ERIKSON, 1999, p.2) –, mas adicionando um aspecto da definição de Orlikowski e Yates (1994): propósito reco-

nhecido socialmente. Dentro destas forças, não fica claro como Ihlström coloca as características que considera fundamentais para o gênero digital: 1ª) conteúdo seria substância; 2ª) forma se refere às características observáveis; 3ª) funcionalidade se refere às capacidades disponível através da mídia; e 4ª) propósito, visto da perspectiva de quem publica (IHLSTRÖM, 2004, p. 21).

Pode-se dizer que, exceto a separação entre conteúdo e forma, as duas outras “características” são as mesmas trabalhadas pela teoria literária e pelos estudos da comunicação, em especial os estudos dos gêneros jornalísticos. Propósito está relacionado à finalidade, somada, inclusive, pela autora, à dimensão social. A funcionalidade reflete a relação dos gêneros com as propriedades digitais, principal critério para os estudos de cibergêneros jornalísticos.

É o que se pode apreender dos trabalhos dos linguistas brasileiros e dos pesquisadores de jornalismo, Ramón Salaverría e Javier Díaz Noci. Mas, enquanto Salaverría busca caracterizar os ‘novos’ gêneros do webjornalismo, Díaz Noci tem procurado compreender e sugerir critérios taxonômicos. Além de descrever e analisar os gêneros, Díaz Noci avança para uma compreensão dos critérios taxonômicos em que propõe, além das já apontadas propriedades da mídia digital – hipertextualidade, multimedialidade e interatividade-, mais dois elementos: as técnicas retóricas e características temporais.

São cinco critérios, trazidos das cinco operações retóricas sugeridas por Quintiliano: *inventio* (a possibilidade de escolha), *dispositio* (ordenamento de seqüências), *elocutio* (expressão do discurso), *actio* (a ação da troca comunicativa) e *memória* (memória). Cada operação estaria ligada a uma propriedade da mídia digital. Então, a *inventio* seria da ordem da multilinearidade; a *dispositio*, das estruturas hipertextuais; a *actio*, da interatividade; a *elocutio*, dos recursos multimídia e a *memoria* estaria ligada à memória (múltipla, instantânea e cumulativa – Palácios, 2003) (DÍAZ NOCI, 2004, p. 12).

Inventio, *dispositio*, *actio*, *elocutio* e *memoria* são, para Quintiliano, as operações necessárias à produção integral do discurso. A busca

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO RETÓRICA	
<u>Topoi</u> Gêneros narrativos Gêneros interpretativos Gêneros dialógicos Gêneros argumentativos	<u>Partes do Discurso</u> <i>Inventio</i> : multilinearidade e poliacrisis <i>Dispositio</i> : estruturas hipertextuais <i>Actio</i> : interatividade <i>Elocutio</i> : Recursos multimedia <i>Memoria</i>

de conteúdo (*inventio*) seria a operação inicial. Como a mídia digital é caracterizada pela múltipla escolha, não só de conteúdo, mas também de caminho, essa ação seria da ordem da multilinearidade. A escolha do tema, no caso do campo de produção jornalístico, é determinada por formações discursivas de domínios do saber (editorias), relacionadas aos valores-notícia e paradigmas do campo.

A composição e ordenação do material (*dispositio*) são tanto uma ação do autor como do usuário-leitor, que pode decidir um itinerário dentro do hipertexto, com um número de itinerários possíveis. A *dispositio* estaria diretamente relacionada ao modo discursivo, narrativo, descritivo ou argumentativo. No campo do wejornalismo, devem-se analisar os recursos hipertextuais: estruturas e tipo de *links*. Díaz Noci sugere duas classes para cada critério. As estruturas segundo o tipo (axial ou reticular) e o grau (profundidade e número de itinerários por nível). Os *links* segundo o destino e segundo o propósito. Assim como a narração, caracterizada por ordenamentos cronológicos e composição baseada na intriga, as unidades hipertextuais têm as *lexias* e as ligações (*links*) que marcam sua composição.

Já a *elocutio*, expressão do discurso, seria operação de escolhas dos significantes para os significados que já se vai ordenar, portanto, operação também sobre escolhas de linguagem (texto escrito, áudio, vídeo,



foto). Este é um elemento diretamente relacionado ao dispositivo mediático, até então visto apenas como gramática midiática. Com a mídia digital, tanto o fazer jornalístico, como o campo de pesquisa, estão se questionando sobre a lógica de cada linguagem e que funções operam com base em suas lógicas.

A *actio* seria exatamente a interação. Como vimos com os chamados gêneros dialógicos, o foco de decisão estaria na própria troca comunicativa: além do estatuto dos participantes, número de participantes, na possibilidade de troca de papéis, grau de dialogismo (um para um, um para muitos, muitos para um) e o momento da troca (sincrônico e assíncrono). Por fim, a *memoria*, permanente e disponível informação produzida e armazenada, que pode ser usada, tanto pelo produtor como pelo usuário.

As operações, como veremos, estão diretamente relacionadas às competências do saber-fazer jornalístico (competência de reconhecimento, de procedimento e discursiva), assim como também não estão tão afastadas das dimensões diferentes das condições extra e intralinguísticas trabalhadas pela Análise do Discurso. Entretanto, exatamente por serem operações, não acreditamos que devem estar relacionadas à mídia e, mas sim às competências empregadas na produção de uma composição discursiva do jornalismo de atualidade.

Os estudos da linguística sobre cibergênero seguem os mesmos parâmetros de análise dos estudos do jornalismo, mas têm objetivos diversos. O que a linguística tem feito, em se tratando de gêneros digitais, é: 1) compreender as interfaces com os gêneros tradicionais; 2) realizado um trabalho descritivo de reconhecimento, relacionando conceitos da linguística com teorias das novas mídias e 3) relido a noção de gênero, não só por causa do novo cenário, mas também pela própria noção, controversa. A linguística quer entender o nível de mudança na escrita pelo seu uso nas mídias digitais, a contribuição destas para o letramento de professores e o que mudou no ensino através destes meios²⁰, ao passo que, ao jornalismo interessa analisar as mudanças

20. Antes do livro organizado por Marcuschi e Xavier, a professora Vera Paiva



da produção da informação com as mídias digitais. Os parâmetros, no entanto, constituem aspectos como tempo (instantaneidade/atualização contínua), número e tipo de interlocutores (interatividade), formato textual e extensão (hipertextualidade), limites impostos à revisão (atualização contínua), grau de automatização das operações, método de armazenamento, busca, gerenciamento de textos (memória) e riqueza e variedade de sinais, ou seja, texto, áudio, imagem (multimedialidade).

QUADRO 10 – PARÂMETROS DE TIPOLOGIAS DE CIBERGÊNEROS PARA LINGUÍSTICA E JORNALISMO DIGITAL

LINGUÍSTICA	JORNALISMO DIGITAL
Relação temporal (síncrona e assíncrona; duração)	Tempo (siconismo e assincronismo; permanência)
Extensão do texto	Hipertextualidade (links)
Formato textual	Hipertextualidade
Participantes	Interatividade
Relação dos participantes	Interatividade
Troca de falantes	Interatividade
Canal/semioses	Multimedialidade
Recuperação de mensagem	Memória
Função	
Tema	
Estilo	

Exceto estilo, tema e função, todos os outros critérios são comuns aos dois campos. Estilo, tema e função seguem a tradição da linguística, constituindo também em elementos de análise de classificações de gêneros no jornalismo desde a década de 60. Tanto estes como os

(FALE-UFMG), editou outra obra intitulada “Interação e Aprendizagem em Ambiente Virtual”. PAIVA, Vera Lúcia Menezes (org.) **Interação e Aprendizagem em Ambiente Virtual**, Belo Horizonte, FALE-UFMG, 2001.



outros parâmetros são compostos de mais de um aspecto como, por exemplo, formato textual – turnos encadeados, texto corrido, sequências soltas, estrutura fixa – e relação entre participantes – conhecidos, anônimos e hierarquizados. Os aspectos de cada parâmetro são compreendidos por quatro (4) níveis: presença, ausência, irrelevância do traço para a definição de gênero e indefinição quanto à presença e relevância. Analiticamente, seriam níveis de importância para a configuração de um gênero, sugerindo, assim, que alguns critérios são determinantes, outros constitutivos e outros apenas influentes na configuração do gênero. Esta é a perspectiva de autores da AD.

A similitude do método está, então, em se balizar a análise por propriedades das novas mídias. Entretanto, a linguística é mais enfática quanto aos níveis de relevância, está preocupada com 'gêneros emergentes' do domínio do ensino e trabalha com outras referências, mesmo como fundamento das propriedades da mídia digital. A lista de novos gêneros inclui: e-mails, *chat* aberto, *chat* reservado, *chat* agendado, *chat* em salas privadas, entrevista com convidado, e-mails educacionais, aula *chat*, vídeo-conferência interativas, lista de discussão, endereço eletrônico e blogs. Apenas os *chats* e a entrevista são também classificados como cibergêneros do jornalismo. Classificação esta de pesquisadores espanhóis, principalmente Díaz Noci e Salaverria, pois não existem tipologias sugeridas por estudiosos brasileiros.

Com exceção de David Bolter e Marshall McLuhan, os linguistas fundamentam-se pelas Ciências da Computação e da Informação, principalmente com o norte-americano Thomas Erickson, Shepherd & Watters, Yates, & Sumner, Ryan et al, Crowston & Kwasnik e Tom & Campbell. Estes pesquisadores, preocupados com o papel de características tecnológicas na configuração de gêneros digitais²¹, dialogam

21. “As genre theory is applied to digital media rather than speech or writing, a couple of differences in emphasis have emerged. One of the chief differences is that those studying the digital medium are paying more attention to the role of technical features in shaping the evolution of digital genres. [...]” ERICKSON, Tom. **Rhyme and Punishment: The Creation and Enforcement of Conventions in an Online Participatory Limerick Genre.** In: Anais do Thirty-





teoricamente com a *Genre theory*, com interesse em gêneros literários, nas implicações pedagógicas dos gêneros acadêmicos e na aplicação de gêneros no ensino da linguagem.

Esta intersecção com a *Genre Theory* levou os linguistas brasileiros a trabalharem com Thomas Erickson, por exemplo, além de John Swales, Charles Bazerman, Carolyn Miller e Vijay Bhatia, os autores mais mencionados pelos linguistas brasileiros que estudam os gêneros digitais. Um dos motivos da força deste grupo é que a sócio-retórica aprofunda sua análise em um ponto decisivo para a teoria de gêneros, elevado à potência com o aparecimento das mídias digitais: o problema da situação do discurso, da interação. A interatividade é tida, pela linguística brasileira, como uma das características centrais dos gêneros no ambiente digital. A interatividade implica num novo contexto de relações entre fala-escrita, com nova relação tempo-espço, uma possibilidade de contatos mais veloz, sem barreiras geográficas, um novo modo de circulação de textos²². Enfim, é uma propriedade da mídia digital que chama atenção deste domínio principalmente pelo fato de instaurar novas situações de troca linguística. Como sintetizou Irene Machado:

second Hawaii International Conference on System Sciences. Havaí, janeiro de 1999. Disponível em: <http://www.visi.com/~snowfall/limerick.html#anchor3302129>. Acesso em 05/12/2008.

22. “Uma das características centrais dos gêneros em ambientes virtuais é a alta interatividade, em muitos casos síncronos, embora escritos. Isso lhes dá um caráter inovador no contexto das relações entre fala-escrita. [...] Aspecto importante nas formas comunicativas semiotizadas desses gêneros é o uso de marcas de polidez ou indicação de posturas com os conhecidos *emoticons* [...] ao lado de uma espécie de etiqueta netiana [...], trazendo descontração e informalidade [...], tendo em vista a volatilidade do meio e a rapidez da interação. [...]” MARCUSCHI, op.cit., p. 33. “Uma das principais características atribuídas aos suportes eletrônicos da Internet é a questão da interatividade. [...] A noção da interatividade na Internet pode ser assim associada à questão do tempo e à do espaço. Interessa-me analisar a interatividade na intertextualidade e no modo de circulação os textos produzidos.” KOMESU, F. Blogs e as práticas de escrita sobre si na Internet. In: MARCUSCHI, L.A. e XAVIER, A. C. (Org.) **Hipertexto e Gêneros Digitais**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004, p.113.

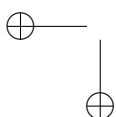




[...] A classificação foi substituída pelas relações interativas. O conceito de gênero abandona a escala hierarquizante e **passa a valorizar a interação**. Considerar os gêneros em tempos de cultura digital implica atentar não só para o modo como as mensagens são organizadas e articuladas do ponto de vista de sua produção, como também para sua **ação sobre a troca comunicativa**, vale dizer, para o processo de recodificação pelos dispositivos de mediação. [...] (MACHADO, 2001, p.13) (grifo nosso)

O vigor da sócio-retórica está em algumas noções-chave: situação retórica, ação retórica tipificada, comunidade retórica (MILLER, 1984), comunidade discursiva (SWALES, 1990) e recorrência (BAZEMAN, 1994). A noção de situação retórica coloca luzes na dimensão retórica das práticas sociais, nos critérios pragmáticos como propósito, tomado como um componente essencial na constituição da situação discursiva (do ato comunicativo). A compreensão do gênero é baseada na prática retórica, ou seja, nas convenções do discurso que uma sociedade estabelece como maneiras de agir. O gênero é considerado como mediador entre as intenções privadas e as exigências sociais, o particular e o público, contendo, portanto, um potencial estruturador da ação social (MILLER, 1984, p. 163).

O fato de essas situações serem recorrentes é o que permitiria tipificá-las por analogias e semelhanças. As regularidades nas propriedades das situações recorrentes dariam origem a recorrências na forma e conteúdo. Para reconhecer e interpretar situações recorrentes é preciso ter um conhecimento compartilhado, por isso a noção de comunidade discursiva é influente na teoria dos gêneros. A comunidade discursiva é hoje entendida como “um grupo que trabalha junto, mantém seu repertório de gêneros, com traços retóricos evidentes e com a força que valida as atividades da comunidade” (HEMAS e BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 127). Na noção de comunidade retórica (MILLER), os traços retóricos seriam, na verdade, ações retóricas comuns; seria importante destacar também o modo de agir e incluir a noção de reprodução. Um dos desafios atuais da linguística é relacionar as noções de comunidade discursiva e comunidade retórica com a noção de comunidade virtual



(CV) para chegar a uma definição mais operativa nos estudos dos cibergêneros.

O gênero tomado como ação social assegura aos linguistas uma tomada em perspectiva menos tecnicista e mais sócio-histórica²³. Para além dos enunciados, o linguista defende que o analista de gênero precisa do contexto, da situação recorrente na qual um gênero está constituído numa dada cultura (MOTTA-ROTH, 2005). Em artigo sobre metodologias de análise de gênero, a linguista Désirée Motta-Roth (UFSM) sugere investigar a linguagem como gênero, para que a relação dialética entre texto e contexto se evidencie.

A Análise de Gêneros Discursivos, portanto, pode situar a linguagem em contextos específicos, conectando linguagem a contexto de situação e esses dois elementos ao contexto de cultura mais amplo, relacionando os processos de interação linguística aos processos sociais, a ordem social com a ordem do discurso, as práticas sociais com as práticas languageiras (Fairclough, 1989:25-29). (MOTTA-ROTH, 2003, p. 17)

Motta-Roth chega a propor a elaboração de uma “descrição expressa” de contextos específicos numa análise de gêneros discursivos. A questão é que, a despeito do seu valor para a categoria de gênero discursivo, a noção de contexto tem ainda arestas a aparar para se tornar ferramenta de análise. O contexto não aparece nas pesquisas dos linguistas sobre cibergêneros, talvez porque a troca comunicativa seja pensada em um ambiente onde os limites de tempo e espaço se dissolvem, permitindo uma troca síncrona ou assíncrona, numa rede de qualquer tamanho, sem limites geográficos definidos.

23. “Se tomarmos o gênero como texto situado histórica e socialmente, culturalmente sensível, recorrente, “relativamente estável” do ponto de vista estilístico e composicional, segundo a visão bakhtiniana (Bakhtin, 1979), servindo como instrumento comunicativo com propósitos específicos (Swales, 1990) e como forma de ação social (Miller, 1984), é fácil perceber que um novo meio tecnológico, na medida em que interfere nessas condições, deve também interferir na natureza do gênero produzido.” (MARCUSCHI; XAVIER, 2004, p. 17).

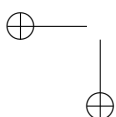


A noção de contexto é mais desenvolvida na Análise Crítica do Discurso (Fairclough), que privilegia o estudo da interligação entre poder e ideologia, entendendo, portanto, o discurso como prática social, com poder constitutivo. A ACD, juntamente, com a Análise do Discurso (Maingueneau e Charaudeau), são as principais abordagens teóricas nos estudos sobre gêneros jornalísticos brasileiros. De maneira geral, as teorias que estudam as condições extralinguísticas (retórica, pragmática e a AD), têm crescido aos olhos das teorias de gêneros. Além de defenderem conceitualmente a noção, situam o gênero dentro de rotinas, de comportamentos estereotipados que se estabilizam, portanto, dentro de domínios e circunstâncias. Ou seja, procuram entender o gênero como atividade social, submetida, então, a critérios de êxito. Esses critérios dialogam com os elementos de análise das teorias classificatórias. A função está relacionada à finalidade, o grau de interferência do autor está relacionado ao estatuto dos participantes e a organização textual, ao modo discursivo (narração, dissertação, descrição e argumentação), critério revisto a partir da retórica pelas tipologias de gêneros digitais espanholas.

Enquanto o *corpus* de análise das teorias classificatórias tem sido basicamente o produto, a AD tem sugerido a análise da produção, pois as condições de êxito de um ato comunicativo são, principalmente, extralinguísticas: finalidade reconhecida, estatuto/identidade dos parceiros, lugar e momento legítimos, domínio do saber, dispositivo-suporte material e organização textual-modo de organização discursiva. A AD defende a análise de elementos internos (do discurso) e externos (situação de troca). Pode-se dizer, portanto, que a AD está no mesmo caminho da sócio-retórica e da linguística porque tem focado nas condições de situação, contexto e produção do discurso.

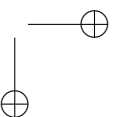
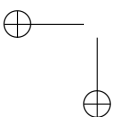
Enfim, as noções de função (finalidade) e de estatuto têm sido empregadas com diferentes graus de importância e concepções nas pesquisas sobre gênero jornalístico, ainda que esteja claro o quão tênue é o limite dessas condições. Assim também há uma escolha prática e mercadológica pelo estudo de gêneros através das mídias nas quais se

Livros LabCom





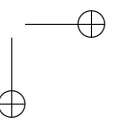
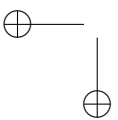
apresentam. O que coloca o dispositivo como uma condição determinante na definição do gênero. O modo do discurso é, em geral, visto como estilo de redação sem nenhuma relação com os atos de linguagem. Os pesquisadores do campo jornalístico embasam-se nas técnicas de redação, sendo o modo do discurso entendido como relação texto e fatos (narração, descrição ou argumentação) e não como configuração dos objetos de realidade.

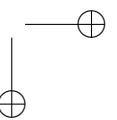
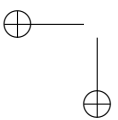
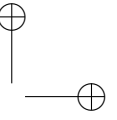
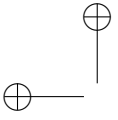




Parte III

Quadro Teórico





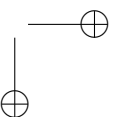
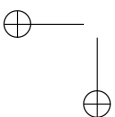


Capítulo 1

Intersecções: pragmática da comunicação e análise do discurso

A dimensão de “dever ser” do gênero, tão reafirmada pelo critério de função/finalidade, implica a instituição extralinguística e, portanto, condicionantes sócio-históricas. Avaliar esse e outros critérios para compreender quais destes seriam fundamentais, constitutivos ou condicionantes na formação de um gênero discursivo da instituição jornalística, nos levou à busca de duas teorias metodológicas que, embora tenham divergências de base, tangenciam no ponto que mais interessa a essa tese: a importância de condições de realização (extralinguísticas) de atos de linguagem. A teoria da Pragmática da Comunicação, preocupada com o sucesso do proferimento no ato comunicativo, teve sua face conversacional incorporada pela Análise do Discurso, que possui, ainda, uma linha pragmática (GRICE, 1979), considerada como corrente de estudo do discurso.

Assim como a Análise do Discurso, a teoria da Pragmática da Comunicação nasceu na década de 60. Esta concomitância histórica, entretanto, não representa nenhuma relação entre as bases de fundamenta-





ção. A obra filosófica que deu origem à teoria dos atos de fala, de John Langshaw Austin, insere-se na tradição britânica da filosofia analítica, de Moore, Russel e Wittgenstein. Austin se situava numa corrente desta tradição, a filosofia da linguagem ordinária, cujo objetivo era clarificar e desmistificar problemas tradicionais da filosofia (como responsabilidade e ação) para um plano menos abstrato, tornando possível uma compreensão sem recurso a pressupostos metafísicos¹. A proposta de Austin, gestada nos anos 40 em conferências e aulas, sugeria que expressões como “eu sei que [...]” funcionavam como expressões tipo “eu prometo [...]”. Não eram usadas para descrever ou relatar algo, mas, sim, para fazer algo, para realizar um ato. Austin mostrou, então, que muitos proferimentos não eram passíveis de serem verdadeiros ou falsos, mas apenas felizes ou infelizes.

As filiações teóricas da Análise do Discurso, por sua vez, se compõem da relação entre três domínios disciplinares que operam uma ruptura com o século XIX: Linguística, Marxismo e Psicanálise. Da linguística, a AD propõe repensar a língua como apenas relativamente autônoma, embora com sua ordem própria. Do Marxismo, a AD pressupõe o legado do materialismo histórico, ou seja, que a história tem seu real afetado pelo simbólico. E da psicanálise, a AD incorpora o deslocamento da noção de homem para a de sujeito, descentrado, que funcionaria pelo inconsciente e pela ideologia.

[...] É preciso considerar o ambiente dos anos 60 para compreender as correntes que modelaram o atual campo da análise do discurso. Assinalem-se, em particular, a etnografia da comunicação (Gumperz e Hymes, 1964), a análise conversacional de inspiração etnometodológica (Garfinkel, 1967), a Escola francesa; a isso se junta o desenvolvimento das correntes pragmáticas, as teorias da enunciação e a linguística textual. É necessário, também, dar lugar para reflexões vindas de outros domínios, tais como a de Foucault

1. Este parágrafo toma como base a apresentação de « Quando dizer é fazer » feita pelo tradutor Danilo Marcondes de Souza Filho. Austin, John. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 8-9.





(1969b), que desloca a história das idéias para o estudo dos dispositivos enunciativos, ou a de Bakhtin, no que diz respeito, em particular, aos gêneros de discurso e à dimensão dialógica da atividade discursiva. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 43)

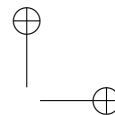
Situada no cruzamento das ciências sociais, então, a AD constrói um novo objeto: o discurso (ORLANDI, 2001, p.19-20). Um objeto que, embora não se constitua numa categoria estável, coloca em relevo questões de âmbito social e histórico intrínsecas à prática da linguagem como “efeitos”, “dominação simbólica” ou “construção de opinião pública”². Não é a faceta ideológica da prática da linguagem que nos interessa. Foram as dimensões dialógica e institucional desta prática que trouxeram a análise do discurso para esta tese, preocupada com critérios de definição do gênero discursivo do jornalismo de atualidade.

1.1 A instituição extralinguística como condição constitutiva

A **instituição extralinguística** é uma condição constitutiva do ato comunicativo tanto para a pragmática, quanto para a AD. Na pragmática, o performativo é inseparável da instituição social. A instituição é uma condição que, reunida a outras, permite a realização de dado

2. Trecho baseado em análise sobre o objeto “discurso”, feita por Jean-Michel Utard: « Il faut bien reconnaître que la notion de discours est plus une nébuleuse sémantique qu'un concept scientifique. Ce qui peut s'expliquer par ce qui vient d'être dit précédemment sur son caractère interdisciplinaire. Mais, la notion de discours apparaît davantage comme un compromis historique dans les controverses séculaires sur le statut du langage qu'un domaine identifiable ou une catégorie stable. Et les enjeux liés à la recherche sur les discours sociaux ne sont pas étrangers à ces incertitudes que sous-tendent la question des « effets » des pratiques langagières, qu'on les nomme « manipulation », « domination symbolique », « construction de l'opinion publique », etc. » UTARD, Jean-Michel. *L'Analyse du Discours, entre méthode et discipline*. In: Ringoot, R. e Robert-Demontrond, P. *L'analyse du discours*, Rennes: Éditions Apogée, 2004, p. 26.



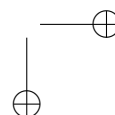


ato. As instituições que atribuem sentido às regras. Para a pragmática, como formula Searle³, existiriam atos que requerem instituições para se realizar e outros que não requerem, enquanto para a AD todos os atos de comunicação são realizados dentro de práticas sociais. Na AD, também uma condição constitutiva do ato comunicativo, a instituição social aparece embutida na noção de “contrato de comunicação”, pelo qual os interlocutores de uma prática social seriam capazes de entrar em acordo a propósito das representações da linguagem. Na AD, trata-se menos de convenções e mais de uma prática social que se institui.

A **situação enunciativa** teria, para a AD, não apenas uma força mecânica, convencional para a realização do ato comunicativo, mas também elementos de contexto e que são condições para o engendramento de reconhecimento de determinado discurso (condições do discurso). A pragmática está preocupada com situações de interlocução ordinárias, ao passo que a AD entende as situações de enunciação como pertencentes a uma prática (práxis) discursiva, dotada de uma “formação discursiva” inseparável da “comunidade discursiva”:

[...] A noção de “prática discursiva” integra, pois, estes dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro, o que chamaremos de comunidade discursiva, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva. A “comunidade discursiva” não deve ser entendida de forma excessivamente restritiva: ela não remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas também a tudo que estes grupos implicam no plano da organi-

3. “[...] Essa característica de certos atos de fala, a de requerer instituições extralinguísticas, deve ser distinguida da característica 5, a de que certos atos ilocucionários exigem que o falante, e possivelmente também o ouvinte, tenha um certo estatuto. As instituições extralinguísticas frequentemente conferem estatuto de uma maneira relevante para a força ilocucionária, mas nem todas as diferenças de estatuto derivam de instituições. Assim, um assaltante armado, por possuir um revólver, pode ordenar a suas vítimas – [...] – que levantem as mãos. Seu estatuto, porém, não deriva de uma posição numa instituição, mas da posse de uma arma”. Searle, J. *Expressão e Significado*, Estudos da teoria dos atos de fala. Trad. Ana Cecília G.A. De Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 11.





zação material e modos de vida. [...] (MAINGUENEAU, 1987, p. 56)

1.2 A dialética do evento e da significação

Em princípio, AD e pragmática divergem quanto ao mais fundamental problema da linguagem: **a dialética do evento e da significação**. O discurso e o ato de fala se dão como evento, mas, para a pragmática, a significação se dá na relação palavra-mundo operada como parte do propósito ilocucionário, ao passo que, para a AD, a significação é um processo inserido na noção de semiose, histórica, social e infinita. Para a pragmática, a relação entre palavra-mundo se dá apenas se o ilocucionário tiver sucesso. Se um compromisso, cujo propósito é comprometer o falante com alguma linha de ação futura, tem sucesso, então ele adequaria o mundo à palavra. A dimensão do “conteúdo proposicional” mostra que a pragmática trabalha com a relação entre proposição e realidade. Proposição é a sentença acabada, segundo o ponto de vista lógico, cujo correlato é um referente. É com a consulta ao referente, portanto, que se sabe quando uma proposição é verdadeira ou falsa. A proposição é o que está dito na sentença. A emissão concreta e particular de uma proposição, em um momento determinado, com determinados participantes, é o proferimento. O proferimento seria, então, o produto, enquanto para a AD o produto é o enunciado.

Como explica Foucault (1969), o **enunciado** não tem um correlato como a proposição tem o referente, como a frase tem a estrutura gramatical, como os atos de fala têm o proferimento. Um enunciado pode ser o mesmo com duas diferentes proposições. Um enunciado pode não ter uma frase completa. Um único ato ilocucionário pode atravessar vários enunciados, como em um juramento ou uma promessa. O mais próximo de um correlato do enunciado seria: “[...] um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas [...]” (FOUCAULT, 1969, p.120) (tradução





nossa)⁴. O enunciado é uma função de existência, está na ordem das regras de existência para os objetos nomeados, designados e descritos, e das leis de possibilidade:

[...] o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. [...] O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma **função de existência** que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela instituição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que **regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação** (oral ou escrita). [...] (FOUCAULT, 1969, p.115)⁵ (tradução nossa) (grifo nosso)

Essa definição, no entanto, não é consenso, pois que o termo **enunciado** atualmente é: 1º) escolha abrangente para os estudos que não querem falar em texto ou discurso e 2º) adquire diferentes valores em diferentes posições teóricas. A primeira afirmação está claramente desenvolvida no Dicionário de Análise do Discurso.

4. « [...] En revanche ce qu'on peut définir comme le corrélat de l'énoncé, c'est un ensemble de domaines où de tels objets peuvent apparaître et où de telles relations peuvent être assignées : [...] » Foucault, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p. 120.

5. « [...] : l'énoncé n'est pas une unité du même genre que la phrase, la proposition, ou l'acte de langage; il ne relève donc pas des mêmes critères; mais ce n'est pas non plus une unité comme pourrait l'être un objet matériel ayant ses limites et son indépendance. [...] L'énoncé, ce n'est donc pas une structure (c'est-à-dire un ensemble de relations entre des éléments variables, autorisant ainsi un nombre peut-être infini de modèles concrets); c'est une fonction d'existence qui appartient en propre aux signes et à partir de laquelle on peut décider, ensuite, par l'analyse ou l'intuition, s'ils « font sens », ou non, selon laquelle règles ils se succèdent ou se juxtaposent, de quoi ils sont signe, et quelle sorte d'acte se trouve effectué par leur formulation (orale ou écrite) » Foucault, M. *ob.cit.*, p. 115.



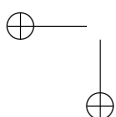


Nas ciências da linguagem, os termos *enunciado*, *texto*, *discurso* dividem tradicionalmente o campo da designação das produções verbais. O desenvolvimento de uma linguística *textual* e de disciplinas que se ocupam do *discurso* teve por efeito relegar *enunciado* ao segundo plano. *Enunciado* tornou-se, assim, disponível para aqueles que têm necessidade de um termo que escape do par *texto/discurso* ou que não querem recorrer à *frase*, como no caso particular da psicolinguística. (CHARAUDEAU, e MAINGUENEAU, 2004, p. 197).

Maingueneau precisa sacar o termo “produções verbais” (como sinônimo de “enunciado”) para explicar as acepções em uso: 1) se emprega “texto” como o enunciado que se constitui em totalidade coerente; 2) “enunciado” pode designar uma sequência verbal que forma uma unidade de comunicação completa no âmbito de um determinado gênero de discurso; 3) “enunciado” pode ser frase + contexto, sendo este a peça-chave; 4) “enunciado” é definido como um a unidade da comunicação verbal (linguistas); e 5) “enunciado” é a marca verbal do acontecimento, que é a enunciação, ou seja, o ato de produzir. (MAINGUENEAU, 2000, p. 56-57)

Esta última definição, entretanto, é a mais consensual de todas e, como afirma Maingueneau, aceita universalmente. É consenso, então, que a unidade mínima de análise da AD é o discurso como enunciado efetivamente realizado. A AD se fundamenta na oposição entre enunciado – o texto realizado – e **enunciação** - o ato de produção do texto. Essa diferenciação, que nasce com o “aparelho formal da enunciação” de Benveniste (1970), coloca, primeiramente, em relevo a apropriação individual da língua numa situação dada. Dubois (1970) apresenta e investiga essa oposição na linguística estrutural, na teoria de enunciação e na linguística transformacional, de forma a marcar essa relação entre produto e ato de produzir. Vista como um processo de comunicação, a enunciação é marcada pelo surgimento do sujeito no enunciado, seja pelo lugar de “sujeito”, seja pela relação que mantém com seu interlocutor através dos textos ou por sua atitude de sujeito falante.

A **noção de sujeito** surge imbuída por duas outras noções essenciais





para a Análise do Discurso: ideologia e historicidade. A interpelação da ideologia transforma o indivíduo em sujeito do discurso.

[...] Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estrutura-funcionamentos, Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetivista da subjetividade – em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos. (ORLANDI, 2001, p. 46)

Ideologia e inconsciente estariam materialmente ligados pela língua, um sistema sintático passível de equívoco ou falhas, que apenas quando inscrita na história, 'faz sentido'. Ideologia e história marcariam, assim, a ambiguidade da noção de “sujeito”, que determina o que diz ao mesmo tempo em que é determinado pela exterioridade. Isso quer dizer que o “sujeito” da AD não é um indivíduo, uma entidade psicológica como na pragmática, mas sim efeito de uma estrutura social determinada, pela qual sofre um assujeitamento na historicidade do discurso – produto histórico.

1.3 O gesto da interpretação

É nesse inevitável assujeitamento que outro ponto-chave para a dialética do evento e da significação fica exposto: **o gesto da interpretação**. Se, para a AD, não há sujeito sem ideologia e ideologia e inconsciente estão materialmente ligados pela língua, a interpretação seria a ação de realizar exatamente a relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Os sentidos das palavras, portanto, seriam constituídos dentro das formações discursivas em suas relações. Interpretação seria um “ato de domínio simbólico”:

www.livroslabcom.ubi.pt





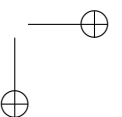
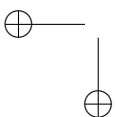
[...] A Análise do Discurso visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como **atos no domínio simbólico**, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. **Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação.** Não há uma verdade oculta atrás do texto. **Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.** (ORLANDI, 2001, p.26) (grifo nosso)

Diferentemente da AD, a Pragmática trabalha com parâmetros de verdade, tendo como fundamentação principal a hermenêutica. A Pragmática entende que o conteúdo proposicional é determinado pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária:

[...] As diferenças, por exemplo, entre um relato e uma predição envolvem o fato de que a predição tem de tratar do passado e do presente. Essas diferenças correspondem a diferenças quanto às condições do conteúdo proposicional, como se explicou em *Speech Acts*. (SEARLE, 1995, p. 09)

Como o foco é o sucesso do ato, as proposições devem estar adequadas ao ato a ser realizado. Estar adequada quer dizer também seguir convenções da linguagem institucional, convenções estas que fariam parte do “saber social” (ISER, 1996). Os parâmetros de verdade seriam, assim, aqueles da intersubjetividade, cujo equivalente, para a AD, seria o interdiscurso. Intersubjetividade está associada a interconhecimento, e o interconhecimento está ligado a compreensão. É a circularidade que envolve compreensão e interpretação da experiência existencial humana, do círculo hermenêutico:

A “compreensão” se constitui, assim, numa espécie de ambiente; circular por esse ambiente – não no sentido do deslocamento físico, mas no de explorar as suas possibilidades e limites – constitui a natureza do ato de interpretar. [...] O ato de interpretar então é





a operação dos significados dados na compreensão, de modo que aquilo que **se interpreta já é, de antemão, antecipado pelas possibilidades inscritas na compreensão**. O interpretar só é possível, aliás, graças a essa antecipação na qual a compreensão disponibiliza os **sentidos construídos pela experiência das gerações passadas**. [...] (GUERRA, 2003, p. 168) (grifo nosso)

Esta compossibilidade que têm as coisas, ou seja, as possibilidades de relações com outras, estão no saber social, operado pela intersubjetividade. Poderíamos dizer que **a AD trabalha esta “compossibilidade” das coisas na dimensão da “formação discursiva”, o que se traduz em “compossibilidade de sentidos”, enquanto a Pragmática entende a “compossibilidade” das coisas na experiência das gerações passadas**. Está-se, então, na AD, no âmbito das “regularidades” que constituem o conceito de “formação discursiva”:

No caso em que se pode descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão semelhante, e no caso em que **entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se definir uma regularidade** (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar dispersão semelhante, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio da objetividade”. [...] (FOUCAULT, 1969, p. 53)⁶

A lógica é das “regras de formação” de objetos, conceitos, modalidades enunciativas e escolhas temáticas. É a compossibilidade ins-

6. « Dans le cas où on pourrait décrire, entre un certain nombre d'énoncés, un pareil système de dispersion, dans le cas où entre les objets, les types d'énonciation, les concepts, les choix thématiques, on pourrait définir une régularité (un ordre, des corrélations, des positions et des fonctionnements, des transformations), on dira, par convention, qu'on a affaire à une formation discursive, – évitant de mots trop lourds de conditions et conséquences, inadéquats d'ailleurs pour désigner une pareille dispersion, comme « science », ou « idéologie », ou « théorie », ou « domaine d'objectivité ». [...] » (FOUCAULT, 1969, p. 53) (t. A.).

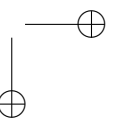
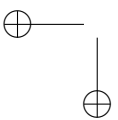
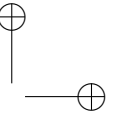
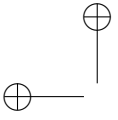




crita no “regime dos objetos” que possibilita a formação de um “objeto do discurso”. Para compreender esse regime numa formação discursiva dada seria necessário: 1) conhecer as condições de aparecimento, para que possa estabelecer com os objetos relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação; 2) analisar como essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e 3) tomar estas relações no limite do discurso, pois estas relações oferecem objetos de que se pode falar, determinam o feixe de relações para abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los. (FOUCAULT, 1969, p, 56-66)

A questão, para esta tese, está em, considerando-se que há formas de convivência entre a “compossibilidade das coisas” e uma “compossibilidade dos sentidos” para dadas “formações discursivas”, analisar “como” se dá essa convivência na prática jornalística. Para esta tarefa, convocamos ainda a teoria da argumentação (DUCROT, 1980, 1984; ANSCOMBRE & DUCROT, 1983), para a qual o sentido de um enunciado comporta como parte integrante uma forma de influência que se chama “força argumentativa”. Conhecer o sentido de uma palavra seria saber quais “lugares comuns” (*topoi*) estão fundamentalmente associados a eles. São essas crenças comuns de uma comunidade discursiva que asseguram o encadeamento dos enunciados. Esta análise dos “*topoi* jornalísticos”, ou melhor, “tópicos jornalísticos” será imprescindível para a compreensão dos compromissos regulares que marcam dado gênero discursivo.





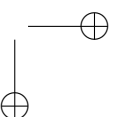
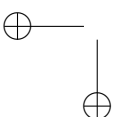


Capítulo 2

O ato comunicativo: da pragmática à análise do discurso

Os gêneros discursivos constituem-se em atos comunicativos relativamente estáveis. Os gêneros discursivos encarnam o processo de comunicação. Para compreender o gênero discursivo, é preciso compreender como se dá o processo de comunicação numa dada comunidade discursiva. A partir dos elementos clássicos da teoria da comunicação de massa, trata-se da relação entre emissão, recepção, mensagem, canal/meio. Trata-se, a nosso ver, do “duplo processo de semiotização do mundo” de Paul Ricoeur (1983), composto pelos processos de transformação e transação. Destacam-se, portanto: 1) a transformação do “mundo a significar” em “mundo significado”, o que chamamos de objetos de realidade (OR) para o discurso jornalístico, e 2) o processo que faz do “mundo significado” um objeto de troca entre participantes. Nas palavras da Análise do Discurso (AD), trata-se do “contrato de comunicação”, ou seja, de condições constitutivas de um ato de comunicação.

Nossa análise, a partir de então, opera uma relação entre os estudos





dos atos de fala, da Pragmática da Comunicação, o “duplo processo de semiotização do mundo” criado por Ricoeur, dentro da hermenêutica, e o “contrato de comunicação” desenvolvido por Charaudeau e Maingueneau, na AD francesa. Embora a base do “contrato de comunicação” esteja na teoria de Ricoeur, os autores da AD, a nosso ver, deixaram elementos imprescindíveis deste processo de fora da conceituação deles, assim como resolveram institucionalmente a relação de funcionamento entre outros elementos.

Como vimos, a pragmática da comunicação entende a linguagem como prática social concreta. A teoria dos atos de fala compreende a linguagem, não como uma forma de representação da realidade, mas uma forma de ação, de atuação sobre o real. Ao se produzir um proferimento, está-se fazendo a emissão concreta e particular de uma sentença, de acordo com as “condições de êxito” (AUSTIN, 1990). São exatamente as “condições de êxito” que vão dar origem às preocupações com os elementos extra-linguísticos. A partir da perspectiva da eficácia do ato, essas condições se constituíam em: existência de um procedimento convencionalmente aceito – que inclui certas palavras, certas pessoas –, de um momento determinado, um falante determinado e disposição de participação dos interlocutores (AUSTIN, 1990, p. 31).

As “condições de êxito” do ato de fala vão ser desenvolvidas por John Searle em duas principais obras: “*The Speech Acts*” (1969) e “*Expression and Meaning*” (1979). Primeiramente repensadas como “regras constitutivas”, são desenvolvidas mais à frente como “dimensões significativas”. As “regras constitutivas” são quatro: “regra essencial”, “regra de conteúdo proposicional”, “regras preparatórias” e “regra de sinceridade”. Criadas através do ato promessa, Searle chama a atenção para o fato de essas regras serem “constitutivas” do ato, mas do que condições necessárias para o sucesso do ato, como afirmou Austin. A mudança de uma regra pode significar a realização de outro ato. Se o ouvinte, por exemplo, não quer que o falante realize a ação futura com a qual se compromete, então o ato não será uma promessa, mas





uma ameaça. Se no conteúdo proposicional não estiver enunciada uma ação futura a ser realizada pelo próprio falante, então também não se constituirá em promessa, mas numa estimativa ou previsão do futuro.

As “condições de êxito”, entretanto, são mais gerais que as “regras constitutivas”. As regras especificam o conteúdo (que Austin trata como “certas palavras”); especificam as expectativas dos interlocutores para cada tipo de ato (enquanto Austin define apenas como “certas pessoas”); além de definir o compromisso do 'fazer' que fica impreciso no conceito de “condições necessárias”. Este conceito de “regras constitutivas” muda, inclusive, no final do livro, para o de “princípios de distinção”, que, por sua vez, evolue para o conceito de “dimensões significativas”, apresentado em “*Expression and Meaning*” (SEARLE, 1979).¹

Das 12 dimensões significativas, poderíamos dizer que apenas cinco seriam constitutivas ou fundamentais para a realização do proferimento. Nesta análise, realizada na nossa dissertação de mestrado, através de uma detalhada comparação entre os trabalhos de Austin e Searle, chegamos à conclusão que deveriam ser trabalhadas como “condições de realização” as seguintes dimensões: 1) propósito ilocucionário; 2) força ilocucionária; 3) instituição extralinguística; 4) conteúdo proposicional; e 5) estatuto de falante e ouvinte.

Esta concepção de compromisso do ato, que consideramos como a dimensão essencial de um ato de fala ou ato verbal, está também relacionada à idéia de re-produção do ato pelo 'receptor'. Vai depender também do 'receptor' o 'fazer' que terá o ato na relação de interlocução. A força ilocucionária pode ser uma para o 'emissor' e outra para o 'receptor'. Um exemplo simples é o do pedido e da ordem. Os dois atos são uma tentativa de levar o ouvinte a fazer algo. A força ilocucionária é diferente devido às outras dimensões. Neste caso, principalmente

1. Grande parte da análise da pragmática está na nossa dissertação de mestrado, cujo objetivo era compreender os atos de linguagem produzidos pelo fazer jornalístico. SEIXAS, L. **Os atos verbais jornalísticos. Um estudo dos 'fazer' jornalísticos por editoriais de política.** Dissertação de mestrado. Salvador, junho de 2000.





quanto ao estatuto dos interlocutores, pois a ordem implica autoridade do falante sobre o ouvinte. Para cada ato há uma obrigação na qual se coloca o 'emissor', ou seja, um “compromisso assumido” (3º princípio de distinção). Esse compromisso pode ter diferentes graus, o que Searle denomina força ilocucionária (SEIXAS, 2000).

O propósito ilocucionário é o propósito do ato e a força ilocucionária é a força com que o propósito ilocucionário é apresentado. São duas dimensões na mesma ordem, pois para um mesmo propósito podem haver variáveis de força. Na nossa dissertação, investigamos essa relação entre propósito ilocucionário, força ilocucionária e uma terceira dimensão, que consideramos mais determinada do que determinante da força do ato, a “condição de sinceridade”. Considerada por Searle como a dimensão significativa mais importante na configuração da força ilocucionária, o propósito ilocucionário, embora situado como propósito do ato, também se identificava com a intenção do emissor, enquanto a força ilocucionária seria o que configuraria o ato na sua situação de realização, ou seja, no ato da comunicação.

O propósito ilocucionário, portanto, fora repensado como compromisso inevitável do emissor na e pela realização do ato linguístico. A força ilocucionária, como grau de compromisso. Pelos compromissos, Searle havia realizado uma taxonomia de atos ilocucionários.

[...] O assertivo, por exemplo, teria como propósito comprometer o falante com a verdade da proposição. Mas não se entende como um propósito do ato. Ou no ato se dá esse comprometimento, ou o ato não se realizou como assertivo. Não é então um propósito, mas faz parte de sua força ilocucionária. [...] Ainda que não tenha a intenção ou propósito, a asserção comprometerá o falante como a verdade da proposição, inevitavelmente. [...] (SEIXAS, 2000, p. 36)

O propósito então estava colocado como intenção, propriedade do falante. O compromisso é que marcaria o ato no momento de sua realização. Trata-se, portanto, dos tipos de relação que podem ser estabelecidos entre a intenção do produtor do ato, o propósito do ato, a





força ilocucionária e as outras dimensões. Trata-se de saber se o propósito se situa na mesma ordem da intenção ou se faz parte da ordem da “finalidade reconhecida” (como denomina a AD). Trata-se ainda da relação entre os compromissos realizados no ato comunicativo e esta última camada institucional.

A instituição extralinguística é analisada, na teoria de Searle, como necessária ou desnecessária para a realização de um ato. Por exemplo, para abençoar ou excomungar é absolutamente necessária, tanto a instituição, como ocupar uma dada posição nesta instituição. Entretanto, não há uma análise mais aprofundada da relação entre o propósito ilocucionário e as convenções institucionais, os compromissos e as normas institucionais, ou, ainda, quais aspectos institucionais são influentes na realização de atos linguísticos. Na nossa dissertação, apontamos elementos constituintes da instituição jornalística (nosso objeto), como: regras do campo, características como negociação, visibilidade e discursividade, gramática do jornalismo, imperativo ético, e papel de re-construção da realidade. A instituição jornalística será analisada aqui como uma condição para a realização de atos comunicativos, a partir de teorias do jornalismo e do discurso.

Na teoria dos atos de fala, estatutos de falante e ouvinte aparecem diretamente associados à instituição e, por vezes, à situação de interação. Determinantes para a força do ato ilocucionário, os estatutos, na nossa análise da instituição jornalística, seriam importantes na relação de interação característica do jornalismo impresso, no papel dos integrantes (ao invés de interlocutores), nas suas manifestações no ato de leitura – com uma classificação de tipos de leitores – e na relação com a dimensão de expectativas, tendo como parâmetro o conceito de “horizonte de expectativas” (JAUSS, 1994): 1) reconhecimento de gênero; 2) oposição entre ficção e realidade e 3) relação implícita com outros textos do contexto.

O conteúdo proposicional, a quinta dimensão significativa importante, estaria na dimensão do verdadeiro-falso, na relação do referente com a força do ato. A melhor definição está mesmo numa comparação

Livros LabCom





do autor:

[...] As diferenças, por exemplo, entre um relato e uma predição envolvem o fato de que a predição tem de tratar do futuro, enquanto um relato pode tratar do passado ou do presente. Essas diferenças correspondem a diferenças quanto às condições do conteúdo proposicional, como se explicou em *Speech Acts*. (SEARLE, 1995, p. 3)

Preocupados com os compromissos realizados no texto jornalístico, trabalhamos, no mestrado, sobre a relação entre o conteúdo proposicional e a força ilocucionária. Observamos como o conteúdo proposicional tem um papel importante na formação do fazer (assim denominamos os atos da linguagem jornalística) e, principalmente, que proposições de mesmos tipos de objetos de realidade (referente do conteúdo proposicional) poderiam se constituir em diferentes atos, assim como atos da linguagem jornalística re-construíam o objeto de realidade pelo compromisso realizado.

Na Análise do Discurso, as condições de êxito são desenvolvidas por dois autores principais: Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau. Maingueneau refere-se às condições de êxito exatamente como condições às quais os gêneros de discurso, atividades sociais, seriam submetidos. Este autor tem como referência o próprio Charaudeau, que construiu toda sua base de análise de discurso a partir do duplo processo de semiotização do mundo de Paul Ricoeur, desenvolvido no artigo *Une analyse sémiolinguistique du discours*². É neste artigo que

2. « Nous postulons donc que pour que se réalise la sémiotisation du monde il faut un double processus : l'un, le *processus de transformation*, qui, partant d'un « monde à signifier », transforme celui-ci en « monde signifié » sous l'action d'un sujet parlant ; l'autre, le *processus de transaction*, qui fait de ce « monde signifié » un *objet d'échange* avec un sujet parlant qui joue le rôle de destinataire de cet objet. » Neste parágrafo, Charaudeau começa a explicar o conceito, sem, entretanto, fazer nenhuma referência a Ricoeur. Estas referências serão feitas em artigo publicado três meses depois na revista “Cahiers de Linguistique française” (Charaudeau, P. Le dialogue dans un modèle de discours, in: Cahiers de Linguistique française, N° 17, Genebra, junho de 1995. Disponível em: <http://clf.unige.ch/num.php?numero=17>. Acesso em





Charaudeau sugere a denominação “contrato de comunicação”, que, constituído pelas condições de realização (citadas através de Searle), se tornará o principal conceito de sua obra e um conceito-chave para a AD.

Em análise do discurso, Charaudeau faz do **contrato de comunicação** [...] um contrato central definindo-o como um conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja a sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva). É o que permite aos parceiros de uma troca linguagueira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeito desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias). [...] (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 132)

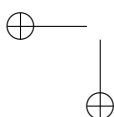
Como podemos ver no quadro abaixo, Charaudeau começa definindo operações e princípios dos processos que comporiam o duplo processo de semiotização do mundo, mas, ao final, se aproxima das condições de êxito da Pragmática da Comunicação.

Num primeiro momento, em 1995, Charaudeau acredita que o “ato de linguagem”, que nasce de uma situação concreta de troca, teria três níveis: situacional – o espaço externo, dos constrangimentos –, comunicacional – onde seriam determinadas as maneiras de falar – e discursivo – que constituiria o lugar de intervenção, onde estariam satisfeitas legitimidade, credibilidade e captação. Esses níveis desaparecem como tais e são divididos apenas em dados externos e internos, ou seja, elementos intra e extralinguísticos.

Os dados externos são aqueles que, no campo de uma prática social determinada, são constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e que permaneceram estáveis por um determinado período; além disso, essas constantes e essas re-

28/07/2008). (CHARAUDEAU, 1995, p. 98).

Livros LabCom



QUADRO 11 – CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO (POR PATRICK CHARAUDEAU)

1995 (<i>Une analyse sémiolinguistique du discours</i>)	1997 (<i>Le discours d'information médiatique</i>)	2005 (<i>Les médias et l'information</i>)
Processo de transformação, 4 operações: 1) Identificação 2) Qualificação 3) Ação 4) Causação		
Processo de transação, 4 princípios: 1) Princípio de alteridade 2) Princípio de pertinência 3) Princípio de influência 4) Princípio de regulação		
Um ato de linguagem tem 3 níveis: 1) Situacional: onde são determinados finalidade, identidade, domínio do saber e dispositivo ; 2) Comunicacional: onde são determinadas as maneiras de falar 3) Discursivo: lugar de intervenção do sujeito, que deve satisfazer a condições de legitimidade, credibilidade e captação.	Condicionamentos situacionais de todo ato de comunicação: 1) condição de finalidade 2) Condição de identidade 3) Condição temática 4) Condição de dispositivo	Contrato de comunicação resulta de dados externos: 1) condição de identidade 2) condição de finalidade 3) condição de propósito (domínio do saber) 4) condição de dispositivo (circunstâncias materiais)
	Condicionamentos discursivos: 1) espaço de locução 2) espaço de relação 3) espaço de tematização (modo de intervenção e modo de organização discursivo)	e internos: 1) espaço de locução 2) espaço de relação 3) espaço de tematização (modo de intervenção e modo de organização discursivo)

gularidades são confirmadas por discursos de representação que lhes atribuem valores e determinam assim o quadro convencional no qual os atos de linguagem fazem sentido. Esses dados não são essencialmente linguageiros (o que os opõem aos dados internos), mas são semiotizados, pois correspondem a índices que, retirados do conjunto dos comportamentos sociais, apresentam uma convergência, configurando-

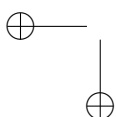


se em constantes. (CHARAUDEAU, 2005, p. 52)³

De fato, esses dados se mantêm como condições para a realização de um “ato de comunicação”: 1) **finalidade**: “[...] é a condição que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo”. Consiste em responder à questão: “estamos aqui para dizer o que?”; 2) **identidade dos parceiros**: “[...] é a condição que requer que todo ato de linguagem dependa dos sujeitos que aí se acham inscritos” (CHARAUDEAU, 2005, p. 53). Consiste em responder à questão: “quem fala a quem?”; 3) **propósito** (domínio do saber): “[...] é a condição que requer que todo ato de comunicação se construa em torno de um domínio do saber, uma maneira de recortar o mundo em 'universos de discursos tematizados' ” (CHARAUDEAU, 2005, p. 53). Consiste em responder “do que se trata?”; 4) **dispositivo**: é a condição que requer que o ato de comunicação se construa de uma maneira particular, segundo as circunstâncias materiais em que se desenvolve” (CHARAUDEAU, 2005, p. 54). Define-se através das perguntas: “em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?”:

Os dados internos são aqueles propriamente discursivos, os que permitem responder à pergunta do “como dizer?”. Uma vez determinados os dados externos, trata-se de saber como devem ser os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar, os papéis linguageiros que devem assumir, as formas verbais (ou icônicas) que devem empregar, em função das instruções contidas nas restrições situacionais. Esses dados constituem as restrições discursivas

3. « Ce sont les données qui, dans le champ d'une pratique social déterminée, témoignent des régularités comportementales des individus qui échantent à l'intérieur de ce champ, des constantes qui caractérisent ces échanges et qui sont stabilisées dans une période donnée de la mise en oeuvre de cette pratique ; de plus ces régularités et ces confortées par des discours de représentation qui leur attribuent des valeurs et déterminent ainsi le cadre conventionnel dans lequel les actes de langage prendront sens. Ces données ne sont pas elles-mêmes langagières (ce qui les oppose aux données internes), mais elles sont sémiotisées, c'est-à-dire manifestées par les indices tirés de l'ensemble des comportements sociaux et dont la convergence témoignent de ces constantes. » (CHARAUDEAU, 2005, p. 52). (t. A.)





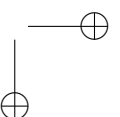
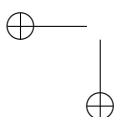
de todo ato de comunicação, são o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, compreendidos, reconhecidos. Repartem-se em três espaços de comportamentos linguageiros, a saber: o espaço de *locução*, o espaço de *relação*, o espaço de *tematização*. (CHARAUDEAU, 2005, p. 54)⁴

O espaço de locução é aquele em que o sujeito deve resolver o problema da “tomada da palavra”, então, está relacionado ao poder de “tomar a palavra”. O espaço de relação é onde estão as identidades de locutor e interlocutor, construídas no discurso. O espaço da tematização é onde se trata e se organiza o tema dentro de um domínio do saber. Todos esses constrangimentos, tanto do espaço interno quanto do externo, representam a margem de manobra que permite ao sujeito do discurso, “sobredeterminado”, como define Charaudeau, realizar seu “projeto de fala”.

2.1 Equivalência: propósito e finalidade ou propósito e visadas?

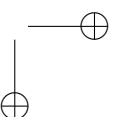
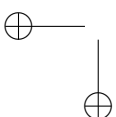
Depois da reflexão sobre as intersecções das teorias da Pragmática e AD e da apresentação sintética de cada uma, desenvolveremos, agora, uma análise comparativa aprofundada para cada condição constitutiva

4. « Ce sont des données proprement discursives, celles qui permettent de répondre à la question du « comment dire? » Les données externes étant supposément déterminées, il s'agit de savoir ce qui doivent être les comportements des partenaires de l'échange, leurs façons de parler, les rôles langagiers qu'ils doivent tenir, les formes verbales (ou iconiques) qu'ils doivent employer, en fonction des instructions contenues dans les contraintes situationnelles. Ces données constituent les contraintes discursives de tout acte de communication comme ensemble des comportements langagiers attendus lorsque sont perçues, repérées, reconnus les données externes de la situation de communication. Ces données se répartissent sur trois espaces de comportements langagiers que sont l'espace de *locution*, l'espace de *relation*, l'espace de *thématisation* » Charaudeau. op. cit., p. 54. (t.A.)





de realização de um ato comunicativo, das quais comporemos os principais critérios de definição do gênero jornalístico. Ilustrados pelo quadro abaixo, examinaremos, primeiramente, a condição mais importante para um ato de fala, cujo equivalente, como já demonstramos, se configurou no critério mais importante na tradição dos estudos dos gêneros jornalísticos: finalidade reconhecida/propósito ilocucionário.



**QUADRO 12 – COMPARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE
REALIZAÇÃO PARA TEORIA DOS ATOS DE FALA E ANÁLISE
DO DISCURSO**

Teoria dos Atos de Fala John Searle (1995)	Condições de êxito Maingueneau, D. (2002)	Dados do ato de comunicação Charaudeau, P. (2005)
Propósito ilocucionário (PI): propósito do ato, de um tipo de elocução	Finalidade reconhecida: “Todo gênero visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa. [...]”	Finalidade com 4 tipos de visadas: prescritiva, informativa, incitativa, perlocucionária
Força ilocucionária: força ou vigor com que o PI é apresentado – na mesma dimensão do propósito pode haver graus de força ou compromisso		
Estatuto do falante e do ouvinte	Estatuto de parceiros legítimos: “[...] Nos diferentes gêneros do discurso, já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala”	Identidade
Necessidade de Instituição extralinguística para se realizar	Lugar e momento legítimos: “Todo gênero implica um certo lugar e um certo momento. [...]” Eixos: periodicidade, encadeamento, continuidade, validade.	Propósito (domínio do saber)
	Suporte material: “[...] Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso: [...]”	Dispositivo (circunstâncias materiais)
Conteúdo proposicional: determinado pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária	Organização textual: “Todo gênero do discurso está associado a uma certa organização textual que cabe à linguística textual estudar. [...]”	Espaço de tematização
		Espaço de relação
		Espaço de locução

O **propósito ilocucionário** é o propósito de um tipo de elocução. É parte da força ilocucionária, mas não é o mesmo que força ilocucionária. O propósito ilocucionário é prévio, enquanto a força ilocucionária trata-se do que efetivamente foi realizado.

Chamarei o propósito de um tipo de elocução de seu propósito ilo-



cucionário. O propósito ilocucionário é parte da força ilocucionária, mas não é o mesmo que ela. Assim, por exemplo, o propósito ilocucionário dos pedidos é o mesmo que o dos comandos: são tentativas de levar o ouvinte a fazer algo. Mas as forças ilocucionárias são claramente diferentes. De modo geral, pode-se dizer que a noção de força ilocucionária é a resultante de vários elementos, dos quais o propósito ilocucionário é apenas um – embora, creio eu, o mais importante. (SEARLE, 1995, p. 04)

Se a tentativa de levar um ouvinte a fazer algo pode ser o propósito de diferentes atos realizados, então o propósito deve fazer parte da dimensão institucional ou convencional da linguagem. Na nossa dissertação de mestrado, havíamos sugerido a dimensão da finalidade, mas, no entanto, rechaçamos essa possibilidade e discutimos o propósito como similar a “intenção subjetiva”:

Ainda que se diferencie 'intenção' de 'propósito', como faz Teun van Dijk – em que a intenção estaria relacionada à execução de um fazer e o propósito 'função' deste fazer – tanto um quanto outro fazem parte do mundo subjetivo do 'emissor'. Apenas quando o propósito é igual à força ilocucionária do ato, no momento de interlocução, é que passa a fazer parte do mundo social, de compromissos. E é exatamente como um compromisso que Searle define os propósitos ilocucionários dos atos na taxonomia alternativa de “Expressão e Significado”. O assertivo, por exemplo, teria como propósito comprometer o falante com a verdade da proposição. Mas não se entende como um propósito do ato. Ou no ato se dá esse comprometimento, ou o ato não se realizou como assertivo. Não é então um propósito, mas faz parte de sua força ilocucionária. [...] Ainda que não tenha a intenção ou propósito, a asserção comprometerá o falante com a verdade da proposição, inevitavelmente. [...] (SEIXAS, 2000, p. 36)

O propósito é a dimensão que marca o compromisso assumido, o que se dá na interlocução. Portanto, o importante estaria no que efetivamente foi realizado. Se o propósito ilocucionário fosse o propósito

Livros LabCom





do ato, então, num primeiro momento, não haveria diferença entre propósito e força. Um propósito poderia ou não ser exitoso, alcançado. Há, então, uma questão fundamental a se resolver: o que é da ordem da subjetividade (intenção) e da ordem institucional (propósito).

Inversamente ao que pensávamos, o propósito está no nível institucional e não da subjetividade. O nível da subjetividade pode ser ou não coincidente com o propósito, que deve ser reconhecido intersubjetivamente. O exemplo do assertivo: “O propósito dos membros da classe assertiva é o de comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. [...]” (SEARLE, 1995, p. 19). Ainda que o falante não tenha a intenção, se o que ele realiza se constitui num assertivo, ele estará comprometido com a verdade da proposição. O comprometimento assumido tem um nível de convenção que vai desde a linguagem até as regras mais institucionais da comunidade discursiva onde se realiza. Afirmar que “a Gare du Nord foi o teatro de violentos afrontamentos entre polícia e jovens passageiros” numa mesa de bar compromete o falante com a adequação da proposição à realidade, mas num grau fundamentalmente diferente do que se a mesma afirmação for feita por um veículo jornalístico. Para compreender o que significa “grau fundamentalmente diferente”, é preciso entender as implicações do sujeito de fala, da comunidade discursiva, além do propósito em relação ao ato efetivamente realizado.

A proposta de Charaudeau é que a condição externa finalidade se dá em duas dimensões, das quais uma é o objetivo (*le but*), de ordem institucional, reconhecida intersubjetivamente, e a outra são as visadas (*le visées*), de ordem das estratégias no ato comunicativo:

Objetivo e visada, vê-se, são diferentes. Esta última não revela como a primeira aplicação de regras de procedimento pré-definidas, exteriores ao sujeito. Variados indivíduos, nas mesmas circunstâncias, aplicando corretamente as mesmas regras de procedimento, podem obter o mesmo objeto de demanda, o que não é o caso da visada comunicacional, da qual o resultado não é jamais garantido. Além disso, para chegar a um objetivo de ação, o percurso é obri-





gatório, mesmo se ele comporta várias vias e uma organização em «árvore». A boa aplicação é tarefa de competência, e a má, falta de competência. Realizar uma visada comunicativa exige invenção e cálculo permanente sobre o outro, o receptor, sem ter jamais a certeza do sucesso. Este aqui, além disso, não é do mesmo tipo da competência, mas de um saber-fazer conjuntural. Pode ser que para realizar um objetivo, um obstáculo se apresente, tenhamos necessidade de ultrapassá-lo por um ato de comunicação: mas, então se superpõe a um *objetivo acional fechado* uma *visada comunicativa aberta*. » (CHARAUDEAU, 2005, p. 153-154)⁵

Esta distinção de duas dimensões do ato comunicativo é efetiva e operatória, porque considera a dimensão situacional da ação, com abertura para as resoluções da subjetividade. Aliás, uma separação que também é feita pela pragmática, quando define “propósito ilocucionário” e “força ilocucionária”. Entretanto, há uma incompatibilidade essencial entre as duas formulações: “finalidade” é da mesma ordem do “propósito ilocucionário”, mas as definições que coincidem são “propósito ilocucionário” e “visada”. Como vimos em trecho acima, “levar o ouvinte a fazer algo” é, para a Pragmática, um “propósito ilocucionário”, enquanto “fazer fazer”, como denomina Charaudeau, é uma das quatro

5. « But et visée, on le voit, sont différents. Cette dernière ne relève pas comme la première de l'application de règles procédurales pré-définies, extérieures au sujet. Plusieurs individus, dans les mêmes circonstances, appliquant correctement les mêmes règles de procédure, pourront obtenir tous le même objet de quête, ce qui n'est pas le cas de la visée communicationnelle dont le résultat n'est jamais garanti. De plus, pour obtenir un certain but d'action, le parcours est obligatoire, même s'il comporte plusieurs voies et une organisation en “arbre”. La bonne application est affaire de compétence, et la mauvaise de manque de compétence. Réaliser une visée communicative exige invention e calcul permanent sur l'autre, le récepteur, sans avoir jamais la certitude de la réussite. Celle-ci, d'ailleurs, ne relève pas du même type de compétence mais d'un savoir-faire conjuncturel [...]. Il se peut que pour réaliser un but, un obstacle se présentant, on ait besoin d'en passer par un acte de communication : mais alors se superpose au *but actionnel fermé* une *visée communicative ouverte*. » Charaudeau, P. Le dialogue dans un modèle de discours, in: Cahiers de Linguistique française, n° 17, Genève, Actes du Vième Colloque de Pragmatique de Genève, juin, 2005, p. 153-154. (t. A.)





visadas “operatórias”:

A finalidade é a condição que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo. Ela se define através da expectativa de sentido em que se baseia a troca, expectativa de sentido que deve permitir responder à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?” A resposta a essa questão, numa problemática da influência, se dá em termos de visadas, pois na comunicação linguageira o objetivo é, da parte de cada um, fazer com que o outro seja incorporado à sua própria intencionalidade. Quatro tipos de visadas (que podem combinar-se entre si) parecem particularmente operatórias: a *prescritiva*, que consiste em querer “fazer fazer”, isto é, querer levar o outro a agir de uma determinada maneira; a *informativa*, que consiste em querer “fazer saber”, isto é, querer transmitir um saber a quem se presume não possui-lo; a *incitativa*, que consiste em querer “fazer crer”, isto é, querer levar o outro a pensar que o que está sendo dito é verdadeiro (ou possivelmente verdadeiro); a visada do *páthos*, que consiste em “fazer sentir”, ou seja, provocar no outro um estado emocional agradável ou desagradável. (CHARAUDEAU, 2005, p. 53)

Em sua taxonomia alternativa à de Austin, Searle define como “diretivo” a visada “prescritiva” de Charaudeau: “Seu propósito ilocucionário consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo [...]” (SEARLE, 1990, p. 21).

As visadas não são colocadas como tentativas, mas estão na dimensão das estratégias subjetivas do ato comunicativo. Entre objetivos, visadas, finalidades, propósitos, o que precisa ser compreendido é o funcionamento do que efetivamente é realizado no ato comunicativo. Ou seja, o compromisso efetivamente assumido com determinado ato comunicativo. Neste momento, então, algumas considerações precisam ser feitas: 1) **há um objetivo reconhecido intersubjetivamente, dentro de uma comunidade discursiva, de ordem institucional;** 2) **dentro das possibilidades do objetivo (ou finalidade) reconhecido**





intersubjetivamente para uma comunidade discursiva, há um compromisso que é efetivamente realizado; e 3) há uma margem de manobra subjetiva de ação, onde estão as estratégias e tentativas.

Portanto, pode-se dizer que há uma “finalidade reconhecida” pertencente à instituição social e os compromissos possíveis de serem realizados dentro desta “finalidade reconhecida”. A visada informativa, que consiste em querer “fazer saber” existe tanto para a asserção realizada numa conversa informal num restaurante, como para uma asserção lida em um jornal impresso. A diferença é que há uma finalidade associada a um “dever ser” constituinte da instituição social. Como sistematizamos em nossa dissertação, qualquer ato de linguagem de uma notícia da editoria de política está submetida ao comprometimento de adequar a proposição à realidade. Ou seja, todos os atos de linguagem realizados respondem a um “dever ser” que vai além do “saber fazer”, no caso informativo. Os atos comunicativos, no nível do contrato de comunicação, têm um compromisso implicado no “dever ser” da instituição.

A Pragmática não leva em conta esta dimensão institucional, a não ser como ritualística e obrigatória para a realização de alguns atos de fala, como batizar ou casar. Para a AD, além da normatividade institucional, deve-se considerar a prática discursiva de uma instituição. A pergunta é: como as regularidades da prática discursiva operam no jogo da composição discursiva com o objeto de realidade e o compromisso assumido? Esta questão incide exatamente sobre a relação entre “propósito ilocucionário” e “conteúdo proposicional” para a Pragmática, e “finalidade” e “organização textual” / “espaços de locução, relação e tematização”, para a AD. Ou seja, trata-se da relação dialética evento e significação que apresentamos mais acima.

A Pragmática entende, por exemplo, que, para relatar, o conteúdo deve tratar do passado ou do presente, enquanto que para prever, deve-se tratar do futuro. Não se pode relatar, tratando do futuro, de algo que ainda não ocorreu. A AD entende que relatar é um modo de organização do discurso (jornalístico), pelo qual se constrói um “acon-





tecimento relatado”, compreendido de fatos e ditos (CHARAUDEAU, 2005, p.124). Relatar, então, compreenderia ocorrências passadas. Tendo em vista a prática discursiva jornalística, relatar, para Charaudeau, seria um tipo de atividade linguageira da finalidade de informar, que viveria uma tensão entre duas visadas: “fazer saber” e “fazer sentir”. A AD reconhece o problema da relação com a verdade neste modo de organização (relatar), colocado como o problema da exatidão, mas acredita que se trata, ao invés de “parâmetros de verdade”, de “condições de veracidade”:

“Dizer exato” significa que há coincidência entre o que é dito e os fatos do mundo exterior à linguagem. Além disso, essa coincidência deve poder ser verificada, seja pela percepção humana (o olho como prova do visto) no mesmo instante da ocorrência do fato (coexistência do dito e do fato que cria a ilusão de um saber universal), seja por um saber que pode ser sustentado com o auxílio de experiências (a gravitação), de instrumentos exteriores ao homem (o microscópio) ou de um certo modo de calcular (quando se diz de uma operação matemática que ela está correta ou exata, e não verdadeira) . “Dizer o erro”, inversamente, seria a impossibilidade de verificar a coincidência. No discurso de informação, entretanto, não se trata da verdade em si, mas da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das *condições de veracidade*. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas. (CHARAUDEAU, 2005, p. 71)⁶

6. « « Dire l'exact » signifie qu'il y a coïncidence entre ce qui est dit et les faits du monde extérieur au langage. De plus. Cette coïncidence doit pouvoir être vérifiée, soit par la perception humaine (l'oeil comme preuve par le vu) dans l'instant même du surgissement du fait (coexistence du dit et du fait qui crée l'illusion d'un savoir universel), soit par un savoir qui peut être étayé à l'aide d'expériences (la gravitation), d'instruments extérieurs à l'homme (microscope) ou d'un certain mode de calcul (c'est ainsi que l'on dit d'une opération mathématique qu'elle est juste ou exacte, et non point vraie). « Dire l'erreur », á l'inverse, serait l'impossibilité de vérifier cette coïncidence. Dans les discours d'information, cependant, il ne s'agit pas des condi-





A Pragmática compreende, com a hermenêutica, que há uma correspondência entre discurso e realidade, enquanto a AD entende que essa “correspondência ao objeto” será sempre uma correspondência construída pelo sujeito, na prática discursiva. Originária da filosofia analítica, a Pragmática acredita que o parâmetro para se saber se uma proposição está ou não adequada à realidade é a intersubjetividade, o interconhecimento, o que se chama ainda de “saber social” (ISER, 1996). Se o conhecimento é obtido por meio da interpretação, é nesta que se fundam as bases.

[...] Ao interpretar, o sujeito recorre ao patrimônio de significados disponibilizados, mas ao mesmo tempo atualiza esses significados em função de sua própria experiência. Essa noção de atualização da compreensão pelo próprio ato de interpretação é muito fecundamente sistematizada por Gadamer através do conceito de fusão de horizontes. (GUERRA, 2003, p. 168)

Como explica Josenildo Guerra, fusão de horizontes é o processo pelo qual se dá a interpretação, através do encontro entre horizonte do intérprete e o horizonte da tradição. O intérprete só se apropriaria do objeto interpretado à luz do horizonte da tradição na qual este objeto foi forjado. Ao se apropriar do objeto, o intérprete se projetaria nele. O horizonte representaria, para Guerra: “[...] a totalidade de significados implicados na experiência do intérprete, da qual nenhuma de suas ações poderia estar livre. Mesmo que não o queira, o seu horizonte fala por ele, em suas ações, em sua vida”. Por isso, ele sugere o conceito de “matriz interpretativa”: “[...] uma manifestação do horizonte, mas uma especialização formulada racionalmente a partir de uma estrutura específica de ordenação da experiência no mundo”. O autor, pensando no jornalismo, sugere, assim, três origens para as matrizes interpretativas: as instituições, os sistemas peritos e as esferas de convivência.

ons d'émergence de la vérité que des *conditions de véracité*. Il s'agit pour l'instance médiatique d'authentifier les faits, de les décrire de façon vraisemblable, d'en suggérer les causes et de justifier les explications qu'elle fournit. » Charaudeau, op. cit., p. 71. (t.A.)

Livros LabCom





(GUERRA, 2003, p. 175)

As instituições seriam uma matriz interpretativa porque constituiriam um horizonte dentro do horizonte. Essa matriz se formaria a partir da rotinização de experiências e da assimilação dessa experiência pela organização social na qual ela se realiza. Guerra acredita que esta matriz seria conceitual-normativa, portanto relativa aos compromissos que a instituição estabelece tanto entre seus membros quanto com o público.

Os sistemas peritos são definidos por Giddens como os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grande áreas dos ambiente material e social em que vivemos hoje”. [...] A matriz relativo aos sistemas peritos também é conceitual-normativa, isto é, caracterizam um determinado saber prévio necessário seja para uma perícia de uma determinada área seja para o uso do sistema por parte de indivíduos. Tais conceitos e normas, nesse âmbito, são de natureza técnico-científica, isto é, voltados para aplicação de determinados conhecimentos na produção de bens ou serviços. (GUERRA, 2003, p. 176)

As esferas de convivência seriam da ordem das afinidades cognitivas entre indivíduos e as relações concretas no interior de um espaço físico (organização). Guerra acredita que a existência de relações construídas no interior de um espaço seriam decisivas para a indicação das condições nas quais o percurso interpretativo (da notícia) é realizado.

Seguindo o caminho inverso, se realmente se pode falar nas “**matrizes interpretativas**”, deve haver parâmetros em cada uma delas que orientam na relação entre discurso e significação. O fato de incluir a instituição, de alguma forma, aproxima este trabalho hermenêutico da AD, porque o “regime dos objetos” – como diz Foucault, de quais objetos se pode falar, com quais feixes de relações se pode abordá-los, nomeá-los, classificá-los ou explicá-los – se dá na prática discursiva, que, embora não seja conceitual-normativa, oferece “parâmetros de encadeamento discursivo dos objetos”.

O fato de que o ato de linguagem pode transformar o objeto em





realidade foi uma das conclusões de nossa dissertação, na quais identificamos, ao final, sete tipos mais comuns nas composições discursivas informativas: 1) assertivos, pelo qual o enunciador se compromete com a adequação do enunciado à realidade; 2) conjecturais, previsto, provável e possível, pelos quais, respectivamente, o enunciador se compromete o fato de ser o objeto do ato de linguagem um objeto de ocorrência futura 'certa', ocorrência com probabilidade, no presente, de realizar-se e ocorrência com possibilidade, no presente, de realizar-se; 3) opinativos, pelo qual o enunciador se compromete com a crença na adequação do que diz à realidade; 4) de abstenção, quando o enunciador se abstém do compromisso com a adequação do enunciado à realidade; 5) de dúvida, quando o enunciador expressa sua dúvida quanto a existência do objeto de realidade; 6) suposição, pelo qual o enunciador relaciona ocorrências, se comprometendo com a relação causal entre ocorrências e 7) diretivos, que são a tentativa do enunciador de levar o destinatário a fazer algo (menos frequentes).

A finalidade reconhecida deve, assim, ser analisada a partir dos compromissos realizados nas composições discursivas, a fim de que se compreenda a relação que existe entre as finalidades institucionalizadas e o que efetivamente se faz linguisticamente nas composições. É preciso investigar até que ponto a finalidade reconhecida determina os atos de linguagem, ou seja, se realmente constituem a principal condição de realização dos discursos.

Estatuto dos parceiros legítimos

O estatuto é, para a Pragmática, uma condição de realização de determinados atos de fala, como por exemplo, realizar uma ordem ou um pedido:

Se o general convida o soldado raso a limpar o quarto, trata-se, muito provavelmente, de um comando ou ordem. Se o soldado raso convida o general a limpar o quarto, é provável que se trate de uma sugestão, proposta ou pedido, mas não de uma ordem ou comando.

Livros LabCom



Essa característica corresponde a uma das condições preparatórias na minha análise em *Speech Acts*, capítulo 3. (SEARLE, 1995, p.8)

O estatuto, portanto, em alguns casos, é determinante para a realização de um ato de fala. Em outros, como ocorre no jornalismo, é condicionante na força ilocucionária. Como analisaremos no capítulo 3, alguns possíveis opinativos se realizam como assertivos pela influência que tem o estatuto, e vice-versa. Certamente, em consideração também de outras condições, como a finalidade reconhecida.

A Análise do Discurso retoma a noção de *ethos* da Retórica. O *ethos* designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Na AD, o *ethos* foi principalmente desenvolvido por Maingueneau. O enunciador, pensado sempre na situação de comunicação, é aquele que se configura no discurso, onde deixa marcas.

[...] O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e um estatuto, ele deixa apreender também como *uma voz e um corpo*. O *ethos* se traduz também no tom, que se relaciona tanto ao escrito quanto ao falado, e que se apóia em uma “dupla figura do enunciador, aquela de um caráter e de uma corporalidade” (Maingueneau, 1984: 100). Desde *Analyse du Discours* (1991) até *Analyser les textes de communication* (1998), o *ethos* assim definido se desenvolve, em Maingueneau, em relação à noção de cena de enunciação. Cada gênero de discurso comporta uma distribuição pré-estabelecida de papéis que determina em parte a imagem de si do locutor. [...] A imagem de si é, assim, ancorada em estereótipos, um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 1995, p. 221-222)

Aqui se destacam duas manifestações do enunciador: papel (como posição institucional) e estatuto (um saber). Na verdade, a noção de enunciador suscita não só uma série de estatutos ligados à subjetividade



– sujeito produtor do enunciado, sujeito organizador do dizer, sujeito responsável pelo ato de fala, sujeito das ancoragens dêiticas – como suas manifestações são concebidas segundo o que se entende por situação de comunicação (interlocução ou leitura).

Primeiramente, é preciso chamar a atenção para a noção de papel. O papel é um termo que significa estar “agente-emissor” ou estar “agente-receptor”. Na fala, a situação de comunicação é de conversação, há troca de papéis. Ou uma situação de interlocução como uma entrevista ou um *chat*. Numa situação de leitura não há troca de papéis, mesmo que estejamos falando de uma webnotícia que permite comentários. Nesta situação, se o “agente-receptor” atua como “agente-emissor”, ele o faz na medida em que gera outra situação de comunicação, efetivada quando outro “agente-receptor” ler seu comentário ou quando o primeiro “agente-emissor” fizer o mesmo.

Numa situação de comunicação de leitura (tanto de impressos como de digitais), nem o lugar de produção do discurso, nem o destino de produção são responsáveis únicos pela realização do ato de linguagem. É no ato de ler que se realizam os atos de linguagem. Os lugares de origem e de destino da estratégia discursiva fazem parte da estrutura do fenômeno da leitura, uma estrutura considerada como dialética. O leitor pode transcender o papel que lhe foi embutido pela estratégia discursiva de forma a se libertar e fazer sua réplica, recusando-se, inclusive, a cumprir o papel que lhe foi imposto pela estrutura do texto. A estratégia da autoria não configura o sentido, é apenas um dos três momentos da leitura, cuja relação é dialética. Os três momentos de leitura são: 1) a estratégia fomentada pelo autor e dirigida para o leitor; 2) inscrição dessa estratégia na configuração literária; e 3) a resposta do leitor, considerado quer como sujeito que lê, quer como público receptor (RICOUER, 1997, p. 277).

Os três momentos da leitura indicam que é apenas no ato de leitura que se revela a relação dialética. O primeiro momento do fenômeno da leitura (uma situação de comunicação) é da estratégia discursiva. De alguma maneira, a composição escrita regula a leitura. As estratégias





discursivas estão vinculadas ao que Ricoeur chama de “autor implicado”, aquele que deixa suas marcas na superfície do discurso. Para o autor implicado deve haver um leitor implicado, a quem se dirige o texto. O leitor implicado é o papel reservado ao leitor real pelas instruções de leitura. Tanto o autor implicado quanto o leitor implicado estão, portanto, “implicados” no texto, enunciado. Enquanto na produção o autor real vai se transformando em autor implicado, na leitura o leitor implicado, das instruções textuais, vai se transformando em leitor ideal.

A situação de comunicação é suprema também para a AD:

Em análise do discurso, o interesse não se volta para os sujeitos considerados independentemente das situações de comunicação. É, aliás, significativo que se fale de “enunciador” tanto para um enunciado elementar quanto para o conjunto de um texto que emerge de um determinado gênero do discurso. Os enunciados elementares de que se ocupa o linguista são efetivamente componentes de um texto que emerge de um gênero e de um tipo de discurso. A complexidade da cena de enunciação deve ser, nesse caso, considerada. [...] Falar do “enunciador”, nesse caso, é, portanto, fazer referência, ao mesmo tempo, **a uma instância de situação de enunciação linguística, a uma instância ligada ao gênero de discurso e, eventualmente, a uma instância ligada à cena de fala instituída pelo próprio discurso.** Para o analista de discurso, toda a dificuldade reside, desse modo, na articulação entre plano linguístico e plano textual, sendo os dois regulados pelas coerções discursivas. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 199-200)

O movimento de autor real para autor implicado é pensado na AD através das dimensões do autor: **sujeito comunicante, locutor e enunciador.** São três instâncias do pólo de produção da enunciação trabalhados a partir das distinções, criadas por Ducrot (1984), de sujeito falante, locutor e enunciador. O sujeito falante é o autor empírico do enunciado, exterior ao sentido do enunciado. O locutor é um ser que, no próprio sentido do enunciado, é apresentado como seu responsável. E o enunciador é o ser de pura enunciação.



QUADRO 13 – IDENTIDADE DISCURSIVA: LOCUTOR, SUJEITO, ENUNCIADOR

Ducrot (1984)	Ricoeur (1994)	Searle (1995)	Charaudeau e Maingueneau (2004)	Charron e de Bonville (2004)
Sujeito falante: autor empírico	Autor real e leitor real	Locutor (estatuto da instituição extralinguística)	Locutor externo ao dito: sujeito comunicante	Locutor: ser no discurso, pré-existente
Locutor: um ser apresentado como seu responsável	Autor implicado e leitor implicado		Enunciador interno: sujeito enunciante	Enunciador: autor tal qual se manifesta no texto
Enunciador: de pura enunciação				Sujeito comunicante: pessoa real que redige

A única nomenclatura que modifica é a de sujeito falante para sujeito comunicante, mas os sentidos são os mesmos. Essa modificação, por causa da situação de enunciação, é feita por Charaudeau (2002) e incorporada por Charron e de Bonville (2004). **Sujeito comunicante** se aplica à pessoa real que escreveu o texto ou ao ator social responsável de sua produção (por exemplo, políticos, sindicatos, etc.). O **locutor** é um “ser do discurso” relativamente independente de cada texto particular porque pré-existente ao texto. É com o locutor que o leitor reconhece no ato de comunicação. “[...] De forma breve, o locutor é uma representação social, portanto coletivamente construída, que explica os traços específicos dos textos jornalísticos e base sobre a qual o leitor formula suas expectativas quanto ao lugar dos meios de informação. [...]” (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 320-321)⁷. O enunciador é o autor tal qual ele se manifesta no texto a partir de

7. Tradução nossa de: “[...] Bref, le locuteur est une représentation sociale, donc collectivement construite, qui explique les traits spécifiques des textes journalistiques et sur la base de laquelle le lecteur formule ses attentes à l'endroit des médias d'information. [...]” (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 320-321).

indícios que ele deixa lá.

[...] Também “ser do discurso”, este enunciador pode deixar traços da personalidade do sujeito comunicante individual responsável de um texto particular ou ainda indícios sobre a categoria específica de locutores à qual pertence o autor. Em suma, o sujeito comunicante existe fora e independentemente de uma atividade discursiva ou de um texto particular, e o locutor é o sujeito comunicante em situação de comunicação específica (por exemplo, jornalística), enquanto que o enunciador precisa de um texto para existir. [...] (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p.321)⁸

Fazendo um paralelo, enunciador e locutor estariam na dimensão do autor implicado, pois o locutor precisa ser reconhecido segundo alguma pista deixada no texto, como ocorre com as assinaturas. Já o autor real é igual ao sujeito comunicante, muitas vezes desconhecido e, portanto, desconsiderado na situação de comunicação. Isso ocorre para uma grande quantidade de composições jornalísticas.

Essas dimensões constituem o que Charron e de Bonville chamam de “**identidade discursiva**”: “[...] O conceito de identidade discursiva designa a representação do locutor que o sujeito comunicante e o leitor real constroem a partir de índices linguísticos que os enunciadores deixam nos seus textos. [...]” (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 321)⁹. Embora o conceito proponha compreender as representações de enunciadores no discurso, também sugere incluir na defi-

8. “[...] Lui aussi “être de discours”, cet énonciateur peut laisser des traces de la personnalité du sujet communicant individuel responsable d'un texte particulier ou encore des indices sur la catégorie spécifique de locuteurs à laquelle appartient l'auteur. En somme, le sujet communicant existe en dehors et indépendamment d'une activité discursive ou d'un texte particuliers, et le locuteur est le sujet communicant en situation de communications spécifique (par exemple, journalistique), tandis que l'énonciateur a besoin d'un texte pour exister. [...]” BRIN; CHARRON; DE BONVILLE. ob. cit. p. 321.

9. « Le concept d'*identité discursive* désigne la représentation du locuteur que le sujet communicant et le lecteur réel construisent à partir des indices linguistiques que les énonciateurs laissent dans leurs textes.[...] » BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 321).



nição a noção de identidade social dos sujeitos comunicantes. Ou seja, a identidade discursiva é também considerada como efeito da atividade discursiva dos locutores e das relações sociais entre os sujeitos comunicantes. Assim, Charron e de Bonville analisam essas relações em seis dimensões: 1) a relação entre a lógica enunciativa do jornalista e aquela dos outros atores sociais (ex: respeitar a cronologia e a lógica discursiva da enunciação original); 2) a relação entre as instâncias do discurso público, a saber os jornalistas e os outros atores sociais (a maneira com a qual o jornalista designa os atores sociais e se refere a eles é reveladora da posição que ocupam os sujeitos comunicantes implicados pelo discurso jornalístico, atores sociais e jornalistas); 3) a relação entre instâncias do discurso jornalístico, a saber o jornalista como enunciador, locutor e sujeito comunicante (marcas como assinatura); 4) a relação entre o enunciador, o enunciado e o processo de enunciação (a autoreferência do jornal); 5) a relação entre os valores de diferentes instâncias do discurso público presentes no discurso jornalístico, nela compreendidas aquelas dos jornalistas; e 6) a relação entre o enunciador e os destinatários.

Destas dimensões, acreditamos que a mais importante é a relação entre enunciador, locutor e sujeito comunicante. Tendo como “sujeito”, entretanto, não apenas o jornalista, mas a organização jornalística e a instituição jornalística, além de outros atores sociais de outros domínios. A primeira relação, entre lógicas discursivas, de jornalistas e atores sociais, é trabalhada a partir da análise destas lógicas, assim como a segunda, a maneira como se denominam os atores sociais. A quarta relação, entre enunciador, enunciado e processo de enunciação, quando, por exemplo, o enunciador aparece no discurso referido, está diretamente associado às estratégias discursivas. As duas últimas relações são do âmbito da prática discursiva, podendo a relação entre enunciador e destinatário, estar à mostra em alguma marca no discurso.

Esta última relação deve ser vista segundo o conhecimento que o autor real (sujeito comunicante) tem sobre o leitor implicado, ou seja, destinatário. É o que se chama, por exemplo, na Folha de S.Paulo e



Folha Online de “leitor médio da Folha” e que os jornalistas entrevistados têm em mente quando produzem uma composição jornalística. No entanto, como analisaremos no capítulo 3, são diversos os tipos de leitores de um produto jornalístico, desde o cidadão comum a fontes participantes e outras organizações jornalísticas.

Embora o conhecimento que as organizações jornalísticas têm quanto aos destinatários seja resultado de pesquisas feitas pela organização, portanto, mais próximo da realidade, o leitor real também tem um saber social sobre locutor, sujeito comunicante e enunciador, que inclui o que Jauss (1994) denominou “horizonte de expectativas”: uma disposição específica do público que antecede tanto a reação psíquica quanto a compreensão subjetiva do leitor. Um horizonte geral da compreensão vinculado, antecipado à situação de comunicação, tanto porque conduz o leitor a determinadas posturas, quanto porque desperta neste lembrança do já lido (JAUSS, 1994, p. 28). Há um sistema de referências formado pelas expectativas que, no momento histórico do aparecimento da obra (falava de literatura), resultam do conhecimento prévio do gênero, da forma e da temática de obras já conhecidas, como também da oposição entre a linguagem poética e a linguagem prática. Como ficará claro, consideramos de fundamental importância os saberes prévios, tanto sobre as instâncias de enunciação, quanto sobre as lógicas enunciativas ou discursivas.

Por isso, gostaríamos de acrescentar aqui uma sistematização operada na dissertação sobre os estatutos dos agentes-receptores (leitores) de impressos, que, portanto, não trocam de papel com o agente-enunciador. Ainda que, nesta tese, não tenhamos feito uma investigação dos agentes-receptores como fizemos dos agentes-emissores, é importante reafirmar que consideramos importante esta distinção. Os estatutos dos leitores de um texto jornalístico são, pelo menos, cinco:

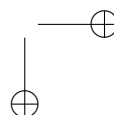
- cidadão comum – aqueles leitores que não têm nenhum acesso aos campos noticiados pela mídia senão através da mídia. Formam a maioria do público;
- fontes participantes – aqueles que, além de estarem envolvidos



- no acontecimento noticiado, fazem parte do texto como fontes (seja autorizada, qualificada, envolvida, testemunhal ou interessada);
- cidadãos interessados – leitores que estão envolvidos ou interessados no que concerne ao acontecimento noticiado, mas não fazem parte do texto. Esses leitores conhecem as regras do campo divulgado e por isso têm mais informações do que o cidadão comum;
 - proprietários e jornalistas da instituição – leitores que conhecem os campos sociais noticiados e as técnicas de produção do texto. São leitores implicados na medida em que: a) o jornalista, que apura e redige a matéria, está preocupado com a opinião destes leitores sobre o seu trabalho e b) o jornalista se auto-censura diante do que compreende sejam as determinações institucionais da empresa em que trabalha;
 - outros veículos – leitores que por serem também produtores conhecem tanto o campo social noticiado como as dificuldades de apuração e elaboração do texto, além das técnicas jornalísticas. São concorrentes e agem na tentativa de não perderem para o outro veículo em quantidade e qualidade de informação. (SEIXAS, 2000, p. 63)

Cada tipo de leitor tem diferentes níveis de conhecimento quanto ao objeto de realidade em notícia, mas existem lugares-comuns que fazem parte do saber prévio comum a todos. É de extrema importância compreender quais os conhecimentos que circulam no saber prévio quanto, por exemplo, às competências empregadas para dadas composições de produtos jornalísticos. As competências, como sugere o conceito de formação discursiva de Foucault, fazem parte do *status* dos indivíduos, constituído por cargo, função, ações que pode realizar, atribuições, subordinação hierárquica, troca de informação que pode realizar. É o que analisaremos neste mesmo capítulo.

Livros LabCom





2.2 Dispositivo, parte do mídiu

Ainda que bastante utilizada por diversas áreas, a noção de dispositivo é abrangente, polissêmica e controversa. O termo tem uma acepção larga, desde a psicanálise, passando pela educação, informática até a comunicação. Fala-se em “dispositivo de sexualidade”, “dispositivo pedagógico”, “dispositivo técnico”, “dispositivo de comunicação” e “dispositivo de enunciação”. Na educação, o dispositivo se apoia sobre a organização de meios materiais, tecnológicos, simbólicos, cognitivos e relacionais (relações sociais e afetivas). Um ‘dispositivo técnico’ é compreendido, em informática, como *driver de framework*, responsável por ‘rodar’ o objeto. O dispositivo, embora uma noção largamente utilizada no campo das ciências sociais aplicadas, particularmente na comunicação, vem de outros campos com forte vocação técnica, que vão da mecatrônica, à mecânica, à eletrônica. A noção, então, vem associada à idéia de mecanismo, de engranagem. Nas ciências sociais, segundo as principais referências, Michel de Certeau, Foucault e Bourdieu, o dispositivo trata de procedimentos e tecnologias. Na origem, dispositivo está associado ao conceito de *panopticon* (metáfora aplicada ao mecanismo de vigilância nas prisões), portanto, à idéia de mecanismo de poder. O dispositivo seria, então, de natureza estratégica:

O que eu tento reafirmar sobre esse nome é, [...] um conjunto resolutamente heterogêneo que comporta discursos, instituições, organizações arquiteturais, medidas administrativas, decisões regulamentares, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; de forma breve, do dito assim como do não-dito, estão os elementos do dispositivo. O dispositivo, ele mesmo, é a rede que se estabelece entre esses elementos. [...] por dispositivo, eu entendo um tipo- digamos – de formação que, a um momento dado, teve por função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem então uma função estratégica dominante...Eu disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção





racional e traçada nestas relações de força, seja para desenvolver nesta direção, seja para bloqueá-los, ou para os estabilizar, os utilizar. O dispositivo, então, está sempre inscrito num jogo de poder, mas sempre ligado a um ou a parâmetros de saber, que nascem daí, mas, da mesma maneira, o condicionam. Isto é o dispositivo: estratégias de relações de força que suportam tipos de saber, e são suportados por eles. [...]” (AGAMBEM, 2007, p. 10) (tradução nossa)¹⁰

Em se tratando de discurso, os dispositivos se configurariam nas práticas que sistematicamente dão forma aos objetos. Não contam as ações individualizadas dos sujeitos envolvidos, mas sim as ações relacionadas e os resultados do conjunto.

Desta noção, surgem diferentes visões dentro do campo da comunicação, dentre as quais, a mais adotada é a de “dispositivo de enunciação” de Mouillaud (1997), uma matriz que impõe sua forma aos textos, que prepara para o sentido:

[...] Os dispositivos não são apenas aparelhos tecnológicos de natureza material. O dispositivo não é o suporte inerte do enunciado,

10. Trecho de entrevista dada por Foucault, citada por Agambem: “ « Ce que j'essaie de repérer sous ce nom c'est, [...] un ensemble résolument hétérogène comportant des discours, des institutions, des aménagements architecturaux, des décisions réglementaires, des lois, des mesures administratives, des énoncés scientifiques, des propositions philosophiques, morales, philanthropiques ; bref, du dit aussi bien que du non-dit, voilà les éléments du dispositif. Le dispositif lui-même c'est le réseau qu'on établit entre ces éléments [...] par dispositif, j'entends une sorte – disons – de formation qui, à un moment donné, a eu pour fonction majeure de répondre à une urgence. Le dispositif était de nature essentiellement stratégique, ce qui suppose qu'il s'agit là d'une certaine manipulation de rapports de force, d'une intervention rationnelle et concertée dans ces rapports de force, soit pour les développer dans telle direction, soit pour les bloquer, ou pour les stabiliser, les utiliser. Le dispositif, donc, est toujours inscrit dans un jeu de pouvoir, mais toujours lié aussi à une ou à des bonnes de savoir, qui en naissent, mais tout autant, le conditionnent. C'est ça le dispositif : des stratégies de rapports de force supportant des types de savoir, et supportés par eux » *Dits et écrits*, volume III, p. 299sq.” Agambem, Giorgio. *Qu'est-ce qu'un dispositif?* Trad. Martin Rueff, Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007, p. 10.





mas um local onde o enunciado toma forma. Os dispositivos da mídia também não exercem o simples papel de contextos. Enquanto que o enunciado e seu contexto podem ser – em uma certa medida – destacados um do outro (um mesmo enunciado podendo aparecer em diversos contextos), e o contexto trás ao enunciado apenas uma variável do sentido, o local desempenha o papel de um matriz, de tal maneira que um certo tipo de enunciado só possa aparecer *in situ* [...]. (MOUILLAUD, 1997, p. 85)

O dispositivo, portanto, não pode ser compreendido apenas como dimensão tecnológica ou suporte material, ou ainda como sistema semiológico (por códigos linguísticos), o que ocorre nos estudos em comunicação, principalmente quando se trata da produção e circulação de imagens (em destaque para os estudos semióticos sobre a televisão).

Em comunicação, a noção aparece, freqüentemente, colada à idéia de suporte, objeto técnico ou modo de transporte. Um autor desta perspectiva, embora não trate apenas de imagens, é Charaudeau (1997), que entende o dispositivo como “ambiente físico”, composto de um ou mais tipos de material e de um suporte, parte de uma tecnologia.

O dispositivo é um componente do contrato de comunicação, sem o qual não existe interpretação possível da mensagem, do mesmo modo que uma peça teatral não teria muito sentido sem seu dispositivo cênico. De um modo geral, inclui um ou vários tipos de *material* e se constitui num *suporte* com a ajuda de uma determinada *tecnologia*. [...] (CHARAUDEAU, 2005, p. 86) (tradução nossa)¹¹

O material é a matéria na qual toma forma o sistema significante, então, a dimensão semiológica. O suporte é o elemento material que serve como canal de transmissão fixa ou móvel, portanto, a dimensão do sistema de transmissão e estocagem. A tecnologia é o conjunto

11. « Le dispositif est une composante du contrat de communication sans laquelle il n'est pas d'interprétation possible des messages, de même qu'une pièce de théâtre n'aurait pas grand sens sans son dispositif scénique. D'une manière générale, il comprend un ou plusieurs types de *matériau* et se constitue en *support* à l'aide d'une certaine *technologie*. [...] » (CHARAUDEAU, 2005, p. 86).





do maquinário que regula a relação entre os diferentes elementos do material e do suporte (Charaudeau), a dimensão das redes tecnológicas. Enfim, são componentes apenas da propriedade tecnológica da mídia. Aqui, por exemplo, não está contemplada a relação espaço-temporal, como pressupõe a idéia de matriz.

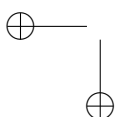
Lugar e momento legítimos e suporte material também aparecem, na obra de Maingueneau, como duas condições de realização do ato comunicativo. Entretanto, preocupado com o gênero de discurso, o autor situa o “dispositivo comunicacional” como o elemento mais importante do *mídium* (termo de Debray):

Quando tratamos do *mídium* de um gênero de discurso, não basta levar em conta seu suporte material no sentido estrito (oral, escrito, manuscrito, televisivo, etc.) É necessário também considerar o conjunto do circuito que organiza a fala. A comunicação não é, com efeito, um processo linear: inicialmente, uma necessidade de se exprimir por parte do enunciador; a seguir, a concepção de um sentido; depois, a escolha de um suporte e de um gênero; posteriormente, a redação; a seguir, a busca do método de difusão; finalmente, o hipotético encontro com um destinatário. Na realidade, é necessário **partir de um dispositivo comunicacional que integre logo de saída o *mídium***. O modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, **modela o gênero de discurso**. [...] (MAINGUENEAU, 2000, p. 72) (grifo nosso)

Maingueneau acredita que uma “modificação importante” no *mídium* modifica o gênero de discurso, mas não explica o que seria uma modificação importante, pouco importante ou desimportante. Como pressuposta, aparece uma noção de midiologia de Debray, que retoma McLuhan para propor um sistema dispositivo-suporte-procedimento. Assim, o que está em discussão quando se fala de dispositivo é a discussão de mídia enquanto ambiente e sistema.

As primeiras teorias dos *mass media* restringiam a função dos meios de comunicação à transmissão de informação. O famoso esquema de Lasswell (1948) desenhava a comunicação com 4 questões: quem, diz o

Livros LabCom



quê, através de que canal, como que efeito. Surgiram estudos operacionais e preocupados com o processo comunicativo, estudos preocupados com as funções da comunicação a partir de um modelo de organismo inspirado na biologia e, depois, aqueles preocupados com os efeitos. A Segunda Guerra Mundial, findada em 1945, deixou um gosto amargo sobre as tecnologias, manipuladoras. Quem seria Hitler sem o rádio e a imprensa? A Escola de Frankfurt analisou as mudanças sociais e de percepção com reprodução em escala industrial. A reprodutibilidade técnica mostrou as mudanças sofridas pelo conceito de obra de arte (BENJAMIN, 1983).

Só na década de 60, entretanto, os meios passam a ser vistos do seu lugar de configurador da mensagem. Muito mais do que afirmar os meios como extensão do homem, Marshall McLuhan esmiúça os poderes da tecnologia na vida das sociedades e as relações de um meio com outro, no que há de concorrência e adaptações mútuas. McLuhan chama atenção para a capacidade da tecnologia enquanto meio de tradução de conhecimentos. Investiga as formas de participação de interlocutores nos diferentes meios (imprensa, rádio, TV). Aponta consequências dos sistemas semiológicos de cada meio e suas lógicas (da continuidade e uniformidade da palavra escrita à composição da imprensa e mosaico da TV). Analisa como novas tecnologias influenciaram nas técnicas de redação jornalística do século XIX, como o *equitom* – o mesmo tom e mesma atitude em toda composição, ordinariamente nomeados de jornalês e telegrafês. Enfim, o brilhante e visionário McLuhan destacou, inclusive, aquilo que se tornaria elemento indispensável da midiologia: a importância da cultura de uma sociedade dada historicamente na configuração dos meios de comunicação (McLuhan, 1964, p. 233-235).

A midiologia, de Régis Debray (1991), reclama um estudo dos meios relacionado à história das culturas e civilizações. Para a midiologia, segunda proposta teórica mais importante nos estudos comunicativos sobre os meios, um sistema não é só tecnológico, mas tecno-cultural. O foco da midiologia está na compreensão dos meios de trans-



missão na propagação de idéias. A noção de mídiasfera está calcada em algumas proposições: não se pode separar uma operação de pensamento das condições técnicas; em cada mídiasfera, de dada época e sociedade, há um sistema dominante de transmissão e estocagem de mensagens; a mídiasfera é o resultado da imbricação de redes técnicas de épocas diferentes; cada mídiasfera suscita um espaço-tempo particular; a evolução técnica dos meios de transmissão dá um fio condutor à sucessão histórica. Neste quadro, o “mídium” poderia ser entendido em quatro sentidos: procedimento de simbolização (sistema semiológico de McLuhan), código social (língua), suporte material e dispositivo. O *mídium* seria o sistema dispositivo-suporte-procedimento, onde dispositivo traz a idéia de rede (televisão, informática, tipografia).

Sem aprofundamento, o conceito de dispositivo aparece em Debray como parte do *mídium*, a parte tecnológica, da lógica de transmissão e mensagem. O suporte está ligado aos objetos técnicos, enquanto o procedimento, à dimensão cultural da tecnologia. O *mídium*, entretanto, não seria a soma desses elementos, mas o conjunto material e tecnicamente determinado por suportes, relações e meios de transporte, numa dada época de sua existência social. O objetivo da midiologia seria estudar as mediações pelas quais uma idéia toma força material, mediação de que os meios de comunicação são apenas um prolongamento particular (DEBRAY, 1993, p.14). Observando o quadro abaixo, vemos como as proposições da midiologia acabam por sistematizar da melhor maneira as características apontadas pelos outros autores:

- Não se pode separar a operação de pensamento das condições técnicas de inscrição, de transmissão e de estocagem que a tornam possível.
- A ferramenta mnemotécnica é a primeira dessas condições. Ela é definida em cada época pelos suportes e procedimentos de memorização de vestígios.
- O sistema dominante de conservação de vestígios serve de núcleo organizador para a *mídiassfera* de determinada época e sociedade. Esse termo designa um meio de transmissão e transporte de men-

Livros LabCom



sagens e dos homens, com os métodos de elaboração e de difusão intelectuais correspondentes.

- Na realidade histórica, não há mídiasfera em estado puro. Cada uma é o resultado de compromissos entre as práticas apreendidas e as novas ferramentas, e da imbricação das redes técnicas de épocas diferentes.
- Cada mídiasfera suscita um espaço-tempo particular, um realismo diferente.
- A evolução técnica dos meios de transmissão material dá um fio condutor à sucessão histórica, aparição e extinção de sistemas simbólicos vivos para tal ou tal estado do mundo. (DEBRAY, 1991, p. 229)

QUADRO 14 – DISPOSITIVO :: MEIO :: MÍDIUM

Debray (1991)	McLuhan (1964)	Mouillaud (1997)	Maingueneau (2001)	Charaudeau (1997)
MÍDIUM	MEIO	DISPOSITIVO	DISPOSITIVO	DISPOSITIVO
Operação do conhecimento	Meio de tradução de conhecimentos			
Sistemas semiológicos	Sistemas semiológicos e suas lógicas	Matriz	Escolha de um suporte e de um gênero	Material
Influência nas técnicas (de redação)	Influência nas técnicas de redação	Matriz	Concepção de um sentido e redação	
Sistema dominante de transmissão e estocagem		Matriz	Modo de transporte e modo de difusão	Suporte e Tecnologia
Redes técnicas de épocas diferentes				Tecnologia
Espaço-tempo particular		Modo de estruturação do espaço e do tempo		
Interlocução	Participação de interlocutores		Modo de recepção	

Essas linhas por onde se deve analisar o mídiun, são as proprieda-



des que ditam seus regimes, suas lógica. É exatamente do que se trata quando se definem as propriedades das mídias digitais: representação numérica (0 e 1), convergência, personalização, mobilidade (espaço de fluxo), circulação rápida, instabilidade, memória, interatividade, compressão do tempo, distancialidade, hipertextualidade (permite atualização contínua). Fazendo um quadro apenas para uma visualização comparativa das propriedades sistematizadas por autores como Lev Manovich, Javier Echeverría, Bardoel e Deuze e Marcos Palácios, podemos perceber como as linhas do *mídium* contemplam, de alguma maneira, todas as propriedades da mídia digital:

A lógica do sistema digital está baseada na linguagem 0 e 1, na operação e processamento de bits e, conseqüentemente, na transmissão de informação, mais do que nos movimentos de corpos materiais (ECHEVERRÍA, 1999). Isso significa que, na verdade, os regimes de visibilidade não dependem mais dos sistemas semiológicos como dependem no caso dos impressos, nos quais só são inscritos texto escrito, imagem estática e desenho gráfico. Os bits podem se transformar em qualquer sistema semiológico e vice-versa. O fato de a mídia digital ser multimídia, enquanto a mídia impressa é bimídia, demonstrou, para a prática jornalística, que os sistemas semiológicos, ao invés de serem um limite, permitem diferentes representações capazes de serem utilizadas com fins informativos.

A grande diferença entre texto escrito, imagem, áudio e vídeo para a mídia digital está no tamanho do arquivo que gera (ainda). Isto implica diferente capacidade de armazenamento e diferente velocidade de transmissão, além de diferentes sub-sistemas de leitura (*softwares*). Entra em cena o regime do sistema de transmissão. Ou seja, *lap top*, por exemplo, só pode ser considerado um dispositivo midiático digital porque está dotado por tecnologias de transmissão que o mantém parte da rede, conservando também a mobilidade do suporte. Existe, portanto, ambiente midiático digital apenas se o sistema de transmissão e estocagem permite a troca de bits, ou seja, com o pólo de emissão livre. Na internet, a lógica da oferta coexiste à lógica da demanda, pois os sis-



QUADRO 15 – PROPRIEDADES DA MÍDIA DIGITAL

Lev Manovich (2001)	Javier Echeverría (1999)	Bardoel e Deuze (2000)	Marcos Palácios (1999)	Propriedades
Representação numérica Programável	Informacionalidade Digital			Operação do conhecimento
Modularidade (combinação) Transcodificação (formas culturais)	Mobilidade (espaço de fluxos) Representação Bisensorialidade (predominância do visual)	Multimedialidade	Multimedialidade/ Convergência	Sistemas semiológicos
Variabilidade Estoque Várias interfaces para um dado Customização Multimídia Atualização Escalas	Instabilidade Memória artificial e externa	Customização de conteúdo	Personalização/ customização Memória Atualização contínua	Sistema de transmissão e de estocagem
	Distancialidade Representação	Interatividade	Interatividade	Interação
	Articularidade			Redes técnicas
	Reticularidade (acesso a um nó da rede)	Hipertextualidade	Hipertextualidade	Influência nas técnicas (de redação)
	Compressão do tempo Circulação rápida Globalidade			Tempo-espaço

temas digitais de transmissão e estocagem mantêm o conteúdo em permanente acesso, geram a possibilidade de personalizá-los, a troca individual, além daquele modelo tradicional um para todos (WOLTON, 1999). Por isso o pesquisador Marcos Palácios prefere caracterizar a internet como sistema:

Conscientes dos perigos que junções de conceitos derivados de distintos referenciais teóricos e metodológicos, sugerimos não obstante que as redes híbridas, como por exemplo uma cidade digital, ou um



mega-portal, podem sem grandes problemas ser pensadas a partir de modelos sistêmicos e que a Internet, no contexto do Ciberespaço, é melhor caracterizada não como um novo medium, mas sim como um sistema que funciona como **ambiente de informação, comunicação e ação múltiplo e heterogêneo** para outros sistemas. Sua especificidade sistêmica seria a de constituir-se, para além de sua existência enquanto artefacto técnico ou suporte, pela junção e/ou justaposição de diversos (sub)sistemas, no conjunto do ciberespaço enquanto rede híbrida. (PALÁCIOS, 2003, p. 10) (grifo do autor)

Se a internet funciona como um sistema compartilhado por uma multiplicidade de sistemas sociais é exatamente porque se constitui num sistema tecnológico de transmissão e estocagem com determinadas características: ‘memória artificial e externa’ – estocagem infinita, organizada e acessível; reticularidade – acesso à rede de qualquer dos seus nós; distancialidade – cuja distância é tecnológica e real; onde não há a obrigatoriedade da troca sincrônica (como na TV e no rádio), pois o tempo é ‘multicrônico’; e cuja malha global permite a constituição de redes de qualquer tamanho – locais, regionais, nacionais.

Nas mídias analógicas, a interação é mais fortemente influenciada pelo sistema de transmissão do que no ambiente digital, onde o sistema tecnológico de troca de dados permite diversos níveis de interação e variados modelos de comunicação. Enquanto o sistema de transmissão analógico (do impresso) só permite o modelo unidirecional um[F0DE?] todos, no ambiente digital, coexistem vários modelos comunicacionais: um [F0DB?] todos, um [F0DB?] um e todos [F0DB?] todos. Sincrônicas ou assincrônicas, as trocas também podem ser de papéis (emissão e recepção). Para um impresso, o agente-emissor será sempre agente-emissor e, portanto, é obrigado a estruturar seu enunciado de maneira compreensível e esperada.

O que importa na análise da dimensão tecnológica são os regimes imanentes ao dispositivo: sistema semiológico, sistema de transmissão (troca), estocagem, nível de interação, relação tempo-espaço particular, os tipos de redes técnicas do qual fazem parte (situada social e historicamente), os valores culturais associados (como no exemplo





do tablóide), incluindo aqueles relativos à dimensão suporte: material, mobilidade e tamanho. Não podemos falar em dispositivo, sem falar em suporte e sistema tecnológico. Um dispositivo pode ter mais de um suporte, desde que os regimes sejam os mesmos.

No ambiente digital, os regimes sofrem grandes transformações. Os sistemas tecnológicos não determinam os sistemas semiológicos, já que os bits podem constituir texto, áudio, imagem ou gráfico. Com isto, a relação entre ‘mundo a saber’ e discurso fica mais exposta. Assim como fica exposta a importância do sistema de transmissão, autônomo em relação ao dispositivo digital. Sem tecnologia capaz da troca de *bites*, o dispositivo não pode ser considerado “midiático digital”, embora dotado de tecnologia digital. A tecnologia digital implode as determinações interativas das mídias analógicas. Os diversos níveis de interação passam a ser condicionados pelos modelos de negócios, estatuto dos participantes e possibilidades efetivas de troca, segundo os sistemas disponíveis. É uma das condições de realização do discurso - identidade (estatuto dos participantes) – que ganha luz neste ambiente.

2.3 Domínio do saber: jornalismo de atualidade

Além da instituição linguística, que define regras gramaticais e sintáticas para a constituição de enunciados, muitos atos de linguagem requerem instituições extralinguísticas para se realizarem. É nesta perspectiva que a instituição extralinguística entra como condição de realização para a Pragmática. No caso da AD, a instituição aparece, digamos, diluída em outras condições como a própria finalidade reconhecida e lugar e momento legítimos. Para Charaudeau, essa condição de realização, já denominada como “domínio do saber” (1995) e “condição temática” (1997), é em seu último livro, chamada de “propósito” (*propos*):

O propósito é a condição que requer que todo ato de comunicação se

www.livroslabcom.ubi.pt





construa em torno de um domínio de saber, uma maneira de recorrer o mundo em “universos de discurso tematizados”. O propósito se define através da resposta à pergunta: “Do que se trata?”. Corresponde ao universo de discurso dominantes ao qual a troca deve reportar-se, uma espécie de macro-tema (o que não impede que se acrescentem em seguida outros temas e subtemas), o qual deve ser admitido antecipadamente pelos parceiros envolvidos, sob pena de atuarem “fora de propósito”. (CHARAUDEAU, 2005, p. 53-54)¹²

Esta dimensão, segundo Charaudeau, se constituiria no objeto compartilhado do ato de comunicação, o qual, no caso da mídia informativa, é o acontecimento construído através do mecanismo do duplo processo de semiotização do mundo (Ricoeur). Para nós, trata-se da relação entre objeto de realidade, compromisso e tópico jornalístico (conforme analisamos no capítulo 3), ou seja, da lógica enunciativa do discurso. Esta relação entre discurso e realidade, é, por sua vez, estabelecida segundo dadas competências.

A outra face desta dimensão é a instituição como prática social, não apenas se é obrigatória para a realização de um ato de linguagem, mas como os preceitos normativos e empíricos interferem na realização de um ato de linguagem. No caso do jornalismo, trata-se de compreender a concepção hegemônica do jornalismo moderno, firmado nas sociedades ocidentais no século XIX. Trata-se do jornalismo como campo social legítimo com: 1) códigos deontológicos, valores e princípios; 2) funções sociais reconhecidas; 3) prática social, com relações sociais e competências empregadas. Trata-se, enfim, de compreendê-la segundo formação discursiva.

12. “Le propos est la condition qui veut que tout acte de communication se construise autour d’un domaine de savoir, une façon de couper le monde en « univers de discours thématisés ». Il se définit à travers la réponse à la questions : « de qui est-il question? » dans cet échange. Il correspond à l’univers de discours dominant sur lequel doit porter l’échange, une sorte de macro-thème (ce qui n’empêche pas que s’ajoutent par la suite d’autres thèmes et sous-thèmes) et que les partenaires en question doivent admettre par avance sous peine de se trouver « hors propos ».” (CHARAUDEAU, 2005, p. 53-54). (t.A.)





Durante o século XIX, o campo do jornalismo foi se formando e hoje, pode-se dizer, se constitui em uma instituição social com papéis reconhecidos na sociedade.

[...] De fato, não será difícil reconhecer que doi se formando uma instituição que chamaremos de jornalismo, reconhecida socialmente e com um ethos específico. [...] De todo modo, chegou um momento em que o jornalismo é socialmente reconhecido como um sistema de princípios, de valores, de relações objetivas e de distribuição de reconhecimento, como um campo social. Há um campo social quando se verifica um sistema de relações objetivas que determinam o lugar que cabe a cada indivíduo que aí é incluído, que estabelece cada posição, quanto vale cada um, representa e acumula em prestígio e reconhecimento. [...] (GOMES, 2004, p.53)

O campo jornalístico é institucionalizado segundo um quadro jurídico de leis, de códigos de ética. A referência principal e denominador comum da deontologia do jornalismo é a “Declaração dos deveres e direitos dos jornalistas”, adotada em Munique em 1971. Desta, Cornu destaca as normas profissionais dos jornalistas:

As normas profissionais dos jornalistas podem ser reduzidas a seis temas principais:

- a liberdade de expressão e da crítica, como também a defesa de tais direitos;
- a proteção da independência e integridade profissionais dos jornalistas, pela não-aceitação de quaisquer influência exterior sobre o trabalho jornalístico, bem como pelo reconhecimento de uma cláusula de consciência;
- o respeito à verdade na busca e elaboração da informação;
- a utilização de meios legítimos na busca dessa informação;
- o devido respeito às fontes e pessoas, parte do objeto da informação, bem como o respeito ao direito autoral e às regras em matéria de citações;
- o igual tratamento das pessoas, evitando qualquer forma de discriminação. (CORNU, 1997, p. 44)





Esses temas instituem os códigos deontológicos, fixam direitos e deveres do jornalista no exercício de sua profissão. Os deveres destacam-se na defesa da liberdade de informação, a busca da verdade e o respeito à pessoa humana. E os direitos, definidores das condições materiais e morais necessárias para o exercício do jornalismo, constituem: 1) no direito à impressão (autorização de difusão); 2) no direito de análise e crítica – “A liberdade de informação está ligada, por outro lado, ao direito de criticar. Este direito materializa a liberdade de expressão e lhe confere um conteúdo. [...]” (CORNU, 1997, p.47); e 3) no direito de divulgar.

No centro da questão, portanto, estão a informação e aquilo que se chama de “busca pela verdade”. Afinal, o único papel da instituição social jornalística é informar? Quais os papéis da instituição jornalística?

[...] O jornalismo como campo, por exemplo, poderia ser bem compreendido como um sistema social voltado para a produção de informação sobre a atualidade. Toda a sua distribuição de prestígio e reconhecimento está associada à capacidade, demonstrada por cada um dos seus agentes, de obter informação de qualidade, relevante, com rapidez e – grau supremo de distinção – exclusiva, de redigi-la da maneira apropriada, de publicá-la e produzir com ela um efeito na realidade. [...] Recompensa-se a capacidade de produzir boa informação –, o controle sobre um sistema de fontes influentes e bem informadas, um texto elegante e eficiente e, sobretudo, a capacidade de gerar repercussão social ou produzir efeitos na realidade a partir do que se escreve. (GOMES, 2004, p. 54)

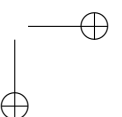
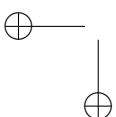
É fácil se aceitar que, embora não se possa definir universalmente todas as funções da instituição jornalística, uma é inquestionável: a função de informar. Mais especificamente, a função é produzir informação sobre o estado atual do mundo, a atualidade. Consequentemente, figurando como princípios estariam os polêmicos “objetividade”, “imparcialidade” e “neutralidade”, pois um de seus dilemas é a adequação do enunciado à realidade. Paradigma da objetividade à parte, como afirma Josenildo Guerra, a atividade jornalística estaria estruturada em alguns pontos fundamentais:

Livros LabCom





- jornalismo se constitui como atividade com base num contrato de mediação cognitiva entre a realidade e os indivíduos, na qual os fatos tornam-se o objeto central dos discursos jornalísticos, seja na modalidade noticiosa seja na modalidade do fait divers. O trabalho essencial da atividade consiste então em buscar informações verdadeiras capazes de dar conta dos fatos, daí porque no processo de profissionalização da atividade a reportagem passa a ser uma das práticas mais representativas e significantes do jornalismo.
- as informações obtidas sobre os fatos, assim como estes próprios, passam por um processo de seleção no qual se aplicam critérios de relevância relativos à expectativa de uso por parte da audiência, na forma de valores-notícia, e à importância relativa dessas informações e desses fatos no interior da área temática objeto da cobertura.
- o trabalho jornalístico consiste na realização de um percurso interpretativo, no qual se parte de uma informação inicial, levantam-se outras no decorrer do processo, e chega-se a final em que se elabora a notícia, com o que de mais relevante se apurou. Nesse percurso, três competências se apresentaram necessárias: a competência cognitiva, relativa à capacidade de conhecer os fatos em questão e aplicar os critérios de relevância adequados; a competência de conduta, relativa à capacidade de verificação e certificação da verdade dos fatos (a objetividade) e à capacidade de manter-se isento no trabalho, independentemente dos atores em disputa (a neutralidade); e a competência discursiva, relativa à capacidade de traduzir o conhecimento obtido em discurso noticioso.
- a mediação informativa que caracteriza o jornalismo moderno se estrutura definitivamente em torno dos parâmetros verdade e relevância das informações. Esses dois parâmetros emergem não apenas em função de uma redefinição interna à atividade jornalística, mas atende também aos apelos dos indivíduos, os potenciais





clientes das organizações jornalísticas. [...] (GUERRA, 2003, p.16-17)

A mediação cognitiva, os valores-notícia, os parâmetros de verdade e relevância fundamentam a função de informar sobre a realidade atual. E a função de “pôr em debate”, de mediadora dos debates públicos, seria uma função social reconhecida? Afonso de Albuquerque explica que o exercício do papel de mediação nos EUA é diferente daquele exercido no Brasil, onde se exerceria um papel de “poder moderador”:

A tradição do “quarto poder” americana se baseia no modelo conhecido como “checks and balances”, no qual a divisão e a interdependência dos poderes (através de um sistema de pesos e contrapesos) são consideradas como a melhor garantia da defesa dos direitos dos cidadãos, em oposição à ameaça da tirania. Neste sentido, o exercício do “quarto poder” pelo jornalismo estaria ligado ao compromisso deste com a Constituição e com o sistema de três poderes entendido como um todo. A tradição do Poder Moderador faz uma leitura diferente do problema da divisão de poderes: por um lado, ela é considerada como um requisito obrigatório para definir uma sociedade como politicamente civilizada; por outro, ela é considerada um estorvo, dado que a divisão de poderes (entendidos como poderes independentes, antes que interdependentes) é considerada como uma ameaça potencial à governabilidade e à ordem social. Cabe ao Poder Moderador intervir nesses conflitos para restaurar a ordem. [...] (ALBUQUERQUE, 2004, p.4)

Os papéis sociais de uma instituição, portanto, são configurados histórico e socialmente, o que implica na dificuldade de se apontar as funções do jornalismo. Enquanto os jornalismo norte-americano e anglo-saxônico se firmaram sobre a idéia de exatidão, da objetividade, da checagem de informações e veracidade, o jornalismo francês, originado na imprensa da *Belle Époque*, manteve relações muito fortes com a literatura e a política, pois não só muitos autores dos textos publicados eram de outros campos sociais, como o jornalista era, no início, considerado como também um líder de opinião. A história da

Livros LabCom





configuração do jornalismo em cada sociedade tem como efeito uma diferença no reconhecimento de suas funções enquanto instituição social e, conseqüentemente, nos compromissos que enunciadorees podem realizar.

Na França, por exemplo, vale, segundo Neveu (2004), a diferenciação de Tunstall (1971) entre empresa de imprensa e empresa de produção da informação. A empresa de imprensa seria aquela em que os jornalistas estão organizados numa sociedade de redatores (como ocorre na França) tomadas por uma linha editorial, pelos imperativos de produção da informação e que têm, assim, uma possibilidade de governar sua prática. A empresa de produção de informação, como muitas organizações de revistas, a produção da informação é pensada como uma atividade econômica sem grande particularidade, orientada pelo marketing e normalizadas. (TUNSTALL Apud. NEVEU, 2001, p. 39) Embora esta não seja uma diferenciação claramente operada no Brasil, é uma mostra da importância da necessidade em diferenciar as organizações em detrimento das normatividades.

Há uma diferença importante e esclarecedora entre instituição e a organização jornalística:

A instituição jornalística representa uma concepção da atividade, que molda determinados padrões do ser e fazer profissionais, os quais se consolidam pela sua relativa eficácia com o passar do tempo. A própria consolidação da instituição se dá com a consolidação desses padrões que não são apenas relacionados às tecnologias dos suportes midiáticos, mas, sobretudo, técnicos: um conjunto de procedimentos de trabalho. Tais padrões são na verdade uma tipificação de fazeres e condutas, que constituem um acervo de conhecimentos sempre tomados à mão como referência de ação, seja para o fazer seja para a conduta. Além disso, essa tipificação de fazeres e condutas têm uma dimensão interna à instituição, mas também externa. Isso significa que a partir dela se estabelece um contrato pertinente a relações e obrigações recíprocas entre os que fazem parte da instituição, assim como estabelece um outro contrato de relacionamento entre a instituição e os demais atores sociais. [...] (GUERRA, 2003,





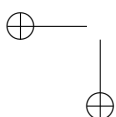
p. 79)

A primeira é da dimensão normativa, enquanto a segunda é de ordem empírica. A organização é definida como “célula institucional”, onde se manifestam o que a instituição determina formalmente. É na organização que ocorrem os problemas institucionais e extra-institucionais, além dos organizacionais e extra-organizacionais. As organizações podem ser analisadas por suas condições estruturais (aspectos macro-sociais), conjunturais (possibilidades e limites num momento) e situacionais (ocorrência pontual). As organizações jornalísticas podem se constituir em conglomerados jornalísticos, agências de notícias, imprensa escrita, redes de audiovisual, além de poderem produzir periódicos (jornais e revistas), diversos tipos de programas tele-jornalísticos, radiofônicos, uma infinidade de produtos digitais, enfim, gerando o que se poderia chamar de gêneros de organizações e gêneros de produtos.

Esta diferenciação, além de ter em conta a diversidade de conglomerados possíveis e a diversidade de produtos já reconhecidos nos mercados, demonstra a influência das condições de produção quanto ao emprego de competências, responsabilidades e compromissos dos jornalistas e não-jornalistas que trabalham para a organização. Assim, é possível conhecer como se apresentam os estatutos dentro da organização e em relação à composição discursiva; enfim, como as organizações jornalísticas cumprem finalidades reconhecidas institucionalmente, principalmente nas composições discursivas que produz.

As finalidades dos atos de linguagem, das composições discursivas, estão, portanto, na dimensão da instituição, ou seja, daquilo que é reconhecido socialmente e não na dimensão das composições discursivas. Como visto, os estudos do jornalismo sugeriram finalidades que vão de relatar, opinar, a divertir, analisar e interpretar. Assim como opinar não é finalidade de uma coluna, pois pode ser também analisar e informar, no artigo o que incide é a função institucional de “poder moderado”, de mediar o debate público. Para a instituição jornalística o que importa é esta finalidade e não uma finalidade opinativa ligada à estrutura

Livros LabCom



organizacional do texto.

Informar é função institucionalizada da atividade jornalística, enquanto entreter é função de composições discursivas publicadas em veículos jornalísticos, mas que obedecem a finalidades de outros domínios. O *cartoon* do impresso é um produto de outra indústria, mas publicado num produto jornalístico; assim como o anúncio publicitário. Portanto, parece haver uma confusão entre o que é ou não produto do fazer jornalístico, ou melhor, quais composições estão sob a égide de uma das finalidades da instituição jornalística e quais não estão. O problema pode estar numa confusão comum: a de que tudo que é publicado em um veículo jornalístico é resultado de atividade jornalística. O jornal impresso, além disso, é um produto com um espaço determinado, uno, que sugere essa unidade nas composições discursivas. Assim como os anúncios, muitas composições discursivas são produto de outras indústrias, que, embora midiáticas, não são jornalísticas.

Na verdade, poderíamos dizer que o problema está no adjetivo ‘jornalístico’. A qualidade de ‘jornalístico’ para o gênero vem da instituição ou da indústria? Ao se compreender como função, seria gênero da instituição jornalística? Se, por outro lado, for gênero da indústria jornalística, o critério é ser modelo produzido nesta indústria. O horóscopo, encomendado pela organização, embora de autoria de especialista com outras competências, seria também uma espécie de gênero discursivo jornalístico.

No campo jornalístico, além da divisão de gêneros jornalísticos que seriam os gêneros do jornalismo, também existe uma divisão do fazer jornalístico em gêneros de jornalismo. Informativo, interpretativo, de aprofundamento, investigativo, opinativo, diversional e de precisão seriam gêneros de jornalismo. Existiriam, assim, “jornalismos”. Ao se defender a existência de “jornalismos”, está-se defendendo diferentes competências e técnicas. Talvez se possa falar no emprego de dadas competências, mas não acreditamos que se possa falar em diferentes competências para diferentes “jornalismos”. Se assim for, as competências do fazer jornalístico, da instituição social jornalística, deveriam



incluir ações ligadas a divertir e entreter, por exemplo.

Por isso é importante analisar o fazer jornalístico em termos de competências. Essas competências constituem o que Ericson, Baranek e Chan (1987), trazidos por Nelson Traquina em uma das obras de maior referência para as teorias do jornalismo, sistematizam como os saberes principais da atividade jornalística: o “saber do reconhecimento”, o “saber de procedimento” e o “saber de narração”:

O “saber do reconhecimento” é a capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia; aqui o jornalista mobiliza os critérios de noticiabilidade, um conjunto de valores-notícia, tais como a notoriedade, o conflito, a proximidade geográfica [...].

[...] Depois de reconhecer as ocorrências ou as questões como valor-notícia, o jornalista precisa de mobilizar o “saber de procedimento”, ou seja, os conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia. A competência noticiosa implica também o conhecimento específico de identificação e verificação dos fatos.

[...]

O “saber da narração” também implica a capacidade de mobilizar a linguagem jornalística, o chamado “jornalês” [...], com suas regras estilísticas (uma sintaxe direta e concisa, as palavras concretas, a voz ativa, a descrição detalhada, a precisão do pormenor). (TRAQUINA, 2005, p. 42-43)

Mais do que regras estilísticas, o “saber de narração” é um saber das lógicas discursivas, dos modos de enunciação, que inclui estratégias discursivas. Na finalidade reconhecida de mediação, a competência inclui os saberes de reconhecimento no sentido do que merece ou deve ter visibilidade pela instituição jornalística e o saber discursivo para operar com determinadas situações de enunciação. Para efeito de exatidão do termo profissional, chamaremos os saberes empregados na prática jornalística de competência de reconhecimento, competência de procedimento, competência discursiva e competência de domínio, que é o saber especializado sobre outro domínio que não o jornalístico.

Livros LabCom





Diante das competências exigidas, a competência de procedimento se tornou o dever mais simbólico para a prática discursiva jornalística. Trata-se de apuração, de checagem de informação, do que os norte-americanos consideram como a “essência do jornalismo”, por isso defendem a verificação como uma disciplina da atividade jornalística que pode dotar-se de métodos, objetivos. Menos acadêmico e científico do que Phill Meyer (1991), Kovach e Rosenstiel (2004) procuram sugerir “princípios intelectuais” da reportagem:

Ao ouvirmos e estudarmos os pensamentos de jornalistas, cidadãos e outros interessados no assunto da informação, observamos um conjunto firme de conceitos básicos da disciplina da verificação. São os princípios intelectuais da ciência da reportagem:

- Nunca acrescente nada que não exista
- Nunca engane o público
- Seja o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos
- Confie só no seu próprio trabalho de reportagem
- Seja humilde

(KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 123)

A partir destes princípios, listam algumas técnicas para poder praticá-los: procedimentos de exatidão, verificação de supostos fatos (não assumir nada), o uso de fontes anônimas, checagem de sua verificação no próprio texto e edição cética. Na verdade, é uma busca como a de muitos autores estadunidenses sobre métodos e técnicas para se verificar informações, como se toda informação pudesse ser verificada, o que veremos, não ocorre regularmente. Um movimento que foi o responsável pelo surgimento de importantes gêneros conhecidos hoje, como a reportagem e a entrevista:

[...] Ser jornalista supõe um trabalho de campo, a constituição de um bloco de notas, saberes ligados à tomada de notas, à verificação da informação, ao trabalho de entrevista. **Os gêneros jornalísticos que parecem hoje evidentes nasceram nos Estados Unidos desta demanda de informação.** O nascimento da reportagem está largamente ligado à informação. A entrevista será igualmente inventada



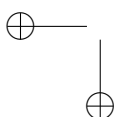


em meados de 1860, e as polêmicas que suscitam então na França o procedimento inconveniente que consiste em questionar um presidente dos Estados Unidos ou um papa [Schudson, 1995] mostra como a inovação não existia por si só. (NEVEU, 2004, p.10) (tradução nossa) (grifo nosso) ¹³

Atualmente, os principais gêneros, conhecidos por classificações e manuais, nasceram com o jornalismo de atualidade, ou seja, o jornalismo da chamada imprensa tradicional que trata dos acontecimentos da atualidade e do cotidiano, da atividade jornalística que surge com a imprensa escrita, próximo ao que Tunstall sugeriu para as empresas de imprensa, para as quais os imperativos são estabelecidos pela produção de informações. Acreditamos que esta especificação é importante, não só pela variedade de produtos e organizações jornalísticas, mas também porque o jornalismo de atualidade constitui a prática discursiva mais representativa desta atividade social.

Por isso, comparando Brasil, França e Espanha, sugerimos que atualmente, pelo menos três finalidades são reconhecidas como legítimas de qualquer instituição jornalística, principalmente em se tratando de produtos da chamada grande imprensa (*corpus* de análise desta tese). São elas: mediação, informação e opinião. A finalidade da mediação está na origem da imprensa fundamentada no dever da liberdade de expressão, na ordem do que se entende como “poder moderador” do debate social, mediadora dos debates públicos, portanto, de uma “agenda de opinião” (NEVEU, 2004). A finalidade da informação, indiscutível e primeira da atividade jornalística dos dias atuais, que funda os princi-

13. « [...] Être journaliste suppose un rapport au terrain, la constitution d'un carnet d'adresses, des savoir-faire liés à la prise de notes, au recoupement de l'information, à la maîtrise de la situation d'entretien. Des genres journalistiques qui paraissent aujourd'hui évidents sont nés aux États-Unis de cette quête de l'information. La naissance de reportage est largement liée à l'information. L'interview sera également inventée dans les années 1860, et les polémiques que suscite alors en France la démarche inconvenante qui consiste à questionner un président des États-Unis ou un pape [Schudson, 1995] montrent combien l'innovation n'allait pas de soi. [...] » (NEVEU, 2004, p. 10).





pais valores, conforma os procedimentos e demarca responsabilidades. E a finalidade de opinião, firmada com o direito de análise e crítica da realidade.

2.4 A formação discursiva jornalística

O objetivo desta seção é analisar os conceitos de “formação discursiva” (Foucault, 1969) e “formação discursiva jornalística” (Ringoot e Utard, 2005), comparando ainda com o conceito de “paradigma jornalístico” (Charron e de Bonville, data). São conceitos fundamentais para se compreender o que caracteriza um discurso reconhecidamente jornalístico atualmente nas sociedades ocidentais. As regularidades de uma formação discursiva se constituem em regularidades responsáveis pela estabilidade relativa dos gêneros discursivos.

O conceito de “formação discursiva” de Foucault (1969) está fundamentado na concepção de prática discursiva, portanto em um conjunto de regras históricas determinadas no tempo e no espaço numa época dada.

[...] No caso em que se possa descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, no caso em que entre os **objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas**, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. [...] (FOUCAULT, 1969, p. 53)¹⁴

14. « Dans le cas où on pourrait décrire, entre un certain nombre d'énoncés, un pareil système de dispersion, dans le cas où entre les objets, les types d'énonciation, les concepts, les choix thématiques, on pourrait définir une régularité (un ordre, des corrélations, des positions et des fonctionnements, des transformations), on dira, par convention, qu'on a affaire à une formation discursive, – [...] » (FOUCAULT, 1969,





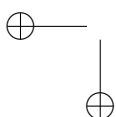
As regularidades para uma formação discursiva são regularidades de quatro elementos principais: objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias. Os objetos constituem aquilo sobre o que se fala e devem ser definidos pelo conjunto de regras que permitem formá-lo. Essas regras definem, por sua vez, os regimes dos objetos. Assim, seria preciso compreender: 1) as condições de aparecimento para que se possa estabelecer com os objetos relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação; 2) que essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e 3) que as relações discursivas estão no limite do discurso: oferecem-lhes objetos de que pode falar, determinam o feixe de relações para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los.

As modalidades enunciativas constituem a maneira que se fala. O objetivo é compreender seus encadeamentos, as lógicas enunciativas. Para isto, Foucault considera necessário examinar três grupos de elementos da dimensão do estatuto dos participantes e de suas instâncias enunciativas: 1) status dos indivíduos: cargo, funções, ações que pode realizar, competências, atribuições, subordinação hierárquica, troca de informação; 2) lugares institucionais onde obtém seu discurso: seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação; e 3) situação que pode ocupar em relação aos domínios e objetos.

Os conceitos constituem uma base fundamental do discurso, “a partir do que” se fala. Para compreendê-los, é preciso, segundo Foucault, descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam. Esta organização compreende: 1) sucessão e disposição de séries enunciativas (como explicar, como descrever, como nomear), os tipos de correlação de enunciados e os esquemas retóricos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados; 2) formas de coexistência: a) campo de presença, relações da ordem de verificação; experimentação e validação lógica; e b) campo de concomitância com outros

p. 53). (t.A.)

Livros LabCom



objetos que aparecem em nosso discurso; e 3) procedimentos de intervenção que podem ser legitimamente aplicados aos enunciados, como: técnicas de reescrita, métodos de transcrição, modos de tradução, aproximação e exatidão dos enunciados.

As estratégias são temas e teorias formados, historicamente, por certos agrupamentos de objetos, certos tipos de enunciação. Para se entender as estratégias, é preciso: 1) determinar os pontos de difração possíveis do discurso (caracterizados como pontos de incompatibilidade), depois pontos de equivalência e, em seguida, pontos de ligação de uma sistematização; 2) conhecer a economia da constelação discursiva à qual pertence o discurso (relação de analogia, oposição ou complementaridade com outros discursos); e 3) conhecer o campo de práticas não discursivas através do regime e os processos de apropriação do discurso e das posições possíveis do desejo em relação ao discurso.

De forma breve, o objetivo é se detectar se existe uma regularidade de objetos, enunciações, conceitos, estratégias que “não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo” (FOUCAULT, 1969, p. 52).

[...]: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência: não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou, ainda, em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* [...], em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* [...], descreveria *sistemas de dispersão*. (FOUCAULT, 1969, p.53)

A formação discursiva jornalística (FDJ) é definida exatamente como um lugar de tensão entre ordem e dispersão de informações, de enunciados e de estratégias.

[...] Esta noção de dispersão permite pensar a heteronomia do jornalismo como constitutiva e intrínseca. [...] Dispersão, no quadro da

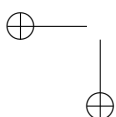


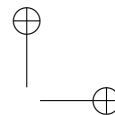
formação discursiva, não significa separação: ela está sempre circunscrita no jogo de relações. A tensão entre ordem e dispersão do discurso é traduzida aqui na estabilidade das lógicas de atores diversos. Se se reconhece uma ordem de discurso jornalístico, se reconhece também uma dispersão extra-discursiva. [...] (RINGOOT; UTARD, 2005, p. 43) (tradução nossa)¹⁵

Ringoot e Utard defendem a necessidade de se analisar sistematicamente, portanto, as realizações editoriais tomadas na rotina produtiva, os discursos, as lógicas de atores e ações extra-discursivas e os dispositivos organizacionais e institucionais. A intenção, assim, é considerar a comunidade discursiva jornalística, incluindo fontes e públicos, não limitada apenas à comunidade profissional estrito senso. Por isso, sugerem colocar em perspectiva a noção de gênero a partir de dois eixos da sociologia do jornalismo.

Num primeiro momento, trata-se então de avaliar e colocar em perspectiva a noção de gênero através das práticas profissionais, examinando notadamente os trabalhos da sociologia do jornalismo. Esta abordagem é organizada segundo dois eixos. O primeiro pontua os **gêneros jornalísticos enquanto fato estruturante da identidade profissional dos jornalistas**; o segundo questiona **as categorizações de jornalistas e de jornalismo, e suas relações com os gêneros jornalísticos**. Trata-se, em seguida, num segundo momento, de aprofundar a noção de gênero a partir dos estudos da análise do discurso e das ciências da linguagem, e de mensurar como as disciplinas a aplicam aos gêneros jornalísticos. As teorizações do gênero são apresentadas segundo duas perspectivas: a dimensão social e sua instabilidade intrínseca. [...] (RINGOOT; UTARD, 2005

15. “[...] Cette notion de dispersion permet de penser l'hétéronomie du journalisme comme constitutive et intrinsèque. [...] Dispersion, dans le cadre de la formation discursive, ne signifie pas éparpillement : elle est toujours circonscrite dans un jeu de relations. La tension entre ordre et dispersion du discours est traduite ici dans l'ancrage des logiques d'acteurs diversifiés. Se l'on reconnaît un ordre de discours journalistique, on reconnaît aussi une dispersion extra-discursive. [...]” (RINGOOT; UTARD, 2005, p. 43).





p. 25)¹⁶ (grifo e tradução nossa)

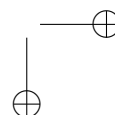
Os autores acreditam, assim, que o “embaralhamento” dos gêneros e sua dinamicidade seriam parte da dispersão enunciativa, à qual estão submetidos os produtos jornalísticos. Consideram que a dispersão mais evidente aconteceria no nível da mídia, porque o jornalismo escrito, televisual ou multimídia implicaria em modalidades enunciativas que afetam a construção e a percepção da informação. Uma concepção da qual discordamos, que revela um dos motivos pelos quais a escolha dos produtos analisados incluiu impressos e digitais do jornalismo de atualidade. Embora se tenha diferentes composições, a mudança de mídia não implica, obrigatoriamente, na mudança de gênero discursivo, exatamente pela similaridade em todas as outras condições de realização, como estatuto dos participantes, as lógicas enunciativas e as competências empregadas para estas lógicas.

É neste sentido que se justifica a escolha destes autores pelo conceito de formação discursiva, por causa da possibilidade de vislumbrar a diversidade e o movimento como fatores constitutivos e permanentes da prática jornalística. O que explica, ainda, a recusa de outro conceito desenvolvido e discutido nos estudos sobre jornalismo na França e no Canadá, de pesquisadores do mesmo grupo dos autores acima citados¹⁷: o conceito de paradigma jornalístico.

[...] Um paradigma jornalístico pode ser definido, segundo nós,

16. « Dans un premier temps, il s'agit donc d'évaluer et de mettre en perspective la notion de genre dans les pratiques professionnelles, en exploitant notamment les travaux de la sociologie du journalisme en la matière. Cette approche est organisée selon deux axes. Le premier fait le point sur les genres journalistiques en tant que facteur structurant l'identité professionnelle des journalistes ; le second questionne les catégorisations des journalistes et des journalismes, et leurs rapports aux genres journalistiques. Il s'agit ensuite, dans un second temps, d'approfondir la notion de genre à partir des travaux de l'analyse du discours et des sciences du langage, et de mesurer comment ces disciplines l'appliquent aux genres journalistiques. Les théorisations du genre sont présentées selon deux perspectives : sa dimension sociale et son instabilité intrinsèque. [...] » Ibid, p. 25.

17. *Réseau d'études sur le journalisme (REJ)*, já apresentada no capítulo 1.





como “um sistema normativo engendrado por uma prática fundada sobre o exemplo e a imitação, constituída **de postulados, de esquemas de interpretação, de valores e de modelos exemplares** aos quais se identificam e se referem os membros de uma comunidade jornalística no quadro espaço-temporal dado, solidificam o pertencimento à comunidade e servem para legimitar a prática” [...] (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 36)¹⁸ (grifo e tradução nossa)

Os postulados, esquemas de interpretação, valores e modelos exemplares, que compõem o paradigma jornalístico, devem, também ser regulares. As regras, como analisam os autores Charron e de Bonville (2004), podem ser semânticas, de procedimento ou normativas e ainda indicar comportamento obrigatório, preferível ou proibido. A noção de regra no conceito de formação discursiva aparece como condição de existência (coexistência, manutenção, modificação, desaparecimento) numa disposição de objetos, tipos de enunciação, conceitos e estratégias. A diferença é que, se para o paradigma jornalístico, estas são regras constitutivas dos gêneros e, mais ainda, são regras universais e rigorosas, para a formação discursiva jornalística, algumas das chamadas regras que combinam objeto e tipo de enunciação, por exemplo, são consideradas estratégias.

A diferença capital entre os conceitos de formação discursiva jornalística e de paradigma jornalístico está no ponto de mutação, permanente para o primeiro e periódico para o segundo. Quando e por quanto tempo pode-se dizer que as regularidades entre objetos, tipos de enunciações, conceitos, estratégias, valores, postulados, esquemas de interpretação se transformam em regras? E, ainda, quais seriam nor-

18. « [...] Un paradigme journalistique peut être défini, selon nous, comme « un système normatif engendré par une pratique fondée sur l'exemple et l'imitation, constitué de postulats, de schémas d'interprétation, de valeurs et de modèles exemplaires auxquels s'identifient et se réfèrent les membres d'une communauté journalistique dans un cadre spatio-temporel donné, qui soudent l'appartenance à la communauté et servent à légitimer la pratique » [...] » (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 104).





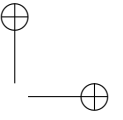
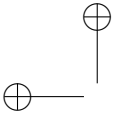
mativas, da ordem do dever-ser? Muitas das “regras” parecem estar no nível do preferível, mais do que do obrigatório. É possível ser mais enfático quando se trata de tipos de enunciação, principalmente em se levando em conta as novidades advindas com o ciberjornalismo.

Uma análise comparativa entre os conceitos de “paradigma jornalístico” e “formação discursiva jornalística” nos revela como a noção prática de gênero discursivo jornalístico tem potencial para o exame da convivência e limites entre regularidades e regras. Ainda que noções vizinhas, guardam uma incompatibilidade central: o limite entre regularidade e regra - semântica, de procedimento ou normativa.

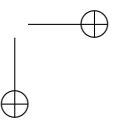
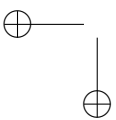
Os gêneros discursivos do jornalismo de atualidade são considerados como regras de produção discursiva para o paradigma jornalístico, enquanto que, para a formação discursiva jornalística, o gênero discursivo é considerado como manifestação provisória de um processo. Quando se entende o gênero jornalístico como condensado de prescrições implícitas, ou seja, uma aplicação do que se chama “dispositivo cognitivo coletivo”, pressupõe-se que as regularidades discursivas se “condensaram” em alguns tipos de regras. Afirmar que o gênero jornalístico é manifestação provisória, é, por outro lado, compreender que, embora as normas profissionais tenham sido racionalizadas, essas normas são, sempre, atualizadas, móveis e dinâmicas. Está claro que há uma diferença entre os níveis de estabilidade, mas também, acreditamos, há um problema no sentido implícito da normatividade advindo da expressão “sistema normativo” para o conceito de paradigma jornalístico.

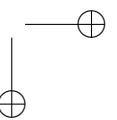
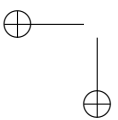
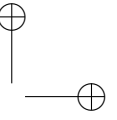
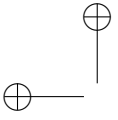
A regularidade frequente de objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias da formação discursiva apontam para a regularidade de elementos-chave na formação de um gênero discursivo. Como veremos, existe uma regularidade nos objetos de realidade tratados pelo discurso jornalístico; uma regularidade no tratamento e re-construção destes objetos; uma regularidade nos status dos reponsáveis pelos discursos; enfim, uma combinação regular de elementos que vai, historicamente, tornando estável uma composição discursiva (ato de comuni-





cação) implicado pela instituição social jornalística.







Capítulo 3

A pragmática integrada e a teoria dos *topoi*

Um saber estruturado sobre a argumentação, sobre métodos e procedimentos que a tornam mais eficaz, apareceu há mais de 2500 anos. Na Grécia, no século V a. C., surgiu, dentro deste domínio, um saber sistemático: a Retórica. A primeira retórica é a arte da persuasão pela palavra, da manipulação de opiniões e consciências, tendo como premissa a idéia de que tudo é argumentável e que o orador é um homem de poder, mais do que ético e de opinião. Até o surgimento de disciplinas no fim do século XIX, a retórica estará no centro de qualquer ensinamento (BRETON, 2006, p. 16).

Aristóteles procura transformar a Retórica em ciência, num conjunto de conhecimentos, que poderiam ser aplicados por quem quisesse bem falar e convencer. Segundo Aristóteles, a Retórica visa descobrir os meios que, relativamente a qualquer argumento, podem levar à persuasão de um determinado auditório. Aristóteles compreendia que a retórica se dava na relação entre três componentes: o *ethos* (autor), o *pathos* (auditório) e o *logos* (mensagem). Aristóteles distingue três tipos de discursos retóricos: o deliberativo, o judicial e o epidítico.

Dois mil anos depois de Platão, Aristóteles, Cícero e Quintiliano, *ethos*, *pathos* e *logos* vão sendo dissociados. “[...] O *ethos* deu origem





à ética, o *pathos* a uma teoria da receptividade e da sensibilidade, e o *logos* a uma lógica e a uma gramática, onde a *inventio* latino encontrou sua plena realização. [...]” (MEYER, 2005, p. 102) (tradução nossa)¹. Retórica e argumentação vão se distanciando. Perelman (1996), com a nova retórica (*Tratado da Argumentação*), reintroduz a tridimensionalidade de *ethos*, *pathos* e *logos*, subordinando as duas primeiras à terceira, em nome da racionalidade do campo da argumentação. O objeto da argumentação, para Perelman, é: “[...] o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento. [...]” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 4).

O discurso argumentativo deve, assim, se construir sobre os pontos de acordo, sobre as premissas admitidas e aceitas pelo auditório. O acordo do auditório quanto a essas premissas é considerado como ponto de partida da argumentação.

Nossa análise da argumentação versará primeiro sobre o que é aceito como ponto de partida de raciocínios e, depois, sobre a maneira pela qual estes se desenvolvem, graças a um conjunto de processos de ligação e de dissociação. Essa divisão, indispensável para a exposição, não deve ser mal compreendida. Com efeito, **tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório**. Esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. Por outro lado, a própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo: trata-se de uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 73) (grifo nosso)

1. « [...] *L'éthos* a donné naissance à l'éthique, le *pathos* à une théorie de la réceptivité et de la sensibilité, et le *logos* à une logique et a une grammaire où *l'inventio* latine a trouvé sa pleine réalisation. [...] » (MEYER, 2005, p. 102).





Neste capítulo, os autores listam e examinam os tipos de objeto de acordo (fatos e verdades, presunções, valores abstratos e concretos, hierarquias e lugares) e acordos próprios de cada argumentação (por auditórios particulares ou discussões específicas). Dentre estes objetos (a partir dos quais trabalharemos os objetos de realidade do discurso jornalístico, um dos elementos da formação discursiva), está a noção de tópico, um conjunto de lugares-comuns, parte do saber compartilhado, de opiniões e crenças coletivas.

Dentro desta perspectiva retórica, a doxa como fundamento da comunicação argumentativa se molda em diversas formas verbais. O que a retórica antiga chamaria *topoi*, lugares, é hoje estudada por diversas disciplinas que se equilibra sobre as configurações verbais do saber comum, dos *topoi* da pragmática integrada ao estereótipo nestas acepções variantes. Além disso, a análise do discurso e os estudos literários privilegiaram, sob as denominações do “discurso social”, “interdiscurso”, “intertexto”, o espaço discursivo global no qual se articulam as opiniões dominantes e as representações coletivas. Ligar-se-á então a noção de “doxa” ou opinião comum, de uma parte, àqueles conjuntos discursivos – discurso social e interdiscurso – que a sustentam, de outra parte, às formas (lógica) discursivas particulares – *topoi* (lugares comuns) de todos os tipos, idéias recebidas, estereótipos, etc. – onde ela emerge de maneira concreta. (AMOSSY, 2006, p. 99-100) (tradução nossa)²

2. « Dans la perspective rhétorique, la doxa comme fondement de la communication argumentative se monnaie en diverses formes verbales. Ce que la rhétorique antique appelait *topoi*, lieux, est aujourd'hui étudié par différentes disciplines qui se penchent sur les configurations verbales du savoir commun, des *topoi* de la pragmatique intégrée au stéréotype dans ses acceptions changeantes. Par ailleurs, l'analyse du discours et les études littéraires ont privilégié, sous les appellations de « discours social », « interdiscours », « intertexte », l'espace discursif global lequel s'articulent les opinions dominantes et les représentations collectives. On rattachera donc la notion de « doxa » ou opinion commune d'une part à celles des ensembles discursifs – discours social ou interdiscours – qui la portent, d'autre part aux formes (logico-)discursives particulières – *topoi* (lieux communs) de tous types, idées reçues, stéréotypes, etc. – où elle émerge de façon concrète ». (AMOSSY, 2006, p. 99-100).

Livros LabCom





A noção de *topoi*, portanto, aparece na AD sustentada por conceitos como intertextualidade e interdiscurso, herdeiros, como veremos, da noção de dialogismo de Bakhtin. De outro lado, os tópicos, trabalhados pela nova retórica de Perelman (1996) e pela pragmática integrada de Anscombre e Ducrot (1983), vêm da herança aristotélica, que dividia os lugares comuns e os lugares específicos. Os lugares comuns, para Aristóteles, se referiam às opiniões validadas consideradas como dotadas de um grau máximo de generalidade. Os lugares específicos eram as opiniões validadas relativas a um dos três tipos discursivos da retórica: judiciário, deliberativo e epidítico.

Chaim Perelman trata os lugares-comuns a partir do caráter do preferível que permite argumentar em favor de uma escolha, distinguindo cinco lugares: da quantidade, da qualidade (os mais importantes), da ordem, do existente e da essência.

Entendemos por *lugares de quantidade* os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas. O mais das vezes, aliás, o lugar da quantidade constitui uma premissa maior subentendida, mas sem a qual a conclusão não ficaria fundamentada. [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 97)

Os lugares de qualidade, os menos apreensíveis, aparecem na argumentação quando se contesta a virtude do número. [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 100)

Os lugares da ordem afirmam a superioridade do anterior ao posterior, do princípio ao efeito, da causa ao efeito. O lugar do existente afirma a superioridade do que existe, do que é real sobre o possível, eventual ou provável. O lugar da essência é o fato de conceder um valor superior aos indivíduos enquanto bem caracterizados de uma essência.

A história dos *topoi* é retomada por Amossy:
[...]

1. O **topos** ou lugar, que se chamará para distinguir o topos retórico: é o sentido do topos aristotélico [...] como esquema





comum subjacente aos enunciados [...].

O **lugar comum**: é, de fato, o lugar *particular* de Aristóteles transformado em lugar comum, no sentido moderno e que se tornou pejorativo do termo. [...].

2. A **idéia admitida**: ela recupera aquela do lugar comum insistindo sobre o caráter do feito e constringendo as opiniões compartilhadas [...].
3. **Lugar comum, opinião comum compartilhada e idéia admitida**: pode-se manter o valor coercitivo e injuntivo da noção de idéia admitida, considerando o lugar comum como um tema rebaixado ou uma opinião compartilhada que insiste somente sobre o caráter coletivo de uma idéia, de uma tomada de posição, sobre seu uso comum e sua circulação no seio de uma comunidade. (AMOSSY, 2006, p. 113)

Para a análise das lógicas enunciativas do discurso jornalístico e compreensão de seus objetos de realidade, trabalhamos, com duas noções que parecem opostas, mas que, para nós, se completam: os lugares comuns como premissas de ordem geral que permitem fundar valores e hierarquias (Perelman, data); e a noção de opinião comum compartilhada, que pode relevar opiniões validadas e aceitas por um determinado período. Os *tópicos* funcionam como os objetos de acordo, pois constituem o saber social sobre objetos, idéias, opiniões. As opiniões compartilhadas num determinado momento e para uma comunidade discursiva são dinâmicas e, ao mesmo tempo, mutantes, principalmente em se tratando de uma prática discursiva onde circulam várias formações discursivas por várias vozes de variados domínios.

Nossa intenção é examinar os **tópicos jornalísticos**, lugares-comuns sobre os objetos do jornalismo, compartilhados pelos públicos, que autorizam determinadas conclusões e configuram, historicamente, lógicas enunciativas. Não exatamente como acredita de Bonville (1997): “[...] o lugar-comum que interessa ao jornalismo é o de circunstâncias (quem, o que, onde, porque, como, quando) [...]”. (DE BONVILLE,

Livros LabCom



1997, p.111-112) (tradução nossa)³. Até porque de Bonville sugere que os tópicos jornalísticos, embora pertençam ao nível do significado, se revelam em três níveis: no nível do referente individual ou particular; no nível da abstração, que se trata do “sistema tipológico de referentes”; e no nível dos tópicos jornalísticos, que concerne a funções dos referentes tipológicos (agente, ação, tempo, lugar, etc.).

Esta sistematização pressupõe que o discurso jornalístico trata apenas de fatos, com o que não concordamos e a partir do que desenvolvemos uma análise identificando objetos de realidade mais frequentes nas composições jornalísticas. Por isso, acreditamos que interessam todos os lugares-comuns referentes aos objetos de realidade frequentes em cada tipo de composição jornalística. Por isso nossa análise parte dos objetos em direção às relações que mantém com o ato de linguagem. Por isso fomos ao encontro da pragmática integrada de Ducrot e Anscombre, que se preocupa com o lugar comum como articulador de dois enunciados, o que se ampara no uso e na graduação, sua força argumentativa.

A força argumentativa é uma dimensão inerente a numerosos discursos, inclusive o jornalístico, o que não deve ser confundido com objetivo argumentativo, denominado na AD de modo argumentativo.

Para evitar as confusões, é preciso nesta ótica diferenciar a dimensão argumentativa inerente a numerosos discursos, do objetivo [*de la visée*] argumentativo que caracteriza somente certos dentre eles.

Em outras palavras, a simples transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, que não quer dizer necessariamente modificar as posições do alocutário, não se confunde com o emprego da persuasão sustentada por uma intenção consciente e composta de estratégias programadas para este efeito. [...] Em termos de gêneros, pode-se mencionar dentre os discursos de objetivo [*de la vi-*

3. “[...] Le lieu commun qui nous intéresse particulièrement est celui des circonstances [...]. Ce sont précisément ces lieux communs intrinsèques que désignent les 5 W du journalisme d’information anglo-saxon. [...]” de BONVILLE, J. Les notions de texte et de code journalistiques : définition critique. In: **Communication**, Vol. 17, N° 2, 1997, p.111-112.

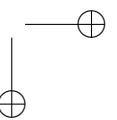
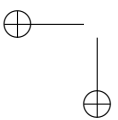
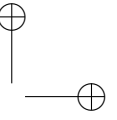
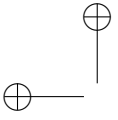


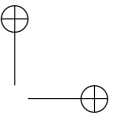
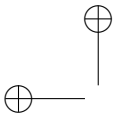
sée] persuasivo o sermão na igreja, o discurso eleitoral, uma publicidade para uma marca de carro, um manifesto político ou literário. **Dentre os discursos que comportam uma dimensão**, mas não um objetivo argumentativo, **pode-se citar o artigo científico, a reportagem, as informações televisuais**, certas formas de testemunho ou de autobiografias, a narrativa de ficção, a carta amigal, a conversação cotidiana. (AMOSSY, 2006, p, 33-34)⁴ (grifo e tradução nossa)

Nesta perspectiva, trabalharemos na compreensão das articulações operadas nas chamadas composições informativas jornalísticas, consideradas normalmente como desprovidas de argumentação. Mais ainda, defendemos que as composições implicadas pela finalidade institucional reconhecida de informar são constituídas de argumentos de acordo, aceitos e compartilhados com a formação discursiva jornalística.

4. « Pour éviter les confusions, il faut dans cette optique différencier la dimension argumentative inhérente à de très nombreux discours, de la visée argumentative qui caractérise seulement certains d'entre eux. En d'autres termes, la simple transmission d'un point de vue sur les choses, qui n'entend pas expressément modifier les positions d'allocutaire, ne se confond pas avec l'entreprise de persuasion soutenue par une intention consciente et offrant des stratégies programmées à cet effet. [...] En termes de genres, on peut mentionner parmi les discours à visée persuasive le prêche à l'église, le discours électoral, une publicité pour une marque de voiture, un manifeste politique ou littéraire. Parmi les discours qui comportent une dimension mais non une visée argumentative, on peut citer l'article scientifique, le reportage, les informations télévisées, certaines formes de témoignage ou d'autobiographies, le récit de fiction, la lettre amicale, la conversation quotidienne. » (AMOSSY, 2006, p, 33-34).

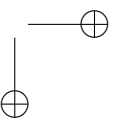
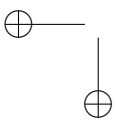


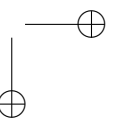
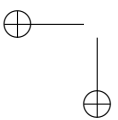
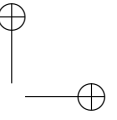
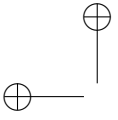




Parte IV

Critérios de definição de gênero jornalístico







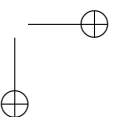
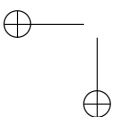
Capítulo 1

As lógicas enunciativas da FDJ

O objetivo desta seção é demonstrar como se dão as lógicas enunciativas em atividade na formação discursiva jornalística (FDJ) da grande imprensa. A lógica enunciativa trata, como já dito, da dialética do evento e da significação, do problema fundamental da linguagem, também um problema fundamental da atividade jornalística. É a possibilidade inscrita no “regime dos objetos” que possibilita a formação de um “objeto do discurso” (objetos de realidade). Considerando-se que há formas de convivência entre a “compossibilidade das coisas” e uma “compossibilidade dos sentidos” para dadas formações discursivas, analisamos como se dá essa convivência no discurso jornalístico.

1.1 Implicação das finalidades

As lógicas enunciativas estão, certamente, implicadas de alguma maneira pelas finalidades institucionais reconhecidas. Como já afirmado (capítulo 1), acreditamos que a instituição jornalística hoje teria três principais finalidades reconhecidas: **a de mediação, a de informação e a de opinião**. Entretanto, estas são finalidades institucionais, pelas quais estão implicadas as composições discursivas e os atos de enunciação da FDJ, mas não coincidem, sempre e obrigatoriamente,





com as finalidades das composições. Por alguns motivos: 1) a composição discursiva pode ter mais de uma finalidade e, em geral, as tem; 2) para grupos de composições discursivas da FDJ existe uma finalidade mais importante reconhecida socialmente, detectada no horizonte de expectativas, dentre as outras (CHARAUDEAU, 2005); e 3) a finalidade mais importante da composição discursiva pode não coincidir com a finalidade institucional, como ocorre no artigo, em que a finalidade da composição é opinativa, enquanto a finalidade implicada da instituição é a de mediação.

O movimento metodológico aqui, portanto, foi partir da relação operada entre linguagem e realidade para tentar chegar à finalidade das composições discursivas, ao invés de partirmos das finalidades reconhecidas das composições para explicá-las. Ao analisarmos como se realizam os objetos de realidade, segundo as regularidades da formação discursiva, estamos focando na lógica dos modos discursivos. Se o objetivo é sugerir critérios para a definição de gêneros discursivos do jornalismo de atualidade, noção transmidiática, então é preciso partir dos elementos do processo comunicativo destas composições discursivas para se chegar àquela que seria a sua função ou finalidade socialmente reconhecida.

1.2 Os elementos da lógica enunciativa

As lógicas enunciativas do discurso das instituições jornalísticas são constituídas por um tipo frequente de relação entre: objetos de realidade (OR), tópicos jornalísticos e compromissos realizados pelo ato de linguagem. Tendo em vista que uma composição discursiva jornalística é formada por atos comunicativos relativamente estáveis, acreditamos que a lógica está na regularidade e posterior institucionalização desta relação. Os OR são a matéria-prima do jornalismo. Os tópicos (*topoi*) funcionam como senso comum, parâmetros de acordo, pois constituem o saber social sobre objetos, idéias, opiniões (AMOSSY, 2006). Os tópicos jornalísticos são os lugares comuns sobre as relações





entre os OR compartilhados pelos públicos, que autorizam determinadas conclusões e configuram, historicamente, lógicas enunciativas. Os compromissos de um ato de linguagem constituem o propósito reconhecido do fazer linguístico, ação efetivamente realizada ao se proferir algo. O compromisso se dá na e pela realização do ato linguístico. O assertivo, mais comum do discurso jornalístico da grande imprensa, teria como propósito comprometer o enunciador com a adequação da proposição à realidade. Ainda que o enunciador não tenha a intenção ou propósito de asserir, se ele realizar uma asserção, estará comprometido com a “verdade da proposição”, nas palavras da pragmática, ou com a adequação do enunciado à realidade, nas palavras da AD.

Em outras palavras, o ato de comunicação pode re-construir a realidade de forma que os objetos de realidade sejam realizados como fatos dados, constatáveis (aqueles sob os quais não se tem dúvidas). O enunciado ganha a força de constatativo, pois o saber social, dos lugares comuns partilhados socialmente, autoriza dada compreensão. Os chamados eventos factuais no jornalismo são, muitas vezes, ocorrências inverificáveis por constatação, mas se realizam no discurso jornalístico como constatações, pois os objetos se realizam como objetos de acordo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 74), ou seja, como objetos de crença ou adesão. O modo com são apresentados, nomeados, classificados, explicados, comparados seguem os parâmetros reconhecidamente intersubjetivos, gerados em diversos campos sociais.

Nem todos os objetos de realidade tratados nos produtos jornalísticos são, obviamente, objetos de acordo. Existem as conexões entre os objetos de acordo e existem os objetos de desacordo. Cada lógica enunciativa trabalha diferentemente com estes objetos. Como não existem parâmetros intersubjetivos claros para a compreensão de determinados objetos de desacordo, uma lógica enunciativa pode tratá-los como expressivos, indicando a autoria de outro ator social. É o caso da citação direta, cujo autor é a fonte entrevistada. Outra lógica enunciativa, entretanto, pode tratá-los como conceito. Neste caso, os enunciadores adquirem o lugar da autoria, pois se responsabiliza, no discurso, pelo





enunciado. Neste último, o ato de linguagem se realiza como opinativo, cujo compromisso é com a crença na adequação do enunciado à realidade.

I. Objetos de realidade

O que estamos chamando de objeto de realidade é a matéria-prima do jornalismo de atualidade. A grande maioria dos estudos do jornalismo trabalha com a concepção de que a prática jornalística trata apenas de fatos (ocorrências passadas). Mesmo estudos brasileiros que procuram fazer uma filosofia do jornalismo com o objetivo de compreender essa prática social enquanto um tipo de conhecimento da realidade pressupõem que a matéria-prima são apenas “fatos”.

O trabalho jornalístico consiste elementarmente em buscar as informações sobre os fatos, elaborá-las discursivamente e tomar o conhecimento desses fatos disponíveis às pessoas onde estas se encontram. O jornalismo se constitui assim num meio (não no sentido físico, obviamente) através do qual os indivíduos têm acesso à realidade pelo conhecimento dos fatos. [...] (GUERRA, 2003, p.107)

Ainda que concordemos parcialmente com Josenildo Guerra sobre os parâmetros de verdade e relevância como parâmetros de qualidade, não acreditamos que o jornalismo “toma conhecimento” apenas de fatos. Ficará claro que defendemos aqui a perspectiva da intersubjetividade para os parâmetros, assim como um dos mais importantes pesquisadores na área, Eduardo Meditsch (2001), o qual, entretanto, acredita, como Nilson Lage, que apenas através de “fatos concretos” o jornalismo efetua-se como uma forma de conhecimento capaz de revelar aspectos da realidade.

Ao mesmo tempo, este esboço de sua fisiologia permite constatar que o Jornalismo não é uma “ciência mal feita”, simplesmente porque não é uma ciência e nem pode aspirar a ser tal. Por um lado, o **Jornalismo como forma de conhecimento é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências**





[...]; por outro, é incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe a revelar. "O universo das notícias é o das aparências do mundo; o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser **por eventuais aplicações a fatos concretos**. Por trás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam". (MEDITSCH, 2001, p.23) (grifos do autor)

Existe uma primeira diferença, em geral, não desconhecida entre fato e acontecimento. O fato é algo que passou, ocorrido. O acontecimento ou ocorrência é algo em processo, que se apresenta na atualidade, ou algo que tem determinado grau de probabilidade de ocorrer.

Um fato, [...], é um complexo em processo que inclui eventos envolvendo coisas, pessoas e textos. As suas marcas características são a atividade, a relação e a temporalidade. [...] O fato é o resultado, a consequência de uma ação, aquilo que uma produção ou operação deixa para trás como seu produto ou obra. [...]

O conceito de fato inclui também a nota da relação: um fato, diz-se, é uma relação de coisas. [...] Em outros termos, um fato é uma conexão unitária de entidades (coisas, textos, pessoas, etc.) mutuamente referidas. Isso implica que está implícito no conceito de fato um recorte voluntário (não necessariamente consciente) no *continuum* das interações da realidade. [...]

No que tange à *temporalidade* evidente na idéia comum de fato, creio que, paradoxalmente, seja uma nota derivada e não primária. Ela se explica na verdade como reverberações da atividade e da relação. [...] Ou seja, a definitividade do fato, a sua efetividade, pode ser pensada em termos de coordenadas espacio-temporais (portanto, em sentido translato) como uma espécie de hiato, de destaque no tempo e/ou espaço entre a narração e o evento. [...] Creio, entretanto, que a temporalidade aqui funcione mais logicamente do que cronologicamente. O fato tem essa marca temporal porque logicamente ele é um consequente, uma consequência, o efeito. [...] (GOMES, 1994, p. 66-67)





O que caracteriza o fato, portanto, é o resultado de uma ação, passada. Já o acontecimento é fenômeno em processo. Um incidente no metrô é um fato, mas este fato está relacionado a vários acontecimentos como o processo de investigação sobre o que provocou o incidente. Os acontecimentos podem estar em ocorrência ou terem um dado grau de probabilidade de ocorrer, ou seja, acontecimentos prováveis, previsíveis (porque convencionados) e possíveis também são objeto de conhecimento do jornalismo. Existe, inclusive, uma série de tipos de objetos de difícil delimitação e, inclusive, nomeação pela linguagem. Há um motivo simples para esta variedade da matéria-prima do jornalismo: a realidade é feita desses mais variados objetos. A realidade inclui desde o que é verificável pela simples observação, os chamados “objetos de acordo” de fácil comprovação, como fatos passíveis de constatação intersubjetiva pela simples presença, “objetos de acordo” que não são passíveis de verificação, como “verdades” de saberes científicos, até intenções de declarações, objetos abstratos impossíveis de se verificar e mesmo de se alcançar acordo.

Foi exatamente a partir dos “objetos de acordo”, sistematizados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, que organizamos uma lista de objetos de realidade mais frequentes na FDJ.

Os fatos que são admitidos podem ser, quer **fatos de observação** – e esta será, talvez, a fração mais importante das premissas –, quer **fatos supostos, convencionais, fatos possíveis ou prováveis**. Há aí uma massa considerável de elementos que se impõem ou que o orador se esforça por impor ao ouvinte. Uns, como os outros podem ser recusados e perder seu **estatuto de fato**. Mas, enquanto eles usufruírem esse estatuto, deverão **amoldar-se à estruturas do real aceitas pelo auditório** e deverão defender-se contra outros fatos que vierem concorrer com eles num mesmo contexto argumentativo. Aplicamos, ao que se chamam *verdades*, tudo o que acabamos de dizer dos *fatos*. Fala-se geralmente de fatos para designar objetos de acordo precisos, limitados; em contrapartida, designar-se-ão de preferência com o nome de *verdades* **sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos**, que se trate de teorias científicas ou





de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.77) (grifo nosso)

Esta lista chama a atenção para os objetos mais frequentes nos gêneros chamados informativos, mas não contemplam os objetos de muitas outras composições discursivas produzidas dentro da organização jornalística ou para a organização jornalística. Este primeiro resultado, do qual partimos para a análise do *corpus*, se revelou condizente com, apenas, alguns dos ditos informativos. Em média, segundo a nossa mostra, dos objetos de realidade enunciados pelas notícias, 50% se realiza como fato passível de verificação ou constatação. Nas reportagens, nomeadas como tal pelos veículos, a maioria é outro grupo de objetos de realidade: relação entre “objetos de acordo”. A articulação, de alguma ordem, seja por sucessão apenas ou uma relação explícita de causa e consequência, parece originar um terceiro objeto de realidade construído como enunciado. Há uma constelação de objetos mais comuns em uns gêneros discursivos do que em outros.

A descoberta mais importante aqui é: **o objeto de realidade reconhecido também é um elemento de configuração do ato de linguagem. O objeto de realidade reconhecido é aquele que se configura no ato da troca comunicativa. O objeto de realidade se constitui no e pelo ato de linguagem.** O compromisso que o caracteriza, por sua vez, se firma na relação entre objeto de realidade reconhecido segundo os tópicos universais e os tópicos jornalísticos.



QUADRO 16 – OBJETOS DE REALIDADE MAIS FREQUENTES DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA

DISSERTAÇÃO	TESE
declaração das fontes	declarações: de autoridade (performativa, quando faz ao dizer); de conhecimento (especialista); de testemunho
fato de observação: fenômeno que pode ser constatado pela simples observação das pessoas. Fato ocorrido.	fato dado: 1) passível de constatação: fenômeno que pode ser constatado por simples observação intersubjetiva; 2) passado recente ou histórico: evento conhecido por uma sociedade, que pode ser provado por documentos ou registros.
fato suposto: fato passado ou atual. Quem anuncia o fato suposto não tem certeza de sua ocorrência;	fato suposto: o fato dado, enunciado sem certeza de realização
fato convencional: evento que ocorre por acordo social. São acontecimentos contratuais. Podem apontar para a ação futura. Quando são fatos ocorridos podem, em geral, ser comprovados com leis, normas, contratos, etc.	acontecimento convenicionado: ocorrência que se dá por compromisso social, em geral, previamente agendado. Em geral, indica ações futuras.
Acontecimento da conjuntura: acontecimento futuro com determinado grau de probabilidade de ocorrer. Pode ser invocado como consequência de fatos e acontecimentos atuais	acontecimento em processo: em ocorrência ou a ocorrer, podem ser ritualizados, possíveis, prováveis, previstos.
Estado de coisas e estado psicológico de pessoas (intenções, sentimentos). Não são constatáveis.	estado de coisas: situação (na dimensão do contexto); e situação de saber comum (atual, conhecida para uma dada sociedade)
'Verdades': saberes tidos como verdadeiros. Sistemas complexos de ligações entre fatos como objeto de acordo, relativo não só a teorias científicas, mas a saberes compartilhados e estabilizados pela experiência, mas que transcendem as experiências e estão em constante atualização	"verdades": 1. saberes tidos como verdadeiros; 2. sistemas complexos de ligações entre fatos como objeto de acordo, relativo não só a teorias científicas, mas a saberes compartilhados e estabilizados pela experiência, mas que transcendem as experiências e estão em constante atualização; 3. dados, estatísticas com estatuto de verdade resultante de saber científico
fato do conhecimento: dados, estatísticas com estatuto de 'verdade' fruto de saber científico.	dados de saber especializado
	regras: 1) normas e regras conhecidas por uma sociedade; 2) normas e regras de saberes especializados
	comportamento de ator social
	estado psicológico de pessoas (um objeto de desacordo, impossível de verificar)
	"opinião pública": opiniões em acordo num momento determinado



II. Tópicos Jornalísticos

Os tópicos, como explicado no Capítulo 2, são parte do saber social compartilhado, saber prévio que entra em cena para dar a medida da realidade do discurso jornalístico. O reconhecimento não fica apenas quanto à possibilidade dos objetos do mundo, mas também quanto à lógica enunciativa daquela instituição social produtora. Há um reconhecimento relativo, porque é saber social compartilhado, das leis discursivas que integram uma instituição jornalística. Há um reconhecimento das regularidades de objetos, de modos enunciativos, de estatutos e ainda de estratégias. Entretanto, certamente, cada grupo de leitorado tem um saber prévio maior ou menor do que outro quando se trata de instituição jornalística. Um articulista que frequentemente escreve na página de debates da Folha de S. Paulo não tem o mesmo nível de conhecimento das regras e estratégias do discurso jornalístico do que o chamado “leitor-médio”, cidadão comum. Alguns procedimentos internos descritos nos manuais de redação, algumas regras discursivas, tomadas de posição, até mesmo algumas regras de apuração também constituem aquilo que estamos entendendo como tópicos jornalísticos.

Os tópicos jornalísticos são originados dos tópicos universais, assim como de tópicos especializados, das formações discursivas em diálogo todo o tempo com a FDJ. Os tópicos jornalísticos funcionam como um sistema de mediação do grau de evidência dos objetos de realidade, o que condiciona o grau de verossimilhança dos assertivos. A exatidão de delimitação do objeto, elemento-chave para o discurso jornalístico, é avaliada segundo os tópicos. Neste exemplo representativo, um tópico universal se transforma no tópico jornalístico do factual, na formação discursiva jornalística. Os “lugares do existente” – “Os lugares do existente afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível. [...]” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.106) – fundamentam o tópico do factual. Há uma pressuposição de acordo sobre a forma do real ao qual se aplicam esses lugares. No tópico do factual existe a crença de que a atividade jornalística trata apenas de fatos, dados, passíveis de consta-





tação, de verificação.

Além do tópico do factual, dentre os mais frequentes da formação discursiva jornalístico detectamos: o tópico da presença – a crença compartilhada de que a presença de jornalista-repórter indica um mais exato conhecimento da realidade; o tópico de autoridade – a crença compartilhada de que o enunciado se trata do resultado de um conhecimento específico e, conseqüentemente, o saber sobre quem é responsável por ocorrências, quem tem autoridade para explicar, justificar, analisar; e o tópico da quantidade – a crença compartilhada de que a maior quantidade de vozes implica um mais exato conhecimento da realidade.

III. Compromissos dos atos de linguagem

Os compromissos dos atos de linguagem são aqueles efetivamente realizados no ato de enunciação (leitura, por exemplo). Os compromissos condicionam os objetos de realidade configurados no discurso e são condicionados por eles, enquanto os tópicos atuam no nível de acordo existente na relação entre estes elementos. Os compromissos condicionados por objetos de acordo e que os condicionam como tal são majoritariamente assertivos. De acordo com nossa amostra, as chamadas notícias, tanto dos veículos impressos, quanto dos digitais, são compostas por, em média, 90% de assertivos. Ou seja, o principal compromisso que se assume no ato comunicativo se realiza como assertivo, cujo compromisso é firmado com a adequação do enunciado à realidade. Os compromissos condicionados por objetos de desacordo e conexões entre os mais variados objetos (acordo e desacordo) são os opinativos. Aqueles cujos objetos são as articulações entre objetos de acordo podem ser realizados como assertivos ou opinativos, dependendo do participante (leitor). O importante é que o compromisso realizado trata de responsabilidades em função do objeto de realidade tratado e re-construído. Enquanto o assertivo compromete o enunciador e o locutor com a adequação do enunciado à realidade, o opinativo com-





promete o enunciador e o locutor com a crença (subjéctiva, portanto) na adequação do enunciado à realidade.

Dentro da principal finalidade reconhecida para uma composição discursiva jornalística podem estar variados atos comunicativos, com seus respectivos compromissos. Um artigo, por exemplo, pode ser constituído de atos opinativos e atos assertivos, enquanto a finalidade reconhecida da composição indica apenas a realização de opinativos e a finalidade institucional reconhecida indica apenas compromissos com a adequação da composição discursiva editada com a composição discursiva original. Uma reportagem pode ser constituída de assertivos sobre articulações entre objetos de acordo para o leitor-médico e, para o leitor-especializado, ser constituída de opinativos. Neste caso, os tópicos atuantes são diferentes, pois o leitor-especializado atua com conhecimentos que o leitor-médico não tem. A finalidade reconhecida da composição discursiva jornalística (reportagem) pode não ser a única finalidade cumprida, já que não se realizou apenas assertivos.

Por isso preferimos compreender os compromissos realizados pelos atos de linguagem e chegar, ao final, nas finalidades das composições discursivas e das instituições jornalísticas. Os compromissos indicam as responsabilidades e competências de enunciadores e locutores diante dos objetos de realidade. Ao mesmo tempo, respondem a um “dever ser” da instituição e ao reconhecimento social da composição discursiva desta instituição.

1.3 *Corpus* e metodologia

Antes de começarmos a análise propriamente dita, é preciso explicar detalhadamente os motivos de nossa escolha com o *corpus* e a nossa metodologia para a observação sistemática e técnicas de investigação (descrição e interpretação). Como já apresentamos na introdução, o principal critério da escolha do *corpus* foram os eventos, as ocorrências, ou seja, os objetos de realidade. E os critérios de escolha da amostra dos eventos são um conjunto de critérios de notici-

Livros LabCom



abilidade de seleção, sistematizados por Traquina (2005), que trabalha com autores referência, quando se trata de valores-notícia (Galtung e Ruge, Tuchman e Wolf). Presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, desde a seleção à construção da notícia, os valores-notícia, embora tenham graus diferentes constituídos espaço-temporalmente especificados, têm similares parâmetros de relevância¹. Os critérios de seleção estão subdivididos em dois grupos: 1) substantivos: notoriedade, proximidade, relevância, tempo, notabilidade, inesperado, conflito e infração; e 2) contextuais, ou seja, aqueles que dizem respeito ao contexto de produção: disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso. De forma tangencial, nos pautamos pela tipificação temporal da socióloga norte-americana Gaye Tuchman: mega-acontecimento (que provoca alteração completa na rotina), *hard news* (não programados e relevantes), *developing news* (não programado, mas ainda em desenvolvimento) e *continuing news* (acontecimentos em continuação, definidos como acontecimentos intencionais e pré-anunciados que se estendem ao longo de um tempo em momentos específico).

Em se tratando dos objetos de realidade, o mais importante para a seleção é **a irrupção do acontecimento na realidade e seu tratamento rotineiro dentro das organizações jornalísticas**. A tipificação sistematizada por Tuchman (1980) é definida pela prática jornalística, que a cria para poder controlar o trabalho, estabelecendo uma rotina. Nesta rotina fazem parte também os gêneros de discurso, não só quanto ao leque disponível, mas também por dois outros motivos: 1) os trabalhadores das organizações jornalísticas mantêm alguns conhecimentos quanto às composições discursivas: o leque disponível para o produto jornalístico, o leque disponível para sua função, o leque mais adequado a determinado tipo de ocorrência e à mídia com a qual trabalha (im-

1. “[...] A avaliação de relevância se processo a partir de um conjunto de três parâmetros: 1) a expectativa da audiência; 2) a importância relativa do fato no interior da área temática; e 3) o interesse público ou a função social a que a atividade jornalística deve cumprir. [...]” (GUERRA, 2003, p. 137).

pressa ou digital); e 2) para dadas ocorrências noticiáveis existe uma constelação comum de objetos de realidade e, com isso, uma constelação de compromissos possíveis.

Ao principal critério de escolha da amostra de análise, se somam outros quatro: **1) veículos jornalísticos; 2) mídia; 3) editoriais e 4) período.** Os veículos jornalísticos foram selecionados por: participarem da chamada grande imprensa e constituírem empresas tradicionais e de grande audiência nos mercados em que atuam. Foram selecionados seis veículos de três organizações jornalísticas de três países: Brasil (onde os estudos de gêneros jornalísticos não avançaram desde a década de 80), Espanha (onde estão as maiores referências de estudos dos gêneros jornalísticos para o Brasil) e França (onde os gêneros acompanharam uma história de jornalismo marcada por suas ligações com a literatura e a política). As organizações são as tradicionais Le Monde S.A, Folha da Manhã S.A e El Mundo, que tratam da “grande atualidade” e produzem, dentre outros, um cotidiano impresso e um jornal digital.

Criado em 1944, o Le Monde simboliza um modelo de jornal impresso, independente, onde o maior detentor do capital são os jornalistas. Em 1951, quando foi criada a Sociedade de Redatores (SRM), os jornalistas se tornaram co-proprietários da empresa com 28% das ações². Em 2006, esses números eram de 21,87% (infográfico do próprio Le Monde, em anexo). Em 1980, quando há uma dupla evolução do capital (cria a Sociedade dos Leitores e sociedades de participações diversas), o Le Monde se firma como um das maiores organizações jornalísticas da França (Charron, 2003, p.69). Os principais títulos da Le Monde S.A. são: *Le Monde des Ados*, *Le Monde de L'éducation*, *Le Monde des Religions*, *L'Independant*, *Midi Libre*, *La Vie*, *Le Monde Diplomatique*, *Courrier International*, *Le Monde 2*, *Le Monde* (com uma média de 350.039 exemplares) e *Télérama*. O Le Monde Interactif (Lemonde.fr), criado em 1998, tem uma média de 9 milhões de visitantes únicos por mês (OJD).

2. LE STYLE DU MONDE. Paris: Brodard Coulommiers, 2000, p. 20.

Em fevereiro do ano passado, quando o RCS MediaGroup, acionista majoritário da editora de El Mundo, a Unedisa, comprou 100% do grupo Recoletos (que detinha o jornal esportivo “Marca” e o econômico “Expansion”) por 1.100 milhões de euros, se transformou no segundo maior grupo espanhol com os jornais *Marca* (esportivo), *Expansion* (econômico) e *El Mundo*, concorrente direto do grupo Prisa, proprietário de *El País*, *As* e *Cinco Días*.³ O RCS MediaGroup edita também os italianos *Corriere de la Sera* e o *Gazeta dello Sport*. No ano passado, o El Mundo teve uma tiragem média de 323.354 cópias, pouco atrás do El País, hegemônico, com uma média de 440. 378 exemplares, segundo o Oficina de Justificación de la Difusión (ODJ). O El Mundo digital, implantado no final de 1995, é considerado hoje como o maior portal de notícias de toda a Europa, com 10 milhões de visitantes únicos por mês. Considerado um dos produtos mais adequados ao suporte digital, no ano de 1999, quase quadruplicou o número de *page views*, passou de 5,7 milhões para 19,1 milhões no final deste ano. (MACHADO, 2000, p.13).

O grupo Folha reúne a empresa Folha da Manhã S.A., que edita a Folha de S.Paulo, o diário Agora e tem participação de 50% no Valor Econômico, a Folha Online, o instituto de pesquisa Datafolha, a Agência Folha, o Publifolha e o UOL. É um dos maiores grupos de comunicação do Brasil. Destes produtos, a Folha de S.Paulo é o primeiro a ser criado como Folha da Noite, em 1921. Atualmente, a tiragem média da Folha, de linha editorial nacional, é de 323.688 exemplares durante a semana. O UOL, portal que sustenta a Folha Online, nascida como Folha Web em 1995, possui, segundo o *Ibope/NetRatings*, 1,722 milhão de assinantes.

Este é o outro critério de escolha: a mídia. Com o objetivo de comparar composições discursivas de uma mídia tradicional com uma nova

3. RCS MEDIAGROUP, LA EDITORA DE EL MUNDO, adquirirá el 100% del grupo Recoletos. El Mundo, 08/02/2007. Disponível em: <http://www.elmundo.es/papel/2007/02/08/comunicacion/2082547.html>. Acesso em: 28/07/2008.



mídia, selecionamos o impresso e o webjornal mais importante das organizações. Os produtos impressos são Le Monde, El Mundo e Folha de S.Paulo. Os webjornais são Lemonde.fr, Elmundo.es e Folha Online. As razões da escolha constituem-se em: 1) um dos objetivos da tese é compreender se a noção de gênero discursivo é transmidiática ou deve ser estudada como se vem fazendo, por mídia; 2) as propriedades das mídias se confundem, muitas vezes, como propriedades da prática e o objetivo é entender em que medida essas propriedades influenciam na institucionalização de gêneros discursivos; 3) as rotinas produtivas são diferentes, o que, em princípio, significa diferentes possibilidades de cobertura de determinados tipos de ocorrências; 4) com as novas mídias, estão surgindo novos formatos, além de haver uma mútua influência das mídias tradicionais com a nova mídia.

Como as organizações são da grande imprensa, embora tenham redações específicas, têm uma estrutura editorial bastante similar. Então, um dos eixos para a seleção da amostra de composições são quatro editorias: internacional/mundo, cotidiano/sociedade, política/nacional e cultura/ilustrada. Essas editorias têm diferenças importantes para o estudo do gênero discursivo: 1) organizam o mundo em domínios e, por isso, tratam dos mesmos temas e têm rotinas apropriadas aos tipos de ocorrência mais frequentes. A frequência de *hard news* é maior em cotidiano, internacional e política, do que em cultura, onde os acontecimentos são convencionados, portanto, previsíveis; 2) as rotinas se especificam: os lugares institucionais que os jornalistas frequentam são bastante diversos para internacional e cotidiano, menos diversos para política e cultura e os tipos de autores mudam (repórter, redator, editor, articulista, editorialista, etc); 3) a estrutura na cobertura é específica, pelo tipo de ocorrência que trata, pelos lugares institucionais que se frequenta, pelos tipos de autores que dispõe.

O período de análise corresponde a três meses do ano de 2007: março, abril e maio. O objetivo de um período aleatório para o estudo de gêneros discursivos obedece à pressuposição de que os gêneros discursivos se institucionalizam na prática social, portanto, se reafir-

Livros LabCom



mam no dia-a-dia. Assim, recortes no tempo têm menos sentido do que recortes por objetos de realidade. Esses três meses do início do ano constituem três dos seis meses de estágio de doutorado realizado na França, onde pudemos realizar uma observação sistemática dos produtos franceses e espanhóis.

Uma vez explicitados os critérios, apresentamos os **grupos de ocorrências**: 1) a eleição presidencial da França de 2007; 2) o massacre no campus de *Virginia Tech*, nos Estados Unidos; 3) incidentes nos metrô de Paris, São Paulo e Madrid; e 4) exposições de artes plásticas. Os grupos incluem ocorrências de diferentes tipos, se inscrevem em diferentes editorias e deram origem à produção de diferentes composições jornalísticas. A eleição presidencial começou oficialmente em 09 de abril de 2007 e terminou em 06 de maio, quando ocorreu o segundo turno. O massacre no campus do Instituto Politécnico de Virginia, EUA, ocorreu em 17 de abril e esteve na agenda por uma semana. Os incidentes nos metrô ocorreram em momentos diferentes, pois que são frequentes na Espanha e no Brasil. Na França, o incidente é um acontecimento de caráter social e político, enquanto os incidentes escolhidos na Espanha e Brasil são resultado de problemas técnicos das próprias máquinas ou de paralisações por greves. O grupo de composições sobre exposições tem também ocorrência variada, inclusive, com o objetivo de mostrar a força representativa de um 'modelo exemplar' (exemplo que pode representar o todo) de crítica ou resenha.

Ao todo, foram analisadas 324 composições discursivas (notícia, reportagem, editorial, artigo, especial, coluna, infográfico, crítica), dentre os mais variados gêneros jornalísticos e formatos (vídeos, álbuns fotográficos, *slide show*). São 156 composições sobre campanha presidencial da França em 2007, 102 do massacre no campus de *Virginia Tech*, 46 composições sobre incidentes nos metrô e 20 composições sobre exposições de artes plásticas. É importante destacar que, dentro do grupo das eleições presidenciais da França em 2007, foram selecionados quatro momentos: no final de março, quando Nicolas Sarkozy deixa o Ministério do Interior e recebe o apoio político de Jacques Chi-



rac; o começo da campanha oficial na mídia; o entorno do primeiro turno e o entorno do debate entre os candidatos Ségolène Royal e Nicolas Sarkozy poucos dias antes do segundo turno, ocorrido no domingo dia 06 de maio de 2007. Desse total de 324 composições, foram escolhidos os exemplos mais representativos para as comparações analíticas que seguem ao longo de todo esse capítulo.

Partimos dos objetos para poder cumprir uma variedade de composições que, sem um vício de saída quanto ao formato, nos desse a possibilidade de configurar um *corpus* de análise representativo. Acreditávamos que alguns objetos de realidade geravam mais frequentemente alguns gêneros discursivos, entretanto percebemos que os objetos têm tantas intersecções e podem ser tratados por tantas perspectivas, que, em geral, um objeto de realidade noticiável gerava uma grande diversidade de gêneros discursivos nos veículos jornalísticos. O formato da composição se impõe de tal forma que, mesmo a análise, não consegue fugir da preparação do sentido, contudo há uma investigação consciente dessa interferência da própria cultura do pesquisador.

Embora tenhamos abarcado uma grande variedade de composições tais como tipificados pelos manuais de redação, era imprescindível focar em algumas para conseguir um aprofundamento na análise. O fizemos de acordo com cada grupo de objetos de realidade. Para o grupo de composições sobre artes plásticas, fizemos uma análise comparativa mais centrada no que se chama crítica ou resenha, notícia e reportagem. Para o grupo de incidentes nos metrô nos centramos nas notícias – *hard news* –, caso que propicia uma análise produtiva entre as mídias, assim como o massacre de *Virginia Tech* nos EUA, que gerou especiais com testemunhos, infográficos, álbuns fotográficos, diferentes vídeos, além de entrevistas e artigos. Quanto às matérias sobre a campanha presidencial, aproveitamos o domínio da política, para trabalharmos com acontecimentos previsíveis, convencionados, declarações de autoridade, ou seja, uma sorte de objetos de realidade que demandam desde notícias, reportagens, artigos, infográficos (sondagens) a editoriais.

É preciso destacar ainda que, do total de composições, muitas se

Livros LabCom



somam nas duas mídias, impressa e digital. No Le Monde Interactif, 40% das matérias produzidas na redação impressa são disponibilizadas no site noticioso⁴. O inverso não ocorre. Nenhum impresso, sabe-se, publica matérias desenvolvidas para o veículo digital. Uma afirmação do Rogério Gentile, editor do caderno Cotidiano da Folha de S.Paulo, é reveladora da distância entre as redações do impresso e da Folha Online: “Durante o dia eu acesso, às vezes, para ver se alguma notícia nova que eu não estou sabendo, mas eu não olho na internet a versão que eu publiquei no impresso. Tanto que eu nem sei direito o que eles publicam ou não da minha edição. É uma redação à parte, com estrutura e hierarquia própria”⁵.

Ao mesmo tempo em que escolhíamos as ocorrências para a análise, segundo o grau de hierarquia e cobertura de todos os veículos, analisávamos cada composição discursiva de acordo com as condições de realização dos atos comunicativos. Com isso, fomos, aos poucos afinando os grupos de ocorrências. Depois do trabalho descritivo, fizemos a investigação por dimensão constitutiva da realização do ato comunicativo, começando pela mais importante: a finalidade. O objetivo era compreender como a finalidade operava nas composições. Numa aproximação com a Pragmática, esta análise foi elaborada através da seleção de períodos para se conhecer os atos de linguagem realizados na composição. Cada período (frase com ponto de segmento) de uma composição jornalística constitui, para nós, um ato de linguagem do ato de comunicação que configura o gênero discursivo.

Pode-se aqui retrucar que composições discursivas são constituídas da relação entre atos de linguagem que, segundo alguns autores, da Análise do Discurso, inclusive, se configurariam como “macro-atos de linguagem”.

4. “Nous nous recentrons sur le contenu”, entrevista com o diretor geral do Le Monde Interactif, realizada pelo “Le journal du Net”, em 11 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.journaldunet.com/itws/it_patino.shtml. Acesso em junho de 2008.

5. Entrevista realizada pela autora com Rogério Gentile na sede da Folha de S.Paulo em 22 de abril de 2008 (ver anexos).



Quando se interessa não pelos enunciados isolados, mas pelos textos, como é o caso da literatura, não se pode contentar com trabalhar com atos de linguagem (prometer, prezider...). A pragmática *textual* é confrontada com sequências mais ou menos longas de atos de linguagem que permitem estabelecer a um nível superior um valor ilocucionário global, aquele dos **macro-atos de linguagem**. Encontra-se aqui a problemática dos *gêneros do discurso*; se o destinatário compreende a qual gênero [...] pertence um conjunto de enunciados, ele tem uma interpretação adequada, que não resulta da simples soma dos atos de linguagem elementares. [...] (MAINGUENEAU, 2005, p.11-12) (grifo do autor) (tradução nossa)⁶

O que Maingueneau chama de “macro-ato de linguagem” é, na verdade, aquilo que Charaudeau entende como finalidade, que, significa, para nós, a dimensão de dever-ser, reconhecida e esperada pelos interagentes/interlocutores. Mesmo a visada dominante, reconhecida intersubjetivamente, representa, na verdade, um grupo de compromissos que os enunciadorees podem manter dentro daquela composição.

A questão pode ser colocada em termos de “sequências textuais”, definidas como:

- uma rede relacional hierárquica: grandeza decomponível em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem;
- uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna que lhe é própria e, portanto, em relação de dependência/independência com o conjunto mais vasto do qual faz parte. (ADAM Apud. BONINI, 2005, p. 217)⁷

6. “Quand on s'intéresse non à des énoncés isolés mais à des textes, comme c'est le cas en littérature, on ne peut se contenter de travailler avec des actes de langage élémentaires (promettre, prédire...). La pragmatique *textuelle* est confrontée à des séquences plus ou moins longues d'actes de langage qui permettent d'établir à une valeur illocutoire globale, celle de **macro-actes de langage**. On retrouve ici la problématique des genres de discours ; si le destinataire comprend à quel genre [...] appartient un ensemble d'énoncés, il en a une interprétation adéquate, qui ne résulte pas de la simple somme des actes de langage élémentaires. [...]” (MAINGUENEAU, 2005, p 11-12).

7. BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de





São cinco as sequências textuais de Adam (1992): narrativa, descritiva, explicativa, argumentativa e dialogal. Uma delas é dominante, assim como o é também a visada para Charaudeau. Como pretendemos demonstrar, mais decisória do que a sequência é o nível de dependência e inter-relação que existe entre os objetos de realidade. Em escalas, quanto maior o nível de articulação, mais argumentativa é a composição. Nas composições jornalísticas, os compromissos são um elemento constitutivo do ato de comunicação, enquanto as mesmas sequências existem em diversos diferentes gêneros discursivos.

Este movimento transversal pelos atos de linguagem não pressupõe desconsideração com a dimensão de formatação e paratextos. A perseverança em perpassar os gêneros jornalísticos, tentando, num primeiro momento, deixar os formatos desfocados, tanto nos produtos impressos, quanto nos digitais, teve o propósito de fazerem surgir as interseções quanto às lógicas enunciativas, pela relação objeto de realidade e compromisso realizado. Não obstante, tratamos as composições discursivas dos jornais digitais como tratamos as composições dos impressos, como composições com unidade discursiva, dotada de estrutura e independente de qualquer outra composição à qual pudesse estar (hiper)lincada ou (inter)lincada – segundo hipertextualidade e intertextualidade (GENETTE, 1982). Esta independência trata-se da condição de cumprir as finalidades às quais a composição discursiva está submetida dentro da instituição jornalística.

O conjunto de links que pareciam, antes, compor uma notícia na web, na verdade, reúne, hierarquicamente, diversas composições discursivas, dentre formatos dependentes e outras composições independentes. A estrutura da “notícia” nos três sites noticiosos analisados é bastante similar: a composição principal (um texto, um vídeo, um trecho de entrevista em áudio) com títulos-links de secundárias relacionadas em blocos à direita, no rodapé da página ou em blocos. A diferença hierárquica, no momento da disponibilização (pois é muito

Jean-Michel Adam. In: MEURER, J.L., BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo, Parábola Editorial, 2005, p. 217.

www.livroslabcom.ubi.pt



dinâmica), está indicada na quantidade de títulos-links que aparecem nestes blocos. No El Mundo.es, o bloco *Además* (El Mundo) à direita e no alto da página. No Lemonde.fr, os blocos *Lire*, *Voir* e *Débattre*, modificados no último 16 de julho para apenas um bloco, chamado *Sur le même sujet* (em quase todas as seções de conteúdo jornalístico), agora à esquerda como parte da composição ativa. Na Folha Online, o “Leia Mais” no final da composição, onde a relação hierárquica é mais confusa, mas existente, pois as relacionadas são sempre mais antigas do que a composição ativa (em leitura).

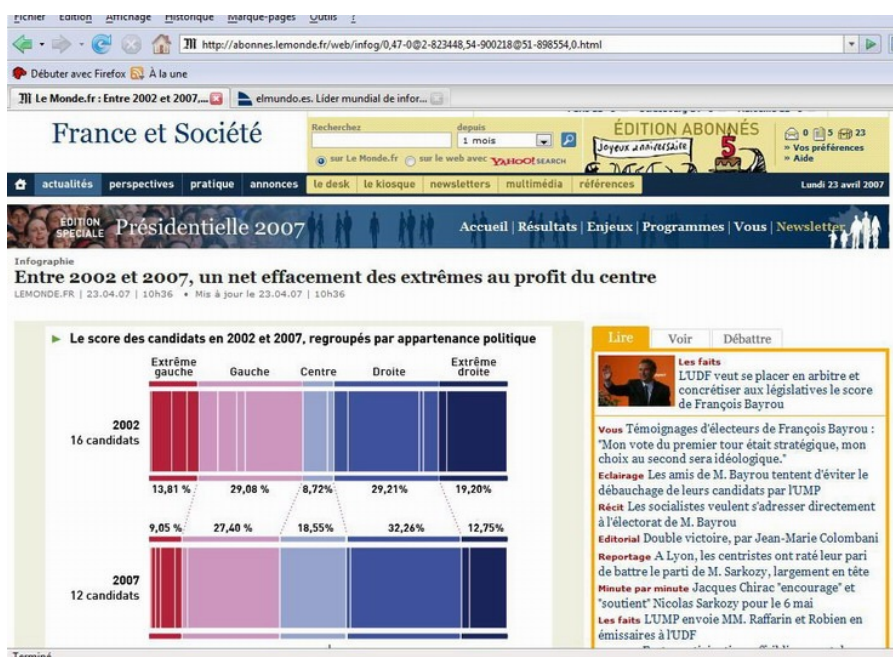


Figura 1 – Exemplo de página interna do Le Monde.fr (23/04/07).

The screenshot shows the Elmundo.es website with a news article titled "El autor de la masacre de Virginia era un estudiante surcoreano de la universidad". The article is dated 17/04/2007 and reports that a 23-year-old South Korean student, Cho Seung Hui, was identified as the perpetrator of a mass shooting at the University of Virginia. The article includes a sub-header "LA MATANZA DE VIRGINIA" and a list of related topics: "El tiroteo", "Testimonio de un español", "Imágenes", "Mapa", "Cronología", "Las armas", and "Encuentro". A sidebar on the right contains a search bar, navigation links, and a list of related news items. An advertisement for "PARSHIP.es" is visible at the bottom right.

Figura 2 – Exemplo de página interna do Elmundo.es (17/04/07).

The screenshot shows the Folha Online website with a news article titled "Após 1º turno, Sarkozy e Royal retomam campanha eleitoral na França". The article is dated 23/04/2007 and reports on the second round of the French presidential election. The article includes a sub-header "mundo" and a list of related topics: "Notícias", "Especial", "Serviço", "Galeria", "Erramos", "Colunas", "Fale conosco", "Atendimento ao assinante", "Grupo Folha", and "Assine Folha". A sidebar on the right contains a search bar, navigation links, and a list of related news items. An advertisement for "TECNISA" is visible at the bottom right.

Figura 3 – Exemplo de página interna da Folha Online (23/04/07).

Partir da cada composição como se fosse independente não invalida, de nenhuma forma, o conhecimento de sua lógica enunciativa. Pelo contrário, revelou as semelhanças e fez aparecer os motivos estruturais pelos quais se pode considerar uma composição independente ou dependente, parte de outra. Uma primeira marca analisada, posteriormente, são os chapéus que existiam em texto vermelho antes dos títulos-link no Lemonde.fr (abolidos no dia 16 de julho de 2008), no Elmundo.es, juntamente com o ícones (em maior número). Este recurso a Folha Online começou a usar apenas neste ano de 2008. Os chapéus anunciam o tipo de texto, já que um título-link pode ser um vídeo, um infográfico, uma análise. Um exemplo representativo deste recurso é a home do Lemonde.fr às 22h06 do dia 17 de abril de 2007, dia seguinte ao Massacre de Virginia Tech:



Figura 4 – Primeira página do Lemonde.fr (17/04/07) às 22h06.



Neste caso, o primeiro link é um *Compte Rendu* (relato, notícia), o segundo um *Revue de Web* (como o *revue de presse*, que consiste em um boletim de imprensa), o editorial do Le Monde e uma entrevista (também chamada de *entretien*). Portanto, um conjunto de composições independentes, mas sobre o mesmo assunto. Desta escolha, partimos para a análise dos atos de linguagem na reconfiguração dos objetos de realidade, comuns a variadas composições discursivas.

1.4 A lógica enunciativa

O foco da análise da lógica enunciativa é a relação estabelecida entre compromisso realizado e objeto de realidade, mediante a compreensão do saber social comum e, mais especificamente, dos tópicos jornalísticos. Neste exame entram, assim, a realidade e o conhecimento desta realidade, as responsabilidades e compromissos realizados, os saberes em jogo. Surgem os tópicos, que, ao mesmo tempo, explicam os compromissos e medem o nível de verificação dos objetos. Revelam-se as re-construções dos objetos de realidade pelos compromissos, ou seja, o conhecimento da realidade operado pela atividade jornalística. Aparece o grau de mútuo condicionamento entre os atos de linguagem e os objetos de realidade. Enfim, na relação, a lógica desvela-se.

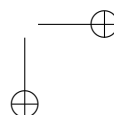
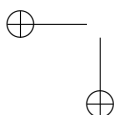
Nas chamadas notícias factuais, mais da metade dos objetos de realidade se realiza como objetos de constatação, enquanto, na verdade, são resultado da competência de reconhecimento (apuração). Os dois grupos de análise que reúnem acontecimentos inesperados, da tipificação *hard news* - manifestações e incidentes de metrô e o massacre de Virginia Tech nos EUA – mostram uma série de exemplos de como **o objeto que se realiza como fato passível de constatação no ato de linguagem é, na verdade, um resultado de saber produzido pela atividade de apuração jornalística**. Entretanto, pela composição das condições de realização e pelo papel dos tópicos universais e dos tópicos jornalísticos, o objeto se realiza como objeto passível de constatação, portanto, com alto grau de verossimilhança.





Vamos ao primeiro exemplo (Ex1⁸). No dia 28 de março de 2007 se deu uma ocorrência numa das mais movimentadas estações de metrô ao norte de Paris. Esta ocorrência foi definida como “guerrilha urbana”, “afrontamentos violentos”, um “palco de violência”. Uma pessoa teria sido abordada por pular as catracas do metrô na *Gare du Nord* e resistido à abordagem dos controladores. Esta ocorrência teria gerado o que se viu em vídeos e imagens fotográficas, vitrines, totens luminosos, lixeiras sendo destruídas, e lojas sendo saqueadas. Durante o dia 28 foram produzidas dezenas de composições nos webjornais, dentre testemunhos, álbuns, vídeos, entrevistas e matérias e, no dia 29, algumas matérias nos impressos de todo o mundo, principalmente nos franceses, que produziram ainda editoriais. Comparando as principais matérias de Le Monde e Lemonde.fr, El Mundo e El Mundo.es, Folha de S.Paulo e Folha Online, destacamos exemplos representativos da dinâmica de constituição de um objeto resultado de apuração jornalística realizado como objeto passível de constatação:

8. Todos os exemplos analisados estão em lista nos Anexos com o endereço eletrônico para os que estão disponíveis, ainda que seja apenas para assinantes. A nomenclatura utilizada será sempre “Ex” (exemplo) mais a numeração simples crescente em todo este capítulo: “Ex1”, “Ex2” e assim por diante.



<p>29/03/07 Le Monde Questions sur les violences de la Gare du Nord Jeunes et policiers se sont affrontés durant plusieurs heures⁹ Gabriel Bourovitch et Piotr Smolar</p>	<p>29/03/07 El Mundo El rebrote de la guerrilla urbana calienta la campaña francesa Royal ataca a Sarkozy tras los graves incidentes ocurridos en una estación ferroviaria de París por la detención de un inmigrante desprovisto de billete RUBÉN AMON. Corresponsal</p>	<p>28/03/07 Folha de S.Paulo Polícia de Paris usa gás contra jovens no metrô DA REDAÇÃO</p>
<p>A la suite d'un banal contrôle de titre de transport, mardi 27 mars, à la gare du Nord, à Paris, de violents incidents ont éclaté vers 16 h 30. Un voyageur de 32 ans, en situation irrégulière, a été interpellé par des agents de la RATP après avoir tenté de frauder.¹⁰ Cette interpellation a dégénéré en affrontements entre policiers et bandes de jeunes qui se sont prolongés jusque tard dans la nuit. Ils ont provoqué des dégâts dans la gare souterraine. Treize personnes dont cinq mineurs ont été appréhendées par les forces de l'ordre et placées en garde à vue. [...]</p>	<p>[...] La revuelta urbana se prolongó hasta la madrugada de ayer a raíz de un accidente anecdótico. Los vigilantes del metro parisino retuvieron a un inmigrante congolés desprovisto de billete, pero no sospechaban que la maniobra fuera a provocar la indignación de un grupo de jóvenes de origen africano, ni imaginaban que la revuelta pudiera contagiarse a gran escala. [...]</p>	<p>A polícia de Paris teve que disparar gás lacrimogêneo ontem na Gare du Nord, uma das principais estações de metrô da capital, para deter bandos de jovens que saquearam lojas e quebraram vitrines. Segundo a polícia, os tumultos começaram quando um fiscal pediu o bilhete do trem a um dos jovens. Grupos de vândalos logo começaram a jogar objetos na polícia e começaram o confronto. Uma mulher teve que ser hospitalizada após inalar gás. [...]</p>

O Le Monde diz: “[...] Um passageiro de 32 anos, em situação irregular foi abordado por agentes da RATP [Rede Autônoma de Transportes Parisienses, empresa pública responsável pela rede de metrô, ônibus, trem de superfície] depois de ter tentado burlar (fraudar, trapacear o sistema)”. O El Mundo não afirma que o passageiro está em “situação irregular” (imigrante sem autorização para morar no país) como fazem Gabriel Bourovitch e Piotr Smolar no Le Monde, mas acrescenta que é um imigrante congolês: “[...] Os agentes do metrô parisiense detiveram um imigrante congolês desprovido de bilhete, mas não suspeitavam que a ação fosse provocar a indignação de um grupo de jovens de origem africana, nem imaginavam que a revolta pudesse contagiar em grande escala. [...]” A Folha de S.Paulo constrói como uma declaração da polícia: “Segundo a polícia, os tumultos começaram quando um fiscal pediu o bilhete do trem a um dos jovens”.

Estes são os primeiros parágrafos das matérias principais nos impressos. Os três destaques em negrito têm como objeto de realidade a ocorrência-motivo daquilo que se transformou em evento noticiável: o passageiro interpelado pelos controladores por ter tentado passar nas catracas do metrô sem bilhete. O objeto de realidade trata de uma ocorrência inverificável por constatação, mas que é também uma ocorrência de natureza constatável por simples observação. Sabe-se – e este é um saber social prévio, um tópico – que é possível presenciar a ação do passageiro pulando as catracas e sendo abordado pelos controladores. Inclusive, poderíamos acrescentar que a população das três cidades sede dos veículos jornalísticos convive diariamente com o sistema de metrô e, em especial, os franceses conhecem as regras e sanções do sistema de lá (a multa para quem entra num metrô ou *tramway* sem validar o bilhete é de 40 euros). **O objeto de realidade constituído no texto é o resultado, portanto, do saber jornalístico** produzido por checagem de dados, contraposição de declarações de testemunhas e fontes oficiais, além de, possivelmente, documentos oficiais. Uma prova disto é que o único veículo em que o objeto é construído como “declaração” em ordem indireta é na Folha de S.Paulo, onde quem se responsabiliza

pela informação é a “polícia”.

A força que o objeto de realidade adquire na enunciação jornalística é de um fato dado como algo que foi constatado, embora tenha sido algo apurado por aqueles que assinam os textos. **O grau de verossimilhança da adequação do enunciado à realidade vem de um tópico universal**, que diz respeito ao conhecimento da natureza de uma ação, passível de observação intersubjetiva. Este tópico origina o **tópico jornalístico da presença**, segundo o qual a condição de “testemunha ocular” garante a função de checagem e verificação de informações do jornalista-repórter. A assinatura, ou seja, o estatuto dos enunciadores faz parte do grau de verossimilhança, pois os nomes de jornalistas no início ou final do texto indicam que o jornalista foi testemunha das ocorrências descritas, ouviu as fontes citadas. Na Folha de S.Paulo, a opção pelo discurso indireto responsabilizando a fonte indica que o enunciatador não se responsabiliza pela informação. A assinatura “Redação” diz que a matéria foi “cozinhada” por algum redator do jornal a partir de texto de agência de notícias. Este conhecimento, no entanto, acreditamos, não é tão vasto a ponto de se tornar um tópico jornalístico, compartilhado pelo público-leitor da Folha. No entanto, se compartilha o saber de que o veículo jornalístico tem responsabilidade sobre o que é afirmado, pois é locutor (o ser do discurso) que se compromete com a adequação do enunciado à realidade. Assim, aqui operam um tópico de saber social e um tópico jornalístico.

Examinando mais detalhadamente, o que está em jogo é o saber produzido pela atividade jornalística. Se o jornalista adquiriu o conhecimento da realidade, então se responsabiliza por aquilo que enuncia, ou seja, se compromete com a adequação de seu enunciado à realidade, ou ainda, constrói discursivamente o objeto de realidade tal qual conhecido. O objeto que se realiza como fato passível de constatação é, em verdade, o resultado de saber jornalístico. O jornalista deve ter certeza para fazer esse tipo asserção, porque se compromete com a adequação do enunciado à realidade. O jornalista, no qual incide a condição de sinceridade, pode não ter certeza, pode, até mesmo não crer naquilo



que enuncia, pode ter produzido a asserção por interferência da linha editorial (favorável a Sarkozy e seu mandato de ministro do interior), mas será comprometido com a adequação do enunciado à realidade.

As implicações estão nos procedimentos da cultura jornalística, institucionalizados nos manuais de redação para fazer cumprir responsabilidades da profissão. Nesse caso, “ser pessoalmente responsável perante suas próprias convicções conforme sua consciência individual” (CORNU, 1998, p.50), o que está configurado, no Manual de Redação da Folha de S.Paulo, pelo nível de dificuldade na verificação da realidade.

Reproduza apenas as frases mais importantes, expressivas e espontâneas: *O jogo terminou às 15h45*, em vez de *Segundo o juiz, “o jogo terminou às 15h45”*. Informações de caráter universal ou de **fácil averiguação** não devem ser atribuídas a alguém, mas assumidas pelo jornalista: A água ferve a 100°C, e não “A água ferve a 100°C”, informou o químico. [...] (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE S.PAULO, 2001, p.39) (negrito nosso)

“Fácil averiguação” é o mesmo que o nível de dificuldade para se verificar o que ocorreu ou ocorre, como se todos os objetos de realidade fossem, a princípio, verificáveis. Esta compreensão pressuposta se transformou numa crença do saber social prévio quanto à atividade normativa de uma instituição jornalística. Há uma idéia de que todo objeto tratado pela atividade jornalística tem a **qualidade de verificação (QV)**, ou seja, pode ser verificado por parâmetros do saber comum ou dos saberes científicos. Por isso, funciona ainda um elemento na determinação da força de verossimilhança de um objeto de realidade realizado no ato comunicativo: o **coeficiente de verificação (CV)**. **O coeficiente de verificação de um objeto de realidade é medido pelos tópicos universais e pelos tópicos jornalísticos**. Essa dinâmica tem ainda um elemento importante do saber jornalístico: **o nível de necessidade de verificação (NV)** em determinado contexto para determinada ocorrência noticiosa. O objeto pode ser passível de verificação, mas não haver necessidade de verificação, como, por exemplo, com

Livros LabCom



intenções de testemunhas. Quanto maior for o CV de um objeto de realidade, maior o grau de verossimilhança (GV) e, conseqüentemente, mais próximo de uma evidência está.

No dia 08 de março de 2007 ocorreu um incidente no metrô de Madrid: um trem freou bruscamente, algumas pessoas ficaram levemente feridas e algumas linhas foram paradas. No dia seguinte, El Mundo impresso publica “Sobresalto com heridos en el suburbano” (Ex2):

09/03/07

El Mundo

Sobresalto con heridos en el suburbano

Doce heridos leves al frenar bruscamente un tren en la estación de Carabanchel tras desprenderse un motor gripado de la unidad. Los sindicatos denuncian que el convoy descarriló y Transportes lo niega

L. F. DURAN

El Metro dio ayer un gran susto a un centenar de pasajeros. En la estación de Carabanchel (línea 5) un convoy, de seis unidades, frenó en seco nada más arrancar y decenas de viajeros cayeron al suelo o salieron despedidos del asiento. Eran las 14.30 horas. Hubo 12 heridos leves por golpes, fracturas y lesiones cervicales ya que el tren circulaba a una velocidad baja -a unos 15 kilómetros por hora, según los técnicos.

[...]

El incidente obligó a suspender el servicio de la línea 5 entre las estaciones de Aluche, Eugenia de Montijo, Carabanchel, Vista Alegre y Oporto. Ayer no volvió a funcionar el tramo en todo el día. Nada más producirse el percance Metro dispuso para los viajeros afectados autobuses. [4º parágrafo]

[...]

A verificação da suspensão da linha 5 por todo o dia anterior é de tarefa simples. Sabe-se que esta é uma informação obrigatória do sistema de metrô ao público e, portanto, à imprensa, além de esta situação ter sido vivida por muitos passageiros. O discurso informativo que trata de ocorrências factuais, imprevisíveis, inesperadas, aproxima fatos passíveis de verificação ao máximo da categoria fato passível de constatação, algo evidente. Um sem número de fatos de constatação constitui, na verdade, o resultado do trabalho de apuração.

É o alto coeficiente de verificação de um fato que o institui como

fato dado, constatado, mesmo se este fato não pôde ser constatado, o que, em geral, ocorre no jornalismo ou mesmo que não tenha sido factível, por outros fatores como tempo, se verificar. Esse objeto de realidade é, certamente, frequente nas chamadas notícias, sejam de webjornais ou de impressos. O exemplo abaixo (Ex3), das primeiras matérias sobre o massacre de Virginia Tech nos EUA publicadas no Lemonde.fr, Elmundo.es e Folha Online, mostra como um fato dado do discurso jornalístico é, na verdade, um objeto de apuração:

<p>Folha Online 16/04/2007 – 14h34 Ataque a tiros mata ao menos 22 em universidade dos EUA Da Folha Online</p>	<p>Elmundo.es La mayor masacre en una universidad en EEUU deja 32 muertos en Virginia Actualizado martes 17/04/2007 11:44 (CET) ELMUNDO.ES AGENCIAS</p>	<p>Lemonde.fr Fusillade meurtrière sur un campus américain LEMONDE.FR : Article publié le 16.04.07 avec AP et AFP (no final da página)</p>
<p>Um homem armado matou 21 pessoas após abrir fogo em dois locais do Instituto Politécnico da Virgínia (Virginia Tech), em Blacksburg (Virgínia), nesta segunda-feira, no pior ataque contra um campus da história dos Estados Unidos. O agressor morreu após a ação. [...]</p>	<p>MADRID WASHINGTON- Al menos 32 personas, además del asesino, murieron y otras 15 resultaron heridas en dos tiroteos registrados en el campus de la Universidad Técnica de Virginia, en Blacksburg, según el presidente del centro, Charles Steiger, que descartó que se tratara de un ataque terrorista. [...]</p>	<p>Il s'agit de la plus grande tuerie perpétrée dans un établissement scolaire aux Etats-Unis. Trente-trois personnes, dont le meurtrier, ont été tuées et plusieurs dizaines blessés dans deux fusillades qui ont éclaté, lundi 16 avril, sur le campus de l'université de Virginia Tech, dans la ville de Blacksburg en Virginie. [...]</p>

Qual o fato dado? Um estudante de uma instituição universitária dos EUA fuzilou, portanto, assassinou e feriu pessoas dentro dessa instituição. Qual o fato noticiável? O resultado destes ataques. O resultado pode ser conhecido e verificado? O saber social compartilhado diz que sim. Nos *leads* acima, temos diferentes resultados: 21 mor-



tos para a Folha Online, 32 mortos e 15 feridos, para o El Mundo.es e 33 assassinados e dezenas de feridos, para o Lemonde.fr. Os números refletem nada mais do que o nível de conhecimento da realidade num determinado momento. Existe uma diferença de um dia para as notícias da Folha Online e Lemonde.fr em relação à notícia publicada por El Mundo.es. A notícia do El Mundo.es é sua última atualização, uma explicação sobre o tempo de apuração e o tempo em que se pode conhecer tal dado. A quantidade exata de mortos e feridos não era factível de se verificar no mesmo dia do ataque. Além disso, esse dado de realidade só poderia, na verdade, ser verificado por instituições responsáveis, como a polícia do campus. É de se notar, inclusive, que, mesmo no dia seguinte, os dados do Lemonde.fr são responsabilizados a uma fonte, o diretor do Instituto Virginia Tech. Os fatos que parecem fatos dados, são três diferentes ocorrências, simplesmente porque, naquele momento, era impossível ter a verificação de fatos verificáveis. **O saber social prévio, no entanto, traz o conhecimento de que todo fato é verificável, ou seja, tem um alto coeficiente de verificação.** Isso contribui para, no ato da comunicação, se considerar o fato como dado e se considerar que o jornalista e o veículo jornalístico adequaram o enunciado à realidade. É importante destacar que essa é uma dinâmica para o leitor-médio, pois um leitor especializado, por exemplo, domina outros saberes que influem na realização do ato de linguagem.

O coeficiente de verificação que circula para um determinado tipo de objeto interfere no grau de verossimilhança do enunciado e, portanto, na realização efetiva de um assertivo. A finalidade reconhecida de informar exige que a instituição jornalística produza um conhecimento sobre a realidade. Assim, as organizações são obrigadas a produzirem assertivos, quando se comprometem com a adequação do enunciado à realidade. O que mede esse nível de adequação é o saber social prévio através dos tópicos universais e dos tópicos jornalísticos. Por isso, **tanto um estado psicológico como um fato passível de constatação podem adquirir um mesmo grau de verossimilhança, como pode ser visto no próximo exemplo (Ex4):**

www.livroslabcom.ubi.pt



<p>17/04/07 Folha de S.Paulo Autor de massacre era aluno sul-coreano SÉRGIO DÁVILA ENVIADO ESPECIAL A BLACKSBURG (VIRGÍNIA)</p>	<p>17/04/07 El Mundo El asesino de 32 personas dejó una enigmática nota que dice: «Vosotros fuisteis la causa de que hiciera esto» CARLOS FRESNEDA. Enviado especial</p>	<p>18/04/07 Le Monde Le massacre à l'université de Virginie est le pire d'une série de tueries dans les écoles WASHINGTON CORRESPONDANTE</p>
<p>Cho Seung-hui, um estudante sul-coreano de 23 anos que vivia desde 1992 nos EUA, foi identificado ontem pela polícia como o homem que matara 32 pessoas e depois se suicidara na véspera no Instituto Politécnico da Virgínia (Virgínia Tech). Aluno da instituição, estava no último ano do curso de inglês. [...]</p>	<p>Cho Seung-Hui, un solitario y «problemático» estudiante surcoreano de 23 años, matriculado en Filología Inglesa, fue el autor de la masacre de la Universidad Técnica de Virginia. Antes de asesinar a 32 personas y quitarse la vida, Seung-Hui dejó escrita una larga nota en la que podía leerse: «Vosotros fuisteis la causa de que yo hiciera esto». En ella también criticaba a los «niños ricos». [...]</p>	<p>Un sentiment d'accablement s'est emparé des Etats-Unis après la fusillade qui a fait 33 morts, dont le tueur, qui s'est suicidé, et une trentaine de blessés, lundi 16 avril à l'université polytechnique de l'Etat de Virginie, connue sous le nom de « Virginia Tech ». « C'est un sentiment que nous connaissons bien, a commenté le quotidien de Nashville, The Tennessean : la nation ne s'est jamais complètement remise de la fusillade de 1999 au lycée de Columbine, dans le Colorado [13 morts], ni de l'horreur d'août 1966, quand Charles Whitman a tiré depuis une tour de l'université du Texas, à Austin, et tué 16 personnes. » A la liste, le quotidien aurait pu aussi ajouter la fusillade dans une école amish, au cours de laquelle cinq écolières ont été tuées, il y a six mois. L'école vient tout juste de rouvrir. [...]</p>

Para o Le Monde, no dia 18 de abril de 2007, efetivamente um dia depois do massacre, a notícia é um estado de coisas, o “sentimento de desânimo” que se abateu nos EUA depois do fuzilamento que fez 33 mortos e mais de 30 feridos na universidade politécnica do estado de Virginia. O objeto de realidade, portanto, não é um fato, mas uma situação momentânea. Na Folha de S.Paulo e no El Mundo, a principal notícia é de quem se trata o autor do massacre, até então desconhecido por que ficara irreconhecível com o tiro que teria dado na própria cabeça. O objeto de realidade é uma pessoa, cuja identificação pode ser realizada por diversos procedimentos da chamada polícia técnica, inclusive por impressão digital – saber social prévio, compartilhado. Embora o jornalista-correspondente, “enviado especial”, estivesse presente na ci-



dade, na universidade, nas coletivas, esta identificação do assassino só pode ser feita por instituição social legitimada. Mas a presença presumida do jornalista que trabalhou na apuração sugere um maior grau de verossimilhança. Assim também ocorre para a asserção no *Le Monde*, que se compromete como o fato de haver estado psicológico de uma população, algo impossível de ser verificado, mas que é reforçado por asserção de outro veículo jornalístico, um jornal de Nashville. A presença, *in loco*, daquele que produz um saber sobre a realidade exerce influência sobre o grau de verossimilhança do enunciado, o que, por sua vez, influencia no compromisso do ato de linguagem. Aqui está um saber compartilhado com os saberes da atividade jornalística, **o saber de que a presença de jornalista-repórter indica um mais exato conhecimento da realidade**, o que, pode-se dizer, associa-se à noção de repórter, de “reportar” a realidade. Portanto o **tópico jornalístico de presença**, juntamente com o saber social, dá a medida do grau de verossimilhança. É o grau de verossimilhança que marca a tênue linha entre assertivo e opinativo, como veremos mais à frente.

A modalidade enunciativa de descrever é representativa do tópico de presença. Usual em críticas, por exemplo, na sua base está um objeto passível de constatação intersubjetiva. A força do objeto é transferida para o conhecimento da realidade (Ex5).



05/03/07

Folha de S.Paulo

O traço moderno de Goya

FABIO CYPRIANO

DA REPORTAGEM LOCAL

O final do século 18 e começo do 19 representa, na história da arte, o início do rompimento com as tradições acadêmicas da pintura e o prenúncio de novas formas de abordar o fazer artístico, que desembocariam no modernismo ao questionar o realismo na representação. Entre os principais artistas dessa fase está o espanhol Francisco de Goya (1746-1828).

Artista fértil, Goya realizou cerca de 500 pinturas a óleo e 300 gravuras. Foi nesse último gênero que ele exerceu maior liberdade de expressão, pois eram obras que fazia por sua própria vontade, e não retratos encomendados por personalidades do poder, ao qual sempre esteve vinculado

A partir de domingo, para o público, 218 dessas gravuras, que compõem as quatro séries de Goya, estarão, pela primeira vez no Brasil, expostas no Museu de Arte de São Paulo.

[...]

Por criar as gravuras a partir de temas que ele próprio escolhia e poder representá-las livremente, Goya produziu obras que adiantaram escolas que iriam se consolidar apenas no século 20, como o surrealismo e o expressionismo. "Veja como ele aborda o mundo dos sonhos, na série "Disparates", de maneira psicanalítica, como só os surrealistas fariam muito mais tarde", sublinha o curador do Masp, Teixeira Coelho.

Um exemplo que o curador aponta é uma gravura na qual se vê uma mulher sendo levada por um cavalo. Ao observá-la atentamente, nota-se no canto esquerdo uma figura que parece uma rocha, mas também poderia ser a cabeça de um cachorro engolindo uma mulher.[6º parágrafo]

[...]

Uma das formas de facilitar a tarefa do visitante é a oferta de folhetos explicativos sobre algumas obras, em bancos espalhados pela mostra. "Mas eu tenho minhas dúvidas se é função do museu explicar tudo ou permitir que cada um faça sua leitura", diz Coelho. [último parágrafo]

A breve descrição da obra, para justificar um exemplo, traz pressuposta a idéia de que a presença do jornalista-crítico pôde confirmar a veracidade da declaração, um argumento de autoridade (como veremos).

As ocorrências inesperadas, matéria-prima da maioria das webnotícias, ganham, regularmente, uma definição pela configuração do discurso. Essas definições que beiram opinativos, se realizam como assertivos por causa dos tópicos e tópicos jornalísticos. Vejamos como isso ocorre a partir de uma comparação entre a notícia do El Mundo impresso sobre um incidente no metrô de Madrid (já citada no Ex2) e uma webnotícia do Lemonde.fr sobre aquele incidente (também já citado) da Gare du Nord (Ex6):

<p>09/03/07 El Mundo Sobresalto con heridos en el suburbano L. F. DURAN</p>	<p>28/03/07 Lemonde.fr Policiers et groupes de jeunes se sont affrontés gare du Nord, à Paris Gabriel Bourovitch et Piotr Smolar</p>
<p>El Metro dio ayer un gran susto a un centenar de pasajeros. En la estación de Carabanchel (línea 5) un convoy, de seis unidades, frenó en seco nada más arrancar y decenas de viajeros cayeron al suelo o salieron despedidos del asiento. Eran las 14.30 horas. Hubo 12 heridos leves por golpes, fracturas y lesiones cervicales ya que el tren circulaba a una velocidad baja -a unos 15 kilómetros por hora, según los técnicos. [1º parágrafo] En el momento del percance sólo un vagón y medio de los seis estaba dentro del túnel por lo que los pasajeros pudieron salir por su propio pie y ser atendidos por el Samur en el andén. Entre los lesionados había tres mayores de edad y una niña, según Emergencias Madrid. [...] Mientras que los técnicos se afanaban en retirar el tren averiado y restablecer el servicio, la compañía seguía anoche ofreciendo un servicio alternativo de autobuses de la EMT. Fuentes del consorcio recomendaron usar la línea C-5 de cercanías de Renfe para acceder a Aluche desde la estación de Laguna, con correspondencia con línea 6, y señalaron que la línea 5 podría estar restablecida esta mañana. [último parágrafo]</p>	<p>La gare du Nord a été le théâtre, mardi 27 mars, à Paris, de violents affrontements entre la police et de jeunes passagers. Treize personnes, dont cinq mineurs, ont été interpellées dans ce lieu très fréquenté du réseau des transports en commun. Les heurts se sont produits dans la partie souterraine de la gare, là où les Franciliens transitent du réseau SNCF à celui de la RATP. [1º parágrafo] Leur origine a été le contrôle d'un passager par deux agents de la RATP, vers 16h15. L'homme, âgé de 32 ans, n'avait pas de titre de transport. De nationalité congolaise, domicilié à Sevran (Seine-Saint-Denis), il se trouvait en situation irrégulière et faisait l'objet d'un arrêté de reconduite à la frontière, selon la préfecture de police. Il avait déjà été mis en cause dans 22 dossiers, dont la plupart pour violences volontaires. [...] Par mesure de sécurité, la RATP a ordonné pendant quelques heures la fermeture de l'arrêt pour les lignes 4 et 5, ainsi que les lignes D et E du RER. "<i>En raison d'un incident gare du Nord...</i>", prévenait-on les passagers, de façon elliptique. [último parágrafo]</p>

A ocorrência do metrô de Madrid é definida como “um grande susto” em centenas de passageiros. A ocorrência no metrô da França



é definida como “teatro de violentos confrontos entre polícia e jovens passageiros”. Em Madrid ocorreu uma “freada brusca com descarilhamento de trem e alguns feridos” e, na França, “confrontos entre polícia e passageiros”. Existe uma qualificação em “grande susto” e em “teatro de violentos confrontos”. Essas definições não deveriam se realizar como opinativos, pelos quais o enunciador se compromete com a crença na adequação do enunciado à realidade? Existem parâmetros para o que seja um “grande susto” ou “pequeno susto”? Porque essas definições não se realizam como outro tipo de ato de linguagem que não um assertivo? Aqui também os enunciadores se comprometem com a adequação do enunciado à realidade.

O principal motivo para que estes atos de linguagem se realizem como compromisso na adequação do enunciado à realidade é que estas construções discursivas fazem parte do feixe de relações entre objetos da FDJ (formação discursiva jornalística). Esse feixe de relações diz como os objetos podem ser abordados, nomeados, classificados, explicados, relacionados. É um feixe formado pela regularidade dos tratamentos. Os parâmetros não estão apenas no discurso, pois surgem e estão, a toda atualização, testando e comprovando sua validade nos saberes sociais e especializados, compartilhados. Nestes exemplos, não se pode falar em “tragédia” para a ocorrência do metrô de Madri, nem em “guerra” para os confrontos entre policiais e jovens passageiros. Uma ocorrência em que não se teve graves feridos ou mortos não deve ser considerada uma tragédia. Quem determina esse “não deve”? O saber social construído e partilhado socialmente, inclusive pelo discurso informativo. Quais os parâmetros para se definir os confrontos da Gare du Nord como “violentos”? Jogar lixeiras e outros objetos nos policiais, quebrar totens de publicidade, quebrar vitrines, resistir à detenção com golpes de cabeça é agir com violência? O saber social prévio diz que sim. As fotos (links em anexo) que registraram esse tipo de ação não deixam dúvida. Comparando-se as notícias produzidas pelos seis veículos (impressos e digitais) pode-se constatar a repetição de algumas nomenclaturas como “enfretamento” ou “confronto” e “violento”

Livros LabCom



qualificando-os, ou “vandalismo” e “vândalos”. Certamente não é fácil delimitar os objetos e suas nomeações, mas a repetição e regularidade no tratamento de dados objetos revelam que se pode falar em tópicos jornalísticos.

Não é por outro motivo que o discurso do jornalismo de atualidade é bastante criticado pelos saberes especializados. A manipulação de conceitos é, em geral, feita por uma economia discursiva própria do jornalismo que, pela necessidade de reconhecimento e diálogo com o destinatário ou por estratégias variadas, inclui eventos que não seriam incluídos num mesmo conceito, qualifica regularmente eventos através de um conceito não aceito por um saber especializado ou os dispõe segundo séries enunciativas que não seriam utilizadas por saber especializado. O que fica representado na regra da atividade jornalística de atingir ao que se chama de público-leitor médio, argumento utilizado pelo repórter de educação da editoria de Cotidiano da Folha de S.Paulo, ao explicar suas interpretações no tratamento de um relatório da prova Brasil: *“Ah, sim. Ainda mais num jornal como a Folha de São Paulo. Então tem professor lendo, advogado, empregado... Se eu trabalhasse numa revista de educação, provavelmente esse relatório seria legal “pra caramba”. Numa revista de educação! Na Folha, se eu jogo aquilo, 0,01% vai entender: “Que relatório é esse? “Então a gente tenta interpretar, fazer com o que, mesmo sendo um assunto técnico, avaliação educacional, qualquer um, um advogado, possa ler e entender porque as escolas são tão próximas e nas notas são tão diferentes. Tentar explicar isso para que todo mundo possa entender”*¹¹.

Deve haver, assim, um diálogo entre as diversas formações discursivas que interferem no discurso do jornalismo de atualidade e recebem, em menor medida, interferências dessa FDJ. Sobre a ocorrência da Gare du Nord, o Le Monde impresso produziu uma entrevista – também publicada no Lemonde.fr – com um diretor de pesquisa do CNRS (Le Conseil National de Recherche Scientifique), Sébastien Ro-

11. Todos os trechos em itálico de declarações de jornalistas se referem a entrevistas realizadas pela autora. As entrevistas estão em Anexo.

ché (Ex7):

<p>28/03/07 Lemonde.fr Sébastien Roché, directeur de recherche au CNRS "Quand la police use de la force, c'est qu'elle est faible" LEMONDE.FR : Article publié le 28.03.07</p>
<p>Pour Sébastien Roché, directeur de recherche au CNRS, revient sur les rapports entre la police et la population, après les incidents Gare du Nord, mardi 27 mars. Nicolas Sarkozy n'est pas la source de tous les maux mais il est sûr qu'il n'a rien fait pour améliorer la situation. [abertura]</p>
<p>L'interpellation, le 20 mars, d'un sans-papiers près d'une école parisienne et les violences intervenues, mardi 27, gare du Nord témoignent-elles d'une dégradation des relations police-population? [1^a pergunta] <i>Il n'y a pas d'indicateur de la détérioration de la qualité des rapports entre habitants et policiers. Mais des phénomènes comme la hausse du nombre de policiers blessés ou l'accroissement des outrages aux forces de l'ordre montrent que la situation est très tendue. En particulier pour les jeunes et pour les personnes issues de l'immigration, qui vivent plus mal que les autres leurs rapports avec la police. Cela fait beaucoup d'incidents accumulés – je pense aux "caillassages" de policiers dans certains quartiers en 2006 et aux émeutes de 2005 – pour que ce phénomène soit marginal ou accidentel.</i> <i>Derrière ces violences se pose la question de la légitimité des forces de l'ordre : quand la police use de la force pour contraindre, c'est en réalité qu'elle est faible, qu'elle souffre d'un manque de légitimité aux yeux de la population.</i> [...]</p>

Neste trecho da primeira pergunta e da primeira resposta, o pesquisador do CNRS que estuda as relações entre polícia e população da França reafirma as ações ocorridas como violentas. No período final da resposta – “Por trás dessas violências se coloca a questão da legitimidade das forças da ordem: quando a polícia usa a força para conter é que, em realidade, ela é fraca, ela sofre de uma falta de legitimidade aos olhos da população” – ele não só reitera a nomenclatura “violência” como sugere que um dos motivos dessas ações é a “falta de legitimidade da força policial”. Como se trata de um especialista (como veremos no próximo item deste capítulo, quando analisamos os estatutos), um objeto de realidade abstrato, de difícil definição e

Livros LabCom

compreensão, como “uso da força pela polícia”, portanto, objeto de saber especializado, que influenciaria para a realização de um opinativo, acaba por se configurar como assertivo. O ato de linguagem tende a ser realizado como assertivo e comprometer o especialista com a adequação do enunciado à realidade, em vez de comprometê-lo com a crença na adequação do enunciado à realidade. O motivo é, novamente, um tópico jornalístico: **o tópico de autoridade**. A legitimidade de autoridade, socialmente aceita, influenciada inclusive, como na atividade jornalística, pela credibilidade da instituição social da qual faz parte o especialista (*expert*), indica ao saber social que o enunciado se trata do resultado de um conhecimento especializado. O compromisso se firma pelo conhecimento e não pela subjetividade, pela crença. Este conhecimento tem parâmetros de verdade do campo do qual faz parte e tem também uma formação discursiva, pela qual se determina o feixe de relações para se poder nomear, explicar, classificar ou analisar os objetos. Objetos como estado de coisas, conceito ou a relação entre estado de coisas e conceito, manipulados por passageiro francês ou um jornalista provavelmente, neste tipo de situação de comunicação, tenderiam a se realizar em atos de linguagem opinativos.

O conhecimento quanto às instituições sociais é um saber social compartilhado que, naturalmente, existe em maior ou menor grau para um dado “grupo de leitores”. Responde à pergunta: quem deve responder por tal ocorrência? Quem é o responsável? Este é o **tópico de autoridade: saber quem é responsável por ocorrências, quem tem autoridade para explicar, justificar, analisar**. A autoridade vem do conhecimento ou de cargo, lugar social na situação da ocorrência ou do contexto social. Este é, em menor nível de conhecimento, um saber social e, em maior nível de conhecimento, parte da competência de reconhecimento que deve ter o jornalista habilitado a fazer reportagens. Saber onde estão os atores responsáveis e, além disso, tê-los como fontes, ou seja, manter com estes atores uma relação profissional de confiança é da competência da apuração. Para a cultura jornalística, ter uma “agenda de fontes” é ter uma moeda de alto valor profissional.

Quanto mais fontes tem, melhor “cotado” no mercado jornalístico está o jornalista.

A autoridade reconhecida da fonte está ligada à credibilidade. O texto do Manual de Redação da Folha de S.Paulo só confirma este parâmetro da competência discursiva: “Reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia” (MANUAL DA FOLHA DE S.PAULO, 2001, p. 39). O nível de autoridade de uma fonte citada é analisado na relação do estatuto com compromisso realizado pela relação entre objeto de realidade e enunciado. O motivo de uma frenagem de um trem, provavelmente, só poderá ser conhecido e explicado por técnicos e especialistas. No dia 27/03/07, a Folha Online publicou uma notícia sobre a interrupção momentânea de uma composição do metrô de São Paulo. Nesta há uma declaração da assessoria de imprensa do Metrô de São Paulo sobre a descoberta do motivo que mostra a inadequação da fonte; outra declaração sobre outros fatos impossíveis de serem verificados; e uma promessa institucional (Ex8):

Folha Online
27/03/2007 – 16h27

Composição do metrô pára por alguns minutos em São Paulo
da Folha Online

Uma das composições do Metrô de São Paulo apresentou uma falha no sistema de frenagem e permaneceu parado por aproximadamente dez minutos, às 9h, na estação Santa Cecília, no centro da cidade. **Segundo a assessoria de imprensa do metrô, a falha foi identificada devido ao cheiro forte e à fumaça que saíam do trem.**

Devido à pausa, funcionários do metrô orientaram os passageiros a deixar a composição. O problema afetou três estações da linha vermelha do metrô (Corinthians/Itaquera – Barra Funda): Santa Cecília, Marechal Deodoro e Barra Funda.

Segundo a assessoria de imprensa do metrô, o trem com problemas foi levado para a área de manobras na estação Barra Funda, onde será avaliado por uma equipe de manutenção. Um trem substituto entrou no lugar do que apresentou a falha. [texto na íntegra]

A assessoria representa a empresa, mas o que levou a interromper a composição do metrô é uma explicação que apenas os funcionários

Livros LabCom

técnicos e diretores de operações podem fornecer. O que ocorrerá com esse transporte da malha do metrô também é, mais do que uma informação, uma declaração de autoridade, pois é uma ocorrência sobre ação futura, sob a qual pesa a expectativa do saber social prévio (espera-se que haja manutenção devida), obviamente, pela necessidade de segurança. Essa notícia, claramente produzida através de uma apuração feita apenas com a assessoria do Metrô de São Paulo, provavelmente por telefone, tem um baixo nível de relevância, o que implica numa necessidade de verificação (NV) menor. Certamente, se algumas pessoas tiverem se ferido como ocorreu no metrô de Madri na ocorrência de 09 de março de 2007 (já citada), a NV aumentaria. A competência de procedimento lida, assim, com o parâmetro da revelância da notícia. Não se está afirmando, no entanto, que a atividade jornalística tem sempre a medida correta da necessidade de verificação ou pode cumpri-la, mas como se dá essa lógica enunciativa.

Quando a NV se dá num nível maior, como no caso da frenagem do metrô de Madri, que resultou em feridos leves, não só o tempo de assunto na imprensa é maior, como a apuração procura verificar o possível, checar informações com várias fontes e, quando não se pode conhecer um fato, como geralmente quanto a motivos de incidentes, a competência da apuração vai buscar as fontes autorizadas. Ainda assim, se o jornalista não fica convencido da evidência de uma asserção, ele expressa sua dúvida por meio da competência discursiva (Ex9, mesma composição do Ex4):

09/03/07 El Mundo “Sobresalto com heridos en el suburbano” L. F. DURAN
[...] El director de Operaciones de Metro de Madrid, Aurelio Rojo, aseguró ayer que «no le constaba» que el tren sufriera un descarrilamiento. Explicó que la avería se produjo por un bloqueo del sistema de engranaje que une el motor con la rueda, lo que originó el frenazo del tren. «Ha habido un agarrotamiento del conjunto reductor a motor, que es como la caja de cambios. Es como si se griparan el motor y el eje», agregó. [5º parágrafo] [...]

O ato de fala do diretor de Operações é definido como uma tentativa de garantir algo que desconhecia no dia anterior. O objeto de realidade da declaração, “nível de conhecimento da situação pelo diretor”, não é passível de verificação. Entretanto, segundo as responsabilidades deste ator social, este “deveria” ser um conhecimento do “diretor de operações”. O jornalista, então, pela definição da declaração, expressa uma dúvida. Jornalista e instituição jornalística se comprometem com o fato de duvidar do que expressa a fonte.

A lógica enunciativa implicada pelo compromisso na adequação do enunciado à realidade, influenciada pela finalidade institucional de informar é a lógica do conhecimento da realidade, portanto verificação e evidência são dois elementos decisivos. Isso significa dizer que, em última instância, trata-se de responsabilidade e de sinceridade, trata-se, assim, de uma das máximas de Grice, a “máxima da qualidade”: “Tente fazer sua contribuição verdadeira (a) não diga o que acredita ser falso; (b) não diga algo de que você não tem adequada evidência” (GRICE Apud. LAGE, 2005, p.84). Os motivos de incidentes como a queda de um avião, um assassinato, uma freagem brusca de um trem são, em geral, no momento de produção da notícia, impossíveis de verificação. Se o jornalista tem dúvidas sobre a veracidade de declarações, de relação entre fatos, do contexto ou da existência de qualquer outro objeto de realidade, o jornalista deve expressar a dúvida, ainda que esta opção

pareça influir na credibilidade. No limite, se não há conhecimento suficiente ou dúvidas importantes, não se publica a notícia, como afirma Fábio Takahashi, repórter da editoria de Cotidiano da Folha de S.Paulo, hoje cobrindo educação: “O limite é derrubar a matéria. Falo: – “Olha, não tenho segurança, não dá pra publicar hoje. [...] Muitas vezes, o contrário também acontece. Os editores dizem que falta isso ou aquilo. [...] No final, a gente chega num acordo. [...] Mas se eu não conseguir os dados que eu acharia que são interessantes ou deixariam a matéria mais completa, a gente deixa: “Ministério da educação não soube informar quantos indígenas tem no país”.

A relevância de uma determinada informação para uma notícia ou reportagem está diretamente ligada à necessidade de verificação (NV). **Nas notícias inesperadas, *hardnews*, existe uma grande NV, mas regularmente o objeto de realidade não é passível de verificação naquele momento ou não tem qualidade de verificação (QV),** como a intenção do assassino dos estudantes em Virginia Tech. Por isso, não é possível se falar apenas em parâmetros de verdade para todos os objetos de realidade tratados pela atividade jornalística.

O conceito de verdade que se espera de uma relação cognoscitiva entre sujeito e objeto é expresso pela idéia de correspondência, isto é, à necessidade de uma afirmação verdadeira (a) **ter um fato ao qual se remete e (b) ser submetida à demonstração e verificação.** Especificamente, no jornalismo, o conceito de verdade como correspondência é justamente o que se aplica, uma vez que a pretensão do conhecimento produzido pela atividade é **dar conta do fato, objeto da notícia.** [...] (GUERRA, 2003, p.114) (grifo nosso)

Muitos dos objetos de realidade tratados pela competência de apuração do jornalismo de atualidade não podem ser demonstrados, não têm qualidade de verificação ou ainda não podem ser verificados em dado momento. Entretanto, a finalidade reconhecida exige que o enunciador tenha certeza daquilo que enuncia, conheça a realidade e possa adequar seu enunciado à realidade. Essa é a lógica. A formação discursiva do jornalismo de atualidade (FDJ), assim, se configurou pela



regularidade de determinados objetos, conceitos, modos de enunciação e estratégias, de maneira que as possibilidades das coisas conhecidas intersubjetivamente foram incorporadas de um modo a mostrar o cumprimento da finalidade reconhecida, ou seja, do contrato de comunicação.

A necessidade de asserir (afirmar) revela outro tópico jornalístico relacionado a um procedimento de apuração: **quanto mais declarações a composição discursiva tem, quantas mais pessoas foram ouvidas, mais exato é o conhecimento da realidade.** Aqui há uma influência de dois tópicos universais, da quantidade e da qualidade.

Entendemos por *lugares de quantidade* os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas. O mais das vezes, aliás, o lugar da quantidade constitui uma premissa maior subentendida, mas sem a qual a conclusão não ficaria fundamentada. [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.97)

Os lugares de qualidade, os menos apreensíveis, aparecem na argumentação quando se contesta a virtude do número. [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.100)

Ora, a dialética quantidade-qualidade também existe aqui. Apresentar a maior quantidade possível de declarações não implica na qualidade necessária para se chegar à maior exatidão quanto ao que ocorreu, ocorre, pode ou deve ocorrer diante de dado contexto. No entanto, dois procedimentos de apuração e um saber discursivo alimentam este **tópico da quantidade**: 1) a regra de ouvir o outro lado e de contrapor informações; e 2) a idéia de que citações, principalmente em discurso direto, conferem credibilidade ao texto. “Ouvir o outro lado” resvala para “ouvir a maior quantidade possível de lados”, enquanto se sabe que há uma quantidade necessária de lados (de atores sociais) para cada tipo de ocorrência e contexto. A contraposição é o possível quando não se pode conhecer a realidade de uma ocorrência. A idéia de que citações conferem credibilidade resvala para um abuso no uso de declarações, o que se chama de matérias “declaratórias”. No exem-



plo abaixo, vê-se que o jornalismo não conseguiu conhecer a realidade porque era impossível se conhecer naquele momento o motivo do incidente no metrô de Madrid (já citado). Entretanto, apresenta o máximo de declarações de atores responsáveis e interessados (Ex10):

<p>09/03/07 El Mundo PP: «Es un accidente muy extraño» Nadie en la Comunidad o en el PP descarta que el siniestro haya sido producido por un sabotaje, pero tampoco lo afirman. La consejera insistió en que no se trató de un descarrilamiento L. A. SANZ</p>
<p>Fallo mecánico o sabotaje? Nadie del Gobierno de la Comunidad de Madrid quiso apuntar ayer a esa segunda opción, aunque no lo descartaron. En voz baja, comentaban que nunca en la historia de Metro de Madrid había ocurrido algo semejante, y menos en un tren nuevo. En voz alta, sólo se atrevió a calificar el accidente como «muy extraño» el portavoz de Transportes del Partido Popular en la Asamblea de Madrid, Pablo Morillo, pero sin avanzar sospecha ninguna. El parlamentario popular destacó en los pasillos del Parlamento regional que «es la primera vez que sucede algo así», informa Europa Press. Fuentes de la Comunidad de Madrid apuntaron similares razones para asegurar que «no se puede descartar que haya sido un sabotaje», aunque tampoco se puede afirmar. La investigación que se inició ayer mismo será exhaustiva y los resultados no se conocerán hasta dentro de unos días. Por su parte, el diputado socialista José Quintana concluyó todo lo contrario. Según el parlamentario de la oposición, el accidente se debió «al abandono del mantenimiento del Metro, tanto de las instalaciones como del material móvil». «La Comunidad ha incrementado la red, pero no el material móvil ni el número de trabajadores», señaló. «Esto demuestra que no ha habido sabotajes, sino que el Metro existente no se está gestionando bien y no se mantiene correctamente», dijo el socialista, quien anunció que «se seguirán produciendo accidentes tan anormales como el sufrido hoy». Por su parte, Fernando Marín, portavoz del Grupo Parlamentario de IU, apuntó al problema del mantenimiento del suburbano madrileño. «Hoy podía haber sucedido un accidente grave, pero se ha solucionado con la experiencia de los trabajadores del Metro». Por su parte, la consejera de Transportes e Infraestructuras de la Comunidad de Madrid, Elvira Rodríguez, aseguró que las unidades en las que se produjo el accidente estaban «bien» y ya han sido retiradas de la estación y que, una vez que los técnicos han comprobado lo que ha ocurrido y han sacado las fotografías pertinentes, se está procediendo a la retirada del coche accidentado para «analizar» por qué el motor se ha «gripado». La consejera destacó que el tren, modelo 2000, es «nuevo» y que «nunca había tenido un incidente de este tipo», aunque recordó que existe un antecedente de gripado de motor en un tren 7000 al principio de la anterior legislatura.</p>

Os atores sociais são efetivamente responsáveis e interessados. Um representante político de partido acreditava em falta de manutenção, enquanto a Comunidade de Madrid (comunidade autônoma espanhola que trabalha pelos interesses da população) coloca a possibilidade de sabotagem e a responsável pelos transportes em Madrid “assegurava” que a investigação começara a ser realizada. Dialeticamente, mostra-



se a relação entre quantidade e qualidade, portanto, entre os tópicos jornalísticos de autoridade e de quantidade para exatidão. Assim, com contraposições, crê-se que a instituição jornalística cumpriu sua finalidade de informar.

A exatidão dos objetos de realidade é outro elemento do saber discursivo na adequação do enunciado à realidade.

A clareza de um texto é condicionada pelas possibilidades de interpretação que ele apresente. Mas, para que a atenção seja atraída pela existência de interpretações não-equivalentes, é preciso que as consequências decorrentes de uma delas difiram, de certo modo, das decorrentes de uma outra; ora, é possível que a divergência venha a ser percebida apenas num contexto particular. **A clareza de um texto, ou de uma noção, jamais pode, pois, estar absolutamente assegurada, a não ser convencionalmente, limitando-se voluntariamente o contexto no qual convém interpretá-lo.** Portanto, a necessidade de interpretar se apresenta como a regra, e a eliminação de toda interpretação constitui uma situação excepcional e artificial. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.142-143) (grifo nosso)

Esta lógica enunciativa trabalha exatamente para limitar ao máximo as possibilidades de interpretação no ato de comunicação. Um exemplo é o que se instituiu com as chamadas orações explicativas. Essa explicação, na verdade, é uma maneira de precisar o objeto, o que é diferente de qualificá-lo.

Os dados de realidade que podem ser verificados aparecem como dados com força de constatação. Esse fenômeno ocorre, frequentemente, com todos os dados de realidade de atores sociais, instituições, objetos palpáveis e observáveis, mesmo que estes objetos não tenham sido observados. O saber prévio quanto à natureza do que Perelman e Olbrecht-Tyteca chamam de “objetos de acordo” influenciam no grau de verossimilhança do enunciado. Pode-se comparar o exemplo acima com uma matéria sobre o Instituto Politécnico de Virginia no dia seguinte ao massacre (Ex11):

Livros LabCom



17/04/07

Folha de S.Paulo

Instituição se destaca na área técnica
DA REDAÇÃO

A Universidade Técnica da Virgínia, ou Virginia Tech, ocupa a 77ª colocação entre as melhores universidades americanas, segundo a revista "US News and World Report".

A instituição tem 28 mil estudantes, dos quais 6.500 em pós-graduação. Seus oito institutos possuem 60 cursos de graduação e 140 programas de mestrado e doutorado.

As áreas de melhor reputação acadêmica são engenharia, arqueologia, arquitetura, veterinária e estudos florestais. Para o ano letivo iniciado em setembro, candidataram-se 19 mil alunos -6.340 obtiveram matrícula.

A Virgínia Tech é uma das raras universidades do país a ter no campus uma escola para formar oficiais das Forças Armadas. [texto na íntegra]

A quase totalidade dos objetos de realidade desta matéria conjugada é de dados de realidade passíveis de verificação, isto é, de saber social prévio. Os dados de quantos estudantes se matricularam e de que a Virgínia Tech, em relação a outras do país, é a única que forma oficiais das Forças Armadas são dados de fácil verificação. Conferem alto grau de verossimilhança aos enunciados, assim como os fatos históricos. Entretanto, o tópico sobre o fato histórico é outro: acredita-se que um saber especializado e construído social e historicamente se constitui como uma "verdade". Observemos o Ex15, sobre a exposição de Cézanne. No primeiro parágrafo, quem é o pintor, fatos vividos; nos segundo e terceiro parágrafos, a construção das coleções. A falta de conhecimento, o não saber sobre algo de um domínio especializado como história da arte influencia na aceitação irrestrita das asserções. A não ser para a parte do público também especializada no mesmo domínio, **os fatos históricos são tidos como verdadeiros, funcionam como sistemas de verdade.**

Isso não ocorre, no entanto, com os testemunhos, que, em geral, não são passíveis de verificação, mas cada vez mais frequentes nas webnotícias sobre ocorrências inesperadas como o massacre de Virgínia Tech e

os confrontos da Gare du Nord. No caso do massacre de Virgínia Tech, o El Mundo.es publicou o testemunho de um estudante espanhol que estudava lá. O testemunho é, não só uma citação, mas o próprio texto principal com o qual também está relacionado um trecho de entrevista dada a um canal de televisão espanhol (Ex12):

17/04/07

Tiroteo en la Universidad de Virginia Tech

Un español en el campus: 'Pienso que yo podría haber sido uno de ellos'

- * Escuche el testimonio del estudiante español
- * 'El FBI entró en el aula donde me encontraba y cerró el edificio por seguridad'
- * 'Ninguno podíamos creer lo que estábamos viviendo, y estábamos muy asustados'

Actualizado martes 17/04/2007 11:13 (CET)

NICOLÁS DELGADO DE ROBLES

BLACKSBURG (EEUU).- Nicolás Delgado de Robles, de 21 años, es un jugador de tenis español que estudia, becado, en la Universidad de Virginia Tech. Este madrileño, testigo del tiroteo producido en su universidad, que ha dejado más de 30 muertos, cuenta cómo ha vivido la jornada a elmundo.es.

Nunca pensé que pasaría por una experiencia así. Eran las nueve de la mañana e iba en coche a la universidad con mi novia, como todos los días; la dejé en uno de los muchos edificios que componen el campus y me fui a otro edificio cercano al lugar del tiroteo donde tenía que trabajar en un proyecto. Una vez dentro, recibí la llamada de un amigo, que me dijo que había un tiroteo en el campus. Casi al mismo tiempo me llamó mi novia muy preocupada; me dijo que ella y sus compañeros estaban encerrados.

[...]

A fonte testemunhal segue a mesma lógica da verificação, pois é alguém que tem o estatuto de fonte por ter conhecimento sobre uma realidade que a organização jornalística quer conhecer. Na verdade, não é possível se verificar que o estudante realmente testemunhou, mas o fato de estar matriculado e ser estudante, de ter sido entrevistado por rede de televisão, e de, provavelmente, ter estado com outras pessoas que presenciaram o massacre, o capacitam como testemunha, com estatuto para falar desta ocorrência passada. Com a possibilidade de colaboração que as mídias digitais permitem, muitos testemunhos aparecem

Livros LabCom

como provas do ato de testemunhar. O vídeo de um estudante norte-americano pelo qual se tem o áudio do tiroteio¹² é o mesmo fenômeno no caso dos oito testemunhos publicados no Lemonde.fr, quando houveram os confrontos na Gare du Nord (Ex13):

28/03/07

Violences à la gare du Nord : vos témoignages

LEMONDE.FR | 28.03.07 | 16h10 • Mis à jour le 04.04.07 | 17h30

Samy

Vers 18h, mon épouse et moi-même, nous rendions à notre domicile à Saint Denis. C'est à la station de Gare de l'Est que l'annonce d'une émeute à Gare du Nord fut transmise pour justifier l'absence d'arrêt du métro à cette station.

Voulant malgré tout essayé de rentrer chez nous, nous décidâmes de rejoindre la gare à pied. Quand nous sommes arrivé au bord de la gare j'ai pu constater le nombre impressionnant de camions de CRS garés en file indienne. Pour autant l'entrée dans la gare se fit sans encombre.

Devant le monde agglutiné tout le long de la balustrade, la curiosité des badauds s'emparât de nous. Aussi pour mieux voir la situation d'un angle de vue suffisamment important on est allé au bout de la gare juste à coté des fameuses plantes qui ont été jetées.

La suite, je l'ai filmée

[vídeo]

Au début, les vidéos le montrent bien, il y avait beaucoup de monde, et de toutes couches sociales, de toutes origines ethniques et surtout de tout âge. Que cela soit devenu à la fin un conflit jeune/police, cela ne fait aucun doute, mais force est de constater qu'au début ce n'était pas du tout le cas. Ensuite on peut se demander si une personne qui aurait frappé un contrôleur puis ensuite été arrêté aurait mobilisé autant de gens, cela me paraît bien peu probable. **Ce qui peut maintenir des gens sur place aussi longtemps n'a pour moi qu'une réponse, un profond sentiment d'injustice.**

Samy

Uma testemunha que traz imagens em movimento captadas pelo celular (não é um vídeo formatado) da ocorrência, torna-se uma tes-

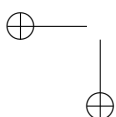
12. La mayor masacre en una universidad en EEUU deja 32 muertos en Virginia. El mundo.es, 17/04/07. Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2007/04/16/internacional/1176736483.html>. Acesso em 28/07/2008.



temunha mais importante do que outra que apenas vai relatar o que passou. Seja em áudio ou em texto escrito, os atos de linguagem de um testemunho são muitos: desde assertivos, como “Por volta das 18h, minha esposa e eu, nós voltávamos para nosso domicílio em Saint Denis”, em que se compromete com a adequação do enunciado ao fato dado; expressivos, como “Diante de uma multidão aglutinada ao longo da baslostrada, a curiosidade dos transeuntes se apossou de nós”; a opinativos, como “O que pode manter as pessoas no lugar por tanto tempo não há, para mim, se não uma resposta, um profundo sentimento de injustiça”. A testemunha tem, assim como um especialista, um lugar em que pode proferir diversos tipos de atos de linguagem (como analisaremos mais detalhadamente no item sobre o estatuto), o que não ocorre com as composições discursivas marcadas pelo compromisso de adequação do enunciado à realidade.

Os objetos de realidade destas composições discursivas são realizados como objetos de acordo ou como objetos do resultado da conexão sucessiva de objetos de acordo (o que demonstraremos na próxima seção). Nas composições discursivas sobre os grupos de ocorrências inesperadas (*hard news*), **os fatos de constatação constituem em média 80% dos objetos. Os outros mais comuns são: fato de passado recente, estado de coisas, declaração e objetos de conexão entre fatos de constatação.** Não julgamos útil para compreender a lógica enunciativa, fornecer uma lista exaustiva de objetos de realidade, o que seria, inclusive, muito difícil de realizar. Entretanto, é importante conhecer os principais tópicos jornalísticos, pelos quais se procede na apuração ou na organização do discurso e, mais ainda, analisar seu papel nesta lógica da informação.

Para cumprir um dos seus papéis institucionais, o dar a conhecer a realidade, enunciadores devem se comprometer pela adequação do enunciado à realidade. Ou seja, devem produzir assertivos. Uma tarefa difícil, porque mesmo que se tenha dúvida sobre algo, é preciso se afirmar, é preciso se produzir assertivos. A atividade, então desenvolve procedimentos, técnicas e modos discursivos para que isso seja pos-





sível. A realidade é conhecida e re-construída por objetos de acordo, nomeados de forma exata, comparados segundo parâmetros conhecidos do saber social, enfim, objetos com o maior grau de verossimilhança possível. Este conhecimento gerado para dar a conhecer a realidade exige a competência da apuração, não necessária para os enunciadores cujo status permite muito mais compromissos do que este do assertivo.

Enquanto as composições comprometidas com a adequação do enunciado à realidade precisam trabalhar com os objetos de realidade realizando-os como objeto de acordo, as composições que não precisam ser constituídas por estes atos de linguagem lidam com objetos de desacordo, indefinidos, abstratos e objetos que são o resultado de conexões entre esses objetos de formas muito variadas, realizando-os como conceitos, verdade resultante de saber especializado, estado psicológico ou até mesmo fatos recentes, fatos históricos conhecidos de dado domínio. **Como a adequação entre enunciado e realidade não parece verossímil segundo os tópicos universais e os tópicos jornalísticos, o parâmetro de verossimilhança é transferido para a subjetividade do enunciador. Isso significa dizer que são o lugar social, a competência e o poder do enunciador naquele momento que vão servir de parâmetro para aqueles objetos sob os quais não se tem saber social prévio**, sob os quais não se tem acordo social ou sob os quais se faz julgamento de valor. Portanto, não há uma necessidade primeira de verificação, quem manda é o estatuto.

Embora o julgamento de valor seja sempre de um indivíduo (ou melhor, um ser do discurso), isso não quer dizer que a opinião seja aquela crença não fundamentada, porque, no caso da atividade jornalística, o indivíduo em questão tem autoridade por competência adquirida. A opinião é um ponto de vista, como explica Breton – “O que é “opinião”? É um ponto de vista que supõe sempre um outro possível (de onde vem a existência da argumentação), ou que, em um debate, por exemplo, se opõe a outros. [...]” (BRETON, 2006, p. 28) –, mas nas composições em que se realizam objetos de desacordo, trata-se do ponto de vista de um especialista no assunto.



Começemos a análise com exemplos representativos de uma composição discursiva sobre artes plásticas publicada na Folha de S.Paulo em 28 de março de 2007 (Ex14):

<p>28/03/07 Folha de S.Paulo Crítica/artes plásticas Marilá Dardot propõe um bom exercício de silêncio em exposição FABIO CYPRIANO DA REPORTAGEM LOCAL</p>
<p>"Para que ninguém possa ver no fundo de mim e da minha última vontade por isso inventei o longo, luminoso silêncio", escreve a artista Marilá Dardot na primeira porta de vidro que inicia uma série de oito em sua instalação "Sob Neblina [em segredo]", em cartaz do Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo (CCBB). [1º parágrafo] A frase dá o tom ao percurso pelo qual o visitante precisa atravessar para chegar ao fim da instalação, um "luminoso silêncio", que é marcado pelas frases escritas em jato de areia nas portas, nem sempre de fácil leitura, como nem sempre costuma ser agradável o silêncio. [2º parágrafo] [...] Dardot tem construído sua poética por um intenso diálogo com a literatura – livros e autores têm sido referências permanentes em suas obras. No novo trabalho, essa relação se intensifica, com uma imersão que torna o percurso ritualístico: é na leitura de cada frase que o caminho se realiza, que cada porta-página se abre, até que se chegue ao fim desse silencioso exercício, não por acaso à frente da porta fechada de um cofre, realizando aquilo que se previa na primeira frase: algo se mantém em segredo. [4º parágrafo] [...] MARILÁ DARDOT SOB NEBLINA [EM SEGREDO] Onde: Centro Cultural Banco do Brasil (rua Álvares Penteado, 112, Centro, tel. 3113-3651) Quando: de ter. a dom., das 9h às 20h; até 29/4. Quanto: entrada franca Avaliação: Bom</p>

No segundo parágrafo, o crítico Fábio Cypriano relaciona um objeto de constatação e um objeto abstrato: texto da instalação e “silêncio”. A relação operada não encontra respaldo nos tópicos, pois, embora um dos objetos seja de acordo, como a obra (aqui entra o tópico da presença), o outro objeto é um conceito: o quanto é agradável o silêncio. Esta



articulação é de difícil acordo. Não há parâmetros definidos ou claros em circulação no saber social prévio para se medir o nível de agradabilidade do silêncio. Por isso, o ato de linguagem se realiza como opinativo, cujo compromisso é com a crença na adequação do enunciado à realidade. A crença em questão, evidentemente, é a crença do locutor (o ser do discurso, o que expliremos em Jogos da identidade discursiva na FDJ), que tem estatuto condizente com o ato de linguagem. Melhor, de quem se espera esse tipo de ato de linguagem. E a quem é permitido lidar, operar, nomear, relacionar objetos de desacordo, como sentimentos, sensações, qualidades, atributos de objetos definidos, valores.

A autoridade para ser um crítico cultural numa instituição jornalística vem, frequentemente, das quatro competências: do reconhecimento, de procedimento, do discurso e de domínio. Ou seja, além de ter as competências exigidas para o discurso que precisa dar a conhecer a realidade, o crítico deve ter uma competência do domínio cultural, seja em artes plásticas, música, cinema ou televisão. É esta competência que o habilita a poder avaliar, comparar, valorar, relacionar conceitos, sensações, sentimentos, operando subjetivamente. O Fábio Cypriano, além de jornalista, é doutor em teatro, assunto sobre o qual escreveu por cinco meses antes de começar a escrever sobre artes plásticas em outros veículos, antes da Folha de S.Paulo. Desde 97, quando ingressou no doutorado, já frequentava esse circuito e portanto, conhecia os atores sociais, os objetos, enfim, sua formação discursiva. Portanto, quando começou a cobrir artes plásticas na Folha, em 2005, Fábio Cypriano já estava em cultura há oito anos. Como detalharemos em Jogos da identidade discursiva na FDJ, as modalidades enunciativas se devem ao estatuto, cargo, funções, ações que pode realizar, lugares institucionais onde obtém seu discurso, seus objetos específicos, seus instrumentos de verificação e a situação que pode ocupar em relação a um domínio e seus objetos.

Os objetos das chamadas críticas culturais parecem ser apenas os produtos, obras, exposições, instalações, eventos, portanto, natural e frequentemente, objetos passíveis de constatação e verificação. Sobre



esses objetos, considerados objetos de acordo, incidem o **tópico jornalístico de presença**, o saber de que a presença do jornalista indica um mais exato conhecimento da realidade. No entanto, sabe-se que os objetos de realidade do domínio cultural, além de incluírem objetos de desacordo (abstratos, indefinidos), se compõem não só da conexão entre objeto de acordo e de desacordo, mas também da conexão entre variados objetos de desacordo. Para Yves Agnès, é mais do que isso, não existe a possibilidade de “olhar objetivo” sobre uma obra cultural.

A arte da crítica oscila entre dois pólos: a competência e a subjetividade. A competência é a condição de credibilidade do jornalista; se ele é pego em falta, o leitor o distorcerá seus artigos. A subjetividade, neste registro, é total. Não existe olhar “objetivo” sobre uma obra cultural. Gosta-se e pode-se explicar por quê. Não se gosta e pode-se dar as razões. A sinceridade e a pertinência dos argumentos podem ser equivalentes de um crítico a um outro em desacordo sobre o mesmo livro ou o mesmo espetáculo. (AGNÈS, 2002, p.310)¹³

O testemunho não é testemunho de um fato, com parâmetros claros de interpretação do saber social, mas sobre uma experiência subjetiva porque trata de objetos de desacordo: estado psicológico e crença sobre um objeto passível de constatação. Nesse caso, o ato de linguagem que frequentemente se realiza é o opinativo, pois, a partir dos conhecimentos da finalidade e do estatuto, entende-se que a relação entre objetos de desacordo encaminha o parâmetro para a subjetividade. Como afirma Fábio Cypriano, é a opinião dele e pronto: *“Na Folha, existe uma diferença bem básica [entre ser repórter e ser crítico], que é dar valor para as exposições. O crítico dá a nota e o repórter não dá. [...]”*

13. « L'art de la critique oscille entre deux pôles : la compétence et la subjectivité. La compétence est la condition de la crédibilité du journaliste ; s'il est pris en défaut le lecteur se détournera de ses articles. La subjectivité, dans ce registre, est totale. Il n'y a pas de regard « objectif » sur une oeuvre culturelle. On aime et on peut expliquer pourquoi. On n'aime pas et on peut en donner des raisons. La sincérité et la pertinence des arguments peuvent être équivalentes d'un critique à un autre en désaccord sur le même livre ou le même spectacle. » (AGNÈS, 2002, p.310).

*Acho que o meu trabalho sempre teve esse viés crítico. Mas quando você está fazendo uma reportagem, um dos princípios é também de dar espaço para o outro lado, para as pessoas poderem responder. Eu, enfim, era mais balanceado, digamos assim. **Como crítico não preciso ser balanceado, é a minha opinião e pronto**".*

Não é apenas porque a crítica da Folha de S.Paulo tem o objetivo de dar ao final do texto uma avaliação entre ruim, regular e bom, que o compromisso do ato de linguagem mais frequente produzido em uma crítica é com a crença na adequação do enunciado à realidade. Isso ocorre principalmente porque os objetos de realidade manipulados e as necessárias conexões entre os produtos (objetos de acordo) e qualidade, conceitos, sensações, valores (objetos de desacordo) são o mais importante neste tipo de composição. O saber social prévio, construído com o discurso jornalístico, não dispõe de critérios de interpretação desses objetos. É o que está reafirmado na resposta de Fábio Cypriano para a pergunta sobre os critérios de avaliação de uma obra de artes plásticas: *"Olha, a gente não tem um critério objetivo. Primeiro, no Manual não existe. Cada exposição é uma exposição. Até tem horas em que eu escrevo um texto e acho que a exposição não é tão ruim, mas quando vou escrevendo o texto, acabo percebendo que não posso dar bom, mas também o texto é onde articulo minhas idéias. Já teve caso de eu enviar um texto dizendo que é bom e meu editor dizer "- Olha, não dá para ter bom num texto em que você fala tão mal e estar como bom". Eu concordei, entendeu. Eu acho que, por um lado, é ruim ter que simplificar uma avaliação em uma palavra, mas sei que também ajuda o leitor porque tem 40 exposições na cidade. Se o leitor quer se guiar por um critério, enfim, ver aquelas que estão com critério bom e ótimo valem mais à pena. **Mas muitas vezes é difícil, porque a exposição nem é tão ruim, mas ela acaba por questões internas, que o texto vai desvendando, ela se torna uma exposição ruim.**"*

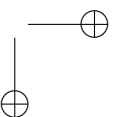
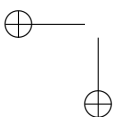
Aqui, é interessante observar como a exposição, em princípio um objeto de constatação, revela-se para o próprio autor do texto, um outro objeto ao final. As articulações de objetos de realidade na composição



discursiva re-constrói os objetos pelos atos de linguagem, de maneira que o objeto reconstruído se revela ao articulador, sem total controle sobre a formação discursiva. A forma de nomear, classificar, realcionar, comparar, tratar objetos como estes das artes plásticas se impõe ao enunciador.

Esse depoimento mostra ainda o nível de convencimento que deve haver nesse tipo de composição discursiva. Se os parâmetros do saber social sobre um objeto de desacordo passam para a dimensão da subjetividade, isso não quer dizer que seja uma subjetividade qualquer, sem conhecimento para avaliar esses tipos de objetos de realidade. Há uma série de conexões com fatos históricos, estado de coisas, sistemas de “verdades” de saber especializado integrando a mesma composição discursiva. Embora existam muitos opinativos, não são os únicos atos de linguagem produzidos porque as outras finalidades (de informar e mediar) incidem com menor intensidade sobre as tomadas de decisões.

Os primeiros parágrafos de uma composição discursiva do El Mundo sobre exposição de duas coleções de Cézanne em Roma mostra como fatos históricos realizam-se como “verdade de saber especializado” (Ex15). Em meio, portanto, ao primeiro e a um terceiro parágrafo de assertivos, o primeiro enunciado do segundo parágrafo, acreditamos, realiza-se como opinativo:



04/03/07

El Mundo

RECORRIDO EN FLORENCIA

El Palacio Strozzi muestra más de 50 obras que reunieron Paolo Fabbri y Alexander Loeser/Como plato fuerte, 'Cena en casa con Simón', recuperado 60 años después de su desaparición

Una exposición recupera al Cézanne que fascinó a sus más devotos coleccionistas

IRENE HDEZ. VELASCO/Corresponsal

ROMA.- Paul Cézanne (1839-1906) es venerado, desde hace mucho tiempo y con absoluto merecimiento, como uno de los grandes genios de la historia del arte y padre indiscutible de la pintura moderna. Pero ésa es una distinción que sólo le llegó después de muerto. En vida, este pintor experimental y solitario sufrió el desprecio absoluto de la inmensa mayoría de la crítica y de casi todo el público. Sin embargo, hubo dos jóvenes coleccionistas estadounidenses que siempre creyeron a pies juntillas en su talento como creador, contribuyendo de manera fundamental a su afirmación como artista y a su posterior consagración: Egisto Paolo Fabbri y Charles Alexander Loeser.

Entre los dos reunieron más de medio centenar de obras de Cézanne, incluidas algunas de las más bellas, que después colgaron en sus magníficas villas florentinas. Se trataba de la más importante colección de Cézanne que existía en la época e iba en clara contracorriente con los gustos estéticos del momento, ya que la grandeza de este artista sólo sería reconocida por la crítica y el público muchos años después.

De aquella particular relación nace ahora la muestra Cézanne en Florencia, una exposición que acaba de abrir sus puertas al público en la Fundación Palacio Strozzi de la ciudad toscana (donde, por cierto, Cézanne jamás puso el pie) y que hasta el próximo 29 de julio exhibe algunas de las más significativas obras del maestro de Aix-en-Provence que formaban parte de las colecciones de Egisto Paolo Fabbri y Charles Alexander Loeser. Incluido el cuadro Cena en casa de Simón, una copia libre del famoso lienzo del mismo nombre -obra de Paolo Veronese- realizada por Cézanne en sus años de juventud y del que no se tenían noticias desde hace 60 años.

El cuadro, una de las aproximadamente 30 obras de Cézanne pertenecientes a Egisto Paolo Fabbri, ha sido descubierto recientemente en una colección privada italiana por la historiadora de arte Francesca Bardazzi, estudiosa del artista francés y comisaria de esta exposición junto a Carlo Sisi, director de la Galería de Arte moderno del Palacio Pitti de Florencia.

[...]



O primeiro enunciado (em negrito) é opinativo principalmente pela hierarquização por qualificação: “Os dois reuniram mais de meia centena de obras de Cézanne, incluídas algumas das mais belas, que depois abandonaram em suas magníficas cidades florentinas”. “[...] algumas das mais belas [...]” valora parte em comparação com a “meia centena”. Em seguida, na articulação, estes objetos aparecem dentro de um fato histórico, que se realiza em assertivo, comprometendo o enunciador com a adequação do enunciado à realidade. Era a mais importante coleção de Cézanne na época e ia contra a corrente dos gostos estéticos do momento. Há um maior nível de interpretação revelado na articulação entre objetos, ou seja, no modo de comparação e destaque de uma parte no todo. Articula-se este destaque, um objeto de desacordo, com fatos históricos, objetos de acordo em campo social especializado, pois é conhecimento comum das artes plásticas.

Esse tipo de articulação ocorre também nos chamados editoriais. Os objetos de realidade mais importantes para um editorial são conexões entre situações de saber comum, fatos recentes, fatos dados e uma série de objetos de desacordo. Uma ocorrência só gera um editorial se, na conexão desta ocorrência com a situação contextual, a ocorrência for considerada representativa desta situação. É o caso do editorial do *Le Monde* originado pelos confrontos da Gare du Nord. O objeto principal é uma situação contextual quanto à imigração vivida na França e, em especial, em Paris (Ex16).



29/03/07

Editorial

Dérapages

Dans cette campagne présidentielle indécise, nerveuse, épidermique, dans cette campagne transformée en « patinoire », tous les dérapages sont à craindre. Et tout fait sens, dès lors que les candidats ne parviennent pas à centrer durablement le débat sur les enjeux essentiels pour l'avenir du pays. On vient de le constater à deux reprises en une semaine.

Mardi 20 mars, **une échauffourée opposait la directrice de l'école et des particuliers à des policiers venus en nombre interpellés des parents d'élèves chinois sans papiers devant l'école maternelle de la rue Rampal, dans le 19^e arrondissement de Paris.** Trois jours plus tard, la convocation puis le placement en garde à vue pendant sept heures de la directrice de cette école provoquait l'indignation des parents d'élèves et un tollé chez la plupart des candidats contre les méthodes musclées des forces de l'ordre et du ministre de l'intérieur Nicolas Sarkozy. « *Il n'y a vraiment pas de quoi faire une polémique* », commentait le candidat de l'UMP.

Mardi 27 mars, à la gare du Nord, le contrôle banal et l'interpellation d'un voyageur sans billet a dégénéré en quelques minutes. Des jeunes, qui assistent à la scène et se disent choqués par « *la violence de l'interpellation* », tentent de s'interposer, des renforts policiers arrivent en masse, la tension monte et provoque pendant plusieurs heures des affrontements entre les forces de l'ordre et des groupes de jeunes qui cassent vitrines et équipements.

Ces deux épisodes sont, certes, très différents. Le premier s'inscrit dans le contexte de la « chasse » aux sans-papiers engagée par le gouvernement depuis des mois, et notamment depuis l'affaire du gymnase de Cachan à l'été 2006. Le second reproduit ces explosions de violence gratuite que l'on observe depuis quelques années en marge de bien des manifestations de jeunes et qui ont culminé, évidemment, lors des émeutes de banlieue, à l'automne 2005.

Mais ces deux épisodes en disent long sur le climat d'incompréhension, de défiance et de tension qui s'est installé entre la police et une partie de la population. Climat délétère, à l'évidence, dans lequel la « *fermeté* » revendiquée par Nicolas Sarkozy pendant quatre ans au ministère de l'intérieur est ressentie, de plus en plus fréquemment, comme une brutalité révoltante.

[...]

Uma situação contextual, embora compartilhada, é vivida e compreendida por diversas perspectivas. Este objeto fica entre o saber social prévio, porque é conhecido de todos, e uma crença, porque é uma



determinada articulação com objetos de desacordo. Para o *Le Monde*, a França vivia um clima de incompreensão, desconfiança e tensão entre a polícia e a população (último parágrafo). Esta tensão era comentada, analisada, explicada por diversos outros atores sociais, inclusive por cidadãos comuns que testemunharam os confrontos. São duas ocorrências citadas: uma de 20 de março, quando policiais franceses interpelaram pais de alunos chineses ilegais, (*san papiers*); e outra de 27 de março, referente aos confrontos da Gare du Nord. As conexões entre fatos dados é feita pela relação com objetos de desacordo: um contexto de “caça” aos ilegais e violência gratuita (o que os diferenciariam) e um clima de incompreensão, desconfiança e tensão (o que os aproximariam). **Assim, mais do que tratar de objetos de desacordo, trata-se aqui de conexões entre objetos de desacordo. Os parâmetros de interpretação funcionam com as conexões da mesma forma que funcionam com os objetos de acordo, pois as formas de coexistência e campos de concomitância entre objetos de desacordo geralmente não fazem parte do saber social prévio, apenas dos saberes especializados.** Além disso, os objetos de desacordo podem, neste tipo de composição discursiva, ser manipulados por escalas argumentativas maiores.

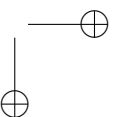
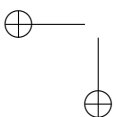
Para qualquer **lógica enunciativa existe a relação de tensão entre objeto de realidade e compromisso, pela qual um pode modificar o outro na realização mesma do ato de linguagem.** Como vimos, uma asserção transforma um objeto de conhecimento jornalístico em fato dado (pois verificado), ao mesmo tempo em que um objeto de desacordo força a realização de um opinativo. Não é por outro motivo que se pode falar em estratégias discursivas. Além desta tensão, existem ainda as regras do estatuto e as demandas das finalidades reconhecidas. Neste jogo, lida-se todo o tempo com o nível de acordo do objeto para o saber social prévio. A maioria dos objetos manipulados por editorial da Folha de S.Paulo é de objetos de desacordo, o que força a realização de opinativos, cujos parâmetros de verdade são transferidos para o “estatuto da instituição” (enunciador e locutor do editorial, em Jo-





gos da identidade discursiva na FDJ). Alguns atos podem se realizar como opinativos, mas tratam de objetos de expressivos¹⁴, como estado psicológico (Ex17).

14. “O propósito ilocucionário dessa classe é o de expressar um estado psicológico, especificado na condição de sinceridade, a respeito de um estado de coisas, especificada no conteúdo proposicional” (SEARLE, 1995, p. 23.).



08/05/07

Eleito para mudar

NICOLAS SARKOZY, o candidato conservador à Presidência da França, obteve uma clara vitória nas urnas. Por 53% a 47%, ele derrotou a postulante do Partido Socialista, Ségolène Royal. A agremiação amarga assim sua terceira derrota consecutiva nas presidenciais. A diferença de seis pontos percentuais, entretanto, mostra que a França continua um país profundamente dividido entre esquerda e direita.

Com Sarkozy, sopram ventos de mudança. É verdade que o advogado filho de imigrantes de origem húngara e judaica era o candidato da situação – até a campanha ele ocupava o posto de ministro do Interior. Também é fato que, qualquer que fosse o desfecho do segundo turno, a eleição de um novo presidente representaria uma mudança de geração, pois Sarkozy, assim como Royal na casa dos 50 e poucos anos, substituiu no centro do poder a safra de políticos com mais de 70 anos, como o atual presidente, Jacques Chirac.

A incógnita é se essas mudanças serão para valer ou se não passam de ruídos midiáticos produzidos pela campanha. Não há razão para duvidar da sinceridade de Sarkozy quando ele afirma que deseja modernizar a França. Querer, entretanto, nem sempre é poder, nem mesmo para um político hiperativo e extremamente ambicioso como o presidente eleito.

Parte do problema é que um bom número de franceses -inclusive eleitores de Sarkozy- é contra alterações no generoso sistema de benefícios sociais. Para não espantar um enorme contingente de potenciais apoiadores, as propostas do candidato conservador foram mais tímidas do que seria necessário.

Para o salário-desemprego, por exemplo, ele não foi muito além de defender cortes nos benefícios dos que recusarem vários empregos. No que concerne às aposentadorias, pretende apenas eliminar um bônus de três anos no tempo de contribuição concedido aos trabalhadores que exercem funções consideradas insalubres ou perigosas.

Suas sugestões mais ambiciosas estão no campo do contrato de trabalho. Pretende introduzir um mecanismo pelo qual as garantias ao trabalhador aumentam à medida em que o contrato vai sendo cumprido.

A verdade é que, enquanto se fala genericamente em mudança, é mais ou menos fácil obter adesões. O difícil é mantê-las à medida em que se detalham as propostas e se evidenciam as partes prejudicadas. Na campanha, tanto Sarkozy quanto Royal optaram pela política do menor prejuízo possível. Não poderá seguir nesse caminho na Presidência, se quiser realmente mudar.

Por ora, os franceses podem até dar-se ao luxo de manter seu sistema - embora já comecem a pagar o preço na forma de desemprego e perda de competitividade. **O modelo se torna insustentável é quando se o projeta para o futuro, considerando também as rápidas mudanças no perfil demográfico da França.**

Aqui, a questão já não é ser de direita ou de esquerda, mas sim fazer ou não as contas. Por enquanto, franceses e cidadãos de vários outros países europeus têm preferido distância do lápis.

Um dia depois de Sarkozy declarado eleito, a Folha de S.Paulo avalia o resultado. No terceiro parágrafo, o primeiro ato de linguagem expressa uma dúvida: se as mudanças anunciadas serão para valer ou só midiáticas. Aqui o enunciador se compromete com o estado psicológico expresso. Este estado psicológico, ao invés de ser estado de um indivíduo, pertence à instituição jornalística, porque a instituição jornalística é o locutor reconhecido (não se sabe quem é o sujeito comunicante, ou seja, quem escreveu o texto). Trata-se ainda de comportamentos sociais (apoio enquanto mudança é genérica) e de conceitos (direita



e esquerda) do campo da política e da economia (modelo sustentável em relação à demografia). Ou seja, os objetos manipulados são também objetos próprios de outras formações discursivas que, certamente, têm suas formas de coexistência e concomitância de conceitos, seus parâmetros de evidência. Os atos de linguagem que se comprometem com a adequação do enunciado à realidade não se responsabilizam por objetos como conceitos de outros domínios. Estes objetos ficam restritos às declarações ou à contraposição de declarações, colocando a responsabilidade sobre outro ator social, exceto se enunciador-jornalista tiver poder para produzir expressivos e opinativos, como é o caso de Clóvis Rossi na Folha de S.Paulo ou de articulistas, cujo estatuto vem da competência de domínio.

Os artigos manipulam os mesmos tipos de objetos de realidade dos editoriais e operam conexões entre objetos de realidade como os editoriais. Entretanto, pelo fato de o estatuto do articulista vir da competência de outro domínio, as lógicas discursivas da instituição jornalística não interferem no artigo. Do enunciador exige-se competências ligadas ao estatuto do lugar de onde fala. Ao veículo, locutor, apenas a competência de reconhecimento, já que se escolhe ou se aceita um texto de ator social de outro campo. Entretanto, esta competência é premiada, quer dizer, a escolha do artigo, sua busca (negociação) dão credibilidade ao veículo como instituição jornalística que cumpre sua função de mediação (democrática).

Enquanto o veículo cumpre a finalidade de mediar, o articulista opina, se expressa, analisa, informa, prevê, enfim, realiza todo tipo de ato de linguagem. É absolutamente claro como no artigo de Alain Touraine (também publicado na Folha Online) sobre a campanha presidencial da França não há necessidade de verificação, a maioria dos objetos é de desacordo e, conseqüentemente, as articulações entre os objetos devem ser mais complexas (Ex18).



22/04/07

A esquerda francesa em crise e a eleição presidencial

ALAIN TOURAINE

especial para a **Folha de S.Paulo**

A campanha presidencial francesa **não é dominada nem por um conflito entre os candidatos, nem por debates sobre os grandes problemas do país.** Tudo é dominado pela **crise do Partido Socialista** e de toda a **esquerda francesa.** A esquerda francesa, de fato, **é a única da Europa que mantém uma atitude de ruptura radical com o sistema econômico europeu e mundial.** Essa atitude, que conduziu à vitória do "não" no referendo sobre a Europa, isola o Partido Socialista não apenas dos partidos social-democratas europeus, mas também, no próprio interior da França, o impede de propor uma política de governo, segundo uma tradição que data de Mitterrand ou de ainda antes. O caráter radical do discurso anda de par em par com a prudência ou até mesmo ausência de proposta política concreta. [1º parágrafo]

Será preciso que o novo presidente e a nova maioria parlamentar – pois as eleições legislativas vão suceder-se às eleições presidenciais em menos de um mês – **rapidamente apresentem novas propostas que sejam capazes de renovar ao mesmo tempo os objetivos econômicos, as políticas de redistribuição e, em particular, as políticas de impostos e as políticas de solidariedade através da seguridade social.** Se –o que é uma hipótese que será preciso tomar em consideração – Ségolène Royal perder a eleição, podemos prever uma verdadeira explosão ou até mesmo uma guerra interna entre os setores distintos do Partido socialista. Nesse caso ficará clara a dificuldade, mas também a necessidade de mudar de vocabulário e de modo de pensamento referencial na esquerda francesa, que, se não operar essa transformação, correrá grande risco de ver-se encerrada numa posição minoritária e pouco satisfatória, já que não se tratam, aqui, de interesses privados, mas de concepções de Estado distintas. [5º parágrafo]

A situação da campanha no dia do primeiro turno das eleições estaria dominada, na opinião de Touraine, pela crise do Partido Socialista. Os dois primeiros enunciados fazem conexões entre objetos de acordo (conflitos e debates) com conceitos do domínio da política e da sociologia, de onde fala o autor, sociólogo francês que, desde 1974, pesquisa novos movimentos sociais. Os compromissos são com crenças na adequação do enunciado à realidade. São as crenças e os conhecimentos de Touraine que importam. O primeiro enunciado do 5º parágrafo é um dos exemplos mais reveladores do compromisso do opinativo: ele

Livros LabCom

enuncia o que deve ser feito pelo novo presidente e nova maioria parlamentar para alcançarem determinados resultados. Apenas os grupos de leitores especializados, do mesmo domínio ou outros domínios tangenciais, conhecem os parâmetros de medição, compossibilidade, coexistência e concomitância dos conceitos tratados. Quando se pode considerar que há uma crise em um partido? Diríamos que existem tópicos especializados, saberes comuns de dados domínios, conhecidos apenas por leitores-participantes-especialistas.

As estratégias discursivas, antes trabalhadas como traços estilísticos, são índices das condições de realização do ato de linguagem (como muitos estudiosos já disseram, de Greimas, Bakhtin e na perspectiva dos estudos culturais). Aqui, nos interessa mostrar que indicam o estatuto, a finalidade, os compromissos que se pode assumir. Abaixo, o artigo de Felipe Sahagun, professor de Relações Internacionais da Complutense de Madri e editorialista do *El Mundo*, realiza um opinativo de maneira bastante explícita: “O resultado final foi claramente favorável a Sarkozy, quem me pareceu, em 90% de suas respostas, um catedrático paciente e respeitoso, examinando e, em ocasiões, discutindo e perdendo respostas pobres ou medíocres de uma professora associada, que, no minuto 100 da partida, perdeu as estribeiras e, aproveitando uma proposta de seu rival Sarkozy a favor dos incapacitados (físicos) pretendeu dar uma lição de ética, moral e bons costumes” (Ex19).

03/05/07

El Mundo

El profesor paciente y la alumna cabreada

FELIPE SAHAGUN

Ségolène Royal necesitaba ganar el debate para tener alguna posibilidad el 6 de mayo. A Nicolas Sarkozy le bastaba con no perder la ventaja mantenida, entre cuatro y seis puntos, desde el 22 de abril. Con esa ventaja, para Royal el debate televisado de anoche era su gran oportunidad de cambiar las tendencias. Para Sarkozy, sólo un último obstáculo para llegar a la cima, que es el Elíseo. Con hacerlo un poco mejor de lo esperado, Royal podía cantar victoria. Sarkozy, en cambio, necesitaba dominar el debate para vencer y lo dominó.

El resultado final fue claramente favorable a Sarkozy, quien me pareció, en el 90 % de sus respuestas, un catedrático paciente y respetuoso preguntando, examinando y, en ocasiones, discutiendo y perdonando respuestas pobres o mediocres a una profesora asociada (con perdón para todos los profesores asociados) que, en el minuto 100 del partido, perdió los estribos y, aprovechando una propuesta de su rival Sarkozy a favor de los discapacitados, **pretendió dar toda una lección de ética, moral y buenas costumbres.**

[...]

Sin esperar a ninguna encuesta y, aunque no me den la razón, **creo que el debate de ayer sentenció la victoria de Sarkozy que todas las encuestas han venido anticipando.** Durante muchos minutos fue un maestro y Royal una alumna obligada a aparentar una capacidad que no tiene.

En contra de lo que muchos esperábamos, la socialista Ségolène Royal no quiso, no pudo o no supo convertir el debate en un examen o plebiscito sobre la personalidad del conservador Nicolas Sarkozy. [último párrafo]

Felipe Sahagún es profesor de Relaciones Internacionales en la Universidad Complutense de Madrid y miembro del Consejo Editorial de EL MUNDO

Apresenta-se claramente a opinião, subjetiva, de um ator social provavelmente conhecido pelo público-leitor de um impresso que se sabe de direita na Espanha, onde os veículos jornalísticos têm linhas política definidas, assim como na França. Um dado certamente levado em conta na interpretação (ato comunicativo), não pela composição discursiva, mas pelo estatuto do enunciador-participante, também editorialista de veículo jornalístico de direita.

O estatuto do enunciador-participante se compõe, sobretudo, de competências e responsabilidades, algumas de saber social comum, ou-

Livros LabCom

tras desconhecidas. Para um artigo como o de Felipe Sahagun a instituição jornalística emprega apenas a competência de reconhecimento (escolha do tema, autor) e, em alguns casos, a competência discursiva (principalmente, edição). O artigo tem sido considerado “gênero opinativo” porque teria a finalidade de opinar. Em geral, o artigo é, sim, constituído de muitos atos de linguagem opinativos, entretanto, é uma composição discursiva cujas competências empregadas são de outro domínio, de ator social. Embora a composição seja um conjunto de atos opinativos, as competências para elaboração do artigo são do domínio do articulista. As únicas competências empregadas pela organização jornalística são as competências de reconhecimento e discursiva (edição). No caso em que as composições não são produto da organização jornalística, quanto às competências de reconhecimento, procedimento e discursiva, se não pela edição na composição da página ou da publicação no site, há um tipo de diálogo diverso entre o objetivo da composição e as finalidades da instituição. Quem se compromete no ato de linguagem é o enunciador e locutor que assina. A instituição jornalística apenas publica, ou seja, a finalidade cumprida é de mediar. Aqui, chega-se a uma conclusão: **os elementos devem seguir uma dada combinação para formarem um ato de comunicação relativamente estável da instituição jornalística**, ou seja, mesmos atos de linguagem, mesmos objetos, mesmos estatutos, mesmas lógicas enunciativas. Conforme veremos em Jogos da identidade discursiva, estes são os casos em que a instituição jornalística não aparece nem como sujeito comunicante, locutor e enunciador.

Os discursos de outras formações discursivas estão todo o tempo em diálogo com o discurso jornalístico. Na chamada notícia, um claro exemplo são as declarações de autoridade e os testemunhos. Numa notícia, os testemunhos de um incidente, por exemplo, estão submetidos ao compromisso com a adequação do enunciado à realidade. Seja em forma de citação textual ou de composição testemunhal (texto, vídeo ou áudio), o testemunho participa da composição discursiva por seu atributo de presença constatativa, ligado ao tópico da presença, portanto,

um procedimento de apuração e verificação, além de argumentativo. Mesmo um texto escrito ou um vídeo enviado à organização jornalística. Aqui, então, não se pode falar apenas em mediação, diferentemente dos casos em que os testemunhos constituem uma composição cujas competências empregadas são apenas de reconhecimento (seleção) e discursiva (edição). Por exemplo, as mensagens publicadas em colunas ou as chamadas cartas.

O fenômeno da mediação se tornou sócio-historicamente uma finalidade institucionalizada da atividade jornalística, mas essa realidade remetida à audiência não se compõe apenas de fatos. A mediação se dá também com discursos de outros domínios. É a função democrática de promoção de debates, da circulação de opinião, como no caso dos artigos de atores sociais competentes, especialistas.

O artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e de seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais. (MARQUES DE MELO, 1985, p.122)

O artigo é um exemplo de composição discursiva da FDJ em que esta finalidade de mediação seria a principal, em relação à de informação e opinião. Ou seja, talvez se possa dizer que a mediação não é só “mediação informativa”, como denomina Guerra (GUERRA, 2003, p.48), mas também “mediação opinativa”.

Assim como nos artigos, as cartas ao editor (*le courrier*) e os comentários por email são selecionados e editados pela organização jornalística, mas são de responsabilidade dos enunciadores (aqueles que assinam). Os atos de linguagem são, em geral, de ordem estritamente subjetiva. Os compromissos do enunciador são com suas crenças, expressões e sentimentos. Embora se realizem, obviamente, assertivos em cartas, os compromissos mais comuns estão na ordem da sinceridade (condição de sinceridade) apenas, dito de outro modo, compro-



metem apenas o enunciador. Nas composições da lógica assertiva, os enunciados comprometem também a instituição jornalística.

Entretanto, a força do assertivo é determinada pela necessidade de verificação e qualidade de verificação do objeto de realidade. Nos casos em que as composições discursivas são produzidas em outro domínio, a necessidade de verificação é menor para a prática jornalística. O exemplo de colunas chamadas de serviços ao consumidor ou ao cidadão ou, ainda, consideradas hoje como espaços de “jornalismo colaborativo”, como a “Ciudadano M” de El Mundo com equivalente blog em El-mundo.es, mostra que, no caso de testemunhos que são composições produzidas por atores sociais de outros domínios (cidadãos-leitores), os atos de linguagem são opinativos e as competências empregadas pela organização jornalística são, em geral, as competências de reconhecimento e discursiva. A competência de procedimento, de apuração e checagem de informações, não é empregada.

Na ocorrência da frenagem do metrô em Madri, foram publicadas seis mensagens na coluna “Ciudadano M” do El Mundo e disponibilizadas 30 mensagens (comentários) no blog “Ciudadano M” (com fórum associado). Sejam textos ou comentários, são o mesmo tipo de mensagem (atualmente enviados por email) submetidos à mesma lógica e às mesmas finalidades institucionais (Ex20).



10/03/07 El Mundo e Elmundo.es	
Coluna Ciudadano M	Blog Ciudadano M
<p>Para esto paga el usuario de Metro...</p> <p>Encima que las obras se hacen con dinero público, y encima que los trenes se compran con dinero público, y encima que el mantenimiento se hace también con dinero público...</p> <p>Encima que, además de eso, me piden que pague el billete para usar ese servicio...</p> <p>¿Qué es lo que hay que hacer para que funcionen en condiciones? Ayer llegué con dos horas de retraso.</p> <p>C.</p>	<p>Escrito por gh (*) el Jue Mar 08, 2007 09:05 pm</p> <p>Asunto: La noticia no es correcta</p> <p>Si un tren da un frenazo, por muy frenazo que sea no está el servicio interrumpido las casi 24 horas que va a estar, ahora a las 21:00 sigue igual.</p> <p>Pero bueno, parece que interesa narrarlo así, pero el sentido común llama a pensar...que va a ser que no, que lo del frenazo no cuele.</p> <p>De todas formas hoy entre las 8,30 y las 9 de la mañana hubo dos desalojos de tren, cuando abandoné Canillejas continuaban las incidencias y ...voilà!!! a mediodía DESCARRILA un tren porque se engancha con un motor, efectivamente hace palanca, deajusta la vía y se forma el quilombo.</p> <p>No será porque no hay testigos..., en fin, una vez más METRO DE MADRID: SINVERGÜENZAS.</p> <p>una hora más perdida por culpa de esos incompetentes, y mira que en el INEM hay colas y colas, pero nada, alguno se resisten.</p> <p>Autobuses fletaba yo de Metro al Inem, pero autobuses de esos articulados hasta los topes.</p>

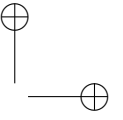
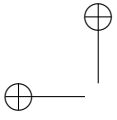
No último parágrafo do comentário da coluna, o enunciador “C.” se compromete em expressar incompreensão e indignação com uma situação vivenciada e se compromete com a adequação do enunciado à realidade, um fato dado. Este fato, com qualidade e alto coeficiente de verificação, não tem, no entanto, necessidade de verificação. Os compromissos dos atos de linguagem são do enunciador, a instituição jornalística se compromete apenas com ter recebido e escolhido esta mensagem como testemunho. Este é um compromisso resolvido pela própria mídia digital (sistema de transmissão e estocagem). O enunciador que posta um comentário não precisa se autenticar, seu comentário é moderado (como no impresso, competência discursiva) e publicado. O enunciador “Gh” se compromete com a adequação de seu enunciado

à realidade, um fato dado. Nenhuma necessidade de verificação. Ao mesmo tempo em que, no ato de linguagem do usuário-cidadão, não há um co-enunciador, uma demanda institucional, como para as composições produzidas pela instituição jornalística.

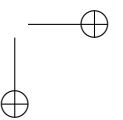
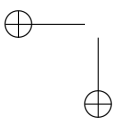
Mesmo em composições consideradas pelos franceses como gênero de informação estrita, como a *revue de presse*, os objetos de realidade não exigem verificação. A *revue de presse*, atualizada como *Télézapping* e *Radiozapping* no *Lemond.fr*, é uma coleção de citações significativas de informação e de comentários publicados em outros impressos ou meios audiovisuais¹⁵. Equivalem, também, ao que se chama na Espanha e no Brasil de “nota”. Os objetos de realidade são, assim, composições produzidas por outras organizações, segundo a lógica da informação. Essas organizações são agências de notícias com as quais as empresas de jornalismo de atualidade têm contratos, pelos quais recebem a todo tempo um dado pacote de informações (por editoriais e por linguagem). Como um tipo de organização jornalística, as agências empregam as mesmas competências para cumprir a finalidade de informar.

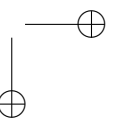
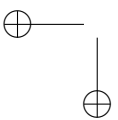
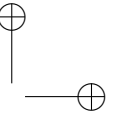
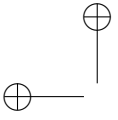
Tanto nos impressos como nos webjornais, essas notas (da *revue de presse*) são escolhidas (competência de reconhecimento) e editadas (competência discursiva). A competência de procedimento e discursiva, de redação, é da agência de notícia. A finalidade principal é de informação, mas quem a produz é outra organização jornalística. Os compromissos com a adequação do enunciado à realidade são das agências. Entretanto, como analisaremos, os veículos são parte da dimensão de locutor, principalmente nas notícias cuja assinatura soma o nome do veículo e da agência, indicando que a redação “cozinhou” a notícia ou produziu alguma outra composição parte daquela notícia, como, por

15. « La revue de presse est une collection de citations significatives d'information et surtout de commentaires publiés dans d'autres journaux ou diffusés par des médias audiovisuels. [...] C'est le plus souvent une succession de brèves ou de filets qui sont des extraits d'articles ou de textes d'autres journalistes qui ont été choisis soit en rapport avec une même événement d'actualité, soit sur des sujets différents. [...] » (AGNÈS, 2002, p. 191).



exemplo, um infográfico.







Capítulo 2

A equação da interpretação e sua força argumentativa

O conceito de interpretação é um nó para a teoria de gêneros, como também para as teorias do jornalismo. As teorias classificatórias mostram isso. Apenas alguns autores entendem interpretação como parte de todas as composições, como Lorenzo Gomis, enquanto outros pesquisadores dividem em gêneros interpretativos, como Luiz Beltrão e Marques de Melo, que atualmente reivindica o sentido de interpretação como explicação e não valoração, como se estabilizou no Brasil. A questão está, portanto, no conceito de interpretação e no que isto implica na prática jornalística, desde as competências de reconhecimento, de procedimento à competência discursiva. É importante, inclusive, diferenciar o trabalho interpretativo na produção da matéria discursiva e o nível interpretativo explicitado na composição discursiva, ou seja, no ato da realização dos compromissos pela linguagem.

Compreendemos o conceito de interpretação como a hermenêutica, conforme apresentado no capítulo 2. E dialogamos com a tese de Josenildo Guerra, que analisou o que chamou de “percurso interpretativo da notícia”.

Neste ponto, acredita-se ter apresentado os principais conceitos que



deverão fundamentar a formulação do percurso interpretativo, que poderiam ser assim resumidos:

o **conceito de interpretação** deve ser entendido à luz da idéia de círculo hermenêutico, isto é, **o conhecimento que se pode obter é sempre de algum modo antecipado pelo patrimônio de significados dados na experiência da tradição**, conceito usado por Gadamer, ou da cultura, termo correlato que vem sendo usado por esta tese basicamente como sinônimo do que Gadamer entende por tradição;

[...]

as **matrizes interpretativas** se constituem em especializações internas do horizonte, a ser operadas pelo intérprete em função do contexto e da pergunta possível de ser feita, em relação ao aspecto que motiva o intérprete. (GUERRA, 2003, p. 178)

Entendemos que a sistematização das “matrizes interpretativas”, de fato, auxiliam na compreensão do conhecimento da realidade. No entanto, para se compreender as composições discursivas, é preciso distinguir os intérpretes, produtor-participante e leitor-participante. O aspecto fundamental são os parâmetros de interpretação, intersubjetivos, de reconhecimento mútuo. Acreditamos, por isso, que os tópicos jornalísticos são um elemento-chave da interpretação na realização de um ato de linguagem da FDJ.

Nas análises das lógicas discursivas, observamos que os objetos de realidade e compromissos se configuram um pelo outro. Neste jogo, o tópico jornalístico funciona como um sistema de medição de evidência.

Certas noções, tais como a de evidência ou a de fato, adquirem um sentido particular em disciplinas ligadas por textos.

Quando, **argumentando perante um auditório que não está ligado por textos**, dizemos que uma proposição é evidente, é porque não desejamos rejeitar essa proposição ou não dispomos de um meio para fazê-lo. Em compensação, quando dizemos de uma regra de direito que ela parece evidente, é porque acreditamos que nenhuma



contestação poderia surgir a respeito de sua aplicabilidade a um caso particular. Pois **a não-evidência atribuída a certas regras, a suposta necessidade de justificá-las, resulta do fato de convertermos imediatamente a possibilidade de contestações numa busca de fundamentos**; é que toda dificuldade de aplicação, ainda que os valores protegidos pela lei não sejam discutidos, corre o risco de dar início a toda uma argumentação na qual intervirão provavelmente os fundamentos possíveis da regra. Da mesma forma, dizer que um texto sacro é evidente é, uma vez que não se trata de rejeitá-lo, pretender que há uma única maneira de interpretá-lo. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.115)

O enunciado evidente é aquele cujos objetos de realidade se apresentam como objetos de acordo. Portanto, o movimento dos assertivos de composições informativas é trabalhar com sua qualidade e coeficiente de verificação (medida da evidência) de maneira que se realizem como fatos dados, indiscutíveis, de acordo pleno. **São os tópicos jornalísticos que funcionam como um sistema de mediação do nível de evidência dos objetos, o que influencia diretamente no grau de verossimilhança dos assertivos. O nível de indeterminação, abstração e dificuldade de delimitação do objeto de realidade é avaliado segundo tópicos jornalísticos e tópicos universais.**

Para que os objetos de realidade e as conexões entre os objetos de realidade se realizem na composição discursiva como evidente, como são as ocorrências passíveis de constatação, ou como objetos de acordo, o discurso jornalístico trabalha sua “dimensão argumentativa”. A dimensão argumentativa, diferentemente do objetivo argumentativo – o que se entende como modo argumentativo –, é inerente a numerosos discursos, pois que todo e qualquer enunciado pretende agir sobre o parceiro legítimo de alguma forma:

O trabalho argumentativo opera com os tópicos jornalísticos, os tópicos universais e tópicos especializados. Os tópicos (lugares comuns), como analisamos no capítulo 2, permitem fundar valores e hierarquias. O que mais marca o trabalho de composições assertivas se não a hierarquização? É a hierarquia de elementos do real, de objetos de realidade.





[...] Assim é que, segundo Plotino, todos os elementos do real formam uma hierarquia sistematizada, devendo **o que é causa e princípio ocupar uma posição superior ao que é efeito ou consequência.** [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.91) (grifo nosso)

Estas hierarquias tão necessárias ao conhecimento da realidade dos acontecimentos (examinaremos mais à frente) fundamentam “argumentos baseados na estrutura do real” – como denominamos por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Este tipo de argumento constitui as estratégias discursivas de composições assertivas cujo objetivo é apresentar o maior grau de verossimilhança possível, ao mesmo tempo com o menor nível de interpretação atribuído. Nestas composições, quanto mais verossímil, menos interpretativo. Por isso, as conexões entre objetos de realidade de acordo não são, comumente, reconhecidas como interpretadas, mas como dadas, enquanto que as ligações que incluem objetos de desacordo, mesmo em relação com objeto de acordo, são, em geral, reconhecidas como interpretadas.

Os níveis interpretativos das composições jornalísticas estão, portanto, diretamente relacionados aos tipos de objetos tratados e realizados na composição, assim como às conexões entre os objetos. Como analisamos, as notícias, tanto de impressos quanto de digitais, apresentam, em geral, objetos de acordo, desde fatos, dados de realidade, situações contextuais, “verdades” de saberes especializados. Isto ocorre porque **a competência de procedimento para composições formadas por atos assertivos é exatamente esta: trabalhar com a máxima quantidade de objetos de acordo, seja para enunciá-los apenas isoladamente, seja para operar conexões entre estes objetos.**

Dois exemplos de notícia, uma publicada no Lemonde.fr e outra na Folha de S.Paulo, são representativos da quantidade média de objetos de realidade que compõem esse tipo de composição assertiva. A matéria do Lemonde.fr, de três dias antes do segundo turno das eleições presidenciais da França, é sobre a audiência do primeiro e único debate televisivo entre Sarkozy e Royal e a da Folha de S.Paulo, do dia da



votação, 06 de maio de 2007, registra o dia da eleição (Ex21):

<p>Plus de 20 millions de téléspectateurs devant leur poste pour suivre le débat Sarkozy-Royal LEMONDE.FR: Article publié le 03.05.07</p>	<p>Folha de S.Paulo França, polarizada, define presidente hoje JOÃO BATISTA NATALI ENVIADO ESPECIAL A PARIS</p>
<p>Le face-à-face télévisé qui a opposé, mercredi soir 2 mai, Ségolène Royal et Nicolas Sarkozy, a réuni plus de 20 millions de téléspectateurs, une audience supérieure au débat Jacques Chirac-Lionel Jospin de 1995, selon les chiffres de Médiamétrie communiqués jeudi par les chaînes.</p> <p>Le débat, qui a duré plus de deux heures et demie, a été suivi par environ 12 979 720 personnes sur TF1 et 7 085 000 sur France 2, soit un total de 20 064 720 téléspectateurs. Au début de la retransmission, France 2 a dû subir un problème de son.</p> <p>Le nombre total de téléspectateurs est supérieur, l'audience des autres chaînes ayant retransmis le débat, notamment les chaînes d'information en continu, n'étant pas encore connue. Des sites Internet et des stations de radio ont également diffusé en direct le débat.</p> <p>Le précédent face-à-face télévisé qui avait opposé les candidats Jacques Chirac et Lionel Jospin le 2 mai 1995 avait réuni 16,78 millions de téléspectateurs sur les deux chaînes. [...]</p>	<p>Os franceses escolherão hoje o sucessor do presidente Jacques Chirac, em eleição para a qual o candidato conservador, Nicolas Sarkozy, 52, ampliou nos últimos dias a vantagem que as pesquisas já lhe davam há quatro meses sobre sua adversária do Partido Socialista, Ségolène Royal, 53.</p> <p>Há cerca de 44 milhões de eleitores inscritos. A sucessão presidencial, disputada por 12 candidatos no primeiro turno de 22 de abril, se adensou e passou a mobilizar a França conforme se esboçava a histórica polarização entre direita e esquerda no turno final. Prova disso foi a abstenção, há duas semanas, de apenas 16,2% dos eleitores, num país em que o voto não é obrigatório.</p> <p>Essa mobilização, como notou o sociólogo Pierre Zémor, quebrou a apatia e o desinteresse e reconstruiu a antiga afinidade da sociedade civil francesa com sua classe política. As pesquisas colocam Sarkozy 6 a 10 pontos à frente de Ségolène.</p>

A notícia do Lemonde.fr opera com dados estatísticos (audiência superior a 20 milhões), dados de realidade (cobertura dos sites) e fatos históricos (debate entre Chirac e Jospin). A notícia da Folha de S.Paulo opera com um acontecimento convencionalizado (dia da eleição),

Livros LabCom

dados de sondagem de opinião (6 a 10 pontos à frente, ampliou vantagem), dados de realidade (44 milhões de inscritos e abstenção de 16,2% no primeiro turno). Todos são objetos de acordo, evidentes. As articulações entre alguns desses objetos, conseqüentemente, parecem apenas se suceder. Essas articulações operam, no entanto, conexões também reconhecidas e aceitas intersubjetivamente como se fossem **argumentos de acordo**. Em cada notícia tem-se um exemplo representativo. Na notícia do Lemonde.fr uma comparação no primeiro parágrafo: “O face-a-face televisado que opôs, na noite de quarta 2 de maio, Ségolène Royal e Nicolas Sarkozy, reuniu 20 milhões de telespectadores, uma audiência superior ao debate Jacques Chirac-Lionel Jospin de 1995, segundo dados de Médiamétrie [o Ibope francês] publicados quinta pelos canais de televisão”. Este tipo de comparação é feito com dois dados de audiência considerados como dados científicos produzidos por instituição reconhecida (os 16,7 milhões aparecem no último parágrafo). A conclusão que traz essa audiência como “superior” é resultado de uma matemática simples, parâmetro que constitui o saber social compartilhado, prévio. No caso da matéria da Folha de S.Paulo, uma relação de causa: “A sucessão presidencial, disputada por 12 candidatos no primeiro turno de 22 de abril, se adensou e passou a mobilizar a França conforme se esboçava a histórica polarização entre direita e esquerda no turno final. Prova disso foi a abstenção, há duas semanas, de apenas 16,2% dos eleitores, num país em que o voto não é obrigatório”. A abstenção de 16% prova que há mobilização na França? Sim. Além do que a polarização pode ser comprovada também pelos resultados de contagem da votação no primeiro turno.

Este é um “argumento por comparação”. Os argumentos por comparação, por exemplo, têm subjacente a idéia de “medida”, cujos critérios devem ser aceitos e reconhecidos intersubjetivamente.

Ao afirmar “Suas faces são vermelhas como maçãs”, bem como ao afirmar “Paris tem três vezes mais habitantes do que Bruxelas”, “Ele é mais belo do que Adônis”, comparamos realidades entre si, e isto de uma forma que parece muito mais suscetível de prova do que um



mero juízo de semelhança ou de analogia. Tal impressão deve-se ao fato de **a idéia de medição estar subjacente nesses enunciados, mesmo que qualquer critério para realizar efetivamente a medição esteja ausente; por isso os argumentos de comparação são quase-lógicos.** São em geral **apresentados como constatação de fato**, enquanto a relação de igualdade ou de desigualdade afirmada só constitui, em geral, uma pretensão do orador. [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.274-275) (negrito nosso)

Essa lógica de apresentar os argumentos como “constatação de fato” segue as composições assertivas em maior ou menor grau. A medição produzida pelo Médiаметrie, mais do que ter critérios aceitos, já está institucionalizada.

Então, conexões como comparações, exemplificações ou até de causa constituem argumentos aceitos para composições assertivas, porque tratam de objetos de acordo segundo **argumentos de acordo**. O que estamos chamando de argumentos de acordo são os argumentos quase lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real ou que fundamentam a estrutura do real. Dentre estes, se destacam os **argumentos por comparação e pelo provável** (quase lógicos), os **argumentos pelo exemplo e pela ilustração** (que fundamentam a estrutura do real) e **argumentos de efeito e de autoridade** (baseados na estrutura do real). Os argumentos, fundados em valores, hierarquias, tópicos, trazem os parâmetros de interpretação.

Um símbolo do argumento por comparação é a infografia animada (também chamada pelo Lemonde.fr de *visuel interactif*) de sondagens de opinião cada vez mais frequentes durante as campanhas eleitorais. O sistema de mediação é institucionalizado a ponto de permitir dar como fato de constatação os dados divulgados pelos institutos de pesquisa.

Livros LabCom



Sondages : les intentions de vote

EMONDE.FR | 22.12.06 | 10h08 • Mis à jour le 27.12.07 | 15h17



Figura 5 – Infografia de sondagens (Lemonde.fr, dezembro de 2007)

Os critérios para a medição compõem a metodologia fruto de saber especializado. Seguindo os critérios, as infografias utilizam representações também institucionalizadas como gráficos lineares, histogramas (conjunto de retângulos que têm as bases sobre o eixo x e a área proporcional às frequências de classe), tabelas (hierarquização de dados), pizzas (para porcentagens), mapas (situar uma cidade, um conflito numa região), esquemas (para um mecanismo complexo). Hoje, com as infografias animadas, as representações se atualizam e se desenvolvem, mas não podem deixar de trabalhar com argumentos de acordo e objetos de acordo.

Embora as sondagens sejam para o senso comum uma “verdade” de saber especializado, neste domínio os seus critérios podem e são questionados. Um excelente exemplo é o artigo intitulado “Sondages : attention danger !” publicado no Le Monde no início de março, antes do começo oficial do período eleitoral da campanha presidencial de 2007 na França (Ex22, com texto em anexo). Neste artigo, Loïc Blondiaux, professor do Instituto de Estudos Políticos de Lille, expõe cinco



“dados de evidência” conhecidos pelos pesquisadores, que mostram como as afirmações com base nas sondagens podem ser equivocadas. O primeiro dado está diretamente relacionado à amostra, um critério de representatividade que ele discute: “As sondagens são representativas das pessoas que aceitam respondê-la” (4º parágrafo). Pode-se notar, então, que os motivos “do acordo” para objetos de acordo do senso comum podem e são questionados pelos saberes especializados.

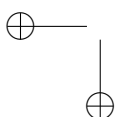
No entanto, algumas comparações entre objetos de realidade chegam a se institucionalizar numa dada sociedade, como confirma uma explicação de Fábio Takahashi, repórter de educação do caderno Cotidiano na Folha de S.Paulo, sobre distância física entre escolas: “A gente tenta interpretar os dados que estão aí. Não é muito opinião não. As escolas são a 10 km de distância. Se a gente jogar isso, tem várias formas de tentar. Nesse caso a gente tenta ter um manual de comparação, tipo: Daqui até o parque de Ibirapuera. Mas é muito difícil todo mundo entender a comparação que a gente está fazendo. Então a gente tem que interpretar isso. Tem que falar assim: são próximas, são uns 10 km... mas a cidade de Cruz das Voltas é muito grande. [...]”¹.

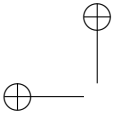
Outro argumento quase lógico muito frequente nas composições assertivas é o argumento pelo provável.

A argumentação quase-lógica pelo provável ganha todo o seu relevo quando **há avaliações baseadas**, a um só tempo, **na importância dos acontecimentos e na probabilidade do aparecimento deles**, ou seja, na grandeza das variáveis e na frequência delas, na esperança matemática. [...] Esse raciocínio confronta as possibilidades de ganho e de perda combinadas com a grandeza do que está em jogo, reputando quantificáveis todos os elementos em questão. [...]. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.292) (negrito nosso)

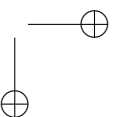
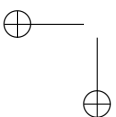
A argumentação pelo provável situa uma ocorrência com probabilidade de ocorrer no momento mesmo da enunciação. No exemplo abaixo, dois argumentos similares nos dois textos: no primeiro, a

1. Entrevista realizada pela autora com Fábio Takahashi. Em Anexo.





probabilidade está medida pela frequência desta ocorrência quase como uma tradição e pela quantidade de eleitores centristas (dado de realidade) e audiências dos canais televisivos franceses (dado de realidade); no segundo, apenas pela frequência da ocorrência (Ex23).



<p>Folha Online 01/05/2007 – 23h11 Sarkozy e Royal se enfrentam em debate a quatro dias do 2º turno da France Presse, em Paris</p>	<p>Lemonde.fr Débat sous haute surveillance LEMONDE.FR : Article publié le 02.05.07 Guillaume Fraissard</p>
<p>O candidato da direita Nicolas Sarkozy e a socialista Ségolène Royal se enfrentam na quarta-feira à noite em um duelo crucial transmitido pela televisão a quatro dias do segundo turno das eleições presidenciais na França.</p> <p>Os dois candidatos medirão forças face à face diante das câmeras a partir das 21h (16h de Brasília) no que será o ponto final de uma campanha que mobilizou a França.</p> <p>Mais de 20 milhões de espectadores devem acompanhar este confronto, que deverá ter duas horas de duração. Os debates transmitidos pela TV são uma tradição das eleições presidenciais que começou em 1974 na França.</p> <p>Sarkozy, 52, surge como favorito neste debate, considerado muito importante, mas não necessariamente decisivo para o resultado da votação.</p> <p>As últimas pesquisas dão vantagem ao candidato da direita de 52% a 53% das intenções de voto, contra 48% a 47% para Royal, 53, primeira mulher em reais condições de se tornar presidente na França.</p> <p>Os dois finalistas deverão principalmente se esforçar para seduzir os eleitores ainda indecisos do centro – cerca de um terço dos 6,8 milhões de pessoas que haviam votado em François Bayrou, 3º colocado no primeiro turno.</p> <p>Eleição aberta [intertítulo] [...]</p>	<p>Face à face et les yeux dans les yeux. Ce soir à 21 heures, sur TF1 et France 2, Ségolène Royal et Nicolas Sarkozy s'affronteront pendant deux heures lors du traditionnel débat télévisé de l'entre-deux-tours, qui pourrait réunir jusqu'à 20 millions de téléspectateurs. En 2002, Jacques Chirac ayant refusé de rencontrer Jean-Marie Le Pen, les électeurs avaient été privés de ce rituel instauré en 1974.</p> <p>Joute oratoire parfois tendue, confrontation d'idées et de programmes, le débat est aussi une affaire d'image très importante. D'autant que, à quatre jours du second tour, les électeurs indécis demeurent nombreux. La date du 2 mai à d'ailleurs été choisie pour laisser aux candidats le temps de se retourner en cas de mauvaise prestation ce soir. Ségolène Royal et Nicolas Sarkozy seront ainsi présents tour à tour sur le plateau du "19/20", sur France 3, les 3 et 4 mai.</p> <p>[...]</p> <p>Jérôme Revon [mediador do debate] devra en outre se plier à une somme de contraintes, apparues lors du débat entre Valéry Giscard d'Estaing et François Mitterrand, en 1981, et pérennisées depuis. A l'époque, le candidat socialiste avait retenu les leçons de sa mauvaise prestation télévisée de 1974, lors de laquelle VGE lui avait asséné la phrase cinglante "Vous n'avez pas le monopole du cœur", dont on dit qu'elle fit basculer l'élection. En 1981, François Mitterrand avait donc chargé l'avocat Robert Badinter (son futur ministre de la justice) et le réalisateur-ami Serge Moati d'édicter une vingtaine de "règles de bonne conduite" : pas de plan de coupe sur le visage d'un candidat pendant que son rival prend la parole, possibilité de récuser les journalistes choisis pour animer le débat, distance sur le plateau entre les candidats, etc. Lors du face-à-face de 1981, Serge Moati, présent dans la cabine de réalisation, n'avait cependant pas hésité à demander des gros plans sur Mitterrand pour coller à l'image de sa campagne fondée sur "la force tranquille"</p> <p>[...]</p>

No Lemonde.fr, o equivalente do enunciado do terceiro parágrafo na Folha Online – “Mais de 20 milhões de espectadores devem acompanhar este confronto, que deverá ter duas horas de duração.” – é o segundo período do primeiro parágrafo - “Nesta noite, às 21h, na TF1 e

France 2, Ségolène Royal e Nicolas Sarkozy se enfrentam durante duas horas no tradicional debate televisado entre os dois turno, que pode reunir até 20 milhões de telespectadores”. Probabilidade dada, então, pela tradição deste tipo de debate, frequentemente assistido pelos eleitores franceses. Assim como a probabilidade de “esforço” para conquistar os eleitores do centro, até aquele momento indecisos (dados de realidade de sondagens), enunciada pela Folha. A probabilidade do coordenador do debate se submeter a constrangimentos - “Jérôme Revon [mediador do debate] deverá se submeter a uma soma de constrangimentos, surgidos no debate entre Valéry Giscard d'Estaing e François Mitterrand, em 1981, e depois perenizados” – é enunciada mediante outro argumento, o **argumento pela ilustração**. Pois, além de se basear em ocorrências frequentes num debate televisivo às vésperas de uma eleição presidencial, ilustra uma ocorrência de 1981. Este é um dos “argumentos que fundamentam a estrutura pelo real” mais comuns nas composições assertivas, como também o argumento pelo exemplo.

A argumentação pelo exemplo implica – uma vez que a ela se recorre – certo desacordo acerca da regra particular que o exemplo é chamado a fundamentar, mas essa argumentação **supõe um acordo prévio sobre a própria possibilidade de uma generalização a partir de casos particulares** ou, pelo menos, **sobre os efeitos da inércia**. [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA 1996, p.399) (grifo nosso)

O **argumento pelo exemplo** é muito importante para o discurso jornalístico porque ele permite, com frequência, fundamentar generalizações e sínteses necessárias para a constituição da notícia, no sentido da qualidade de noticiável (*leads*). Duas outras matérias, uma da Folha Online e outra do Le Monde (também publicado no Lemonde.fr), são representativas (Ex24):

<p>Nucléaire, handicap, récidive... des joutes et des erreurs LE MONDE 03.05.07 11h02 • Mis à jour le 03.05.07 12h22</p>	<p>02/05/2007 – 21h05 Royal e Sarkozy têm debate tenso a quatro dias do segundo turno da Folha Online</p>
<p>Au terme d'un échange confus sur l'énergie nucléaire, Ségolène Royal a reproché à son adversaire "une série d'erreurs" : "Cela peut arriver mais il faudra que vous révisiez un peu votre sujet !" En réalité, les deux candidats ont montré quelques faiblesses dans leur connaissance du dossier nucléaire civil.</p> <p>La part du nucléaire dans la production électrique française n'est en effet pas de 17 %, comme l'a prétendu Ségolène Royal. Laquelle jeudi sur France Inter a consenti "un lapsus". Mais elle n'est pas plus de 50 %, ainsi que l'a affirmé M. Sarkozy.</p> <p>En fait, les 58 réacteurs nucléaires français fournissaient, en 2005, 78,5 % de l'électricité produite en France, les énergies fossiles 11,5 % et les énergies renouvelables 10 %, provenant en majorité des barrages hydroélectriques.</p> <p>Les 17 % évoqués par Mme Royal, qui propose de réduire de 50 % la part du nucléaire dans le "mix énergétique" français, se rapportent en fait à la contribution du nucléaire à la consommation finale énergétique française. Doit-on rapprocher les 50 % avancés par Nicolas Sarkozy des 42 % de l'énergie primaire d'origine nucléaire consommée en France en 2005 ?</p> <p>[...]</p>	<p>Pouco atrás de seu concorrente nas pesquisas de opinião na França, a candidata socialista Ségolène Royal, 53, usou nesta quarta-feira uma estratégia agressiva para conquistar os eleitores, a quatro dias da votação que decidirá o futuro presidente do país. Royal e o candidato conservador Nicolas Sarkozy, 52, se enfrentaram hoje em um debate na TV que foi assistido por cerca de 20 milhões de franceses.</p> <p>Os dois candidatos trocaram ataques verbais durante um debate tenso. Royal rapidamente questionou o histórico de Sarkozy como ministro do Interior e das Finanças, cargos que ele ocupou antes de concorrer à Presidência. "O que você fez nos últimos cinco anos? Há um problema de credibilidade aqui", disse a socialista, que interrompeu as respostas de Sarkozy com frequência.</p> <p>Sarkozy, que mantém a liderança em praticamente todas as pesquisas de opinião desde o 1º turno, adotou uma atitude defensiva durante a maior parte do debate, mas atacou sua oponente em alguns momentos. Durante uma discussão sobre escolas para portadores de deficiência, o conservador acusou Royal de perder a calma: "Ao menos isso serviu a um propósito –mostrar que você fica irritada muito depressa. Um presidente é alguém que tem responsabilidades muito sérias".</p> <p>[...]</p>

São duas matérias sobre o debate entre Sarkozy e Royal. Essa matéria do Le Monde focou em cada tema tratado (seis temas), sendo este sobre energia nuclear. A matéria da Folha Online, como faz-se em todo veículo, é sobre o “resultado do debate”. O Le Monde começa com uma citação de Ségolène sobre erros de Sarkozy quanto a dados da energia nuclear e, no período seguinte, apresenta a síntese da notícia: “[...] Na realidade, os dois candidatos mostraram algumas falhas em seu conhecimento sobre o dossiê nuclear civil.” Nos próximos parágrafos, o texto coloca exemplos de declarações que comprovam as falhas



de conhecimento e compara-os com os dados de realidade: “A parte nuclear na produção elétrica francesa não é, com efeito, de 17%, como sustentou Ségolène Royal. Naquela quinta na France Inter cometeu um lapso. Mas ela não é mais de 50%, como afirmou M. Sarkozy”. Na matéria da Folha Online, produzida a partir de composições das agências de notícias, decidiu-se, no trabalho de hierarquização, por destacar o que se considerou (agências e jornais internacionais) um “estratégia agressiva” de Ségolène Royal. No segundo parágrafo, uma citação que representa essa “agressividade”. As conexões entre objetos de acordo são a base da composição assertiva implicada pela finalidade reconhecida de informar, naturalmente porque o jornalismo produz um conhecimento da realidade noticiável. Para ter sentido noticiável, um fato ou um acontecimento precisa ser relacionado a outros fatos, outros acontecimentos, dados de realidade, fatos históricos, a situação contextual, enfim, uma diversidade de objetos de acordo e também de desacordo.

O outro grupo de argumentos que caracterizam as composições assertivas é aquele dos argumentos baseados na estrutura do real: **argumentos de efeito e de autoridade**. O que estamos chamando de “argumento de efeito” faz parte das ligações de sucessão e de coexistência.

Dentre as ligações de sucessão, o vínculo causal desempenha, incontestavelmente, um papel essencial, e seus efeitos argumentativos são tão numerosos quanto variados. Desde logo, vê-se que ele deve permitir argumentações de três tipos: a) as que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, por meio de um **vínculo causal**; b) as que, sendo dado um acontecimento, **tendem a descobrir a existência de uma causa** que pôde determiná-lo; c) as que, sendo dado um acontecimento, **tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar**. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 299-300) (grifo nosso)

As ligações entre ocorrências são muito frequentes devido à incontestável necessidade de se conhecer as causas de um fato, os motivos de incidentes como o do metrô de Madri, as manifestações, acidentes,

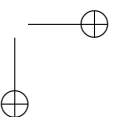
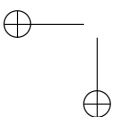




tragédias como o massacre de Virginia Tech.

A argumentação pela causa supõe, quando se trata de atos humanos, que estes são racionais. Admitir-se-á dificilmente que alguém tenha agido de uma certa forma, se o acusador não explicar as razões do comportamento alegado; cumpriria mesmo que ele explicasse por que teriam cometido tal ato, e não tal outro que parece preferível: [...] (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.300)

A atitude do estudante sul-coreano, tão difícil de se explicar, era, na semana do ataque, discutida por uma dezena de matérias. Um exemplo é a matéria do El Mundo de 18 de abril de 2007, efetivamente um dia depois da ocorrência (Ex25):



El Mundo

Un estudiante surcoreano que se ensañó con las víctimas fue el autor de la masacre de Virginia

El asesino de 32 personas dejó una enigmática nota que dice: «Vosotros fuisteis la causa de que hiciera esto»

CARLOS FRESNEDA. Enviado especial

Cho Seung-Hui, un solitario y «problemático» estudiante surcoreano de 23 años, matriculado en Filología Inglesa, fue el autor de la masacre de la Universidad Técnica de Virginia. Antes de asesinar a 32 personas y quitarse la vida, Seung-Hui dejó escrita una larga nota en la que podía leerse: «Vosotros fuisteis la causa de que yo hiciera esto». En ella también criticaba a los «niños ricos».

El jefe de Policía de la Universidad, Wendell Finchum, afirmó ayer que la investigación no ha determinado aún cuál fue el móvil de la matanza, pero el hallazgo de la nota -difundido ayer por la cadena ABC- apunta hacia la hipótesis de una venganza.

Según los investigadores, Cho podría estar tomando antidepresivos. Sus compañeros de clase y sus vecinos del Harper Hall destacaron que se comportaba de un modo «extraño y errático» en las últimas semanas. «Era un tipo oscuro y de pocas palabras», declaró Mike Lee. «Siempre temimos que fuera capaz de hacer algo malo», relató Stephanie Derry, compañera de clase en la Facultad de Filología. «Cuanto supe que había sido él, me puse a llorar y a gritar».

En una obra compuesta para la clase de Escritura Creativa, Cho fantaseó con la venganza a tiros de un grupo de estudiantes contra un profesor que había abusado sexualmente de ellos. En otra, un padrastro y un hijastro emprendían una pelea a martillazos y con un sierra eléctrica. Una profesora llegó a recomendar que fuera supervisado por un «consejero psicológico».

[...]

Neste momento, tentava-se descobrir ocorrências que pudessem justificar o ataque. A composição jornalística apresenta acontecimentos frequentes, anteriores indicando a relação de causalidade entre estes e o ataque.

Outros tipos de ligações de sucessão, **como as ligações de sucessão temporal, tão recorrentes, são consideradas como contextualização (um trabalho de interpretação)**. Na relação entre a ocorrência que deu origem à notícia e outras ocorrências, procura-se justificar o sentido da notícia. Do mesmo caso Virginia Tech, um exemplo clássico (Ex26):

17/04/07

Folha de S.Paulo

EUA estão "chocados", diz Bush
DE WASHINGTON

O massacre estudantil no Estado da Virgínia levou George W. Bush a fazer um pronunciamento ao país no fim da tarde de ontem, do salão de recepções diplomáticas da Casa Branca. Com ar grave, o presidente disse que o país estava "chocado e entristecido".

"Escolas deveriam ser lugares de segurança, santuários de aprendizado", disse Bush. "Quando um santuário é violado, o impacto é sentido por todas as salas de aula e todas as comunidades norte-americanas." Em conversa com o governador do Estado, Tim Kaine, Bush disse que seu governo "faria todo o possível" para ajudar nas investigações.

Kaine disse em Tóquio, onde estava no momento da tragédia, que é cedo demais para tirar "conclusões prematuras" sobre a conduta da direção da universidade, que foi criticada por alguns estudantes. "É um dia muito trágico para a Virgínia. Minha reação foi de puro choque", disse Kaine, que chegou ao Japão ontem para participar de eventos de negócios, mas decidiu retornar aos EUA após saber do massacre.

Mais cedo, na entrevista diária, a porta-voz interina da Casa Branca, Dana Perino, havia dito que o presidente ficara "horrorizado" com as notícias.

O incidente ocorre no momento em que o debate sobre controle de armas é retomado, por conta da campanha presidencial de 2008. A Segunda Emenda da Constituição trata do assunto: "Sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser impedido".

Brechas na lei [intertítulo]

[...]

No quinto parágrafo (em negrito), a simples citação do debate sobre o controle de armas em função das eleições de 2008 coloca em relação a situação de liberdade na compra de armas com o ataque. Sugere-se ainda um efeito: de intensificação do debate e interferência na lei.

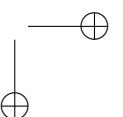
A relação entre ocorrências é muito diferente do argumento de autoridade, onde o argumento é influenciado pelo prestígio. "A forma dos argumentos de autoridade é bastante constante: a opinião que ele propõe é aceitável pelo auditório porque uma autoridade a sustenta e esta autoridade, ela mesma, é uma sustentação para o auditório. [...]"

Livros LabCom



(BRETON, 2006, p.59)

A aceitação do comentário, conforme explica Breton, funciona como uma “delegação permanente de saber”, o que baliza o tópico de autoridade. Na composição assertiva, o argumento se compõe, em geral, de uma citação em discurso direto ou indireto de especialista, cuja autoridade vem pelo conhecimento, ou ator social, cuja autoridade vem do lugar de fala em dado momento ou ainda de sua experiência no domínio em que atua. Retomando a cultura, um exemplo corriqueiro (Ex27):



21/03/07

Folha de S.Paulo

Venda da coleção de Leirner gera protesto

FABIO CYPRIANO

DA REPORTAGEM LOCAL

"**Falta espírito público por parte das instituições brasileiras, em nível federal, estadual e municipal, da elite financeira e do próprio colecionador**", diz a historiadora da arte Aracy Amaral, resumindo a expressão de vários artistas e curadores que têm se manifestado, de modo intenso, pela internet, em relação à venda da coleção de arte construtiva brasileira do paulista Adolpho Leirner ao Museum of Fine Arts de Houston (EUA) – noticiada pela **Folha** no sábado. Amaral foi a editora da publicação "Arte Construtiva no Brasil", sobre a coleção Leirner, em 1998.

"Todos sabemos que o Leirner estava vendendo a coleção; ele ofereceu ao MAM paulista e à Pinacoteca, mas ninguém aqui se preocupa com patrimônio cultural, há uma falta de comprometimento", diz.

De Paris, a curadora Ligia Canongia tem liderado na internet um "protesto cívico" contra o que ela chama de "desastre": "**A questão é o descaso público com a cultura. Em qualquer país civilizado do mundo, haveria leis de proteção contra a saída de acervos importantes de sua história**".

[...]

Adolpho Leirner diz que já havia colocado sua coleção à venda desde 1993. "Meu sonho era deixá-la no Brasil; conversei com todos os curadores, diretores de museus, a Milú Villela [presidente da diretoria do MAM de São Paulo e do Instituto Itaú Cultural], mas não agüentei mais. Sou a pessoa mais infeliz porque a coleção foi para fora, mas também sou a mais feliz porque ela está em Houston, em boas condições."

[...]

A declaração da historiadora abre a composição assertiva para fundamentar a "expressão de vários artistas e curadores" sobre a venda da coleção de arte construtiva brasileira do paulista Adolpho Leirner ao Museum of Fine Arts de Houston (EUA). Neste caso, um argumento de autoridade que supõe uma competência científica. No terceiro parágrafo, é convocada outra autoridade por sua competência e lugar de fala, comportamento e interesse.

Os argumentos apresentados, **por comparação e pelo provável** (quase lógicos), **pelo exemplo e pela ilustração** (que fundamentam a



estrutura do real), **de efeito e de autoridade** (baseados na estrutura do real), não são os únicos, mas os mais frequentes para composições assertivas que precisam manipular apenas objetos de acordo. Na verdade, não configuram como “argumentos”, no sentido clássico do termo, pois não fazem parte de composição com objeto de convencer, mas são argumentos na medida em que operam variados tipos de relações entre objetos de acordo. A definição de um gênero jornalístico francês, a análise (*l'analyse*), é reveladora.

“Do que se trata? Essencialmente de ultrapassar o fato de atualidade para explicar, esclarecer, analisar com a ajuda de outros fatos – contexto, histórico notadamente – e de dar-lhe um sentido, **de colocá-lo em perspectiva**. [...]”

[...] O objetivo é, com efeito, o de propor aos seus leitores uma **interpretação do acontecimento [...] através de um quadro composto a partir de outros fatos suscetíveis de dar sentido**. [...] (AGNÈS, 2002, p. 217) (grifo nosso)²

É assim que se justifica a idéia de interpretação e de níveis de interpretação. Os argumentos estão em todas as composições produzidas pela atividade jornalística, entretanto as estratégias discursivas vão cristalizando argumentos, esquemas retóricos, formas enunciativas, ligações, enfim, tipos de conexões entre objetos de acordo e de desacordo, que formam a realidade. No caso das composições basicamente assertivas, a lógica é trabalhar com objetos de acordo. É o que está sugerido em um dos ingredientes de uma boa análise no Manual de Jornalismo adotado na França, composição esta que é publicada na página 2 do impresso ou disponibilizada na seção “Perspectives/Opinions” do Lemonde.fr.

Uma **argumentação** apoiando-se sobre elementos indiscutíveis que

2. “ De quoi s'agit-il? Essentiellement de dépasser le fait d'actualité pour expliquer, éclairer, analyser à l'aide d'autres faits – contexte, historique notamment – et de lui donner un sens, de le mettre en perspective. [...] L'objectif est en effet de proposer à ses lecteurs une interprétation de l'événement [...] à travers une grille composée à partir d'autres faits susceptibles de lui donner sens. [...]” (AGNÈS, 2002, p. 217).

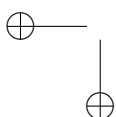




se coloca em valor: **fatos do passado ou do presente, dados de realidade, dados estatísticos, sondagens de opinião, referência a obras ou a estudos [...]** (AGNÈS, 2002, p.218) (grifo nosso) (tradução nossa)³

Um exemplo de matéria que pode ser confundida com a análise francesa revela como os níveis interpretativos são praticamente institucionalizados segundo os reconhecimentos. Um brasileiro que lê comumente a Folha de S.Paulo, mas nunca leu um jornal francês, até mesmo pela dificuldade da língua, irá certamente acreditar que é uma análise, em vez de uma notícia. Sem os paratextos (título, subtítulo) do formato de uma notícia, ou seja, apenas pela lógica enunciativa é difícil de reconhecê-la. A matéria “Le bilan mitigé de l’interieur” (“O resultado mitigado do Interior”), publicada no impresso Le Monde e no site Lemonde.fr em março de 2007, tem um nível de informação tão similar quanto uma reportagem de Clóvis Rossi sobre a campanha presidencial francesa de 2007 (Ex28):

3. “*Une argumentation s’appuyant sur des éléments indiscutibles que l’on met en valeur : fait du passé ou du présent, chiffres, statistiques, sondages d’opinion, références à des ouvrages ou à des études [...]* ” (AGNÈS, 2002, p. 218).



<p>22/03/07 Le Monde Le bilan mitigé du ministre de l'intérieur Piotr Smolar</p>	<p>25/04/2007 Pesquisa mostra pela 1ª vez empate entre Royal e Sarkozy CLÓVIS ROSSI ENVIADO ESPECIAL A PARIS</p>
<p>Pour juger un ministre de l'intérieur sur son bilan, il existe deux critères : ce qu'il a fait et ce qu'il a fait savoir. Négliger la communication serait une erreur, car elle influe sur le fameux sentiment d'insécurité des Français, qui ne suit pas toujours l'évolution réelle de la criminalité. Nicolas Sarkozy n'a cessé de jouer sur un troisième critère : le contexte particulier de son arrivée à Beauvau en mai 2002.</p> <p>Durant la campagne présidentielle de 2002, le thème de l'insécurité avait été omniprésent et contribué à l'échec de Lionel Jospin. Les mauvaises statistiques de la criminalité, la difficile mise en place de la police de proximité et le souvenir des manifestations des forces de l'ordre en novembre 2001, offraient à la droite une marge de manœuvre rare.</p> <p>Dès son arrivée, M. Sarkozy a souhaité imposer une rupture de ton, de méthode et surtout de politique. L'orientation répressive est, dès lors, présentée comme un retour aux fondamentaux. Le temps de la "culture du résultat" est inauguré à l'occasion d'un discours du nouveau ministre devant les commissaires, le 26 juin 2002 à Paris. Ce jour-là, M.Sarkozy lance son premier appel à l'effort collectif, il demande aux chefs de service de se fixer "<i>des objectifs quantifiés</i>" de réduction de la criminalité et promet des récompenses. En 2004, une prime de résultats exceptionnels, de 5 millions d'euros, a été mise en place, rencontrant de fortes réserves syndicales.</p> <p>M. Sarkozy ne s'est pas contenté de faire appel à la bonne volonté des fonctionnaires, il leur a accordé des moyens matériels, financiers, humains et législatifs importants. Une loi d'orientation a été adoptée par le Parlement en août 2002, qui prévoyait 13500 créations de poste en cinq ans pour la police et la gendarmerie. Un objectif presque rempli (<i>cumprido</i>).</p>	<p>A campanha para o segundo turno da eleição presidencial francesa alçou vôo ontem com um empate técnico entre o direitista Nicolas Sarkozy e a socialista Ségolène Royal: pesquisa do instituto TNS-Sofres para o jornal "Le Figaro" e a cadeia de TV RTL dá 51% dos votos para Sarkozy contra 49% de Royal. Está, portanto, dentro da margem de erro, embora esta não tenha sido anunciada. Mas não pode ser inferior a 1 ponto percentual para cada lado.</p> <p>O resultado reflete claramente uma maior inclinação do eleitorado centrista para a candidatura socialista: 46% dizem que votarão por Royal contra apenas 25% para Sarkozy, com 29% que ainda estão indecisos ou não querem votar em nenhum dos dois.</p> <p>Desde que se conheceram os resultados do turno inicial, no domingo, estava claro que a decisão final seria determinada em boa medida pelo eleitorado do centrista François Bayrou (6,8 milhões de votos ou 18,57% do total). A pesquisa do TNS-Sofres põe uma evidência científica nessa avaliação empírica.</p> <p>Bayrou faz mistério Resta, no entanto, que o próprio Bayrou se defina. Ele marcou para hoje à tarde uma entrevista coletiva, mas todas as especulações indicam que preferirá não marcar posição claramente. Explica Pascal Perrineau, do prestigioso Centro de Pesquisas Políticas da "Science Po", centro de excelência em sociologia: "Bayrou passou toda a campanha dizendo "eu existo sem eles" [a direita e os socialistas]. Não faria sentido mudar de posição do dia para a noite".</p> <p>Se essa avaliação estiver correta, o eleitorado de Bayrou tomará seu caminho independentemente do que disser o líder. Perrineau tem, a esse respeito, uma avaliação que não combina com os dados da pesquisa TNS-Sofres: o sociólogo diz que o eleitorado de Bayrou se divide em duas metades mais ou menos iguais.</p>

En outre, dès la fin mai 2002 ont été inaugurés les groupes d'intervention régionaux (GIR), réunissant des représentants de différentes administrations. Chargés de la lutte contre l'économie souterraine, les GIR ont saisi depuis cinq ans 2000 armes, plus de 6 tonnes de cannabis, plus de 100 tonnes d'héroïne et 70 de cocaïne, ainsi que près de 70 millions d'euros en liquide.

[...]

En matière de transparence statistique, **M. Sarkozy a créé l'Observatoire national de la délinquance, installé en novembre 2003 et chargé du traitement des chiffres.** Le ministre a également encouragé les directeurs centraux et les chefs de service à communiquer sur leurs affaires réussies, au nom d'un principe simple : leurs succès contribueraient au sien. Ainsi, après l'arrestation d'Yvan Colonna le 4 juillet 2003, au bout de plusieurs années de cavale, une conférence de presse fut organisée avec tous les responsables policiers concernés. [último parágrafo]

Uma é "a velha corrente democrata-cristã", que forma a base da UDF (União pela Democracia Francesa, o partido de Bayrou), que "tende a votar pela direita". A outra é um novo eleitorado, jovem, formado por "pessoas de esquerda que não foram convencidas por Ségolène Royal". Essa segunda corrente agora votaria pela socialista.

Se essa conta estiver correta, é óbvio que ganha Sarkozy, porque a divisão igualitária dos votos centristas favorece quem saltou na frente no turno inicial. Sarkozy teve pouco mais de cinco pontos percentuais de vantagem, diferença que virou pó se estiver correta a pesquisa de ontem -a primeira, aliás, a indicar um empate técnico entre os dois. Todas as anteriores davam entre seis e oito pontos de vantagem para Sarkozy.

[...]

A composição discursiva traz uma síntese conclusiva no início: existem dois critérios para julgar o trabalho do ministro do interior, o que ele fez e o que ele fez saber. Na matéria de Clóvis Rossi, a síntese está baseada em objetos de acordo, dados de sondagens de opinião. As diferentes aberturas, no entanto, não invalidam o fato de que as composições trazem diversas conexões entre fatos, dados estatísticos. A diferença é que, na análise, os argumentos de acordo são trabalhados para justificar a abertura, enquanto que, na matéria da Folha de S.Paulo, os argumentos não se voltam todos para uma síntese. Na análise, destacamos, pelo menos, cinco fatos recentes e históricos nos seguintes trechos (em negrito): “Durante a campanha presidencial de 2002, o tema da insegurança esteve onipresente e contribuiu para o fracasso de Lionel Jospin”; “O tempo da “cultura do resultado” é inaugurado na ocasião do discurso do novo ministro diante dos comissários, em 26 de junho de 2002 em Paris”; “Uma lei de orientação foi adotada pelo Parlamento em agosto de 2002, que previa 13500 novos postos em cinco anos para

a polícia e a corporação policial”; “Em outro, desde o fim de maio de 2002 foram inaugurados grupos de intervenção regionais (GIR), reunindo representantes de diferentes administrações”; e “Em matéria de transparência estatística, M. Sarkozy criou o Observatório Nacional da Delinquência, inaugurado em novembro de 2003 e encarregado do tratamento dos dados”. Na matéria de Clóvis Rossi, a maioria é de dados de pesquisa, considerados “verdades” científicas. No entanto, o nível de interpretação é tão alto que Rossi chega a questionar uma declaração de autoridade no quinto parágrafo, segundo período: “Perrineau tem, a esse respeito, uma avaliação que não combina com os dados da pesquisa TNS-Sofres: o sociólogo diz que o eleitorado de Bayrou se divide em duas metades mais ou menos iguais.” Relacionando a dados de pesquisa, o jornalista-sênior e colunista da Folha de S.Paulo, questiona a opinião de um especialista.

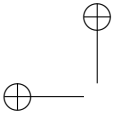
Nas duas composições, embora existam objetos de desacordo, qualificações e metáforas com esse tipo de objeto, os objetos de acordo se destacam. O objetivo é aquilo que Agnès chama de colocar o acontecimento em perspectiva e Rossi chama de dar os elementos necessários para que o leitor tire sua própria conclusão, o que diferencia de opinião, integralmente subjetiva : *“Um exemplo. Na opinião, eu digo o político X é ladrão. Na interpretação, eu digo que o político X é acusado de 420.212 processos, dos quais 7 foram julgados, nos quais foram condenados em primeira instância, está recorrendo, etc e tal, mas não preciso chamá-lo de ladrão. Eu tenho todos os elementos para que o leitor faça sua própria leitura. Mas está ali informação suficiente para que, no fundo, ele chegue à mesma conclusão, até porque eu não sou louco nem débil mental para colocar que, na minha opinião, fulano é ladrão sem ter os elementos para sustentar uma afirmação dessa gravidade. Evidentemente que estou caricaturando um pouco até porque nunca chamei ninguém de ladrão. Só para te dar uma diferenciação entre opinião e interpretação. Basicamente é essa: na opinião, eu dou a minha opinião e na interpretação, em vez de dar minha opinião, eu dou todos os elementos que levam à formação da minha opinião e o*

leitor, a partir daí tira a conclusão dele, se ela é correta ou é cretina.”

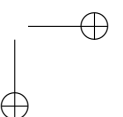
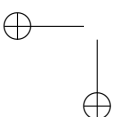
Assim, acreditamos que se pode falar em níveis de interpretação ou escalas argumentativas na notícia, na reportagem, no especial, nos infográficos, enfim, em toda composição cuja principal finalidade reconhecida é informar. Esses níveis, no entanto, são diferentes para as culturas jornalísticas de diferentes países. Parece-nos haver uma escala argumentativa com mais camadas na França, depois Espanha e Brasil. O principal motivo está na própria constituição do discurso jornalístico dos países. Enquanto o Brasil tem uma constituição histórica ligada ao jornalismo norte-americano, a França segue o jornalismo europeu, onde jornais devem ter posição e jornalistas podem opinar em diversos tipos de composições.

Clóvis Rossi, o enviado especial para coberturas internacionais, reafirma as diferenças e situa a Folha : “[...] *O problema é que o modelo da imprensa brasileira é da imprensa americana. Ainda quando escolhe candidato, escolhe o candidato restrito à página de editoriais. [...] A regra geral é que o noticiário procura ser o mais independente possível, o mais equidistante possível das diferentes candidaturas no EUA. E esse é o modelo não só de coberturas eleitorais, mas o modelo de cobertura que a imprensa brasileira acabou adotando. Se explica melhor essa necessidade de não parecer pró ou contra o candidato X ou Y, diferentemente da França, onde se assume mais claramente cada candidatura. [...] A Folha fez essa escolha, do apartidarismo, do pluralismo, que eu acho que é a escolha perfeita. A Folha não é nem o modelo norte-americano, porque o modelo assume na página de editoriais, como o NYT, a campanha da Hillary Clinton e o noticiário continuar absolutamente aberto a críticas, nem a posição francesa, é impensável que o Le Figaro escolha Ségolène Royal. O modelo da imprensa brasileira é basicamente a imprensa americana com essa possibilidade limitada às páginas editoriais. [...] A imprensa europeia já é pré-identificada com os candidatos. Todo mundo sabe que o El País ficará com candidato socialista...[...] Aí já está pré-escolhido.”*

As escalas argumentativas estão condicionadas ainda pela condi-



ção do estatuto, como veremos no próximo item. No Brasil, apenas um repórter especial ou jornalista-sênior, colunista e editorialista, tem autoridade para produzir matérias com tão alto nível interpretativo, inclusive com opinativos, embora “marginais”.



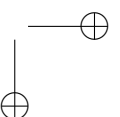


Capítulo 3

Jogos da identidade discursiva na FDJ

A condição de estatuto dos participantes, considerada por grande parte da AD como condição externa de realização do discurso, juntamente com a finalidade reconhecida, o lugar e momento legítimos e o dispositivo, é, na verdade, também uma condição manifesta no interior do discurso. Como dado externo, o estatuto se constitui de três grupos de elementos sugeridos por Foucault, quando trata das modalidades enunciativas: status (cargo, funções, ações que pode realizar, competências, atribuições, subordinação hierárquica, complementaridade funcional, transmissão e troca de informações), lugares institucionais (onde obtém seu discurso, seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação) e situação que pode ocupar, com divisão de atribuições e papéis com que pode atuar. No interior do discurso, a identidade discursiva reúne as dimensões do agente-emissor e do agente-receptor, enunciativos e locutores (constituem o autor implicado) e sujeito comunicante (autor real), leitor implicado (destinatário) e leitor real.

Dentre estes dados, tanto externos quanto internos ao discurso, consideramos que os mais importantes na compreensão dos jogos de enunciativos nas composições do jornalismo de atualidades são: o **status**, principalmente pelos atos de linguagem que se pode realizar e compe-





tências empregadas (como vimos nos itens anteriores); os **lugares institucionais** em que circulam os atores do discurso jornalístico, por seus instrumentos de verificação e por duas das relações da identidade discursiva – a relação entre a lógica enunciativa do jornalista e aquela dos outros atores sociais e a relação entre as instâncias do discurso público, a saber os jornalistas e os outros atores sociais; os papéis que o enunciador pode ocupar na situação de enunciação (se há troca de papéis) e a **relação entre enunciador, locutor e sujeito comunicante**, tendo em vista as diferenças destas instâncias para o saber social prévio pelo destinatário (leitor-médio). Apenas para uma visualização mais clara, dispomos no quadro abaixo os elementos do estatuto para a modalidade enunciativa (FOUCAULT, 1969) e as relações que deveriam ser examinadas na identidade discursiva (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004).

Como analisamos nos itens anteriores, as ações linguísticas estão condicionadas pelas finalidades reconhecidas, tendo uma como principal influência. Vimos também que as lógicas enunciativas se constituem pelas competências empregadas no conhecimento da realidade, composta de determinados objetos e seus “instrumentos de verificação”. Agora, analisaremos: 1) qual o tipo e grau de influência que tem o estatuto na realização de atos de linguagem; 2) como se comportam as relações entre sujeito comunicante, locutor e enunciador.

O estatuto influencia nos atos de linguagem que se pode realizar de forma tão definitiva quanto a finalidade reconhecida. Um exemplo esclarecedor são matérias de Clóvis Rossi sobre a eleição presidencial da França em 2007. Notícias ou reportagens, as matérias produzidas pelo colunista, jornalista sênior e membro do conselho editorial da Folha, como enviado especial, embora trabalhem com objetos de acordo, operam conexões entre esses objetos não permitidas a outros jornalistas da editoria de internacional. Exatamente o que ocorre no Le Monde, exceto porque são repórteres ou redatores que escrevem matérias como a do Ex28 (*Le bilan mitigé du ministre de l'intérieur*), com nível de interpretação tão alto, com uma unidade argumentativa e conexões entre



QUADRO 17 – MODALIDADES ENUNCIATIVAS + IDENTIDADE DISCURSIVA

<p>MODALIDADES ENUNCIATIVAS (FOUCAULT, 1969)</p>	<p>RELAÇÕES DA IDENTIDADE DISCURSIVA (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004)</p>
<ul style="list-style-type: none"> – status dos indivíduos: cargo, funções, ações que pode realizar, competências, atribuições, subordinação hierárquica, troca de informação – lugares institucionais onde obtém seu discurso: seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação – situação que pode ocupar em relação aos domínios e objetos. 	<ul style="list-style-type: none"> – a relação entre a lógica enunciativa do jornalista e aquela dos outros atores sociais; – a relação entre as instâncias do discurso público, a saber os jornalistas e os outros atores sociais; – a relação entre instâncias do discurso jornalístico, a saber o jornalista como enunciador, locutor e sujeito comunicante; – a relação entre o enunciador, o enunciado e o processo de enunciação; – a relação entre os valores de diferentes instâncias do discurso público presentes no discurso jornalístico, nela compreendidas aquelas dos jornalistas; – a relação entre o enunciador e os destinatários.

objetos de desacordo, que sugere uma análise, uma reportagem, quase um artigo. Um dia depois do primeiro turno das eleições presidenciais francesas, uma matéria de 11 parágrafos é publicada na Folha de S.Paulo e, em 22 de março, quando Sarkozy sai do ministério do Interior, o Le Monde publica matéria de Smolar com o balanço (enviado pelo governo) (Ex29):

<p>24/04/07 Folha de S.Paulo Royal de « Sarkô » escolhem armas do 2 turno CLÓVIS ROSSI ENVIADO ESPECIAL A PARIS</p>	<p>22/03/07 Le Monde Le bilan mitigé du ministre de l'intérieur (Ex26) Piotr Smolar</p>
<p>Nicolas Sarkozy, primeiro colocado no turno inicial da eleição presidencial francesa, saiu cedo de seu escritório eleitoral para reiniciar a campanha com um comício em Dijon. Cercado pelo habitual exame de microfones e câmeras, limitou-se a apontar para o céu fabulosamente azul da primavera parisiense, como se dissesse que está tudo também azul com ele e com sua campanha.</p> <p>Nenhum dos grandes jornais franceses ou seus colunistas, bem como nenhum dos acadêmicos independentes, discordou da simbólica avaliação do ex-ministro do Interior, que vai para o segundo turno com pouco mais de cinco pontos percentuais de vantagem sobre a socialista Ségolène Royal (31,11% contra 25,83%).</p> <p>Mesmo Jean-Marie Colombani, redator-chefe de "Le Monde", historicamente próximo dos socialistas, admitiu ontem, como já o havia feito antes da votação, que "a correlação de forças é favorável à direita".</p> <p>Em tese, é mesmo. Sarkozy deve ficar com os votos da Frente Nacional, o partido de extrema direita cujo líder, Jean-Marie Le Pen, naufragou no domingo com 10,51% dos votos. Royal contrabalança esse acréscimo ao levar, em princípio, o pacote de votos dos partidos à sua esquerda, também na faixa dos 10% e quebrados.</p> <p>Centristas O problema é que os votos do terceiro colocado, o centrista François Bayrou (18,55%), são muito mais da família da direita do que dos socialistas.</p> <p>As pesquisas ontem divulgadas são contraditórias: para o instituto Ifop, 54% dos eleitores de Bayrou votarão em Sarkozy e 46% preferirão Royal, no segundo turno, dia 6; já o CSA dá 45% para Royal e 39% para Sarkozy, e diz que 16% se absterão.</p>	<p>Pour juger un ministre de l'intérieur sur son bilan, il existe deux critères : ce qu'il a fait et ce qu'il a fait savoir. Négliger la communication serait une erreur, car elle influe sur le fameux sentiment d'insécurité des Français, qui ne suit pas toujours l'évolution réelle de la criminalité. Nicolas Sarkozy n'a cessé de jouer sur un troisième critère : le contexte particulier de son arrivée à Beauvau en mai 2002.</p> <p>Durant la campagne présidentielle de 2002, le thème de l'insécurité avait été omniprésent et contribué à l'échec de Lionel Jospin. Les mauvaises statistiques de la criminalité, la difficile mise en place de la police de proximité et le souvenir des manifestations des forces de l'ordre en novembre 2001, offraient à la droite une marge de manœuvre rare.</p> <p>Dès son arrivée, M. Sarkozy a souhaité imposer une rupture de ton, de méthode et surtout de politique. L'orientation répressive est, dès lors, présentée comme un retour aux fondamentaux. Le temps de la "culture du résultat" est inauguré à l'occasion d'un discours du nouveau ministre devant les commissaires, le 26 juin 2002 à Paris. Ce jour-là, M.Sarkozy lance son premier appel à l'effort collectif, il demande aux chefs de service de se fixer "<i>des objectifs quantifiés</i>" de réduction de la criminalité et promet des récompenses. En 2004, une prime de résultats exceptionnels, de 5 millions d'euros, a été mise en place, rencontrant de fortes réserves syndicales.</p>

O que pode inclinar a balança para Sarkozy é o que o matutino conservador "Le Figaro" chama de "arma atômica" em mãos do candidato da direita: a idéia seria a de ameaçar a UDF (União pela Democracia Francesa, de Bayrou) de lançar candidatos da UMP (União por um Movimento Popular, o partido "sakorzysta") nas circunscrições em que os primeiros hoje correm soltos no campo de centro-direita (a eleição parlamentar será em junho e a França adota o modelo distrital).

Mesmo que Bayrou se mantenha neutro, os parlamentares (e prefeitos) centristas, sentindo-se ameaçados nos seus próprios feudos, **podem resolver pedir votos para Sarkozy. Já a candidata socialista aposta em duas estratégias.** A primeira é ganhar o debate entre os dois finalistas, em 2 de maio (não houve debate no primeiro turno). É apostar no incerto. Os dois são personalidades midiáticas. Mas, nos discursos na noite de domingo, Sarkozy mostrou-se mais solto e seguro que sua adversária.

[...]

Sarkozy não ficou atrás, no discurso de domingo, após os resultados: "Quero protegê-los da violência, da delinqüência e também da concorrência desleal, das "deslocalizações" [transferência de empresas para países de mão-de-obra barata], da degradação de suas condições de trabalho, da exclusão". Ambos usam a retórica clássica de candidatos em campanha. Ou, como aponta Colombani no editorial do "Monde": "Os dois candidatos querem casar dinamismo e solidariedade, econômico e social".

Todos querem, aliás, no mundo, mas só um deles vai convencer os franceses de que é capaz de fazê-lo.

[último parágrafo]

M. Sarkozy ne s'est pas contenté de faire appel à la bonne volonté des fonctionnaires, il leur a accordé des moyens matériels, financiers, humains et législatifs importants. **Une loi d'orientation a été adoptée par le Parlement en août 2002, qui prévoyait 13500 créations de poste en cinq ans pour la police et la gendarmerie.** Un objectif presque rempli (*cumprido*).

En outre, dès la fin mai 2002 ont été inaugurés les groupes d'intervention régionaux (GIR), réunissant des représentants de différentes administrations. Chargés de la lutte contre l'économie souterraine, les GIR ont saisi depuis cinq ans 2000 armes, plus de 6 tonnes de cannabis, plus de 100 tonnes d'héroïne et 70 de cocaïne, ainsi que près de 70 millions d'euros en liquide.

[...]

En matière de transparence statistique, **M. Sarkozy a créé l'Observatoire national de la délinquance, installé en novembre 2003 et chargé du traitement des chiffres.** Le ministre a également encouragé les directeurs centraux et les chefs de service à communiquer sur leurs affaires réussies, au nom d'un principe simple : leurs succès contribueraient au sien. Ainsi, après l'arrestation d'Yvan Colonna le 4 juillet 2003, au bout de plusieurs années de cavale, une conférence de presse fut organisée avec tous les responsables policiers concernés. [último parágrafo]

Ainda que as duas composições tratem, em sua maioria, de objetos de acordo, por argumentos de acordo, como argumento de comparação e argumento do provável, operam num alto nível de articulação entre esses objetos. Todo o texto de Clóvis Rossi apresenta conjecturas: ocorrências possíveis ("Mesmo que Bayrou se mantenha neutro, os parlamentares (e prefeitos) centristas, sentindo-se ameaçados nos seus próprios feudos, podem resolver pedir votos para Sarkozy.") e ocorrências prováveis ("Sarkozy deve ficar com os votos da Frente Nacional, o partido de extrema direita cujo líder, Jean-Marie Le Pen, naufragou no

domingo com 10,51% dos votos.”). Essas ocorrências, mais do que não serem objetos de acordo, não existem, isto é, existem como probabilidade ou possibilidade. Estão, no entanto, conectadas por argumentos de acordo, com dados estatísticos e parâmetros de medição destas probabilidades reconhecidos. O texto do *Le Monde*, como já analisado no Ex28, trabalha com fatos recentes, declarações, dados, mas abre com síntese retórica de critérios de julgamento sobre o trabalho de um ministro (o que se faz e o que se faz saber). O primeiro critério tende a ser um objeto de acordo, mas o segundo, na verdade, quer justificar supondo o “desconhecimento do público sobre ações”. Na realização do ato de linguagem, o agente-receptor pode, assim, configurá-lo como um opinativo.

O importante aqui é destacar as diferenças quanto à autoridade do jornalista nas duas organizações. Enquanto que, na Folha de S.Paulo, a autoridade de Clóvis Rossi, por cargo, competências e função (enviado especial), o permite um alto nível interpretativo para “aplicar o corte transversal” aos acontecimentos, contextualizando e produzindo assertivos, no *Le Monde* um redator-repórter da editoria de Sociedade, Piotr Smolar, com outra função hierarquicamente inferior ao de “enviado especial” da Folha de S.Paulo, pode realizar os mesmos tipos de atos de linguagem. **Duas conclusões: 1) a influência do status pode implicar em dada realização do ato de linguagem e 2) os atos de linguagem que se pode realizar dependem das autoridades atribuídas às funções por organização jornalística, certamente, segundo o mercado estabilizado. Neste quesito, a Espanha está bem mais próxima do Brasil.**

Um exemplo esclarecedor é aquele do crítico, considerado um jornalista especializado – em artes plásticas (*beaux-arts*), em teatro, em cultura, em música, em cinema. O status de jornalista especializado condiciona os atos de linguagem que pode realizar, como já vimos em exemplos no primeiro item, segundo atribuições, competências e lugares institucionais onde obtém seu discurso, ou seja, onde dialoga com objetos específicos e instrumentos de verificação equivalentes. Para

começar, o regime de trabalho de um crítico pode ser seguido fora das redações, como, em geral, o é, principalmente com o surgimento das novas mídias. O crítico de artes plásticas da Folha de S.Paulo, Fábio Cypriano, por exemplo, trabalha em casa e tem um contrato para produzir 8 textos por mês, em média, metade de “críticas” e metade de “reportagens”, como denomina o próprio Cypriano¹. Por ser jornalista, ele defende inclusive a necessidade do crítico ter as competências da apuração e as competências especializadas de um domínio. Conforme apresentado no primeiro item deste capítulo, ele acredita que é preciso entender a obra e não apenas fruí-la, ou seja, é preciso ouvir fontes, checar informações. Certamente, não como a mesma exigência que um repórter tem, ainda que seja considerado repórter especializado, como o Fábio Takahashi, repórter de educação da editoria de Cotidiano da Folha de S.Paulo.

Tanto o repórter especializado como o crítico trabalham com objetos específicos de outro domínio, mas, enquanto o repórter especializado não pode ou não deve produzir opinativos, com julgamentos de valor, esta é a atribuição do crítico: sugerir “bom, regular ou ruim” (lembrando que esta atribuição é discutida com o editor, que pode sugerir mudanças em função da própria crítica). Lidar com objeto de outro domínio implica em fazer parte, também, deste outro domínio, seja como pesquisador (o caso de Cypriano), seja como escritor ou poeta (o caso de jornalistas do El Mundo, como Antonio Lucas, que cobre arquitetura e literatura, geralmente, exposições e lançamentos de livros), de alguma forma a competência sobre o domínio está no seu currículo. Isso significa, como sugere Foucault, um conhecimento sobre os objetos específicos desses domínios e seus parâmetros de análise e verificação. É esta competência que justifica os poderes de “avaliação” do crítico.

1. Em entrevista, Fábio Cypriano conta sobre o seu contrato: “No meu caso, eu tenho uma situação privilegiada. Trabalho na minha casa. Tenho uma relação de prestação de serviços. Eu tenho que fazer 8 textos por mês. Desses 8 textos, a gente tenta que eu faça metade como crítica e metade como reportagem, mas também isso depende de cada mês e de cada situação.” Em anexo.

A opinião do jornalista que se exprime num *billet*, numa crítica, numa crônica, etc., é de outro lado interessante porque este é conhecido como competente no domínio do qual trata. Um jornalista especializado em política, em economia, em justiça, em cinema... não “pula fora”. É um *expert*, o que o autoriza a emitir um julgamento e o que conduz o leitor a ler seu artigo ao reconhecer sua assinatura, porque ele reconhece sua competência. [...] (AGNÈS, 2002, p.302) (tradução nossa)²

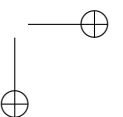
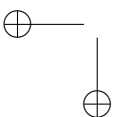
O crítico, portanto, circula em “lugares institucionais” que integram o domínio. Seja um crítico que cobre especificamente exposições de artes plásticas (o caso de Fábio Cypriano) ou críticos que cobrem lançamentos de livros e qualquer outro produto cultural, por exemplo, esta categoria de jornalistas especializados convive com um discurso especializado e, portanto, deve saber lidar com esses objetos e os parâmetros de interpretação deste domínio. “[...] *O jornalista cultural tem a obrigação de deixar clara a visão dele em relação à arte. Por exemplo, na Bienal de 2004, o curador separou as obras por categorias, pintura, escultura tridimensional, algo que é uma leitura careta, antiquada, passada. Eu poderia tratar isso de uma maneira neutra, objetiva e só ouvir gente a favor e contra, mas eu não acho que seja essa a minha função. Eu, de fato, faço parte de um circuito artístico. Eu acho que esse circuito artístico já tem uma discussão e essa era uma discussão passada. Portanto, eu fui muito partidário com a proposta da Bienal. Se eu fosse seguir um jornalismo mais neutro, eu não teria feito. Eu não acho que um texto de reportagem tenha que ficar sem opinião, pelo contrário, eu acho que tem que estar com opinião*”.

Fica claro, assim, como o próprio jornalista compreende sua função, como avaliador. Nesta atividade, portanto, o status de crítico in-

2. « L'opinion du journaliste qui s'exprime dans un billet, une critique, une chronique, etc., est d'autre part intéressante parce que celui-ci est réputé compétent dans le domaine qu'il traite. Un journaliste spécialisé en politique, en économie, en justice, en cinéma... ne « débarque pas ». C'est un expert, ce qui l'autorise à émettre un jugement et ce qui conduit le lecteur à lire son article en repérant sa signature, parce qu'il reconnaît sa compétence. [...] » (AGNÈS, 2002, p. 302).



fluencia qualquer tipo de composição que ele produza, como no caso do jornalista sênior, colunista, membro do grupo editorial da Folha da Manhã S.A, Clóvis Rossi. Em impressos de jornalismo de atualidade, em geral, uma notícia produzida por um colunista ou um crítico ou até mesmo um correspondente, a depender da cultura jornalística do mercado, terá nível interpretativo diferente do nível de uma reportagem produzida por repórter, ainda que repórter especializado e enviado especial (Ex30).



<p>03/05/07 Folha de S.Paulo "Cólera" pode derrotar candidata socialista CLÓVIS ROSSI ENVIADO ESPECIAL A PARIS</p>	<p>04/05/07 Folha de S.Paulo Sarkozy mantém dianteira após debate JOÃO BATISTA NATALI ENVIADO ESPECIAL A PARIS</p>
<p>Se vale de fato a lei não escrita que diz que o candidato que perde a calma perde o debate, então a socialista Ségolène Royal auto-derrotou-se ontem, ao se afirmar "muito encolerizada" em certo momento de sua discussão com o direitoista Nicolas Sarkozy.</p> <p>A "cólera" de Royal surgiu na meia hora final de um programa que passou das duas horas previstas e foi causada por um assunto muito específico. Tratava-se do tratamento a ser dado nas escolas francesas às crianças com deficiências.</p> <p>Sarkozy havia dito que, em seu eventual futuro governo, as famílias com crianças nessa situação que não obtivessem vaga em uma escola pública teriam o direito de recorrer aos tribunais para consegui-la.</p> <p>É "escandaloso", é uma "imoralidade política", dizia Royal, com o dedo em riste em direção ao adversário. "Escandaloso", em primeiro lugar, porque ela acha que é dever do Estado dar vaga a tais crianças (e a todas as demais), sem que seja preciso chegar aos tribunais. Em segundo lugar, porque o governo de que Sarkozy fez parte teria cortado funcionários que ajudavam essas crianças.</p> <p>Mas é também possível que o descontrole ajude a socialista a ganhar votos, se o eleito entender que sua cólera foi "sadia", conforme ela própria a designou. Principalmente se Sarkozy tiver sido visto como frio ante o sofrimento de crianças.</p> <p>De todo modo, a reação de Royal não combina com a imagem protetora e benévola que adotou ao longo da campanha, uma espécie de "mãezona" querendo cuidar do que chamou de "filhos da República". A cólera era esperada do outro lado, na medida em que Sarkozy é descrito, por adversários e alguns amigos, como impiedoso.</p>	<p>O debate de anteontem entre a socialista Ségolène Royal e o conservador Nicolas Sarkozy não modificou a correlação de forças desfavorável à candidata da esquerda à Presidência da França, disse à Folha Frédéric Dabi, diretor de opinião do Ifop, o mais antigo instituto local de pesquisas de intenção de voto. O segundo turno será neste domingo.</p> <p>"A história dos debates presidenciais demonstra a dificuldade de uma inversão de tendências", diz Dabi. Isso só poderia ter acontecido, teoricamente, quando dois candidatos tinham uma diferença muito pequena, como as 500 mil ou 600 mil intenções de voto que separavam em 1974 o socialista François Mitterrand e o candidato conservador por fim vitorioso, Valéry Giscard d'Estaing.</p> <p>Agora, no entanto, as pesquisas dão a Sarkozy uma vantagem de quatro a sete pontos, o que significa de 2 milhões a 3 milhões de eleitores. Essa margem, afirma Frédéric Dabi, é considerável. Ségolène poderia superá-la caso tivesse surrado verbalmente seu adversário.</p> <p>Não foi o caso, diz o diretor do Ifop. Uma pesquisa em curso em seu instituto indica pelos resultados iniciais que os eleitores de esquerda e direita apenas reforçaram suas convicções, sem uma migração de intenções. Outra pesquisa realizada depois do debate, do instituto CSA para o jornal "Le Parisien", mostrou Sarkozy com 53 %, contra 47 % de Ségolène.</p> <p>Sobre o debate em si, um levantamento encomendado pelo jornal "Le Figaro" e pelo canal TF1, ambos simpáticos a Sarkozy, indicou que para 53 % dos franceses o candidato do bloco de centro direita "foi mais convincente", contra 31 % para sua adversária. A pesquisa, do pequeno instituto Opinion Way, foi contestada como "pouco confiável" pela direção do Partido Socialista.</p>

A "cólera" foi a rigor o único momento em que os dois candidatos saíram do script habitual desse tipo de evento. Ambos tinham na ponta da língua todos os números sobre os assuntos abordados e usaram-nos para reiterar programas que já haviam sido exaustivamente expostos na campanha.

Logo de saída, Sarkozy tirou do coldre um rótulo bem conhecido dos brasileiros desde que o então líder sindical Luiz Antônio de Medeiros, ex-deputado, lançou o slogan "sindicalismo de resultados" para se contrapor a um suposto sindicalismo ideológico da CUT.

O candidato direitista disse que pretendia ser "um presidente de resultados". Ségolène Royal não ficou atrás: quer ser "a presidente daquilo que funciona", o que é a mesma coisa.

Nessa toada, a política propriamente dita esteve muito ausente do debate, na medida em que os dois finalistas posaram muito mais como gerentes. **O que talvez seja até calculado, na medida em que há, na França como na maioria dos países, indiferença em relação aos políticos, quando não rechaço.**

Como gerentes, no entanto, havia uma diferença importante entre eles: Royal mais de uma vez jogava os detalhes de alguma proposta para "a discussão com os parceiros sociais" (outra semelhança com o Brasil de Lula e seu "Conselho"). Sarkozy, ao contrário, decretava o que faria.

Segunda diferença: **Sarkozy, como bom e orgulhoso direitista, rejeitou uma e outra vez o "igualitarismo"**, para manifestar sua crença no "mérito", ao passo que Royal, como boa socialista, punha ênfase nas injustiças sociais. Menos no que diz respeito à violência, para a qual a socialista defendeu punições firmes, sem atribuir o crime apenas a problemas sociais.

Jornais engajados

O debate foi assistido por 20 milhões de franceses. São 4 milhões a mais que no debate presidencial de 1995, entre o socialista Lionel Jospin e o conservador que se elegeu, o atual presidente Jacques Chirac. Em 2002 não houve debate. Chirac recusou-se a debater com Jean-Marie Le Pen, da extrema direita, qualificando-o de "não republicano".

A audiência de ontem, na história recente da televisão local, **só perde para os 23 milhões de telespectadores que assistiram ao último amistoso de futebol entre o Brasil e a França.**

Sarkozy, que fez ontem comício na cidade de Montpellier, qualificou o debate de "digno" e se disse "espancado pela agressividade" de sua adversária. Ségolène, que participou de ato público na cidade de Lille, respondeu que "nunca se é agressivo o bastante quando se defendem boas idéias".

As emissoras de TV entraram pela madrugada de ontem com mesas redondas entre políticos ou jornalistas. Dependendo das afinidades do freguês, a avaliação era a de que Ségolène ou Sarkozy tinham sido vencedores.

O jornal "Libération", engajado na campanha da candidata socialista -sua manchete de ontem foi "A Combatente"- **publicou editorial em que afirmou que Sarkozy não perdeu**, mas paradoxalmente foi Ségolène quem ganhou.

"Le Monde" publicou longo editorial assinado, apenas com as iniciais por seu diretor (da empresa e da redação), Jean-Marie Colombani. Ele afirma existirem duas França e nega que o país já tenha ingressado na "era Sarkozy". **Afirma de maneira indireta que eleger Ségolène seria "uma aposta que merece ser feita", numa forma elíptica de apoiar a candidata da esquerda.**

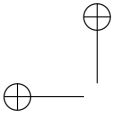
Ainda ontem, em entrevista a "Le Monde", o terceiro colocado do primeiro turno, François Bayrou (18,57% dos votos), afirmou que não votaria em Sarkozy. Mas tampouco disse que votaria em Ségolène. A bancada do pequeno partido que ele preside, a UDF (União por uma Democracia Francesa), debanda na direção de Sarkozy. Ontem foi a 22ª adesão, entre 29 deputados.

A abertura de cada texto, de dois enviados especiais da Folha de S.Paulo sobre a mesma ocorrência, é reveladora do nível de interpretação, pois, enquanto Clóvis Rossi trabalha com uma crença do campo

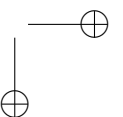
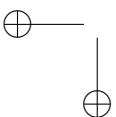
Livros LabCom

político, João Batista Natali escolhe uma declaração de especialista. Nos dois textos, a maioria dos objetos é objeto de acordo. Em “Sarkozy mantém dianteira após debate”, dados de saber científico (sondagens, estatística), declarações, fatos recentes, editoriais de impressos. Em ““Cólera" pode derrotar candidata socialista”, fatos, declarações, fatos recentes, mas também comportamentos no debate, que, embora estejam ligados a objetos de acordo (debate televisivo público), são conectados a conceitos (direita, esquerda), estado de coisas (rechaço do povo à políticos) e ainda ocorrências prováveis e possíveis com condicionais.

Nos dois textos, as mesmas finalidades reconhecidas implicadas, as mesmas competências empregadas, no entanto, diferentes poderes para operar com objetos de desacordo e, portanto, realizar diferentes atos de linguagem. O poder para realizar atos de linguagem é revelador quando se trata de editorial. O conceito clássico de editorial é que se trata da opinião oficial da empresa. Portanto, como chama a atenção o manual de Agnès, não é julgamento de jornalista, mas do jornal, ou melhor, talvez deva se falar de “instituição jornalística”, mais do que de “organização jornalística”. Não existe editorial, nem no site noticioso Folha Online, nem no site Elmundo.es. Quando são publicados nos sites, como no Lemonde.fr, são apenas transcrições dos editoriais elaborados para os impressos. O que isto significa? Primeiro, que a produção só pode ser feita por alguns status da organização, como editorialistas, em geral, diretores de redação, redator chefe ou jornalista sênior parte do Conselho Editorial. Segundo, que é preciso considerar os veículos, impressos e digitais, como produtos de uma mesma organização, ainda que todos os três (e em geral) tenham duas redações. E, terceiro, aqui está o fundamental, **este é o único tipo de composição de instituição jornalística que se poderia chamar necessariamente de “gênero jornalístico opinativo”.** Apenas no editorial, enunciador e locutor são o mesmo, a instituição jornalística. Aqui, uma revelação possível apenas com a relação entre enunciador, locutor e sujeito comunicante.



Conforme o quadro abaixo, dentre os gêneros listados (uma mostra dos principais), apenas no editorial, o único enunciador é a instituição jornalística, que também, portanto, é o único locutor.



QUADRO 18 – GÊNEROS POR IDENTIDADE DISCURSIVA

GÊNERO/ IDENTIDADE DISCURSIVA	SUJEITO COMUNICANTE	LOCUTOR	ENUNCIADOR
NOTÍCIA	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator, agência de notícia)	IJ (s) + Jornalista	Jornalista + IJ ou outra IJ
NOTA	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator, agência de notícia)	IJ (s)	IJ ou outra IJ
REPORTAGEM	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator)	Jornalista + IJ	Jornalista + IJ
BOLETIM DE AGÊNCIA	OJ (agência de notícia)	Outra IJ + IJ	outra IJ
INFOGRÁFICO	OJ (editor, repórter, redator, <i>designer</i> gráfico)	IJ	IJ + equipe (outra OJ)
ANÁLISE	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator, agência de notícia)	Jornalista + IJ	Jornalista
ENTREVISTA	OJ (chefe de reportagem, editor, repórter, redator)	IJ + ator social es- pecialista + jorna- lista	IJ + ator social es- pecialista + jorna- lista
ARTIGO	Ator social especialista + OJ	Ator social espe- cialista + IJ	Ator social espe- cialista
COLUNA	Colunista (jornalista ou ator social) + (OJ)	Colunista + IJ	Colunista
CRÍTICA	Crítico (jornalista) + OJ (editor)	Crítico + IJ	Crítico
EDITORIAL	OJ (editorialista, direção, editor-chefe)	IJ	IJ
CARTA	Ator social + OJ	Não há + IJ	Ator social
CRÔNICA	Ator social especialista + OJ (Brasil e França) ou OJ (Espanha)	Ator social espe- cialista (Brasil e França) e Jornalista + IJ (Espanha)	Ator social espe- cialista (Brasil e França) e Jornalista + IJ (Espanha)

Legenda: OJ = organização jornalística; IJ = instituição jornalística; e o () = possibilidade de existir ou não.

Neste momento, seria importante trazer novamente os conceitos de enunciador, locutor e sujeito comunicante. Enunciador é o autor tal qual ele se manifesta a partir de indícios que ele deixa no texto. Locutor



é o ser do discurso relativamente independente de cada texto particular porque pré-existente a esse texto. Sujeito comunicante é o autor real, pessoa real que redige ou ator social responsável pela produção do texto (coletivo).

Tanto para o impresso como para o site noticioso da formação discursiva jornalística da grande imprensa, a instituição jornalística é locutor de todas as composições publicadas. Porque, como explica Mouillaud, o nome do jornal é um conjunto de conotações que são condensadas sob seu nome no curso de sua história.

Historicamente, e junto com o livro, o jornal representou o primeiro objeto de série. [...] A identificação supõe um retorno ao original. O modelo é a garantia de identidade e seu guardião. Já o livro impresso se constitui como uma série transversal. O modelo já não é mais exterior à série, está presente no interior de cada um dos exemplares que o disseminam. Pode-se ver nesta disseminação uma razão do título uma vez que reúne os exemplares dos quais assegura a identidade ameaçada. [...] O nome-de-jornal é, desta forma, um local de passagem entre o exemplar e o jornal, entre sua leitura privada e sua leitura pública. (MOUILLAUD, 1997, p. 87).

O nome do jornal está enunciado não só na primeira página, mas em toda página do impresso, ou se mantém na barra principal no topo da página de todo site noticioso. Entretanto, ainda que enunciado, o nome do jornal não seria o principal enunciador de qualquer composição jornalística, como acredita Ringoot³, mas **um locutor presente com maior ou menor grau, a depender do nível de interferência na composição, em outras palavras, a depender das competências empregadas pela organização na produção da composição discursiva.** É esta dimensão de “ser independente do texto” que aparece em todas

3. « Quelle que soit la position du journal quant aux signatures des rédacteurs, le nom du journal reste l'énonciateur principal. Cependant, la gestion des signatures dans le journal participe à la politique éditoriale globale. [...] » RINGOOT, Roselyne. Discours journalistique : analyser le discours de presse au prisme de la ligne éditoriale. In: RINGOOT, R.; ROBERT-DEMONTROND, P. **L'analyse de discours**, Rennes: Éditions Apogée, 2004, p. 103.



as composições, embora para as principais, como notícia, nota, reportagem, infográfico e entrevista, o nome próprio da instituição jornalística também seja enunciador, com marcas no interior da composição textual ou na assinatura. O nome próprio da organização é reconhecido na sua história em função do seu papel como uma instituição social.

Nas composições chamadas de gêneros informativos, a instituição jornalística aparece, em geral, como locutor e enunciador, pois sempre existem marcas da instituição, seja na assinatura – “da redação”, “Redação e agências”, “Folha Online”, “Jornalista e agências”, “Le Monde”, “El Mundo” – ou no texto escrito com expressões – “A Folha apurou”, “A reportagem do El Mundo não encontrou”, “O Le Monde entrevistou”, etc. Quando o jornalista aparece como única assinatura – correspondente, enviado especial, da reportagem, etc. – a instituição jornalística pode ter menor força na dimensão de locutor, principalmente se o leitor real for uma das fontes entrevistadas, que pode manter uma relação profissional com o jornalista especializado em política, por exemplo. É o mesmo caso de uma reportagem, em que as assinaturas dos jornalistas, enquanto “ser do discurso”, têm também uma história conhecida por um grupo de leitores.

Essa delimitação do nível de força da instituição jornalística e do jornalista é muito variada e de difícil definição, mas um estudo detalhado deve mostrar como se dão em cada organização. Pois, embora o mercado tenha hábitos, essas decisões são da linha editorial. Nestes hábitos, para a cultura jornalística, uma intersecção que se pode destacar é que a assinatura representa crédito, o que significa o responsável principalmente pelas competências de procedimento e discursiva (redação). É por isso que os Boletins de Agência (*les dépêches d'agence*), cujo sujeito comunicante e o enunciador são de outra organização jornalística, não deveriam ser considerados um tipo de composição discursiva semelhante à reportagem. Ainda que as duas estejam implicada pela finalidade reconhecida de informar e os atos de linguagem sejam majoritariamente assertivos, os sujeitos responsáveis são diferentes, conseqüentemente as competências empregas por cada organização jorna-



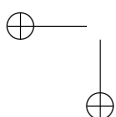
lística também são diferentes. No Boletim de Agência, não há, muitas vezes, nem mesmo a competência do reconhecimento, já que é quase que automático nos sites noticiosos.

O caso da revista de imprensa (*revue de presse*) na França é também instigante neste sentido. As competências empregadas nesta composição são a de reconhecimento, pois se escolhe e se hierarquiza, e a discursiva, pois se compõe segundo o código linguístico. Por exemplo, os chamados *Télézapping* e *Radiozapping* do Lemonde.fr. São produtos de outras organizações editados numa composição, ou seja, a marca do enunciador está explícita. A questão, portanto, é novamente de crédito dado ao enunciador reconhecido. Lembrando que este reconhecimento se configura no ato de comunicação pelo leitor real.

Talvez se considere gênero jornalístico porque todas as composições, em algum nível, têm como sujeito comunicante a organização jornalística, de chefe de reportagem, repórter e redator, a apenas editor, ou editor-chefe. No entanto, em geral, quando a instituição jornalística não aparece como enunciador, de nenhuma maneira, nem por assinatura, nem por citação no texto, a organização jornalística não empregou a competência de procedimento, não houve apuração, não se ouviu os lados, não se fez contraposições, não se trabalhou com *off*, não se entrevistou. Nestes casos, frequentemente, o enunciador é de outro domínio, é a quem se atribuem as competências de reconhecimento, de procedimento, discursiva e de outro domínio. As competências empregadas são um dos elementos da dimensão da identidade discursiva que deve ter dada combinação frequente para que uma composição discursiva seja considerada ato de enunciação relativamente estável da instituição jornalística.

Nos chamados gêneros opinativos, editorial, artigo, coluna, comentário, crítica, crônica, caricatura e carta, **a única composição em que apenas a instituição jornalística é enunciador e locutor é no editorial**. Nesse caso, inclusive, não se sabe, isto é, não faz parte de saber prévio sobre o discurso jornalístico, quem é o sujeito comunicante. A não ser quando o presidente da direção assina o editorial, como ocorre

Livros LabCom



no *Le Monde* e no *El Mundo*, em momentos decisivos como depois no dia seguinte à eleição do novo presidente do país. É apenas nesta composição que a instituição jornalística, sozinha, se compromete por opinativos, ou seja, se compromete com a crença na adequação do enunciado à realidade. Apenas no editorial, a organização jornalística se posiciona “subjetivamente”. É apenas nesta composição que as competências solicitadas são da instituição jornalística, com função social reconhecida e fiscalizada.

Em todas as outras composições chamadas de gênero opinativo, o enunciatador é um ator social de outro domínio apenas ou de outro domínio também, mas um enunciatador que traz na dimensão de locutor a competência de especialista no domínio. No manual de jornalismo de Agnès, como apresentado no capítulo 1, alguns gêneros fazem parte de um grupo chamado “opiniões exteriores” para todos aqueles em que o importante é a opinião de ator social de outro domínio, como entrevista, mesa redonda, testemunhos, tribuna livre (artigo), comunicado, correio (carta) e *les bonnes feuilles* (resenha de livro). **Se as competências de reconhecimento, procedimento, de domínio e parte da discursiva são de ator social de outro domínio, porque não se separar essas composições em um tipo? Não seria mais revelador e produtivo para o jornalismo se separar as composições publicadas num produto jornalístico a partir de competências empregadas (parte do status)?**

Nesse sentido, na dimensão da identidade discursiva, acreditamos que um elemento básico para a compreensão dos atos de enunciação relativamente estáveis da instituição jornalística é a competência empregada. Experimentamos, abaixo, uma primeira análise destas competências por composições de produtos da formação discursiva jornalística da grande imprensa.

QUADRO 19 – COMPETÊNCIAS EMPREGADAS PELA ORGANIZAÇÃO JORNALÍSTICA EM GÊNEROS

GÊNEROS/COMPETÊNCIAS	conhecimento	de procedimento	de discurso	de outro domínio
NOTÍCIA	valores-notícia e pauta	apuração	redação e edição	superficial
NOTA	valores-notícia e pauta	apuração	redação e edição	superficial
REPORTAGEM	valores-notícia e pauta	apuração	redação e edição	superficial
ENTREVISTA	valores-notícia e pauta	apuração	redação e edição	superficial
INFOGRÁFICO	necessidade informativa	apuração	composição gráfica	superficial
COLUNA	valores-notícia	apuração*	redação e edição	vasto
EDITORIAL	valores-notícia	-	redação e edição	superficial
ANÁLISE (francesa)	valores-notícia	-	redação e edição	superficial
ARTIGO (tribuna livre)	valores-notícia	-	edição	profundo
CRÔNICA	valores-notícia na Espanha	-	edição	profundo
CHAT	valores-notícia	apuração*	Redação e moderação	superficial
CARTA	valores-notícia	-	edição	-
BOLETIM DE AGÊNCIA	valores-notícia	-	edição	-
REVISTA DE IMPRENSA	valores-notícia	-	edição	-
FÓRUM	valores-notícia	-	moderação*	-

Legenda: O (*) representa a possibilidade. Pode ter apuração ou pode ter moderação.

No quadro acima, podemos ver que a competência de procedimento, associada ao que se entende por apuração (checagem de informação),

Livros LabCom

não é empregada na produção de muitas composições discursivas; mas que algum valor-notícia pauta todas as composições publicadas num veículo de jornalismo de atualidade. Assim como a organização jornalística participa em algum nível da publicação ou disponibilização de todas as composições discursivas.

Consideramos necessário medir esse nível de alguma forma. Talvez pelas competências empregadas, o que também se reflete no status do enunciador e na dimensão de locutor. Sugerimos, neste momento, denominar as composições em que não existe a competência de procedimento de **gêneros discursivos jornalísticos** (corruptela do “texto jornalístico” de Charron e de Bonville⁴), ou seja, quando a competência de procedimento não é de nenhum sujeito comunicante da organização jornalística. E **gêneros discursivos jornalísticos** apenas aqueles em que algum dos sujeitos comunicantes é dotado do saber do procedimento. As competências empregadas estão diretamente relacionadas a quem aparece como enunciador e/ou locutor, ao mesmo tempo em que indicam as responsabilidades e poderes na organização, o que, por sua vez, decide quais os atos de linguagem se pode realizar.

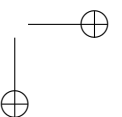
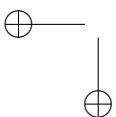
As diferentes combinações destes elementos geram diferentes atos de enunciação relativamente estáveis, conceito que estamos defendendo para o termo gênero discursivo (da instituição jornalística). Um **gênero discursivo jornalístico** deve, pelo menos: 1) ser produzido pela organização jornalística, empregando a competência de procedimento, e satisfazer a uma ou mais finalidades institucionais; 2) ter como enunciador, no ato da troca comunicativa, a instituição jornalística; 3) apresentar uma lógica enunciativa formada por compromisso de adequação do enunciado à realidade, como objetos de acordo e/ou argumentos de acordo operados interpretados segundo tópicos jornalísticos. Já o **gênero discursivo jornalístico** tem outra combinação: 1) a instituição

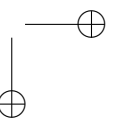
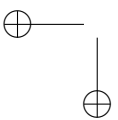
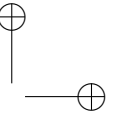
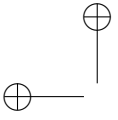
4. “(...) Dans notre proposition, la notion de “texte journalistique” inclut aussi les produits journalistiques (...) non quotidiens (...)” (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 91)



jornalística não faz parte da dimensão do enunciador; 2) a competência de procedimento empregada não é de nenhum sujeito comunicante da organização jornalística, portanto é de outra formação discursiva; 3) a lógica enunciativa não trabalha, obrigatoriamente, como objetos de acordo e pode ser formada por compromissos de crença sobre a adequação do enunciado à realidade.

A sugestão, portanto, seria mudar o eixo dos critérios, das composições discursivas adotadas no mercado jornalístico, para critérios das condições de realização e elementos da FDJ. Para o estudo dos gêneros discursivos da formação discursiva jornalística da grande imprensa, é um primeiro passo reconhecer os jornalistas por sua área de atuação, o que desenvolveu Denis Ruellan (2001): fornecedores (serviço de agenciamento de notícias), generalistas, jornalistas de proximidade e jornalistas especializados. Um outro movimento será compreendê-los por competências empregadas. É o que permite um maior conhecimento da atividade e das composições discursivas que podem e devem ser produzidas, inclusive para que surjam outras em favor do exercício de informar e para que se trabalhe os códigos linguísticos, portanto, formatos também com este intuito.





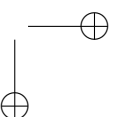
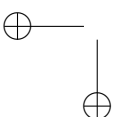


Capítulo 4

Potencialidades do mídiu

O dispositivo, como analisado no segundo capítulo, não pode ser compreendido como uma condição de realização do ato comunicativo, ao lado da finalidade reconhecida e do estatuto dos participantes. O dispositivo, enquanto ambiente, matriz do enunciado, faz parte da lógica enunciativa, pela qual se configuram os parâmetros de interpretação. No caso do gênero discursivo, não se pode dizer que qualquer modificação no mídiu modifica o gênero. A questão é que tipo de modificação de qual propriedade (potencialidade) pode implicar numa modificação e se é o caso de uma única propriedade ou uma dada conjunção de propriedades.

De saída, temos o fato de que uma grande quantidade dos chamados gêneros jornalísticos existem nas duas mídias comparadas, tanto a impressa como a digital. Pode-se começar a análise, assim, por aqueles que não existem numa mídia ou em outra. Segundo nossa amostra, fizemos um outro quadro comparativo de gêneros por mídias:



QUADRO 20 – GÊNEROS POR MÍDIAS

GÊNEROS/MÍDIA	IMPRESSO	DIGITAL	POTENCIALIDADES
NOTÍCIA	X	X (hard news)	Sistema de transmissão/ Atualização contínua
NOTA	X		Espaço
REPORTAGEM	X	X	
ESPECIAL	caderno	especial	
ENTREVISTA	X	X (áudio)	Sistema semiológico/ mul- timidialidade
INFOGRÁFICO	X	X (animada)	Sistema semiológico/ mul- timidialidade
COLUNA	X	X (blogs)	Sistema de transmissão e estocagem
EDITORIAL	X	(X)	
ANÁLISE	X	(X)	
ARTIGO	X	(X)	
CRÔNICA	X	(X)	
CARTA	X	comentários	Sistema de transmissão e interatividade
BOLETIM DE AGÊNCIA	X	X	
REVISTA DE IM- PRENSA	X	X	
FÓRUM		X	Sistema de transmissão
CHAT		X	Sistema de transmissão

Legenda: O (X) representa a possibilidade de ter.

Obviamente, o fórum e o *chat* só existem nas mídias digitais. A obviedade é explicada por um dos elementos do mídiom: o sistema de transmissão. A interatividade exigida com a troca simultânea para o *chat* e abertura do pólo de emissão em ambos só existe na tecnologia digital. Outra necessidade é que a temporalidade seja sincrônica, quando todos estão em conexão ao mesmo tempo, situação de troca impossível para os impressos. Mesmo com a mesa redonda (*Table ronde*)



dos jornais franceses (que ocorre no Brasil e na Espanha, mas não é considerado como um gênero) em que se reúne várias pessoas numa única entrevista, dentre estas pessoas não estão os agentes-receptores, que apenas vão ler. É a mesma situação de troca de uma notícia, porque é efetivamente o ato de leitura.

A interatividade que a mídia tem como potencialidade não implica absolutamente que toda composição desta mídia opera com o seu nível máximo, digamos. É o que se pode falar sobre a televisão, cuja instantaneidade potencial do dispositivo foi submetida à lógica do mídiun. A grade de programação da televisão analógica não permite que, a qualquer momento, se transmita um “ao vivo”, embora seja tecnologicamente possível. Apenas uma ocorrência de extema relevância justifica interromper a programação da grade para encaixar um “ao vivo”.

No caso de sites noticiosos, a prática do jornalismo de atualidade tem se beneficiado desta potencialidade para o que se tem chamado de “jornalismo colaborativo”. Entretanto, os testemunhos enviados a um site noticioso, seja em texto escrito, áudio ou vídeo, integram uma composição, quer seja uma notícia ou uma reportagem. Os testemunhos, que já eram considerados no impresso francês como gênero jornalístico, não o são para os sites noticiosos brasileiros e espanhóis. Prova de que para se tornar gênero discursivo de dada instituição social é preciso muito mais do que um novo sistema de transmissão de uma nova mídia, adequado ao propósito. O que decide, por exemplo, a disponibilização de um testemunho são as competências da atividade jornalística. Há uma escolha (competência de reconhecimento) pela quantidade e pela qualidade (um vídeo de celular já disponibilizado em rede por sites como o Daily Motion e o You Tube) do material enviado quanto ao conteúdo (competência de procedimento) e ao formato (competência discursiva). É a lógica do assertivo. A composição discursiva deve ter a maior força argumentativa possível.

Este, acreditamos, pode ser um excelente “ganho” para o fazer jornalístico em se tratando de multimídia. A possibilidade de escolher o código linguístico e abertura para experimentar novos formatos

Livros LabCom




com estes códigos, ou seja, o fato de o código linguístico não estar necessariamente limitado pela tecnologia da mídia, como em um impresso (cuja mídia se mistura com o próprio produto), torna explícita a natureza de cada código linguístico, abrindo espaço para uma melhor compreensão de sua função no fazer jornalístico. Imagens em movimento servem a um propósito diferente do texto escrito e do gráfico. Uma ocorrência como os confrontos na Gare du Nord exigem imagens em movimento, o que não ocorre quando o presidente Jacques Chirac resolve apoiar a candidatura de Nicolas Sarkozy.

O interessante é observar que as imagens em movimento, frequentemente, têm a denominação do formato, como as imagens estáticas, e integram uma composição discursiva. Não há, ainda, nenhum formato em vídeo que tenha alçado o lugar de gênero discursivo jornalístico como o webdocumentário é para a área de cinema e vídeo. Um exemplo representativo é o vídeo “Affrontements à la gare du Nord” (Ex30):

Vidéo

Affrontements à la gare du Nord
 LEMONDE.FR | 28.03.07 | 09h17 • Mis à jour le 28.03.07 | 09h59

L'interpellation par des gendarmes d'un usager du métro circulant sans billet a dégénéré, mardi 27 mars, à la gare du Nord, à Paris, en affrontements entre jeunes et forces de l'ordre.



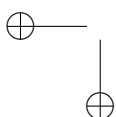
Source : AFP



O vídeo é uma sequência de imagens sem um formato reconhecido. Apenas a legenda do vídeo (“A interpelação pelos policiais de um usuário do metrô sem bilhete gerou, terça 27 de março, na gare du Nord, em Paris, confrontos entre jovens e forças da ordem”) situa espaço-temporalmente a ocorrência, como a legenda de uma imagem estática. Este vídeo integra a notícia que, nesse caso, tinha 7 títulos-links relacionados. Dentre os quais, um formato comum em todos os sites noticiosos com denominações similares: *Portfolio* (Lemonde.fr), *Álbum* (Elmundo.es) e Galeria de Imagens (Folha Online). A galeria de imagens surgiu pela necessidade tecnológica de armazenamento que este código linguístico exige, o que gerou o formato álbum ou galeria, até então inexistente nos produtos jornalísticos. No entanto, são, ainda, parte de uma composição discursiva, seja uma notícia ou reportagem, ou mesmo um slideshow de imagens estáticas.

A mudança da competência discursiva influenciada pela mudança do sistema semiológico não foi capaz de gerar, ainda, um novo gênero discursivo do jornalismo de atualidade. Qual o motivo? Três nos parecem principais: **1) um gênero deve ter uma unidade textual, ou seja, com unidade composicional; 2) esta unidade se revela na rotina produtiva e, portanto, na estrutura redacional; e 3) para um formato se tornar um gênero, precisa se estabilizar institucionalmente em dada formação discursiva.**

Como exemplo, o infográfico. Já considerado como um gênero no jornalismo impresso, o infográfico ganha mais força devido a algumas potencialidades da mídia digital, como o sistema de transmissão e estocagem, o sistema semiológico e a relação espaço-tempo. Se no impresso do jornalismo de atualidade, o infográfico acompanhava sempre uma matéria, uma notícia ou reportagem, no site noticioso do jornalismo de atualidade, o infográfico pode fazer parte de uma notícia ou não. Na redação do impresso, assim como na redação do site noticioso, o infográfico, pelos códigos linguísticos que manipula, sempre foi produzido em editoria à parte da editoria por domínio. As competências necessárias para um infográfico não são apenas as competências



para se fazer jornalismo, existe uma competência do *design* gráfico que o jornalista não tem, em geral. Portanto, o fato de ser produzido pela editoria de arte, porque sua natureza semiológica é outra diferente do texto escrito, possibilitou que o infográfico fosse considerado um gênero jornalístico. Mais ainda, na França, existem, inclusive, agências especializadas em infografias, que têm contratos com impressos de atualidade cotidiana. Hoje, em alguns sites noticiosos como o El Mundo existe, inclusive, uma editoria de infográficos, criada por Alberto Cairo, considerado um dos melhores infografista do mundo.

A autonomia do infográfico vem, portanto, de dois elementos: 1) da sua independência como composição discursiva criada, muitas vezes, com software específico (Flash); e 2) por constituir uma editoria independente na redação. Com a multimídia, o infográfico passou a constituir um site dentro do site jornalístico, configurando os chamados “especiais”, inexistentes nos impressos. Semiologicamente, como explica Alberto Cairo, os infográficos são adequados para “transmitir os dados frios, os dados duros”:

[...] Formalmente a infografia não está aceita como um gênero jornalístico, mas estou convencido de que o é. A infografia é a aplicação das regras do desenho gráfico para contar histórias. Assim, se se contam histórias jornalísticas pelo meio do desenho gráfico, isso é um gênero jornalístico, sem dúvida.

[...] No caso do acidente de metro que houve em Valência, onde morreram 42 pessoas, a infografia não permite contar como as famílias das vítimas experimentaram a tragédia. Por outro lado, *a infografia é muito melhor para explicar por que é que o comboio descarrilou, por que chocou, onde chocou, quanta gente morreu, quanta gente está viva. A infografia é muito melhor para transmitir os dados frios, os dados duros.*¹

Por trás, a premissa de que esta composição discursiva pertence

1. BRANCO, Carina. *Infografia não é uma linguagem do futuro, é do presente*. Entrevista com Alberto Cairo. In: PortoNet, 11 de julho de 2006. Disponível em: http://jpn.icicom.up.pt/2006/07/11/infografia_ao_e_uma_linguagem_do_futuro_e_do_presente.html. Acesso 28/07/2008.

à lógica assertiva, servindo assim como parte da força argumentativa. Embora a infografia digital possa ter várias apresentações, condicionar a informação por navegação orientada (com um limite de poucos caminhos), ela tem como base as categorias institucionalizadas no impresso e em outros domínios, como a tabela para a hierarquização de dados, os gráficos para a visualização de uma tendência, as pizzas para as porcentagens, os mapas para localizações espaciais, e assim por diante. Em alguma medida, pode-se relacionar ao mesmo funcionamento dos tópicos, pois dialogam com parâmetros e formatos de outros domínios, do próprio domínio do jornalismo e daqueles do saber social comum.

A modificação do mídiu, assim, implica na modificação de técnicas de redação e edição, mas é apenas condicionante na configuração de um novo gênero discursivo jornalístico. A lógica assertiva do impresso é a mesma lógica assertiva do site noticioso. As ações de informar, avaliar, divertir, provocar, opinar implicam lugares, estatutos, autoridades, autonomia e, enfim, poder. Não é pouca a informação de que *o El Mundo digital foi o primeiro veículo a ter um departamento de infografia, funcionando como uma editoria*, cuja produção é autônoma em relação à produção de matérias e reportagens.

Reclamar o estatuto de gênero discursivo é reclamar autonomia. Daí a afirmação de Alberto Cairo: “[...] A infografia é a aplicação das regras do desenho gráfico para contar histórias. [...]”. Ou seja, a partir do momento em que a infografia pode ser uma unidade discursiva autônoma e ‘contar uma história’, pode ser considerada um gênero. Essa autonomia está refletida na estrutura organizacional com uma editoria independente, um desejo, por exemplo, da editoria de multimídia da Folha Online. O objetivo é ter uma seção na *home page*, como se tem por exemplo a de Gráficos, no Elmundo.es ou a de Multimídia, no Lemonde.fr: “[...] *A gente ainda não tem na página um lugar chamado multimídia, então nossa audiência está ligada à permanência do vídeo na home. [...]*”.²

2. Entrevista realizada pela autora com a editora de Multimídia, Vivian Hetz. Em anexo.



Figura 6 – Barras principais do Elmundo.es e do Lemonde.fr.



Figura 7 – Bloco Multimídia da Folha Online.

A editoria de Multimídia da Folha Online existe, independente, com uma equipe de quatro pessoas, dois câmeras cinegrafistas e dois repórteres. A produção inclui, diariamente, um vídeo chamado de “vídeo factual”, video-casts e programas fixos, um para cada dia da semana. Conscientemente da necessidade de encontrar a linguagem audiovisual para o jornalismo digital, a editora afirma, no entanto, que os “video-casts” – um formato com linguagem televisiva em que a editora, em geral, apresenta uma notícia escolhida com os editores de cada editoria

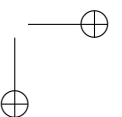
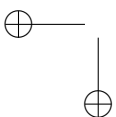


como num telejornal - seriam um “adicional” para a matéria informativa.

Esse exemplo revela que, por esta autonomia originada pela tecnologia, alguns formatos venham a se institucionalizar como um gênero discursivo jornalístico, mas a composição precisa ter autonomia também como composição discursiva, capaz de “dar conta” de uma história, de uma ocorrência noticiável. As separações necessárias devido ao sistema semiológico (texto, áudio, imagem em movimento, gráfico) e ao sistema de estocagem (ao próprio sistema de publicação, arquivamento) e transmissão dão independência discursiva a alguns formatos, mas não é apenas essa independência que pode dar a autonomia necessária para se configurar em um novo gênero discursivo jornalístico. A seção multimídia do Lemonde.fr tem vídeos, portfólios, infografia e até mesmo som (*son*) – que pode ter apenas uma declaração parte de uma notícia, uma breve entrevista com um especialista ou ainda depoimentos de testemunhas -, todos, entretanto, exceto a infografia, não têm independência discursiva ou mesmo de estrutura organizacional.

A importância do poder dentro da organização jornalística se mostra evidente quando se trata de editorial. Dos três sites noticiosos estudados, o editorial é disponibilizado diariamente apenas no Lemonde.fr, na seção *Opinions* (em *Perspective*) da seguinte forma:

Livros LabCom



The screenshot shows the 'Opinions' section of the Le Monde.fr website. At the top, there's a search bar and a navigation menu with categories like 'ACTUALITÉS', 'PERSPECTIVES', 'PRATIQUE', 'ANNONCES', 'LE DESK', 'LE KIOSQUE', 'NEWSLETTERS', 'MULTIMÉDIA', and 'RÉFÉRENCES'. Below the navigation, there's a sub-menu with topics such as 'International', 'Europe', 'Politique', 'Société', 'Carnet', 'Economie', 'Médias', 'Sports', 'Sciences/Env.', 'Technologies', and 'Culture'. The main content area is titled 'L'ÉDITORIAL DU MONDE' and features an article 'Soins à la dérive' under the 'Analyse' sub-section. Other articles listed include 'Avignon 2008, un grand millésime' and 'Henri Guaino: "Toute l'Afrique n'a pas rejeté le discours de Dakar"'. There are also sections for 'BLOGS' and 'ÉDITION ABONNÉS'.

Figura 8 – Exemplo da página Opinions do Lemonde.fr

Portanto, é o editorial produzido pela redação do Le Monde que é publicado na seção *Opinions*. Assim também para a Folha Online, pois existe editorial apenas da Folha de S.Paulo. No Elmundo.es, não publica o editorial do El Mundo. Qual o motivo? Não acreditamos que exista qualquer motivo relacionado propriamente à mídia digital, como se tem justificado, prova disto são os “blogs-colunas”. A explicação está na identidade discursiva necessária para a produção de um editorial. Que sujeito comunicante pode encarnar o locutor, ou seja, a instituição jornalística? As redações digital e impressa são totalmente independentes, mas fazem parte da mesma instituição. O espaço do editorial, no Brasil, mais do que na França e na Espanha, é dito e considerado como o único espaço onde a instituição jornalística se manifesta, como justifica o membro do conselho editorial da Folha de S.Paulo, Clóvis Rossi: “[...] A folha fez essa escolha, do apartidarismo, do pluralismo, que eu acho que é a escolha perfeita. A Folha não é nem o modelo norte-americano, porque o modelo assume na página de editorias, como o NYT, [...], nem a posição francesa, [...]. O modelo da imprensa brasileira é basicamente a imprensa americana

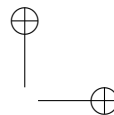
com essa possibilidade limitada às páginas de editoriais. [...] A imprensa européia já é pré-identificada com os candidatos. Todo mundo sabe que o El País ficará com candidato socialista. [...] Aí já está pré-escolhido.” Apenas quem tem o status de editorialista pode produzir um editorial. O único sujeito comunicante que tem o poder de assinar um editorial é o presidente ou diretor da publicação, como se chama no Le Monde. No El Mundo, o diretor de redação assina como “carta del director”.

Da mesma maneira, o status do colunista explica porque os blogs, enquanto sistemas de publicação sem custo e de simples utilização, se tornaram os formatos mais frequentes. O colunista tem autoridade, adquirida seja por competência em outro domínio ou por experiência em outro domínio e jornalística³, para produzir independente da rotina da redação. O colunista é, ao lado do especialista que assina artigo ou articulista, do crítico, do cronista brasileiro, o único enunciador do seu discurso e principal locutor. Inclusive é pelo reconhecimento do “ser do discurso” que o colunista existe, é lido e procurado pelo público.

Esta característica da audiência explica ainda porque algumas colunas não são publicadas na Folha de S.Paulo e na Folha Online, como a de Eliane Cantanhêde ou Gilberto Dimenstein. As colunas mais lidas na Folha de S.Paulo são a de José Simão, a de Carlos Heitor Cony e a de Clóvis Rossi, segundo sua resposta quanto a ser um motivo para a compra do jornal: “*Não, não creio. Não creio que compra por um único motivo, embora nas pesquisas internas esteja sempre dentre as três mais lidas, só perde para José Simão, na última pesquisa; empata com o Cony. Não creio que se eu morrer, passar para Estadão ou para o Globo, marcarei a circulação da Folha e vai aumentar a do Estadão ou do Globo, não creio. As pessoas, acho eu, compram o jornal por um conjunto de fatores, acho eu, e não para ler uma determinada pessoa ou um determinado assunto.*”

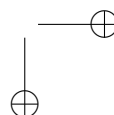
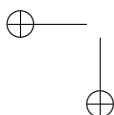
Espaço e condições tecnológicas existem no site da Folha Online,

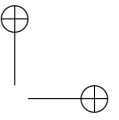
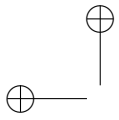
3. Breton, com o objetivo de explicar os tipos de argumentos, divide três razões para a autoridade: competência, experiência e testemunho. (BRETTON, 2006).



mas a coluna não é publicada senão no impresso. Ou seja, as características, propriedades ou potencialidades das mídias influenciam na constituição de gêneros discursivos, mas não é qualquer modificação tecnológica que muda o dispositivo de enunciação. As mudanças entre diferentes dispositivos de enunciação devem ter em conta as lógicas enunciativas, a força argumentativa realizada e as identidades discursivas.

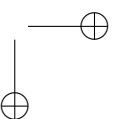
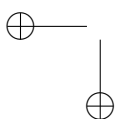
Se realmente podemos falar de gêneros discursivos jornalísticos, então a mídia deve ter um lugar secundário. Se colocarmos a mídia como uma condição determinante do ato de comunicação, estaremos situando todas as propriedades da mídia com o mesmo grau de influência. **A FDJ existe para todas as mídias em que atua. Existe, portanto, uma regularidade entre objetos de realidade, identidades discursivas, lógica enunciativas, tópicos jornalísticos e argumentos de acordo. De uma forma geral, é razoável dizer que, seja na imprensa escrita, seja na mídia digital, o jornalismo de atualidade trabalha com a mesma formação discursiva, principalmente se tratamos de mesmo país.**

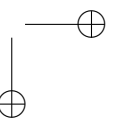
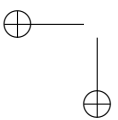
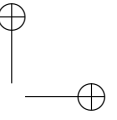
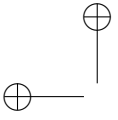




Parte V

Conclusões







Por uma outra classificação

Tradicionalmente, a classificação de gêneros jornalísticos está fundamentada na finalidade das composições discursivas. Isso se deve ao pressuposto de que gêneros discursivos são enunciados relativamente estáveis (BAKHTIN). Todos os elementos de composição de um gênero discursivo seriam, assim, relacionados às dimensões lingüísticas e, a partir delas, deveriam ser compreendidos. Através das marcas, se revelariam finalidade, intencionalidade dos relatos, traços estilísticos, conteúdo. Em outras palavras, os estudos do jornalismo estiveram preocupados em classificar as composições dos produtos jornalísticos através de elementos internos à linguagem. Cara ao jornalismo, a noção de gênero discursivo jornalístico foi definida segundo as finalidades das composições, o que permitiu a criação de uma nova classificação a cada novo artigo sobre gêneros jornalísticos¹.

Classificar é uma necessidade da prática mercadológica, do ensino e efetivamente da produção de composições discursivas. Uma taxonomia, entretanto, tem implícita uma teoria de definição das coisas classificadas. Essa teoria define os critérios de classificação, os quais, por sua vez, definem os objetos classificados. Por isso esta pesquisa se propôs a investigar a teoria de base, desvendando os seus fundamentos. Partimos da compreensão dos critérios das classificações clás-

1. A hipótese secundária 3 foi confirmada: “Classificações não implicam compreensão de gênero, por isso sempre há uma nova classificação a cada novo artigo. Apenas a proposição de critérios de classificação propicia um conhecimento sobre a definição da noção de gênero”. Item 3. Hipóteses da Introdução.



sicas para as diferentes mídias no Brasil, Espanha e França (MARCQUES DE MELO, BELTRÃO, MARTINEZ ALBERTOS, GOMIS, DÍAZ NOCI, UTARD, RINGOOT) pelos estudos do jornalismo (TRAQUINA, MCDUGALL, MEYER, CHARRON E DE BONVILLE), teorias da computação e da informação (ERIKSON, IHLSTRÖM) e lingüística (MARCUSCHI, MILLER, SWALES, BAZERMAN) para, em seguida, analisarmos estes critérios à luz da Pragmática da Comunicação (AUSTIN, SEARLE), da Análise do Discurso (BAKHTIN, CHARAUDEAU, MAINGUENEAU), da teoria de FOUCAULT sobre o discurso, da Teoria da Argumentação (DUCROT, ANSCOMBRE) e da Nova Retórica (PERELMAN, KEBRAT-ORECCHIONI).

As bases teóricas da pragmática e da análise do discurso demonstravam a necessidade de compreensão dos elementos extra e intra-lingüísticos às composições da formação discursiva jornalística (FDJ) do jornalismo de atualidade. Nesta base, fundamentava-se a nossa principal hipótese, confirmada na tese: os principais critérios de definição de gênero discursivo jornalístico são condições extralingüísticas do processo comunicativo. Mais: **os gêneros discursivos jornalísticos são enunciações relativamente estáveis**. Ao final, pode-se afirmar: **trata-se de uma combinação, regular e frequente, de elementos extralingüísticos e lingüísticos**. São combinações que se repetem a ponto de se institucionalizarem, mas que também, certamente, guardam uma dinâmica contínua de mudanças provisórias. Os **principais critérios de definição de gênero discursivo do jornalismo de atualidade são quatro elementos de condicionamento mútuo que se combinam de maneira regular e frequente**:

- I. **lógica enunciativa**, que se dá na relação entre objetos de realidade, compromissos realizados e tópicos jornalísticos em função de finalidades reconhecidas da instituição jornalística;
- II. **força argumentativa**, que se dá na relação entre o grau de verossimilhança dos enunciados e o nível de evidência dos objetos, medida pelos tópicos jornalísticos;
- III. **identidade discursiva** efetiva do ato comunicativo, que se dá



na relação entre sujeito comunicante, locutor e enunciador no ato mesmo da “leitura”;

IV. potencialidades do mídiu.

1.1 Lógica enunciativa

Antes da elaboração da tese, acreditávamos que a organização discursiva era um elemento menos importante na realização das enunciações relativamente estáveis. Essa crença nos levou à investigação dos atos de linguagem, ou seja, dos compromissos realizados na reconstrução da realidade operada pelo discurso jornalístico. Ao final, compreendemos que não se tratava apenas de “menor importância” na definição do gênero discursivo; na verdade, era a noção que não cabia como elemento de definição de gênero discursivo porque apenas incide sobre a estrutura lingüística. Embora a estrutura lingüística seja uma marca dos compromissos realizados pelos atos de linguagem, não dá conta da relação entre linguagem e realidade, relação esta fundamental para a produção jornalística. Não se trata, pois, do mesmo conceito. A organização discursiva é modo de estruturação do discurso (narrativo, descritivo, argumentativo), ao passo que a lógica enunciativa não se preocupa com a estrutura ou o objetivo da composição discursiva. Ao invés disso, a lógica enunciativa foca na vinculação do discurso com a realidade.

As lógicas enunciativas em atividade no jornalismo de atualidade se firmam por um tipo frequente de relação entre: 1) objetos de realidade, 2) compromissos realizados e 3) tópicos jornalísticos, em função das finalidades reconhecidas para a instituição jornalística.

1) Objetos de realidade

Os objetos de realidade apareceram como categoria de análise exatamente em função do exame da relação entre realidade e discurso. Duas

Livros LabCom



afirmações balizavam o exame desta relação: a primeira, um pressuposto e a segunda, uma hipótese secundária da tese². O pressuposto, evidenciado na dissertação de mestrado e desenvolvido na tese, tratava da matéria-prima do jornalismo. Ficou claro que **a matéria-prima do jornalismo não são apenas fatos, como se tem defendido nas teorias do jornalismo**. Ao invés disso, a matéria-prima é a realidade e, portanto, todos os objetos de realidade. A prática social jornalística, portanto, trata de uma quantidade variada de objetos de acordo e objetos de desacordo. Dentre os mais frequentes estão os objetos de acordo: os fatos dados, certamente, fatos recentes, fatos históricos, mas também fatos supostos, acontecimentos convencionados, acontecimentos em processo, estados de coisas, situações de saber comum, “verdades” (saberes tidos como verdades e sistemas complexos, dados e estatísticas frutos de saber científico), dados de saber especializado e regras (do saber comum e de saberes especializados). Vimos que os fatos dados passíveis de constatação constituem, em média, 80% dos objetos de realidade nas composições discursivas sobre os grupos de ocorrências inesperadas (*hard news*). Os outros mais comuns em composições baseadas em assertivos são: fato de passado recente, estado de coisas, declaração e objetos de conexão entre fatos de constatação.

Entretanto, existe uma quantidade enorme de objetos de desacordo, como estados psicológicos de atores sociais, comportamentos e crenças de atores sociais, opiniões em acordo num momento determinado e conceitos abstratos, com os quais as enunciações da organização jornalística trabalham. Estes objetos, por serem de desacordo não têm parâmetros claros do saber social prévio. Como a adequação entre discurso e realidade não parece verossímil segundo os tópicos universais e jornalísticos, o parâmetro de verossimilhança é transferido para a subjetividade do enunciador.

O objeto de realidade não existe independente do discurso. Há uma constituição mútua entre objeto de realidade e compromisso realizado, pela qual o objeto de realidade reconhecido é aquele que se configura

2. Trata-se da hipótese secundária 5 no item 3. Hipóteses, da Introdução.



no ato da troca comunicativa. A compossibilidade das coisas não está dissociada da compossibilidade dos sentidos. É a compossibilidade inscrita no “regime dos objetos” que possibilita a formação de um “objeto de discurso”. O feixe de relações para abordar, nomear, classificar, comparar, analisar os objetos é determinado no limite do discurso. As construções discursivas fazem parte do feixe de relações entre os objetos de realidade da formação discursiva do jornalismo de atualidade. Os sentidos são construídos pela experiência das gerações passadas (círculo hermenêutico). O interconhecimento, construído em parâmetros de verdade ao longo do tempo, é a medida da compreensão. O que se interpreta já é, de antemão, antecipado pelas possibilidades inscritas na compreensão (GUERRA, 2003). Portanto, os objetos de realidade, matéria-prima do jornalismo de atualidade, se constituem no e pelo ato de linguagem. Dentre os exemplos mais frequentes estão os fatos dados configurados como fatos dados constatados, os fatos dados como fatos supostos, estado psicológico com o mesmo grau de verossimilhança de um fato passível de constatação, situações como fatos dados e conexões entre dado e situação como fato dado. Esta configuração dos objetos de realidade mostrou-se como resultado do saber jornalístico produzido pelas competências empregadas, como reconhecimento (checagem de dados) e discursiva (contraposição de declarações, por exemplo).

A partir da crença de que a prática jornalística trata apenas de fatos é que se firma a concepção, levada ao extremo pelos estudos norte-americanos, de que todo objeto tratado pela atividade jornalística tem a qualidade de verificação (QV), ou seja, pode ser verificado por parâmetros do saber comum ou dos saberes científicos. É como se todos os objetos de realidade fossem objetos de acordo, passíveis de verificação ou simples constatação, como o são alguns os fatos. Mas funciona, ainda, um elemento na determinação da força de verossimilhança de um objeto de realidade realizado no ato comunicativo: o coeficiente de verificação (CV). Os objetos de realidade que podem ser verificados têm graus de possibilidade. Um fato dado pode, naturalmente, ser verificado, mas a maioria daqueles noticiados como constatados, o que

Livros LabCom





indica o grau máximo de verificação intersubjetiva, têm um grau muito baixo de verificação, a exemplo dos incidentes de metrô. Quanto maior for o CV de um objeto de realidade, maior o grau de verossimilhança (GV) e, conseqüentemente, mais próximo de uma evidência está.

Essa dinâmica tem, além disso, mais um elemento importante do saber jornalístico: a necessidade de verificação (NV) em determinado contexto para determinada ocorrência noticiosa. O objeto pode ser passível de verificação, mas não haver necessidade de verificação, como, por exemplo, com intenções de testemunhas que sofreram o incidente do metrô. Assim, o coeficiente de verificação de um objeto de realidade é medido pelo interconhecimento, pelo saber social, pelos tópicos universais, especificamente no discurso jornalístico, pelo que estamos chamando de tópicos jornalísticos, de saberes próprios em circulação na formação discursiva jornalística.

A hipótese secundária que balizou o exame dos objetos de realidade não se confirmou. A hipótese supunha que determinadas ocorrências geravam determinados gêneros discursivos. Entretanto, com a análise, ficou claro que uma mesma ocorrência, seja factual ou não, pode gerar diversos tipos de gêneros discursivos. Tanto uma manifestação na Gare du Nord como uma exposição de artes plásticas pode gerar, desde notícias, infográficos, vídeos, a reportagens e editoriais. Certamente algumas ocorrências se adequam mais a uma ou outra composição discursiva, mas esta relação direta não é possível de ser feita sem levar em conta outros elementos do discurso. Por isso buscamos na Nova Retórica o entendimento da realidade via objetos de acordo e de desacordo, seguindo um percurso iniciado na dissertação de mestrado. Já que o nível de acordo é medido pelo saber comum, pelo conhecimento prévio intersubjetivo, seria necessário compreender os tópicos (*topoi*, ARISTÓTELES).

2) Tópicos Jornalísticos

Os tópicos jornalísticos são crenças, proposições válidas comparti-



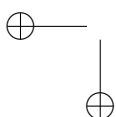


lhadas pelo público-participante de formações discursivas jornalísticas. Os tópicos jornalísticos constituem o elemento-chave da interpretação na realização do ato de linguagem. Os tópicos jornalísticos funcionam como um sistema de mediação do grau de evidência (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996) dos objetos de realidade, o que condiciona o grau de verossimilhança dos assertivos. O nível de exatidão, de delimitação do objeto é avaliado segundo os tópicos jornalísticos e os tópicos universais. Nesta primeira análise, feita em diferentes veículos da grande imprensa brasileira, espanhola e francesa, dentre os tópicos mais frequentes da formação discursiva jornalístico detectamos:

- I. o tópico do factual – a crença compartilhada de que a atividade jornalística trata apenas de fatos, dados, passíveis de constatação, de verificação;
- II. o tópico da presença – a crença compartilhada de que a presença de jornalista-repórter indica um mais exato conhecimento da realidade;
- III. o tópico de autoridade – a crença compartilhada de que o enunciado se trata do resultado de um conhecimento específico e, conseqüentemente, o saber sobre quem é responsável por ocorrências, quem tem autoridade para explicar, justificar, analisar;
- IV. o tópico da quantidade – a crença compartilhada de que a maior quantidade de vozes implica um mais exato conhecimento da realidade.

Os tópicos, originados em tópicos universais e na incorporação destes por comunidades jornalísticas, permitem fundar valores e hierarquias. Por isso o que é causa e motivo tem uma importância maior do que o efeito. Este tipo de hierarquia orienta como tratar os objetos de realidade. São hierarquias fundamentais para os argumentos baseados na estrutura do real (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.91), próprios da formação discursiva jornalística.

Quanto mais evidente o objeto de realidade, maior o grau de verossimilhança do enunciado. Por isso o fato (seja passível de constatação ou de passado recente) é considerado a matéria-prima do jornalismo. O





saber social prévio diz que todo fato é verificável, sem questionar o nível de verificação de determinado fato. Por isso, um estado psicológico de ator social que se realiza na enunciação como um fato passível de constatação tem um alto grau de verossimilhança. Um exemplo representativo, e muito comum, é o objeto que se realiza como fato passível de constatação no ato de leitura, mas que, na verdade, é resultado de saber produzido pela atividade de apuração jornalística. É o grau de verossimilhança que marca a tênue linha entre assertivo e opinativo.

O discurso reconhecido como jornalístico tem a necessidade de tratar, assertivamente, de objetos de acordo e de desacordo. Assim precisa operar, através de assertivos: articulações entre objetos de acordo; articulações entre objetos de acordo e objetos de desacordo; e articulações entre objetos de desacordo. Quanto mais verossímil se concretiza o enunciado, menor o seu nível de interpretação. É por isso que os objetos mais frequentes se realizam como objetos de acordo e as conexões entre esses objetos de acordo são reconhecidas como dadas. A competência do procedimento nas formações discursivas jornalísticas é exatamente a de trabalhar com a máxima quantidade de objetos de acordo, seja para enunciá-los isoladamente, seja para operar conexões entre estes objetos. Os objetos de acordo facilitam a realização do compromisso do assertivo: adequar enunciado à realidade no ato mesmo da comunicação (leitura, por exemplo).

3) Compromissos

Assertivo, opinativo e expressivo são os atos de linguagem mais frequentes no discurso do jornalismo de atualidade. De acordo com nossa amostra de 324 composições discursivas dos veículos impressos e digitais, as chamadas notícias têm, em média, 90% de assertivos, enquanto as chamadas reportagens são compostas de mais de 50%. No caso de composições assinadas por ator social de outro domínio ou jornalista-especializado em outro domínio, mais de 50% dos atos de linguagem são opinativos, aqueles cujo compromisso é com a crença

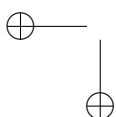




na adequação do enunciado à realidade. No assertivo, o enunciador, melhor a (id)entidade discursiva, se compromete com a adequação do enunciado à realidade. No opinativo, o locutor (a dimensão da identidade discursiva com maior força, neste caso) se compromete com a crença na adequação do enunciado à realidade, implicando assim sua subjetividade. Os conjecturais, que enunciam uma ocorrência possível, provável ou prevista, devem ser incluídos como assertivos, porque se trata do mesmo compromisso, a adequação do enunciado à realidade. Esta realidade é formada, entretanto, por objetos de realidade, inverificáveis, existentes, no momento de realização do ato comunicativo, como possibilidade, probabilidade ou previsibilidade de ocorrência.

O principal motivo para que estes atos de linguagem se realizem como compromisso na adequação do enunciado à realidade é que estas construções discursivas fazem parte do feixe de relações entre objetos da FDJ (formação discursiva do jornalismo de atualidade). Esse feixe de relações diz como os objetos podem ser abordados, nomeados, classificados, explicados, relacionados. É um feixe formado pela regularidade dos tratamentos. Os parâmetros não estão apenas no discurso, pois surgem e estão, a toda atualização (novo uso), testando e comprovando sua validade nos saberes sociais e especializados, compartilhados.

Para os assertivos, em geral, os objetos de realidade são objetos de desacordo e conexões entre os mais variados objetos (acordo e desacordo). Os compromissos condicionados por objetos de acordo e que os condicionam como tal são majoritariamente assertivos. Aqueles cujos objetos são as articulações entre objetos de acordo podem ser realizados como assertivos ou opinativos, dependendo do participante (leitor). O compromisso realizado trata de responsabilidades em função do objeto de realidade tratado e re-construído. Enquanto o assertivo compromete o enunciador e o locutor com a adequação do enunciado à realidade, o opinativo compromete o enunciador e o locutor com a crença (subjetiva, portanto) na adequação do enunciado à realidade. Os compromissos condicionam os objetos de realidade configurados





no discurso e são condicionados por eles.

Compreender como se realizam os objetos de realidade, segundo as regularidades da formação discursiva, é compreender a lógica dos modos discursivos, que chamamos de lógica enunciativa da formação discursiva jornalística. A relação entre objeto de realidade e discurso vai além da organização discursiva e da finalidade reconhecida de uma dada composição discursiva. O compromisso efetivamente realizado marca a relação operada e, com isso, as responsabilidades, poderes e deveres envolvidos. Além da finalidade reconhecida da composição, existem as finalidades reconhecidas da instituição, às quais as primeiras estão implicadas. A instituição jornalística hoje teria três principais finalidades reconhecidas: **a de mediação, a de informação e a de opinião**. Entretanto, finalidades institucionais não coincidem, sempre e obrigatoriamente, com as finalidades das composições. Uma composição pode responder a mais de uma finalidade institucional. No artigo, a finalidade da composição é opinativa, enquanto a finalidade implicada da instituição é a de mediação. Uma composição discursiva jornalística com finalidade reconhecida de informação pode ser formada por diferentes atos comunicativos, com seus respectivos compromissos, e o é. As notícias têm 90% de assertivos, mas tem 10% de opinativos.

Ciente de que esta é uma diferença difícil de marcar, conduzimos a análise pelos caminhos: 1) análise dos compromissos realizados e 2) reiteração da diferença entre instituição e organização jornalística (GUERRA, 2003). O primeiro caminho foi partir da relação operada entre linguagem e realidade para tentar chegar à finalidade das composições discursivas, ao invés de partirmos das finalidades reconhecidas das composições para explicá-las. Partimos dos elementos do processo comunicativo destas composições discursivas para se chegar àquela que seria a sua função ou finalidade socialmente reconhecida. No segundo caminho, a separação entre instituição jornalística e organização jornalística revelou duas coisas: 1) a distinção entre papel social e condições de produção, indispensável para a compreensão da prática discursiva; e 2) a função decisiva das competências empregadas pelos atores envol-





vidos na produção de dada composição discursiva.

Com isso foi possível descartar a hipótese de que o paradigma informação x opinião é falso. Este paradigma, que ajudou a paralisar a discussão de gêneros jornalísticos no campo dos estudos de jornalismo, é verdadeiro. Mas o paradigma não é verdadeiro porque as composições são informativas ou opinativas. É verdadeiro porque a instituição jornalística tem finalidades reconhecidas intersubjetivamente e os compromissos dos atos de linguagem incidem sobre a relação entre discurso e realidade. Existe uma finalidade a priori, mas o que importa o ato de linguagem que se realiza no ato de comunicação. Asserir não é igual a informar, assim como um opinativo não é igual à finalidade de opinar. Para informar, realizam-se assertivos e opinativos, assim como para fazer uma avaliação sobre uma situação real, realizam-se opinativos e assertivos. Para cumprir a finalidade de mediar, pode-se realizar apenas assertivos. Além disso, nem o assertivo, nem o opinativo prescindem de um saber produzido pela produção jornalística. Tanto um fato verificado como aquele impossível de verificação podem ser configurados no discurso como fato dado constatado. As conexões entre objetos de acordo, frutos de trabalho interpretativo, podem ser configuradas pela simples sucessão dos enunciados, que parecem não estar conectados, mas que, além de estarem hierarquizados, constituem “argumentos de acordo”.

1.2 Força Argumentativa

Interpretação e hierarquização são as duas palavras-chave na definição de força argumentativa. A interpretação é a operação base nas conexões entre objetos, na escolha de sucessão, na configuração de objetos de acordo. Quanto mais verossímil a relação estabelecida entre realidade e discurso, menos interpretativo nos parece o texto. Por isso, as conexões entre objetos de acordo não são comumente reconhecidas como interpretadas ou explicadas. A hierarquização é o critério de sucessão dos fatos, de sucessão dos objetos de realidade para re-

Livros LabCom





alizar assertivos jornalísticos. O critério é da “importância”, ou seja, da pirâmide invertida. O critério de sucessão de fatos na redação jornalística já não é mais cronológico, como até o início do século XIX. Mas a concepção de que a estrutura do texto jornalístico é narrativa, permanece. Narrar implica em cronologia, é a arte de contar. Acontecimentos, ocorrências, eventos, fatos, enfim, são contados. No entanto, os mais variados objetos de realidade, incluindo os fatos, são, na verdade, sucedidos segundo uma hierarquia de importância, explicação, comparação.

É este tipo de sucessão que marca a estratégia discursiva da lógica enunciativa. Estas articulações entre objetos, sem conexões explícitas, são reconhecidas e aceitas como argumentos de acordo. Os argumentos de acordo não constituem, como explicado, em argumento no sentido clássico do termo, reconhecido pelo objetivo argumentativo. Trata-se de construção discursiva com força argumentativa, dimensão inerente a numerosos discursos. Os argumentos de acordo são os argumentos quase lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real ou que fundamentam a estrutura do real. Dentre estes, identificamos que, na formação discursiva jornalística, os mais frequentes são:

- I. os argumentos por comparação e pelo provável (quase lógicos);
- II. os argumentos pelo exemplo e pela ilustração (que fundamentam a estrutura do real);
- III. os argumentos de efeito e de autoridade (baseados na estrutura do real).

Os argumentos quase lógicos se baseiam em critérios conhecidos do saber social prévio. Os argumentos por comparação equiparam objetos de realidade de forma que a idéia da medição está subjacente, enquanto o argumento pelo provável situa uma ocorrência com probabilidade de ocorrer no momento mesmo da enunciação. Os objetos comparáveis são de conhecimento intersubjetivo e, para a formação discursiva jornalística, a comparação é uma operação para dimensionar a importância de dados, estados, fatos, enfim, todo o tipo de objeto de realidade. A comparação entre objetos de mesma classe e mesmos





dados de diferentes períodos é muito frequente nas composições discursivas jornalísticas. A probabilidade de uma ocorrência serve-se da tradição, do frequente, para invocar outra ocorrência como resultado provável.

Os argumentos pelo exemplo e pela ilustração põem em sucessão objetos de realidade atuais e objetos de realidade do passado para marcar a representatividade ou para justificar generalizações. O argumento pelo exemplo é muito importante para o discurso jornalístico porque permite fundamentar generalizações e sínteses necessárias para a qualidade de notícia de uma composição. O argumento pela ilustração, apenas por suceder uma afirmação, consegue indicar a representatividade de um objeto que seria apenas ilustrativo.

Os argumentos de efeito tratam exatamente das ligações de sucessão, colocando em foco o vínculo causal. A incontestável necessidade de a prática jornalística conhecer os motivos dos fatos, das ações, das ocorrências, imprime importância e destaque a esses argumentos. Uma forma de argumento de efeito são ligações de sucessão temporal. Considerada como contextualização, uma ligação de sucessão entre a ocorrência que deu origem à notícia e outras ocorrências justifica a noticiabilidade da primeira. No argumento de autoridade, embora também baseado na estrutura do real, o elemento decisivo não está nas ocorrências, mas na autoridade e prestígio do locutor.

Os argumentos, fundados em valores, hierarquias, tópicos, trazem os parâmetros de interpretação. É assim que se justifica a idéia de interpretação e de níveis de interpretação. Os argumentos estão em todas as composições produzidas pela atividade jornalística, entretanto as estratégias discursivas vão cristalizando argumentos, esquemas retóricos, formas enunciativas, ligações, enfim, tipos de conexões entre objetos de acordo e de desacordo, que formam a realidade. No caso das composições assertivas, a lógica é trabalhar com objetos de acordo.

Para que os objetos de realidade e as conexões entre os objetos de realidade se realizem na composição discursiva como evidente, como são as ocorrências passíveis de constatação, ou como objetos de acordo,





o discurso jornalístico trabalha sua “dimensão argumentativa”, inerente ao discurso jornalístico (como a diversos outros discursos), na medida em que deve cumprir uma de suas finalidades: asserir sobre a realidade. O trabalho argumentativo opera, por isso, com os tópicos jornalísticos, os tópicos universais e tópicos especializados.

1.3 Identidade Discursiva

A identidade discursiva é formada por três principais elementos dentre as modalidades enunciativas e as relações da identidade discursiva sugeridas por Charron e De Bonville: 1) a relação entre as instâncias sujeito comunicante, locutor e enunciador (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004); 2) o status do indivíduo, destacando-se as competências e as ações que pode realizar, incluindo os atos de linguagem (FOUCAULT, 1969); e 3) os lugares institucionais onde obtém seu discurso, seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação (FOUCAULT, 1969). Os lugares institucionais representam as formações discursivas do domínio do saber em que o jornalista atua. Nestes lugares, o sujeito comunicante adquire o saber comum intersubjetivo do campo, dotado de seus tópicos, parâmetros de interpretação da realidade. Um crítico de artes, um colunista de política, um repórter especializado são exemplos de cargos que situam o sujeito comunicante em outro domínio. Isto lhe confere autoridade para operar com objetos de realidade que um repórter não pode operar e, portanto, realizar atos de linguagem que um repórter não pode realizar.

Esta autoridade vem do cargo, das funções, das atribuições, das competências e das ações, incluindo as discursivas, que o sujeito comunicante pode realizar. Trata-se do status do indivíduo. A influência do status do sujeito comunicante pode implicar em dada realização do ato de linguagem, assim como os atos de linguagem que o sujeito comunicante pode realizar dependem das autoridades atribuídas às funções pela organização jornalística. Como demonstrado em Jogos de identidade discursiva na FDJ, repórter especiais operam com ocorrên-

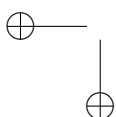




cias prováveis e possíveis, segundo conexões entre variados tipos de objetos de realidade. Para alguns cargos como o crítico de artes plásticas, mais do que poder operar, o sujeito deve operar com objetos de desacordo, pois uma de suas atribuições é realizar opinativos, com julgamentos de valor. É uma regra na Folha de S.Paulo dizer ao final se uma exposição é “bom, regular ou ruim”.

Da mesma maneira, um mesmo objeto de realidade é operado diferentemente por dois status, como no Ex30 (item 3.1 do Capítulo 4): um repórter da editoria de política e um repórter especial da editoria da internacional. O resultado de um debate político na televisão durante as eleições presidenciais da França não pode ser afirmado pelo primeiro. Asserir sobre resultado de debate político implica conexões entre variados objetos de acordo e de desacordo e não apenas fato de constatação como o é o próprio debate. O repórter especial se responsabiliza por uma asserção que põe em jogo parâmetros do domínio da política como justificativa. Já o repórter da editoria apenas escolhe (reconhecimento) uma declaração de especialista do campo político sobre o resultado, transferindo o compromisso com a adequação entre discurso e realidade para a fonte. Portanto, no mesmo tipo de composição, as mesmas competências empregadas, os mesmos atos de linguagem (assertivos), mas diferentes poderes para operar com objetos de desacordo.

As competências, parte do status do sujeito comunicante, são condicionadas pelo cargo, indicando, assim, os tipos de atos de linguagem que se pode realizar e as finalidades institucionais que pode cumprir. As competências são os saberes empregados na prática da organização jornalística: competência de reconhecimento, competência de procedimento, competência discursiva e competência de domínio. Além de operar em maior ou menor grau com as operações retóricas de Quintiliano, como a *inventio* (a possibilidade de escolha), *dispositio* (ordenamento de seqüências), *elocutio* (expressão do discurso), *actio* (a ação da troca comunicativa) e *memória* (memória), as competências estão diretamente relacionadas aos atos de linguagem, em função dos tópicos jornalísticos. Um assertivo de composição jornalística implica





na competência do procedimento, a não ser que o enunciador seja de outro campo social que não o jornalístico. A competência de reconhecimento, por exemplo, da escolha quanto à notícia por critérios de noticiabilidade, se dá também no nível do discurso, quando se precisa escolher quais os objetos de realidade a fazerem parte do texto, segundo um ordenamento hierárquico. É preciso se reconhecer o que é notícia mesmo depois de todo o procedimento de apuração. O que caracteriza a competência de procedimento, preponderante para composições assertivas, é o dever de trabalhar com a máxima quantidade de objetos de acordo, seja para enunciá-los apenas isoladamente, seja para operar conexões entre estes objetos.

Nas composições em que os atores sociais da organização jornalística empregam a competência da apuração, há uma implicação direta com a finalidade institucional de informar, mas isso não significa implicação direta com a finalidade reconhecida da composição. Um colunista político, que reconheceu o valor-notícia de uma dada ocorrência, apurou, contrapôs declarações no texto, decidiu o título e descobriu um dado desconhecido, não necessariamente realizará apenas opinativos, pelo contrário, realizará assertivos. No entanto, as conexões entre os objetos de realidade podem ter alto nível de interpretação. Isto porque entra em jogo também sua autoridade, por cargo e conhecimento.

Nos casos em que o sujeito comunicante pertence a outro domínio, como ocorre na França, seria mais revelador do gênero discursivo separar aquelas composições cujas competências empregadas são de ator social de outra formação discursiva. É o caso do artigo e, até mesmo, do articulista. O sujeito é domina outra formação discursiva, sua autoridade vem desse campo, pois domina os parâmetros de interpretação deste domínio. Para os atos de linguagem desta composição não implica nenhuma finalidade institucional da FDJ. O sujeito comunicante é livre para produzir os atos de linguagem que desejar. A instituição jornalística aparece como locutor apenas pela competência de reconhecimento, ao escolher dado artigo. Ou seja, as competências condicionam e são condicionadas também pelas dimensões de sujeito comunicante,





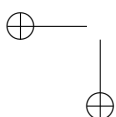
locutor e enunciador.

Ao final, pode-se afirmar que a instituição jornalística é locutor de todas as composições publicadas, tanto para os impressos como para os sites noticiosos analisados. Entretanto, esta participação da instituição jornalística na dimensão de locutor tem níveis, o que significa maior ou menor interferência das suas finalidades e papéis reconhecidos. O nome do jornal é um locutor presente com maior ou menor grau, a depender do nível de interferência institucional na composição. Quando não há assinatura, ou seja, enunciador individual, a instituição jornalística incide com mais força na realização do ato de comunicação. Quando o enunciador é especialista em outro domínio ou ator de outro campo, a instituição jornalística aparece apenas como locutor.

A instituição jornalística é o único enunciador e único locutor ao mesmo tempo em apenas uma composição jornalística, o editorial. Por isso, acreditamos que o único gênero discursivo jornalístico que se poderia chamar de opinativo é o editorial. Apenas no editorial, enunciador e locutor são a mesma instituição jornalística e não importa o sujeito comunicante, por que, na verdade, este encarna a instituição. A instituição jornalística é um locutor presente na maioria das composições em maior ou menor grau, a depender do nível de interferência na composição, em outras palavras, a depender das competências empregadas pela organização na produção da composição discursiva. Entretanto, quando a instituição jornalística tem um grau mínimo na participação do “locutor” é porque o enunciador se trata de um sujeito de outro domínio ou com a competência de outro domínio. Quando a instituição jornalística não aparece como enunciador, de nenhuma maneira, nem por assinatura, nem por citação no texto, a organização jornalística não empregou a competência de procedimento, não houve apuração, não se ouviu os lados, não se fez contraposições, não se trabalhou com *off*, não se entrevistou. Nestes casos, frequentemente, o enunciador é de outro domínio, é a quem se atribuem as competências de reconhecimento, de procedimento, discursiva e de outro domínio.

Todas as composições, em algum nível, têm como sujeito comu-

Livros LabCom



nicante a organização jornalística, de chefe de reportagem, repórter e redator, a apenas editor, ou editor-chefe. Entretanto, acreditamos que é preciso diferenciar a atuação da organização pelas competências, de alguma maneira. Por isso sugerimos uma primeira divisão em: **gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos**. Um gênero discursivo jornalístico, obrigatoriamente:

- I. tem como enunciador, no ato da troca comunicativa, a instituição jornalística;
- II. a competência de procedimento é de sujeito comunicante da organização jornalística;

E frequentemente:

- III. satisfaz a uma ou mais finalidades institucionais;
- IV. apresenta uma lógica enunciativa formada majoritariamente pelo compromisso de adequação do enunciado à realidade, como objetos de acordo e/ou argumentos de acordo operados interpretados segundo tópicos jornalísticos.

Já nos gêneros discursivos jornalísticos³, obrigatoriamente:

- I. a instituição jornalística não faz parte da dimensão do enunciador;
- II. a competência de procedimento empregada não é de nenhum sujeito comunicante da organização jornalística, portanto é de outra formação discursiva;

E frequentemente:

- III. a lógica enunciativa não trabalha, obrigatoriamente, como objetos de acordo e pode ser formada por compromissos de crença sobre a adequação do enunciado à realidade.

A configuração da identidade discursiva, pela relação entre as dimensões de enunciador, locutor e sujeito comunicante com as competências empregadas por sujeito comunicante da organização jornalística

3. O termo jornalístico, corruptela do “texto jornalístico” de BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, se refere à produção no interior da organização jornalística consagrada à atualidade. “(...) Dans notre proposition, la notion de “texte journalistique” inclut aussi les produits journalistiques (...) non quotidiens (...)” (BRIN; CHARRON; DE BONVILLE, 2004, p. 91)

oferecem uma outra possibilidade de classificação dos gêneros discursivos da FDJ. Uma primeira sugestão dividiria-os da seguinte maneira:

GÊNEROS DISCURSIVOS JORNALÍSTICOS	GÊNEROS DISCURSIVOS JORNÁLICOS
NOTÍCIA	ARTIGO
NOTA	CRÔNICA (brasileira)
REPORTAGEM	CARTA
ENTREVISTA	FÓRUM
INFOGRÁFICO	CARICATURA
EDITORIAL	BOLETIM DE AGÊNCIA (francês)
COLUNA	TRIBUNA LIVRE (francesa)
COMENTÁRIO	LES BONNES FEUILLES (francesa)
ANÁLISE (francesa)	
CRÔNICA (espanhola)	
SÍNTESE (francesa)	
PERFIL (francês)	
REVISTA DE IMPRENSA (francesa)	
CHAT	

O objetivo desta sugestão é: 1) identificar quando a instituição jornalística é enunciador, porque isto implica diretamente na finalidade institucional; 2) marcar a importância das competências operadas por sujeitos comunicantes da organização jornalística; e 3) pôr em pauta nos estudos de gêneros discursivos da FDJ os elementos extralinguísticos da prática discursiva.

1.4 Potencialidades do Mídium

Se realmente podemos falar de gêneros discursivos jornalísticos é porque se pode falar em competência profissional, em mesmas competências empregadas. Nesse sentido, a mídia, exceto por algumas propriedades como sistema de transmissão ou sistema semiológico, deve

Livros LabCom

ter um lugar secundário. Se colocarmos a mídia como uma condição determinante do ato de comunicação, estaremos situando todas as propriedades da mídia com o mesmo grau de influência da lógica enunciativa, dos compromissos, da identidade discursiva. A formação discursiva do jornalismo de atualidade existe para todas as mídias em que atua. Existe, portanto, uma regularidade entre objetos de realidade, identidades discursivas, lógica enunciativas, tópicos jornalísticos e argumentos de acordo. De uma forma geral, é razoável dizer que, seja na imprensa escrita, seja na mídia digital, a atividade jornalística trabalha com a mesma formação discursiva, principalmente se tratamos de mesmo país.

O estudo separado por mídia instituiu, sem prévia discussão, a mídia como critério primeiro para a definição de gênero, sem, ao menos, se discutir como as propriedades destas mídias influenciavam na noção. Se é possível se reconhecer uma entrevista nas rádios, nos impressos, na TV e nos sites noticiosos, certamente as características regulares destas composições perpassam as diferentes características das diferentes mídias. Por isso, a partir da comparação entre sistematizações sobre as propriedades das mídias digitais (ECHEVERRÍA, 1999; PALÁCIOS, 1999; BARDOEL & DEUZE, 2000; MANOVICH, 2001; DÍAZ NOCI, 2004) e da midiologia (DEBRAY, 1991), investigamos quais características do mídiom seriam determinantes ou apenas influentes para as mudanças de gênero discursivo. Chegamos à conclusão de que, dentre a operação de conhecimento, os sistemas semiológicos, os sistemas de transmissão e estocagem, de interação, de redes técnicas, de influências nas técnicas (de redação) e da relação tempo-espço, três propriedades parecem determinantes: o sistema de transmissão, o sistema semiológico e a relação tempo-espço.

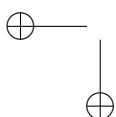
Um exemplo claro da primeira são os *chats* e fóruns dos sites noticiosos. A interatividade exigida com a troca simultânea para o *chat* e abertura do pólo de emissão em ambos só existe na tecnologia digital. Outra necessidade é que a temporalidade seja sincrônica, quando todos estão em conexão ao mesmo tempo, situação de troca impossível para

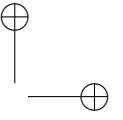
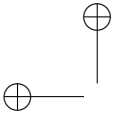


os impressos. Entretanto, a interatividade que a mídia tem como potencialidade nem sempre opera com o seu nível máximo. É o que se pode falar sobre a televisão, cuja instantaneidade potencial do dispositivo foi submetida à lógica do mídiun.

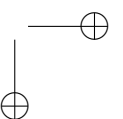
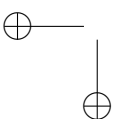
A possibilidade de escolher o código linguístico permitida pelo sistema semiológico multimidiático tornou explícito que cada código linguístico tem uma natureza diversa e serve a dado objeto de realidade dentro do fazer jornalístico. Imagens em movimento servem a um propósito diferente do texto escrito e do gráfico. As imagens em movimento, frequentemente, têm a denominação do formato, como as imagens estáticas, e integram uma composição discursiva. Não há, ainda, nenhum formato em vídeo que tenha alçado o lugar de composição discursiva jornalística como o webdocumentário é para a área de cinema e vídeo. Três motivos nos parecem principais: 1) um gênero discursivo deve ter uma unidade composicional; 2) esta unidade se revela na rotina produtiva e, portanto, na estrutura redacional; e 3) para um formato se tornar um gênero discursivo, precisa se estabilizar institucionalmente em dada formação discursiva.

Um gênero discursivo da FDJ tem uma combinação, regular e frequente, de elementos extralingüísticos e lingüísticos; uma frequente configuração de elementos, em que alguns são determinantes e outros condicionantes. Embora não tenhamos dado a medida deste grau de condicionância para todas as combinações possíveis, esperamos, ao final, ter contribuído para o desenvolvimento da noção de gênero discursivo dentro do campo dos estudos do jornalismo. Procuramos mostrar a importância de classificar critérios de definição ao invés de composições discursivas; a importância dos elementos extra-lingüísticos nos estudos dos gêneros do jornalismo de atualidade; a importância das ações de linguagem para um gênero discursivo; a fragilidade da noção midiática de gênero televisivo, radiofônico, digital; a força que tem esta noção para a compreensão da prática discursiva jornalística. Sugerimos, enfim, que a composição discursiva genérica da FDJ é uma dada composição da lógica enunciativa, da força argumentativa, da identi-





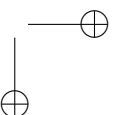
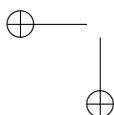
dade discursiva e das potencialidades do mídiuim.





Referências bibliográficas

- ACCARDO, Alain *et alli*. **Journalistes précaires, jour au quotidien**. Nova edição revista e atualizada, Marseille: Agone, 2007.
- ADAM, Jean-Michel. **La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours**. Paris: Armand Colin, 2006.
- ADAM, J-M; HERMAN, Thierry; LUGRIN, Gilles. **Genres de la presse écrite et analyse du discours**. In: Sémen, N° 13, Presses Universitaires Franc-Comtoises, 2001.
- AGAMBEN, Giorgio. **Qu'est-ce qu'un dispositif?** Trad. Martin Rueff, Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007.
- AGNÈS, Yves. **Manuel de journalisme. Écrire pour le journal**. Paris: La Découverte & Syros, 2002.
- AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Livraria Medina, 3ª ed., 1979.
- ALBERT, Pierre. **La presse française**. Paris: La documentation française, 2004.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. In *e-Compós* (Revista eletrônica da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Ed. N° 1, dez. 2004. Disponível em : <http://www.compos.org.br/e-compos> . Acesso em 28/07/2008.
- AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans les discours**. Paris: Armand Colin, 2006.



- ANSCOMBRE, Jean-Claude. **La théorie des topoi: sémantique ou rhétorique?** In: *Hermès*, N° 15, Paris: CNRS Éditions, 1995.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude & DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue.** Bruxelas: Pierre Mardaga, 1983.
- ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. **Mídia: um aro, um halo e um elo.** In: VAZ, Paulo B. (org.) *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano.* Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 43-60.
- ARISTÓTELES. **Catégories de l'interprétation. Organon I et II.** Traduzido por J. Tricot, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2004.
- ARISTÓTELES. **Topiques Organon V.** Traduzido por J. Tricot, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2004.
- ARISTÓTELES. **Arte poética e arte retórica.** Trad. de Antonio Pinto Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira.** São Paulo: Summus Editorial, 2004.
- ARMAÑANZAS, Emy; DÍAZ NOCI, Javier. **Géneros de opinión.** Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 1996.
- ARMENTIA, José Ignacio. et al. **La información en la prensa digital: redacción, diseño y hábitos de lectura.** In: <http://www.ehu.es/zet/ser8/8armentia9.html>. Acesso em: 22/05/2001.
- AUSTIN, John. **Quando dizer é fazer. Palavras e ação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BALLABRIGA, Michel (org.) **Analyse des discours. Types et genres: Communication et Interprétation.** Toulouse: EUA, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Speech genres and other late essays.** Trad. Por Vern W. McGee. Austin: The University of Texas Press, 2006.
- _____. **Questões de literatura e de estética – A teoria do romance.** São Paulo: Hucitec, 1988.

- _____. **Estética da criação verbal. Mikhail Bakhtin: introdução e tradução do russo Paulo Bezerra.** Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov, 4^a ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARBOSA FILHO, André. **Os formatos e os programas em áudio.** São Paulo: Paulinas, 2003.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. **Jornalismo Interpretativo.** Porto Alegre: Sulina, 1976.
- _____. **Iniciação à filosofia do jornalismo.** Rio de Janeiro: Agir Editora, 1960.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: **Textos escolhidos: Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. Os Pensadores.** São Paulo: Abril, 1983.
- BENVENISTE, Émile. **L'appareil formel de l'énonciation.** In: *Langages*, N° 17, Paris: Larousse, 1970.
- BOLTER, J. David; GRUSIN, Richard. **Remediation: Understanding new media.** Cambirdge: MIT Press, 2002.
- BOND, Fraser. **Introdução ao Jornalismo.** Rio de Janeiro: Agir Editora, 1959.
- BONINI, Adair. **Gêneros textuais e cognição. Um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos.** Florianópolis: Insular, 2002.
- BORELLI, Silvia Helena Simões. Gêneros ficcionais, materialidade, cotidiano e imaginário. In: SOUZA, M. W. de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor.** São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 71-85.
- BORRAT, Héctor. **El periódico, actor político.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.
- BOURDIEU, P. **Langage et pouvoir symbolique.** Paris: Éditions de Seuil, Essais, 2001.

- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRANCO, Carina. *Infografia não é uma linguagem do futuro, é do presente. Entrevista com Alberto Cairo*. In: *PortoNet*, 11/07/2006. Disponível em:
http://jpn.icicom.up.pt/2006/07/11/infografia_nao_e_uma_linguagem_do_futuro_e_do_presete.html. Acesso em 28/07/2008.
- BRAIT, Beth (org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contextos, 2005.
- BRETON, Philippe. **L'argumentation dans la communication**. Paris: La Découverte, 2006.
- BRETON, Philippe & GAUTHIER, Paul. **Histoire des théories de l'argumentation**. Paris: La Découverte, 2000.
- BREURE, Leen. **Development of the Genre Concept**. Curso Information and Computing Sciences University of Utrecht, Países Baixos. Disponível em:
<http://people.cs.uu.nl/leen/GenreDev/GenreDevelopment.htm#Bakhtin>. Acesso em 28/07/2008.
- BRIN, Colette; CHARRON, Jean; de BONVILLE, Jean. **Nature et transformation du journalisme : théorie et recherches empiriques**. Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval, 2004.
- CANVAT, Karl. *Enseigner la littérature par les genres pour une approche théorique et didactique de la notion de genre littéraire*. Bruxelas: De Boeck, 1999.
- CASASÚS, J. M. & NUÑEZ LADEVÉZE, L. **Estilo y géneros periodísticos**. Barcelona: Ariel, 1991.
- CEIA, Carlos (organização e edição). **E-dicionário de termos literários**. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/edtl>. Acesso 23/11/2006.
- CHAPARRO, Manuel. **Sotaques d'aquém e d'além mar. Travesias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.

- CHARAUDEAU, Patrick. **Une analyse sémiolinguistique du discours.**
In: Langages, Paris: Larousse, março de 1995.
- _____. **Le dialogue dans un modèle de discours.** In: Cahiers de Linguistique française, N° 17, Genebra, junho de 1995. Disponível em: <http://clf.unige.ch/num.php?numero=17>. Acesso em 28/07/2008.
- _____. **Le discours d'information médiatique.** Paris : Nathan/INA, 1997.
- _____. **Les conditions d'une typologie des genres télévisuels d'information.**
In: Revue Réseaux n°81, CNET, Paris Janvier-Février 1997. Disponível em <http://www.enssib.fr/autres/sites/reseaux-cnet/81/05-chara.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- _____. **Les médias et l'information.** Bruxelles: De Boeck & Larcier S.A, Institut National de L'audiovisuel, 2005.
- _____. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual.** In: MACHADO, I.L. & MELLO, R. (orgs) **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso.** Belo Horizonte, NAD/FALE/UFMG, 2004.
- CHARAUDEAU, P.; GHIGLIONE, **Un genre télévisuel: le talk show.**
Paris: Dunod, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** Trad. Fabiana Komesu, São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARRON, Jean-Maire. **Les médias em France.** Paris: Éditions La Découverte, 2003.
- CHARRON, Jean e de BONVILLE, Jean. **Présentation. Journalisme en mutation. Perspectives de recherche et orientations méthodologiques.** In: Communication, Québec, Université Laval, Vol. 17, N° 2, 1996, pp. 51-99.

- CHARRON, Jean. **La production de l'actualité**. Montréal: Boréal, 1994, pp. 9-51.
- CHARRON, Jean & BONVILLE, Jean. **Le paradigme du journalisme de communication : essai de définition**. Communication, Vol. 17, N° 2, Université Laval (Québec), 1997, p. 51-97.
- CORNU, Daniel. **Ética da Informação**. Trad. Laureano Pelegrin. São Paulo: EDUSC, 1998.
- COMPAGNON, Antoine. **Théorie de la littérature: la notion de genre**. Université de Paris IV – Sorbonne, Fábula, 17 de fevereiro a 25 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.fabula.org/compagnon/genre7.php>. Acesso em fevereiro de 2008.
- DE BONVILLE, Jean. **Le journaliste et sa documentation**. Québec, EDI-Gric, Université Laval, 1977.
- _____. **Les notions de texte et de code journalistiques : définition critique**. In: Communication, Vol. 17, N° 2, 1997.
- DEBRAY, Régis. **Cours de médiologie générale**. Paris: Éditions Galilimard, 1991.
- DÍAZ NOCI, Javier. **La escritura digital. Hipertexto y construcción del discurso informativo en el periodismo electrónico**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.
- _____. Los géneros ciberperiodísticos: una aproximación teórica a los cibertextos, sus elementos y su tipología. In: II Congreso Iberoamericano de Periodismo Digital. Facultad de Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela, novembro de 2004. Disponível em: <http://www.ehu.es/diaz-noci/Conf/santiago04.pdf>. Acesso em 05/12/2007.
- DÍAZ NOCI, Javier; AYERDI, Koldo Meso. **Periodismo en Internet. Modelos de la prensa digital**. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 1999.

- DÍAZ NOCI, Javier e SALAVERRÍA ALIAGA, Ramón (Org.). **Manual de Redacción Ciberperiodística**. Barcelona: Ariel Comunicación, 2003.
- DELEUZE, Gilles. **¿Que é un dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Trad. Wanderson Flor do Nascimento, Barcelona, Gedisa, 1990. Disponível em:
<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.html>. Acesso em maio de 2006.
- DUBIED, Annik. **Quand les journalistes de presse parlent du fait divers: récits de pratiques et représentations**. In: Les Cahiers du journalisme, N°14, Primavera/verão, 2005.
- DUARTE, Elisabeth Bastos & CASTRO, Maria Lilia Dias de (orgs). **Comunicação audiovisual: gêneros e formatos**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.
- DUARTE, Elizabeth. **Televisão: entre gêneros/formatos e produtos**. Artigo apresentado no Núcleo de Semiótica da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte, setembro de 2003. Disponível em:
<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/5068/1/NP15DUARTE.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- DUBOIS, Jean. **Énoncé et énonciation**. In: Langages, N° 13, Paris: Larousse, 1970.
- DUCROT, Oswald. **Les échelles argumentatives**. Paris: Éditions du Minuit, 1980.
- _____. **Le dire et le dit**. Paris: Les Éditions du Minuit, 1984.
- ECHEVERRÍA, Javier. **Los señores del aire: telepolis e el tercer entorno**. Barcelona: Ediciones Destino, 1999.
- EMEDIATO, Wander. **Os gêneros discursivos como tipos situacionais**. In: Mari, H et al. Análise do discurso em perspectivas. Belo Horizonte: Nad/Fale/UFMG, 2003.

- ERICKSON, Thomas. **Rhyme and Punishment: The Creation and Enforcement of Conventions in an Online Participatory Limerick Genre.** In: Anais do Thirty-second Hawaii International Conference on System Sciences. Havaí, janeiro de 1999. Disponível em: <http://www.visi.com/~snowfall/limerick.html#anchor3302129>. Acesso em 05/12/2008.
- _____. **Social Interaction on the Net: Virtual Community as Participatory Genre.** Anais do Thirtieth Hawaii International Conference on System Sciences, janeiro de 1997, Maui, Havaí. Disponível em:
http://www.visi.com/~snowfall/VC_as_Genre.html#anchor3306864.
- FECHINE, Yvana. **Gêneros televisuais: a dinâmica dos formatos.** In: Symposium, Ano 5, Nº 1, Pernambuco: FASA, janeiro-junho de 2001.
- FERREIRA, Giovandro. **Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico.** In: Revista Pauta Geral. Nº 04, Salvador, 2002, pp.243 – 258.
- _____. **O discurso jornalístico numa perspectiva histórica.** In: Estudos do jornalismo (I). Niterói: Edição do Mestrado de Comunicação, Imagem e Informação – UFF, 2001.
- _____. **Le style du Monde.** In : Revista Pauta Geral. Nº 05, Salvador: Calandra, 2003.
- _____. **Le contrat de communication des deux quotidiens “A Gazeta” et “A Tribuna” de la ville de Vitória (Espírito Santo-Brésil) de 1988 à 1993.** Paris: Université Paris II – Institut Français de Presse et Communication (Tese de Doutorado), março de 1997.
- FIDLER, Roger. **Mediamorphosis: understanding new media.** California: Pine Forge Press, 1997.
- FOUCAULT, M. **L'arqueologie du savoir.** Paris: Gallimard, 1969.
- _____. **Surveiller et punir. Naissance de la prison.** Paris: Gallimard, 1975.

_____. **Langage et pouvoir symbolique.** Paris: Éditions de Seuil, 2001.

_____. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente. Como o jornalismo reformula experiência do tempo nas sociedades ocidentais.** São Cristóvão (SE): Editora Universidade Federal de Sergipe, 2005.

GENETTE, Gérard. **Figures III.** Paris: Seuil, 1972.

_____. **Genres, “types”, modes.** In: Poétique, N° 32, novembre 1977.

_____. **Introduction a l'architexte.** Paris: Seuil, 1979.

_____. **Palimpsestes.** Paris : Editions du Seuil, 1982.

GENETTE, Gérard *et al.* **Théorie des genres.** Paris: Seuil (Points Littérature, 181), 1986.

GOIMARD, Jacques. **Critique des genres.** Paris: Pocket, 2004.

GOMES, Itânia. **A noção de gênero televisivo como estratégia de interação: o diálogo entre os *cultural studies* e os estudos da linguagem.**In:Revista Fronteiras, V. IV, N° 02, São Leopoldo: Unisinos, 2002, pp. 11-28.

_____. **Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise.** E-Compós (Brasília), v. 8, pp. 1-31, 2007.

GOMES, Wilson. **Verdade e perspectiva (A questão da verdade e o fato jornalístico).** In: Revista Textos de Cultura e Comunicação, N° 26, V. II, Salvador, 1994.

_____. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo, Paulus, 2004.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría de los géneros periodísticos,** Barcelona: Editorial UOC, 2008.

_____. **Teoria del periodismo. Cómo se forma el presente.** Barcelona: Paidós Comunicación, 1991.

GRADIM, Anabela. **Os gêneros e a convergência: o jornalista multimídia do século XXI.** Disponível em:

<http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/pdfs2/gradim-anabela-generos-convergencia.pdf>.

Acesso em 13/11/02.

GUERRA, Josenildo. **O percurso interpretativo na produção da notícia.** (Tese de Doutorado) UFBA, Salvador, 2003.

_____. **O nascimento do jornalismo moderno.** In: XXVI Intercom, 2003, Belo Horizonte. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003.

HEMAS, Barbara e BIASI-RODRIGUES, Bernardete. **A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais.** In: MEURER, J.L., BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005, pp. 108-129.

HERMÈS, **Les journalistes ont-ils encore du pouvoir?** N° 35, CNRS éditions, 2003.

HOHENBERG, John. **The professional journalist.** Nova York: Columbia University Press, 4ª ed. 1978.

IHLSTRÖM, Carina. **The evolution of a new(s) genre.** Tese de doutorado, Gothenburg University, setembro de 2004. Disponível em: <http://www.hgu.gu.se/files/fakultetskansli/abstract/ihlstrom.pdf>. Acesso em 28/07/2008.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura. Uma teoria do efeito estético.** Trad. Johannes Kretschmer, São Paulo: Editora 34, Vol. 1, 1996.

JAKOBSON, Roman. **Essais de linguistique générale. 1. Les fondations du langage.** Traduzido e prefaciado por Nicolas Ruwet. Paris: Les Éditions du Minuit, 1963.

_____. **Linguística e Comunicação.** Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1973.

- JANOTTI JR, J. **Dos gêneros textuais, dos discursos e das canções: uma proposta de análise da música popular massiva a partir da noção de gênero midiático.** In: XIV Compós, 2005, Rio de Janeiro, UFF, Anais da XIV Compós.
- JAUSS, Robert. **Pour une esthétique de la réception.** Trad. Por Claude Maillard. Paris: Gallimard, 1978.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária.** São Paulo: Ática, 1994.
- JOST, François (org.) **Le genre télévisuel.** Réseaux 81, janvier-février 1997.
- _____. **La promesse des genres.** In: Réseaux 81, janeiro-fevereiro, 1997. Disponível em: <http://enssibal.enssib.fr/autres-sites/reseaux-cnet/81/01-jost.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- _____. **Seis lições sobre a televisão.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
- KAYSER, Jacques. **Le quotidien français.** Paris: Armand Colin, 1963.
- KEBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les actes de langage dans le discours. Théorie et fonctionnement.** Paris: Armand Colin, 2005.
- KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. **Jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir.** Prefácio de Fernando Rodrigues. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LANDOW, George P. Hipertexto. **La convergencia de la teoria critica contemporanea y la tecnologia.** Barcelona: Paidós, 1995.
- LEMIEUX, Cyril. **Mauvaise presse: une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques.** Paris: Métailié, coll. "Leçons de choses", 2000.

- LEMOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre, Sulina, 2004.
- _____. **PODCAST. Emissão Sonora, Futuro do Rádio e cibercultura**. In: 404nOtF0und, Ano 5, Vol. 1, n. 46· junho/2005. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und/404_46.htm. Acesso 20/12/2005.
- LE STYLE DU MONDE, Paris: Le Monde éditons, novembre-decembre, 2000.
- LOCHARD, Guy. **Genres rédactionnels et appréhension de l'événement médiatique – Vers un déclin des “modes configurants” ?**. Réseaux 76, 1996, pp. 83-102.
- _____. Discurso e informação televisionada: evoluções estratégicas. In: MACHADO, I. L. (org.) **O Discurso da Mídia**. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1996.
- LÓPEZ PAN, Fernando. **La columna periodística. Teoría y Práctica. El caso de Hilo Directo**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1996.
- LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.
- MACDOUGALL, Curtis e REIDE, Robert. **Interpretative reporting**. New York: Macmillan Publishing Company, 9ª ed., 1987.
- MACÉ, Mairielle. **Le Genre littéraire**. Paris: GF Flammarion (Corpus), 2004. Disponível em: http://www.fabula.org/atelier.php?Modes_et_types. Acesso 28/07/2008.
- MACHADO, Arlindo. **Pode-se falar em gêneros de televisão?** In: Revista Famecos, Nº 10, junho de 1999, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/10/Arlindo.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- MACHADO, Elias. **La estructura de la noticia en las redes digitales (Un estudio de las consecuencias de las metamorfosis tecnológicas en el periodismo)**. Tesis Doctoral. Universidad Autónoma

de Barcelona, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Departamento de Periodismo . Barcelona, 2000.

MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos. **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador: Edições GJOL, Calandra, 2003.

MACHADO, Irene A. **Gêneros no contexto digital**. In: Interlab. Labirintos do Pensamento Contemporâneo, Lúcia Leão (org.), São Paulo, Iluminuras, 2002.

_____. **Por que se ocupar dos gêneros?** In: Revista Symposium, Ano 5, Nº 1, Pernambuco, FASA, janeiro-junho de 2001.

_____. **Gêneros discursivos**. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave, 2 ed., São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Gêneros e /ou Formatos? Design de linguagem mediada**. Artigo apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom, Brasília, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Genèses du discours**. Bruxelas: Galerie des Princes, 1984.

_____. **Nouvelles tendances en analyse do discours**. Paris: Hachette, 1987.

_____. **Pragmatique pour le discours littéraire**. Paris: Armand Colin, 2005.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANOVICH, Lev. **The langage of new media**. Cambridge: MIT Press, 2001.

MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE S.PAULO. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, A. C. (Org.) **Hipertexto e Gêneros Digitais**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

MARTINEZ Albertos, Jose Luís. **Curso general de Redacción Periodística**. Barcelona: Paraninfo, 1983.

Livros LabCom

- MARQUES DE MELO, José. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição revista, 1994.
- _____. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- _____. **Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo**, São Paulo: Ed. FTD, 1987.
- MCADAMS, Melinda. **Texts for teaching online journalism**. In: *Online Journalism Review*, setembro, 2002.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)**. Trad. Décio Pignatari. Cultrix. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**. In: *Revista Symposium*, Ano 5, Nº1, janeiro a junho de 2001. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF>. Acesso em 28/07/2008.
- MEDITSCH, Eduardo. **Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação – ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo**. Comunicação apresentada no Grupo de Estudos em Jornalismo no X Congresso da Compós, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- MENDONÇA JORGE, Thaís. **A notícia em mutação. Estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital**. (Tese do doutorado). UNB, Brasília, 2007.
- MEURER, J.L., BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.
- MEYER, Michel. **Qu'est-ce que l'argumentation**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2005.

- MEYER, Philip. **The new precision journalism**. 1991. Disponível em: <http://www.unc.edu/%7Eepmeyer/book/>. Acesso em 28/07/2008.
- MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual**. (Tese de doutorado). FACOM/UFBA, Salvador, 2003.
- MILLER, Carolyn. **Genre as Social Action**. In: Quarterly Journal of Speech, Nº 70, maio de 1984, pp. 151-167. Disponível em: <http://www4.ncsu.edu/~crmiller/Publications/MillerQJS84.pdf>. Acesso em 28/07/2008.
- MOTTA-ROTH, Désirée. **Questões de metodologia em análise de gêneros**. Artigo apresentado no Siget II, União da Vitória, março de 2005. Disponível em:
http://coralx.ufsm.br/desireemroth/publi/SIGET_IIQuestoes_de_metodologia_em_analise_d_generos.pdf. Acesso em 05/12/2008.
- MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org), Adriano Duarte Rodrigues *et al.* **O jornal da forma ao sentido**. Tradução de Sérgio Porto, Brasília: Paralelo 15, 1997.
- MOUILLAUD, M. & TETU, J.F. **Le journal quotidien**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989. Disponível em:
http://demeter.univ-lyon2.fr/sdx/livres/notice.xsp?id=pul.2006.journal_quotidien-principal&id_doc=pul.2006.journal_quotidien&isid=pul.2006.journal_quotidien&base=documents&dn=1. Acesso em 28/07/2008.
- EL MUNDO **Libro de estilo. Temas de Hoy**. Madrid, 1996.
- NEVEU, Erik. **Sociologie du journalisme**. Paris: La Découverte, 2004.
- NIELSEN, Jakob e MORKES, John. **How Users Read on the web**. 1997. Disponível em www.useit.com/alertbox/9710a.html. Acesso em 13/11/2004.
- NOUS NOUS **recentrons sur le contenu**. Entrevista com o diretor geral do Le Monde Interactif, Bruno Patino. **Le journal du Net**. 11/01/2005. Disponível em:

http://www.journaldunet.com/itws/it_patino.shtml. Acesso em junho de 2008.

NUÑEZ LADEVÉZE, Introducción AL periodismo escrito. Barcelona: Ariel Comunicación, 1995.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 3ª Ed., 2001.

PALÁCIOS, Marcos. **Jornalismo Online, Informação e Memória: Apontamentos para debate**. Texto apresentado nas Jornadas de Jornalismo Online na Universidade da Beira Interior, Portugal, 21 e 22 de junho de 2002. Disponível em:

<http://www.facom.ufba.br/jol/producao2002.htm>. Acesso em 28/07/2008.

_____. **Fazendo Jornalismo em Redes Híbridas: Notas para discussão da Internet enquanto suporte mediático**. Lista Jn Cultural, fev 2003. Disponível em:

http://www.fca.pucminas.br/jornalismocultural/m_palacios.doc. Acesso em 28/07/2008.

PALÁCIOS, Marcos & MIELNICZUK, Luciana. **Considerações para um estudo sobre o formato da notícia na web: o link como elemento paratextual**. In: Pauta Geral: Revista de Jornalismo. Salvador: Editora Calandra, Ano 9, Nº 4, 2002.

PANIAGUA, Pedro. **Columninmo deportivo digital: noticia, ficcion y kitsch**. Disponível em:

http://www.ucm.es?info?periol/Period_I/EMP/Portad_0.htm. Acesso em 20/11/02.

PARRATT, Sonia Fernández. **El debate em torno a los géneros periodísticos en la prensa: nuevas propuestas de clasificación**. In: Revista de Estudios de Comunicación, Nº 11, novembro de 2001. Disponível em: <http://www.ehu.es/zer/numero11.htm>. Acesso em 28/07/2008.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEÑARANDA U., Raul. **Gêneros periodísticos: Que son y para que sirven?** Disponível em: <http://www.saladeprensa.org./art180.htm>
Acesso em 18/12/2006.

PEREIRA, Wellington. **Crônica: a arte do útil e do fútil: ensaio sobre a crônica no jornalismo impresso.** Salvador: Calandra, 2004.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação. A nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RCS MEDIAGROUP, la editora de EL MUNDO, adquirirá 100 % del grupo Recoletos. Caderno 1, Editoria de comunicación, **El Mundo**, 08/02/2007. Disponível em:
<http://www.elmundo.es/papel/2007/02/08/comunicacion/2082547.html>. Acesso em: 28/07/2008.

REZENDE, Guilherme. **Telejornalismo no Brasil.** São Paulo: Summus, 2000.

RICH, Carole. **Creating online media. A guide to research, writing and design on the Internet.** Boston: McGraw Hill, 1998.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa (tomo 3).** Trad. Roberto Leal Ferreira, Campinas-SP: Papyrus, 1997.

_____. **Tempo e Narrativa (tomo 2).** Trad. Marina Appenzeller, Campinas-SP: Papyrus, 1995.

_____. **Tempo e Narrativa (tomo 1).** Trad. Constança Marcondes César, Campinas-SP: Papyrus, 1994.

RINGOOT, R.; ROBERT-DEMONTROND, P. (org.), **L'analyse de discours.** Rennes: Éditions Apogée, 2004.

RINGOOT, R. & UTARD, Jean-Michel. **Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs.** Rennes, PUR, coll. Res Publica, 2005.

- RODRIGUES, Rosângela H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: Meurer, J.L., Bonini, A., Motta-roth, D. (org.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- RUELLAN, Denis. **Le professionnalisme du flou : identité et savoir-faire des journalistes français**. Grenoble: PUG, 1993.
- _____. **Corte e costura do jornalismo**. In: Líbero, Ano IX, Nº 18, dezembro de 2006.
- SAAD, Beth. **Estratégias para a mídia digital. Internet, informação e comunicação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- SALAVERRÍA, Ramón. **Redacción Periodística en Internet**. Barcelona: EUNSA, 2005.
- SÁNCHEZ, J. F. e LÓPEZ PAN, F. **Tipologías de géneros periodísticos en España. Hacia un nuevo paradigma**. In: Comunicación y Estudios Universitarios, Revista de Ciències de la Informació, Nº 8, CEU San Pablo, Valencia, 1998, pp. 15-35.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. **Qu'est-ce qu'un genre littéraire?** Paris: Seuil, 1989.
- _____. **Du texte au genre. Notes sur la problématique générique**. In: Poétique 53, Seuil, fevereiro de 1983, pp. 3-18.
- SCHUDSON, Mikael. **Discovering the news. A social library of american newspapers. A social History of American Newspapers**. Nova York: Basic Books, 1978.
- SEARLE, John. **Expressão e Significado. Estudos da teoria dos atos de fala**. Trad. Ana Cecília G.A. De Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SEIXAS, Lia. **O que é jornalismo? É possível entender através dos gêneros**. Entrevista realizada com o professor José Marques de Melo em Gêneros Jornalísticos, 26 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.generos-journalisticos.blogspot.com>. Acesso em 20/07/2008.

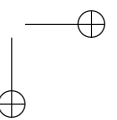
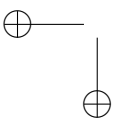
- SEIXAS, Lia. **Os atos verbais jornalísticos. Um estudo dos ‘fazeres’ jornalísticos por editorias de política.** Dissertação de mestrado. Salvador, junho de 2000. Disponível em:
<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4381/1/NP2SEIXAS.pdf>.
Acesso em 28/07/2008.
- SHEPHERD, M., e Watters, C.R. **The evolution of cybergenres.** In: Anais do Thirty-First Annual Hawaii International Conference on System Sciences. Havaí, Vol. II, p. 97-109.
- SIMONDON, Gilbert. **Du Mode de’Existence des Objets Techniques.** Paris, Aubier, 1958.
- SWALES, John M. **Genre Analysis. English in academic and research settings.** Cambridge: C. U. Press, 1990.
- TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **Os gêneros do discurso.** Trad. Ana M. Leite. Lisboa : Edições 70, 1981.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2004.
- _____. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. **Making news. A study in the construction of reality.** New York: The Free Press, 1980.
- TUNSTALL, Jeremy. **Journalists at work.** California: Sage Publications, 1971.
- UTARD, Jean-Michel. L’analyse de discours entre méthode et discipline. In: Ringoot R., Robert-Demontrond P (org.) **L’analyse de discours,** Rennes: Éditions Apogée, 2004.
- _____. O embaralhamento dos gêneros midiáticos. Gêneros de discurso como conceito interdisciplinar para o estudo das transformações da informação midiática. In: **Comunicação e Espaço**

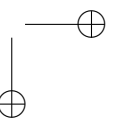
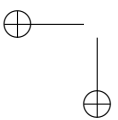
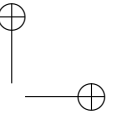
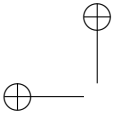
- Público**, Universidade de Brasília, Ano VI, Nº 1 e 2, 2003, p. 65-82.
- VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Paidós, 1990.
- VÉRON, Eliséo. **Quand lire, c'est faire : l'énonciation dans le discours de la presse écrite**, in : **Les médias**. Paris: Institut de Recherches et d'Etudes publicitaires, p.33-51, 1983.
- _____. **Il est là, je le vois, il me parle**. In : *Communications*, Nº 38, 1983, p. 98-120.
- _____. L'analyse du "contrat de lecture": une nouvelle méthode pour les études de positionnement des supports presse. In: **Les Médias. Experiences Recherches actuelles Applications**, Paris: IREP, julho, 1985.
- _____. Presse écrite et théorie des discours sociaux : production, réception, régulation. In CHARAUDEAU, Patrick (org.) **La presse. Produit, production, réception**. Paris: Didier Érudition, 1988.
- WELLEK, René e WARREN, Austin. **Teoria da literatura**. 2d ed. Lisboa, Publicações Europa América, 1971.
- WILLIAMS, Raimond. **Marxism na literature**. Oxford: University Press, 1977.
- YATES, Simeon; SUMMER, Tamara. **Digital genres and the new burden of fixity**. Anais do Thirtieth Annual Hawaii International Conference on System Sciences, Wailea, Havaí, 1997.
- ZAMORA, Lizy Navarro. **Los periódicos on line**. San Luis de Potosí: Editorial Universitaria Potosina, 2002.



Parte I

Anexos







Anexo A

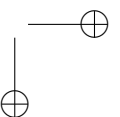
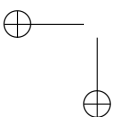
Exemplos

Ex1 – Incidentes nos metrô

- Le Monde, 29/03/07
Questions sur les violences de la Gare du Nord
- El Mundo, 29/03/07
El rebrote de la guerrilla urbana calienta la campaña francesa
Disponível em: <http://www.elmundo.es/papel/2007/03/29/mundo/2104634.html>
- Folha de S. Paulo, 29/03/07
Polícia de Paris usa gás contra jovens no metrô
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2803200714.htm>

Ex2 – Incidentes nos metrô

- El Mundo, 09/03/07
“Sobresalto com heridos en el suburbano”
Disponível em: <http://www.elmundo.es/papel/2007/03/09/madrid/2094677.html>



Ex3 – O massacre no campus de *Virginia Tech*, nos Estados Unidos

- Folha Online, 16/04/2007, 14h34
Ataque a tiros mata ao menos 22 em universidade dos EUA
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u106495.shtml>
- El mundo.es, 17/04/2007, 11h44
La mayor masacre en una universidad en EEUU deja 32 muertos en Virginia
Disponível em:
<http://www.elmundo.es/elmundo/2007/04/16/internacional/1176736483.html>
- Lemonde.fr, 16/04/07
Fusillade meurtrière sur un campus américain

Ex4 – Incidentes nos metrô

- El Mundo, 17/04/07
Sobresalto con heridos en el suburbano
Disponível em:
<http://www.elmundo.es/papel/2007/03/09/madrid/2094677.html>
- Lemonde.fr, 17/04/07
Policiers et groupes de jeunes se sont affrontés gare du Nord, à Paris

Ex5 – Exposições de artes plástica

- Folha de S.Paulo, 15/03/07
O traço moderno de Goya
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1503200707.htm>



Ex6 – Incidentes nos metrô

- El Mundo, 09/03/07
Sobresalto con heridos en el suburbano
Disponível em:
<http://elmundo.es/papel/2007/03/09/madrid/2094677.html>
- Lemonde.fr, 28/03/07
Policiers et groupes de jeunes se sont affrontés gare du Nord, à Paris

Ex7 – Incidentes nos metrô

- Lemonde.fr, 28/03/07
Sébastien Roché, directeur de recherche au CNRS
"Quand la police use de la force, c'est qu'elle est faible"

Ex8 – Incidentes nos metrô

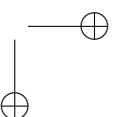
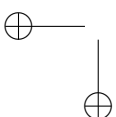
- Folha Online, 27/03/2007, 16h27
Composição do metrô pára por alguns minutos em São Paulo
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u133416.shtml>

Ex9 – Incidentes nos metrô

- El Mundo, 09/03/07
Sobresalto con heridos en el suburbano
Disponível em:
<http://elmundo.es/papel/2007/03/09/madrid/2094677.html>

Ex10 – Incidentes nos metrô

- El Mundo, 09/03/07
PP: «Es un accidente muy extraño»





<http://www.elmundo.es/papel/2007/03/09/madrid/2094679.html>

Ex11 – O massacre no campus de *Virginia Tech*, nos Estados Unidos

- Folha de S.Paulo, 17/04/07
Instituição se destaca na área técnica
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1704200702.htm>

Ex12 – O massacre no campus de *Virginia Tech*, nos Estados Unidos

- El Mundo.es, 17/04/2007
Un español en el campus: 'Pienso que yo podría haber sido uno de ellos'
Disponível em:
<http://www.elmundo.es/elmundo/2007/04/17/internacional/1176761300.html>

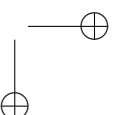
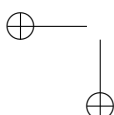
Ex13 – Incidentes nos metrô

- Le Monde.Fr, 28.03.07, 16h10, atualizado às 04.04.07, 17h30
Violences à la gare du Nord : vos témoignages (*acesso livre*)

Ex14 – Exposições de artes plástica

- Folha de S.Paulo, 28/03/07
Marilá Dardot propõe um bom exercício de silêncio em exposição
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac2803200701.htm>

www.livroslabcom.ubi.pt





Ex15 – Exposições de artes plástica

- El Mundo, 04/03/07
Una exposición recupera al Cézanne que fascinó a sus más devotos coleccionistas
Disponível em:
<http://www.elmundo.es/papel/2007/03/04/cultura/2091800.html>

Ex16 – A eleição presidencial da França de 2007

- Le Monde, 29/03/07
Editorial Dérapages

Ex17 – A eleição presidencial da França de 2007

- Folha de S.Paulo, 08/05/07
Eleito para mudar
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0805200701.htm>

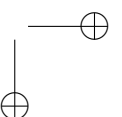
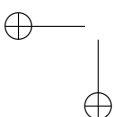
Ex18 – A eleição presidencial da França de 2007

- Folha de S.Paulo, 22/04/07
A esquerda francesa em crise e a eleição presidencial

Ex19 – A eleição presidencial da França de 2007

- El Mundo, 03/05/07
El profesor paciente y la alumna cabreada
Disponível em:
<http://www.elmundo.es/papel/2007/05/03/mundo/2117953.html>

Livros LabCom



Ex20 – Incidentes nos metrô

- El Mundo, 10/03/2007
Coluna Ciudadano M
Disponível em:
<http://www.elmundo.es/papel/2007/03/10/madrid/2095368.html>
- El mundo.es
Blog e fórum Ciudadano M, 09/03/2007
Disponível em:
<http://foros.elmundo.es/foros/viewtopic.php?t=47299&postdays=0&postorder=asc&start=15&sid=f997c8b1afae6addb540b6cdc13b89e7>

Ex21 – A eleição presidencial da França de 2007

- Lemonde.fr, 03/05/2007
Plus de 20 millions de téléspectateurs devant leur poste pour suivre le débat Sarkozy-Royal
- Folha de S.Paulo 06/05/2007
França, polarizada, define presidente hoje
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0605200701.htm>

Ex22 – A eleição presidencial da França de 2007

- Le Monde, 10/03/2007
Sondages: attention danger !

Ex23 – A eleição presidencial da França de 2007

- Le Monde, 02/05/07, 11h02, atualizado às 03.05.07, 12h22
Débat sous haute surveillance
- Folha Online, 01/05/2007, 23h11
Sarkozy e Royal se enfrentam em debate a quatro dias do 2º turno



Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u106976.shtml>

Ex24 – A eleição presidencial da França de 2007

- Le Monde, 03/05/07, 11h02, atualizado às 03.05.07, 12h22
Nucléaire, handicap, récidive... des joutes et des erreurs
<http://abonnes.lemonde.fr/web/stk/articleinteractif/0,41-0,49-904753,0.html> (*acesso livre*)
- Folha Online, 02/05/2007, 21h05
Royal e Sarkozy têm debate tenso a quatro dias do segundo turno
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u106998.shtml>

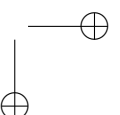
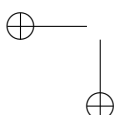
Ex25 – O massacre no campus de *Virginia Tech*, nos Estados Unidos

- El Mundo, 18/04/2007
Un estudiante surcoreano que se ensañó con las víctimas fue el autor de la masacre de Virginia
Disponível em:
<http://www.elmundo.es/papel/2007/04/18/mundo/2111713.html>

Ex26 – O massacre no campus de *Virginia Tech*, nos Estados Unidos

- Folha de S.Paulo, 17/04/07
EUA estão "chocados", diz Bush
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1704200705.htm>

Livros LabCom



Ex27 – Exposições de artes plástica

- Folha de S.Paulo, 21/03/07
Venda da coleção de Leirner gera protesto
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2103200707.htm>

Ex28 – A eleição presidencial da França de 2007

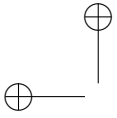
- Le Monde, 22/03/07
Le bilan mitigé du ministre de l'intérieur
Disponível em:
<http://abonnes.lemonde.fr/cgibin/ACHATS/ARCHIVES/archives.cgi?ID=eced75c6ae39e571c6152d0c3b2ad1e3837c9195b371a727>
- Folha de S.Paulo, 25/04/2007
Pesquisa mostra pela 1ª vez empate entre Royal e Sarkozy
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2504200704.htm>

Ex29 – A eleição presidencial da França de 2007

- Folha de S.Paulo, 24/04/07
Royal e « Sarkô » escolhem armas do 2 turno
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2404200707.htm>

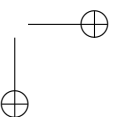
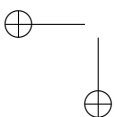
Ex30 – A eleição presidencial da França de 2007

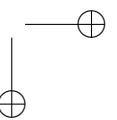
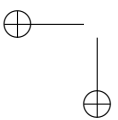
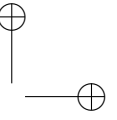
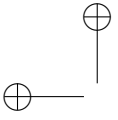
- Folha de S.Paulo, 03/05/07
"Cólera" pode derrotar candidata socialista
Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0305200702.htm>
- Folha de S.Paulo, 04/05/07
Sarkozy mantém dianteira após debate



Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0405200705.htm>







Anexo B

Entrevistas

Jornalistas da Folha de S. Paulo

Clóvis Rossi

Colunista, membro do grupo editorial, repórter sênior da Folha de S.Paulo.

Entrevista realizada na sede do jornal no dia 24 de abril de 2008.

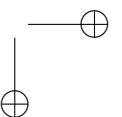
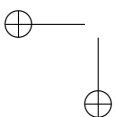
LS – Qual o seu trabalho hoje na Folha de S.Paulo?

CR – *Meu trabalho é fazer a coluna da página 2. Basicamente essas duas coisas: fazer a coluna como obrigação fixa, diária, inamovível e única pela qual eu recebo e fazer reportagens, de preferência no exterior, porque eu sou fascinado por assuntos internacionais, como um complemento a essa atividade.*

LS – E o conselho editorial?

CR – *O Conselho Editorial tem reuniões trimestrais, quando muito. Um almoço a cada três meses, no qual se discute muitas vezes a situação política, jornalismo, mas envolvimento com o dia-a-dia.*

LS – Diante das duas funções básicas, como você diferenciaria o Clóvis Rossi colunista do Clóvis Rossi repórter, se é possível diferenciar.



CR – *Não devia ser, mas acabou sendo. No começo, quando me convidaram pra fazer a coluna, a minha idéia era muito mais de interpretação do que de opinião. [Tem quase 21 anos] No começo, a coluna era um subproduto da reportagem, era a última a ser escrita. Eu privilegiava o trabalho de repórter. Acontece que o trabalho de repórter gerava um volume de informações que não cabia na coluna. Na hora de escrever a coluna eu só dava opinião, não podia repetir análise ou a informação que já estava na página 4, 5, 6, 10, 20, 30, sei lá. Sobrava opinião. Foi ficando como opinião. Acabou tendo público. As características do próprio jornalismo foram mudando. As colunas se tornaram uma espécie de feature fixa importante dos jornais, como diferenciação entre os jornais. O caso do O Globo hoje por exemplo que tem muita coluna. Acabou virando um texto de opinião. Na reportagem, a opinião é uma coisa bastante marginal, lateral, não é central ao trabalho da reportagem. Na reportagem, você tem informação e interpretação da informação, mas tem pouca opinião. Na coluna você tem basicamente muita opinião e pouco informação.*

LS – Qual seria seu conceito de interpretação, jornalisticamente falando...

CR – *Um exemplo. Na opinião eu digo o político X é ladrão. Na interpretação eu digo que o político X é acusado de 420.212 processos, dos quais 7 foram julgados, nos quais foram condenados em primeira instância, está recorrendo, etc e tal, mas não preciso chamá-lo de ladrão. Eu tenho todos os elementos para que o leitor faça sua própria leitura. Mas está ali informação suficiente para que, no fundo, ele chegue à mesma conclusão, até porque eu não sou louco nem débil mental para colocar que, na minha opinião, fulano é ladrão sem ter os elementos para sustentar uma afirmação dessa gravidade. Evidentemente que estou caricaturando um pouco até porque nunca chamei ninguém de ladrão. Só para te dar uma diferenciação entre opinião e interpretação. Basicamente é essa: na opinião eu dou a minha opinião e na interpretação, em vez de dar minha opinião, eu dou todos os elementos que levam à formação da minha opinião e o leitor, a partir daí tira a*

conclusão dele, se ela é correta ou é cretina.

LS – Contextualização estaria dentro de interpretação?

CR – Sem dúvida. Poderia ser até outro nome de interpretação.

LS – As pessoas compram a Folha de S.Paulo para ler a coluna do Clóvis Rossi?

CR – Não, não creio. Não creio que compra por um único motivo, embora nas pesquisas internas esteja sempre dentre as três mais lidas, só perde pra José Simão, na última pesquisa; empata com o Cony. Não creio que se eu morrer, passar para Estadão ou para o Globo, marquei a circulação da Folha e vai aumentar a do Estadão ou do Globo, não creio. As pessoas, acho eu, compram o jornal por um conjunto de fatores, acho eu, e não para ler uma determinada pessoa ou um determinado assunto.

LS – Quando você escreve para a coluna ou para reportagem, em quem você pensa, quem é o leitor?

CR – O chamado leitor médio, figura absolutamente inexistente. Eu imagino o seguinte, o leitor médio de acordo com as pesquisas da Folha é mais ou menos o que eu sou. Formação universitária, classe média, média, média, média-alta urbano, informado. Portanto, o que me impressiona, o que me choca, o que me indigna, o que me anima, teoricamente, bota teoricamente nisso, vai estimular, ou deixar feliz o leitor-médio da Folha. No fundo, penso em mim como um microcosmo do leitor médio da Folha. Eu escolho o assunto para coluna. Para reportagem você não escolhe assunto, agora, sempre imaginando que, quando você está fazendo reportagem, que no fundo, no fundo, você é o universo especial do leitor. O cara quer saber como são as coisas lá fora, na coisa que você está cobrindo. Assim que funciona a minha cabeça. Certo ou errado. Não vejo outra maneira. Tem que ter um mínimo de referência. E a minha referência é o leitor-médio da folha, perfíl no qual eu me enquadro circunstancialmente.

LS – Como enviado especial, quais são os lugares mais comuns que você tem ido?

CR – Não tem essa de lugares mais comuns. Escrevi um livro em

98, *Enviado Especial 25 anos ao redor do mundo*. Recolhi textos publicados nos cinco continentes sempre na condição de enviado especial, desde o golpe no Chile, em 1973, até a Copa na França, 1998, dez anos atrás. Tinha tudo ali. Acho que devo ter o record absolutamente inútil, mas em todo caso o record de cobertura de transições de autoritarismo para democracia. Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Chile, Peru, El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Espanha, Portugal, África do Sul, citando rapidamente. Não creio que tenha outro jornalista no mundo [ênfase no tom] que tenha transições de 12 autoritarismos para democracia. São 3 continentes completamente diferentes. Se você perguntasse para onde eu gostaria de ir sempre, seria basicamente a Espanha e a França, mas aí por uma questão estritamente de gosto pessoal. Se eu pudesse dirigir minha carreira para um tema, sem dúvida seria política internacional. Situações internacionais e relações Brasil-mundo, mas para isso, precisa ter muito talento para conseguir escolher em todo supermercado da profissão o nicho em que você vai se inserir e eu nunca consegui. Faço bastante, até mais do que a média dos jornalistas, mas não faço só o que eu gostaria de fazer.

LS – No Brasil, a imprensa precisa parecer imparcial para o público. Na França não, os jornais têm linhas políticas definidas e claras. Você concorda comigo ou não?

CR – Parcialmente. Eu acho que essa necessidade de ser imparcial existe em todo lugar do mundo, mesmo na França. Vamos pegar os dois maiores jornais franceses, *Le Figaro* e *La República*, que apoiava Segolène Royal, faziam o possível para parecer que estava cobrindo a eleição prescindindo das suas escolhas de candidato. Se você tivesse um pouco de informação prévia, dava para você acompanhar o que estava acontecendo na eleição francesa, mesmo que se você lêsse só um desses dois. Digamos que por alguma razão você só pudesse comprar o *Le Figaro*, ainda assim estaria razoavelmente informado sobre o que estava acontecendo na eleição. Há essa necessidade, se não você perde credibilidade. Não dá para você transformar um jornal num panfleto de uma candidatura ou outra. O problema é que o mo-

delo da imprensa brasileira é da imprensa americana. Ainda quando escolhe candidato, escolhe o candidato restrito à página de editoriais. [...] A regra geral é que o noticiário procura ser o mais independente possível, o mais equidistante possível das diferentes candidaturas no EUA. E esse é o modelo não só de coberturas eleitorais, mas o modelo de cobertura que a imprensa brasileira acabou adotando. Se explica melhor essa necessidade de não parecer pró ou contra o candidato X ou Y, diferentemente da França, onde se assume mais claramente cada candidatura. Entra um fator, no caso da Folha é diferente, a Folha fez da independência, do apartidarismo, do pluralismo é um ativo de venda, de prestígio. A Folha nunca escolhe o candidato, nem na página editorial nem no noticiário. A Folha nunca teve candidato nem de um lado nem do outro, o que nos diferencia de outros jornais. O Estadão, por exemplo, escolhe candidato. O Globo antes escolhia, agora menos. A folha fez essa escolha, do apartidarismo, do pluralismo, que eu acho que é a escolha perfeita. A Folha não é nem o modelo norte-americano, porque o modelo assume na página de editoriais, como o New York Times, a campanha da Hillary Clinton e o noticiário continua absolutamente aberto a críticas, nem a posição francesa, é impensável que o Le Figaro escolha Ségolène Royal. O modelo da imprensa brasileira é basicamente a imprensa americana com essa possibilidade limitada às páginas de editoriais. [...] A imprensa européia já é pré-identificada com os candidatos. Todo mundo sabe que o El País ficará com candidato socialista... [...] Aí já está pré-escolhido.

LS – Existe uma distância muito grande das duas redações, Folha Online e Folha de S.Paulo. É real?

CR – Sim, é real.

LS – Por quê?

CR – Não me pergunte por que, mas é real. Fica ainda mais real se comparada com as dos outros jornais. Exemplo concreto. Os repórteres do Estadão que cobrem notícias presidenciais, são obrigados a mandar flashes de uma forma que eu acho completamente maluca, obsessiva, histérica, o dia inteiro, de 5 em 5 minutos. [...] São obrigados

Livros LabCom

a fazer para a agência, o que a meu ver pode até atrapalhar o trabalho, porque está desviando a atenção da cobertura pra telefonar e passar flashes para a agência. Prejudica o produto principal. Eu trabalho para o Folha de papel. Na Folha não há essa obrigatoriedade. A Folha faz a sua cobertura para o papel.

Rogério Gentile,

Editor do caderno Cotidiano da Folha de S.Paulo.

Entrevista realizada na sede do jornal no dia 22 de abril de 2008.

LS – Você pode falar um pouco sobre seu currículo?

RG – Meu nome é Rogério Gentile, sou formado pela PUC em jornalismo, aqui de São Paulo. Eu comecei trabalhando no Jornal da USP, o jornal da Universidade de São Paulo ligado a reitoria. Embora não fosse aluno de lá, trabalhei um ano cuidando do roteiro cultural, fazendo algumas “materinhas”. Fui trabalhar no Jornal da Tarde, onde fiquei como estagiário por dois anos. Vim para Folha no meio de um concurso para a editoria de cotidiano mesmo, como repórter, isso em 1996. Trabalhei na Folha até 1998.

Saí daqui fui trabalhar na revista Veja, fiquei lá mais ou menos cinco meses, voltei para Folha, para o cotidiano também. Passei por algumas editorias e estou no cotidiano desde agosto de 2004. Trabalhei aqui no cotidiano, na editoria de Brasil e também fui editor do painel político, repórter e editor do painel.

LS – Na verdade são quatro anos de editor?

RG – No cotidiano, serão quatro anos em agosto, mas, já tinha sido editor do painel uns dois ou três anos, não tenho certeza, preciso verificar...

LS – Eu queria que você me falasse um pouquinho da dinâmica da editoria e ter uma idéia de sua equipe. Quantas pessoas são? Repórter, colaboradores...

RG – No cotidiano, a gente tem edição nacional, que é a que vai para a Bahia, por exemplo, para o resto do país. Têm edição São

Paulo, que é uma que circula em São Paulo, e, no Distrito Federal, que o fechamento é mais tarde. E tem edição especificamente de Ribeirão Preto, edição Campinas e edição Vale do Paraíba. Tanto Campinas quanto Vale não têm nome, mas, como têm anúncios próprios, têm espelho diferente. Ribeirão Preto já tem um logotipo que chama Ribeirão Preto. Lá eu tenho um sucursal, tem uma editora e uma equipe de reportagem. Campinas e Vale têm só um correspondente, que é vinculado à agência Folha, mas, no caso, a equipe de Ribeirão é vinculada a mim. A gente fecha todos os dias cinco cadernos, o cotidiano e os cadernos do interior. Então, eu sou editor do cotidiano, fecho essas cinco. Sou editor também do caderno Fovest, que é um caderno de educação, para o qual eu tenho uma espécie de assistente que cuida diretamente, mas que também é vinculado a mim.

Minha rotina? Eu acordo 07h30min, ainda em casa, leio os jornais, Folha, Estado, Globo. Logo cedo já entro em contato com o jornalista responsável pela pauta, porque às 9h da manhã tem uma reunião dos pauteiros, com a secretaria de redação.

Não demos tal coisa por conta disso, enfim... Embora ele receba à noite, alguém deixa sempre por email alguma orientação, mas eu gosto também de: “Olhe, vamos priorizar isso para essa reunião”. Ele sai da reunião, nós nos falamos de novo, ele me explica mais ou menos o que tem de prioridade no dia e o que a secretaria da redação pediu. Isso por volta das 10h, quando acaba a reunião. Então eu peço, vamos investir nisso, naquilo, a gente faz uma conversa mais longa de meia hora e, quando dá mais ou menos 11h50, eu venho para o jornal, faço mais uma breve reuniãozinha com ele. Esse é o momento quando ele me diz como é que estão as coisas e o encaminhamento, então temos uma reunião ao meio dia com a direção do Jornal, com o diretor executivo, com o secretário de redação e os outros editores para apresentar um pouco o cardápio do dia.

Depois eu saio de lá re-oriento os repórteres, enfim, discuto algumas pendências com eles e às 15 h eu tenho outra reunião com o pessoal que chega mais à noite que é minha editora adjunta, os redatores e

os editores assistentes. O pauteiro apresenta o cardápio com mais detalhes para todo mundo, a gente discute rumos, que artes vamos fazer, o que eu quero e o que eu não quero.

Às 17h tem uma nova reunião com a direção quando é apresentado o encaminhamento do que foi feito, o que não está sendo feito, qual vai ser nossa capa, qual não vai... Saímos dessa reunião e vamos riscar o caderno propriamente dito, o primeiro caderno de edição nacional, que fecha às 8h30min. Depois das 8h30 risca o caderno da edição São Paulo. Os outros cadernos são feitos em paralelo, pela equipe dos redatores próprios para os cadernos do interior. Que eles, praticamente, só me apresentam, fazem em cima do que eu fui falando.

Eu tenho seis redatores, somos cinco editores: chefe de reportagem, adjunto, e dois editores assistentes.

LS – Quais são os cinco editores?

RG – Sou eu, editor, um editor adjunto, dois editores assistentes e os chefes de reportagem que também têm cargo de confiança na Folha. Então, somos cinco na chefia do caderno. Em Ribeirão eu tenho mais uma editora adjunta, e uma equipe total de 10 pessoas que são vinculadas a mim, mas sob a coordenação de uma editora. Fora que, de vez em quando, a gente tem alguns freelas. Depende da cobertura, se têm algum projeto especial do jornal. Atualmente já estamos com seis freelas. Essa é a equipe mais ou menos.

LS – Entre os cinco há a mesma possibilidade de decisão?

RG – A decisão é sempre minha, a gente tem quatro instâncias de apuração. A reportagem local, sucursal de Brasília, sucursal do Rio e Agência Folha, além da sucursal de Ribeirão. Esses meus assistentes são as pessoas que fazem o contato, para pegar os setores, atualizar... Eles têm certo poder de decisão, mas são subordinados a mim. Sou eu, o editor adjunto e os assistentes colaboram nisso, tanto na produção como na edição também.

LS – O editor de qualquer caderno, como a do Cotidiano, é subordinado diretamente à diretoria, ou ao chefe de redação?

RG – Aqui a gente chama de secretaria de redação. O jornal tem

uma secretaria da ação de produção e uma secretaria da ação de edição, que é a pessoa que abre e a pessoa que fecha o jornal. Acima dos dois têm a diretora executiva e o diretor de redação do jornal.

LS – No caderno vocês têm linhas para hierarquizar ou não determinados temas que estão em discussão, isso muda periodicamente ou é mais dinâmico ainda?

RG – Normal. O importante é a notícia. O caderno é amplo e abarca notícias de vários temas. É um caderno que você pode trabalhar desde trânsito, saúde, comportamento, educação... É um caderno muito amplo, mas o critério é sempre a notícia. Onde está a notícia mais importante?

Você tem que fazer um caderno que não seja monotemático, que trate desses vários temas. Você tem leitores para todos esses temas, então têm que estar de uma forma equilibrada. No caso do primeiro semestre, o caso do metrô e do apagão aéreo eram as notícias mais importantes. Então, elas apareceram com mais frequência. Não tem uma lógica temática, não têm que dar tantas capas de violência... O importante é a notícia, o que hierarquiza é a notícia.

LS – Eu fiquei bastante impressionada com a quantidade de texto sobre a educação.

RG – Educação é um assunto que a gente considera muito importante. Eu tento fazer um caderno um caderno amplo, equilibrado. Enfim, é um caderno que, na minha concepção, tem que ser assim, porque tem leitores que gostam de noticiário de violência, tem outros que procuram mais o caderno para uma visão mais de administração pública, outros por questões comportamentais. O caderno tem que ser amplo dentro das questões as quais eles se propõem cobrir, tem que ser diversificado. Educação é um dos temas que a gente considera super importante, assim como saúde, assim como administração pública, mas a frequência depende da temperatura do momento.

LS – Gostaria de aproveitar que falamos sobre leitores... Para você, quem é o leitor da Folha e se ele tem diferença com o leitor do cotidiano?

RG – *O leitor da Folha é predominantemente assinante. Então, é um leitor que tem alguns recursos e, de modo geral, tem uma formação universitária. Tem muitos professores, muitos advogados, mas é um leitor muito amplo, muito diversificado. Também tem muito funcionário público, mas é um leitor cada vez mais qualificado que exige que as notícias tenham mais profundidade. Não é mais um leitor de bancas. A gente tem um nível de exigência talvez um pouco maior. É um leitor que tem televisão, carro, vai ao restaurante. Então eu acho que o leitor do cotidiano é um pouco disso também, pode ter alguma peculiaridade. Na última pesquisa que a gente fez, o caderno é o segundo mais lido do jornal, só perde para Ilustrada, por muito pouco. Se considerarmos só a cidade de São Paulo é o caderno mais lido. No país, é o segundo e, em São Paulo, é o primeiro. Acho que é mais ou menos isso e eu não saberia detalhar, precisaria ter uma pesquisa e eu não disponho disso, mas é um leitor que não se contenta com apenas o registro do dia anterior, ele quer ter uma informação um pouco mais qualificada, aprofundada, que tenha versões contraditórias.*

LS – Na sua concepção, nesse aprofundamento da notícia vai também a entrada na concorrência como mais uma mídia?

RG – *Eu acho que sim. Não sou especialista nesse assunto, nem tenho pretensão de ser. Eu acho que a internet, o jornalismo online, não vai acabar com os jornais impressos. Quando surgiu a televisão, o rádio teve que mudar um pouco para continuar existindo. O vídeo depois do DVD, não acabou com o cinema. Muda um pouco o perfil e os jornais vão ter que se acostumar com isso. Suponho que o jornal, para sobreviver como um veículo rentável e importante, tem que se adaptar sim e vai ter que ingressar a qualidade. Ao longo dos últimos anos, os jornais têm perdidos leitores, principalmente, lá fora. Nos últimos anos aqui, na verdade, tem recuperado leitores mais a tendência é ter um leitor mais seletivo, qualificado, mas talvez menor. Aí talvez, por tudo isso, permeça um nível de informação, mais bem trabalhada. Não vai mais se contentar só com o panorama no dia anterior. **Você tem algumas características: o jornal é o panorama do dia anterior, é a***

notícia exclusiva e o terceiro pilar é o que eu chamo de diferencial. É uma reportagem mais bem trabalhada. Não é aquele furo clássico, mas também não é o panorama. Eu acho que o jornal se sustenta nesses três pilares.

Tem muita gente no Brasil hoje que se informa pelo jornal. Esse negócio que internet já tomou o lugar do jornal... Aos poucos talvez a coisa mude, mas ainda eles se informam pelo jornal. Nem todo mundo pela internet, nem todo mundo pela televisão. Muita gente fica sabendo do ontem pelo jornal, mas eu acho que com a internet, muita coisa que a gente vai contar amanhã vai ter que ser contada de outra forma porque, se não, pode ficar velha e como fazer isso é a discussão.

LS – Eu queria saber um pouco sobre seu trabalho como editor em relação ao material dos repórteres, a sua interferência, se geralmente você reescreve o texto. Até onde uma repórter já sugere um título?

RG – Tudo isso depende de caso a caso. Se o texto não está bem escrito, a gente reescreve. Ou eu, ou o pessoal da redação, ou subeditores, ou os próprios redatores. Depende da importância.

LS – Você me diria que isso é frequente ou não?

RG – Não é só reescrever. Às vezes, é adequar o tamanho de uma edição para outra, que tinha pouco destaque. Às matérias que vendem fora das sucursais, aqui se dá a retransmissão.

E essa questão de fazer título ou não depende muito do dia, da reportagem, mas geralmente digo que não fazem, mesmo porque não dá tempo. E aí eu prefiro que soltem a reportagem mais rápido do que ficar perdendo tempo fazendo título, quando a gente faz isso melhor.

LS – O deadline deles é às 18h?

RG – Não, não. A primeira edição fecha às 20h, mas, na verdade a gente fecha às 20h30 com o atraso diário de meia hora. O ideal é que o repórter entregue às 19h30, mas isso quase nunca acontece. Normalmente entregam em cima do laço.

LS – Você me diria que o nível de liberdade é total para você reescrever, mudar, mexer...

RG – *Claro que existe um consenso. Às vezes o repórter tem um estilo, mas ele tem que estar adequado ao padrão Folha. **Em última instância, quem vai transpassar sou eu, tem que estar do meu jeito.** Claro que você não interfere no estilo. Se o repórter escreveu que aquilo é verde, eu não vou mudar para azul, não tem sentido. Mas eu tenho a liberdade de reescrever; isso eu tenho que discutir com o repórter. Mas não é uma coisa impositiva, autoritária. Na Ilustrada, você sugere mais títulos do que no Cotidiano. O repórter de lá tem o hábito, porque é um produto que é feito com um pouco mais de tempo que o nosso.*

LS – **Eu queria conversar um pouco sobre a diferença entre notícia e artigos. Pelo o que eu pesquisei, de fato, você escreve uma ou outra vez um artigo em opinião às vezes... Eu queria entender a sua concepção sobre esses formatos até que ponto o artigo te permite dizer o que você pensa.**

RG – *As vezes em que escrevi artigos sempre foi como convidado, pois eu não sou articulista do jornal. As vezes que eu escrevi, eu tive liberdade absoluta. O articulista escreve o que quer sobre o que quiser, sobre qualquer assunto. Existem só algumas restrições que é do projeto Folha que é ser apartidário. Você não pode escrever um artigo pregando voto em tal pessoa. Essa é uma regra básica da Folha. Fora isso, é liberdade absoluta.*

LS – **Você diferencia opinião de interpretação? O jornalista deve trazer uma notícia interpretativa, que ele contextualize?**

RG – *É obrigação do jornalista interpretar os fatos, o que não significa editorializar. Editorializar ou opinar é uma coisa, mas interpretar o que está acontecendo é obrigação. Existe um exemplo clássico de Claudio Abraão, no livro dele: caiu um muro. Você pode simplesmente relatar: "O muro caiu ontem...". O que eu chamo de interpretar é dizer: esse muro foi construído quando, com que recurso, quem fez, foi bem feito, não foi bem feito. **Eu acho que isso é obrigação, questionar. Se eu fizesse só um relato frio de certa forma imparcial ao extremo, eu estaria mal informando o leitor. "O muro caiu porque ele foi feito***

ontem, inaugurado às pressas porque o prefeito queria participar do evento por causa do calendário eleitoral, foi feito em cinco turnos porque tinha pressa...". E assim vai interpretando. Essa é uma maneira.

A outra é, na medida em que você dá destaque para esse assunto, você está dando a sua opinião, subliminarmente sua opinião. Você está dizendo que esse assunto é mais importante que o outro Isso é intrínseco na nossa profissão. Isso é uma coisa legítima e um bom jornal tem que ser assim. A outra é você usar a reportagem para defender os seus interesses ou dar a sua opinião. Opinião é um espaço relativo. Na reportagem, você pode mostrar que o prefeito errou, mas quando você dá uma opinião, "o prefeito é incompetente", aí não cabe na reportagem. Eu diferencio assim.

LS – Então você me diz que qualquer tipo de trabalho que jornalista faça dentro de um jornal impresso, trabalha com interpretação?

RG – Ser apartidário, apresentar todos os argumentos, contra e a favor, com pluralidade, mas é evidente que o jornal vive com a interpretação dos fatos. Se eu decido dar essa manchete: "O tratado de Itaipu não será revisto, afirma Lula", foi a manchete da Folha hoje. Se eu pegar a manchete do Globo é: "Lula diz que tratado não será revisto, mas ministro das relações exteriores diz que pode negociar". O Estadão é: "Tratado será rediscutido". Cada um interpretou de um jeito. O globo preferiu colocar as duas coisas, a Folha acha que a opinião de Lula é mais importante do que a do ministro e a do Estadão achou que a do ministro era mais importante do que a de Lula. Curioso até! Cada jornal saiu de um jeito. Os três interpretaram a notícia, cada um de um jeito. Interpretar também significa até que ponto você está bem informado ou não.

LS – Então você me diria que um infográfico depende da interpretação também?

RG – Pode ser. Não estou dizendo que é tudo também. Por parte você pode até fazer uma arte dizendo que em um dia aconteceu isso

*e em outro dia aconteceu aquilo... Caso Isabela, por exemplo, dia tal ela morreu, dia tal perícia... Mas é claro que, quando você seleciona alguma coisa, você está interpretando. Quando eu escolho falar de um assunto e não falar de outro, estou interpretando. **É claro que você tem que tentar ser o mais isento possível, mas se eu ponho essa notícia na capa e não a outra, isso quer dizer alguma coisa. É uma escolha.***

*Tem que ser assim mesmo, o leitor paga para ver uma hierarquização de notícia pode até não concordar com ela. **Essa é nossa obrigação: interpretar a notícia e hierarquizar.***

LS – Você me diria então que, de notícias a artigos, o trabalho é de argumentação, você concorda? O jornalista que trabalha uma notícia, mesmo sendo factual, precisa trabalhar argumentativamente assim como um artigo?

RG – É diferente. A argumentação de um artigo é com base na sua opinião. O repórter não é um gravador e escreve aquilo que ele ouviu. O repórter tem um olho. Ele tem que olhar e sentir aquilo, ouvir, contextualizar aquele assunto, saber a história daquele assunto, saber as conseqüências do futuro. Isso não é argumentar. Mas quando você coloca isso tudo estará hierarquizando, interpretando. É diferente de argumentar no sentido clássico.

Se eu fosse editar o jornal conforme o meu gosto, com o que eu quero ler, violência, por exemplo, nunca apareceria no jornal, porque não é um assunto que eu goste. Quando eu edito o caderno, eu não estou editando conforme o meu gosto, a minha vontade. Não necessariamente nesse sentido. Eu odeio ler notícia de violência. Faço por obrigação, como por exemplo, o caso Isabela. Ele tem um certo impacto pessoal, mas eu, no dia-a-dia, não gosto ler sobre violência.

Uma das funções do caderno é mostrar as realidades, eu me polio para não subestimar casos de violência importantes. Eu trabalho conforme o projeto da Folha, noticiar a realidade. Tem casos, por exemplo, em que a primeira reação é não dar importância para aquilo. Eu tenho equipe que a gente discute uma matéria para ver se alguém está subavaliando uma notícia que é importante. Eu projeto a minha edição, vou

abrir com isso, tem essas notícias que eu considero importantes...

*Eu passeio todos os dias pela redação, falo com o editor de Brasil, converso com os jornalistas, bato um papo... Se alguém me diz: você viu essa história? Aí eu volto e reavalio. Esse deve ser o tema que as pessoas devem estar comentando. Às vezes, dentro da editoria, não percebe o que está acontecendo. Eu levanto da minha cadeira, vou lá na Ilustrada, vou na Agência Folha. **Porque a gente às vezes está tão envolvido em um projeto, que perde um pouco a sensibilidade de o que é notícia. Se as pessoas estão comentando é porque despertou interesse. O que eu quero dizer é que quando você edita, você tem que levar em conta o interesse público, o interesse do público de saber tal coisa. Tem que levar em conta o interesse público e o interesse do público.***

LS – Qual a diferença entre os dois?

RG – Às vezes uma notícia sobre uma licitação fraudulenta que alguns milhares de reais sumiram, isso não é interesse do público, mas é de interesse público. Dez pessoas vão ler, mas a sociedade precisa saber. O Caso Isabela, por exemplo, é de interesse do público, não é um bom exemplo, mas esse não é um bom exemplo por que é um caso tão absurdo, tão terrível...

Quando você noticia assim: "Os seqüestros na Avenida Paulista estão aumentando". Isso é de interesse público, pode ser também do público, porque a policia tem que ir lá e tomar providências para que ninguém lá seja mais assaltado. No caso de violência específico, ele não necessariamente tem interesse público, ele tem mais o interesse do público. O jornal, eu acho que é para ser lido. Eu levo em conta uma boa reportagem, um assunto novo de preferência por um ângulo novo, que a gente traga uma informação boa e isso permita um bom texto. Eu tento fazer com que o jornal atenda a um público amplo e desperte vários interesses, mas a gente sempre leva em conta o interesse do leitor, da sociedade.

LS – Referente aos créditos da reportagem local, colaboração, ou citar outro jornal da empresa...

Livros LabCom

RG – *A reportagem local a gente sempre põe para o repórter da sede fazer e o jornalista pode assinar, depende do interesse dele. Normalmente sai assim: “André tal da Reportagem local”. “Da reportagem local” é só para indicar que ela foi feita em São Paulo.*

LS – Se o repórter não quiser assinar, a editoria negocia?

RG – *Quando o repórter não quer assinar, eu acho estranho é por que é sinal de que alguma coisa está errada. **Jornalista tem ego. Se ele não põe o nome dele é porque ele não gostou da pauta.** Aí eu pergunto: você não está assinando porque, você não acredita nessa reportagem? A matéria não está bem apurada? Eu utilizo isso como instrumento de fiscalização, mas de modo geral é liberdade dele.*

LS – A colaboração significa apuração?

RG – *Tem dois tipos de colaboração. Às vezes tem a colaboração de pessoas que não são jornalistas da Folha e existe a colaboração de algum repórter na matéria de outro. Isso são eles que decidem. Nisso eu não me meto. O que eu faço, às vezes, é sanar injustiça, quando, por acaso, quem escreveu não colocou o nome de quem ajudou. Eu posso interferir nesse sentido, mas, em geral, eu só me preocupo com a notícia.*

LS – Você sai da redação por algum motivo?

RG – *Não. Só para almoçar.*

LS – Já ouviu alguma situação em que você precisou re-apurar alguma coisa, isso é freqüente?

RG – *Não. Eu mando re-apurar. Se eu não acredito numa reportagem, eu não publico. Eu posso ajudar se tiver alguma fonte, mas, eu pegar o telefone e tentar checar o que o repórter falou, eu não faço isso.*

LS – As pessoas que têm poder público, lugar de decisão, elas costumam te procurar para reclamar?

RG – *Às vezes. Na minha editoria menos, mas acontece. Eles ligam para reclamar. A Folha tem os seus canais, o ombudsman, tem o painel do leitor, tem a direção do jornal, eu procuro encaminhar.*

LS – Mesmo que seja o prefeito de São Paulo?

RG – *Eu posso atendê-lo, ele pode me convencer de que a matéria está errada, mas, geralmente, peço para por no papel e encaminhado para o jornal avaliar o que vai fazer, se vai publicar no painel do leitor ou se vai publicar um outro lado como resposta.*

LS – Então você não costuma conversar com pessoas de fora da redação?

RG – *Quem me procura, eu atendo. Às vezes eu marco com algumas fontes ou com alguns repórteres. Têm muitos almoços aqui na Folha, muitos convidados, e, às vezes, a gente acaba tendo contato com essas pessoas. Às vezes algumas fontes me ligam para me contar alguma coisa, aí então, eu saio.*

LS – Tudo isso é para eu ter uma noção de o quanto você se sente à vontade para decidir em relação à intimidação.

RG – *É totalmente à vontade. Isso é discutido com os superiores. Aqui não existem temas ou pessoas proibidas. Um jogo de pressão é normal, usar da autoridade. Mas eu não posso me intimidar com isso. Se ele está certo, vamos corrigir, se é só direito de esperniar... O jornal me dá todo o respaldo para publicar notícias, desde que esteja bem apurada, desde que a matéria seja fundamentada e o outro lado seja contemplado da forma adequada, dando o direito de uma pessoa se defender ou colocar o seu ponto de vista.*

LS – A regra da Folha é, em geral, discutir um direito de resposta sobre a notícia?

RG – *Toda reportagem a gente procura ouvir a versão da pessoa atingida para ela dar sua versão no mesmo dia. E no dia seguinte, dependendo da argumentação, a carta é publicada no painel do leitor e pode até ser motivo de uma nova reportagem. Mas o painel do leitor está aí para isso. Qualquer contestação ao jornal é publicada, 99,9% dos casos. Isso é uma prática do projeto Folha. Por isso que a Folha tem um ombudsman, por isso tem um fiscal, para atender os leitores, para fazer críticas internas, tem liberdade absoluta de falar o que quiser.*

LS – Você acompanha a Folha Online?

RG – *Durante o dia eu acesso, às vezes, para ver se tem alguma notícia nova que eu não estou sabendo, mas eu não olho na internet a versão que eu publiquei no impresso. Tanto que eu nem sei direito o que eles publicam ou não da minha edição. É uma redação à parte, com estrutura e hierarquia própria.*

LS – Não há uma frequência de conversas?

RG – *Até existe um contato. Às vezes eles estão apurando uma notícia e passam para gente. Às vezes eu consigo alguma coisa que não vai durar até o dia seguinte, é exclusividade, então a gente passa para eles. Algumas reportagens a gente passa para eles, porque eles têm suplemento e histórico. Existe uma cultura de integrar as bases, mas eu não tenho autoridade com o que eles fazem e eles têm algumas regras para publicar que eu não conheço. Eu acesso como leitor. Não tenho autonomia sobre eles.*

LS – Nem no sentido de repensar a manchete do caderno por conta de repensar o mesmo ponto. Você se sente influenciado pela Folha Online?

RG – *Pode acontecer. Se tiver uma notícia relevante eu posso, no final do dia, dar a mesma manchete que eles deram. Então eu leio e vou acompanhando, como acompanho o Globo, o G1, Agência Estado, todos os sites de notícias. Então a Folha Online também pode me influenciar, mas eu não tenho autoridade, mas não posso mudar o modo de como eles estão conduzindo tal coisa.*

LS – Em termo de mídias, mesmo sendo da mesma empresa, há uma certa concorrência?

RG – *Não, isso é irrelevante. Um exemplo: caiu um avião em São Paulo. Nós vamos dar isso também, temos características diferentes e a nossa é o que aconteceu ontem.*

LS – Então você não teria obrigação de dar créditos se trabalharam com material da Folha Online?

RG – *Se eles apuraram e eles escreveram, dá-se o crédito “Da Folha Online”. Apuração também.*

LS – E a relação com os outros veículos, também funciona as-

sim? Vocês conversam?

RG – *Converso com a Dora. Normal! Eles dizem o que apuram de bom, a gente diz o que tem para eles...*

Fábio Cypriano

(<http://lattes.cnpq.br/0863440167458855>),

Crítico de artes plásticas da Folha de São Paulo.

Entrevista realizada por telefone no dia 08 de abril de 2008, às 15h30.

LS – Você pode falar um pouco sobre seu currículo?

1. FC – *Me formei em 89 e comecei a fazer mestrado dois anos depois. Trabalhei com assessoria de imprensa até 1997. Em 1995, comecei a dar aula de jornalismo na PUC. Exerci várias funções ligadas à política. Fui para a Alemanha com bolsa de doutorado. Lá comecei a mudar de área para cultura. Comecei a escrever para Estadão, Bravo, fazendo colaborações de lá. Quando voltei em 2000, fui convidado para a Folha [Folha de S.Paulo] em Cultura [editoria], como repórter. Nelson de Sá, em 2000, me chamou pra fazer crítica de teatro. Fui crítico de teatro por quatro, cinco meses. Já escrevia sobre artes plásticas. Acharam melhor eu escrever sobre artes plásticas. Então, depois de alguns anos, 2005, comecei a fazer crítica de Artes Plásticas. Ainda hoje sou repórter, mas produzo mais críticas do que reportagens.*

LS – Quais os temas, tipos de eventos que mais cobre para a Ilustrada?

FC – *Exposições de artes plásticas, políticas culturais, políticas públicas. Uma área que é importante também, que não é escrever apenas sobre artes, mas o que está em torno dela, que é o que eu chamo de “política pública”.*

Hoje em dia não é a só a relação do crítico com a exposição. É importante ouvir o artista, o curador. A obra não é algo que a gente

frui. A gente precisa entender ela nas suas várias formas e ela não dá sozinha essas pistas. Aí eu vejo minha função enquanto repórter... **Eu sou um pouco o mediador entre as exposições e o público. Também tenho que ser didático, no sentido de dizer para as pessoas sobre o que está se falando daquela exposição.**

LS – Para você, qual é a diferença entre a reportagem e a crítica?

FC – *Na Folha, existe uma diferença bem básica, que é dar valor para as exposições. O crítico dá a nota e o repórter não dá. A valoração é de acordo com uma tabela. A Folha tem um projeto que diz que o repórter deve ser crítico. Acho que tenho feito isto ao longo. Não foi só porque virei crítico em 2005, que comecei a escrever textos críticos. Eu fui crítico desde o começo. Acho q tem essa questão da política cultural, porque trabalhei com política durante muito tempo. Portanto, vários textos meus, embora não tenham as estrelinhas, eu já fazia crítica. Acho q o meu trabalho sempre teve esse viés crítico. Mas quando você está fazendo uma reportagem, um dos princípios é também de dar espaço para o outro lado, para as pessoas poderem responder. Eu também, enfim, era mais balanceado, digamos assim. Como crítico não preciso ser balanceado, é a minha opinião e pronto.*

LS – Quais critérios você usa para dizer se é bom ou ruim?

FC- *Olha, a gente não tem um critério objetivo. Primeiro, no Manual [Manual de Redação da Folha de S.Paulo] não existe... Cada exposição é uma exposição. Até tem horas em que escrevo um texto, eu acho q a exposição não é tão ruim, mas aí, quando vou escrevendo o texto, acabo percebendo que não posso dar bom, mas aí também o texto é onde articulo minhas idéias. Já teve caso de eu enviar um texto dizendo que é bom e meu editor dizer: “Olha, não dá pra ter bom num texto em que você fala tão mal e estar como bom”. Eu concordei, entendeu. Eu acho que, por um lado, é ruim ter que simplificar uma avaliação em uma palavra, mas sei que também ajuda o leitor porque tem 40 exposições na cidade, se o leitor quer se guiar por um critério, enfim... ver aquelas que estão com critério bom e ótimo valem mais à*

pena. Mas muitas vezes é difícil, porque a exposição nem é tão ruim, mas ela acaba por questões internas, que o texto vai desvendando, ela se torna uma exposição ruim.

LS – Você costuma titular suas matérias, suas críticas?

FC – *“Nunca dou o título, muito raro. Sou muito respeitado. Eles nunca alteram a minha matéria. É muito raro. [...] É uma relação tranqüila. Sempre tive total liberdade para escrever sobre o que eu quis. Nunca fui barrado. Nunca fui questionado sobre nada. Quando eu acho que não deva fazer um texto sobre algum tema, eles também respeitam. Eu estou lá desde 2000. Nesses oito anos, eu tive seis editores. Enfim, e com todos eles eu tive uma relação muito boa.*

LS – Qual o seu dia-a-dia? Você trabalha na redação?

FC – *No meu caso, eu tenho uma situação privilegiada. Trabalho na minha casa. Tenho uma relação de prestação de serviços. Eu tenho que fazer oito textos por mês. Desses oito textos, a gente tenta que eu faça metade como crítica e metade como reportagem, mas também isso depende de cada mês e de cada situação.*

LS – Como você se pauta?

FC – *Na verdade, eu dependo muito mais de uma agenda externa, do que da minha agenda. 90 % do que eu escrevo tem a ver com o calendário da cidade. Agora, o que reflete no meu trabalho é que os museus mais ativos são aqueles que estão presentes no meu texto. A Pinacoteca de São Paulo, por exemplo, [...] está sempre presente. Mas não é por isso que eu fale ou não com o diretor da Pinacoteca. Agora, é obvio também que temos museus em crise, MASP, o MuBe, isso gera um outro tipo de demanda no meu texto, que é necessário crítica justamente porque eles estão sem rumo, porque têm uma programação ruim e também porque são museus importantes, diferente de outras galerias menores. Tento no meu trabalho buscar as exposições maiores. Mas tem outra vertente do meu trabalho, que cubro muitos eventos externos, bienais de fora do Brasil, exposições fora do país. Tento cobrir a discussão da arte brasileira no exterior ou mesmo da arte em si. Uma discussão que no Brasil acontece mais na Bienal de São Paulo.*

Nunca falo de uma exposição que eu não vi. Nunca! [...] Se eu escrevo sobre uma exposição, é porque eu vi a exposição. Pode ser uma notinha de cinco linhas. Acho que é fundamental a gente saber se a exposição está acontecendo, se ela existe, se as obras, estão lá, se ela foi montada, enfim, isso pra mim é fundamental. Mesmo no exterior, posso ficar 10 horas no avião, e cinco horas na cidade, mas vi a exposição e volto, entendeu? Aí, claro que depois que a gente viu, a gente tem pesquisa. Tenho uma biblioteca, acesso à internet, trabalho por internet. Prefiro fazer pessoalmente.

LS – Como você diferencia crítica de comentário?

FC - Acho que a diferença está só na avaliação que a gente tem que dar. Um comentário sobre eleição na bienal, é um texto que sempre vai ser crítico, estou falando de questões que são da alçada da minha leitura. Tem crítica também, mas não tem avaliação, porque não cabe avaliação. Quero dizer que tem a ver... A Folha é muito mais crítica que qualquer outro jornal. Quando entrei, me disseram que eu teria que ser crítico.

LS – Você opina nas matérias?

FC – Se a gente for pegar os padrões clássicos de jornalismo, a gente não deveria ou não precisaria, mas, ao mesmo tempo, como eu mexo com jornalismo cultural... O que eu digo é que o jornalista cultural tem que ter uma visão, ele não pode esconder essa visão... Ao contrário do repórter de política, se ele é do PT ou do PSDB, ele não pode mostrar a posição dele no jornal... O jornalista cultural tem a obrigação de deixar clara a visão dele em relação à arte, por exemplo. Na Bienal de 2004, o curador separou as obras por categorias, pintura, escultura tridimensional, algo que é uma leitura careta, antiquada, passada..eu poderia tratar isso de uma maneira neutra, objetiva e ouvir gente a favor e contra, mas eu não acho que seja essa a minha função. Eu, de fato, faço parte de um circuito artístico, eu acho que esse circuito artístico já tem uma discussão e essa era uma discussão passada. Portanto, eu fui muito partidário com a proposta da Bienal. Se eu fosse seguir um jornalismo mais neutro, eu não teria

feito. *Eu não acho que um texto de reportagem tenha que ficar sem opinião, pelo contrário eu acho que tem que estar com opinião.*

LS – Quando tem dúvidas sobre uma informação (de fonte, ou a apuração não chegou a um dado, até porque não seria possível), como você expressa essa dúvida no texto?

FC – *Eu fiz uma matéria recentemente sobre arte da Amazônia... [explica, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0403200812.htm>]... O bom jornalista não é aquele que dá tudo pronto, mas que deixa as questões prontas para o leitor fazer. Eu narrei essa história. Eu contei o objetivo do produtor e ao mesmo tempo coloquei que eles tinham arrecadado dinheiro, que o próprio produtor admitiu que era para o filho dele. Não estou dizendo se a coisa é corrupta ou não, mas estou apontando algumas incongruências de um projeto de cunho social. E eu não preciso falar: “- Vejam o que eu estou em dúvida, vejam o que eu penso”, mas eu coloco o que acho importante que o leitor deve avaliar. Mostro as várias facetas de uma situação e as pessoas podem tirar suas próprias conclusões.*

LS – Em que situações o jornalista deve dizer que uma fonte não foi encontrada?

FC – *Se eu quero saber sobre um tipo de técnica, colocar essa informação pode não fazer nenhuma falta. Em geral, a gente diz que não encontrou uma pessoa quando é fundamental ter a voz da pessoa. E, em geral, isso acontece quando a gente está fazendo uma matéria, quando a gente está apurando alguma coisa contra a pessoa. Se ela não aparece no texto, isso é um problema jornalístico.*

LS – Quais seriam os critérios que você usa para decidir entre uma declaração em discurso direto ou em indireto (segundo, para, afirmou que)? Pensando nisso agora, o que você diria?

FC – *Eu, em geral, uso o discurso direto. (..) Eu tenho essa preocupação. Se vou escrever sobre algo polêmico, eu gravo a entrevista. É uma obrigação do Manual da Folha, de a gente ir munido de gravador para ter uma prova documental, caso alguma coisa não dê certo. Mas é muito raro, até por que as matérias de política cultural são pouco,*

apesar de serem as que mais repercutem, sinceramente falando. [...]

LS – Quando você está escrevendo, pensa em quem vai ler? Para quem você escreve?

FC – Tem duas questões aí: quem pode entender o texto, que eu acho que é o princípio básico do jornalismo, ou seja, se fazer entender para o maior número possível de pessoas. Um jornal que tem 300 mil jornais/dia, o que significa quase 1 milhão de leitores, isso significa que eu preciso ter um texto acessível. Agora, em 2º lugar, eu faço um texto para todo mundo? Não necessariamente. Quando eu escrevo, eu me preocupo em estar... Eu acho que uma das funções do jornalismo é de estar escrevendo história do presente e isto vai servir de fonte para alguém fazer uma pesquisa. Então eu me preocupo em dar as informações sobre aquilo que eu acho serem importantes historicamente. Nesse sentido, ao mesmo tempo, eu me preocupo em estar escrevendo por quem se interessa por artes plásticas. Quer dizer, se uma pessoa não está nem aí quem é o presidente da Bienal, se esse presidente é ou não corrupto, esse não é meu leitor. Eu me preocupo com pessoas que estão interessadas na Bienal, como ela funciona, como acontecem as coisas lá...se eu fosse querer agradar todos os leitores, artes plásticas não teria nem crítica na Folha. Artes Plásticas é uma área que tem interesse super-restrito. Acho bacana que no jornal haja um espaço tão grande para artes plásticas. Se for comparar com indústria cultural que mexe com muito dinheiro, as artes plásticas estão totalmente em desvantagem, porque estas movimentam muito mais grana do que as artes plásticas. E mesmo assim o jornal dá um bom espaço pra ela. Por quê? Porque eu acho que a gente é um jornal que sabe a função histórica dele, de produção de conhecimento, produção de cultura e é com várias pessoas, produtores culturais, com os quais eu estou dialogando.

LS – Pra você, quem é o público da Folha de S.Paulo?

FC – Eu não me preocupo com essas informações. Como eu me preocupo em dar informações para as pessoas que fazem cultura, então desde o artista que está na faculdade, até o diretor de museu ou com o

curador que tem 40 anos.

LS – Você diria que escreve também para fontes e outros jornalistas, editor?

FC – Eu todo dia leio a Folha e o Estado [Estado de S.Paulo], agora não penso em Maria [Maria Hirszman, colcaboradora, crítica do jornal desde 2005]. Ela é meu negativo no Estadão. Não penso se ela vai ler ou não. Me dou muito bem com ela. A gente se respeita. Não me pauto nisso. Na Folha, tenho muito mais espaço pra fazer o que eu gosto, que é polêmica, do que no Estadão, onde não tem espaço pra fazer isso.

LS – Você escreve também para a Folha Online? Como é essa relação na Ilustrada da Folha?

FC – É um contrato que a gente tem. Os textos podem ser inclusive vendidos para outros jornais. Eu escrevo pensando na Folha. E nem ganho sobre isso. Eu ganho sobre a Folha.

Fábio Takahashi,

Repórter especializado em Educação no caderno de Cotidiano da Folha de S.Paulo.

Entrevista realizada na sede do jornal no dia 24 de abril de 2008.

LS – Me conta sobre teu currículo.

FT - Me formei em jornalismo na Universidade Metodista de São Paulo, se chama UNESP, ensino particular. Eu comecei trabalhando com esporte e sempre na internet, coincidentemente. Primeiro lugar “maiorzinho” que trabalhei foi num portal que não existe mais, chamado Star Mídia, depois eu fui para o portal Terra. (Star mídia) era um dos primeiros... Era o UOL no começo do ano 2000, aí desandou, faliu. Aí fui para o Terra, sempre trabalhando com esportes...

Daí, do Terra, eu vim para Folha Online, e entrei em educação. Até então, no Terra, eu trabalhava com esportes. Da Folha Online, eu fui para...

LS – 2003, Folha Online?

Livros LabCom

FT - 2003 fui para Folha Online. Mudei totalmente, fui cobrir educação e em 2004 fui pro jornal impresso, da Folha mesmo. Fui pro caderno Fovest, que é um caderno específico pro vestibular, mas como ele é subordinado ao cotidiano, já, “logo de cara”, tive que fazer matérias de cidades. Mas, principalmente, matérias de vestibular.

Alguns meses depois, saí do Fovest, entrei no cotidiano para virar o repórter de educação, da editoria, que não faz só educação, mas, principalmente, educação. E estou até agora.

LS – O pessoal tem dito que você é o terror da secretaria de educação..., é verdade?

FT – [Risos] Quem disse isso?! A gente tem um relacionamento razoável. Os dois, o municipal e estadual e o governo federal. Os três reclamam, mas... A gente faz matérias críticas com denúncias e tal, mas a gente sempre procura dar o espaço para resposta. A gente avalia com a resposta se a matéria está de pé mesmo, apesar de a gente ser duro e de o pessoal reclamar, é bem profissional.

LS – No dia-a-dia, quais as pessoas, fontes, que você mais tem contato? Quais suas principais fontes? Secretarias, assessores?

FT - Eu converso com bastante assessor, mas não é o principal. Acho que os principais são os pesquisadores de educação. Com um tempinho, eu já conheço algumas pessoas... Então, eu tenho um contato constante com esse pessoal para saber o que eles estão produzindo, dá um toque de alguma outra pessoa que esteja produzindo uma coisa que possa interessar...

LS – O que para você é sugerir pautas?

FT - É, porque daí eu vou lá e: “-Oi, professor, tudo bem? -Oi, tudo.- O que o senhor tem feito? – Finalizei um trabalho aqui mostrando que o computador tem tal impacto no desempenho das crianças...”

Aí a gente vai lá, vê se avalia, se tem condições de publicar uma reportagem com aquilo. Acho que são as minhas principais fontes.

LS – Mais do que as secretarias? Do que as repartições públicas oficiais?

FT - *Mais. A gente faz muitas matérias de projeto do governo: “O governo vai lançar tal programa para melhorar a alfabetização”. A gente faz, mas a gente não publica muito as ações do governo. A Secretaria Estadual de Educação daqui de São Paulo todo dia manda, pelo menos, um release. A gente deve usar 1% disso. E, dificilmente também, a gente, aí eu acho que é mais uma opção da Folha, sempre procurar o furo. Então, se deu release, a gente prefere ter conhecido aquela proposta antes.*

Então, como eu te disse sobre o que a secretaria manda, nós usamos muito pouco. A gente fala com a secretaria quando a gente quer uma informação exclusiva, algum professor da rede dá um toque, de problemas ou de novos projetos. Por que os dois interessam.

LS – Para você ouvir os lados?

FT - *É!*

LS – Então você diria que primeiro pesquisadores. E depois?

FT - *Eu ouço muito os profissionais da rede. Os pesquisadores eu ouço para tudo! Tanto para cobertura do ensino público, quanto básico e superior. A gente usa mais os pesquisadores.*

LS – De onde eles são/ onde eles estão?

FT - *Tem muita universidade, muita gente da USP, da Unicamp, PUC, aqui de São Paulo.*

Agora acho que, antes, talvez na mesma proporção dos pesquisadores, minhas fontes, na verdade, não são pessoas. Eu leio muitos relatórios, diário oficial.

Eu acho que estão quase empatados, os pesquisadores com os relatórios ou documentos. Depois vêm os professores da rede, profissionais da rede, pensando mais na cobertura do ensino básico. Converso mais com diretor, professor, tanto para questões maiores - o que o pessoal está achando dessa proposta da secretaria, quanto para questões específicas - tal escola, caiu o telhado...

Depois é, de fato, o governo. A gente conversa muito com o ministério público também...Nenhum desponta muito mais do que os outros, os que eu falei estão contemplados, os que mais checo.

LS – Fala um pouco da sua rotina/ dia-a-dia

FT – *Em geral, a rotina do dia começa no dia anterior. Quando a gente fecha o dia, a gente já está pensando, o que pretende para o próximo dia. Isso no meu caso, que tenho um a área. Ex: Fechei o dia, é uma obrigação, nem sempre cumprida, mas uma obrigação é a de mandar um email para o nosso pauteiro, falando: – “Amanhã eu pretendo tocar tal história”...Chegando ao outro dia a gente conversa, bate um papo rápido com o pauteiro, para ver o que ele achou, se vai apostar mesmo naquilo, então nós já temos uma noção para onde vai caminhar aquilo.*

LS – E ele manda o retorno por email para você?

FT – *Às vezes sim, mas, na maioria das vezes, eu chego aqui e vou lá falar com ele. No começo do dia a gente chega, vê se tem um recado importante, dá uma olhada na pauta. Mas, geralmente, tem a pauta no sistema. O pauteiro foi quem montou aquela pauta no sistema, mas geralmente, com que o repórter mandou. Dificilmente eu chego ali e não é a pauta que eu tinha mandado.*

LS – Então, freqüentemente, vocês se pautam?

FT – *Sim, a maioria das vezes!*

LS – Até porque vocês conhecem muito mais do assunto do que eles, ou não?

FT – *Eu tenho uma área. Ele [o pauteiro] tem sete milhões de coisas para fazer e eu cubro basicamente educação. Eu tenho muito mais condições de saber o que hoje vai ter um, sei lá, vai ser lançado um estudo.*

A cobertura de educação é um pouco diferente da de polícia, as mais factuais. A matéria de educação é mais, digamos assim, investimento. O estudo que eu descobri, que o professor me passou, a gente vai investir naquilo. Não vai ter um anúncio oficial, nada disso. A gente descobriu, e aí é que vale a conversa com o pauteiro.

Mas, mesmo que eu tenha essa pauta, mesmo que o pauteiro tenha aceitado, eu ainda tenho que fazer uma “rondinha” no que está acontecendo na minha área, não sei se todo mundo faz isso, mas eu

faço.

LS – Como é que você faz?

FT – *Dou uma olhada no diário oficial, entro em alguns sites-chave que eu sei que pode ter alguma novidade. Bom, mas não tem nada, beleza! Então vamos na história que já fechamos com o pauteiro, mas ele é totalmente dinâmico. No meio da tarde pode cair uma pauta minha, mesmo que eu descubra no meio da tarde, sei lá: "teve um tiroteio aqui, matou não sei quantos", pára tudo e vamos fazer tiroteio...*

LS – Você então trabalha mais dentro da redação.

FT – *É! Dentro da redação, não saiu muito não.*

LS – Você usa em termos de tecnologia, mais o telefone?

FT – *Telefone e razoavelmente email.*

LS – Para as entrevistas mesmo?

FT – *É, para entrevistas e também para o bate-papo com o pessoal. E essa rondinha que falei com você, com os professores. Como os assuntos de educação não são geralmente "para ontem", essa rondinha é melhor. Em vez de interromper o cara na aula dele, eu prefiro mandar um email, aí ele responde a hora que der. Então uso bastante email, mas claro, o telefone ainda é o principal!*

LS – Quais os tipos de textos que mais escreve? Notícias, reportagens? Você diferencia as duas?

FT – *Não! 100% reportagem.*

LS – Por causa do tempo? Pelo fato de a matéria não ser factual?

FT – *Quais seriam os outros tipos de texto que eu poderia escrever? Um artigo, opinião, tal... Outras pessoas fazem isso. A minha parte é escrever a reportagem, matérias do dia mesmo. Não sei qual é a distinção de matéria e reportagem.*

LS – Academicamente se faz essa distinção. Eu quero saber sua concepção...

FT – *Para a gente tudo é reportagem. Para ser uma reportagem tem que ser uma notícia. No jornal, não temos muito essa diferenciação. Toda reportagem tem de ser uma notícia. Uma notícia é o novo, o*

importante. Isso geralmente a gente chama de notícia, então vamos fazer uma reportagem sobre isso.

LS – O que é notícia para você?

FT – É uma coisa nova que a gente não publicou antes, ou alguma coisa que não é nova, mas houve alguma mudança, então isso é notícia.

Vou trazer para o meu caso, educação: A gente sabe que analfabetismo é uma desgraça no país, mas se aumentou, é notícia e a gente vai fazer uma reportagem sobre isso. Basicamente é isso. Alguma novidade ou alguma mudança. A gente não vai falar, sem nenhum dado novo, que a Secretaria de Educação de São Paulo está precisando melhorar. Do nada é difícil, praticamente impossível. Agora, saiu um relatório novo: "mais uma prova de que os alunos não sabem fazer conta de somar". A gente vai fazer uma reportagem sobre isso. Ou uma novidade. A Secretaria Municipal de Educação quer dois professores numa sala de aula. Aí a gente vai fazer reportagem.

Notícia é uma coisa quente, nesse caso, dois professores na sala de aula, geralmente na matéria do dia é difícil de conseguir pensar em tudo, em abordar tudo. No dia seguinte, geralmente, quando a notícia é muito importante, assim de fato, a gente vai fazer mais notícias analíticas disso. Então assim, no Chile foi feito isso e não deu certo, ou, na Alemanha é assim, ou o Rio de Janeiro já fez isso. Mas tudo partindo de um começo que é uma novidade, ou alguma mudança.

LS – Para você, quais são as competências de um repórter? Para você, não só deveres e direitos, quais as competências que o repórter tem?

FT – Acho que o principal é tentar entender o que você está escrevendo. Isso tanto no macro, digamos, falando de educação. Acho que o cara que vai cobrir educação, vai cobrir macro-economia, vai tentar entender muito mais o que é aquilo. Mas isso pensando em médio prazo. Mas se eu faço educação, caiu um avião, eu tenho que tentar naqueles minutos que eu tenho que sair para pauta, pesquisar alguma coisa para saber o que é aquilo ali. Se é normal cair um avião aqui em São Paulo, que modelo que é, é normal esse modelo cair... Tentar

entender o máximo possível do que você vai depois escrever. Acho que esse é o principal. Depois acho que o equilíbrio é muito importante também.

LS – Equilíbrio? O que você chama de equilíbrio?

FT – Não supervalorizar uma fonte só, ou um lado da história. Acho que isso é também, muito importante. Então assim: é uma denúncia contra o Governo Estadual. É importante apurar, mas será que é mesmo tão grave como essa fonte está te passando? Quem é essa fonte que está te passando? O governo é do PSDB e a fonte é do PT. Não desmerece a notícia, mas a informação vale ser checada, mas tudo isso no final você tem que pensar. Acho que é importante pensar, pensar realmente se merece uma reportagem tão crítica assim, quanto ao governo.

LS – Certo, então o interesse do assunto, o equilíbrio, o que é que você diz mais. Você acha, por exemplo, que uma pessoa que não é jornalista pode fazer o que você faz?

FT – Acho que sim. Pode, até por que eu fiz jornalismo e hoje trabalho com educação. Eu não aprendi nada de educação na universidade de Jornalismo. Mas, na escola de jornalismo você aprende alguns conceitos que podem te ajudar mais para frente. Mas eu acho que a faculdade de Jornalismo lhe ajuda mais na rotina de você entender. Sair da faculdade entendendo um pouco mais de como funciona um jornal, mesmo que você não saiba muita coisa, mas você sabe mais do que um arquiteto. Agora se ele cai aqui e se esforça, pode ser um bom jornalista.

LS – Você não acha que reconhecer o que é notícia não é uma competência? Saber dizer o que é uma notícia.

FT – É uma competência. E saber onde potencialmente está a notícia. Isso também é uma competência importante do repórter. E disciplina também. Às vezes você está fazendo uma “materinha” boba. Bom, aí você matou sua materinha boba, uma sem muito destaque. Aí o cara fala que daqui a dois meses vai finalizar um trabalho em que ele entrevistou dez mil professores. Então anota, guarda e em junho volta

a falar com o cara. Isso também é muito importante.

LS – Interessante. Equilíbrio, disciplina, mais alguma coisa?

FT – Acho que é isso.

LS – Em termos de apuração o que você me diz? O que é preciso saber para fazer uma reportagem? O que você pensa da apuração com relação ao jornalismo?

FT – É o jornalismo. A reportagem é a apuração, pois, não fazendo a apuração direito, a reportagem não vai ficar boa. Eu procuro sempre ser claro com a pessoa que estou entrevistando. Assim, vamos fazer uma crítica à Secretaria de Educação, deixando claro que vamos fazer uma matéria, pois temos uma informação de que serão fechadas todas as escolas nas periferias. “- Secretária, temos informação de que vão fechar todas as escolas. É isso?” Uma outra forma seria – “Oi secretária, tudo bem? Com é que estão as escolas nas periferias?” Aí ela responde evasivamente e você coloca uma resposta evasiva. Eu prefiro perguntar direto, sem hostilidade.

Acho que nunca briguei com ninguém, mas eu prefiro perguntar diretamente: “- A senhora vai fechar todas as escolas da periferia da capital?”. Também tentar fazer a apuração mais ampla possível. E o possível é importante, pois no jornal, às vezes, o possível é muito pouco. E na internet menos ainda. Mesmo o jornal tendo muito mais prazo do que a internet. Mesmo assim você tem um dia útil para ouvir o monte de gente, de coisas, e as pessoas não estão disponíveis naquela hora, mas é importante fazer a apuração mais ampla possível.

LS – Como é o seu *deadline*? Você sempre entrega no *deadline* da editoria?

FT – É sempre no limite. No limite que eles estipulam. O jornal fecha 20h30, os textos fecham 19h30, geralmente em 90% dos casos 19h31. Por que é muita coisa. Muitas vezes a gente não faz uma matéria por dia. No jornal, vai sair uma matéria por dia.

LS – Você faz mais de uma por dia?

FT – Às vezes sim. Não é regra, mas publicam geralmente uma matéria por dia, ou, até menos. Só que para aquela matéria sair no

jornal, você já derrubou várias outras que tinham que ser apuradas. Às vezes você também já está apurando outra para o dia seguinte. Como eu te disse que o dia começa sempre no dia anterior, ou uma matéria especial para o domingo.

E mesmo que saia só uma “materinha” sua por dia, e a minha, como na área de educação não sai todo dia, polícia, por exemplo, sai todo dia, então dificilmente vai ter uma semana com matérias minhas todo dia. Mas mesmo assim, para sair aquela matéria, eu derrubei umas dez, que tinham quer ser apuradas e provavelmente estou apurando uma matéria para o domingo também. Por isso que é muito corrido e geralmente é 19h30.

LS – Então, na verdade, você faz sempre uma por semana, o especial para o domingo?

FT – Não é regra. Espera-se isso, mas de repente tem uma semana que seu assunto ou sua área... Por exemplo, o caso Isabela aqui em São Paulo, eu não entrei muito, mas mesmo quem não cobre polícia estava lá ajudando. Difícil cobrar uma matéria assim rígida. Espera-se isso, mas não é sempre.

LS – Voltando para apuração. Você disse que sempre procura ser o mais claro, mais amplo possível, o quê mais você faz? Agenda, fontes....

FT – Isso ajuda. É uma das principais vantagens de quando você tem uma área. Você entende melhor o que está acontecendo. Segundo, você tem para quem ligar. No meu caso, por exemplo, se eu fosse falar de cotas, eu tenho para quem ligar.

LS – Você diria hoje o que sua agenda tem de importante? Quantas pessoas que você usa diariamente?

FT – Eu não tenho como te dizer isso. Eu não ligo todo dia para tais pessoas. Hoje na minha agenda, tem pessoas que eu só falo uma vez por ano. Tenho uns dez números mais freqüentes. É aquela pessoa que pode te dar uma notícia, te ajudar, mas são poucas. No meu caso são poucas, infelizmente. Geralmente a maioria dos repórteres tem pouco, mais ou menos umas dez fontes, que passam a informação, pois

confiam na pessoa também. Muitas pessoas podem te ajudar, mas, geralmente você pega mais confiança em algumas.

LS – Quando você me falou sobre o fato de ser claro, eu queria te perguntar sobre o seu texto. Eu estou analisando os textos dos primeiros três meses de 2007. Na verdade muitas matérias de educação e eu queria saber se quando você tem dúvida sobre alguma situação, mesmo tendo apurado até o final do dia, como é que você faz? Você coloca? Você expressa sua dúvida no texto? Como é que você lida com isso?

FT – Limite é derrubar matéria. Isso já aconteceu várias vezes, felizmente aqui no jornal o pessoal do editorial ouve que não tenho segurança, não dá para aproveitar hoje.

LS – Você diz para o editor?

FT – Geralmente eu vou e falo que não foi possível falar com a testemunha chave daquela matéria para ver se essa questão é de fato grave e aviso que não tenho segurança. Agora muitas vezes também o contrário aparece. O pessoal da edição cobra algumas e é legal por que são coisas que você não está vendo. No final, a gente chega num acordo de “Vamos segurar por que é melhor”. Com educação é mais fácil isso, por que, se a gente não publicar, dificilmente alguém vai dar. É mais também por que não é igual a polícia, por exemplo, o caso Isabela. No outro dia o Estadão vai ter uma matéria do caso Isabela, O Diário de São Paulo vai ter, então o jornal precisa ter. É mais difícil tomar essa decisão de não dar essa matéria. Com educação é um pouco mais tranquilo. Agora, isso é o limite, se eu não consigo os dados que eu acho que seriam interessantes, que deixaria a matéria mais completa, se isso não derruba a matéria, se é um dado de apoio, a gente deixa. Por exemplo, o Ministério da Educação não soube informar quanto alunos indígenas tem no país.

LS – Mas quando você tem dúvida de uma informação que recebeu de alguém, de uma fonte, claro que será apurada, porém se no final você ainda permanecer com a dúvida, o que você sugere no texto?

FT – *Se for uma dúvida muito importante, a gente segura a matéria. Espera mais um dia para ver se é isso mesmo.*

LS – Você me diria que opina na sua matéria? Que coloca a sua opinião?

FT – *Procuro não fazer isso. Em 100% dos casos procuro não colocar a minha opinião, mas garantir que isso seja cumprido é difícil. Às vezes uma palavra que você coloca está expressando a sua opinião, mesmo que você não queira. Um ato falho, digamos. Eu procuro não colocar minha opinião. Eu não vou falar se aquela proposta é boa ou ruim, a gente vai ouvir pessoas que vão falar que aquela proposta é boa ou ruim. Mas algumas vezes escapa alguma palavra, uma construção de frase...*

LS – E neste caso, aqui? [Mostrando o exemplo de uma matéria]

FT – *A gente tenta interpretar os dados que estão aí. Não é muito opinião não. As escolas são a 10 km de distância. Se a gente jogar isso, tem várias formas de tentar. Nesse caso, a gente tenta ter um manual de comparação, tipo: “Daqui até o parque de Ibirapuera”. Mas é muito difícil todo mundo entender a comparação que a gente está fazendo, então a gente tem que interpretar isso. Tem que falar assim: são próximas, são uns 10 km... mas a cidade de Cruz das Voltas é muito grande.*

Aqui também com “imenso” a gente tentou interpretar. Era o próprio relatório da secretaria dizendo: “Está totalmente diferente, mas cobra outra e essa não deve ser”.

LS – Dimensionar... É isso?

FT – *É. Passar para o leitor, tentar mastigar um pouco pro leitor o que é, quanto é a escala de distância, se é bom, se é ruim, é muito, é pouco... Eu acho que não é a melhor forma. Geralmente não é a melhor forma de a gente colocar ali. É grande? É pequeno? A gente tenta fazer uma comparação. Nesse caso a gente não achou nada que pudesse dizer é pouco, é grande. Aqui usa muito, “são tantos mil metros quadrados equivalentes a tantos parques do Ibirapuera”. Aí o*

cara (pensa): puta , é grande “pra caramba”...

Aqui a gente não pegou, não chegamos a nada que pudesse chegar perto... a gente nunca chegou a nenhuma comparação objetiva que pudesse traduzir, então a gente preferiu traduzir a gente mesmo para ver se a adaptação ficava mais fácil do leitor entender.

LS – No caso desta matéria aqui... [discutindo sobre exemplo]

FT – É um relatório, então vem lá: um monte de escola toma uma nota na Prova Brasil. Se não desse para fazer comparação, o leitor não ia nem saber o que é. Se a gente pegar esse negócio, mesmo que desse espaço, pegasse o relatório e publicasse isso no jornal, não ia dar nada. Interpretar é isso. E aí ajuda, tem uma facilidade quando você cobre a área, então você consegue pegar o relatório e dizer: “- Isso é importante”. E como é que a gente vai deixar isso mais fácil pro leitor entender.

O relatório está lá: Escola X, nota 100; Escola Y, nota 120. É muito, é pouco? Com a experiência que a gente tem, é muita diferença. Então, chegamos a uma conclusão: É muito! Mas agora, como é que a gente vai dizer isso? Só colocando a nota ali? É um jeito, mas não é muito bom. Então, nesse caso, a gente usou alguns adjetivos. Não é o melhor, mas, o que a gente entendeu que era possível no momento.

LS – Então você diria que interpretar é básico para fazer uma reportagem?

FT – Ah, sim. Ainda mais num jornal como a Folha de São Paulo. Então tem professor lendo, advogado, empregado... Se eu trabalhasse numa revista de educação, provavelmente esse relatório seria legal “pra caramba”. Numa revista de educação! Na Folha, se eu joga aquilo, 0,01% vai entender: “Que relatório é esse?” Então a gente tenta interpretar, fazer com o que, mesmo sendo um assunto técnico, avaliação educacional, qualquer um, um advogado, possa ler e entender porque as escolas são tão próximas e nas notas são tão diferentes. Tentar explicar isso para que todo mundo possa entender.

LS – Você falou um pouco dos leitores. Quando você escreve, você pensa que está escrevendo para quem? Quem vai ler sua ma-

téria?

FT – *Se o cara que está tomando café da manhã, está lendo, ele está entendendo o que está escrito. Nenhum cara em específico, nenhuma classe específica, nada. Tentar que a maioria das pessoas entenda o que está escrito ali.*

LS – Então, de outra forma lhe pergunto. Quem é o leitor da Folha?

FT – *A Folha faz sempre pesquisas sobre isso. Não lembro exatamente, acho que a maior parte dos leitores, coincidentemente, é professor, mas não me interessa. Aí é uma questão totalmente subjetiva: vamos tentar explicar para uma população média. Eu não sei como é uma população média, mas tentar explicar o máximo possível.*

Quando a gente joga lá, "Prova Brasil" em um texto, um professor sabe o que é a prova Brasil, um advogado não. Então, eu explico: a prova Brasil é um exame aplicado pelo Ministério da Educação aos estudantes... Aí outra questão (exemplo): caiu uma ponte. Vai ter um monte de termos técnicos de engenharia que um engenheiro vai entender e um professor não. Ele vai se perguntar, que termo é esse, que negócio é esse? Então a gente tenta explicar o máximo possível. Isso é muito subjetivo, o leitor médio é difícil dizer... Temos termos mais técnicos e nem tão técnicos, muitas vezes a gente prefere, quando a gente tem espaço, por exemplo, "ensino médio" a gente põe "colegial". Por que quem é mais antigo, não sabe o que é ensino médio. Não é um termo técnico, ensino médio, mas tem gente que não sabe. Então a gente tenta sempre simplificar. O possível a gente simplifica o máximo possível.

LS – Existiriam algumas linhas de temas para educação ou não? Por exemplo, a Folha está mais preocupada com a educação básica, universitária, ou depende muito da informação?

FT – *Depende do tipo de notícia, da informação. No ensino básico público, a gente vai investir. Algum programa novo que a USP está querendo comentar, a gente também vai atrás. Ultimamente, até pela agenda do país, a educação básica pública ganhou mais espaço. É até*

um reflexo do que o país está pensando nesse momento. Tem um monte de sistema de avaliação de ensino básico público, um monte de divulgação de dados. A sociedade civil está atrás, agora tem movimentos. Acho que toda questão, nesse momento, do ensino básico público, acho que está sendo um pouco mais importante. Mas nós temos um grande esforço de falar das escolas particulares de São Paulo. Porque o leitor da Folha, geralmente tem um filho na escola particular de São Paulo, então é importante retratar isso também.

Jornalistas da Folha Online

Lígia Braslauskas,

Editora geral da redação da Folha de Online.

Entrevista realizada na sede do jornal no dia 23 de abril de 2008.

LS – Me conta sobre teu currículo.

LB – Eu fui editora de internacionais durante sete anos e agora faz um ano e meio que eu sou editora geral da redação. Meu trabalho é olhar todo material que foi publicado no jornal impresso, todo material que foi publicado online, na concorrência e acompanhar as pautas do dia, tudo que vai ser publicado na Folha Online. Que tipo de abordagem a gente vai dar, que tipo de assunto a gente vai correr atrás, priorizar as pautas, o que é mais importante fazer ou não. Como todo online, a equipe ficou reduzida, então não é tudo que a gente pode cobrir. Muita coisa a gente cobre por telefone. E comandar a equipe da redação, basicamente.

LS – A equipe total é composta de quantas pessoas?

LB – 36 pessoas, entre editores, repórteres, fotografia, arte, webmasters, tudo. Tem a Busch [Ana Lucia Busch] que é a diretora executiva do site, o Feltrin [Ricardo Feltrin], ele é editor-chefe, tem um papel um pouco mais executivo e eu sou a editora geral da redação, sou o braço direito dele e cuido da redação.

LS – Você participou da criação do sistema de publicação da Folha Online?

LB – *Já passamos por duas reformas gráficas, participei das duas. A Folha Online, na verdade, nasce bem antes de eu chegar aqui. Eu cheguei aqui em 2000, ela está no ar, desde 1993 ou 1994. Só que aí não era Folha Online. Folha Online, o princípio dela mesmo, ela vai a partir de 2000, quando Ana Rute vem para cá, assume o site e cria a Folha Online, como maior portal de notícias do Brasil.*

LS – Então quando você entrou...

LB – *A gente entrou na mesma gestão, em 2000. Já existia uma estrutura, quando eu cheguei já existia uma estrutura e fui convidada por outro editor que trabalhava aqui para vir para cá.*

LS – Como você vê hoje o sistema? Você acha que precisa ter mudança? Está acontecendo alguma coisa, já tem algum trabalho em andamento?

LB – *Não, a gente tem novos projetos, muitos deles eu não vou poder citar pra você, mas a gente tem um guia que está no ar. O último projeto que foi colocado no ar, o guia da Folha Online.*

LS – Um guia cultural?

LB – *É. Um guia cultural. Ele abrange toda São Paulo...*

LS – Existe para outros estados?

LB – *Não. Futuramente, ele vai abranger o Brasil inteiro. É um projeto mais para frente. Ele vai sofrer uma mudança em breve. Tem outros projetos também, de turismo, de comida, tudo paralelo a isso.*

LS – Quando perguntei, pensei mais no formato...

LB – *A estrutura visual?*

LS – É. As pessoas reclamam muito do fato de o “Leia mais” ao invés de vir na direita ou na esquerda da página, está lá em baixo, entendeu?

LB – *A gente não tem esse tipo de reclamação, mas todas que vêm nesse sentido são guardadas para a próxima reforma gráfica. Se alguma coisa não está funcionando direito.*

LS – É periódica?

LB – *A cada dois anos mais ou menos.*

LS – A última tem quanto tempo?

LB – *Um ano, um ano e um pouquinho. Não sei a data exata, precisaria olhar para você para te dizer, mas foi no ano passado, mas já tem um ano.*

LS – Como é a relação com a Folha de São Paulo em relação às matérias? Quais são as regras para publicar ou não matérias?

LB – *Hard news, a gente não publica absolutamente nada, porque doa tudo. A principal diferença entre online e o impresso é o espaço. A gente não tem esse problema. Agora, material exclusivo da Folha, se for mega exclusivo, tipo: furo político, a gente faz um texto do texto deles. Coloca o crédito da Folha e manda para versão impressa eletrônica, ou seja, existe uma Folha e ele reproduz eletronicamente. Quem tem acesso a isso? São os assinantes da Folha e assinantes do UOL. Ele não é aberto, ele é fechado, mas quem é assinante pode acessar esse material. Para que a gente possa oferecer para o leitor aberto um pouco desse material, a gente faz uma matéria da matéria, ou seja, a gente faz um resumo do que consta daquele material e coloca no ar. O leitor não fica sem informação nenhuma, mas para ler completo, ele tem que, ou ser assinante ou ir a banca comprar o jornal.*

LS – E existe alguma regra que marca o horário de começar a poder ser publicado?

LB – *Não. A gente publica só depois das 2h30 da manhã, que é quando entra a versão eletrônica da Folha mesmo no ar, antes disso seria impossível. Mas não tem não, a gente dá até às 11h da manhã porque o volume de online é muito grande. Então pela manhã quando tem menos gente é o horário mais propício dar as coisas da Folha que nos ajuda, inclusive, a complementar o índice. Agora, se às 3h da tarde alguém perceber: “– Putz, peguei uma matéria super-legal aqui na Folha que a gente não deu, vamos dar? – Claro, vamos dar”. Não tem essa limitação, não tem. O trabalho é bem em conjunto mesmo.*

LS – Quais são os seus principais concorrentes?

LB – *Globo, o G1. G1, a Globo que é a mesma coisa, para a*

gente isso é a mesma coisa. Apesar quem, O Globo, às vezes, tem mais matérias do que o G1. Ele é mais importante ainda. E O Estadão, O Estado. Em termos de audiência, não, o Terra está acima do Estado. O Terra está paralelo ao G1, e a gente lidera, graças a Deus...

LS – O que você pode me dizer sobre os horários de maior acesso da Folha Online?

LB – Eu acho que isso aí é igual para todo mundo, entre 9h e 11h, depois das 15h às 17h e depois após às 19h, 19h30.

LS – Por que você acha que esses são os horários?

LB – Porque primeiro a pessoa está chegando do trabalho, até as 9h. Depois eles saem para o almoço, eles voltam, dão uma “trabalhadinha”, têm tempo para acessar. E depois, à noite é o horário que o pessoal está no trânsito, até chegar em casa, o horário que eles estão no trânsito voltando para casa. As pessoas saem normalmente às 18h do trabalho, então após as 19h tem uma grande audiência também.

Depende também se tiver um grande evento. Por exemplo, ontem que teve um terremoto, às 21h, horário que já começa a cair, que o pessoal estava vendo a novela, a audiência foi absurda, altíssima audiência.

LS – Como você vê a relação entre as mídias?

LB – Eu acho que não tem como comparar TV e internet. São coisas completamente diferentes. A TV, ela dá menos coisa num tempo mais rápido, porque eles tem limite de espaço também como no impresso, o que a gente não tem. Televisão custa super caro. Então eles podem dar antes porque eles aparecem falando? Podem. Ninguém é mais rápido do que o rádio nesse sentido. Rádio ainda é imbatível, mas ontem, por exemplo, a gente conseguiu dar antes que a TV. Do que a gente pode checar, óbvio, pode ter alguma de TV em algum lugar que deu antes. Não sei, não dá para dizer todos em algum lugar, que deu antes, por exemplo, porque foi ali, pode ser que eles tenham tido essa informação antes. A Globo News, por exemplo, não deu a informação antes de nós.

LS – Quando se fala em jornalismo digital, existe uma discus-

são sobre multimídia. Eu queria que você me dissesse sobre a necessidade ou não de usar de usar vídeos, por exemplo. Em que sentido faz parte da matéria ou se deve estar separado...

LB – Bom, o objetivo da Folha Online é o seguinte: é oferecer para o leitor quatro tipos de mídia: o cara que gosta de ler rapidinho, então ele tem uma home com títulos e com lead, que explica para ele rapidamente, o que precisa ler. Ele pode ler em 5 minutos ou em 50 minutos. Se ele quiser entrar nas matérias e ler, ele vai levar 50 minutos ou mais, então é matéria completa. Mas se ele quiser ter uma visão geral do “- Olha, o que está acontecendo no Brasil agora?”. Se ele ler a primeira página, ele já sabe o que está acontecendo. Essa é a idéia. Em 5 minutos você está super bem informado. Aí tem um cara que não quer ler, ele prefere ouvir, então você tem os podcasts que têm os resumos de notícias do dia, tem análises de temas importantes como o que aconteceu nos Estados Unidos, terremoto, relatos; que vai ter tanto em áudio como escrito também. E tem o cara que é internauta, então ele sabe desfrutar, entendeu? Ele lê, ele ouve e ele assiste. Quer assistir, claro, você sempre tem um trabalho de imagem muito mais bem elaborado do que só ver as fotografias. Ali tem a repórter falando, tem filminho que passa no fundo, uma forma mais completa de ver.

Então ele está ouvindo uma música e vê uma imagem da Folha Online, esse é o multimídia. Mas a nossa idéia é dar, de forma completa, vários canais de informação. Ele pode captar aquilo que deseja receber de diferentes maneiras, diferentes caminhos.

LS – Pensa-se muito por que a Folha online não tem infográficos animados, como o El País ou El Mundo que já fazem esse trabalho há algum tempo...

LB – Não somos só nós. O Terra, o G1... O G1 é portal, eles não são site de jornalismo. É diferente, é a Folha, é o Estado, é o A Tarde, esses são sites de jornalismo. O G1 é um portal. Eles não têm um jornal por trás dele, tem uma empresa jornalística, tem a Globo, mas ele reproduz coisas bizarras, revistas, é um portal, como é o UOL, por exemplo. Ele dá de tudo. Nós somos um jornal, a gente oferece notícia,

somos 24 horas de notícias, é isso que nós somos, como a CBN é no rádio, nós somos no online.

LS – Não tem entretenimento?

LB – Tem entretenimento, mas não é nossa prioridade, a gente não vai buscar audiência com, por exemplo, sei lá: “O jacaré que tem três cabeças”. Que os portais vão dar isso, a gente vai dar notícia, independentemente de como vamos concorrer com eles. Como a gente vai bater isso? A nossa preocupação não é bater um portal, a nossa preocupação é bater o cara que seja jornal como a gente, jornal que faça jornalismo sério, dirigido, é a filosofia da Folha. Para você colocar esse tipo de material, você limita muita coisa, muitas vezes, o alcance do internauta. O que eu quero dizer com isso? Nós temos um portal hoje que é leve. Então, se o cara que está lá no Chuí acessar a Folha Online, vai ver. Por isso que a gente tem uma mega audiência, porque a gente alcança qualquer lugar, daqui, da China, de qualquer lugar. Se eu colocar esse tipo de material ele emperra, porque demora para carregar e, se demorar, a pessoa vai para outro lugar. Um dia a gente vai ter a tecnologia que permita o flash ser leve e rápido e qualquer um possa abrir. Hoje nosso objetivo ainda é o leitor, é chegar à pessoa e dar a informação a ela.

O nosso vídeo, por exemplo, tem um sistema diferenciado, que é para poder chegar muito rápido para qualquer um abrir. Se eu, em minha casa, clicar e não abrir, eu vou procurar em outro lugar. No nosso futuro, a gente pensa em ter uma editoria disso, quem sabe?

LS – Quem é o leitor da Folha Online?

LB – Todo mundo. A faixa etária varia entre 17 a 35 anos.

Daniela Loreto,

Editora de Mundo da Folha Online,

Entrevista realizada por telefone no dia 16 de abril de 2008.

LS – Quanto tempo você tem de Folha? E em que função você

se ocupou? Eu sei pelo seu site que você foi editora assistente de Mundo e passou a editora, mas não sei exatamente como foi antes.

DL – *Você diz na Folha Online ou na Folha geral? Porque eu já trabalhei na Folha, no Agora [caderno]. Então na Folha Online eu trabalhei em 2004, como freela. Aí, em 2005, eu fui contratada como repórter de Mundo. Eu fiquei como repórter um período curto, depois fiquei como editora mesmo.*

LS – Então, na verdade, são quatro anos?

DL – *É, quatro anos.*

LS – Antes da Folha você trabalhou em outras áreas ou sempre como jornalista de redação?

DL – *Eu trabalhei na própria Folha, no Agora, em 2002, mas era outra editoria. Trabalhava em variedades e trabalhei na TV Bandeirantes também.*

LS – Então eu queria te perguntar o seguinte, se você pode falar um pouco sobre a sua equipe agora (se assim eu posso chamar na editoria de Mundo). Quais são as funções que um repórter, editor assistente, colaboradores, correspondentes. Você poderia me dar uma idéia geral de como está formada a editoria de Mundo da Folha Online?

DL – *Tem eu, como editora, e dois repórteres, um de manhã e um à tarde. Aqui a gente precisa de gente muito cedo porque é online e pela diferença de fuso. A gente cobre tudo, internacional em geral. Mas tem países que estão muitas horas na frente, então é importante ter gente cedo, porque desde cedo já tem coisa acontecendo, Então uma pessoa entra às 7h e sai às 15h e outro entra às 15h e sai às 23h e eu fico no horário intermediário das 8h ou 9h e fico em geral até umas 17h. Quando precisa, eu fico mais. Agora estamos com três freelas também que estão ajudando na cobertura das eleições americanas.*

LS – E em relação a editor assistente, tem outros editores?

DL – *Não, nesse cargo não tem. Tem umas editorias que já tiveram, agora acho que não tem nenhuma. Tinha uma época que a Ilustrada tinha, depende da época, mas agora acho que não tem. Acho*

que a Dinheiro tem, só a Dinheiro.

LS – Colaboradores e correspondentes? Como vocês estão?

DL – *Na Folha Online não tem nenhum. Tem os da Folha, que a gente usa o material, mas não é tudo que pode dar, é mais enxuto. Tem um em Buenos Aires, Genebra, e um em Nova Iorque.*

LS – Eu queria saber, se você se sentir à vontade para falar, que regras mapeiam, que material você pode usar da Folha?

DL – *Em geral, a gente pode usar, tem o horário certo, acho que é até as 11h da manhã. Tem umas regras de uso. Geralmente é de manhã que pode reproduzir, depende. Se for um material muito exclusivo, por exemplo, um furo, a gente não pode dar. Tem que ser a matéria da matéria, aí a gente faz uma matéria imitando a matéria da Folha. Em geral a regra é essa, mas se for uma coisa que não seja super exclusiva a gente pode reproduzir assinado: Folha de São Paulo, é lógico, publicado no site.*

LS – Numa espécie de *Top of mind*, tipo o que vem a cabeça, se for possível, quais temas você me diria que são os mais freqüentes na editoria Mundo?

DL – *Nesse ano especificamente, eleições dos Estados Unidos, por isso que a gente tem esses freelas e a prioridade do jornal esse ano. O jornal em geral não só na área de internacional, é a prioridade do jornal. Por isso que a gente está dando bastante ênfase para isso, vamos ter um especial montado e a função freelas é ajudar a cobrir, correção de texto, fazer entrevista e também manter a página bem atualizada. Se entrar no site, você vai ver lá o especial de eleição. Esse ano especificamente esse assunto é prioridade. Fora isso, o que a gente cobre bastante é o Oriente Médio, coisas que são mais fixas, Oriente médio, Iraque, que é meio que diária a cobertura, mas vai variando, depende da época. Por exemplo, pouco tempo atrás foi o Tibet. Deu uma acalmada, mas estava tendo bastante edição. Mas isso vai mudando dependendo da época. Os mais fixos são esses que eu te falei.*

LS – Pelo que observei, alguns países são mais freqüentes que os outros. Para o Brasil, os Estados Unidos são muito mais freqüentes

do que muitos outros. Eu estou fazendo um trabalho em que eu estudo muitos assuntos da França e da Espanha, e percebo que na cobertura no Brasil há uma hierarquia. Então, antes de dizer o que eu penso, eu queria que você me dissesse o que você acha. Queria te perguntar quais os países que mais aparecem, não só nesse ano por causa da eleição do Estado Unidos, mas de uma maneira geral, o que você me diria?

DL – *Eu acho que depende um pouco da época, se está acontecendo alguma coisa ali ou não, por exemplo, que nem o próprio Tibet. Não é um país que geralmente se noticia muito, ou então, Zimbábue, que estava tendo eleições agora, eles não são países que estão o tempo todo tendo notícias. Mas quando acontece como agora, que foi a primeira eleição conjunta e as pessoas começaram a pensar nessa polêmica por causa das olimpíadas, aí esse país fica visível. Mas não é aquela coisa de cobrir o dia-a-dia, tem aquela fase, depois dá uma acalmada, é apenas uma fase mais pontual. Mas tem coisas que são fixas, tipo o Oriente Médio. Desde que eu entrei aqui que a gente fala sobre o Oriente Médio, quase diariamente porque é um conflito que não tem fim, é uma notícia fixa, o Iraque também, sempre. Europa a gente cobre também, os Estados Unidos esse ano, por causa das eleições, está mais essa coisa de eleição. América Latina, a gente até prioriza no Online, menos do que no jornal, acho que no jornal cobre mais, Venezuela, Colômbia. Claro que a gente noticia, não tanto quanto o jornal até porque não temos correspondentes. Em Buenos Aires, Caracas tem e também aproveitam mais esse material por ter gente lá. Mas não tem isso de um país específico, como eu te falei, tem coisas que são conflitos meio fixos e tem coisas como, eleição, eventos que vão acontecendo naquele momento viram destaque e vai variando. Claro! É óbvio que por ser o jornal do Brasil tem muito mais importância coisas que acontecem na Argentina, nos Estados Unidos do que em um país mais longe. Isso é normal.*

LS – Só para investir um pouquinho nessa discussão. Eu, comparando essas matérias, na França, por exemplo, que no início do

ano passado tivemos as eleições presidenciais, a cobertura ainda assim foi menor em relação aos Estados Unidos porque nesse momento também o presidente dos EUA fez uma visita ao Brasil, acho que foi em abril, e nesse sentido eu queria sua opinião. Em se tratando dos Estados Unidos a informação sempre ganha mais destaque?

DL – *Eu acho que é até natural. A gente teve especial de eleições na França, mas realmente não tem comparação ao tamanho da cobertura como a gente está tendo nos Estados Unidos, por exemplo. Mas eu acho que isso é natural, no caso da gente. Posso falar sobre a Folha. Foi uma orientação da direção do jornal, de eleger como prioridade esse ano as eleições dos Estados Unidos. A outra eu acho que era a eleição municipal e a outra olimpíada. Então, foram prioridades eleitas mesmo, uma coisa direcionada. Por causa desse pedido, dessa orientação da direção, a gente teve que investir. Não que a gente não ia cobrir; claro. Mas nós estamos fazendo uma cobertura maior até do que a gente esperava porque teve a construção da equipe e isso deve ir até o final do ano. Fora isso, eu acho que tem mais peso para o Brasil, não só para o Brasil e Estados Unidos do que a França, por exemplo. Não que não tenha importância, mas são pesos diferentes.*

LS – Não sei se você pode falar sobre isso, mas eu vou te perguntar e o que você puder me dizer você fala. Os horários de maior acesso em geral, quando se trata de sites jornalísticos, pelo que eu andei estudando até hoje, estão entre 8h e 10h da manhã, depois das 18h, das 20h. Você pode falar alguma coisa em relação a editoria Mundo, sobre as mais lidas, sobre o acesso?

DL – *Na editoria Mundo eu não sei de horário, a gente não tem acesso. A gente tem acesso só à audiência. Do site, em geral, eu sei que a audiência maior é de manhã e mais para o final da tarde, à tarde eu sei que é a audiência é mais baixa em geral.*

LS – Você é monitora, imagino que sim, as entradas, ou seja, as mais lidas o tempo todo? Como você faz isso?

DL – *É, a gente tem acesso. Tem os acessos às 20 páginas mais li-*

das. Se você vir, na própria home da Folha, aparece. Em cada editoria tem as cinco mais lidas de Mundo, as mais curiosas, que na verdade não é automático. A gente que clica lá para uma seção de mais curiosas e as mais enviadas por e-mail. Então dá para ver ali. Fora aquele que tem na página, a gente tem um acesso interno das 20 mais lidas do site. Aí dá para você ver por onde que estão entrando. Geralmente a pessoa está entrando pelo UOL, você vê por onde a pessoa entrou e qual foi a matéria.

LS – Como é que isso influencia no seu trabalho na edição? Você mexe na hierarquia das notícias na primeira página de Mundo, como é que você trabalha?

DL – Em Mundo, a gente não tem tanta essa preocupação com audiência. Geralmente as matérias que têm mais audiência são da Ilustrada, coisas mais assim, coisas de novela, tipo aquela coisa mais rápida. O Mundo não é uma editoria muito lida, porque não são assuntos que as pessoas procuram na internet. Algumas coisas sim, quando é aquela coisa mais curiosa, tem algumas matérias ou, por exemplo, quando é um mega atentado, tem coisas que chegam a ler, mas não é uma coisa que está justificando o tempo todo. Não que a audiência não seja importante para a gente, claro que é, mas tem coisas que você já vê que vai dar leitura. Tem vários assuntos importantes que estamos priorizando, a política internacional e os conflitos, mas ainda tem muita coisa importante que você não pode deixar de noticiar, deixar de priorizar na página por causa da audiência. Porque exemplo se você olhar na página tem aquelas “júbubas” [destaques à esquerda e acima na home da Folha Online] que a gente põe, aquelas “fotinhas” no cantinho na esquerda. Em Mundo conta uma coisa leve, não são fofoca. Vou dar um exemplo: Sarkozy, quando ele casou, quando se separou. Alguma coisa mais próxima, a gente põe ali. Mas eu não vou ficar pondo sempre isso na página por que vai dar leitura na Folha. Tem alguns sites que eu acho que já fazem mais isso, do tipo manchetar o príncipe Harry, uma coisa que vai dar leitura, mas vai mais da cara de tablóide. Na Mundo, a gente não tem essa linha, põe o que realmente

tem peso na notícia e coloca outras coisas também, mas não que vá priorizar só o que dá audiência.

LS – É a primeira vez que eu ouço essa nomenclatura, “jujuba”. Fiquei curiosa.

DL – É. Na verdade tem gente que chama “caramelo”. A gente que chama “jujuba” aqui.

LS – De fato, observando a imprensa internacional, eu fiz estágio, fiquei na França um tempo, percebi a grande diferença entre a importância da editoria internacional nos jornais da França e, não sei se você concorda comigo. Não só na Folha Online, mas eu imagino na Folha de São Paulo também é uma das editorias menos lidas pelo público brasileiro porque o público brasileiro está tão atolado de notícias nacionais, que a impressão que eu tenho é de que realmente, essas notícias ficam no segundo plano, você acredita nisso também?

DL – Eu não sei se, pelo fato de ter mais notícias ou não, nos outros países, na verdade, eu não acompanho muito, eu não sei se é tão diferente daqui, mas, pelo o que eu vejo no Brasil, com certeza, não tem como. Até porque é natural. Claro que tem gente que gosta, se interessa sobre o que está acontecendo no Tibet, Zimbábue, no Iraque, mas a maioria das pessoas não. Não dá para você competir os fatos internacionais com política, o que esta acontecendo aqui na política ou casos cotidianos, ou na Ilustrada. São assuntos que estão muito mais na realidade das pessoas, elas vivenciam.

Isso acontece mesmo, mas não tem jeito. É natural porque são outros países, vê mais quem se interessa, não é uma coisa que esteja ligada diretamente à realidade do leitor, por isso eu acho que fica uma coisa de segundo plano.

LS – A editoria Internacional é uma das em editorias que mais eu vejo créditos porque, obviamente, estão relacionadas às agências. Eu queria ter uma idéia sobre a quantidade de agências com as quais vocês trabalham.

DL – A Folha Online trabalha com a Reuters, Associated Press, em

inglês. A France Press e a EFE, a gente recebe em espanhol e também tem acesso a um site traduzido deles. Fora isso, recebemos material da ANSA, da LUSA, bem menos, mas também usa, e a BBC. Mas a BBC é um pouco diferente. A gente publica na íntegra, não pode mexer, é um acordo entre a gente. A gente publica do jeito que vem, por isso entra na própria página da BBC.

LS – Sobre os critérios utilizados para citar ou não uma agência. Quando você cita uma agência apenas é porque o material é só dela, mas vocês puderam editar, é isso?

DL – Os textos da EFE e da France Press são os únicos que vêm traduzidos, então os textos já vêm praticamente prontos. A gente dá uma editada, tem muita coisa de padrão da Folha, que é do manual, o que é caixa alta, ou baixa. Então, esses textos que vêm traduzidos, geralmente a gente muda o padrão, dá uma editada, uma mudada e ele vai para o ar assinado, “da EFE”, “France Press”, porque é praticamente o texto na íntegra da agência. Mas, vamos supor que eu tenho um texto da Folha Online, aí eu vou no site traduzido da EFE e pego uma informação que só eles têm, e a informação principal do texto [da Folha Online] é da EFE, então eu assino, “da EFE” e, em cima, “da Folha Online”. Ou então, outro exemplo, aconteceu um atentado. A gente pega informação da Reuters, da France Press e Associated Press. Eu pego um pouquinho de informação de cada uma e cito: “Segundo a France Express, 20 pessoas morreram”; “de acordo com uma fonte da Reuters”... Quando é assim, a gente faz um texto nosso e assina no pé com todas as agências que usou, a regra geral é essa. Se eu pegar um texto em inglês, em que não precise contextualizar nós não assinamos como Folha Online, apenas assina como Reuters, por exemplo. Um acidente de carro, um texto pequeno que não precise contextualizar.

LS – Quando você precisa colocar “da France Press em Paris”, quando você acha que precisa colocar o lugar?

DL - Geralmente a gente coloca, porque às vezes da própria agência vem o local, por exemplo, “da EFE Roma”. Em geral é colocado. Para saber de onde veio.

LS – Qual o nível de confiança nas agências? Quando você pega um texto, mesmo sabendo que elas tem nome, histórico é obvio... Você, Daniela, editora, confia plenamente ou tem que confiar plenamente em tudo o que está dito num texto de uma agência?

DL - *Não. Não que nós não confiamos, mas a gente nunca noticia nada que esteja numa agência só, mas depende da matéria. Se for uma coisa de importância menor, não é o assunto do dia, a gente pode até pegar numa agência só e colocar. Mas, se teve um mega atentado no Iraque, vamos supor, então a gente nunca vai dar uma informação dessa vindo de uma agência só. Já aconteceu muito isso, sobre o número de vítimas. A gente toma um super cuidado com isso, por que às vezes o fato acabou de acontecer, às vezes você acabou de dar os números e depois diminui, então a gente toma muito cuidado nesse sentido. Nunca pega informação numa só, sempre no mínimo duas, e quando tem atentados. Vamos sempre pelo menor número. Então supondo que Reuters esteja falando 20, a France Press 30 e a EFE 40, então a gente põe 20 e cita a Reuters e põe assim, ao menos 20, nunca pode cravar os números, sempre tem que ser cauteloso nesse sentido. Quando são coisas importantes dessa relevância, sempre ficamos com a anteninha ligada o dia todo. Para ver o site do CNN, nunca ficamos só com as agências, e nunca com uma agência só, justamente para não haver esse tipo de problema.*

LS – Você acompanha também a TV, ou tem alguém que faz isso?

DL - *A TV fica aqui do lado liga da o dia inteiro na CNN, porque se acontecer alguma coisa, alguma urgência, a gente já vê na hora. O online tem a importância da rapidez. Acabou de acontecer, já tem que colocar quase que imediatamente alguma coisa no ar, então é importante ficar sempre de olho.*

LS – No caso de uma urgência, coloca-se alguma coisa que já se tem com rapidez, mas vocês trabalham para atualizar nesta mesma matéria que já foi publicada ou publicam outra?

DL - *Pouco tempo, o caso do governador de Nova York envolvido*

no escândalo tal. Então a gente põe uma coisa rápida, dois parágrafos, no máximo três e aí já coloca no ar. Tem essa pressa de pôr, por causa da concorrência. Depois, você pega aquele texto curto que pôs e vai aumentando e vai colocando outras informações, contextualizando, explicando melhor, citando casos similares, lembrar outros escândalos parecidos, explicar mais quem é o cara. Quando é uma coisa assim, muito importante, a primeira coisa é publicar, em seguida você vai aumentando, contextualizando, porque, se não, demora. Então coloca a notícia na hora e depois aumenta com ele já publicado.

LS – Então você entra no sistema de publicação e trabalha na mesma notícia que você postou, não?

DL - Exatamente. Não que a gente não possa. Se passaram uma ou duas horas depois, eu nunca vou voltar naquela, já é um fato novo. Aí você gera outra, lembrando, você pode contextualizar, com tudo o que você colocou na primeira, mas aí você sabe de uma coisa, uma informação nova. Nunca a gente publica uma mesma nota, idêntica, sempre tem que mudar, nem que não tenha nenhuma informação nova, você dá um jeito de abrir para outra coisa, muda o texto, mas o mesmo texto não pode ser. E a gente também não fica voltando. Se daqui à uma hora surgiu coisa nova, põe um novo.

LS – Vocês chegam, na redação, a precisar fazer uma apuração e usar, além da internet, telefone? Ou vocês se atêm basicamente nas agências, até por causa dos custos?

DL - A gente usa também telefone, claro que não é tudo. Por que também não dá para apurar tudo por telefone. A gente se baseia muito pelas agências, mas com certeza, usa. Coisa como brasileiros em Londres, nós ligamos para a polícia, consulado, tem muitas coisas que dá para apurar por telefone, mas tem coisas que não tem como. Tem como se basear pela agência, mas dá para fazer entrevistas com analistas para dar uma visão diferente sobre os assuntos que estão sendo mais discutidos. De tudo, claro que é inviável, mas também é feito.

LS – Pelo que eu percebo, na Mundo, os dois formatos mais existentes são: notícia e entrevista. É isso? Não sei se você con-



sidera assim, ou considera como notícias, algumas entrevistas e alguns especiais ou tem outros tipos? Você me diria que existem outros tipos de formatos, reportagens, por exemplo? Pelo que eu observei, a maioria do material em que aparece a Daniela Loreto assinando são entrevistas, a maioria das assinaturas das agências são notícias, mas vocês também têm especiais, eu queria saber se têm outros tipos.

DL - A gente faz na medida do possível, claro que é muito mais complicado para se fazer uma apuração da editoria de Mundo do que de Cotidiano, até porque a fonte está longe, não tem como manter fonte em todos os lugares mundo. É mais complicado. Mas a gente faz reportagem, tenta dar esse enfoque para essas coisas didáticas, serviços, porque às vezes o cara não sabe que vai ter uma eleição no Paquistão, então a gente pega alguém que possa explicar. Às vezes as pessoas não sabem nem onde fica o Paquistão direito, então contar, explicar a história do país, o que está acontecendo, então a gente pega bastante jornalistas para dar uma “geralzona”, porque são assuntos, em geral, que as pessoas não têm muita familiaridade. Para quem cobre é comum, mas a maioria das pessoas não sabe o que está acontecendo no Afeganistão. Muitos países que as pessoas não sabem onde ficam no mapa, por isso quando a gente fala de algum país que não é muito conhecido, nós colocamos um mapa, aliás, até nos que são conhecidos, porque se não, a gente fica falando de uma coisa que as pessoas nem sabe onde ficam.

LS – Sobre a sua forma de escrever e até onde você se coloca no texto. Como editora você acha possível, não vê problema, é costume você emitir sua opinião sobre um tema que está acontecendo?

DL - A gente até faz. Até já fiz algumas vezes opinião, mas é mais raro, hoje em dia, a gente faz o factual, notícia, com agências ou apurando por telefone, ou a gente procura ouvir alguém que possa emitir uma opinião sobre aquele assunto. Raramente a gente se coloca dando uma opinião. É bem raro.

LS – Um especialista?

Livros LabCom



DL - *É! Alguém que entenda e possa dar um panorama para o leigo do que está acontecendo, de onde veio, origens, conflito, o que está o jogo. A Folha faz muito isso. Tendo um conflito no Tibet sempre pomos muitos "textinhos" didáticos de apoio junto com a matéria principal para a pessoa se situar no que está acontecendo.*

LS – Você vê diferença entre o trabalho interpretativo do jornalista com o limite da opinião ou para você é a mesma coisa? Interpretar e opinar são a mesma coisa?

DL - *Eu acho que não, ter ponto de vista crítico, é obrigação do jornalista. Você não pode nunca olhar um fato sem olhar crítico, tem muitas outras coisa por trás daquilo. Você tem que conseguir entender essas nuances para colocar de uma maneira que as outras pessoas também entendam. Tem que ter o outro lado, ser imparcial. Acho que isso é fundamental, não tem como escrever sem refletir sobre aquilo que está escrevendo, não tem como. Tudo é interpretação. O próprio repórter escrevendo um texto, a maneira como ele abre, o que ele priorizou daquele texto, o que ele vai colocar, o que vai ser destaque, qual vai ser o título, o que não vai entrar, tudo isso é um ponto de vista, interpretação. Muito mais para quem é editor, muitas vezes abre com uma coisa, mas você vai priorizar o que você achou legal naquilo, mas às vezes nem é o que o repórter tinha achado antes de escrever, tudo isso é uma interpretação, quando você escolhe um texto, você prioriza o que acha mais importante.*

Mas isso é muito diferente de fazer um texto em primeira pessoa, dando uma opinião do que você pensa sobre aquilo. Eu acho que é bem diferente, uma coisa é priorizar a informação que você acha que é fundamental, outra coisa é você dar opinião sobre aquilo. A gente tenta dar esse ponto de vista crítico, que é a interpretação, mas, raramente, a gente emite opinião sobre o noticiário.

LS – Quanto ao sistema de publicação “Leia mais”. O “Leia mais” geralmente são aquelas matérias relacionadas. Eu tenho observado que vocês têm começado a colocar no título–link, uma palavra que indique algo, não é uma notícia apenas. Você acha que é

importante colocar uma palavra que dê indicativa da linguagem e se você está satisfeita com essas opções de leia mais, por exemplo. Por que o sistema da Folha não diferencia, por exemplo, quando é uma matéria relacionada e quando é um especial de outro site. Na verdade vocês separam, “Leia mais” e especial, só que o que tem embaixo de especial é quando vocês sugerem tudo sobre a cobertura de um assunto, são como as tags... Você está satisfeita com essa possibilidade? Na hora de editar e resolver sobre as notícias, se você acha que isso resolve para o que você precisa?

DL - Minha única crítica em relação a isso é por que é tudo feito à mão. Ele não é automático. A gente tem de pôr um a um. Tudo que a gente for publicar, tem que buscar as últimas matérias relacionadas ao assunto, sempre as mais recentes, na verdade a gente que faz essa busca. Mas eu acho bom sim, porque se o leitor entrou naquela matéria, geralmente ele tem interesse em ler outras relacionadas àquele assunto.

E a especificação se é áudio ou vídeo, isso é uma orientação da chefia, para o leitor saber do que se trata, vídeo ou áudio, para não ter surpresa, entrar pensando que é uma coisa e na verdade é outra.

Para o cara perceber que ele pode, além de ler, ouvir o podcast que ele quiser, ver o videocast, a gente tenta colocar bastante hiperlink também, esses links duplicáveis. Você clica lá no Obama e vai para o perfil do Obama, ou todas as matérias que a gente faz do jornal, nós pegamos muitas coisas do “US Today”, que é legal. Então a gente faz uma matéria e diz: “Leia a íntegra em inglês no jornal X”. O cara clica lá e pode abrir. Eu acho que a internet é muito legal, a gente até tenta usar o máximo possível, mas nem sempre dá tempo para usar tanto quanto gostaria, colocar um monte de hiperlink em todas as matérias, eu acho que a internet é tudo, o diferencial. Eu digo como leitora de internet, você está lendo quer clicar. Não é tão linear como pegar o jornal e ler a matéria do começo ao fim. Uma coisa te leva a outra, um link te leva a outro. O jeito de ler internet é um pouco assim. Eu acho que é bem útil. A gente tenta usar o máximo que der. Às vezes

infelizmente por falta de tempo, não dá para colocar hiperlink. Se a cada texto que eu publicasse, eu enchesse de hiperlink demoraria. É uma ferramenta muito útil, usamos bastante dentro do possível.

LS – Você sente falta de infográficos animados para editoria?

DL - Ainda não temos essa ferramenta online para usar. Não é rotativo com o sistema. Eu lembro que a France Press mandava uns. A gente tentava usar e não dava, não era compatível, mas parece que já estão trabalhando para poder usar essa tecnologia também.

LS – Em que situação se escolhe fazer o videocast e qual a função dele para você?

DL - A gente faz de vez em quando. Eu não sei responder especificamente, dessa parte. Tem uma editora de multimídia, acho ela pode te explicar melhor. Eu não trabalho diretamente nessa parte.

LS – Então você é uma entrevistada do videocast em geral.

DL - Quando a gente grava, que os editores aparecem, a gente combina, faz comentando, falando sobre aquele assunto, mas existe uma editoria específica de multimídia que cuida dessa parte. É claro, junto com os editores também. Que nem o especial dos EUA, como é fixo, pelo menos uma vez na semana ou duas nós fazemos um vídeo novo para entrar ali. Não sei se você chegou a olhar a página do especial, mas na esquerda, fica uma caixa multimídia que fica em destaque com uma foto grande. Se for um vídeo velho, fica cansativo, então trocamos. Então eles não fazem e nem falam com a gente, às vezes dão a idéia, ou sugerimos ou eles, ou gravamos aqui, tem várias maneiras, áudio-galeria, ou grava na rua, mas se você quiser saber especificadamente sobre isso, fala com a Vivian [Vivian Hertz].

LS – Quando você fala no videocast você fala como editora, comentadora?

DL - Editor mesmo, a gente está fazendo menos aquele formato, estamos fazendo mais na rua. No começo era mais aquele formato: “Uma pessoa da editoria falando do assunto x”. Mas quando a gente fazia, tentava não fazer como estava idêntico no texto, se o cara quiser ver a mesma coisa, ele vai ler, não precisa assistir o vídeo. Estou dando

minha opinião. Eu acho que eles estão tentando diversificar para não ficar a mesma notícia falada, ficar uma coisa mais diferente. Põe um analista, tenta entrevistar alguém, ou faz áudio-galeria com imagem, tentam diversificar para não ficar uma coisa muito igual. Para ver a mesma coisa não precisa ver um vídeo. Acho que é mais ou menos isso.

Miguel Arcanjo,

Repórter da editoria ilustrada da Folha Online.

Entrevista realizada no dia 23 de abril de 2008.

LS – Você pode falar um pouco do seu currículo?

MA – Eu sou Miguel Arcanjo Prado. Sou jornalista, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, UFMG. Eu me formei em dezembro de 2006, sou recém-formado. Estou com um ano e cinco meses, digamos assim. Mas eu trabalho com jornalismo já há quase cinco anos, porque eu comecei [a trabalhar] bem no "comecinho" do curso. Eu comecei lá em Belo Horizonte numa TV comunitária, onde eu era produtor de um programa de crítica de mídia, tipo um observatório da imprensa local. Esse programa se chamava "Mídia em pauta". Fiquei nesse programa seis meses, depois trabalhei numa rádio comunitária, fazendo reportagem em um programa chamado "UFMG repórter". A gente fazia matéria depois distribuía para as rádios comunitárias de Belo Horizonte. Tudo gratuito porque eles não tinham conteúdo jornalístico. Então a universidade fazia esse tipo de conteúdo com os estudantes. Era bom porque a gente aprendia a fazer pauta, fazer matéria, e aí, no terceiro período, eu entrei para TV UFMG, que é o canal universitário lá de Belo Horizonte. Lá comecei como repórter de um telejornal diário local, então desde o comezinho eu sempre fiz TV. Fiz um pouco de rádio, mas estava mais direcionado para fazer televisão. Aí eu fui repórter da TV UFMG até me formar. Apresentei programa também, às vezes apresentava noticiário, então aprendi muito de televisão. Eu entrei como repórter, fui produtor, editor de telejornal diário, e cheguei a ser editor chefe durante um mês

Livros LabCom

antes de vir para São Paulo.

Foi muito rápido e eu era muito novo. E até porque também, os meninos eram, todo mundo era muito novo, sempre estudantes... Você envelhece rápido na TV UFMG. Com vinte e dois anos você é editor chefe do telejornal diário. É bacana!

Quando eu estava no quinto período, junto com a TVUFMG, passei para o estúdio da TV Globo lá de Belo Horizonte, que não é filiada, é Globo também. Na Globo eu fiz produção, entrei numa época muito quente que foi o caso de Marcos Valério. Era um caso que estava envolvendo Minas Gerais, porque era lá que estavam as notas fiscais, as empresas SMPB, DNA, então aprendi muito a ficar esperto. Já entrei o “bicho pegando”. Até porque um estagiário na TV Globo trabalha igual a qualquer outro profissional. Ele não é tratado como estagiário. Você faz, produz... E lá eu fiz várias coisas. Aí, na TV Globo, eu tive o primeiro contato com a mídia digital. Porqu,e logo quando eu entrei, tinha terminado de implantar a Globominas.com que era a filial de notícias locais da Globo.com em Minas. Eu cheguei a produzir telejornal, mas logo fui transferido para ser redator, repórter redator do Globominas.com. Eu tinha texto rápido e o texto bacana, eles gostavam, até por ter experiência como repórter na televisão, escrevia rápido, lidava em contexto, então me colocaram. Aí eu fiquei na Globominas.com fazendo reportagem, só que lá não saía, era só dentro da redação, telefonando e apurando. E ao mesmo tempo em que estava trabalhando na Globominas.com, a Globo implantou o G1, que utilizava o conteúdo da TV Globo, para transformar num site, e era o que eu já estava fazendo ali em Belo Horizonte, então fiquei de repórter do G1 em Belo Horizonte, isso tudo antes de formar.

LS – E a escolha pela área cultural?

MA – Como eu sempre gostei de cultura, sempre tive um pé na cultura, eu sempre tive contato com a malha cultural. Então passei também a cobrir cultura no Globominas.com e para o Globo Online em Belo Horizonte, tipo: Cacá Diegues foi lá e lançou um filme em Belo Horizonte, aí eu fiz a matéria para o Globo Online. No G1 cultura

eu dava nota geral, se fosse uma nota de cultura muito importante em Belo Horizonte, para virar nacional, o que é difícil.

LS – E quais os critérios para virar nacional?

MA – Você sabe, você é da Bahia, não é? Nem sempre vira nacional. Quando Cacá Diegues vai lá, ele vira [nacional], quando Marília Gabriela vai lá fazer a peça ela vira.

O G1 era composto por matérias do Globominas.com. No início ele não tinha tanta equipe, acho que agora ele tem. Tinha São Paulo e Rio de Janeiro, mas ele chupava as matérias e transformava em nota para o site. Chupava a apuração.

LS – Chupava a apuração?

MA – Por que a TV Globo tem uma apuração muito forte. A notícia que sai no jornal não é nem 1/10 da apuração, a TV tem muita apuração. Mas eles perdem em conteúdo, principalmente para o G1 que está minuto a minuto ali.

LS – Entendi...

MA – Então, eu estava fazendo faculdade, trabalhando como repórter na TV UFMG e trabalhando como estagiário na TV Globo. Não sei nem como é que eu arranjava tempo para fazer tanta coisa. Eu fiz monografia, "bonitinha" sobre o Cazuza. Eu peguei o Globo, o Estado de Minas e a Folha. O título chamava: Cazuza, reconstrução de um mito. Trabalhava com o que o jornal construiu de novo, quase vivo e palpável, encarnado no Daniel de oliveira, a imagem do Cazuza. Eu gosto da área acadêmica. Na época ia fazer mestrado.

No final do estágio da Globo, em dezembro de 2006, eu me inscrevi para o curso da editora Abril e passei. Falei para a Globo que não ia terminar o estágio. Todo mundo me deu a maior força, meus chefes, inclusive. Disseram que seria bom para mim. Vim para São Paulo com a cara e a coragem fazer o curso Abril. Você passa um mês com vários jornalistas do Brasil e aprende a fazer revista para editora Abril. Mônica Bergamo aqui da Folha, foi minha professora. Carlos Tramontina da Globo aqui de São Paulo foi meu professor. Tomaz Souto Correio da Abril me ensinou muito. Todos. Aí eu fiz o curso Abril por um mês.

E o curso abril é assim, você não tem garantia de nada, você pode ser contratado ou não.

LS – Para qualquer veículo da empresa?

MA – É, mais de 50 revistas, é um prédio deslumbrante, parece um Shopping Center. Eu não gostava de São Paulo, até hoje eu não sei se gosto muito, sou mineiro. Acho que é melhor para baiano e para carioca. Mineiro ele se adapta, mas... No início eu não gostava mesmo de São Paulo. Sempre pensei em formar e ir para o Rio de Janeiro. Até Salvador, pensei. Cobrir cultura em Salvador, correndo atrás do trio elétrico, virar assessor de uma cantora baiana, olha que vida boa?!

No curso Abril são 2500 estudantes inscritos, 50 são selecionados e eles contratam de cara 5 ou 6. Eu sempre tive muita sorte com esses processos seletivos. Aí eu fui contratado para Contigo. Já tinha esse histórico de ter entrevistado celebridades lá, mas tinha uma pegada cultural em Belo Horizonte, não tinha essa pegada de vida pessoal. Esse é o tipo de matéria mais difícil de fazer. Eu sempre fui, modéstia à parte, bom repórter e a Contigo me deixou melhor ainda, eu agradeço à Contigo.

LS – Porque é mais difícil?

MA – É! Eu acho que é a pior reportagem de todas. Eu fiz polícia em Belo Horizonte, fiz comunidade, fiz buraco de rua, fiz enchente e eu te digo: não tem nenhuma reportagem mais difícil do que fazer a vida de celebridade e fazer igual a Contigo. Por que a Contigo faz de forma séria, ela faz jornalisticamente. A editora Abril sempre brinca: "Se os repórteres da Contigo fossem da Veja eles não tinham perdido o furo do mensalão..."

Você tem que saber com quem a pessoa dormiu, com quem ela trepou, é uma loucura! Agora eu olho com mais respeito. No começo tinha preconceito que todo mundo tem, quanto mais a gente que vem da Universidade Federal, se acha muito inteligente porque fez a melhor faculdade do estado... Aí eu vim para a Contigo. De cara, em março de 2007, arrumei um apartamento, não tinha um parente em São Paulo, só tinha o trabalho. Foi aí que eu vi a crueza de São Paulo. Só quem

vem para São Paulo sabe o que é. Acho que no Brasil é a cidade que mais dá oportunidade e talvez seja a cidade mais cruel, em qualquer profissão, acho que no jornalismo também, porque São Paulo é dura e exigente no trabalho. Para quem vem de uma realidade mineira como eu, assim como para Caetano que é baiano: "Quem vem de um outro sonho feliz de cidade conhece de perto sua realidade...". Fiz Contigo durante quase um ano até finalzinho do carnaval, cobri algumas celebridades baianas Ivete, Claudia Leite...

LS – Você foi para Salvador?

MA – Não, não fui. Cobri os carnavais de São Paulo e do Rio. Tem o camarote da Daniela Mercury, mas foi outra repórter. Eu até iria, mas no final das contas, acabou que fiquei por aqui.

Na Contigo eu fiquei na sessão de teatro. Eu gosto de teatro, então sugeri que a Contigo fosse maior na seção de teatro. Era pequenininha. Aí aumentou a seção de teatro para duas páginas e eu passei a fazê-la.

LS – Você editava?

MA – Não. Tinha o editor de teatro, mas eu que via as peças e fazia os textos. Ele só colocava nos formatos da página. Ele montava, aí me ensinava a lição.

Fazia teatro, fiz uma seção que se chamava Intervalo, sobre mundo publicitário, ou campanhas envolvidas, conforme falava de celebridades, claro. Era o foco da revista. Fiz um especial BBB um tempo, mas eu detestava fazer sobre Big Brother e fazia o feijão com arroz, que era a vida das celebridades. Cada um tinha a sua celebridade para cobrir, festas, eventos, batizados, casamentos...

A Contigo me deu muita esperteza para fazer reportagem, fiquei bem mais esperto, enfim, aprendi a fazer revista. A Abril é uma empresa deslumbrante de se trabalhar, acho muito boa. Saí até com dor no coração. Recebi um convite de vir para cá, uma repórter aqui da Folha resolveu ir para Irlanda estudar inglês, conhecia de pauta até e ela me indicou para ficar no lugar dela. O Sérgio [Sérgio Ripardo, editor de Ilustrada] pegou algumas revistas Contigo, leu o meu traba-

lho, me chamou para conversar e aí gostou, foi com minha cara, com a cara do meu trabalho. Então eu pedi demissão da Contigo.

LS – E por que você escolheu vir para a Folha? Porque aceitou o convite?

MA – *Em primeiro lugar eu acho que a pauta daqui tem mais a ver com que eu gosto. É um material mais cultural, mais crítico. Até em relação a esse mundo televisivo, celebridades. Aqui nós temos audiências e o foco profissional é mais importante que o foco pessoal. Damos também Big Brother, mulher melância que vai posar na Playboy, mas tudo tem a ver mais com a profissão, com o mercado, com o dinheiro que se movimenta, do que com a pessoal propriamente dita. Segundo porque eu achava que já tinha cumprido minha etapa de Contigo. Fiquei quase um ano, fiz tudo: casamento, velório, enterro, novo namorado, e se eu continuasse ia continuar fazendo tudo aquilo... E também tinha o nome da empresa, eu já tinha passado pela Globo e pela editora Abril. Eu achava que era importante passar pela Folha, em termos de currículo, que é muito importante para essa nossa profissão, que é muito competitiva. São as três maiores [empresas] do país. Eu tenho 25 anos, passei pelas três. Eu acho que era bom, era bacana isso. Se a vida estava me dando essa oportunidade, porque não? E terceiro, pela visibilidade também. Eu acho que jornalista tem que ter a visibilidade na carreira. É importante! As pessoas têm que ver o seu trabalho. Se o jornalista fica muito escondido, acaba não sendo tão valorizado e as pessoas precisam saber que você deu aquela matéria, e, na Folha, as coisas repercutem, você faz a Folha Online... bomba! É muita repercussão.*

LS – Quantos meses de casa?

MA – *Eu entrei dia 18 de fevereiro, três meses. Eu sou repórter. O trabalho de repórter me chama atenção. Aqui você é repórter e é editor também. O Sérgio só chega às 2h da tarde, e eu entro às 8h da manhã e saio 3h [da tarde]. Eu só fico uma hora com o Sérgio. Ele conversou muito sobre isso na entrevista, que precisava de um repórter que tivesse experiência de chefia. E eu já tinha sido chefe de produção*

e tinha feito um trabalho de editor chefe do telejornal, apesar de ser muito novo, era trabalho de chefia.

Eu é que decido o que vai entrar na Ilustrada, quem monta a página, escreve as notícias, fica de olho nas agências internacionais, apuração, o que vai ser destaque ou não, o que vai ficar em destaque na foto e o que vai ser manchete. As principais decisões sobre edição sou eu quem tomo, inclusive as que a gente chama de “jujuba”, que são as notícias de celebridades que são as mais lidas geralmente, sempre !

LS – Por quê? Curiosidade?

MA – Porque é vida de celebridade, geralmente as pessoas gostam disso, de ver celebridades, curiosidades. Sempre tem uma pegada pitoresca, entendeu? É Playboy, quem vai posar na Playboy? Roberto Carlos que vai fazer um show, geralmente é mais pitoresco.

LS – Vocês monitoram o tempo todo. O que você pode me dizer sobre o acesso. Os horários de acessos...

MA – Não sei se eu posso falar sobre isso, porque não fico monitorando muito, quem faz isso é a Lígia [Lígia Braslauskas, editorial geral]. O que eu posso dizer é que a Ilustrada é uma das editorias mais acessadas. As pessoas gostam de acessar cultura, principalmente falando dos famosos.

LS – Você tem informações sobre o caderno Ilustrada impresso?

MA – Nós publicamos muitas matérias no impresso de manhã, mas quando eu chego, não vou conseguir escrever 20 matérias. Eu preciso atualizar rápido o que as coisas vão chegando.

Quando as pessoas ligam o computador de manhã elas não querem ver a notícia de ontem, elas querem ver as notícias de hoje. Então eu pego as notícias dos jornais e coloco. São as primeiras que coloco no site, as notícias da Mônica Bergamo, do Daniel Castro, da rede de televisão e depois eu começo a produzir as minhas.

O que acho importantíssimo aqui, é que o repórter sai para rua, o que é ótimo, eu acho primordial. Porque se fosse igual ao Globominas.com que eu ficava trancado na redação seis horas apurando, eu ia detestar. Você não conhece ninguém, as pessoas não te conhecem e

você não tem cadernos de fontes. Hoje eu tenho um caderno de fontes muito bom, graças à Contigo, porque eu circulava. Você tem que circular! Ninguém passa furo para quem não sabe quem é o Miguel Arcanjo da Folha Online, e daí, se ninguém conhece sua carinha preta, no caso da minha.

[A Ilustrada] é muito acessada, posso te dizer com certeza. As notícias mais acessadas são sobre celebridades. Nós mantemos uma linha editorial que tentamos equilibrar sempre, damos notícias sobre o lançamento do livro que ninguém vai ler e damos notícias das exposições do MASP, entendeu? As menos lidas são do cantor de bolero lá da Espanha que vai vir fazer um show. Eu tenho uma veia mais popular, os repórteres da Ilustrada têm veias diferentes. Somos três, atualmente. Isso foi uma coisa informal, o que é deslumbrante no trabalho, na minha opinião.

O Tino ele tem uma pegada muito internacional, ele sabe do disco da Madonna, sabe da banda, sei lá, que ninguém conhece, mas que tem um público que gosta disso. A Daiane tem uma pegada mais à disposição do Aznavour, ela foi entrevistar, conhece ele e eu nem sei quem é. E eu tenho uma pegada muito boa de televisão e de teatro, eu gosto. Conheço o povo de televisão, eles me passam as coisas, eu sou mais popular!

Eu brinco: quando a home está comigo de manhã ela está mais popular, à tarde ela vai ficando mais "classuda" e à noite ela fica mais internacional. Jornalista imprime mesmo sua marca. São escolhas...

LS – Você acha que tem mais liberdade aqui?

MA – Total. Claro que se morrer uma pessoa e eu não der... Você tem que fazer o que todo mundo vai dar, mas você tem a liberdade de fazer a matéria que você quiser. Eu fiquei impressionado quando entrei aqui que eu encontrei o Sérgio [Sérgio Ripardo, editor da Ilustrada] e aí ele me falou: “Ah, assiste o capítulo da novela e faz uma crítica, da novela que está estreando”. Ele já teve essa confiança de pode olhar e falar assim: é um menino, mas pode fazer. A Folha tem muito a confiança no jovem, de acreditar e tirar esse mito de que se precisa ter

quarenta anos para você ser bom jornalista. Às vezes se tem 40 anos e é horrível, às vezes se tem 25 e é bom. Acho que não tem a ver com a idade.

LS – Quais são os tipos de textos que você produz?

MA – Primeiro lugar notícias, que são as coisas que estão acontecendo e que chegam através das agências, no caso das internacionais que nós não apuramos. Às vezes apuramos coisas que as agências erram: quando as agências falam que é sueco e depois é suíço. A gente dá uma checada também. Nós não apuramos a notícia, apuramos pela internet. Notícia de televisão, notícias nacionais que chegam através das assessorias, a gente apura, ou que nós mesmos caçamos, vamos atrás. Tem muitas notícias sobre o que está acontecendo, por exemplo, eu vi o Pânico no domingo, em que eles estavam fazendo a campanha “Fiscalizou está na TV”. Eu assisti o Pânico, estava assistindo aí pensei, vamos repercutir, fazer uma matéria sobre isso. Aí liguei para o Pânico para saber como surgiu a idéia da campanha, liguei para o Chico Anísio ontem, mandei as perguntas, ele me respondeu, falou que queria voltar, mas a Globo não deixa, que se a outra emissora quiser pagar o tanto que a Globo paga, ele saí da Globo. Isso ficou dia inteiro no Folha Online e no UOL. E foi uma notícia que surgiu quando eu estava em casa, assistindo o Pânico, aí pensei: “Vamos colocar essa história para funcionar”. Se você consegue falar com as pessoas, beleza!

Falei com o Vesgo do Pânico, com o Chico Anísio, duas matérias que fizemos assim, fizemos enquete: Você acha que o Chico deve voltar para a TV?

Notícias, análises também. Geralmente temos um tópico de comentário, esse aí é opinião mesmo. Comentários você tem a liberdade total de dar sua opinião, de falar o que você acha e criticar também.

LS – Qual a diferença entre crítica e análise?

MA – Para mim, a crítica é mais embasada, a análise ela é mais pessoa. É é tanto que eu coloco lá “comentário”. Você sabe que é o comentário do Miguel Arcanjo Prado. Nisso ele pode gostar ou não

gostar. Já a crítica, você tem a obrigação de se explicar, porque que você está criticando aquilo, uma coisa é por isso, com base nisso, funcionou em tal programa, mas tem opinião também. No caso, nos dois tem opinião.

Temos entrevistas também, ping-pong, notas, notinhas e reportagens também.

LS – Você não está se referindo ao especial não, não é?

MA – Não, às vezes pode ser especial. Por exemplo, eu fui para Curitiba cobrir o Festival de Teatro de Curitiba, fiquei 11 dias lá. Então tinha uma página especial na Ilustrada só com notícias de Curitiba, que eu atualizava de lá com reportagens grandes sobre o festival.

Reportagens do dia-a-dia: “Mulher melancia vai lançar Playboy no Ceasa”. Aí eu fui lá, conversei com o povo, às vezes eu faço matéria de clima também e lançamento de alguma coisa. A gente vai lá, sente o clima, vê o que alguém está cochichando... A Mônica Bergamo usa muito isso também. Esse não é um tipo de reportagem que você chega e pergunta a um jornalista, você chega e sente o clima ali. Isso é o que as pessoas mais odeiam.

LS – Quais são as competências do jornalista – repórter?

MA – Para mim um bom repórter deve estar bem informado, sobretudo na área que ele faz, as outras também, ler tudo de todos os jornais possíveis e internet. Ele deve, antes de tudo, saber o que é notícia e o que não é.

LS – E o que é notícia para você?

MA – É o que interessa às pessoas ou o que é importante para as pessoas saberem. É o bom critério de noticiabilidade. Que é o interesse público e interesse do público, os dois são importantes. Mas depende também da área que você cobre. Se eu estou cobrindo cotidiano é outra pegada. É pensar um pouco como o seu leitor, o que ele quer saber, o que é importante para ele.

LS – E quem é o seu leitor?

MA – Vários tipos de pessoas. Nós temos todo o público, mas eu diria que prevalecem os mais jovens digamos entre os 20 e os 35 anos,

deve ser a maior parte. Nós temos também leitores mais velhos. E um leitor muito esperto, um leitor inteligente, é um leitor estudado, e é um leitor que fuça o tempo todo, porque a Folha tem um organismo que chama comunicar erros. Se você escreve qualquer coisa errada eles te falam e vão exigir que você coloque o certo. É um leitor que sabe mais do que você sobre aquele assunto. Se eu for escrever sobre RBD [banda mexicana Rebeldes], os eleitores sabem infinitamente mais sobre essa banda mexicana do que eu. Se eu colocar qualquer coisa, uma vírgula errada, eles vão encher meu email. A linha da Folha tem essa postura. Ela dá o erramos. RBD nasceu em Guadalajara ou na cidade do México. Se o repórter errou, vai estar no "erramos", o que o torna muito responsável pelo que faz. O leitor está ali, e ele comunica com a redação o tempo todo. E todo mundo recebe os erros de todo mundo. Eu acho muito bacana. Eu não lido isso como pressão, lido muito bem com isso.

Ouvir todos os lados possíveis. Apurar exaustivamente, qualquer dúvida volta e apura, apura, apura. Eu prefiro um bom apurador do que alguém com um texto brilhante, se tiver um texto que vá, edita-se. Um bom repórter precisa saber perguntar, fazer as perguntas certas, colocar as pessoas na parede, colocar o dedo na ferida, eu não tenho vergonha de virar para o ator que esqueceu o texto de uma peça e perguntar como ele fez com isso agora. Os repórteres ficam chocados com isso.

LS – Com relação às dúvidas e em relação à apuração. Você expressa essas dúvidas no texto?

MA – Ou você atribui a informação a alguém, ou você se atribui. “Folha apurou” e você assume isso ou você diz que não tem ainda, que estão tentando descobrir.

LS – Se eu lhe disser que eu acho que o jornalista, além de tratar da realidade ele faz previsões da realidade, você diz o quê?

MA – Na bilheteria, todos os ingressos foram vendidos, estão esgotados. Eu não coloco que vai lotar. Se metade for numa festa e passar mal e não for ao teatro? Eu acho errado jornalismo fazer previsão,

jornalismo não é Mãe Dinah. Não tem que estar fazendo previsão. Eu acho que jornalismo tem que se fazer em argumentos, em fatos, argumentos para informar alguém e vai ser muito claro isso.

LS – Então para você o texto, a notícia é argumentativa? Pensando agora, você acha que um texto que muita gente diz que não é um texto notícia e argumentativo, ele precisa ser baseado em argumentações?

MA – Acho que depende muito do texto. Eu acho que o jornalismo tem as regras, tem algumas regras que não são tão imóveis, duras. É tudo muito instintivo. Ninguém fica pensando “Ah, essa notícia me argumenta...”.

LS – É só provocação mesmo...

MA – É, nós fazemos. Isso é fácil. Um bom jornalista não fica pensando demais, se ele fica pensando demais, não faz nada. Se ele quiser pensar muito, ele entra numa universidade, fica lá dois anos e depois volta a trabalhar. Porque é diferente, eu sei o que é uma academia.

Por exemplo, eu fiz uma matéria do Charlie Brown Junior, o Chorão, ele foi expulso de um vôo. Era meu plantão num sábado e, na época, o Chorão tinha sido expulso de um vôo da GOL, no aeroporto de Cumbica. Então ligamos para saber que horas ele foi expulso, qual vôo era, para onde ia, por que ele foi expulso, o que a GOL alega e o que Chorão alega e aí embaixo você falava: “Histórico de brigas”. É uma argumentação, eu fiz esse tópico, foi uma opção minha. Como jornalista eu coloquei: “O cantor, em 2000 brigou com o outro do Los Hermanos, deu um soco no nariz no aeroporto de Fortaleza quando eles se encontraram, porque o vocalista tinha falado mal dele numa entrevista”. Isso é uma argumentação. A notícia do dia era aquilo. O cantor Chorão tinha sido expulso do vôo, isso foi um fato que aconteceu. A partir do momento que ele tem um histórico de brigas e que deu um soco no nariz do outro, o que é óbvio, eu não sou idiota, não vou fingir que sou um santo porque é muito bem provável que ele tenha xingado a aeromoça mesmo. Eu não coloco isso de uma forma clara.

LS – Você não diz isso não é?

MA – *Eu não posso dizer isso, porque seria uma opinião, como é que vou falar o que ele fez? Eu não estava no avião. Mas eu posso dizer que ele tem histórico de briga, porque isso ele tem. Mas de certa forma sempre influencia o leitor a achar que ele xingou a aeromoça mesmo. Mas se você me perguntar se eu pensei tudo isso? Não, isso não é pensado, isso a gente faz no instinto. Depois a gente deu a versão dele, ligaram para cá falaram dele, que era tudo mentira e isso é muito subjetivo. Se eu fosse fã do Chorão, eu não colocaria o histórico de brigas dele, eu colocaria notícias porque tem que dar. Isso é muito pessoal, eu que escolho.*

LS – Para você o que é o "Leia mais"?"

MA – *"Leia mais" é muito importante, principalmente para audiência do site. Porque ele vai fazer com que o site tenha mais cliques, vai fazer com que o leitor navegue mais dentro do site, deixa ele ali amarrado, são notícias que têm a ver com aquela que você publicou. Numa notícia de Madonna, eu não vou publicar "Leia mais" sobre "Aguinaldo Silva conta o fim de duas caras". Então tem que ter uma ligação. Os de baixo [leia mais] são publicitários. Você pode colocar até sete. Se você acha que a notícia vai ser muito lida, põe mais links.*

LS – Mas você faz isso na mão, não é?

MA – *Na mão, você caça lá. Mas a publicidade não sou eu quem coloco, tem uma menina só fazendo isso, e tem um especial que diz assim: "Leia tudo que já foi publicado sobre o Chico Anísio".*

LS – Ali é banco de dados?

MA – *Você faz à mão. Você faz a busca, clica no link da busca, coloca Chico Anísio entre aspas e coloca o código, tudo à mão.*

LS – Em geral o parâmetro é o nome?

MA – *Ou "ler tudo sobre Aguinaldo Silva", ou "ler tudo sobre duas caras", ou "ler o especial novelas..." É especial, não é uma notícia. Especial é uma coisa mais abrangente.*

LS – Você acha que confunde especial nesse sentido e especial reportagem?

MA – *Sei lá. Não pensei nisso ainda. É uma boa opção.*

LS – Você se sente satisfeito com o sistema? Se você acha que alguma coisa te prejudica muito no trabalho ou não alguma coisa muito boa?

MA – *Bom, quando eu trabalhava no sistema da Globominas.com. O da Globo é CMA. Eu prefiro o daqui. Muito melhor.*

LS – Por quê?

MA – *Porque o de lá era tão idiota que se você quisesse colocar alguma foto lá, o próprio repórter tem que pegar a foto, colocar no photoshop, cortar ela e, o pior, ela tem que ficar em vários formatos. Aqui você tem uma pessoa só na fotografia para fazer isso. Eu acho que o repórter não tem que ficar no photoshop, tratando foto, ele pode até fazer isso, mais vai perder muita notícia e vai se ferrar.*

LS – Você pode colar quantas fotos em uma página de notícias?

MA – *Duas ou três no máximo, depende do tamanho. Tem notícias que eu pego da Mônica Bergamo para notinha e ponho aqui, e às vezes eu tenho que colocar uma foto.*

LS – Você não sente falta de vídeo ou infográfico, outros recursos?

MA – *Eu faço vídeo, é ótimo, vídeocast. Eu fiz com a Mariana Darci. Fiz uma peça, fui aos ensaios.*

LS – Você quem escolhe?

MA – *Eu que escolho, sou eu que faço. Aí eu converso com a Vivian [Vivian Hertz, editora de multimídia], falo: “- Vivian, tem essa pauta. Você acha legal?” Aí a gente agenda o horário porque só têm duas câmeras, e têm o caso Isabela, tem o pai que vai depor, e agora nós vivemos um momento único. Isabela, terremoto e o “padrinho” no balão. Vou fazer uma girada cultural. Vou sair agora à tarde para gravar com Jair Rodrigues. Eu acho deslumbrante aqui, eu faço podcasts, que é igual a rádio. Vai lá e grava. Você pode entrevistar as pessoas no áudio. A Mara Manzam, que eu entrevistei, que está com câncer, teve o áudio “escute aqui” e o povo escutou ela chorando, afinal jornalismo é isso. O leitor adora quando têm o “Ouça aqui”.*

LS – Quantas linguagens, você que já trabalhou com televisão...

MA – *Eu acho que quanto mais, melhor, tipo assim: “Assista Mara Manzan chorando”, “Ouça Mara Manzan chorando”. Internet eu acho que é isso. Eu acho deslumbrante ter essa idade e estar trabalhando no veículo em que eu faço isso. Porque você faz qualquer coisa, você faz televisão, posso sair daqui e ir para um rádio, ou sair daqui e ir para uma revista de novo. Eu escrevo, eu gravo "videozinho". Foi época em que o jornalista era só o que sabia escrever. Se ele está nessa ainda...*

LS – Jornalisticamente, eu gostaria que você pensa sobre as diferentes mídias. Você acredita que cada uma dessas linguagens tem o seu lugar? Na internet, por exemplo, a gente pode usar tudo, texto, áudio...

MA – *Eu acho que tem que ver a necessidade. No caso de Mara Manzan, eu sabia que era importante ter a voz dela. Porque é uma notícia que vai tocar as pessoas, elas vão se identificar, quem teve uma mãe com câncer, por exemplo. É uma notícia de emoção, Mara Manzan com câncer deixou a novela. Eu sabia que tinha que gravar, nem que fosse o áudio. Eu pedi a ela e ela autorizou. Falou, chorou, na entrevista, em termos de audiência, foi ótimo para o site, porque teve muito acesso. Então você vê que isso foi uma coisa importante, o jornalista tem que ter sexto sentido. É uma coisa técnica também, não é só sexto sentido. Por exemplo, ontem Chico Anísio. Seria legal ter o áudio dele, mas ele não quis falar. Só quis "falar" por e-mail.*

Vídeo, nós fazemos para cultura quando dá uma peça que a gente acha bonitinha, ou show que aí tem um cantor cantando. O Roberto Carlos, eu fui ao show dele. Localizamos a Hebe [Hebe Camargo] na platéia, as pessoas gostam de ver a Hebe na platéia. Um show que é muito importante, a gente vai dar a notícia, fazemos imagens, Mas no caso da Isabela, as pessoas gostam de ver o pai saindo da cadeia, indo depor, as pessoas gostam de ver. Mas muitas notícias não precisam uma exposição, por exemplo, basta uma foto e o texto. Eu vou fazer um podcast da exposição para quê? Quer ver uma coisa desinteressante,

Livros LabCom

é essa overdose de veículos na cabeça do eleitor. Ninguém vai escutar o cara falando sobre um quadro da Tarsila Amaral. A não ser que seja a Ivete Sangalo falando, o leitor precisa ouvir uma coisa forte.

LS – Com que tipo de fonte você fala mais?

MA – Eu falo com os próprios artistas, tenho um caderno muito bom de fontes, porque eu trabalhei na Contigo, isso eu devo à Contigo. Cheguei a São Paulo com o caderno de fontes de Belo Horizonte. Hoje eu tenho o telefone celular da maioria dos artistas. Se eu ligo, eles atendem. Eu falo com os artistas, com os assessores dos artistas, os assessores das emissoras e com outras pessoas que trabalham nas emissoras, que podem ser atores, maquiadores. Porque notícia boa, ninguém vai contar em “on”. Produção, assessores de casa de espetáculos, as pessoas já me conhecem da Contigo. O bom jornalista tem as suas fontes, as minhas fontes são minhas e os jornalistas burros dão e-mail da empresa. Depois que eu saí da Globo, eu saquei que precisava dar o meu e-mail, as minhas fontes mandam coisas para o meu gmail, por que elas são minhas. Jornalista tem que fazer fonte. Jornalista que não tem fonte não é nada, mas isso é na área de cultura. Você quer fontes na rede Bandeirantes, vá almoçar na Bandeirantes um dia de tarde. Meu trabalho termina três horas. Às vezes eu vou para lá e fico na gravação do “Dance, dance, dance” [novela da TV Bandeirantes]. O maquiador está trabalhando? Vai lá, bate papo com o maquiador...

LS – Você é jornalista 24 horas?

MA – Eu sou. Saio daqui 3 horas da tarde e fico na internet em casa. E às vezes eu vou para festa à noite, e eu não conto esse horário de trabalho, mas eu estou trabalhando. Eu vou para festa conversar com as pessoas. Porque a gente recebe muitos convites para festa, porque é Ilustrada. Todo mundo que quer que você vá à festa. Nem sempre você fala, mas você vai à festa. Às vezes você vai à festa da Christiane Dior, e é uma festa insuportável, só pessoas ricas insuportáveis. São todos insuportáveis. Quem pensa que esse mundo é de glamour, coitado, não tem glamour nenhum. As comidas são horríveis. A comida na casa da minha tia lá em Mussurunga, em Salvador, é muito mais

gostosa.

LS – Qual o meio que você mais usa? Telefone, e-mail...

MA – *Telefone, em outras áreas você pode conseguir coisas por e-mail, mas na área de cultura, se não te conhecer, você não vai ter furo.*

LS – Não importa o veículo? Sendo digital, impresso ou na TV?

MA – *É papo, pessoa e festa. Aí você pode trombar com a colega Maria [Glória Maria, ex-apresentadora de programa da Tb Globo]. Ela pode te contar que vai sair do Fantástico, se ela for com a sua cara, ou se ela te conhece ou se você já fez uma matéria na casa dela e ela gostou, achou boa. E não ferrar com a pessoa, porque se você for ferrar com a pessoa, liga para ela antes e avisa. Se você realmente precisar dar, liga e avisa. Depois você vai ter que ligar mesmo para ouvir o lado da pessoa, então liga logo e diz: “Olha, vou ter que publicar”. A pessoa vai te respeitar, porque você não vai ser uma pessoa puxa-saco, que só faz matérias boas sobre ela, mas também quando você faz matérias que ela não vai gostar, você avisou. Ela não vai ser pega de surpresa. As coisas que eles mais odeiam é quando abre e está lá. Provavelmente alguém vai ligar para ela e vai contar, então seja você mesmo, o autor da matéria. Isso te dá uma credibilidade, como tem fontes minhas que eu já fiz isso, e essa fonte me respeita.*

LS – Então a credibilidade está mais ligada a você do que ao veículo?

MA – *Muito. Inclusive vou contar um caso isolado aqui. Eu fui ver uma peça de comédia, “stand-up”, que só falava de gays e portugueses. Aí eu falei que as piadas eram velhas fórmulas, não eram boas. Ele me mandou um e-mail, o autor da peça, dizendo que estava com muita raiva. Então as pessoas não são agressivas, mas também você tem que botar banca. Você tem que dizer “- Olha, meu querido, fui convidado para assistir como jornalista”, e piada não é só o que Ary Toledo faz. A piada é uma colocação engraçada para alguma coisa. O Aurélio me dá margem para dizer isso. Possa ser que eu encontre com esse cara amanhã no teatro, um deles vai virar a cara, outros não, isso*

é normal.

É fazer amizade, e não deixar que essas amizades se transformem em prisão. Eu tenho amigos nas assessorias de emissoras, mas eu falo mal dessas emissoras.

Vivian Hertz,

Editora de multimídia da Folha Online.

Entrevista realizada em 23 de abril de 2008.

LS – Me conta sobre seu currículo...

VH – Eu sou formada em publicidade, trabalhei muito tempo em televisão. Mais tarde eu passei um tempo fora, fiquei morando na Inglaterra e, na volta, comecei a fazer a faculdade de jornalismo. E fiz esses três anos de jornalismo, e praticamente continuei fazendo o que eu já fazia. Fiz em menos tempo, porque eliminei muitas matérias. Com jornalismo, eu trabalhei em assessoria, fui responsável por uma assessoria de imprensa por um período. Eu trabalhava no SBT, na equipe de jornalismo de Santos, onde eu fiz um pouco de tudo. Minha formação sempre foi direcionada para a TV. Eu sempre me interessei por produção, fotografia, direção. Tudo relacionado a isso eu sempre me interessei, porque eu sempre gostei de roteiros, de escrever. Então minha história era bastidores, produção. Essa coisa de apresentar é só um detalhe, é 10% do trabalho e isso eu tive que aprender: trabalhar a voz, aprender a apresentar, aprender a me comunicar.

Quando eu terminei, vim pra Folha fazer um freela para escrever sobre livros no ano passado. Eu fiquei em abril no Agora, em maio vim pra Folha Online, fiz um teste e fiquei aqui até setembro, quando fiz outro teste, para vídeo. Fiz um piloto que acabou indo para o ar e então eu assumi a editoria. Isso foi em agosto do ano passado. Então, no Grupo Folha, eu entrei em abril, no Agora, Folha Online em maio até agosto, e então assumi a editoria.

A editoria de multimídia, a linguagem, é uma coisa relativamente nova, porque os sites estão tentando encontrar qual a linguagem. Não pode

simplesmente ser igual à televisão. Ninguém vai ficar uma hora na frente do computador assistindo um telejornal. Aqui a gente tem dois ou três minutos para cada vídeo. Nós não temos muito como fugir da linguagem da televisão, a gente dá a informação, tenta trazer a imagem daquilo, como se fosse um adicional das matérias. As pessoas lêem a matéria e querem ver as imagens sobre aquilo que elas leram. Então, nós tentamos complementar as matérias. Isso com factual. No caso da Isabela, do Cabrini que foi solto... Então a gente foi lá, fez umas imagens, complementou a matéria. A gente teve mais de 100 mil acessos.

LS – Esses foram os maiores acessos? 100 mil/dia?

VH – Nós não temos, dentro da página, um lugar chamado multimídia. Nossa audiência está ligada à permanência do vídeo na home. Nas horas em que ele fica disponível, tem acesso. É claro que tem outros casos, quando, por exemplo, outros sites puxam, dão link.

LS – De uma forma geral, os formatos que você produz são todos vídeocast?

VH – É. Temos o factual e também quadros fixos. Segunda-feira, vamos dar um vídeo para o “Folha Teen”, que é um caderno da Folha. Terça-feira tem um programa sobre livros, se chama “Olhar literário”. Na quarta-feira temos um fixo sobre o centenário da imigração japonesa. Quinta-feira é um programa do Gilberto Dimenstein, que ele sempre traz um personagem da coluna dele. Sexta-feira é o dia do “Guia da Folha” e sábado, normalmente tem alguma coisa de esportes, por causa do final de semana. Os meninos aqui da editoria geralmente gravam os vídeos, sempre temos essa colaboração. E domingo, temos o caderno de emprego e negócios da Folha.

LS – Vocês têm uma grade fixa e os factuais.

VH – Isso. Temos uma gradezinha e o factual.

LS – Dá uma média de dois ou três vídeos por dia?

VH – Isso, nessa média. Dois, três, ou mais. A gente usa alguns vídeos da BBC e tem os podcasts. Fazemos 50% vídeos e 50% podcasts.

LS – Você sempre apresenta todos?

VH – *Não, necessariamente. No começo fazia porque só tinha eu. Agora nossa equipe aumentou.*

LS – Qual é a sua equipe?

VH – *Aqui em cima eu tenho quatro pessoas: dois câmeras cinegrafistas e dois repórteres que apresentam também. Eu tenho percebido, inclusive nas outras redações e também através dos perfis daqui, que o pessoal tem procurado aqueles cursos de editor, apresentador. Eu acho que todo mundo que se forma hoje deveria saber. Hoje, as pessoas que eu entrevisto, devem estar nesse perfil.*

LS – Seria uma média de três?

VH – *Três ou quatro por dia. No mínimo três. Final de semana entram dois, porque a gente deixa as coisas programadas. Quando acontece alguma coisa no final de semana, a gente faz.*

LS – Você conversa com os editores, decide, escolhe a quantidade de vídeos a serem feitos? Como você faz essa escolha?

VH – *O que rende imagem, o factual e a manchete do dia. No caso de hoje, o tremor. Vamos pegar um especialista para gravar um podcast. Em contrapartida, o pessoal de vídeo vai sair para o lugar onde teve o tremor, para pegar o depoimento do pessoal. O que a gente não consegue imagem, a gente supre com podcasts.*

LS – No sistema, geralmente, podcasts entram junto com o vídeo?

VH – *Tem um espaço na home que chama multimídia, em cima é o vídeo e em baixo é o podcasts.*

LS – Então vocês têm, em geral, três a quatro vídeos e três a quatro podcasts?

VH – *É o mesmo caso. Tem as colunistas fixas, que participam pela semana, tem repórter de Brasília, a gente vê quem tem de correspondente fora. Sérgio D'ávila e Daniel Bergamaço, que são as duas pessoas que colaboram nos Estados Unidos. Fabio Zanin, i que acabou de filmar uma entrevista com Lula...*

LS – Sempre o critério é a notícia?

VH – *É. E nós temos os pods fixos. Temos o Plínio de Alencar, que*

é o repórter especial de Brasília. Ele grava um podcast toda quarta-feira.

Temos três podcasts por dia, fora o factual. Domingo tem Soninha, o Valdo Cruz...

Duas pessoas trabalham no estúdio. Eu sou a responsável pela editoria. Aqui é o vídeo, lá é o pod.

LS – Então sua equipe é de...

VH – Seis pessoas.

LS – Vocês têm reuniões de pauta?

VH – Reunião de pauta a gente não faz, não dá tempo. Vemos qual é manchete do dia, começamos a correr atrás. Até porque as pessoas têm horários alternados. Por exemplo, no “pod” tenho uma pessoa de manhã e outra à tarde. Então eu tento fazer eles se intermediarem para poder revisar todos os textos. Então normalmente eu chego às 9h e fico até umas 19h, na internet. Quando está tranquilo, eu consigo sair às 18h.

LS – Você revisa todos os textos?

VH – Sim. Tem que revisar tudo. É, os textos sim. O podcast eu ouço daqui, vejo como é que está.

LS – Você edita? Ou eles editam, entregam e você só confere?

VH – Isso. Antes de liberar, eu assisto. E antes de pôr no ar, eu assisto novamente para ver se tem algum probleminha no áudio, para dar a última conferida.

LS – Então, basicamente a produção, é somente os vídeos e os podcasts?

Isso.

LS – Eu queria saber um pouco sobre seus compromissos como jornalista. O que você me diria, por exemplo, da reportagem para editoria? Como você definiria a diferença entre comportamento e compromissos do repórter e os seus?

VH – Primeiro, a gente está na Folha, então não existe um padrão. Você está falando mais da parte de compromisso técnico nosso? Eu falo para eles, a gente não tem um estúdio ainda, isolamento acústico,

mas em contrapartida podemos fazer um programa profissional, cuidar da imagem, não colocar coisa tremida, desfocada, compor um fundo bacana. Tudo isso nós tentamos fazer. Eu acho que ética é uma coisa muito complexa para ser discutida, mas, tem coisa que dá para você manter. A questão da objetividade, por exemplo, também acho que é uma coisa complexa e que não cabe a gente discutir.

Mas é lógico que a gente não vai fazer sensacionalismo igual ao caso da Isabela Nardoni. É lógico que nós não vamos pegar o popular xingando ou fazer algum tipo de reconstituição. Não há necessidade. A gente vai mostrar o que está acontecendo, tenta complementar as matérias daqui.

Então, se o pai do rapaz foi lá se pronunciar, fazer um depoimento, então a gente pega no final. Ninguém põe opinião ou fala o que acha. Opinião deixa para os colunistas. Os colunistas opinam, e falam o que acham, a gente não. Nós vamos lá e fazemos nossa obrigação. A hora que a gente vê que tem uma pessoa que quis falar e a pessoa quis aparecer, a gente corta, tenta fazer da forma mais correta.

LS – Quando você fala, você pensa sempre na complementação das matérias. Isso você acha que é por causa do sistema, por exemplo, a pouca independência dos formatos que você cria. Você falou de fato da editoria multimídia, mas o que é que está acontecendo aqui? É uma pretensão de fazer isso, a Folha está trabalhando no sistema de publicação, como é que vocês estão vendo isso?

VH – Na verdade, não é falta de independência. Uma coisa leva a outra.

LS – Não foi independência no sentido de poder produzir independente, falei no sentido de formato, por que eu estou muito preocupada com a questão do gênero. Então, por exemplo, a gente tem grandes reportagens nos jornais em que os infográficos em geral, fazem parte. Só que alguns sites, por exemplo, no El Mundo, os infográficos já tomaram uma dimensão tão grande, que tem uma editoria de infográfico animado, com uma independência, no sentido de que o infográfico animado não está atrelado a uma ma-

téria para sair. Vocês também não. Vocês decidem quais são os vídeos multimídias ou uso do *newcast* ou *podcast* que vocês fazem, então, eu perguntei nesse sentido. Se você consegue pensar jornalisticamente mesmo, nem é como editora, dentro dos *videocasts* e na “multimídiabilidade”...

VH – *O que a gente tenta agora é fazer o “arroz com feijão” bem feito. Quando nós fecharmos com uma equipe legal, é lógico que nós vamos propor, porque uma coisa leva a outra.*

LS – Vocês estão trabalhando para isso?

VH – *No momento estamos trabalhando para conseguir fazer a nossa obrigação com quatro pessoas. Eu tenho dois repórteres e dois câmeras, mas dois ficam pela manhã e à tarde e os outros dois tarde e noite. É lógico que a gente tem vontade de fazer um monte de coisa, nós temos participação em Brasília, já fomos lá uma vez. Se tivesse uma equipe para ir para lá. As coisas estão fervilhando. “Cartões corporativos” e nós aqui fazendo as coisas de casa.*

As coisas precisam dar certo para então ter investimento. Isso aqui é a Folha de S.Paulo. Eles ainda estão vendo como é que funciona esse negócio de multimídia e, por enquanto, está indo bem.

LS – Como você tem sentido esse retorno? De números, tipo de vídeos?

VH – *Depende muito do assunto. Por exemplo, Folha Teen, Guia da Folha são assuntos que nós temos audiência mais alta. Educação, Fovest, nesses demos uma paradinha, mas vamos retomar. Antes as pessoas tinham um pouco de preguiça de baixar os vídeos. Hoje com o Youtube, tudo ficou mais fácil, as pessoas estão acostumadas. A geração nova é muita mais internet. Daqui a 20 anos o perfil do leitor vai mudar. Talvez a gente não esteja aqui para ver.*

LS – Você acha que é por isso que o Folhateen é mais vista, por ter um público mais jovem?

VH – *Não sei se é por ter um público mais jovem. Depende do assunto. Tinha um que foi sobre pessoas que tinham vergonha do corpo, adolescentes que evitam ir à praia. Foram muitos acessos.*

LS – Sobre o sistema de publicação que vocês trabalham. O que está mudando no sistema de publicação? Está mudando para atender algumas demandas?

VH – *O programa é desenvolvido pelos webmasters. A gente preenche lá e publica. Nós somos independentes, cada editoria faz a sua.*

LS – Os infográficos animados eles estariam de uma forma teórica, dentro da editoria de arte, ou de multimídia? A pergunta é nesse sentido, você está satisfeita com o sistema de publicação, está mudando ou não?

VH – *O que eu preciso aqui é de imagens, e alguma outra coisa que precise nós pedimos ao pessoal de arte, para montar alguma “ar-tezinha”. Algum programa de viagens, mapas, por exemplo, mas não é uma coisa que eu trabalhe direto. Eu não trabalho com essa coisa animada ainda. Se isso está mudando ou não, eu não sei te informar. Aqui dentro a gente faz da maneira que é possível.*

LS – Para o trabalho, você não está sentindo falta de mudanças?

VH – *Não, porque a gente monta, os meninos mexem no photoshop....Eu acho que a imagem tem uma força muito grande, sem dúvida. E hoje em dia ela toma cada vez mais proporção. Se você pegar determinadas revistas, parece até que você está lendo uma página da internet. As imagens estão crescendo e os textos diminuindo. Os títulos estão cada vez mais chamativos, aparecendo junto com fotos. Isso é uma maneira de você atrair. Tem que ser um pouco publicitário para atrair o leitor.*

A importância da imagem é enorme. Você faz matéria de uma pessoa sendo presa e tem lá “Veja as imagens”. Todo mundo quer ver as imagens do depoimento, da saída. Não sei mais se é um complemento ou se já está “pau-a-pau”, porque você lê a notícia e vê a imagem. Mas eu acho que é uma tendência e tudo tem o lado bom e o ruim, porque as pessoas lêem menos. Eu vejo aqui quando eu vou fazer teste, erros que não cometia na minha época e você nota que é por falta de leitura. Hoje as pessoas querem “bater o olho” para se informar, ela

não quer entender o assunto.

LS – Qual é o horário de maior audiência da editoria Multimídia?

VH – Creio eu é que a hora que pessoa chega ao trabalho, das 8h às 9h. Um pouco antes do almoço, quando volta do almoço e um pouco antes de ir embora. Eu não vou colocar um vídeo, às 8h da noite, se eu quero que tenha audiência. Eu não sei bem disso, o pessoal, mais antigo, sabe. Nosso horário de pico é cedo, quando publica o primeiro vídeo, entre 8h e 9h. Às vezes eu faço noticiário um pouco antes do almoço e o último eu tento colocar no fim do dia. Tem suas exceções. O caso Cabrini, por exemplo, foi uma coisa absurda, [o vídeo] entrou às 9h da noite porque foi a hora que aconteceu. Então eles voltaram, a gente editou e pôs no ar. Mas também tem muita gente que já chega ao trabalho e fica na internet, MSN.

LS – Quais são as regras para a assinatura de uma matéria?

VH – Eu acho que isso varia de acordo com a função e com o local de trabalho. Aqui na Folha Online, por exemplo, os textos mais opinativos são assinados. Se alguém fez uma viagem e quer contar ou aconteceu alguma coisa e um editor vai escrever um texto sobre o assunto, ele assina. Os outros textos não. Apenas vai estar lá “texto da Folha Online”. Esse texto vai ter um lide e não terá opinião. Não é um texto feito em primeira pessoa.

LS – Então você vê diferença entre interpretar e opinar?

VH – Tem aquela discussão, entre objetividade e subjetividade. Você tem de ir e lá fazer o que tem que fazer, contextualizar. Fazer isso de uma forma que mostre os dois lados...

LS – Se eu lhe dissesse que o texto jornalístico, de uma forma geral, mesmo não falando de um texto escrito, a profissão jornalística é essencialmente argumentativa, o que você me diria?

VH – Eu acho que quem acessa a internet, não quer saber o que está acontecendo. Quem compra um jornal quer tentar entender o assunto com um pouco mais de profundidade, quer procurar ouvir algumas opiniões para tentar formar a sua. Eu acho que as pessoas têm

um pouco de dificuldade de lidar com opinião que seja contrária à sua. Ela compra o jornal para “se achar” de alguma forma. Eu acho que existem argumentos, mas isso é visto mais no jornal impresso. Se você pega a Ilustrada eles assinam porque estão colocando a opinião deles ali. Aqui na Folha Online existe o dia-a-dia, o factual. A gente nem tem tempo de fazer isso. Não há análises, a gente faz o dia-a-dia.

LS – Como é a relação da Folha Online com a Folha de São Paulo, em relação a matérias?

VH – São redações independentes, a gente abre alguns textos deles...

LS – Pode usar o que você quiser?

VH – Não. Tem um número de textos que é liberado, mas a Lígia [Lígia Braslauskas, editora geral da Folha Online] pode te explicar melhor como funciona. Eu faço plantão a cada mês, um fim de semana. Eu fico em mundo, não fico na minha editoria... Isso quem define são outras pessoas...

LS – O que você acha das nomenclaturas que a Folha começou a usar?

VH – Sou eu! No começo, quando eu entrava no índice geral, entrava como matéria qualquer. As pessoas não tinham como diferenciar se era áudio ou se era vídeo. Hoje tem os ícones que aparecem, não precisamos usar esses “áudios”, “vídeos”. Antes usávamos para poder diferenciar, para a pessoa, na hora que ela acessasse o índice, soubesse que aquilo ali se tratava de um vídeo e não só de uma matéria como qualquer outra.

O Lula [presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva], no final de semana, falou sobre bicomustível na África. A gente tinha um correspondente lá, já colocamos um áudio do Fabio Zanini.

Você sabe aquilo que fica para o blog? Que o jornalista fala sobre a impressão que ele teve, porque ele pensou daquilo, qual foi a dificuldade... Isso foi o que chamei de complementar a matéria. Nós estamos trabalhando isso com o jornalista. O que você teve que envolver de sua equipe para fazer isso, problemas, dificuldades.